

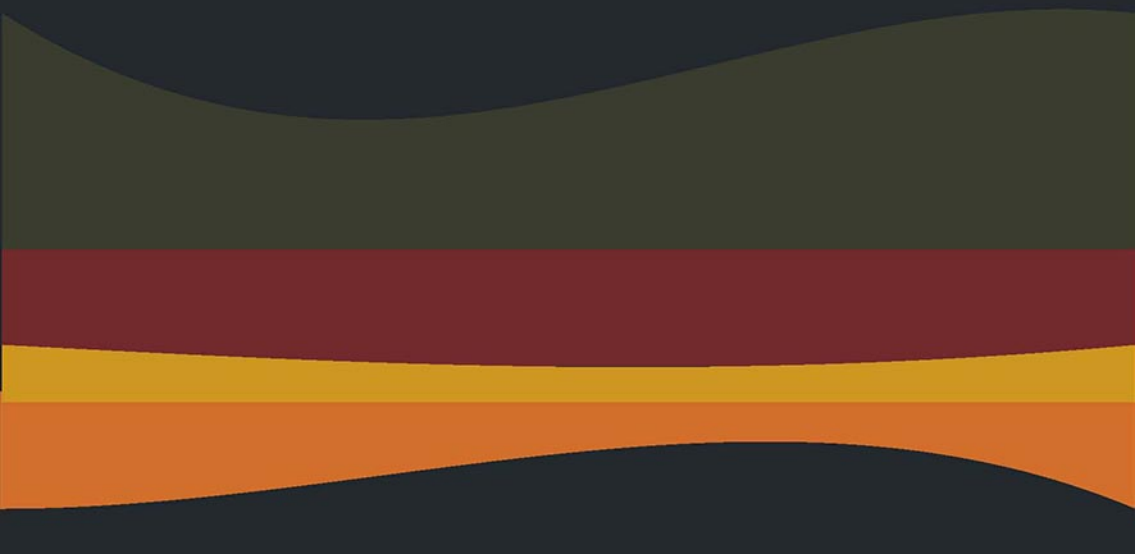
A black and white close-up photograph of a person's face, focusing on their eyes and nose. The person has a serious expression and is looking slightly to the left. The image is partially cut off by the top and right edges of the cover.

José de Jesus Sousa Lemos

Mapa da
Exclusão Social
no Brasil

*radiografia
de um país
assimetricamente
pobre*

3ª Edição
revisada e atualizada

The bottom half of the cover features a series of horizontal, wavy bands in shades of dark green, maroon, yellow, and orange, set against a dark background.

José de Jesus Sousa Lemos

MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL
Radiografia de um País Assimetricamente Pobre

3ª Edição
Revisada e Atualizada

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2012

Presidente:

Ary Joel de Abreu Lanzarin

Diretoria:

Fernando Passos

Luiz Carlos Everton de Farias

Manoel Lucena dos Santos

Nelson Antônio de Souza

Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

Stélio Gama Lyra Júnior

Conselho Editorial:

Stélio Gama Lyra Junior

José Narciso Sobrinho

José Rubens Dutra Mota

Francisco das Chagas Farias Paiva

José Maurício de Lima da Silva

Paulo Dídimo Camurça Vieira

Allisson David de Oliveira Martins

Wellington Santos Damasceno

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Jânia Maria Pinho Souza

Luciano Jany Feijão Ximenes

Maria Odete Alves

Francisco Raimundo Evangelista

Ademir Costa

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos
do Nordeste (Etene)**

Superintendente: José Narciso Sobrinho

Ambiente de Comunicação Social

Gerente: José Maurício de Lima da Silva

Editor: Ademir Costa

Revisão Vernacular: Antônio Maltos

Normalização: Erlanda Maria

Diagramação: Deborha Rodrigues

Tiragem: 500 unidades

Cliente Consulta

Capitais e regiões metropolitanas 4020.0004

Demais localidades 0800 033 0004

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme Lei nº. 10.994, de 14 de Dezembro de 2004.

L576m Lemos, José de Jesus Sousa.

Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre / José de Jesus Sousa Lemos. – 3. ed. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

256 p.: il.
ISBN 978-85-7791-198.1

1. Desigualdade social. 2. Pobreza. 3. Analfabetismo. 4. Infraestrutura urbana. 5. Renda familiar. 6. Semiárido. 7. Degradação ambiental.
I. Título. II. Série.

CDD 309

*Para os meus pais em memória:
Amélia Lemos e Domingos Lemos.*

*Eles que com sabedoria nos ensinaram os
caminhos por onde trilhar nesta vida.*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da Participação Relativa (%) das Regiões e Estados no PIB Agregado do Brasil (2000/2009)	112
Tabela 2 - Evolução do PIB <i>per capita</i> e do Salário Mínimo no Brasil, Regiões e Estados no Período 2000/2009 - (Valores Correntes em R\$)	114
Tabela 3 - Evolução da Relação PIB <i>per capita</i> /Salário Mínimo entre 2000 e 2009	117
Tabela 4 - Total e Percentual de Municípios por Estado que Possuíam PIB <i>per capita</i> Menor do que o PIB <i>per capita</i> do Brasil em 2000 e em 2009	120
Tabela 5 - Evolução do PIB <i>per capita</i> nas Capitais Brasileiras Entre 2000 e 2009 (R\$ em Valores Correntes)	123
Tabela 6 - Distribuição por Estado dos 100 municípios de Menores IES em 2000 e 2010	128
Tabela 7 - Distribuição por Estado dos 100 Municípios de Maiores IES em 2000 e 2010	130
Tabela 8 - Distribuição das Taxas de Analfabetismo pelos Estados Brasileiros	132
Tabela 9 - Comparação entre Privações no Brasil, Regiões e Estados Entre 2000 e 2010	133
Tabela 10 - População Excluída no Brasil, Regiões e Estados em 2000 e 2010	137
Tabela 11 - Municípios Entre os Cem com Piores IES em 2010 e Menores PIB <i>per capita</i> em 2009	141
Tabela 12 - Evolução da População Analfabeta em Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados Entre 2001 e 2009 - Passivo de Educação (%)	145
Tabela 13 - Evolução da População Analfabeta em Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - Passivo de Educação Urbano (%)	147
Tabela 14 - Evolução da População Analfabeta em Áreas Rurais no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - Passivo de Educação Rural (%)	148
Tabela 15 - Evolução da Escolaridade Média no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - Taxa de Variação	152
Tabela 16 - Evolução da Escolaridade Média em Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - (Anos)	154

Tabela 17 - Evolução da Escolaridade Média em Áreas Rurais no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - (Anos)	155
Tabela 18 - Evolução do Salário Mínimo Nominal e em Valores Corrigidos para 2010, no período de 2000 e 2010	157
Tabela 19 - Evolução da Privação de Renda no Brasil, Regiões e Estados e Respectivas Variações entre 2001 e 2009 - Passivo Econômico (%)	160
Tabela 20 - Evolução da Privação de Renda em Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - Passivo Econômico Urbano (%)	160
Tabela 21 - Evolução da Privação de Renda em Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - Passivo Econômico Rural (%)	163
Tabela 22 - Evolução e Taxa de Variação da Privação de Acesso a Água Encanada no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - PRIVAGUA Geral (%)	166
Tabela 23 - Evolução da Privação de Acesso a Água Encanada em Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - PRIVAGUA Urbano (%)	167
Tabela 24 - Evolução da Privação de Acesso a Água Encanada em Áreas Rurais no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - PRIVAGUA Rural (%)	168
Tabela 25 - Evolução e Taxa de Variação da Privação de Acesso a Saneamento no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - PRIVSANE Geral (%)	171
Tabela 26 - Evolução da Privação de Acesso a Esgoto ou Fossa Séptica em Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - PRIVSANE Urbano (%)	173
Tabela 27 - Evolução da Privação de Acesso a Esgoto ou Fossa Séptica em Áreas Rurais no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - PRIVSANE Rural (%)	174
Tabela 28 - Evolução e Taxa de Variação da Privação de Acesso ao Serviço de Coleta Sistemática de Lixo no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - PRIVLIXO Geral (%)	177
Tabela 29 - Evolução da Privação de Acesso a Coleta Sistemática de Lixo em Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - PRIVLIXO Áreas Urbanas (%)	178
Tabela 30 - Evolução da Privação de Acesso a Coleta Sistemática de Lixo em Áreas Rurais no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - PRIVLIXO Áreas Rurais (%)	179

Tabela 31 - Evolução da população no Brasil e das Privações de Água, Saneamento, Coleta de Lixo e Educação no Brasil entre 2001 e 2009	182
Tabela 32 - Evolução do IES no Brasil, Regiões e Estados Entre 2001 e 2009, Bem Como das Variações Naquele Período	185
Tabela 33 - Evolução do IES das Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - IES Urbano (%)	186
Tabela 34 - Evolução do IES das Áreas Rurais no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 - IES Rural (%)	189
Tabela 35 - Variação do IES e das Populações no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009	191
Tabela 36 - Definição dos Tipos de Clima de Acordo com o Índice de Aridez	200
Tabela 37 - Índices de Aridez em Quinze (15) Municípios Maranhenses em que as Informações Estão Disponíveis	209
Tabela 38 - Municípios, População, PIB Agregado e PIB do Estado e do Semiárido	211
Tabela 39 - PIB <i>per capita</i> e Valores Extremos no Geral e no Semiárido de cada Estado em 2009	213
Tabela 40 - Passivos, Privações, Escolaridade Média no Semiárido dos Estados Brasileiros	215
Tabela 41 - População Excluída no Semiárido e População Excluída nos Estados em 2010	218

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	
BREVE RETROSPECTO DA HISTÓRIA RECENTE DE FATOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS PARA ENTENDER ALGUMAS DAS CAUSAS DA POBREZA NO BRASIL	15
CAPÍTULO 2	
DISCUSSÃO CONCEITUAL	37
CAPÍTULO 3	
A CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE QUE AFIRA A EXCLUSÃO SOCIAL	91
CAPÍTULO 4	
ASSIMETRIA NA APROPRIAÇÃO DA RENDA NO BRASIL	111
CAPÍTULO 5	
EXCLUSÃO SOCIAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS EM 2000 E 2010	125
CAPÍTULO 6	
EVOLUÇÃO DAS PRIVAÇÕES DE RENDA E ATIVOS SOCIAIS NO BRASIL, REGIÕES E ESTADOS ENTRE 2001 E 2009	143
CAPÍTULO 7	
EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL, REGIÕES E ESTADOS ENTRE OS ANOS DE 2001 E 2009	181
CAPÍTULO 8	
EXCLUSÃO SOCIAL NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	193
CAPÍTULO 9	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
REFERÊNCIAS	231
ANEXOS	243

APRESENTAÇÃO

José de Jesus Sousa Lemos

Nesta terceira edição do Mapa da Exclusão Social no Brasil, temos a mesma pretensão das duas anteriores: a de contribuir com a formatação de informações que estão disponibilizadas pelo IBGE, sempre objetivando contribuir para o entendimento dos fatos que podem ter sido relevantes para produzir um país tão desigual, como é o Brasil.

Assim, com o trabalho não pretendemos nos contrapor aos outros já existentes. Tão pouco as análises feitas ao longo do texto pretendem ser verdades absolutas ou definitivas. A tentativa foi de processar uma massa de informações para delas, extrair alguns elementos que nos viabilizem fazer uma leitura do que vem acontecendo no Brasil nos últimos dez anos, começando com a virada do milênio no ano 2000 e culminando em 2010. Com base nos Censos de 2000 e 2010 reunimos elementos que permitam a comparação naquele lapso de tempo, dos indicadores de carência dos municípios, estados, regiões e Brasil. A comparação, neste caso, será estática de duas “fotografias” feitas em dois momentos distanciados por uma década.

Complementando essa análise, mas com dados que não são diretamente comparáveis, devido à forma como foram coletados, procede-se uma avaliação que se pretende seja dinâmica da evolução (involução) dos indicadores de carências. Neste caso o nível de desagregação chega apenas aos estados, regiões e Brasil, com desdobramentos para as áreas urbanas e rurais. Para estas análises recorre-se às Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD) cobrindo o interstício de tempo que inicia em 2001 e se conclui em 2009, que não contemplam todos os 5.564 que, absurdamente, compõem a geografia do Brasil.

Acredita-se que, com essas duas base de dados, consegue-se reunir informações que ajudem bastante no entendimento do processo de empobrecimento da sociedade brasileira. Empobrecimento que, no caso do estudo, é aferido de uma forma mais ampla do que apenas o acesso à renda monetária. Trabalha-se com o conceito de Exclusão Social, em que, além da exclusão de renda, afere-se a exclusão aos serviços essenciais como educação, água encanada, saneamento e coleta sistemática de lixo.

Como já falado em parágrafo acima, o trabalho não pretende substituir todos os demais realizados com o objetivo de aferir e avaliar níveis de pobreza no Brasil. A pretensão é que o livro seja um complemento desse acervo de informações, análises e avaliações já feitas por outros colegas em momentos diferentes. O nosso objetivo, meu e deles, é contribuir para a construção de um Brasil mais justo. Assim, não me parece que o caminho da competição fosse o mais adequado para atingirmos tal objetivo. A complementaridade das nossas avaliações e análises me parece ser de mais utilidade para que a sociedade brasileira encontre caminhos de mais equidade social e econômica com parcimônia ambiental. Cada trabalho traz, no meu entendimento, uma faceta de um problema que já é crônico no Brasil: a grande massa de pobres e socialmente excluídos.

Nesta Edição fizemos modificações substanciais na metodologia de construção do Índice de Exclusão Social (IES). Nas duas Edições anteriores o IES tinha cinco (5) indicadores colocados explicitamente na sua aferição, devidamente ponderados: Percentagem da população maior de dez anos analfabeta (PRIVEDUC); percentagem da população que sobrevive em domicílios cuja renda total varia de zero a dois salários mínimos (PRIVREND); percentagem da população que sobrevive em domicílios sem acesso ao serviço de água encanada (PRIVAGUA); percentagem da população sobrevivendo em domicílios sem acesso a saneamento minimamente adequado (PRIVSANE); e percentagem da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente (PRIVLIXO).

Os pesos atribuídos a cada um os indicadores de privação que compunham o IES foram estimados por método de análise fatorial com decomposição em componentes principais de onde emergiram as cinco ponderações disponibilizadas nos Anexos daqueles dois trabalhos.

Na presente Edição, o IES foi condensado e tem apenas três (3) indicadores: Passivo em Educação; Passivo em Renda; Passivo Ambiental. O passivo em educação é aferido pelo percentual da população maior de quinze (15) anos que se declarou analfabeta. O passivo de renda é aferido da mesma forma que foi aferido o indicador PRIVREND nas duas Edições anteriores do livro. O Passivo Ambiental é constituído da média ponderada entre os três indicadores: PRIVAGUA, PRIVSANE e PRIVLIXO. Todas as ponderações, tanto na definição do indicador Passivo Ambiental como na aferição do IES foram obtidas através de método de análise fatorial, com decomposição em componentes principais.

Esta nova forma de estimar o IES, acredita-se, lhe deu uma maior robustez de um ponto de vista estatístico. Mais relevante do que isso, o índice ficou de mais fácil assimilação e aplicação. No livro está demonstrada, em anexo, toda a metodologia de construção do IES e dos novos indicadores. Os leitores que estiverem curiosos em conferir como se fez a reengenharia do índice poderão fazê-lo, sem problemas. Aqueles que não quiserem fazer esta avaliação, não terão qualquer problema na aplicação e na interpretação do IES na sua nova roupagem. Esta foi a preocupação maior que me norteou para tentar uma simplificação. Quanto mais simples for o seu entendimento e aplicação, mais útil será como instrumento complementar de outros índices e de outras formas de aferição de pobreza ou de exclusão social.

Esperamos com estas modificações, e com as análises feitas ao longo do livro, contribuir para a compreensão dos conceitos envolvidos na análise. De um ponto de vista empírico, almeja-se que os resultados disponibilizados sejam de utilidade para o entendimento das causas do atual estágio de exclusão social que ainda nos traz grandes preocupações.

Claro que este, como qualquer tentativa de colocar conceitos complexos em um número, é sempre um caminho reducionista. Assim, as evidências mostradas no livro devem ser encaradas como indicadoras de tendências parciais do que provavelmente deve ter acontecido no Brasil entre os anos de 2000 e 2010, analisados com duas bases distintas de dados. Nessa perspectiva devem ser encarados os índices que tentam simplificar conceitos complexos num número adimensional: o IES é um deles. Não obstante este fato, espera-se que as análises sejam de utilidade para esboçar um Brasil mais equânime, mais justo, menos desigual e, claro, menos pobre.

Não poderia concluir esta apresentação sem agradecer mais uma vez aos colegas do Banco do Nordeste do Brasil por acreditarem neste documento ao ponto de publicarem e divulgarem da forma ampla que fizeram nas duas edições anteriores. Tão eficiente foi o trabalho de divulgação que as duas edições se esgotaram em tempo bastante reduzido. Óbvio que esta foi uma motivação a mais para escrever a terceira edição do Mapa da Exclusão Social. O trabalho acaba se constituindo em mais uma constatação de que no Nordeste Brasileiro concentra-se o maior bolsão de pobreza do Brasil. O BNB tem uma vasta contribuição na tentativa de prestar esta informação e, mais do que isso, contribuir para a sua solução. Almejamos que o nosso texto se inclua nesta tentativa.

1

Breve retrospecto da história recente de fatos econômicos e políticos para entender algumas das causas da pobreza no Brasil

Dentre as muitas características da sociedade brasileira, a mais marcante é, sem sombra de dúvidas, o contraste no que se refere aos indicadores sociais e econômicos que se distribuem de forma bastante assimétrica entre as regiões, estados, bem como dentro das regiões e dos estados. Isto faz do Brasil ainda ser um dos países mais desiguais do mundo. Concomitantemente ao grande surto de industrialização experimentado pela economia brasileira a partir dos anos cinquenta, principalmente, e com o incremento da urbanização da população do país, sobretudo nas três últimas décadas do século passado, observa-se uma insistente manutenção dos níveis de desigualdades e de exclusão social, tanto nas suas áreas urbanas como nas suas áreas rurais.

Em termos de níveis de renda per capita, o Brasil está situado entre o grupo que a Organização das Nações Unidas (ONU) classifica como países com padrão intermediário de renda (Human Development Report, HDR, 2010). Com efeito, o IBGE contabilizou para 2009 um PIB per capita anual para o Brasil da ordem de R\$ 16.917,66 (aproximadamente 3,4 salários mínimos naquele ano). O Brasil se constitui num país que exhibe grandes contradições. Uma parcela diminuta da população auferia padrões de renda e de qualidade de vida semelhantes aos observados nas economias mais ricas do planeta, ao passo que na base da pirâmide da distribuição da renda situa-se uma parcela substancial da população, que

sobrevive em condições bastante precárias, e até mesmo não dignificantes com a condição de seres humanos.

Concomitante à inserção, de uma forma consistente, na fase de industrialização, o Brasil apresentou grandes instabilidades políticas. Na fase mais recente da sua história, a insegurança política se materializou de uma forma mais acentuada nos anos sessenta, com a deposição, por parte dos militares, do então presidente João Goulart. Ele que havia sido eleito vice-presidente da república. Na época as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República eram independentes. Os eleitores votavam para ambos em cédulas separadas, ao contrário das eleições atuais, em que são eleitos em chapa única e o vice-presidente não recebe um único voto, mas pode substituir o titular, em definitivo, no seu impedimento. João Goulart havia assumido a Presidência com a renúncia de Janio Quadros, em 25 de agosto de 1961.

Jango, como era conhecido o vice-presidente, assumiu a Presidência da República em oito (8) de setembro de 1961, sob forte desconfiança dos militares que não o queriam governando o país por acusá-lo de comunista. Para tentar contornar aquele impasse político e assegurar a sua posse, o Congresso Nacional aprovou, no dia dois (2) de setembro de 1961, a mudança do regime de governo de presidencialismo para parlamentarismo. Foi a forma que os congressistas encontraram para arrefecer o clima nos quartéis. Davam-lhe posse na Presidência, mas limitavam-lhe os poderes. Tancredo Neves assumiu como primeiro ministro daquela extemporânea experiência de parlamentarismo no Brasil.

Travado pelo regime parlamentarista, por um Congresso em que não possuía maioria confiável, Jango não conseguia aprovar suas propostas e o governo ficou engessado. Aquele foi um período conturbado na história política, econômica e social do Brasil. Depois de um arguto exercício de articulação política, Jango conseguiu do Congresso e da opinião pública o apoio para realizar um plebiscito que consultaria a população brasileira acerca da manutenção do parlamentarismo. A consulta foi realizada em janeiro de 1963 e o parlamentarismo foi rejeitado por ampla maioria dos eleitores brasileiros da época e, conseqüentemente, o presidencialismo foi restabelecido.

Contudo, as turbulências sociais, políticas e econômicas, que se manifestavam com inflação em crescimento, aumentavam-lhe a intolerância junto ao núcleo mais duro dos quartéis. Para ser mais rigoroso com os fatos, a inflação brasileira já vinha num crescendo, desde o

Governo de Juscelino Kubitschek, que antecederia Jânio Quadros. Naquele governo, a construção de Brasília se constituiu numa fonte constante e incontrolável de déficit no orçamento do setor público. Jango herdou aquele problema.

Mas um discurso inflamado do presidente João Goulart dizendo que iria fazer uma reforma de base, que tinha na reforma agrária um dos pontos relevantes, incrementou mais ainda a má vontade e os reboliços nos quartéis, além de provocar inquietação em segmentos poderosos e formadores de opinião pública no Brasil naquela época. Tanto assim que, em primeiro de abril de 1964, a pretexto de retirar do comando um governante com vocações “comunistas” (na avaliação dos militares e de importantes segmentos formadores de opinião), além de ser incapaz de controlar a derrocada dos preços, João Goulart foi apeado, e os militares tomaram conta do poder, numa das fases mais difíceis e conturbadas da trajetória política recente da sociedade brasileira.

Os militares assumiram usando a força, literalmente, para banir todos os opositores explícitos ao regime. Implantaram a censura aos meios de comunicação, governavam de forma absoluta, sem se importarem com os demais poderes da república. Claro que isso foi possível também porque houve a aquiescência de personalidades civis que aproveitaram a oportunidade para construir as próprias carreiras e fortunas à sombra daquele obscurantismo. Algumas dessas figuras sobreviveram e continuam ainda hoje papirizando governantes que, na época, se declararam opositores ao regime.

Os militares assumiram o poder com o discurso de transformar o Brasil em potência mundial, inundando o país com um discurso nacionalista, fortemente focado em frases de efeito, como aquela que foi fortemente difundida no governo do general Médici: “Brasil, ame-o ou deixe-o”; “este é um País que vai pra frente”. O discurso ganhou força com a hegemonia da Seleção Brasileira de Futebol, que ganhou o tricampeonato mundial no México em 1970. O Governo militar de então, que era liderado pelo General Garrastazu Médici, capitalizou, o quanto pôde, aquele evento histórico do futebol brasileiro e a propaganda oficial induziam o ufanismo, ao ponto dos brasileiros acreditarem que o Brasil já era uma grande nação, não apenas no futebol. O governo militar conseguiu apoios importantes entre artistas, nos meios de comunicação social, em segmentos formadores de opinião das classes média e mais rica, o que possibilitou àquele sistema alcançar fôlego e conseguir ressonância para a sustentação do seu ideário de poder.

Foram adotadas medidas de política monetária, objetivando segurar o processo inflacionário, uma das justificativas para a deposição de João Goulart. Havia sido introduzida uma espécie de “anestesia” que amenizava os estragos provocados por uma inflação que insistia em não ceder. Era a “correção monetária.”

Entre os anos de 1968 e 1972 o Brasil atravessou uma fase de prosperidade de indicadores econômicos (os indicadores sociais eram muito ruins) que ficou conhecida na literatura econômica e política como “O Milagre Brasileiro”, que tinha na emergente indústria automobilística e na participação do Estado, através da implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura, algumas das suas maiores âncoras de sustentação.

Na época o país tinha uma forte dependência na importação do petróleo. Estima-se que o Brasil importava mais de 70% do petróleo necessário para atender à demanda interna. Isto deixava a economia muito vulnerável às intempéries externas, associadas às variações dos preços daquela “commodity”. Tanto assim que, em 1973, os principais países exportadores se cartelizaram para controlar a oferta daquela matéria prima e, por esta via, elevar os seus preços. Como decorrência daquela “cartelização” desencadeou-se uma grande crise na economia mundial e brasileira. Assim, entre 1968 e 1972 (quando “o Brasil ia bem, mas a maioria dos brasileiros ia muito mal”), o “Milagre Econômico” começou a fazer água. A promessa, que então foi feita, de primeiro fazer o bolo crescer para depois dividi-lo, sucumbiu no emaranhado das dificuldades que se incrementaram, a partir dali, para a grande maioria dos brasileiros. Contudo, a partir daquela fase turbulenta, a classe média e os poucos ricos de então, passaram a sentir, no próprio bolso, a crise, ao abastecerem os seus automóveis.

Ficava definitivamente explícita, naquela ocasião, a derrocada de um modelo de administração equivocado que se ancorava no uso de fonte não renovável de energia, da qual o Brasil era fortemente dependente de fornecimento externo.

Com o encarecimento da matéria prima, os preços de todos os itens internos começaram a disparar em “efeito cascata”. A inflação em alta, que havia sido uma das razões alegadas para justificar a deposição de João Goulart, se manifestava de forma mais virulenta, sobretudo para a grande massa de trabalhadores, corroendo-lhes os parcos rendimentos. Como havia a determinação explícita de forte controle das massas,

qualquer manifestação contrária ao regime era sufocada, para o que utilizava a intimidação, através da censura aos meios de comunicação, e até por meio de perseguição àqueles que se posicionassem de forma mais explícita, ou que fossem denunciados por “dedos duros”, que proliferavam à sombra do regime. Qualquer um que fosse visto ou tido como ameaçador à estabilidade do sistema vigente era perseguido implacavelmente. Época muito difícil aquela!

Para amenizar os efeitos da inflação, em evidente espiral crescente, havia sido instituído o instrumento então chamado de “correção monetária”. Essa “sacada” havia sido criada pelos economistas Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, que foram, respectivamente, ministro da fazenda e do planejamento no governo do general Castelo Branco (1964-1967). A “correção monetária” surgiu no “Plano de Ação Estratégica do Governo” (Paeg). “Em linhas gerais, o Paeg propunha manter o ritmo de crescimento, que havia experimentado queda nos dois anos anteriores a 1964, combater a inflação, atenuar os desvios regionais, além de outras providências”. (Seretta 2001).

A correção monetária tinha como inconveniente retroalimentar a inflação, através do mecanismo que os economistas chamam de “inércia inflacionária”. Contudo, paradoxalmente, a correção monetária acabava funcionando como um mal necessário naqueles níveis em que a inflação já se manifestava no Brasil. Tanto assim que, só com ela, foi possível suportar níveis tão elevados de instabilidade monetária, sem que houvesse convulsão social que pudesse se transformar em grandes rebeliões com derramamento de sangue no país. Claro que a maciça repressão foi também um fortíssimo instrumento utilizado para a contenção de qualquer manifestação mais explícita de insatisfação com o regime. Contudo, mesmo sob repressão havia segmentos perfeitamente identificados de rebelião. Alguns desses pontos ficaram nacionalmente conhecidos, apesar da forte censura então imposta ao país. Aqueles que surgiram nos pátios das montadoras de veículos situadas no ABC paulista e nas universidades brasileiras. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi um grande e importante foco de resistência, tanto que alguns dos seus dirigentes foram perseguidos, alguns até banidos sumariamente. Vale destacar também o trabalho de artistas.

A crise de (des)abastecimento de combustíveis se agravava, tendo em vistas que o poder dos fornecedores se fortaleceu, e com ele, o encarecimento em escala ascendente do preço do barril de petróleo. Este

fato, e o total descontrole fiscal interno, provocaram a evolução da inflação e a estagnação da economia brasileira. O regime militar começou a entrar em colapso e a sociedade já conseguia esboçar manifestações mais explícitas de descontentamento, inclusive no processo eleitoral, que era conduzido com mãos de ferro pelos militares, para que pudessem controlar os parlamentares e influenciar nas decisões do Poder Judiciário.

Os militares respondiam àquelas manifestações populares criando alguns movimentos de aparente distensão do regime. Um deles foi a permissão da existência de um partido de oposição. Aquele partido que foi chamado de Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e teve em Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Thales Ramalho, algumas das suas lideranças, dava ao regime uma aparência de democracia. A comunidade internacional não poderia dizer que no Brasil prevalecia o unipartidarismo, com a Aliança Renovadora Nacional (Arena), representando a situação, sendo o único partido político existente no Brasil. Com o MDB estava estabelecido, por decreto, o bipartidarismo. Mas claro que os militares exigiam um bom comportamento do partido de oposição como contrapartida daquilo que achavam que estavam concedendo. Deveria ser uma oposição faz de conta.

A sociedade brasileira havia adquirido maturidade e já desenvolvia uma capacidade de manifestação que se contrapunha às diretrizes dos militares. Em síntese, não aceitava uma oposição apenas para constar. Queria, de fato, um movimento que pudesse sobrepor-se ao regime militar prevalecente. Aquela bipolarização criou um caldo de cultura propício para o surgimento de lideranças que emergiam de diferentes segmentos. Os artistas em geral, e os músicos em particular, os estudantes, os professores tiveram significativa participação naquele processo de rebeldia. As universidades brasileiras se constituíram em importantes focos de resistência e de ressonância das inquietações da sociedade brasileira de então.

As manifestações de rebeldia da sociedade eram respondidas pelos militares com mais medidas de repressão, como foi a instituição, à força, do “Pacote de Abril” de 1977, que trouxe embutida, entre as suas prerrogativas, a figura dos “senadores biônicos”, que representariam um terço daquela casa, e eram ungidos ao cargo sem os votos dos eleitores, mas de um colegiado escolhido a dedo pelo regime de plantão. Essas medidas foram tomadas em plena era do general Geisel que autoproclamava o seu período como de “governo da distensão política”. (FARIA, 2011).

As medidas do “Pacote de Abril” foram uma espécie de antídoto do regime que antevira uma derrota retumbante na eleição para o Senado, marcada para o ano seguinte. Perderiam o controle daquela casa para o partido da oposição, MDB. Para que isso não acontecesse, as medidas embutidas no “Pacote de Abril” asseguravam, artificialmente, a maioria que não conseguiriam nas urnas. Aquela teria sido uma medida de força que viabilizou o projeto do presidente general, Ernesto Geisel, mas que teve uma espécie de efeito bumerangue, na medida em que fortaleceu mais ainda os movimentos de resistência ao regime.

O general Geisel se retirou da cena política e impôs aos militares e ao Brasil, o general João Batista Figueiredo, que seria o último presidente do ciclo militar, no período de 1979 a 1985. Com dificuldades tremendas para entender fatos elementares em economia, Figueiredo tentou conter o crescimento da demanda por combustíveis não renováveis, tabelando os seus preços e impondo restrições à sua compra nos finais de semana e nos feriados. Mal sabia ele que, por ser um bem fortemente inelástico aos preços, em decorrência da inexistência, na época, de substitutos próximos, aquela ação não surtiria o efeito esperado e, ao contrário, estimularia a compra e o armazenamento clandestino do combustível, colocando em perigo a vida de muita gente. De fato, não foram poucos os acidentes contabilizados, na época, como decorrência da compra de gasolina e do seu armazenamento em casa.

Contudo, foi no governo Figueiredo que se plantou, e onde germinou a semente do programa de produção de álcool combustível: o Proálcool. Foi uma grande sacada tecnológica que colocaria o Brasil na vanguarda da fabricação e do uso de combustíveis renováveis, apesar dos reconhecidos problemas ambientais e sociais embutidos na sua fabricação.

A inflação continuava, entretanto, em franco processo ascendente, de tal sorte que, ao final do seu governo, ela havia chegado ao patamar de 100% ao ano, em números redondos. A espiral inflacionária, a crise de estagnação econômica interna e a demanda por liberdades levaram a sociedade brasileira a um período de grande efervescência. Assim, em 1979 foi assinado pelo General Figueiredo o Projeto de Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Diga-se, a bem da verdade, que o projeto original de anistia era muito restrito, mas como consequência das demandas de uma sociedade em turbulência, ávida por mudanças urgentes, que contava com a fortíssima participação dos movimentos estudantis, da sociedade civil, dos trabalhadores, de artistas, de professores das universidades

brasileiras, formou-se uma avalanche que ficou insustentável de conter. A anistia teve de sair da forma que saiu: bem mais ampla. Portanto, a anistia estabelecida em 1979, não foi uma concessão do regime militar então vigente, mas uma conquista da sociedade brasileira.

Foi naquele clima, de grande pulsação, que demandava direitos, liberdade de expressão, imprensa livre, outro tipo de sociedade que, em 1984, emergiu o movimento das “Diretas Já”. Aquele movimento estava ancorado no projeto de emenda do deputado Dante de Oliveira, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A emenda propunha a restauração, de imediato, do direito dos brasileiros escolherem o Presidente da República, que havia sido suspenso durante o regime militar.

A despeito de o movimento ter sido fortemente boicotado, na época, por segmentos importantes da imprensa, ganhou as praças, ruas e avenidas pelo Brasil inteiro, e tinha em Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Mário Covas, Teotônio Vilela, além de Dante de Oliveira, alguns dos seus grandes, obstinados líderes e incentivadores. Contudo, não obstante as lideranças expressivas, aquelas manifestações somente atingiram o contorno de movimento de massas, graças à empolgação que tomou de conta a população brasileira, sobretudo os jovens com a sua irreverência, estudantes, professores de universidades e de escolas em geral. (Gasparetto Jr. 2011)

Não obstante a forte manifestação popular de um movimento cívico, jamais visto até então na história política do país, a emenda foi rejeitada pelo Congresso, e a eleição para presidente, em 1984, ainda se deu por via indireta. O candidato representante do poder que agonizava era Paulo Maluf, que se impôs contra a vontade de parte dos militares, o que contribuiu para a divisão do partido oficial de então, PDS. Representando as oposições, entrou na postulação o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. Político conservador, mas astuto e de passado ilibado, havia sido primeiro ministro no breve período parlamentaristas imposto ao Presidente João Goulart, fato já mencionado aqui. Tancredo era detentor de grande habilidade política e de forte capacidade conciliadora. A chapa se completava com José Sarney, que havia sido presidente do PDS, partido que substituiu a ARENA que dera sustentação a todos os governos do regime militar que naquelas circunstâncias dava os últimos estertores. Sarney entrou na chapa, contra a vontade da maioria dos líderes do movimento que queria outro país, devido a ele, Sarney, além de ter sido um dos suportes e entusiastas de todos os presidentes do regime militar,

ter sido acusado de ser um dos mais fortes articuladores para inviabilizar a emenda das diretas. Teve, porém, de ser engolido na chapa de Tancredo como estratégia para minar a candidatura de Maluf, de quem aquele astuto maranhense já era inimigo político na época.

Tancredo Neves conseguiu a maioria esmagadora dos votos daquele “colégio eleitoral” que houvera sido ampliado, e se elegeu Presidente da República. Contudo, adoeceu no dia que seria o da sua posse (15 de março) e morreu no dia 21 de abril de 1985. Aquele foi um momento de grande comoção nacional. Sem dúvida, apesar da eleição indireta, aquele hábil e arguto político mineiro conseguiu reunir em torno da sua pequena, mas carismática figura, as esperanças de dias melhores para os brasileiros, depois daquele longo período sob égide dos militares. Para completar o clima de comoção geral que se abateu sobre o país, surgiu a dúvida de quem teria que assumir o Governo. Havia polêmicas acerca da interpretação da Constituição brasileira que prevalecia então, no caso de vacância do cargo, tendo em vista que o presidente não houvera tomado posse. Depois de um processo difícil de negociações, que envolveu o Presidente do MDB, militares dissidentes do antigo regime e envolvidos com o processo de redemocratização do país, dos líderes do movimento das “Diretas Já”, ficou acertado que o vice-presidente eleito junto com Tancredo Neves deveria tomar posse.

Foi sob aquele clima de instabilidade emocional e de desconfiança da população brasileira que José Sarney assumiu o poder, após a morte de Tancredo Neves no dia 21 de abril de 1985. João Figueiredo, o último presidente do regime militar, se recusou a entregar a faixa de Presidente a Sarney, por acreditá-lo “traidor” do regime de que houvera feito parte até bem pouco tempo, inclusive como presidente do PDS, partido que sustentava o regime militar nos seus estertores. Figueiredo saiu deixando, como um dos seus legados, uma hiperinflação de 100% ao ano, em números redondos.

Como não poderia ser diferente, Sarney optou por manter o mesmo ministério que havia sido meticulosamente “desenhado” por Tancredo Neves que, obviamente, houvera sido “costurado” sob a sua forte liderança e carisma. Atributos que faltavam para o presidente que assumira ocupando a vacância do cargo que havia sido provocada pela obra cruel do destino. Sobravam desconfianças, entretanto, de todos os brasileiros acerca de como aquele cidadão, de carreira política obscura, construída à sombra do poder dos militares, iria conduzir os destinos do

país, justamente num momento em que as esperanças por dias melhores haviam se renovado.

Aquele grupo de Ministros, que era da estrita confiança de Tancredo Neves, começou a entrar em atrito com o comandante com quem não tinham qualquer compromisso. Tanto assim que paulatinamente foram sendo substituídos. Na vaga do Ministro da Fazenda, que Tancredo houvera colocado um sobrinho seu, o economista Francisco Dornelles, assumiu o Administrador de Empresas, Dílson Funaro. Outros Ministros foram substituídos. Antonio Carlos Magalhães, que como Sarney houvera dado forte suporte ao regime militar, ocupou a estratégica Pasta das Comunicações, que seria encarregada de fazer farta distribuição de canais de rádio e televisão para políticos que, em contrapartida, dariam apoio irrestrito ao presidente.

O agravamento da crise externa coadjuvado pelo descontrole dos gastos públicos, pressionava a hiperinflação que já superava 100% ao ano, condimentada com forte estagnação econômica. Uma combinação explosiva. Mergulhado neste caldeirão de tensões, em 28 de fevereiro de 1986, portanto menos de um ano depois de assumir o poder, José Sarney e o seu então Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, lançaram o “Plano Cruzado de Estabilização Monetária” que, dentre outras providencias, congelava todos os preços dos bens e serviços aos níveis praticados naquele dia. (RUIZ, 2003).

Em síntese, o Plano Cruzado de Estabilização Monetária era constituído das seguintes medidas:

- i – Mudava a moeda de Cruzeiros para Cruzado, cortando três zeros da antiga moeda;
- ii – Congelava os preços e salários nos níveis praticados em 28 de fevereiro de 1986;
- iii – Extinguia a correção monetária, vigente desde o primeiro governo militar do General Humberto Castelo Branco;
- iv – Decretou moratória e suspendeu o pagamento da dívida externa;
- v – criou o reajuste automático dos salários, o chamado “gatilho” que seria acionado em benefício dos trabalhadores sempre que a inflação acusasse o patamar de 20% ao ano.

Vale lembrar que na época havia a Comissão Interministerial de Preços (CIP), criada ainda durante os governos militares e que não foi

revogada. A CIP se reunia sistematicamente para tabelar preços de itens controlados pelo Governo, sobretudo aqueles que tinham ponderação relevante na composição do Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas, que era o termômetro oficial de aferição da inflação brasileira naquele período. Muitos desses itens haviam sido reajustados (ou “cipados” como se dizia na época) nas vésperas do congelamento e, portanto, tiveram os preços congelados no pico. Outros itens estavam à espera de serem “cipados” e não o foram, devido ao congelamento que houvera sido estabelecido e, por isso, foram pegos na cava (na baixa) no dia do lançamento do plano cruzado. Óbvio que isso iria provocar descontentamento, como de fato aconteceu.

Outra medida adotada pelo plano cruzado foi o congelamento dos salários pela sua média, que havia sido acrescida de pequeno reajuste antes do congelamento. Foi também criado o que foi chamado de “gatilho” que estabelecia que os salários deveriam ser reajustados sempre que a inflação anualizada atingisse o patamar de 20%. Foram também implantadas algumas medidas suplementares. Dentre elas o Plano Cruzado mudou a liquidez da caderneta de poupança que, de mensal, passou a ser semestral. Antes do plano cruzado, quem tinha caderneta de poupança, cuja remuneração era reajustada mensalmente pelos juros e pela correção monetária, tinha a falsa ilusão de que o ativo estava rendendo uma enormidade. Na verdade estava apenas segurando, ainda que parcialmente, a desvalorização dos recursos que os correntistas tinham a sabedoria de nela depositar. Ao final de cada mês poderiam fazer os saques com os juros e correções da sua caderneta de poupança.

Com o Plano Cruzado, somente poderiam fazê-lo, com correções e juros, depois de decorridos longos seis (6) meses do depósito. Este fato, aliado à redução da remuneração nominal causada pela queda imediata da taxa de inflação, devido ao congelamento de preços que, nos três primeiros meses, reduziu praticamente a zero a inflação, contribuiu para desestimular os correntistas. Na cabeça daqueles agentes, a aplicação ficara desinteressante, porque “rendia menos”. Por esta razão passaram a fazer saques de imediato (não esperando os seis meses de liquidez da correção e dos juros das cadernetas de poupança, conforme estabeleciam as novas regras da caderneta de poupança) dos depósitos efetuados. Aqueles recursos ficaram disponíveis para demandarem bens e serviços. Assim, o conjunto formado pela pressão de demanda, motivada pelos preços em queda no primeiro instante, pelo fato dos correntistas fazerem saques nas cadernetas de poupança para demandarem bens e serviços,

além de ligeira melhora nos salários reais dos trabalhadores, motivada pela queda abrupta da inflação, provocou pressão na demanda. Como os preços estavam represados artificialmente, gerou-se a escassez de oferta. Os produtores, tendo os preços dos seus bens congelados, responderam reduzindo a produção, ou escondendo aquela que já havia sido realizada, provocando desabastecimento.

Estava criado o caldo de cultura para o surgimento do “mercado paralelo”, que o Governo respondia colocando a policia nas ruas tentando intimidar produtores e fornecedores no atacado e no varejo. As cenas de desabastecimento e de tentativa de repressão, por parte da policia que aconteceram na época foram patéticas, e podem ser assistidas no documentário “Laboratório Brasil” que está disponível na pagina da Câmara dos Deputados.

A equipe de economistas, que havia preparado o plano cruzado, sabia previamente que aquele congelamento não poderia ser mantido por muito tempo. Tanto que previu que, decorridos aproximadamente três meses, portanto, lá pelo mês de maio e junho, deveria haver o começo de uma reavaliação do congelamento, fazendo os reajustes gradativos, sobretudo dos preços daqueles itens que foram congelados quando estavam nas vésperas de serem “cipados”. O Governo tinha o controle dos preços desses produtos, haja vista que faziam parte de uma pauta previamente preparada, e que a Comissão Interministerial de Preços, reunida de forma sistemática os ajustava. Naquela lista contavam, entre outros, alimentos essenciais como a carne de gado, além de combustíveis e outros itens relevantes na formação da cesta de bens que compunha os itens com que a Fundação Getulio Vargas calculava o Índice Geral de Preços (IGP), que era o “calibrador” oficial da inflação por aquela ocasião.

Contudo, naquele ano de 1986 haveria eleições para Governadores, para Deputados e Senadores. Os Deputados e Senadores, que seriam eleitos em 15 de novembro daquele ano, iriam escrever a Constituição de 1988, e teriam que decidir acerca do tamanho do mandato do então presidente da República (José Sarney) e dos futuros inquilinos do Palácio do Planalto.

Por essas razões singelas, num país em que, com raras exceções, os projetos pessoais de poder sempre prevalecem sobre os interesses gerais da população, não haveria, por parte do governo, e do partido que lhe dava sustentação, qualquer interesse em descongelar os preços, porque isso iria fazer recrudescer a inflação de imediato, até porque, com o

passar do tempo as tensões por aumento de preços se acumularam. Havia forte tensão de inflação reprimida. O presidente, por sua vez, almejava permanecer no poder por cinco anos, em vez dos quatro que a sociedade brasileira queria. O PMDB, que surgira em substituição ao MDB devido à reforma partidária, que era o partido que detinha o poder, tanto na figura do Presidente da República como nas duas casas do Congresso, queria garantir a eleição do maior número possível de Governadores e de parlamentares para a Constituinte de 1988. Isso se materializava com farto uso da máquina governamental, incrementando o desequilíbrio fiscal que pressionava uma inflação que estava artificialmente controlada.

Com esses interesses em jogo, que excluía a vontade da maioria dos brasileiros, o congelamento que provocava desabastecimento foi sendo empurrado até o dia das eleições no dia 15 de novembro de 1986, para governadores, deputados e senadores. A forte manifestação do poder econômico fez com que o PMDB apenas não elegeesse o governador de Sergipe, que na época estava vinculado ao PFL. Além disso, o partido no governo (o PMDB) fez ampla maioria nas duas Casas do Parlamento Nacional, controlando-a para a elaboração da Constituição de 1988. Uma grande demonstração de esperteza que, como sempre, deixava de lado os interesses maiores da população brasileira de lado. Tanto assim que fechadas as urnas, tendo assegurada a vitória do seu partido, o Presidente da República decretou o fim do congelamento de preços em 16 de novembro de 1986.

Aconteceu o que todos aqueles que entendem minimamente de economia anteviam. Os preços represados dispararam, a inflação ficou totalmente descontrolada. O Presidente, que havia conquistado simpatia no início do Plano Cruzado, caiu em descrédito popular. A partir dali ficou insustentável a presença do Ministro da Fazenda (Dílson Funaro) que foi substituído pelo Economista Luis Carlos Bresser Pereira, que também permaneceu por pouco tempo, o suficiente para fazer o chamado “Plano Bresser” que também não conseguiu debelar a hiperinflação. (RUIZ, 2003).

O Governo terminou melancolicamente, tendo o Economista Mailson da Nóbrega como Ministro da Fazenda. Os desarranjos eram enormes, o descrédito também. O Ministro tentou voltar às origens ensinadas nos manuais de economia, adotando a chamada política gradualista de combate à inflação, vulgarmente chamada de política “feijão com arroz”. Também não surtiu efeito, e o Governo Sarney deixou como legado uma hiperinflação de 86% no mês de março de 1990 e uma elevada

taxa de desemprego, ou seja, a sua herança foi um gigantesco processo “estagflacionário”.

Nas primeiras eleições democráticas, depois do longo período de eleições indiretas para Presidente da República, que ocorreriam em outubro de 1989, foram para o segundo turno Luis Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Melo. Lula era então temido pelas “elites econômicas”, mas tinha grande penetração entre estudantes e em expressivos segmentos intelectuais, sobretudo nas Universidades brasileiros. Collor de Melo, filho de ex-senador da República e egresso do Governo das Alagoas, um dos estados mais pobres da Federação, havia sido ungido à condição de candidato com grandes chances de vitória, respaldado em forte aparato de comunicação de massa, e pelo receio que Lula então despertava em segmentos formadores de opinião pública, sobretudo na grande mídia eletrônica.

O discurso inflamado de Collor era repleto de metáforas e apelos moralistas. Identificou a inflação como um “dragão” que ele iria eliminar com “um único tiro certeiro” com a sua “espingarda calibrada”. Além disso, dizia que iria ser o “caçador dos marajás” do serviço público. Prometia que todos aqueles que tivessem usufruído ganhos anormais no serviço público, anteriores à sua chegada ao poder, seriam implacavelmente perseguidos, e iriam devolver os excedentes recebidos. O discurso do “caçador de marajás” soava como música nos ouvidos de segmentos expressivos e conservadores da sociedade brasileira que acreditaram que ele iria de fato agir assim.

A retórica fortemente metafórica e inflamada, pretensamente moralizante, com um forte apelo midiático, e o medo que parte da população tinha do candidato do Partido dos Trabalhadores, propiciou a eleição, em segundo turno, de Collor de Melo, em outubro de 1989. Aquela eleição dividiu os brasileiros.

O presidente que estava de saída (José Sarney) ficara acuado durante todo o processo eleitoral. Nenhum candidato quis-lhe o apoio. Transmitiu o cargo em março de 1990 ao primeiro presidente eleito, depois da retomada da democracia no Brasil. Naquele dia acreditava-se que o ex-presidente havia morrido politicamente, tal o nível de rejeição generalizada em que teve de deixar de ser inquilino do Palácio do Planalto.

Collor de Melo assumiu, com hiperinflação de mais de 80% ao mês e nomeou como Ministra da Fazenda a Economista Zélia Cardoso de Melo.

A Ministra montou a sua equipe e criou “Plano Collor-Zélia” que, segundo ela e o presidente recém-empossado, seria o programa ou a “espingarda que daria o tiro certo no dragão inflacionário”. O “tiro” seria o confisco das contas correntes dos brasileiros e das suas poupanças. Essa foi a principal meta do “Plano Collor de Estabilização Monetária”. Aquela talvez tenha sido uma das maiores irresponsabilidades administrativas de que se tem notícia neste Brasil. Provocou uma crise de liquidez sem precedência na economia e, obviamente, não resolveu o problema inflacionário. Na época eu escrevi um artigo para um jornal de Fortaleza, em que eu dizia que o “tiro ricocheteou e atingiu os brasileiros passando muito distante do dragão”. “A espingarda” utilizada tinha o ‘cano distorcido’ e acertou o ‘alvo’ de sempre: a maioria da população brasileira, que sobrevivia com baixa renda”. Em vez disso, a inflação anual, ao fim do seu governo, em dezembro de 1992, chegaria a 1.200% ao ano. A hiperinflação trazia como condimento uma elevada taxa de desemprego provocada pelas medidas equivocadas na sua desastrosa gestão. Uma verdadeira tragédia, tanto do ponto de vista econômico, como social e político.

Envolvido numa avalanche de denúncias de corrupção, feitas até por familiares e auxiliares muito próximos e, principalmente, por ter se tornado desinteressante para os segmentos econômicos importantes, inclusive aos meios de comunicação (aqueles mesmos que o haviam criado), Collor de Melo foi deposto em 29 de dezembro de 1992.

Assumi em seu lugar o engenheiro Itamar Franco, baiano de nascimento, mas que houvera feito a sua carreira política em Minas Gerais. Político polêmico, mas que tinha a fama de não transgredir com falcaturas, Itamar assumiu a Presidência da República num outro momento difícil, tanto de um ponto de vista econômico como social e político. A hiperinflação (1.200% ao ano) deixada por Collor, e a estagnação econômica, continuavam sendo os fantasmas que perseguiam as vidas de milhões de brasileiros, sobretudo aqueles situados na base das pirâmides, social e econômica.

Depois de algumas experiências mal-sucedidas no afinamento da máquina administrativa, que havia selecionado para lhe auxiliar, colocou finalmente um Sociólogo, Fernando Henrique Cardoso (FHC), para ser o Ministro da Fazenda. Daquela pasta deveriam sair as medidas necessárias para estancar a hiperinflação em curso, que iniciara nos governos militares e havia sido deixada em patamares inimagináveis pelos governos desastrosos de José Sarney e Collor de Melo.

FHC, um arguto e festejado Professor e intelectual, embora não sendo economista, desconfiava de quais seriam as suas causas. Cercouse de uma boa equipe de economistas da região Sudeste do Brasil, onde fez a sua carreira como acadêmico e como político. Autorizado pelo presidente Itamar Franco, a quem cabe o grande mérito da decisão, FHC implantou, em julho de 1994 o “Plano Real” que, sem sobressaltos, sem congelamentos, sem “dar tiros em dragões”, apenas com medidas clássicas de controle fiscal e monetário, além da valorização da taxa de câmbio, segurou a demanda interna e, por esta via, a inflação ficou sob controle, perdurando até os dias de hoje, num fato inédito na história recente econômica e política do país. (LOPES, 1986).

Ancorado nos bons resultados do Plano Real, FHC se elegeu Presidente da República em 1994, derrotando Lula que fazia a sua segunda tentativa de se eleger para aquele cargo. Como medidas complementares à estabilização monetária, o Plano Real previa, acertadamente, privatização de empresas estatais que eram reconhecidamente ineficientes, focos de corrupção política e cabides intermináveis de empregos para familiares, cabos eleitorais e amigos-apadrinhados de políticos. Essas medidas, juntamente com uma abertura maior da economia brasileira, seriam implantadas já no Governo de FHC que substituiria Itamar Franco a partir de primeiro de janeiro 1995. (Lopes, op. cit.)

A taxa de câmbio permanecia sob o controle da autoridade monetária (Banco Central), no regime de “bandas cambiais”, em que lhes eram “permitidas” flutuarem entre valores mínimos e máximos, estabelecidos por aquela autoridade monetária. Contudo, isso gerava crises cambiais. Os preços estavam estabilizados internamente, mas a balança comercial apresentava déficits crescentes. As reservas cambiais do país caíram para níveis assustadores. Além disso ocorreram crises mundiais, como a da Rússia que repercutiram internamente. O governo FHC teve de recorrer ao Fundo Monetário Internacional que, obviamente, impôs a receita de mais controle fiscal, mais restrição ao crédito interno. As taxas de juros precisavam ser mantidas em patamares elevados, em termos reais (a inflação estava sob controle internamente), para segurar a demanda interna (para evitar pressões inflacionárias) e para atrair fluxos de capitais, que compensariam a queda nas exportações de bens e serviços.

Esse fato (a dependência da balança de capitais para contrabalançar o déficit em conta corrente, que precisavam de juros reais elevados) criou

uma vulnerabilidade muito grande para a economia brasileira. As dívidas públicas, interna e externa, dispararam. Adicionalmente, os juros reais mantidos em patamares elevados inibiam os investimentos internos, o que dificultava a expansão de uma economia, que já tinha elevada taxa de desemprego, herdada dos governos Sarney e Collor de Melo.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso conquistou um segundo mandato, derrotando, pela segunda vez, ainda no primeiro turno, o candidato Lula, na sua terceira tentativa de eleger-se presidente. Isso somente foi possível porque o Congresso modificou a Constituição Brasileira, permitindo a reeleição de presidentes, governadores e prefeitos por mais um mandato de quatro anos. FHC tomou posse no dia primeiro de janeiro de 1999, e no dia treze (13) daquele mês mudou o regime cambial brasileiro para flutuante.

O objetivo de manutenção da estabilidade monetária se complementou com a implantação de dois projetos importantes. A partir de primeiro de junho de 1999 o Brasil passou a adotar formalmente o regime de metas de inflação. O Congresso Nacional, em maio de 2000, aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A LRF surgiu com o intuito de impor limites aos gestores da política fiscal da União, Estados e Municípios. Um dos seus principais objetivos consiste no controle de gastos e endividamento excessivo por parte dos governos estaduais e municipais (FIORAVANTE; PINHEIRO; VIEIRA, 2007). A LRF estabelece “normas de Planejamento e Controle das Contas Públicas, impondo critérios transparentes para a estimativa da Receita e controles da Despesa Pública” (ARVATE; BIDERMAN, 2004, p.365). Assim como definiu o conteúdo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), determinando modificações na elaboração do Orçamento Programa (Lei Orçamentária Anual - LOA) e em todo o processo de prestação de contas e fiscalização, buscando assegurar a transparência na gestão pública (ARVATE; BIDERMAN, 2004). Assim, praticamente se fechava o cerco aos focos inflacionários.

O país começava a recuperar o fôlego nas contas externas, já não dependendo apenas do fluxo de capitais, mas com o revigoramento das exportações, sobretudo de bens derivados das agroindústrias e de commodities e, melhor ainda, com os preços estabilizados internamente. Estava criado o clima para que o crescimento econômico pudesse finalmente acontecer.

Em 2002 aconteceram novas eleições presidenciais no Brasil e Lula, finalmente, se elegeu. Não sem antes acalmar os investidores externos e

internos afiançando, através de documento escrito e elaborado antes das eleições em outubro, que manteria os fundamentos macroeconômicos da política de estabilização monetária, que incluíam o rigor fiscal, o superávit fiscal, as metas inflacionárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e o regime cambial flutuante, entre outras medidas. Tomou posse em janeiro de 2003 e, de fato, manteve todos os fundamentos macroeconômicos do governo FHC, não reviu as privatizações que eram tidas por ele, e pelo seu partido, como vilões, que haviam sido implantadas no governo que lhe antecedeu e ao qual exerceu oposição implacável.

Alem de incorporar na íntegra os fundamentos macroeconômicos das políticas adotadas nos dois mandatos de FHC, que foram intensificadas a partir de 1999 com a implantação das metas inflacionárias, e em 2000 com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lula incorporou ao seu governo todos os programas de transferências de renda dos governos FHC, agrupando-os no Programa que designou de “Bolsa Família” que passaria a ser a menina dos olhos e o carro chefe do seu governo.

As reflexões feitas até aqui foram expostas para mostrar que a grande causa da pobreza e das desigualdades no Brasil nos anos recentes, sobretudo a partir do Governo João Goulart e daqueles que o depuseram, dos regimes militares, estava ancorada na inflação que começou nos anos sessenta e se intensificou, transformando-se em hiperinflação entre os anos de 1980 e começo de 1994, antes do Plano Real.

Entre abril de 1980 e abril de 1994 a inflação no Brasil atingiu a assombrosa cifra de 20.759.903.275.651%. Isso mesmo: 20,76 trilhões por cento. Uma tragédia distributiva sem precedentes no Brasil e talvez única no mundo moderno. (Laboratório Brasil, 2011).

A hiperinflação do período provocou conflitos distributivos e era sinergicamente provocada pelos conflitos. A concentração da renda decorrente, e as desigualdades intra e inter-regionais aumentaram o tamanho da população carente, tanto de renda como de serviços essenciais. As energias dos agentes econômicos do país, sobretudo do Estado Brasileiro, por longo tempo ficaram direcionadas, para debelar o processo de corrosão das moedas que se sucediam na medida em que novos planos de estabilização eram criados.

Entre os anos de 1980 e 1991 o Brasil teve experiências desastrosas de combate à inflação que o transformaram num verdadeiro “Laboratório”. Tivemos os seguintes planos que foram desenhados para debelar a

inflação: “Plano Cruzado”; “Plano Cruzado Novo”; “Plano Bresser”; “Plano Feijão com arroz”; “Plano Collor”; “Plano Collor II”, “Plano Verão”. Entre 1980 e 1994 tivemos as seguintes moedas: Cruzeiro, Cruzeiro Novo, Cruzado, Cruzado Novo, Cruzeiro novamente, Cruzeiro Real e Real (Laboratório Brasil, 2011).

Esse era o grande mau que precisava ser fustigado e vencido, sobretudo porque provocava, e sempre provocará, maiores danos para aqueles segmentos que se posicionam na base das pirâmides econômica e social. Não obstante a identificação da virulência da inflação, os diagnósticos anteriores ao plano real eram equivocados quanto às causas da inflação brasileira: o forte desajuste fiscal. Desajuste que na era Sarney foi exacerbado para viabilizar-lhe mais um ano de mandato. Por isso, como tentamos mostrar nas discussões anteriores, todos os “remédios” (com exceção de um, o Plano Real), foram equivocados tanto na construção como na execução.

O problema crucial era: As “cobaias” daquele “laboratório” de experiências mal sucedidas eram os brasileiros que afundavam com a instabilidade das moedas que surgiam a cada novo plano, com a recessão, com a aceleração da queda do poder de compra da sua renda, com a perda dos empregos, com o achatamento das suas rendas por causa da inflação. No conflito distributivo que se instala num processo assim, sempre sobra para os mais carentes. As medidas de controle à inflação sempre tem como ingredientes o controle rígido dos gastos públicos. Com a restrição desses gastos, os serviços públicos ficam piores do que já são normalmente, em um país como o Brasil. Os maiores usuários desses serviços são os pobres. Cria-se assim um círculo vicioso difícil de romper.

A prioridade de debelar a inflação estava correta, mas os meios utilizados para contornar os problemas estavam equivocados, porque o diagnóstico era incorreto. No período imediato ao regime militar os governantes, tal como já haviam feito os militares, acreditavam que poderiam financiar os seus déficits orçamentários fabricando dinheiro.

No descontrole orçamentário estava a principal fonte da inflação brasileira. A outra fonte estava ancorada no equivoco brasileiro em promover o seu crescimento a partir do uso do transporte particular, contrariando o que aconteceu nos países hoje desenvolvidos que deram prioridade às ferrovias, hidrovias e aos veículos de transporte de grandes massas humanas. Isso gerou dependência a uma fonte de energia poluente e que não dispúnhamos na época em quantidades suficientes

para o abastecimento interno, ao tempo em que provocava, e provoca, desconforto nas cidades com os congestionamentos de trânsito que torna insuportável a vida nesses centros.

Assim, o racionamento desse item, fundamental para a economia do país, somente poderia ser via preços. Como a matriz energética era fundamentada no uso do petróleo, em todas as cadeias produtivas, os preços cresciam em cascata, de tal sorte que o produto final na ponta do processo produtivo sempre saia muito inflacionado.

Desenhou-se, desta forma, uma estrutura econômica e social que tinha um fortíssimo viés contra os mais carentes, o que contribuiu para incrementar os já dramáticos níveis de pobreza no país. Pior que isso, a pobreza se espalhou de forma desigual ou assimétrica entre as regiões brasileiras. O Nordeste e o Norte brasileiro, nesta ordem, se consolidaram nos redutos dos maiores bolsões de pobreza, como se mostra neste trabalho.

A estrutura econômica ficou emperrada, a pouca disponibilidade de infraestrutura produtiva era causada pela baixa capacidade de acumular poupança interna. O Brasil é um país pobre e, por isso, a maior parte da população não poupa e aqueles poucos membros pertencentes da classe média para cima, têm elevada propensão a consumir bens importados, como normalmente acontece em economias assim. Tudo isso agravado pelo endividamento externo, que se deu em profusão por ocasião dos governos militares e que prosseguiu nos governos pós regime militar, criou obstáculos para que as ações conjunturais e estruturais da economia e da sociedade não se viabilizassem em benefício da maioria dos brasileiros. Pior, geraram vieses significativos, criando brasileiros de primeira, segunda, terceira e de outras categorias mais inferiores. Provocou segregação econômica e social no Brasil.

Um fator adicional a comprometer o desempenho da economia brasileira, emperrando-a, é a elevada carga tributária que somos obrigados a pagar para os Governos Federal, Estaduais e Municipais. Impostos diretos e indiretos (alguns fortemente regressivos, como são aqueles que incidem sobre alimentos essenciais) que não se traduzem na prestação de serviços de qualidade pelo Estado Brasileiro. Ao contrário, o Brasil detém uma das maiores cargas tributárias do mundo e, em contrapartida, apresenta uma das piores prestações de serviços públicos do planeta.

Esta breve retrospectiva da história econômica recente do Brasil, sem qualquer pretensão de ser exaustiva, teve como objetivo mostrar que a

disseminação da pobreza, entendida como exclusão social, na forma que se discute neste livro, não aconteceu por acaso no Brasil. Assim como não foi por acaso que se desenvolveu a distribuição assimétrica do quadro que segrega os brasileiros em grandes bolsões de pobreza situados nas regiões Nordeste e Norte, nesta ordem, que apresentam, proporcionalmente, os maiores registros de pobreza. Vale salientar que as regiões ricas (Sudeste e Sul) que, em termos relativos têm menores taxas de pobreza, apresentam números absolutos de pobres bastante significativos.

Todo esse período de turbulências políticas e econômicas, que o país atravessou a partir de agosto 1962, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, posse intempestiva de Jango, sua deposição através de Golpe Militar em 1964 até a estabilização da moeda em 1994, teve repercussão importante sobre os segmentos mais vulneráveis da economia, que são aqueles que sobrevivem na base das pirâmides, econômica e social. Os planos de estabilização (os que deram errados ou o que deu certo) tinham como uma das suas componentes políticas restritivas, fiscais, monetárias e cambiais. Todas elas provocam desemprego. O desemprego, por sua vez, leva a quantidade de pessoas ávidas a trabalharem por qualquer salário. Isso provoca uma baixa inexorável dos salários, além de reduzir o poder de barganha dos trabalhadores que conseguirem assegurar os seus empregos.

Tudo se passa como se a economia funcionasse como uma imensa fábrica com paredes transparentes em que os trabalhadores que continuam empregados têm uma visão ampla da fila do lado de fora, formada por aqueles que estão desempregados, e dispostos a ocuparem os seus lugares com qualquer remuneração. Isso fragiliza as relações de trabalho, propicia aos patrões um maior poder de barganha para pagar salários mais baixos e até negligenciar sobre as condições de trabalho. Os que se mantêm empregados ficam cientes que não poderão reclamar dos salários nem das condições de trabalho, porque sabem que a qualquer movimentação nessas direções o empregador os demitirá, pois sabe que terá uma quantidade de trabalhadores desempregados, do lado de fora da fábrica, ávidos a trabalharem por qualquer salário.

Além disso, os trabalhadores que primeiro perderão os empregos, nas fases de crise, serão aqueles que detiverem menor qualificação, leia-se os mais pobres. Com as restrições fiscais de redução dos gastos públicos, esses serviços se fragilizam. Não sobrarão recursos para elevar a rede de esgotamento sanitário, para ampliar a rede de distribuição de água encanada. O serviço de coleta do lixo fica restrito a alguns

segmentos que tem capacidade de formar opinião. A escola pública se deteriora. Todos os serviços que são mais utilizados pelos trabalhadores de baixa renda (ou pelos desempregados, vítimas das crises, ou não) se deterioram ou se fragilizam. Assim, a pobreza se espraia com o agravante de a população pobre crescer a uma taxa vegetativa bem mais elevada do que aquelas de melhor posição social e econômica. Serão mais bocas a serem alimentadas com pouca ou nenhuma renda. Mais gente necessitando da participação do Estado que está engessado devido às restrições fiscais impostas pelos programas de ajustamento para debelar o câncer inflacionário.

Este foi o conjunto de eventos que se tentou buscar, fazendo essa breve retrospectiva, para mostrar que as conseqüências dos desajustes e as suas tentativas de reparos, sempre repercutirão, de forma muito mais intensa, sobre os segmentos mais carentes, sobretudo em uma sociedade como a brasileira que é extremamente desigual.

Foi a partir desses cenários que se produziu este documento na sua terceira edição e que dá continuidade e atualiza as informações apresentadas nas edições anteriores. Nesta edição, como na primeira e na segunda edições do livro, se busca fazer a atualização do diagnóstico dos indicadores de pobreza, entendida, tecnicamente, como exclusão social. Nesta edição introduz-se uma modificação metodológica importante na aferição do Índice de Exclusão Social. Os seus indicadores se reduzem a três, assim definidos: Passivo Econômico; Passivo Educacional e Passivo Ambiental. Acredita-se que com esta modificação metodológica, em que os detalhes estão mostrados no texto, torna-se o IES mais ágil e mais rigoroso na aferição dos níveis de pobreza entendida como exclusão social.

O estudo continua tendo como objetivo aferir os indicadores de privações de serviços essenciais e de renda, bem como estimar o IES em todos os municípios do Brasil – agora utilizando os dados dos Censos Demográficos de 2000 e de 2010. Objetiva-se, também, acompanhar a evolução dos indicadores de privações no Brasil, regiões e Estados brasileiros, com desdobramentos para as áreas urbanas e rurais, no lapso de tempo compreendido entre os anos de 2001 e 2009.

Adicionalmente o estudo, nesta nova edição, busca avaliar os resultados objetivos das políticas de transferências de renda que se iniciaram ainda no Governo FHC (1995/2002) e foram incrementadas no Governo Lula entre 2003 e 2010.



Discussão conceitual

Na realização deste estudo, utilizam-se alguns conceitos e definições que são essenciais para a sua fundamentação e base teórica. Os conceitos a serem apresentados e discutidos em algumas das suas dimensões são: Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Desenvolvimento Rural, Pobreza e Exclusão Social, bem como a relação que existe entre Pobreza e Degradação Ambiental.

2.1 - Desenvolvimento Econômico e Crescimento Econômico

Segundo o Dicionário de Economia e Administração organizado por Sandroni (1996), desenvolvimento econômico consiste no crescimento econômico traduzido na elevação do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*, devidamente acompanhado por uma melhoria do padrão de vida populacional e por alterações estruturais na economia.

Durante muito tempo, os conceitos de crescimento e de desenvolvimento econômico foram utilizados como se fossem sinônimos. No entanto, esta identidade não é verdadeira, e começamos a discussão conceitual deste trabalho tentando estabelecer as diferenças que existem entre os dois conceitos. Desenvolvimento é um conceito complexo que envolve uma grande quantidade de elementos para o seu entendimento. Uma das primeiras lições que se apreende em qualquer bom curso de Economia, para economistas ou não, é a distinção que deve haver entre

os conceitos de crescimento e desenvolvimento. O crescimento é aferido apenas através de indicadores de *quantum* ou de quantidades, como, por exemplo, o produto agregado nas suas diferentes formas de aferição (PIB agregado, renda agregada) ou de um destes agregados expressos em termos médios. Desenvolvimento econômico é um conceito bem mais abrangente do que o mero crescimento do produto agregado de um país, de uma região ou de um estado ou município. Com efeito, para Furtado (1983) o conceito de desenvolvimento econômico implica bem mais do que o mero crescimento econômico ou a acumulação de capital. Desenvolvimento econômico para este autor, está além da capacidade produtiva do sistema social e implica numa irradiação do progresso econômico para o grosso da sociedade.

Goodland (1989) estabelece a distinção que, na sua avaliação, deve existir entre crescimento e desenvolvimento. Para ele, crescimento econômico se refere à expansão da escala das dimensões físicas do sistema econômico, ou seja, o incremento da produção econômica. Desenvolvimento econômico significa o padrão das transformações econômicas, sociais, estruturais, através da melhoria qualitativa e do equilíbrio relativo ao meio ambiente.

De uma perspectiva estritamente técnica, o desenvolvimento econômico, quando confundido com o mero crescimento, depende fundamentalmente da elevação do nível de produtividade dos fatores de produção. A elevação de produtividade, por sua vez, depende da acumulação de capital. Esta concepção de desenvolvimento está em concordância com a escola clássica, principalmente na linha de pensamento de Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo. No geral estes pensadores concordam que o acúmulo de capital se constitui na fonte fundamental para o crescimento. Mas queremos demonstrar, neste trabalho, que isso não implicará, necessariamente, em melhoria dos padrões de vida generalizados da sociedade.

Ao imputar, ao crescimento da produtividade do sistema econômico decorrente da acumulação de capital, papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico, este conceito pode derrapar no excessivo economicismo, cuja consequência é promover uma apartação da atividade econômica das relações sociais e políticas, tentando dar-lhe uma conotação falsamente “neutra”. Por este caminho de interpretação, digamos reducionista, corre-se o perigo de desconsiderar os aspectos estruturais do subdesenvolvimento econômico (que seria a antítese

do desenvolvimento) e direcionar as políticas públicas através de pistas equivocadas como aquelas que pressupõem a possibilidade de existência de concorrência perfeita, da ocorrência dos preços naturais, e o desenvolvimento como decorrente do efeito induzido e necessário de uma “certa corrente de inovação, de modernização tecnológica e do apoio das grandes potências” (GARCIA, 1985, p. 16).

A interpretação de Schumpeter (1997) para o entendimento de desenvolvimento também envereda por uma trilha crítica ao pensamento clássico. Na visão schumpeteriana,

o desenvolvimento econômico é simplesmente o objeto da história econômica, que por sua vez é meramente uma parte da história universal, só separada do resto para fins de explanação. Por causa dessa dependência fundamental do aspecto econômico das coisas em relação a tudo o mais, não é possível explicar a mudança econômica somente pelas condições econômicas prévias. Pois o estado econômico de um povo não emerge simplesmente das condições econômicas precedentes, mas unicamente da situação total precedente (SCHUMPETER, 1997, p. 70).

E a interpretação dinâmica e, ao mesmo tempo, crítica de Schumpeter aos métodos convencionais ou reducionistas de avaliação do desenvolvimento econômico prossegue quando afirma que: “quando for simplesmente uma questão de tornar inteligível, o desenvolvimento, ou o seu resultado histórico, de elaborar os elementos que caracterizam uma situação ou determinar uma saída, a teoria econômica no sentido tradicional, não tem quase nada com que contribuir.” (SCHUMPETER, 1997, p. 71).

Com esta postura crítica aos métodos convencionais da teoria econômica, Schumpeter estabelece a sua própria interpretação para desenvolvimento. Para ele,

entenderemos como desenvolvimento, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe foram impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é, na prática, baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado

economicamente, mas que a economia, em si mesma, seu desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento deve ser procurada fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica (SCHUMPETER, 1997, p. 74).

Esta interpretação remete para a reflexão de que o desenvolvimento é um processo que resulta da transformação das condições históricas e de vida de uma sociedade em seu conjunto e não apenas das ações de uma classe social ou de um grupo hegemônico (os detentores dos meios de produção), e que só pode ocorrer à medida que for articulado um projeto político de uma nova sociedade e que, necessariamente, se fundamenta em uma mobilização autônoma da população enquanto protagonista, gestora e beneficiária direta dessas operações estratégicas de mudanças. (GARCIA, 1985.).

Por esta linha de pensamento, que, na verdade, tem uma forte inspiração em Schumpeter, enuncia-se uma definição de desenvolvimento econômico proposta por Garcia e que estabelece que:

desenvolvimento é o resultado de um processo global de transformações revolucionárias nas relações de produção e nas condições históricas de vida de uma sociedade em suas diversas e inter-relacionadas dimensões: econômicas, sociais e culturais (GARCIA, 1985, p. 71).

Existem outros pensadores que imaginam que o desenvolvimento econômico deva ir nessa linha de Garcia e Schumpeter, mas apresentam propostas de ações que fomentam o desenvolvimento, que acabam indo de encontro ao próprio conceito que eles mesmos defendem. Trata-se, portanto, de uma grande contradição entre a teoria e o fazer empírico do desenvolvimento. Este é o caso da interpretação de desenvolvimento proposta por Singer e Ansari (1979). Esses autores enfatizam a importância da abertura econômica para a promoção do desenvolvimento, ao considerarem relevante a importação ampla e irrestrita de tecnologias dos países avançados pelas economias subdesenvolvidas. Ancorados nesses fundamentos de análise, estabelecem o conceito de desenvolvimento que utilizam na sustentação da base empírica do trabalho que desenvolveram e que visava estabelecer as diferenças entre países ricos e países pobres. Vejamos o que dizem:

desenvolvimento econômico não quer dizer simplesmente aumento do PNB de um país, mas diminuição da pobreza a um nível individual. Provavelmente os melhores indicadores de pobreza sejam o baixo consumo de alimentos e o elevado desemprego. Se estes problemas forem abordados de maneira adequada, junto com o crescimento do PNB e com uma distribuição de renda razoavelmente equitativa, aí sim, poder-se-á falar num genuíno desenvolvimento econômico (SINGER; ANSARI, 1979, p. 18).

O ponto de discordância com este conceito de Singer e Ansari é quando explicitam que, para haver desenvolvimento, deve-se ter “o crescimento do PNB com uma distribuição da renda razoavelmente equitativa”. No nosso modo de entender, a renda tem que ser distribuída de forma equitativa (sem adjetivos) para que haja desenvolvimento.

Fica claro, assim, que os indicadores de *quantum*, isoladamente, não são capazes de aferir os níveis de bem-estar e de qualidade de vida e, portanto, de desenvolvimento, haja vista que alguns, ou todos eles, podem estar associados a desigualdades sociais significativas. A sociedade pode produzir um bolo relativamente elevado e que é repartido apenas entre uma seleta e restrita parcela da população. Através do conceito de desenvolvimento econômico, deveria haver um envolvimento equitativo da sociedade na repartição deste bolo. Adicionalmente, essa maior participação deveria vir acompanhada de melhores padrões de qualidade de vida.

Isto posto, pode-se inferir que o crescimento econômico torna-se uma condição necessária, ainda que não suficiente, para que ocorra o desenvolvimento econômico. O corolário desta assertiva é: para que haja desenvolvimento econômico, é necessário um crescimento do produto agregado. Sim, porque a população cresce e o faz em taxas ainda expressivas nas economias mais pobres. Assim, o produto deveria crescer e ser distribuído de forma equitativa, ao menos, no nível do crescimento vegetativo da população.

Alguns indicadores de crescimento econômico são: Evolução do PIB agregado; do PIB *per capita*; elevação da produção de grãos; elevação do uso de máquinas e equipamentos agrícolas; evolução da produtividade de todos os fatores de produção; acumulação de capital; evolução da infraestrutura produtiva.

Como indicadores de desenvolvimento econômico, além daqueles que promovem o crescimento econômico, pode-se citar o acesso aos ativos sociais, como: água encanada, saneamento, coleta de lixo, educação.

Além desses, são também indicadores de desenvolvimento: a redução da taxa de mortalidade infantil; da taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos; redução da taxa de raquitismo em crianças menores de cinco anos; redução da taxa de mortalidade em mulheres no ato de dar à luz; acesso a alimentos com quantidades adequadas de calorias, vitaminas e sais minerais; o percentual de pessoal técnico de alta qualificação na população; garantia de trabalho com remuneração adequada independente do gênero, opção sexual, cor da pele, religião, opção política; inexistência de discriminação de qualquer dimensão; segurança de deslocamento sem o medo de ser assaltado ou violentado.

Todos estes indicadores deveriam estar devidamente ancorados em um elevado padrão de renda monetária pessoal, familiar ou domiciliar, que permitiria aos indivíduos terem acesso aos bens e serviços de que necessitam ou desejam.

2.3 - Desenvolvimento Humano

Uma visão mais atualizada do conceito de desenvolvimento econômico e que vem sendo adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de 1990 é a de Desenvolvimento Humano. Para fundamentar a importância e a viabilidade técnica de utilização do novo conceito, aquele organismo internacional fez a seguinte explanação no seu Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994:

a riqueza é importante para a vida humana. Contudo, centrar as atenções apenas neste indicador é incorreto por duas razões: Primeiro a acumulação de riqueza não é necessária para o preenchimento de algumas das escolhas do ser humano. Com efeito, os indivíduos e a sociedade fazem muitas escolhas que não precisam da riqueza para concretizá-las. Uma sociedade não precisa ser rica para estar habilitada a uma vida democrática. Uma família não precisa ser rica para respeitar os direitos de cada um dos seus membros. Uma nação não precisa ser rica para tratar os homens e as mulheres de forma eqüitativa. Tradições sociais e culturais, de grande valor, podem ser mantidas e - efetivamente o são - em todos os níveis de renda. A riqueza de uma cultura pode ser independente da riqueza material do seu povo. Segundo, as escolhas humanas se estendem além do bem-estar econômico. Os desejos humanos seguramente incorporam ter riqueza material. Porém eles precisam e querem também ter uma vida longa e saudável, beberem vigorosamente na fonte do saber, participarem livremente na vida da sua comunidade, respirarem um ar

livre de poluição, e apreciarem o simples prazer de viverem num ambiente limpo, com paz em suas mentes, que decorre do fato de possuírem um local seguro para morar, e ter a segurança de ter trabalho estável, com remuneração dignificante (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1994, p. 15).

E em página à frente, este relatório da ONU estabelece que, “a menos que as sociedades reconheçam que a sua verdadeira e real riqueza é o seu povo, uma obsessão excessiva com a criação de riqueza material pode obscurecer o seu último e fundamental objetivo que é o enriquecimento das suas próprias vidas” (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1994, p. 16).

Esta visão de desenvolvimento implica que não é apenas o nível de renda ou de riqueza auferidos pelas pessoas que é fundamental para que elas sejam felizes. É a forma como essa renda ou riqueza são despendidas que é importante como vetor que serve de alavanca para o bem-estar social e econômico. “O que é decisivo não é o processo de maximização da riqueza, mas a escolha que os indivíduos da sociedade fazem. Uma verdade simples, mas sempre negligenciada” (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1994, p. 16).

Na justificativa da utilização do novo conceito de desenvolvimento, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 ainda explícita que:

as pessoas não se constituem meramente em instrumentos úteis para a produção de bens, e que o propósito do desenvolvimento não é meramente produzir mais valor adicionado independente do seu uso. ...Atribuindo-se valor à vida humana apenas na visão de que ela pode ser um instrumento de produção de lucro - visão de capital humano - oferece perigos óbvios. Na sua forma extrema, esta visão pode facilmente conduzir à escravidão da força de trabalho, uso do trabalho forçado de crianças, e à exploração dos trabalhadores pelos seus patrões, como ocorreu durante a revolução industrial (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1994, p.17). Porém em todos os níveis de desenvolvimento, os três aspectos a serem considerados como relevantes e essenciais para os seres humanos (homens e mulheres) são: “propiciar uma vida longa e saudável; adquirir conhecimentos; e ter acesso aos recursos necessários para atingir padrões dignos de vida (HUMAN DEVELOPMENT REPORT , 1995, p. 11).

Nesta perspectiva, o conceito de Desenvolvimento Humano está ancorado em três bases fundamentais: Longevidade, Educação e Renda Monetária. A longevidade é aferida pela esperança de vida ao nascer, que,

dadas as circunstâncias atuais, uma criança teria em determinado país, estado ou município. Em termos mais pragmáticos, seria a idade em que, na média, as pessoas morrem nos lugares onde escolheram para viver. Assim, se esta média é elevada, a pessoa teria tido condições adequadas de saúde, saneamento, moradia, alimentação, lazer, dentre outros fatores que propiciam vida mais longa e saudável. Sem dúvida, trata-se de uma forma bastante adequada de aferir-se padrão de bem-estar social e conômico.

A segunda âncora de apoio do conceito de Desenvolvimento Humano é o estoque de educação acumulado por uma sociedade. Este estoque seria aferido pelo percentual de adultos (maiores de quinze anos) alfabetizados e pelos percentuais de matrículas nas escolas dos diferentes níveis. A hipótese objetiva deste ponto importante de suporte do conceito de desenvolvimento humano é que: sem educação, sem informação, não se pode pensar em desenvolvimento. Diríamos até que esta se constitui na principal âncora do desenvolvimento. Todos os países que cuidaram bem dos aspectos educacionais das suas populações experimentaram avanços substanciais nos seus padrões de desenvolvimento.

O terceiro suporte do conceito da ONU de desenvolvimento humano é a renda média. Não se conceberá desenvolver sem prover condições de trabalho e de remuneração digna para as populações. O acesso a padrões elevados de renda, ainda que não deva ser o objetivo definitivo do processo de desenvolvimento, como se demonstrou em duas passagens retiradas dos relatórios da ONU, deve, sim, constituir-se em um dos objetivos a serem perseguidos durante o processo de desenvolvimento. O acesso à renda monetária é que viabilizará às famílias e aos cidadãos e cidadãs adquirirem os bens materiais que não conseguem produzir com as suas habilidades. Um bom padrão de renda monetária também é importante para viabilizar níveis adequados de lazer para as pessoas. Lazer também se constitui em um aspecto importante de incremento de qualidade de vida.

Juntamente com o conceito de desenvolvimento humano, a ONU criou o instrumento de aferição do conceito de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que será apresentado e discutido, no que concerne aos seus indicadores, ponderações utilizadas, amplitude de variação, interpretação e eventuais limitações na aferição, em tópico mais à frente deste trabalho.

2.4 - Desenvolvimento Econômico Sustentável

Uma visão do desenvolvimento, tendo como epicentro o ser humano (homem e mulher), como discutido acima, vem emergindo com bastante vigor nos últimos anos. Esta nova visão de desenvolvimento enfatiza as necessidades e aspirações das pessoas como o ponto de convergência do processo de desenvolvimento. Esta visão, digamos, moderna e holística para o desenvolvimento econômico reconhece que o crescimento econômico, como se viu acima, que não se traduza em um incremento nos padrões de vida de toda a população é socialmente, politicamente, economicamente e ambientalmente insustentável.

Foi com esta perspectiva que, em janeiro de 1994, um encontro de cúpula de Ministros de Países Africanos responsáveis pelas políticas de desenvolvimento dos seus países concluiu que o desenvolvimento só pode ser sustentável se estiver baseado em e tiver como primeiro referencial os seres humanos (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1997).

Uma vez que o desenvolvimento se constitui num processo globalizante, sua sustentação no tempo também precisa ser entendida nesta perspectiva holística. Assim, sustentabilidade do desenvolvimento tem que conter, pelo menos, cinco dimensões, segundo estabelece Sachs (1997):

a) dimensão social, segundo a qual o desenvolvimento deve acontecer ancorado num crescimento econômico que propicie uma distribuição equitativa da renda e viabilize acesso aos ativos sociais, assegurando direitos às grandes massas, e que seja capaz de reduzir as desigualdades sociais, sobretudo num país como o Brasil;

b) dimensão econômica, que será conseguida pelo fluxo constante de inversões públicas e privadas, sempre buscando uma alocação técnica e economicamente eficiente dos recursos naturais renováveis e não-renováveis;

c) dimensão ecológica mediante a qual as atividades econômicas respeitem os ecossistemas, poupe-se ao uso de fontes poluentes de energias, e que os recursos naturais sejam repostos numa velocidade maior do que a sua eventual depredação, que deve ser evitada sempre;

d) dimensão geográfica, tendo em vistas que os problemas ambientais são ocasionados pela má distribuição espacial dos assentamentos urbanos. A urbanização desenfreada das cidades causada pelo êxodo

rural, que decorre do não-desenvolvimento rural, é uma das causas do desequilíbrio espacial na distribuição dos conglomerados humanos;

e) dimensão cultural, que, segundo Sachs (1997) talvez seja a mais difícil de ser alcançada. Os meios de comunicação de massa, a dependência econômica são fortes adversários deste suporte da sustentabilidade. No entanto, ela é crucial. A preservação dos valores locais, que incluem a forma de falar, vestir, a arte, as manifestações artísticas, a forma de alimentar-se são valores que precisam ser preservados para a posteridade (SACHS, 1997).

Além dessas âncoras, o Projeto Áridas (1995) ainda estabelece duas outras dimensões para o desenvolvimento sustentável:

a) dimensão técnico-científica, pela qual a sociedade seria capaz de gerar conhecimentos científicos que viabilizem o seu avanço e que sejam apropriados de forma democrática por todos aqueles que quiserem usufruí-los. Assim, deveria haver um sistema integrado e ativo de educação, grandemente viabilizado pelos estados, mas também buscando apoios na iniciativa privada, que é capaz de construir e disponibilizar acervo de bibliotecas, laboratórios, professores com alta especialização. Os países, sobretudo os mais pobres, deveriam criar instrumentos para incentivar estudantes a fazerem estudos avançados nas melhores universidades do mundo e, depois, voltarem para a sua região onde criariam núcleos de pesquisa que envolveriam outros jovens, criando assim uma sinergia ou um ciclo virtuoso de prosperidade científica;

b) dimensão político-institucional, segundo a qual as populações devem ter a liberdade de definir sobre os seus destinos. Deve haver o “empoderamento” das populações a serem beneficiadas por políticas de intervenção que sejam desenhadas no intuito de viabilizarem o seu desenvolvimento. Além disso, as instituições trabalhariam para facilitar a vida dos cidadãos e cidadãs, tornando-se mais ágeis no atendimento das suas demandas sempre crescentes, à medida que a sociedade avança.

Todas estas dimensões são consideradas segundo um aspecto dinâmico e guardando entre si uma interface com perspectiva intertemporal (PROJETO ÁRIDAS, 1995).

Nesta acepção, o conceito de desenvolvimento sustentável é frequentemente tratado indistintamente como Ecodesenvolvimento (SACHS, 1993). Para Sachs, ecodesenvolvimento nada mais é do que um processo de desenvolvimento socioeconômico equitativo que

pesquisadores anglo-saxões rebatizaram de Desenvolvimento Sustentável (SACHS, 1993).

Nesta visão avançada, segundo Sachs (1993) os novos paradigmas de desenvolvimento econômico (desenvolvimento sustentável) deveriam conter os seguintes princípios norteadores:

- i – ser solidários com as futuras gerações;
- ii – satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos;
- iii – buscar a participação efetiva da população envolvida, que é constituída dos verdadeiros atores do processo de desenvolvimento;
- iv – ter como meta a busca incessante da preservação dos recursos naturais, renováveis e/ou não-renováveis, bem como do meio ambiente em geral;
- v – criar um sistema social que garanta o trabalho estável com remuneração digna para todos, segurança social e pessoal e preservação cultural;
- vi – promover projetos e planos educacionais em todos os níveis para toda a população.

Com este tipo de fundamentação, o conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se mais difundido após a divulgação do Relatório de Brundtland, em 1987, pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. O Relatório de Brundtland, com o título de *O Nosso Futuro Comum*, foi elaborado por aquela Comissão que havia sido criada pela Organização das Nações Unidas e foi o resultado da resolução da Assembleia Geral do Outono, de 1987. Esta reunião foi presidida pela primeira ministra da Noruega, senhora Grö Harlen Brundtland (o título do Relatório, como se percebe, acabou prestando homenagem àquela autoridade do governo norueguês). Este relatório se constituiu no terceiro de uma série empreendida pela ONU. O primeiro havia sido elaborado pela Comissão Brandt sob título *Programa de Sobrevivência nas Crises*. A este documento, seguiu-se o relatório da *Comissão sobre Segurança e Desarmamento*.

O Relatório de Brundtland apresentou algumas sugestões de medidas que deveriam ser tomadas em nível das políticas públicas que visassem promover o desenvolvimento que apresentasse as características buscadas na definição apresentada no relatório. As medidas seriam:

- a – limitação do crescimento da população;
- b – garantia de segurança alimentar a longo prazo;
- c – preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- d – diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que incorporassem o uso de fontes renováveis de energia;
- e – satisfação de todas as necessidades básicas das pessoas;
- f – aumento da produção industrial nos países não-industrializados a base de tecnologias que fossem ecologicamente limpas;
- g – controle da urbanização desenfreada das populações; e
- h – promoção de uma maior e melhor integração entre o campo e a cidade. Neste aspecto, a promoção de programas de reforma agrária seria da maior relevância como estratégia para atingimento de todos os objetivos propostos.

Dessa maneira, segundo ainda as sugestões do Relatório de Brundtland, as entidades internacionais adotariam esta nova concepção de desenvolvimento, que tentava compatibilizar eficiência econômica com justiça social e com prudência ecológica. Tornar compatíveis estas concepções se mostra de difícil praticidade, à medida que eficiência econômica significa maximização de lucro e acumulação de capital. E justiça social e prudência ecológica caminham em direções opostas a estes objetivos. Para haver justiça social, deve-se avaliar se há compatibilidade com os objetivos dos empresários, que é a obtenção de retornos aos seus investimentos. A prudência ecológica, por sua vez, é incompatível com o imediatismo desses objetivos de maximização de retornos e de acumulação. Assim, parece-nos ser esta uma tentativa bastante difícil de acontecer dentro dos preceitos da economia em que o mercado está soberano e acima de quaisquer lógicas ou interesses mais gerais das populações como um todo, sobretudo daquelas mais carentes.

Com efeito, e corroborando o raciocínio acima, a tentativa de compatibilizar a chamada eficiência econômica com o respeito ao meio ambiente e a parcimônia no que se refere à utilização dos recursos naturais não se têm constituído em características dos padrões de desenvolvimento econômico até aqui empreendidos, sobretudo nos países industrializados, nem mesmo dos países menos industrializados. A propósito, Capra (1996), denuncia que:

o excessivo crescimento tecnológico criou um meio ambiente no qual a vida se tornou física e mentalmente doentia. Ar poluído, ruídos irritantes, congestionamento de tráfego, poluentes químicos, riscos de radiação, e muitas outras fontes de estresse físico e psicológico passaram a fazer parte da vida cotidiana da maioria das pessoas. Esses múltiplos riscos para a saúde não são apenas subprodutos casuais do progresso tecnológico, são características integrantes de um sistema econômico obcecado com o crescimento e a expansão, e que continua a intensificar sua alta tecnologia numa tentativa de aumentar a produtividade (CAPRA, 1996, p. 226-227).

Essa verdadeira obstinação por acumulação, que caracteriza o modo capitalista de produção e de crescimento, cria comportamentos e “necessidades” para a sociedade, que, em virtude da massificação da propaganda e da necessidade de competição induzida pelo próprio modelo, participa (os mais bem posicionados na estratificação social, é claro!) desta verdadeira batalha de consumo, que, para ser concretizada, requer a utilização excessiva de energias, que provocarão, por sua vez, a depredação da base de recursos naturais. Como se pode perceber, promove-se uma reação em cadeia no sistema, cujo desfecho final será uma deterioração dos diferentes biomas e da própria base produtiva. Ou seja, o modelo apresenta uma elevada componente de autofagia ou de autodestruição.

Esta assertiva pode ser captada na seguinte passagem:

o consumo excessivo e a nossa preferência pela alta tecnologia não só criam quantidades enormes de coisas inúteis, como requerem, em sua fabricação, gigantescos montantes de energia. A energia não renovável, derivada de combustíveis fósseis, aciona a maior parte dos nossos processos de produção, e com o declínio desses recursos naturais, a própria energia torna-se um recurso escasso e dispendioso. Em suas tentativas para manterem, e até aumentarem os seus níveis correntes de produção, os países industrializados do mundo têm explorado ferozmente os recursos disponíveis de combustíveis fósseis. Esses processos de produção energética podem vir a causar perturbações ecológicas e um sofrimento humano sem precedentes (CAPRA, 1996, p. 229).

E sobre as campanhas publicitárias indutoras do consumo para exibição ou consumo conspícuo ou ao consumo inútil, Capra pontifica que:

nossa obsessão por crescimento econômico e pelos sistemas de valores que lhe é subjacente, criou um meio ambiente físico e mental no qual a vida se

torna extremamente insalubre. Talvez o aspecto mais trágico desse dilema social seja o fato de que os perigos à saúde criados pelo sistema econômico são causados não só pelo processo de produção, mas pelo consumo de muitos dos artigos que são produzidos e promovidos por campanhas maciças de publicidade para alimentar a expansão econômica (CAPRA, 1996, p. 240).

Contudo, segundo Pearce, Barbier e Markandya (1990), desenvolvimento sustentável, como ideia, já havia sido bastante elaborado e discutido pelo documento produzido no grupo de trabalho conhecido como *União pela Conservação da Natureza*, e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1980, que produziu um documento chamado de *Estratégias de Conservação*.

Segundo Pearce, Barbier e Markandya (1990) desenvolvimento poderia ser definido como um vetor (D) de objetivos sociais desejáveis que uma sociedade persegue ao longo do tempo. As componentes desse vetor desejável incluiriam os seguintes elementos: crescimento da renda real *per capita*; incremento do *status* nutricional; padrões elevados de educação; acesso democrático aos recursos; uma justa distribuição de renda; incremento nos padrões de liberdades básicas, entre outros elementos. Para estes autores, “desenvolvimento sustentável poderia ser definido como uma situação em que o vetor de desenvolvimento D não decresce ao longo do tempo” (PEARCE; BARBIER; MARKANDYA, 1990, p. 3).

Repeto (1986 apud PEARCE; BARBIER; MARKANDYA, 1990) define desenvolvimento sustentável da seguinte forma:

é uma estratégia de desenvolvimento que maneja de forma conveniente todos os ativos, recursos naturais e recursos humanos, bem como os ativos físicos e financeiros, para incrementar tanto a riqueza como os níveis de bem-estar de longo-prazo. Desenvolvimento sustentável, como objetivo, rejeita políticas e práticas que mantenham os padrões atuais de vida alcançados pela depredação da base produtiva, incluindo os recursos naturais, que deixa as gerações futuras com perspectivas depauperadas e com maiores riscos do que a nossa própria geração (REPETO, 1986 apud PEARCE; BARBIER; MARKANDYA, 1990, p.5).

No Encontro Mundial para o Desenvolvimento Social (World Summit for Social Development – WSSD) realizado em Copenhague, de 6 a 12 de março de 1995, ficou estabelecido que Desenvolvimento Humano

Sustentável implica em padrões de mudanças econômicas e sociais fundamentados na pessoa humana. Nesta linha de argumento, o WSSD elaborou o documento chamado de *Declaração e Programa de Ação*, que tem como fundamento básico o seguinte princípio:

o desenvolvimento tem que promover o incremento dos níveis de bem-estar do ser humano, removendo a fome, doenças e a ignorância; e criar empregos produtivos para todos. O primeiro objetivo de um programa de desenvolvimento tem que ser eliminar a pobreza e priorizar as necessidades de toda a população, de tal maneira que possa ser produtivamente sustentável para as futuras gerações (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1997, p. 56).

O Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), instituição vinculada ao Ibama, estabelece uma adaptação do conceito para o desenvolvimento dos povos que sobrevivem em Reservas Extrativistas, sobretudo na Amazônia brasileira. Nesta interpretação, desenvolvimento sustentável seria o processo em que as transformações dos recursos naturais, a direção dos investimentos, a orientação do progresso tecnológico e as mudanças institucionais ocorrem de forma harmônica, reforçando o potencial presente e futuro do meio ambiente destas populações a fim de melhor atender às suas necessidades e aspirações, respeitando a livre determinação sobre a evolução dos seus perfis culturais (BELLIA, 1996).

Das definições apresentadas para desenvolvimento sustentável, depreende-se que uma condição fundamental para que ele possa ocorrer é a conservação e a preservação do estoque de recursos naturais. Desta forma, um pressuposto essencial é o desenvolvimento de conhecimentos científicos que viabilizem a criação de tecnologias que não destruam essa base de recursos naturais e que promovam a reciclagem desses recursos, ou seja, tecnologias ecologicamente limpas (DALY, 1989).

Este não se constitui um objetivo fácil de ser atendido, haja vista que os modelos de crescimento econômico até aqui postulados, e efetivamente postos em prática, têm como um de seus pressupostos básicos que a exaustão de um recurso natural não-renovável pode e deve ser compensada com o surgimento de outros recursos que lhes serão substitutos (EL SERAFY, 1989). Nesta perspectiva conservadora (no sentido político) e reducionista, o progresso tecnológico criaria condições para surgimento desses recursos substitutos, o que se constitui,

evidentemente, numa visão equivocada, mas é a que tem prevalecido até o presente momento.

De um ponto de vista ético, os paradigmas do desenvolvimento sustentável deveriam incorporar as seguintes premissas, de acordo com Pearce, Barbier e Markandya (1990).

a – apresentar justiça com os segmentos populacionais até então excluídos do processo de prosperidade;

b – ter um comportamento de justiça tanto para as gerações presentes como para as gerações futuras;

c – ser consistente com a aversão ao risco;

d – apresentar eficiência econômica.

A ciência econômica, como a física (que lhe proporcionou fortes inspirações na formulação das suas leis e princípios), sempre buscou explicar os movimentos dos elementos envolvidos na transformação da natureza em bens e serviços e na distribuição e consumo destes bens. Tudo isso sempre foi feito com um grau crescente (e, na maioria das vezes, até com arrogância de fundamentos supostamente científicos) de certeza (CAPRA, 1986).

Com a formulação das teorias da mecânica quântica, a partir da década de 1920, esta visão de certeza começou um processo de mudanças no mundo a partir dos novos conhecimentos gerados por aquelas teorias que tiveram em Hetsenberg um dos seus grandes precursores. A partir delas, tomou-se mais conhecimento da indeterminação que existe no nível do universo microscópico e das leis da incerteza (CAPRA, 1986; BUARQUE, 1993).

A incorporação destes princípios de risco nas análises da teoria econômica é importante para o entendimento dos fundamentos éticos propostos por Pearce, Barbier e Markandya (1990), haja vista que as duas primeiras premissas parecem suficientemente importantes e óbvias e se autojustificam. A aversão ao risco diz respeito exatamente ao não-conhecimento pleno que se dispõe da interface e da dinâmica que existem entre os diferentes ecossistemas numa perspectiva intertemporal. Em não se tendo este conhecimento, podem-se promover procedimentos que terão impactos importantes e às vezes irreversíveis sobre a base dos recursos naturais e, conseqüentemente, sobre o ambiente. Além do mais, não se dispõe de informações seguras sobre a capacidade de recuperação

(*resilience*) de determinados tipos de ecossistemas que possam receber estresses de fatores naturais ou provocados pela ação antrópica. Ao se desconhecer essa capacidade de recuperação de um sistema, corre-se o risco de agravar-lhe as suas características naturais, promovendo, por exemplo, a substituição do revestimento florístico natural por cultivos intensivos de monoculturas, dentre outras fontes de riscos e de equívocos.

No que se refere à eficiência econômica e à parcimônia em relação ao uso dos recursos naturais, o que se tem observado são programas e projetos de desenvolvimento que imputam preço zero ao estoque de capital natural, ou simplesmente o consideram como externalidades (SCITOVSKY, 1968). Ao proceder dessa forma, os recursos naturais (renováveis ou não-renováveis) experimentam uma pressão cuja tendência é exauri-los com o tempo. A lógica de avaliação pressupõe que a atividade econômica irá usar mais intensivamente os recursos que lhe representam menores custos. Ao serem imputados com preços praticamente nulos, os recursos naturais serão utilizados de uma forma que podemos assegurar como não sendo eficientes, tanto de um ponto de vista de preservação como de um ponto de vista ético, embora o possam ser em termos econômicos.

O progresso material até aqui empreendido pela humanidade apenas como uma razão de ser da civilização moderna, e que passou a se subordinar à racionalidade econômica, desprezou os objetivos sociais e ignorou os valores éticos e, assim, desprezando o que se deveria constituir em um das premissas fundamentais do desenvolvimento: o incremento do bem-estar social, econômico e ambiental das pessoas (BUARQUE, 1993).

2.5 - Desenvolvimento Rural Sustentável

Uma constatação que pode ser observada em qualquer grande conglomerado urbano, sobretudo dos estados mais pobres do Brasil, é o grande contingente de população egressa das áreas rurais. Não temos qualquer receio em afirmar que os problemas urbanos que observamos nessas grandes cidades, sobretudo nas capitais dos estados, como o seu inchamento populacional, proliferação de favelas, lupens, desemprego disfarçado, subemprego, desemprego aberto, decorrem do não-desenvolvimento rural. O descaso com a qualidade de vida das famílias que sobrevivem nas zonas rurais leva-as à busca de locais menos ruins para sobreviverem. Observa-se que o termo é esse mesmo: “menos

ruins”. Não se trata de buscarem lugares “melhores”, haja vista que, praticamente, não têm opções de escolha, mas saem numa busca às cegas por locais onde consigam sobreviver com menos dificuldades. Por esta razão, emigram e encontram situações absolutamente adversas nas áreas urbanas. Mergulham num universo totalmente desconhecido.

Nas zonas rurais brasileiras, sobretudo dos estados mais pobres, as famílias carentes deparam-se com terras em tamanhos inadequados às necessidades de sustentação das famílias, deficiências generalizadas de serviços essenciais, como educação, acesso a água potável, saneamento, moradias, estradas, transporte e, principalmente, acesso a segurança alimentar e renda monetária. Permanecendo nas áreas rurais, com terra minimamente adequada, de um ponto de vista quantitativo e qualitativo, na pior das hipóteses, as famílias não passam fome, pois produzem a sua segurança alimentar. Nas zonas urbanas, as famílias migrantes precisam vender a força de trabalho para conseguirem a renda que lhes possibilite adquirir a sua ração diária de sobrevivência. Como não existem postos de trabalho nessas cidades, ou mesmo existindo os postos de trabalho, elas não estarão habilitadas para exercê-lo; então, engrossam o contingente de trabalhadores desempregados nos centros urbanos. Um contingente maior de desempregados nas zonas urbanas leva à proliferação de trabalhadores na informalidade, como biscateiros, subempregados, pedintes. Desenhouse, ou pintouse com cores mais vivas, dessa forma, um quadro de caos urbano. Ou incrementouse uma situação que qualquer observador, mesmo desatento, percebe nas cidades brasileiras.

Isto posto, fica mais do que justificada a necessidade da promoção do desenvolvimento rural, sobretudo nos estados onde a vocação para os setores de transformação e de serviços é limitada pela pobreza prevalecente e pela baixa qualidade da mão de obra local. Estas são, sem dúvida, as situações prevalecentes nos sete estados da Amazônia e nos nove estados do Nordeste.

O desenvolvimento rural sustentável deve ser entendido como um conjunto de ações sinérgicas capazes de incrementar a qualidade de vida das populações rurais, ao tempo que mantêm intacta a base dos recursos naturais renováveis, ou não-renováveis. Estes são os fundamentos deste conceito e que precisam ser internalizados para o fomento de políticas públicas que fustiguem a sua conquista. Entende-se desenvolvimento rural não apenas como estando vinculado ao incremento da produção agrícola, mesmo a familiar. Imagina-se um conceito amplo em que a produção de

bens vegetais, ou de criação, se constitui parte importante do processo, mas não única. Encaminha-se para o entendimento do desenvolvimento rural como o acesso democrático aos serviços essenciais por parte das famílias que optarem livremente por viver nessas áreas. Serviços essenciais a serem providos pelo Estado e que conseguem transformar-se em aditivos importantes e definitivos no complemento do acesso às rendas monetárias e não-monetárias advindas das atividades produtivas agrícolas ou não-agrícolas.

As atividades produtivas agrícolas, por sua vez, devem ser realizadas em áreas com tamanho e qualidade adequados. Estas duas características – quantidade e qualidade da terra onde serão desenvolvidas as atividades de produção vegetal e de criação animal – são importantes vetores que garantem a possibilidade de geração de renda monetária e de ocupação de forma ininterrupta, ao longo de todo o ano fiscal ou agrícola, e de preservação da base de recursos naturais. Terras em tamanho insuficiente induzem a sua utilização até à exaustão, para que o máximo seja retirado de um pedaço de área que não suporta a pressão. A baixa qualidade da terra, que se traduz em reduzida fertilidade natural, distância de fontes seguras de água, relevo inadequado, não terá condições de responder, satisfatoriamente, às necessidades das famílias. Por estas razões (quantidade e qualidade insustentáveis das terras) as famílias rurais tenderão a abandonar essas áreas. Vale ressaltar que o tamanho relativo das terras, bem como a sua relativa qualidade, decrescem com o crescimento do tamanho da família. Assim, maior será a pressão sobre a terra e sobre a sua fertilidade natural, à medida que os filhos vão surgindo e, depois deles, com a chegada dos netos e assim por diante. Como se observa, há um fator adicional a ser considerado no aspecto relacionado ao acesso à terra com capacidade produtiva: a pressão demográfica, que tende a ser mais intensa em áreas de maior pobreza. Há, portanto, um conjunto de sinergias que precisam ser encaradas de frente para que o desenvolvimento rural aconteça: acesso a terra de qualidade e em quantidade; educação em geral, inclusive para o planejamento do tamanho das famílias; uso racional da terra para evitar danos ao estoque deste recurso natural.

Por causa dessas sinergias, o desenvolvimento rural em áreas de pobreza precisa da ação indutora do Estado também provendo serviços de assistência técnica gratuita, extensão rural e geração de novos conhecimentos adaptados às condições de maior vulnerabilidade técnica e social. A geração de conhecimento científico adaptado a essas

áreas se constitui num fator determinante para o futuro da exploração agropastoril sustentável, à medida que proverá conhecimento de uso correto do espaço dos agricultores, com as tecnologias adequadas, com os manejos apropriados dos recursos naturais, portanto, causando menos impacto sobre o ambiente. Busca-se, assim, a sustentabilidade econômica ancorada numa exploração sustentada e sustentável dos recursos naturais. Não há como ser diferente.

Vale ressaltar que as tecnologias fomentadas pela chamada “revolução verde”, que promovam apenas a elevação da produção agrícola, não se traduzem, necessariamente, em ações de desenvolvimento rural. Como já se discutiu em outro segmento deste documento, semelhantes avanços produtivos se caracterizam como crescimento da produção agrícola. Normalmente, essa produção se concentra em um pequeno grupo de grandes agricultores que utilizam intensivamente o capital maquinário que substitui a força de trabalho. Esses cultivos em vastas áreas de monocultura têm também um grande impacto sobre o ambiente, à medida que substituem toda a paisagem original, diversificada por imensas áreas monótonas de um ponto de vista de paisagem.

A imensidão dessas áreas suscita a utilização, também intensiva, de agroquímicos em diferentes formas: fertilizantes, corretivos de solo, praguicidas, em geral. Os fertilizantes e corretivos de solo, que, geralmente, se constituem em produtos químicos, são apenas parcialmente absorvidos pelas plantas. A outra parte desses elementos migra para o lençol freático ou será arrastado pelas torrentes pluviais, contaminando os fitoplânctons e zooplânctons que servem de substratos importantes para a manutenção e preservação da vida animal nos rios, lagos e mares. Os praguicidas (inseticidas, fungicidas, nematicidas e herbicidas) também provocam externalidades negativas nas áreas rurais. Devido à imensidão das áreas em que são aplicados, esses elementos conseguem eliminar os insetos (ou fungos, nematoides, bactérias e ervas adventícias) que provocam problemas nas lavouras monolíticas, mas também eliminam os predadores naturais. Observa-se que nessas grandes áreas de monocultura, há uma pobreza de fauna silvestre. Aliás, esta é, em geral, uma das vontades dos seus proprietários. Esses animais são malvistas porque tenderiam a destruir a sua lavoura, tendo em vista que não terão outros “pastos”, porque foram eliminados juntamente com a diversidade que havia antes nessas áreas para darem lugar à atividade agrícola de monotonia paisagística, que caracteriza esses grandes plantios de uma única cultura. Assim, junto com a monocultura, desaparece a

diversidade biológica do ambiente tanto de flora como de fauna.

Assim, pode-se inferir que este não seria um caminho a ser seguido pelas áreas que concentram os maiores contingentes de excluídos do Nordeste e Norte, que se constituem nas regiões mais pobres deste país, como se demonstrará neste estudo. O caminho mais adequado para ser seguido, na promoção de um desenvolvimento rural sustentável, na nossa modesta avaliação, seria incentivar as unidades agrícolas familiares (UAF). Mas aí também tem que ficar claro que não estamos falando daquela produção agrícola em “roça de toco”, sem qualquer procedimento tecnológico mais acurado, utilizando a queima para limpar as áreas.

Estamos imaginando a produção agrícola familiar em UAF utilizando procedimentos tecnológicos adequados e adaptados às suas condições, de tal sorte que exerçam a diversificação da produção, como é característica da produção familiar, mas que possam auferir ganhos de produtividade, sobretudo da terra. Ganhos de produtividade da terra induzem a uma menor pressão sobre este recurso natural, que se torna escasso com o crescimento das populações, rurais ou não. Como isso é possível? Através da ação indutora e interventora do Estado viabilizando conhecimento de novos procedimentos tecnológicos adaptados e adequados às realidades locais, prestando assistência técnica, viabilizando crédito com juros diferenciados, provendo fomento e extensão rural gratuitos para essas UAFs, ou seja, promovendo desenvolvimento rural, que significa também acesso à política de crédito com juros favorecidos para os agricultores. Um preço que a sociedade tem que pagar, porque, de outra forma, o que se terá é o caos urbano com custos financeiros, econômicos, sociais e ambientais muito maiores.

Os agricultores familiares precisam aprender tecnologias que viabilizem o acesso aos programas de irrigação em pequena escala e o cultivo de produtos de alta elasticidade-preço e renda da demanda, além das culturas alimentares que lhes garantirão o sustento familiar. Há que se proverem melhoras substanciais na infraestruturas de transportes, armazenamento, dentre outras.

Os agricultores familiares precisam ter conhecimento dos procedimentos adequados de comercialização dos seus produtos e ter acesso a eles, de tal sorte que inviabilizem, ou dificultem, a atuação, quase sempre, prejudicial, do atravessador. Precisam de um maior incentivo à produção das lavouras tradicionais dos pequenos e de serem incentivados a participar de associações, cooperativas, dentre

outras organizações que os fortalecem a montante e a jusante do processo produtivo. Há que disponibilizar para os agricultores familiares procedimentos tecnológicos que possibilitem ganhos efetivos de produtividade de todos os fatores (terra e trabalho em destaque) e de renda; incentivo e indução de atividades não-agrícolas geradoras de ocupação e renda nas áreas rurais, sobretudo quando a produção agrícola é dificultada pela agressividade do clima e do ambiente, como é o caso dos municípios situados no Semiárido do Nordeste. Os agricultores familiares devem ser treinados para promover agregação de valor aos produtos agrícolas provenientes das unidades agrícolas familiares. Isso tornará os seus produtos menos perecíveis e mais elásticos a preços e renda. O caso mais evidente é a produção de leite por pequenos criadores, que podem organizar-se em associações visando à produção de queijo e outros derivados.

Não se pode descuidar de um princípio fundamental de que “a sustentabilidade do desenvolvimento da agricultura familiar (e do desenvolvimento rural) passa, necessariamente, pela capacidade de viabilizar-se economicamente e pela capacidade de competir com outras modalidades de organização produtiva” (BUAINAIN, 2006). Ou seja, os agricultores familiares devem ser encarados como agentes econômicos, com características específicas, que produzem bens que precisam ser transacionados em mercados cada vez mais globalizados e competitivos e, por isso, mais exigentes em qualidade, quantidade e em pontualidade de fornecimento. Este, sem dúvida, se constitui num grande desafio para as políticas a serem encetadas para as UAFs do Nordeste e do Norte do Brasil.

Além das ações que contemplarão os aspectos produtivos que viabilizarão a segurança alimentar e a renda monetária das famílias rurais, há a necessidade de levar os serviços essenciais para as comunidades rurais. Assim, o setor público terá que fazer investimentos sociais em provimento de água potável para as famílias e de qualidade para os animais de criação; criar mecanismos que provejam acesso a locais adequados para esconder os dejetos humanos, ou através de esgotamento sanitário, que seria o desejável, contudo mais dispendioso, ou por meio de acesso a fossas sépticas, construídas de forma ambientalmente corretas. As famílias rurais precisam ter acesso ao serviço de coleta sistemática do lixo doméstico e seu destino adequado.

O acesso a educação é fundamental, sobretudo para as crianças e adolescente. Mas precisa-se reduzir as atuais taxas de analfabetismo que

prevalecem nas áreas rurais brasileiras, sobretudo do Norte e Nordeste do Brasil. Precisa-se elevar o nível de escolaridade média através da implantação de ensino de qualidade em nível médio nas áreas rurais; prover programa de saúde da família; programas de educação ambiental; programas de educação sexual para os casais em fase de reprodução, para que façam o planejamento adequado do tamanho das suas famílias e, portanto, planejem a quantidade de filhos que deverão gerar.

Estas seriam ações minimamente necessárias para iniciar um processo de revolução social mitigadora dos indicadores de pobreza e de exclusão social que prevalecem nas áreas rurais brasileiras, principalmente nos estados das duas regiões mais carentes: Nordeste e Norte. Os recursos necessários para fomentar os investimentos nessas áreas não poderiam ser afetados pelas políticas de contingenciamento ou de corte de despesas do setor público, que, normalmente, estão associadas às políticas de ajustamento e de estabilização monetária, frequentemente postas em práticas nas economias mais atrasadas (GRIFFIN, 1997).

Devem ser viabilizados instrumentos que sejam capazes de despertar nos agricultores o sentimento de emponderamento, de tal sorte que eles possam participar das decisões e das ações que lhes afetarão as vidas e defini-las. O engajamento dos agricultores e agricultoras como protagonistas e verdadeiros sujeitos na definição do que é bom para eles e elas precisa constituir-se em aspecto decisivo e fundamental a ser considerado. Este ponto é de relevância porque, muitas vezes, quem toma decisões de políticas públicas acredita que deve fazer os seus planejamentos sem ouvir os interessados e que serão os diretamente afetados pelas suas ações. Por essa razão, muitos “bons planejamentos” fracassaram, continuam fracassando e fracassarão no futuro, enquanto tiverem esta formatação, digamos, arrogante e autoritário de definição e de execução. Isso parece um preceito mais ou menos óbvio, mas que não é capaz de ser internalizado por boa parte de tomadores de decisão política. Existem casos recentes (e também mais remotos) nos estados do Nordeste que se constituem em “laboratórios” para experiências como essas. Constituem-se em verdadeiros mostruários da presença recente (ou mais remota) de decisões tomadas dessa forma sem ouvir quem deveria ser ouvido, os agricultores, agricultoras e sujeitos do processo, que, pela ótica de tomadores de decisão com essa vocação, transformam-se em meros objetos das suas experiências e “boas intenções”.

As regiões Norte e Nordeste ainda são ricas em recursos naturais,

que são explorados de forma irracional e, por isso, provocam pressão importante nos ecossistemas dessas regiões. Na Amazônia, por exemplo, o processo de desflorestamento para retirar madeiras indiscriminadamente, por serrarias de diferentes portes, se constitui em importante fator de perda de biodiversidade. No Maranhão, Piauí e Tocantins, estados que têm abundância de palmeiras de babaçu, que emergem como floresta secundária e proliferam em espaços geográficos imensos desses estados, está havendo perda dessa fonte de riquezas e de ocupação para um grande contingente de mulheres, principalmente. As palmeiras de babaçu sofrem a pressão dos grandes criadores de gado desses estados, que as retiram para colocarem pastagens nas suas áreas. Alguns desses grandes criadores chegam a utilizar instrumentos mecânicos ou substâncias químicas para eliminar o meristema das palmeiras, retirando-lhes qualquer chance de sobrevivência ou de regeneração.

Contudo, a devastação de palmeirais e de florestas nativas, por um fator de justiça, não deve ser apenas imputada aos grandes fazendeiros. Os agricultores familiares, que praticam a atividade no que chamam de “roça de toco”, também eliminam as palmeiras para implantarem as suas roças, utilizando a derrubada e o fogo ainda como instrumentos para limparem as suas áreas de cultivo. Neste caso, pela falta de informação ou, o que é mais comum, pela indisponibilidade de técnicas alternativas de limpeza de áreas que estejam ao alcance dessas famílias.

No Nordeste semiárido, há destruição crescente da Caatinga. Boa parte da exploração desse bioma é destinada para alimentar fornalhas de indústrias de diferentes portes. O Ibama mostrou que a Bahia e o Ceará são os dois estados que mais devastaram aquele importante bioma brasileiro entre os anos de 2002 e 2008. Com efeito, naquele período, foram destruídos 16.576 km² de uma área total de 826.411 km² (METADE..., 2012). Os exemplos da eliminação das árvores de grande porte da Amazônia e das palmeiras de babaçu do Maranhão, Piauí e Tocantins, da Caatinga no Semiárido se constituem em apenas alguns exemplos do que vem acontecendo no Nordeste, Norte, bem como nas demais regiões brasileiras, em termos de pressão sobre a base de recursos naturais. Há uma invasão dos Cerrados do Maranhão e Piauí para o cultivo de soja, que se iniciou em meados dos anos oitenta do século passado e que se intensificou na segunda metade dos anos noventa. Os grandes empresários deste setor estão comprando terras dos nativos por preços bastante reduzidos, fagocitando-as, para incorporá-las aos seus domínios e, assim, construindo grandes unidades de produção de soja. O problema,

nesses dois estados (não por acaso) mais pobres da federação, é que não dispõem de zoneamento agroecológico em escala técnica segura e rigorosa para fomentarem para os governantes desses estados, um instrumento técnico para estabelecerem limites legais de definição das áreas destinadas para a expansão de monoculturas, quaisquer que sejam elas. Este é um discurso de poucos, entre os quais nos incluímos, que tem ressonância em ouvidos de moucos. Não está sendo dada, por quem toma decisão de política pública naqueles estados, a devida importância a essas demandas e o resultado está aparecendo a olhos vivos. Devastação de um dos biomas mais importantes do Brasil, que são os Cerrados.

A devastação da cobertura vegetal, motivada, entre outras razões, por causa do não-desenvolvimento rural sustentável, também provoca arraste de solos para os leitos dos rios. No Maranhão, o rio Itapecuru e, no Piauí, o rio Parnaíba (apenas para ficar nos dois rios mais importantes destes estados) estão com as suas calhas comprometidas, as suas margens desprotegidas e, por consequência, a sua lamina d'água ficando com menos espessura. O resultado visível é a presença de grandes bancos de areia, verdadeiras ilhas, no leito desses dois gigantes, que estão em fase de agonia por absoluta falta de sensibilidade de quem governou e governa esses estados.

Portanto, o desenvolvimento rural deve ser entendido, de forma holística, como avanço generalizado da qualidade de vida de quem vive na zona rural, produzindo ou não bens agrícolas ou de criação, sendo extrativistas, artesãos, operários ou exerçam qualquer atividade. Desenvolver essas áreas deve ser objetivo a ser fustigado por quem quer ver o progresso social, a inclusão social e o desaparecimento da sua apartação. Deve também ser objeto de preocupação e de atitudes claras para a sua fomentação, de atores que não desejam observar o caos urbano continuando a expressar-se na forma que se vem manifestando nas grandes e médias cidades brasileiras. O não-desenvolvimento rural induzirá a segregação, e a tendência de quem está social e economicamente apartado é a busca de lugares onde vislumbre melhores possibilidades, nem que sejam meras ilusões. Áreas rurais não-desenvolvidas tendem a ser potenciais exportadoras de mão de obra de baixa qualificação para os centros urbanos. As implicações de urbanizações desordenadas são por demais conhecidas, assim como é previsível o destino de cada um desses brasileiros que emigram sob essas condições de precariedade.

A promoção do desenvolvimento rural sustentável observando os preceitos que discutimos até aqui (sem qualquer pretensão de exaustão do tema, até por causa da sua complexidade) se constitui na única possibilidade capaz de reverter as situações vigentes em locais onde prevalece a pobreza, onde as oportunidades de negócios associados aos setores de transformação e de serviços, envolvendo sofisticados procedimentos tecnológicos, não conseguem proliferar.

Esses projetos sofisticados não conseguem vingar por duas causas óbvias e muito singelas: a renda monetária baixa que prevalece nesses locais pobres reduz a demanda efetiva por bens e serviços mais elaborados de um ponto de vista tecnológico; e a falta de mão de obra qualificada para essas atividades mais exigentes em conhecimento. Levar empreendimentos elaborados para essas áreas e, com eles, a mão de obra necessária para fazê-los funcionar provocará enclaves econômicos, oásis de progresso incrustados em desertos de pobreza.

O desenvolvimento rural sustentável fomentará, no longo prazo, condições para que surjam setores de transformação e de serviços que irão evoluindo com o processo sinérgico de desenvolvimento que se instala num ciclo virtuoso. A própria produção agrícola avança para o surgimento de unidades beneficiadoras das matérias-primas que produzirão, em escalas que vão desde as mais simples e rudimentares, passando por medianamente elaboradas, até as unidades mais complexas de agroindústrias. Assim é que aconteceu o desenvolvimento em outros locais do planeta. Assim é que deverá ser imaginada a nossa trajetória, que não será uma cópia do que aconteceu alhures nem tampouco precisará seguir as mesmas trilhas, mas, seguramente, seguirá os mesmos fundamentos. O desenvolvimento rural fomentará a elevação da renda monetária de sujeitos sociais das áreas rurais, que, assim, se transformarão em demandadores efetivos dos bens produzidos por um setor de transformação em franco dinamismo de expansão. A inversão dessa ordem, tentando primeiro impor indústrias sofisticadas em áreas de grande pobreza é que incrementará mais ainda os já enormes níveis de segregação social.

2.8 - Conceitos de Pobreza, Entendida como Exclusão Social

Segundo o Human Development Report (1997, p. 25), pobreza é a negação das oportunidades de escolha dos itens essenciais para o desenvolvimento humano, tais como: ter uma vida longa, saudável e criativa; ter um padrão adequado de liberdade, dignidade, autoestima; e gozar de respeito por parte dos seus pares. Nesta concepção, o Human Development Report de (1997) apresenta a seguinte definição para pobreza: “Pobreza significa a negação de oportunidades de escolhas mais elementares do desenvolvimento humano”.

A pobreza pode ser entendida como um fenômeno complexo e definida, de forma genérica, como “a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. Porém “é necessário especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado”. Assim, “a definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico”, ou seja, “ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive” (ROCHA, 2006, p. 9 -10).

Para o Banco Mundial (2000, p. 31), a pobreza acontece devido a:

1. falta de renda e de recursos para atender necessidades básicas: alimentos, habitação, vestuário e níveis aceitáveis de saúde e educação.
2. falta de voz e de poder nas instituições estatais e na sociedade.
3. vulnerabilidade a choques adversos, combinada com uma incapacidade de enfrentá-los.

O conceito de pobreza envolve uma forte componente de subjetividade e até de ideologia. Isto conduz a interpretações e, por consequência, formas de mitigá-las de acordo com o arcabouço teórico de análise de que se disponha ou de que se queira fazer uso. Assim, numa perspectiva de interpretação neoclássica, a pobreza é considerada uma condição ou um estágio na vida de um indivíduo ou de uma família em relação a uma linha imaginária, em geral, arbitrariamente definida e ancorada em renda monetária. Esta é a linha definida pelo Banco Mundial (2007, p. 25) que estabelece como condição de pobreza: “a posição de um indivíduo ou de uma família em relação a uma linha imaginária, cujo valor é fixado ao longo do tempo.”

A linha de pobreza, neste caso, é definida como um padrão de vida (normalmente medido em termos de renda ou de consumo) abaixo do qual as pessoas são consideradas como pobres e acima do qual as pessoas não são mais consideradas como pobres (REED; SHENG, 1996, p. 12).

Em síntese, nesta linha de raciocínio, pobreza se refere a uma posição passível de quantificação determinada pela posição relativa do indivíduo ou da família no que se refere à posse de bens, serviços e, em última instância, de riqueza de bens materiais e ao acesso a esses.

Por outro lado, pode-se utilizar de um outro arsenal teórico-metodológico para definir pobreza numa outra dimensão, de um ponto de vista sociopolítico, como: “uma relação historicamente determinada entre os grupos sociais, na qual um segmento significativo da população está privado dos meios que viabilizem atingir níveis adequados de bem-estar social” (REED; SHENG, 1996, p. 13).

Como se percebe, podem-se distinguir dois aspectos básicos nesta definição de pobreza. Em primeiro lugar, de um ponto de vista de economia política, pobreza se trata de relações entre grupos sociais que competem entre si e que, em graus diferentes, assumem o controle dos bens e dos meios de produção e, por conseguinte, do padrão de renda e de riqueza gerado. Assim, pobreza, nesta perspectiva, não se trata simplesmente de um *estado de existência diante de uma linha imaginária de renda*. A pobreza é determinada e definida pela forma como se dão as relações entre os grupos sociais e no poder que determinado grupo tem de se apoderar dos ativos gerados pelas atividades econômicas.

Em segundo lugar, na perspectiva de que é historicamente determinada, a pobreza se constitui numa resultante da competição e dos conflitos que se dão pela posse dos ativos, sejam eles ativos produtivos, ativos ambientais, ativos sociais ou ativos culturais. A prevalecer este entendimento, pode-se inferir que as pessoas não nascem pobres. O estado de pobreza se constitui, nesta concepção, nos resultados desses conflitos e dessas contradições, que se traduzem numa concentração ou numa privação do poder, da riqueza e dos ativos sociais e ambientais, que se constituem nos requisitos necessários para o bem-estar das pessoas. Essa forma assimétrica ou desigual de ter acesso aos ativos resulta, para alguns grupos sociais, em estado de privação, condições inadequadas e instáveis de bem-estar social (REED; SHENG, 1996). Portanto, nesta perspectiva, o estado de pobreza se constitui em exclusão de um grupo social, privado de ativos produtivos essenciais para ter uma vida com dignidade.

De um ponto de vista de interpretação neoclássica, o crescimento da renda tornar-se-ia na solução para a erradicação da pobreza. Na linha de pensamento que sustenta esse argumento teórico, os indivíduos e as famílias poderiam sair do estágio de pobreza pelo simples incremento da renda média individual ou da renda média familiar. Esta perspectiva de análise desconhece que a pobreza é a um só tempo causa e consequência da riqueza gerada no arcabouço econômico. Por isso, o crescimento da renda não implicará, necessariamente, em melhores padrões de desenvolvimento, como se depreende do que aconteceu no Brasil na época do “Milagre Econômico”, no fim dos anos sessenta e início dos anos setenta do século passado. Assim como o atual padrão de crescimento do produto agregado chinês não impede que aquele país tenha mais de 360 milhões de sua população socialmente excluídos, como ficou demonstrado na Segunda Edição deste livro (LEMOS, 2008).

Numa perspectiva de interpretação de economia política, ou histórica da pobreza, a solução do problema requer uma mudança nas relações sociais, isto é, requer uma mudança na forma e nos processos em que os grupos sociais ganham e mantêm o controle sobre os ativos produtivos, sociais e ambientais.

As várias formas de tentar entender a pobreza na perspectiva teórica neoclássica estabelecem as seguintes possibilidades de entender este complexo e controvertido conceito segundo as perspectivas discutidas a seguir:

Perspectiva do Rendimento

Nesta perspectiva, uma pessoa é pobre se, e somente se, o seu nível de rendimento situar-se abaixo de uma linha definida de pobreza. Esta linha está, na maioria das vezes, associada a ou definida em termos da posse de rendimentos suficientes para adquirir uma quantidade determinada de alimentos.

Perspectiva das Necessidades Básicas

Segundo esta perspectiva, a pobreza é a privação das condições materiais para um nível de satisfação minimamente aceitável das necessidades humanas, incluindo alimentação. Esta perspectiva de privação inclui a necessidade de serviços de saúde, educação, e de serviços essenciais, como saneamento e água potável, dentre outros.

Perspectiva da Capacidade

Por esta ótica de interpretação, a pobreza representa a ausência de algumas capacidades básicas para os indivíduos ou famílias. Estas funções, relevantes para esta interpretação, variam desde as capacidades físicas, que estão associadas ao fato de as pessoas estarem bem alimentadas, bem vestidas, bem abrigadas e imunes a morbidade previsível, até às realizações sociais mais complexas, tais como a participação na vida da comunidade, participação nas decisões políticas, dentre outras. A abordagem pela perspectiva de capacidades concilia as noções de pobreza absoluta e de pobreza relativa, haja vista que a privação relativa de rendimentos e de bens pode conduzir a uma privação absoluta das capacidades mínimas.

Com base nestas perspectivas de interpretação de pobreza, foram utilizados alguns critérios em alguns países da Ásia e da África Subsaariana para resumir as definições de níveis de pobreza e de mal-estar. Estes critérios-sínteses, para as pessoas ou famílias serem caracterizadas como pobres naqueles países asiáticos e africanos, seriam:

i – ser fisicamente deficientes, tais como cego, ter problemas físicos, ter deficiência mental ou ter doença crônica;

Como se percebe, este critério está impregnado de preconceitos, à medida que assume que o fato de a pessoa possuir alguma limitação física induzi-la-á, necessariamente, a um estado de pobreza, esquecendo-se de que este estado fica bem definido pelos conflitos que se dão na sociedade, e não estão, obrigatoriamente, ligados à capacidade física dos atores sociais, mas da forma como está apropriada a riqueza e os ativos produtivos.

ii – não possuir terras, ou possuí-las em dimensões reduzidas e, por conseguinte, não poder fazer a criação de animais, possuir equipamentos agrícolas adequados, ter acesso a políticas de crédito rural;

Nesta caso, estão considerando as unidades agrícolas subfamiliares, com ou sem a propriedade da terra, onde as relações sociais prevalentes elucidam o binômio latifúndio-minifúndio tão comum nas economias do terceiro mundo e que emperram as tentativas desses países de decolarem num processo dinâmico de desenvolvimento que seja sustentável e sustentado (DE JANVRY, 1989).

iii – não ter a possibilidade de enterrar dignamente os seus mortos;

- iv – não poder mandar os filhos para a escola;
- v – possuir mais bocas para alimentar do que o rendimento familiar é capaz de suportar;
- vi – faltarem membros da família aptos para ajudar a sustentá-la em caso de crise;
- vii – possuir condições inadequadas de habitação;
- viii – sofrer o efeito de vícios destrutivos, tais como o alcoolismo, por exemplo;
- ix – ter que pôr crianças para trabalhar a fim de ajudar no orçamento familiar;
- x – ter que aceitar trabalhos aviltantes à dignidade, ou que apresentem baixo *status* social;
- xi – dispor de segurança alimentar em apenas alguns meses do ano.

A pobreza, entendida como exclusão social, não meramente como privação de renda, tem-se tornado tão estrutural e tão imbricada no tecido social de todas as economias, sobretudo nas subdesenvolvidas, que muitos acreditam ser impossível prevenir-se contra ela, ou mesmo dirimi-la. Contudo a pobreza é evitável se forem adotados instrumentos de políticas e estratégias adequadas por parte do poder público. Ser pobre não se trata de uma situação absolutamente estática; tampouco reflete uma característica inata de parte da população de um país (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1997). A pobreza é, na verdade, um fenômeno social, haja vista que uma pessoa, ou uma família, é considerada pobre em relação a determinados preceitos, tais como incapacidade de ter acesso a determinados bens e serviços; incapacidade de participar de uma forma digna no mercado de trabalho por falta de educação e habilidade adequadas, principalmente; ou atingir um padrão mínimo de qualidade de vida. Todos estes fatores, obviamente, são socialmente determinados (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1997).

A pobreza espalha-se de forma generalizada em todos os lugares deste planeta; contudo, é nos países do terceiro mundo que se encontram os grandes contingentes de pobres no mundo. Com efeito, segundo o Human Development Report (1997) mais de um quarto da população dos países menos desenvolvidos sobreviviam em estado de pobreza nos meados dos anos noventa. Pobreza que era aferida através de indicadores como: privação de sobrevivência, que consiste no percentual de pessoas

no país que não esperam sobreviver aos 40 anos; privação em educação e conhecimento; privação de acesso a água potável; privação a serviço de saúde; e percentagem de crianças menores de cinco anos com deficiência de peso. Na verdade, essas previsões eram feitas fundamentadas no índice de pobreza que a ONU havia criado naquele ano e que é objeto de discussão neste trabalho.

Aquele documento de 1977 (Human Development Report) sinalizava que um terço (1/3) da população do mundo (1,3 bilhão de pessoas) possuía rendimentos inferiores a um dólar americano por dia. A distribuição deste contingente, segundo ainda o Human Development Report (1997) da ONU, dar-se-ia da seguinte forma: 950 milhões na Ásia do Sul, Ásia Oriental, Ásia do Pacífico e no Sudoeste Asiático. Na África Subsaariana, estariam 220 milhões nesta condição; e na América Latina, sobreviveriam com essa renda de menos de um dólar americano por dia em torno de 110 a 130 milhões de pessoas (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1997). Deste total, a ONU estimava que 70% eram mulheres, o que reflete a faceta da crueldade discriminatória do estado de pobreza em relação ao gênero. Esta se constitui numa outra assimetria da pobreza e da exclusão social, que penaliza sobretudo as mulheres e crianças.

A natureza social da pobreza implica que aqueles que vivem em estado de exclusão social não são os únicos a serem atingidos por este fenômeno socialmente induzido. Toda a sociedade também será afetada e, para tanto, existem muitas razões perfeitamente definidas, quais sejam: em primeiro lugar, grande parte da comunidade (os pobres ou excluídos) se torna privada de utilizar as suas energias criativas e os seus potenciais; em segundo lugar, a pobreza que reflete uma apropriação desigual da riqueza sempre provoca instabilidade social, acarretando a incidência de doenças, crescimento descontrolado da população, elevação das taxas de migração, degradação dos recursos naturais e, por consequência, do meio ambiente. Por conseguinte, ao espalhar-se pela sociedade, a pobreza provocará a proliferação das submoradias, pressão nos serviços que inexistem ou existem precariamente nos centros urbanos. Obviamente, os mais afetados serão aqueles pilhados na vala comum da pobreza. Contudo, mais cedo ou mais tarde, todos serão indiscriminadamente afetados pelo estado de pobreza que se dissemina como um cancro social. Portanto, não se pode cometer a ingenuidade de imaginar que, não fazendo parte do grupo de risco, estaremos imunes e blindados aos impactos causados pela exclusão social, ainda que sejamos totalmente insensíveis a essa causa.

Por outro lado, também seria ingênuo alguém imaginar que, sendo a pobreza um problema social, ela possa vir a ser mitigada apenas por políticas sociais compensatórias. Ao invés disso, a pobreza deve ser encarada como um desafio mais amplo e crítico de todo o processo de desenvolvimento. A sua solução requer, além dessas políticas públicas sociais de curto prazo, a mobilização de todas as energias do tecido social e o compromisso de todas as forças políticas, econômicas e sociais para a sua reversão.

Assim, pobreza se trata de um fenômeno complexo e multidimensional, cuja eliminação requer um comportamento integrado e intersetorial. A eliminação da pobreza se constitui, sobretudo, num problema político, sendo necessária, concomitantemente, uma política definida para prover poder participativo aos pobres, que são os verdadeiros sujeitos do processo e devem ser os condutores dos seus próprios destinos. Imaginar diferente pode provocar equívocos no encaminhamento dessas políticas e o conseqüente e indesejável desperdício de recursos, já escassos em áreas de carência.

A eliminação da pobreza constitui-se, antes de tudo, uma responsabilidade social e um dever dos governantes, com a participação de toda a sociedade. Eles têm que criar um ambiente adequado para reforçar o papel participativo de toda a população, em todos os níveis no processo. Nesta concepção de entendimento de pobreza como um fenômeno eminentemente social e criado pelo próprio ser humano, a ONU reconhece que:

o processo social estabelece que as metas do Programa de Ação criado pelo WSSD (World Summit for Social Development) não serão atingidas simplesmente através da livre interação das forças de mercado. As políticas públicas são necessárias para corrigirem as distorções provocadas por estes mecanismos e, de alguma forma, agirem como mecanismo de complemento destas forças de mercado (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1997).

As ações definidas como prioritárias para mitigarem a pobreza, segundo o relatório da ONU, de 1997, podem ser listadas de acordo com as seguintes prioridades:

i – criar um ambiente que viabilize o desenvolvimento centrado no ser humano;

ii – reforçar o poder participativo e popular, no sentido de que os pobres possam recuperar a autoestima, condição necessária para o início de um processo de mudança de atitude e, conseqüentemente, de ascensão na escala social;

iii – promover um crescimento econômico equilibrado, que afete de forma equitativa todos os atores sociais;

iv – viabilizar a segurança alimentar para as famílias, de modo que elas tenham garantido um padrão alimentar mínimo e que disponham dos requerimentos de calorias e proteínas ao longo de todo o ano.

No setor rural, este objetivo poderá ser atingido com desenvolvimento rural sustentável, tal como discutido em seção anterior deste texto. Desenvolvimento rural sustentável que se inicia com os agricultores tendo acesso, em quantidade e qualidade adequados, ao principal fator de produção, que é terra. Mas não apenas isso: precisam de tecnologias adequadas e adaptadas às suas condições e acesso aos ativos sociais como educação, saneamento, água encanada, dentre outros.

Nas áreas urbanas, as ações mitigadoras da exclusão social podem ser conseguidas através do acesso, por parte da população pobre, a empregos estáveis e que remunerem o trabalho de acordo com platôs mínimos e compatíveis com um padrão de vida com dignidade. Isto deve estar associado, obviamente, ao acesso a políticas públicas de educação, saúde, saneamento, coleta de lixo e água tratada. De forma complementar, e meramente emergencial, e por um período curto de tempo, poderiam ser distribuídos bônus, cestas alimentares ou fazer transferência de renda para aquelas famílias ou pessoas situadas nas faixas mais críticas de pobreza, criando-se as condições necessárias para que elas possam ter possibilidade de auferir trabalho e renda que lhes garantam a subsistência e passar a viver com dignidade às suas próprias custas.

v – Incrementar a infraestrutura básica e de serviços sociais;

vi – Desenvolver políticas de criação de emprego e de condições sustentáveis de subsistência.

Neste aspecto, a declaração da WSSD estabelece que o compromisso dos governantes deveria ser:

habilitar todos os homens e mulheres para obterem uma vida segura e sustentável, mediante uma escolha livre de emprego e de trabalhos produtivos

... através do incremento do acesso à terra, crédito, informação, infra-estrutura, e outros recursos produtivos para as pequenas e micro empresas, incluindo aquelas situadas no setor informal ... explorando opções inovadoras para a criação de emprego ... e prestando particular atenção ao acesso das mulheres ao emprego e protegendo as suas posições no mercado de trabalho (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1997).

vii – assegurar para todos o acesso equitativo aos instrumentos da política de crédito e aos ativos produtivos;

viii – expandir a proteção social às pessoas mais vulneráveis, quer por problemas físicos quer por estarem em estado extremo de pobreza.

2.9 - Pobreza Absoluta e Pobreza Relativa

Conforme discutido até aqui, não se constitui uma tarefa fácil atribuir um conceito que seja definitivo e isento de juízo de valor para a pobreza, entendida como um processo de exclusão social, ou para se definir, com exatidão, a partir de que instante um indivíduo ou uma família podem ser identificados como pobres. Embora se viva numa sociedade pobre, ou de excluídos, em que o cotidiano mostra casos visíveis de extrema carência de toda ordem, estabelecer um conceito isento de juízo de valor para a pobreza é tarefa que tem desafiado os teóricos e pensadores desta temática.

Uma síntese do que seriam estes dois conceitos de pobreza, absoluta e relativa, pode ser encontrada no trabalho de Rocha (2006):

a pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital”. Enquanto, a pobreza relativa “define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão” e “implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos (ROCHA, 2006, p. 11).

Costuma-se identificar a pobreza com o estado de carências materiais, mas aí se está tomando como referencial a privação de bens materiais que ocorre para segmentos significativos da população. Ademais o estado

de pobreza, concebido pelo observador, pode estar sendo vivenciado por outros sujeitos, que estariam mais credenciados para identificar, no seu padrão de vida, o estado de carências que outros (os observadores externos) estão imaginando. Isto pode ser detectado na seguinte definição que nos foi dada por uma senhora extremamente pobre, que reside no Município de Serrano do Maranhão, em março de 1998: “Pobreza é não ter casa prá morá, não ter o dicomer, não ter em que trabaiá...”

Há ainda a possibilidade, bastante frequente, de ser feita confusão entre pobreza e desigualdade social, que leva à segregação social. É claro que a segregação social poderá induzir inexoravelmente à pobreza, ou à exclusão social, como corolário natural do processo. Este fato induz as pessoas pobres ou excluídas a terem ambições bastante limitadas e que se restrinjam apenas às suas necessidades de sobrevivência, como se depreende do depoimento a seguir, que também nos foi feito por homem extremamente carente no Município de São Domingos do Maranhão, em fevereiro de 1997: “seu moço, eu gostaria de ter apenas uma casinha mió prá morá, pudê butar meus fios na escola, que Deus me desse saúde e comida em casa todo dia” (depoimento de agricultora maranhense em 1997) (informação verbal).

De um ponto de vista de análise econômica neoclássica, que estabelece que a remuneração dos fatores de produção será feita segundo a sua produtividade marginal, o pobre estaria nesta condição por consequência da sua pequena contribuição ao produto social, ou devido à sua baixa produtividade, o que significa a mesma coisa. Esta se constitui numa concepção fortemente inspirada com base nas interpretações dos preceitos de liberalismo econômico, que tem em Malthus um dos seus precursores. Segundo Huberman, 1977, “a razão pela qual as classes trabalhadoras eram pobres, disse Malthus, não estava nos lucros excessivos (razão humana), mas no fato de que a população aumenta mais depressa do que a subsistência (lei natural)” (HUBERMAN, 1977, p. 211). Obviamente que esta se constitui numa avaliação, que é no mínimo ambígua, à medida que confunde causas com consequências. Aí, caberia o seguinte questionamento: afinal a pobreza induz ou é induzida pela baixa produtividade do trabalho nas camadas assumidamente mais carentes ou excluídas do processo social? Ou ainda: a produtividade baixa não decorre exatamente do fato de esses indivíduos viverem diante de todo um estado de carências, aí incluídas as carências alimentares, de saúde, de educação, de saneamento, dentre outras? As carências, por sua vez, não são decorrência do próprio processo de exclusão social que se dá

nessas camadas? Sabe-se que a deficiência alimentar, se for aliada a um estado de saúde física e mental deteriorados, induz os indivíduos a terem pouca ou nenhuma predisposição para o trabalho e, conseqüentemente, terão inequivocamente uma baixa produtividade. A propósito, observe-se a seguinte passagem encontrada no trabalho de Nurkse (1957), um dos autores que trabalharam o conceito de “círculo vicioso da pobreza”. Segundo Nurkse, “um homem pobre não tem o bastante para comer, sendo subalimentado, sua saúde é fraca, sendo fisicamente fraco, sua capacidade de trabalho é restrita, o que significa que ele é pobre, o que, por sua vez, quer dizer que não tem o bastante para comer, e assim por diante.” E Nurkse prossegue o seu raciocínio espalhando-o para o país como um todo. Vejamos o que diz: “Tal situação transposta para o plano mais abrangente de um país, pode ser resumida na seguinte proposição simplista: um país é pobre porque é pobre” (NURKSE, 1957, p. 7).

Na interpretação marxista do estado de pobreza ou de exclusão social, num sistema de economia de mercado, a distribuição da riqueza é determinada pela estrutura de produção. Neste caso, todo o excedente gerado do produto social é apropriado pelo capitalista dono dos fatores de produção. Aí, estariam as origens dos lucros. Desta maneira, ao serem detentores dos fatores de produção, os capitalistas definem como será apropriado o produto social e, neste caso, o trabalho terá que ser necessariamente sub-remunerado, de modo que o trabalho não-pago será apropriado pelo capitalista, numa espécie de fundo de salário, o que permitirá a continuidade do processo de acumulação. Nesta interpretação, o estado de pobreza seria essencial ao processo de acumulação capitalista. Isto porque há a necessidade da manutenção de um contingente de trabalhadores excedentes e que são de utilidade para proporcionarem a rotação de mão de obra necessária para a manutenção de salários suficientemente baixos, que viabilizem o processo de acumulação capitalista. Isto ocorrendo independentemente da produtividade da força de trabalho.

Em virtude das dificuldades de definição ou de obtenção de conceito isento, fica igualmente difícil estabelecer parâmetros que sejam definitivos para a aferição da pobreza. Algumas tentativas de medição lançam mão do que foi identificado na literatura como conceitos subjetivos e conceitos objetivos de pobreza.

Os conceitos subjetivos de pobreza dizem respeito à forma como os analistas se comportam diante do que eles identificam ou imaginam

que seja pobreza. Como se constata, esta percepção está fortemente impregnada de juízo de valor e depende do ponto de vista do analista; por esta razão, torna-se difícil a sua operacionalização empírica através do método científico.

As concepções objetivas envolvem o que pode ser interpretado como pobreza relativa ou como pobreza absoluta. Pobreza relativa envolve necessariamente comparações da posição relativa do indivíduo no meio em que vive. Neste sentido, a percepção de pobreza relativa fica bastante próxima da ideia de distribuição de renda. Os pobres, nesta concepção de relatividade, seriam aquelas pessoas que estivessem posicionadas na base da pirâmide da distribuição da renda. Conceituada dessa forma, a pobreza relativa torna-se um conceito dinâmico, à medida que as posições relativas e os referenciais estão sempre em mutação ao longo do tempo.

Pela percepção de pobreza absoluta, haveria níveis mínimos de necessidades que deveriam ser supridos, sem os quais os indivíduos seriam identificados como pobres. Haveria um nível de subsistência, que seria constituído por uma cesta de bens estritamente essenciais. Neste aspecto, os indivíduos posicionados abaixo dessa linha imaginária seriam identificados como pobres. Esse padrão mínimo seria aferido através de requisitos como acesso aos níveis satisfatórios de nutrição, condições adequadas de moradia, acesso a educação, acesso a serviços de saneamento básico e de água potável, vestuário, dentre outros. A ONU, no seu relatório de 1997, estabelece ainda, como requisito mínimo, a segurança física, ou seja as garantias de que os cidadãos possam ir e vir livremente sem os receios cada vez mais frequentes, sobretudo nos grandes conglomerados urbanos, de serem assaltados, roubados, ou mesmo assassinados, e a garantia de acesso a trabalho digno, tanto em termos de ambiente como em termos de remuneração. Todos os itens que comporiam esta cesta de bens são avaliados a preços de mercado. Assim, os indivíduos cuja renda não lhes assegurasse estes patamares mínimos seriam identificados como pobres (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1997).

Apesar do aparente pragmatismo desta definição, nela também se encontram dificuldades empíricas, quais sejam, de estabelecer quais seriam as quantidades dos bens necessárias para o atendimento destas necessidades mínimas. Além disso, existiriam algumas complicações adicionais nesta definição, que seriam as condições de meio ambiente em que o indivíduo estaria localizado. Assim, a cesta básica de uma pessoa que morasse nas regiões tropicais ou equatoriais seria, necessariamente,

diferente da cesta de uma outra pessoa que vivesse em regiões de climas mais amenos. Isto tornaria difícil a comparação de níveis de pobreza entre locais com essas disparidades climáticas e de ambiente.

Uma medida geralmente utilizada como *proxy* para avaliar pobreza absoluta é o salário mínimo, ou a sua evolução no tempo. No entanto, o enfoque biológico também pode constituir-se num bom indicador de pobreza absoluta. Nesta perspectiva biológica, leva-se em consideração “que a violenta erosão da riqueza humana é a inferiorização do homem provocada pela fome e subnutrição” (CASTRO, 1957. p. 75).

Ou seja, os reflexos do estado de pobreza seriam percebidos imediatamente no biótipo dos indivíduos através de magreza acentuada, envelhecimento precoce, destruição parcial ou total da arcada dentária, estatura física deficiente, aparência esquelética, que são características visíveis de estados crônicos de pobreza absoluta. As características não-visíveis da pobreza, e que são mais difíceis de ser percebidas externamente, seriam aquelas associadas à perda da autoestima, a inércia para fustigar melhores condições de vida, o abate psicológico, enfim.

Tentando contornar as muitas dificuldades que surgem quando se quer estabelecer o patamar mínimo de renda a partir do qual as pessoas podem ser consideradas pobres, costuma-se utilizar como referencial para aferir pobreza absoluta a relação entre a despesa com alimentos e a renda familiar. Quanto mais alta for esta relação, mais pobre é a família. As pessoas e as famílias extremamente pobres alocam toda a sua renda na demanda de alimentos. Assim, uma boa forma de aferir pobreza e subdesenvolvimento, numa concepção keynesiana, é avaliar a propensão marginal a consumir, sobretudo os bens essenciais, de baixa elasticidade renda e preço da demanda. Quanto mais elevada for esta propensão, mais pobre será o grupo social.

2.10 - Indicadores de Pobreza

Como foi discutido anteriormente, o conceito de pobreza merece algumas reflexões até conflitantes. Essas controvérsias que envolvem o conceito se manifestam nas dificuldades da sua aferição sem correrem o risco de serem levados em consideração juízos de valor. Mesmo considerando-se estas dificuldades, podem-se agrupar os indicadores de pobreza em três medidas básicas.

2.11 - Medidas Monetárias de Pobreza

O método convencional adotado para aferir pobreza utiliza indicadores monetários baseados em renda e consumo. Neste caso, promove-se a construção de uma linha imaginária de pobreza. Existem dois tipos de linha de pobreza: linha de pobreza relativa e linha de pobreza absoluta. A linha de pobreza relativa é determinada a partir de um nível arbitrariamente estabelecido de renda ou de consumo por parte de determinados grupos sociais. Estabelece-se, por exemplo, que, abaixo de determinado patamar de renda ou de consumo, as pessoas passam a ser consideradas pobres. A inconveniência óbvia desta medida é que ela inviabiliza comparação tanto no tempo como entre regiões, haja vista que, mesmo que haja um incremento dos padrões de rendimento e/ou de consumo das famílias, sempre existirá um percentual de famílias e de pessoas que estará situado abaixo da linha preestabelecida de pobreza relativa, além de ter a inconveniência de ser arbitrária a definição desse limite (LANJOUWN, 1997).

A linha de pobreza absoluta está associada a um nível mínimo de renda *per capita* ou familiar, devidamente ancorada a certo padrão mínimo nutricional (KHAN, 1997). Uma vez estabelecida desta forma, é possível o estabelecimento de comparação intertemporal entre regiões e entre países. Este é o mecanismo que mais tem seduzido na abordagem do estudo de pobreza, objetivando-se estabelecer comparações de diferentes grupos sociais. O Banco Mundial (1990) estabelecia que a linha de pobreza mundial seria de um dólar americano *per capita* por dia. Mas recentemente, o Banco Mundial reconhece que aquele valor (até um dólar por dia por pessoa) era insatisfatório e que estava mais condizente com o que chamou de “linha de indigência.” A linha de pobreza seria de dois dólares *per capita* por dia, a mesma estabelecida pelo Banco Mundial (1998) o qual estabelecia que a linha de pobreza absoluta para os habitantes dos países ricos seria de US\$ 2,00/dia por pessoa. Pelo critério da linha de pobreza absoluta, pessoas e famílias situadas abaixo deste nível mínimo seriam consideradas pobres (ATKINSON, 1989; ATKINSON; MICKLEWRIGHT, 1992; RAVALLION, 1994; LANJOUWN, 1997; SEN, 1977).

A renda, como se viu, é a medida mais empreendida neste processo; contudo, para uma maior acuidade de aferição, são preferíveis os métodos de avaliação que levam também em consideração os padrões de consumo da família ou das pessoas. Isto porque a renda familiar, ou pessoal, pode

apresentar oscilações tanto sazonais como cíclicas e, de um modo geral, é mais difícil de ser computada, ao passo que os padrões de consumo são mais estáveis ao longo do tempo e mais fáceis de ser aferidos ou registrados. Com efeito, o padrão de consumo é um indicador mais confiável em termos de bem-estar de longo prazo, tanto dos indivíduos como das famílias (MCKINLEY, 1996).

Há um inconveniente adicional associado a esta forma de aferir pobreza a partir dessa linha imaginária de um dólar americano se a pessoa morar em país do terceiro mundo. Esta inconveniência está associada à variação cambial, que, como sabemos, depende de vários fatores. Assim, por exemplo, uma pessoa que more em Fortaleza em fevereiro de 2012 e tenha renda monetária mensal de R\$ 120,00. Portanto, a renda diária dessa pessoa seria de R\$ 4,00. Ao câmbio desta data, um dólar americano estaria valendo aproximadamente R\$ 1,80. Pelo critério da linha de pobreza, essa pessoa não seria pobre, haja vista que o seu padrão diário de renda (de aproximadamente 2,20 dólares diários) está acima do nível internacional estabelecido pelas agências multilaterais. Vamos imaginar, contudo, que esta pessoa precise apanhar um ônibus para ir ao trabalho e outro para voltar, para poder fazer jus aos R\$ 4,00 diários. O valor da passagem de ônibus em Fortaleza, nessa data, é de R\$ 2,00 para cada percurso. Assim, o nosso trabalhador teria que despender diariamente R\$ 4,00 para poder ganhar o salário que lhe é pago no seu trabalho. Ou seja, a sua renda apenas daria para pagar o transporte para o trabalho. Obviamente que um cidadão, ou cidadã, com essas características não pode ser retirado do grupo de pobreza de Fortaleza. Portanto, esta forma de aferir pobreza através da linha de dois dólares americanos por dia fica comprometida em situações (que são muitas no Nordeste, no Norte e em outros países pobres) como a que acabamos de descrever.

2.12 - Pobreza em Termos dos Padrões de Riqueza Acumulada

Aferir pobreza em termos da riqueza acumulada fundamenta-se na hipótese de que, no longo prazo, as condições econômicas da família são mais bem refletidas em termos da riqueza acumulada do que em termos da renda corrente. Assim, os ativos produtivos de uma família se constituem num importante termômetro da sua condição de vida, ou do

seu estado de bem-estar. Mas o acesso aos ativos produtivos e à riqueza, em geral, se constituem em meios para que possam ser atingidos padrões desejáveis de bem-estar e não um fim por si mesmo. Na maioria dos casos, serão refletidos como indicadores intermediários de aferição do nível de riqueza ou de pobreza.

A riqueza acumulada ao longo da vida é composta por: posse da terra; de capital físico (na forma de maquinárias, equipamentos, utensílios produtivos em geral); moradia; consumo de bens duráveis, tais como móveis, veículos; aplicações financeiras; poupança em termos monetários; e qualificação do recurso humano. A riqueza líquida poderia incorporar os débitos da família (ou do indivíduo) como itens que entram negativamente no cômputo da riqueza das famílias (MCKINLEY, 1996).

2.13 - Aspectos Qualitativos da Pobreza

A despeito das muitas dificuldades que se possa vir a ter na definição do que vem a ser exatamente a linha absoluta de pobreza, este é o método mais largamente utilizado para o estabelecimento de comparação entre os países. Contudo, existem alguns outros indicadores de pobreza que vêm ganhando espaço entre os estudiosos desse fenômeno. Esses indicadores vislumbram mais as dimensões sociais e humanas da pobreza do que as dimensões apenas econômicas (obviamente sem se descuidar delas). Nesta perspectiva, para que um determinado grupo social seja considerado como pobre, não precisa observar apenas o seu patamar de renda *per capita* ou familiar; tampouco apenas o seu padrão de dispêndio ou de riqueza acumulada. Devem também ser considerados outros indicadores, como: o baixo nível educacional; falta de acesso a terra (no caso dos agricultores); moradias inadequadas, tanto na dimensão como em termos dos materiais utilizados na sua construção, associados com a área e o número de cômodos; falta de acesso a serviços básicos, como saneamento, água tratada, saúde pública dentre outros serviços; esperança de vida ao nascer; taxa de mortalidade infantil; taxa de mortalidade de crianças com idade inferior a cinco anos; crianças com idade até cinco anos com peso e estatura deficientes; incidência de doenças infecto-contagiosas; falta de cobertura vacinal completa para as crianças (HOON; SINGH; WANMALI, 1997).

É com base em alguns destes indicadores sociais que a ONU, com base no Human Development Report (1997) apresentou o Índice de Pobreza Humana (Human Poverty Index – HPI) com o qual estimou os níveis de pobreza atualmente existente em alguns dos países menos desenvolvidos. Foi com base também nestes fundamentos que se criou e desenvolveu para esta pesquisa o Índice de Exclusão Social (IES), com o qual aferiram-se os níveis de pobreza atualmente prevalentes em todos os municípios dos 26 estados brasileiros e nos 19 distritos de Brasília, que se constituem nas unidades de observação da pesquisa. A partir dessas estimações, promove-se a agregação para os estados, regiões e para o Brasil e se apresenta uma aferição dinâmica que mostra a evolução do IES nos cinco primeiros anos deste milênio em todos os estados, regiões e para o Brasil, ao tempo que desdobramos o índice para as zonas urbanas e rurais.

2.14 - Pobreza e Exclusão Social - Convergências dos Conceitos

O controverso conceito de pobreza provoca complexidade no seu dimensionamento, como se viu até aqui. Em áreas de carências, há dificuldades de toda ordem, inclusive, e principalmente, de recursos financeiros destinados a eliminar ou, ao menos, aliviar os problemas causados pela pobreza. Por esta razão precisam ser criteriosamente aplicados em cada um dos seus centavos. Para que seja criteriosa a aplicação desses poucos recursos, há que se ter uma aferição que possa estabelecer cortes ou definição de onde deve começar a atuação dos programas desenhados para mitigar a pobreza.

As dificuldades começam e não terminam com a definição, porque há uma possibilidade muito grande de serem cometidas injustiças e serem deixadas de fora famílias com mais níveis de carência do que outras. Uma tentativa de contornar estas dificuldades é delimitar pobreza bem além da simples incapacidade de acesso a renda mínima. Talvez, se fosse ampliado o conceito para exclusão social, houvesse a possibilidade de se cometerem menores equívocos na delimitação dos mais carentes. Por essa razão, prefere-se entender pobreza como exclusão social que, além da privação de renda monetária, implica em falta de acesso aos ativos sociais mais essenciais. Foi nesta perspectiva que se imaginou a identidade entre os conceitos de pobreza e exclusão social.

Fazendo uma busca na literatura mais recente, observa-se que outros autores também já enveredaram por este caminho de entender a pobreza como interface da exclusão social. A propósito, veja-se o que se lê no trabalho de Rodrigues et al. (1999, p. 64-65) “a pobreza é uma das dimensões, talvez mais visível, da exclusão social”; e “pobreza e exclusão reforçam-se mutuamente”. E esta “configura-se como um fenômeno multidimensional, como um fenômeno social ou um conjunto de fenômenos sociais interligados que contribuem para a produção de excluídos”.

Assim, pode-se inferir que exclusão social é um conceito mais amplo do que pobreza, à medida que estrapola a simples privação de ativos produtivos e de renda. Exclusão social implica, além dessas privações, o não-acesso a outros ativos sociais e ambientais.

Com efeito, veja-se o que se extrai do texto de Rodrigues et al. (1999):

o conceito de pobreza, analisado enquanto situação de escassez de recursos de que um indivíduo, ou família, dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas, acentua o aspecto distributivo do fenômeno (a forma como os recursos se encontram distribuídos entre os indivíduos e/ou famílias na sociedade). Já o conceito de exclusão social acentua os aspectos relacionados do fenômeno, quando encaramos este conceito enquanto situação de inadequada integração social (RODRIGUES et al., 1999, p. 66 apud COSTA, 1992).

Observa-se que o conceito de exclusão social está bastante próximo daquele de pobreza de Reed, Sheng (1996), que foi apresentado anteriormente neste trabalho. Assim, tenta-se entender pobreza ou exclusão social como um estado de privações por que passam as famílias, tanto de renda monetária (como convencionalmente são medidos os indicadores de pobreza) como de privação de acesso a serviços essenciais necessários ao usufruto de uma vida com um mínimo de dignidade. Talvez, no trabalho, não se haja conseguido incluir todos os ativos não-econômicos capazes de aferir a apartação ou a exclusão social, conforme o caso, mas tentou-se chegar a aproximações razoáveis desses indicadores, como se verá mais à frente.

2.15 - Exclusão Social e Degradação Ambiental

Tendo apresentado algumas das diferentes interpretações e dimensões para o conceito de exclusão social, entendido como uma dimensão mais abrangente do que o de pobreza, apresenta-se agora o que é entendido na literatura como degradação ambiental, para que se possa tentar fazer a relação que deve existir entre os dois conceitos.

Antes de estabelecer esta conexão entre pobreza, entendida como exclusão social, e degradação do meio ambiente, talvez fosse interessante apresentar o que se entende, neste estudo, por meio ambiente. Segundo o (MERRIAM-WEBSTER'S DICTIONARY, 1994, p. 254, tradução nossa) meio ambiente “é o complexo de fatores (como solo, clima e dos seres vivos) que influenciam a forma e a habilidade de sobrevivência das plantas e dos animais, ou de toda a comunidade ecológica.” No novo dicionário Aurélio da língua portuguesa (FERREIRA, 1986, p. 1.113) encontra-se a seguinte definição para Meio Ambiente: “o conjunto de condições naturais e de influências que atuam sobre os organismos vivos e os seres humanos.

A definição apresentada no *Novo Dicionário do Aurélio*, como se viu, explícita de forma clara a dimensão humana do meio ambiente, que, no (MERRIAM-WEBSTER'S DICTIONARY, 1994) é abordado de uma forma mais genérica ou implícita, no que se refere aos possíveis impactos também sobre os seres humanos. Estas duas definições são complementares e apresentam evidentes interfaces, como não poderia ser diferente. Ambas se mostram adequadas para o entendimento que se quer abordar neste trabalho.

Destas definições, depreende-se que degradação ou depredação do meio ambiente implica em uma redução potencial da disponibilidade de ativos produtivos por um processo ou por uma combinação deles atuando sobre os recursos naturais. Esses processos incluem erosões provocadas pela água (chuvas torrenciais, por exemplo) ou pelos ventos, ou mesmo sedimentações, que também podem ser provocados por estes mesmos agentes (água e vento), redução, no longo prazo, da diversidade da vegetação natural e da fauna silvestre, salinização e solidificação do solo.

Todos estes impactos podem ter a colaboração, ou mesmo a indução, da ação antrópica através da prática de desflorestamento, agricultura predatória, utilização da cobertura vegetal como fonte de energia, incorporação de terras marginais ao processo de produção agropastoril,

irrigação incorreta, cultivos de áreas extensas, sem a devida diversificação. A resultante da interseção destes fatores é um processo de depredação da base de recursos naturais, corroborada, em grande parte, pelo crescimento global da população, que, agindo conjuntamente, induz a um incremento da taxa de migração rural-urbana. Nas cidades, o contingente que imigrou promoverá uma pressão sobre a infraestrutura eventualmente existente, em geral já precária, que prevalece nas economias atrasadas, o que provoca uma queda generalizada da qualidade de vida também nesses centros. Os efeitos visíveis do processo, nesses centros urbanos, são a proliferação de favelas, habitações indignas com a condição de seres humanos, do desemprego, subemprego, condições inadequadas de saneamento, dentre outros impactos. Os efeitos não-diretamente visíveis, como já foi discutido neste texto, são a perda da autoestima por parte de quem teve que fazer parte da base da pirâmide social, a degradação do ser humano, sujeito principal de qualquer processo de desenvolvimento que se pretenda sustentável, solidário e eticamente justo. Fica assim caracterizado o processo de degradação do meio ambiente na sua ampla dimensão abordada nos conceitos apresentados anteriormente, afetando diretamente um contingente muito grande de seres humanos: os pobres que migraram para as cidades e vieram fazer companhia àqueles que já estavam nesta condição de apartação social nesses centros.

Com este conjunto de conhecimentos controvertidos, mas convergentes para um ponto crucial – estado de exclusão social que prevalece em segmento significativo das populações das áreas mais carentes do Brasil –, tenta-se conectá-los com o conceito de pobreza apresentado na concepção de Reed, Sheng (1996). Esses autores, como se viu anteriormente, vislumbram o estado de pobreza como uma resultante da competição existente entre os grupos sociais, objetivando o controle social sobre os ativos produtivos e sobre a riqueza gerada e, assim, enfatizam o papel das políticas macroeconômicas no agravamento da pobreza e uma conseqüente pressão sobre os recursos naturais. Isto porque estas políticas são determinadas pelos grupos que têm a dominação desses ativos, que os credenciam à dominação política dos estados e, assim, encaminham as políticas na direção que lhes é absolutamente conveniente. Vale ressaltar que este conjunto de dominação política, que é fartamente induzido pela apropriação dos ativos produtivos, da renda e da riqueza, será corroborado pelos parlamentos e pelo poder Judiciário, que também se estruturam e se organizam para viabilizarem o *status quo*.

Forma-se um elo de poder em torno dos mais ricos, cujas consequências serão proporcionar-lhes mais poder e mais riqueza. Vale lembrar que os ricos fazem parte da casta de juizes, parlamentares e membros do poder Executivo, o que significa que haverá uma sinergia de ações em benefício próprio. Isso se torna mais intenso em áreas onde prevaleçam a baixa escolaridade, elevadas taxas de analfabetismo, o que dificulta acesso às informações. Assim, emergem as poucas famílias ricas do Nordeste do Brasil. Alguns poucos grupos políticos que dominam a região por longos períodos. Os casos do Maranhão, Bahia, Alagoas e Pará são os mais assintosos. Nesses estados, observa-se que algumas famílias construíram fortunas, perpetuaram-se e se perpetuam indefinidamente nos poderes locais e nacionais, enquanto segmentos significativos das populações daqueles estados mergulham em elevados níveis de exclusão social, como será demonstrado mais na frente neste trabalho.

Dessa forma, existe uma relação biunívoca entre pobreza, entendida como exclusão social, e degradação ambiental, que se torna mais nítida e mais problemática devido à contínua apropriação da riqueza e do poder por setores privilegiados da sociedade, em grande medida, devido à sua prévia apropriação de todos os fatores, inclusive os recursos naturais (REED; SHENG, 1996).

Com efeito, naquele estudo, os autores (REED; SHENG, 1996) trabalham com a hipótese de que a concentração de riqueza e dos recursos naturais, que contribui para o aprofundamento da privação material de segmentos significativos da população e para a vulnerabilidade, em termos ambientais, dos grupos sociais pilhados em estado de apartação social, é determinada principalmente pelos instrumentos de políticas em nível local. Contudo, os efeitos dessas políticas podem ser impactados e reforçados por políticas nacionais e pelo comportamento da economia mundial. Seria uma das consequências visíveis e previsíveis do processo de globalização em que as economias interagem. Nesta perspectiva, os programas de ajustamento conjunturais, normalmente levados a efeito nos países subdesenvolvidos (como demonstrado no primeiro capítulo deste livro), têm contribuído de forma bastante expressiva para elevar o fosso existente entre ricos e pobres, sobretudo nas áreas mais carentes, e têm reforçado e aprofundado as contradições sociais, gerando mais exclusão social.

A literatura que aborda a conexão entre pobreza e degradação do meio ambiente assegura que os pobres ou excluídos agridem o ambiente

porque não têm acesso à terra, ao crédito, à tecnologia adequada, à informação e às condições adequadas de moradia e de vida. Como consequência, são forçados a depredarem os recursos naturais e o ambiente para poderem manter a sobrevivência, que passa a ser o objetivo fundamental desse contingente de socialmente excluídos. As táticas de sobrevivência dos pobres, os conduzem a uma ação indiscriminada, ainda que não-necessariamente consciente, que degrada os recursos naturais para poderem permanecer vivos.

Afinal, que significado pode ter a idéia de ecossistema, de estabilidade biológica ou de contaminação ambiental para as imensas massas analfabetas do mundo subdesenvolvido, cuja luta cotidiana e desigual é por sua própria sobrevivência em condições precárias e absolutamente hostis? A rigor, sem uma prévia solução dos graves problemas sócio-econômicos, que assegure uma perspectiva de vida razoavelmente digna para as populações carentes do Terceiro Mundo, pouco ou nada pode ser feito para evitar que elas também contribuam para a degradação dos recursos naturais. É utópico, e politicamente equivocado, supor, ou esperar, a formação de uma consciência ecológica sob os escombros da miséria que prevalece no Terceiro Mundo (AGUIAR, 1993, p. 116).

Além disso, se forem privadas de locais adequados para colocarem os dejetos humanos e também privadas do serviço de coleta sistemática do lixo, as famílias pobres, ou socialmente excluídas, tanto das áreas rurais como das áreas urbanas, terão que dar um destino para esses resíduos e os colocarão nos córregos, nas ruas, no “mato”, ou em outros lugares não-apropriados. Deve ficar claro que este comportamento se constitui numa tática extrema de sobrevivência de famílias que sobrevivem em condições absolutamente indignas com a sua condição de seres humanos. Não se trata, portanto, como ficou claro na passagem acima, de Aguiar (1993) de uma ação depredatória deliberada ou voluntária, mas, sim, de busca de formas (ainda que inadequadas) para se livrarem de resíduos indesejáveis e que não o podem fazer da forma que, provavelmente, desejariam, por absoluta falta de oportunidade. Afinal, nenhum ser humano quer conviver com lixo ou com dejetos nas suas imediações.

Ao agirem dessa forma, acabam contribuindo para a poluição e para a degradação do ambiente em que sobrevivem. Em assim agindo, tornam-se mais pobres e incrementam o seu nível de exclusão social, num verdadeiro ciclo vicioso. Pobreza causa mais pobreza e causa mais

depredação dos recursos naturais e do ambiente. Ciclo que se torna difícil de ser rompido, à medida que aumentar o contingente de famílias que estejam obrigadas a viver em semelhantes situações.

A devastação ambiental, assim, se torna ao mesmo tempo causa e efeito do estado de exclusão social. A deterioração da base de recursos naturais e do espaço onde vivem os pobres ou excluídos enfraquece a capacidade produtiva desses recursos naturais. Isto inclui não apenas o solo e as florestas, mas, também, e principalmente, o mais importante de todos os recursos, que é, sem qualquer dúvida, o ser humano. As pessoas podem chegar a um estágio de exclusão que as leve a admitir que são incapazes de construir outro destino para elas e seus familiares. Daí, para se constituírem presas fáceis de aventureiros de toda ordem, como políticos inescrupulosos, charlatões que se dizem religiosos, é apenas uma questão de tempo, que não precisa ser muito. Quem tem como perspectiva um prato de comida para a próxima refeição, sem qualquer garantia de que irá consegui-lo, pode-se tornar em presa fácil desse tipo de aventureiros.

Ainda que verdadeiro, este tipo de interpretação não é completo, à medida que não contempla, como se percebeu, o fato de que esta se constitui numa relação historicamente definida, que tem conduzido certos grupos sociais ao estado de exclusão social, em benefício de outros grupos menores que ficam cada vez mais ricos. Além disso, as forças que conduziram determinados grupos sociais ao estado de exclusão continuam operando e contribuindo para incrementar a interface pobreza e degradação ambiental. O sistema que foi montado nesses ambientes de desigualdade dinamiza os conflitos das relações sociais que provocam o empobrecimento e a marginalização de grupos, ao tempo que continua dando suporte (até construindo legislações e fundamentos jurídicos que conferem legalidade a essas ações) à apropriação da riqueza e do poder aos setores privilegiados. Isso também se manifesta através da dominação dos recursos naturais e dos demais ativos produtivos, além da posse, de uma forma desigual (muitas vezes desleal), da renda e da riqueza geradas.

A relação entre pobreza e degradação ambiental se mostra mais acentuada e evidente em regiões de ecossistemas mais frágeis. Com efeito, as áreas áridas, semiáridas, ou subúmidas secas, que, segundo a UNEP (United Nations Environmental Program), estão mais susceptíveis ao processo de desertificação. A desertificação tem como uma das características propiciar condições desfavoráveis de produção e de sobrevivência, o que provocará, inequivocamente, o empobrecimento de

segmentos significativos da população e o incremento da taxa de migração rural-urbana. Neste caso, o exemplo do Nordeste brasileiro, aí incluindo uma parte do Estado do Maranhão, é bastante característico, como ficou demonstrado nos trabalhos de Lemos (1995a, b) e Lemos (2011).

A interface que existe entre pobreza e degradação do meio ambiente fica evidente quando se observa a definição que a Organização das Nações Unidas (ONU) atribui para desertificação, que se constitui num estágio de avanço bastante acentuado do processo de depredação da base de recursos naturais. Segundo a ONU,

desertificação se constitui na diminuição ou na destruição do potencial biológico da terra, e que pode conduzir a condições semelhantes aos desertos. Este é um aspecto da disseminação da deterioração de ecossistemas, e diminui ou elimina o potencial biológico, ou seja, a produção vegetal e animal, destinados a usos e propósitos múltiplos num tempo em que o crescimento da produtividade é necessário para suportar o crescimento de populações que buscam desesperadamente o desenvolvimento (UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAM, 1992).

O Human Development Report (1997) estima que mais de 500 milhões das pessoas mais pobres do mundo viviam em 1997 em terras marginais. Essas áreas, como se discutiu anteriormente neste texto, apresentam ecossistemas frágeis ou fragilizados pela ação antrópica e/ou pela ação dos fatores naturais. Essas áreas, assumidas como marginais, incluem terras secas, terras salinizadas, encostas íngremes de morros. A definição de terras marginais pode ser ampliada no sentido de serem incorporadas também as áreas degradadas ou frágeis, ou todas as terras que não dispõem de recursos naturais e tampouco dispõem de condições socioeconômicas e de infraestrutura favoráveis. Nessas áreas, os solos estão susceptíveis à erosão, apresentam níveis de pluviometria escassos e/ou irregulares e instáveis, tanto temporal como espacialmente. Além disso, recentemente, têm sido bastante pressionadas em virtude do intenso processo de desflorestamento nelas praticado, como consequência da especulação e da comercialização ilegal, que prevalecem no mercado internacional de madeiras (como é o caso típico da Amazônia brasileira), por consequência de secas prolongadas, que vêm se repetindo com uma maior frequência (caso do Nordeste brasileiro) e também devido à erosão e ao esgotamento do estoque das águas superficiais e subterrâneas. Todos estes fatores conjugados incrementam os riscos para os pobres

ou socialmente excluídos que estão no *front* e no epicentro dessas áreas marginais. (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1997).

Segundo estimativas da ONU no Human Development Report (1997), nessas terras marginais, sobrevivem 37% da população do continente asiático (afetando 1,1 bilhão de pessoas), 34% da população da África Subsaariana (180 milhões de seres afetados), 50% da dos Países Árabes (140 milhões de pessoas); e 26% das populações da América Latina e Caribe (120 milhões de pessoas). Uma estimativa adicional aponta que 65 milhões de chineses, tidos como assumidamente em estado de pobreza absoluta, de acordo com os parâmetros internacionais (aqueles que aferem a pobreza através da linha imaginária já discutida neste trabalho), sobrevivem em áreas marginais daquele país. São terras rurais localizadas em áreas montanhosas ou mesmo muito remotas (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1997).

Como se percebe, a deterioração ambiental se constitui numa fonte importante de empobrecimento de grupos sociais perfeitamente definidos. As populações excluídas dependem da exploração dos recursos naturais para sobreviverem e, principalmente, dos recursos provenientes de áreas de domínio comum, ou áreas devolutas de propriedade da União, estados ou municípios. Segundo o Human Development Report (1997), existia naquele ano aproximadamente meio bilhão de pessoas comprovadamente pobres (de acordo com a definição do Banco Mundial já apresentada e discutida neste estudo) nos países menos desenvolvidos, que sobrevivem em regiões ecologicamente frágeis. Dessa forma, os pobres sofrem mais com a devastação do ambiente devido não só à ameaça ao seu modo de vida, mas também devido aos riscos de serem agravadas as condições de saúde com a poluição daí decorrente.

Segundo o Human Development Report (1997), “as ameaças ambientais em todo o mundo provêm da degradação dos ecossistemas locais e do sistema global. Atualmente, o fornecimento de água *per capita* nos países menos desenvolvidos representa apenas um terço do que existia nos anos setenta.” O relatório da ONU prossegue afirmando que “mais de 55% das pessoas que habitam os Estados Árabes sofrem de séria escassez de água, com menos de 1.000 metros cúbicos *per capita* de água disponíveis por ano. No mundo subdesenvolvido, algo como oito a dez milhões de acres de florestas são perdidos todos os anos” (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1997). Seguindo na sua linha de denúncia e de avaliação da degradação ambiental no mundo, o Relatório

de Desenvolvimento Humano da ONU, de 1997, constata que, “na África Subsaariana, 65 milhões de hectares de terras produtivas se desertificaram nos últimos cinquenta anos. A salinização destrói 25% da terra irrigada na Ásia Central e 20% no Paquistão.” O Relatório da ONU prossegue afirmando que

a poluição do ar também é grave. Em torno de 700 milhões de pessoas, majoritariamente mulheres e crianças nas áreas rurais pobres, inalam dentro de casa, fumaças provenientes da queima de combustíveis orgânicos. No mundo industrializado, por sua vez, a poluição do ar está devastando as florestas européias, causando perdas econômicas estimadas em 35 milhões de dólares americanos por ano. A poluição custa aos agricultores alemães mais de quatro bilhões de dólares, e mais de dois bilhões de dólares anualmente para os agricultores poloneses. Também associados à degradação ambiental estão os desastres naturais, atingindo em média, aproximadamente, 120 milhões de pessoas por ano desde a década de setenta (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1997, p. 85).

Dessa forma, o crescimento populacional e o decréscimo da produção agrícola, decorrente da degradação do ambiente já fragilizado, ou pela ação climática ou pela própria ação antrópica, tem como implicação a redução do tamanho das áreas disponíveis para o plantio e o incremento de agricultores sem terra e, por consequência, um incremento nos níveis de pobreza e no êxodo rural (STILES, 1989).

Um aspecto relevante e que deve ser abordado nesta discussão que estamos fazendo acerca da relação que existe entre pobreza e degradação ambiental emerge da forma como as terras que deveriam ser destinadas aos cultivos estão sendo apropriadas nas regiões pobres. De fato a existência do binômio latifúndio-minifúndio e a não-determinação dos governantes desses países em estabelecerem um programa profundo e consistente de reforma agrária, também induz à utilização de terras marginais no processo produtivo. Essas terras que estão situadas em áreas acidentadas, nas encostas de morros ou nas margens dos rios e córregos são inadequadas para as práticas agrícolas e a conversão dessas novas áreas, que deveriam ficar intocadas, em áreas de produção agrícola tem um inconveniente adicional de depredar a cobertura vegetal porventura ainda prevalecente, provocar assoreamento de córregos de água e, assim também, degradar essas áreas marginais.

Vale fazer aqui um parêntese para que as discussões acima apresentadas não assumam uma postura condenatória e de responsabilização apenas do comportamento dos pobres, ou excluídos, e que coloquem apenas sobre os seus ombros o ônus da degradação ambiental, haja vista que constatações empíricas mostram que os ricos degradam mais o ambiente do que os pobres, devolvendo sob forma de lixo e poluição as sobras do excesso de consumo. Nas regiões mais desenvolvidas, a convivência com o ar poluído, o desconforto do barulho e dos engarrafamentos de trânsito, os gases emitidos pelas chaminés e descargas dos carros particulares, a pressão sobre os mananciais de água, se constituem em pontos de degradação ambiental importantes. Assim, embora com motivações diferentes, ricos e pobres têm um potencial de degradação ambiental bastante elevado (CAPRA, 1986.). O aquecimento global recentemente denunciado tem como sua grande causa a emissão de gases (sobretudo o gás carbônico) por parte das economias mais desenvolvidas.

Em nível dos grupos carentes, o que precisa ser feito é um trabalho que possibilite a inserção do contingente de excluídos no processo de produção que viabilize patamares de rendas compatíveis com uma existência digna, ao tempo que lhes sejam viabilizados acessos a serviços essenciais de educação, saúde, água potável, saneamento e moradia. Em nível das sociedades ricas, o trabalho de conscientização deve ser direcionado no sentido de eliminarem por completo a sua capacidade de destruição do ambiente através da redução do consumo exagerado e desnecessário. Esta se constitui numa tarefa difícil de ser atingida, reconheça-se, numa sociedade em que o mercado e o lucro são os instrumentos definidores das prioridades econômicas e sociais.

3

CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE QUE AFIRA A EXCLUSÃO SOCIAL

Este capítulo está dedicado à discussão acerca do índice que possa aferir com algum rigor estatístico o que estamos chamando no livro de Exclusão Social, entendida como a manifestação mais terrível da pobreza. Entende-se que a aferição da pobreza apenas pela renda pode escamotear outras dimensões igualmente danosas à condição de vida dos seres humanos. Também por isso, acredita-se que as dimensões de pobreza são bem mais amplas; daí, a tentativa de estudá-las como exclusão social.

A Importância do Acesso aos Ativos Sociais nas Áreas de Carência

Em áreas carentes de praticamente tudo, uma forma de compensação para o baixo nível de renda das camadas mais pobres é fazer investimento público em ativos sociais, provendo acesso a serviços como educação de qualidade, saúde, saneamento (no sentido lato do termo) e o acesso a moradias adequadas. Isto porque os serviços essenciais, além de incrementarem a qualidade de vida, contribuem para elevar a esperança de vida ao nascer e amenizam os efeitos dos baixos níveis de renda monetária de que sobrevivem as famílias carentes, que estão privadas dos bens materiais em virtude da deficiência de poder aquisitivo. Caso sejam privadas também de serviços essenciais, sobrevivendo em locais carentes, as suas vidas ficam mais difíceis.

Esses serviços devem ser implantados e/ou incrementados ao mesmo tempo que o Estado viabiliza os instrumentos capazes de atrair investimentos que objetivem incrementar os padrões de ocupação e renda dos segmentos populacionais pilhados na vala da exclusão social. Também em relação a essas políticas sociais, o país apresenta grandes dificuldades. A aferição quantitativa dessas carências e os impactos sobre os níveis de exclusão social são a motivação da feita deste trabalho.

O descaso com os serviços públicos essenciais incrementa o estado de pobreza do País, torna os seus habitantes muito mais vulneráveis à incidência de doenças características de economias atrasadas. Vale ressaltar que os descasos com serviços essenciais sempre aparecem como resultados de programas de contingenciamento das despesas públicas. Quase sempre os ajustes fiscais começam pela redução dos recursos para a ampliação das redes de esgotos, de distribuição de água encanada e de coleta de lixo. Espraia-se para os serviços de saúde e educação. Chamar atenção para essa sinergia é fundamental para que se possa reunir massa crítica capaz de exercer pressões políticas sobre quem toma decisões neste âmbito para a relevância do problema. Fazer-lhes ciente de que, quando tem gente, o tratamento não precisará seguir rigorosamente preceitos técnicos. Até porque de nada adiantará uma economia ajustada com gente morrendo ou contaminada por doenças incuráveis.

No Brasil, indicadores de privações de renda monetária e de ativos sociais são muito mais problemáticos nas zonas rurais de todos os estados brasileiros. Esses indicadores são impactados também pela concentração da terra, uma das maiores do mundo, conforme já denunciava a ONU no seu relatório de 1995. A desigual apropriação do principal fator de produção na agricultura, associada aos fortes níveis de degradação da base dos recursos naturais, observados na maioria dos municípios brasileiros, em geral, sobretudo no Nordeste, contribui para o empobrecimento das famílias que residem nessas áreas rurais. Uma das consequências previsíveis é o êxodo de parte significativa da população rural, que se aglomerará nas cidades de diferentes portes, num processo de urbanização não-planejado e não-controlado da população brasileira.

Semelhante dinâmica de urbanização desordenada em tão curto período de tempo (as maiores taxas foram registradas nas quatro penúltimas contagens da população brasileira, respectivamente, em 1980, 1991, 1996 e 2000) só poderia exercer uma forte pressão sobre os já precários serviços disponíveis nos centros urbanos das cidades brasileiras,

sobretudo aquelas de maior porte que receberam os maiores contingentes.

Como decorrências dessas sinergias, formaram-se, nas periferias desses centros urbanos, favelas, palafitas, ou moradias que não oferecem a menor condição de vida para as famílias. Aí, depararão com falta de transporte, acesso a água encanada, rede de energia elétrica, saneamento, coleta de lixo. Além do mais, o contingente que migrou em condições precárias encontra-se, no geral, despreparado para as atividades que, eventualmente, possam encontrar (quando encontram) nas zonas urbanas. Como decorrência natural deste processo, forma-se um exército de trabalhadores não-qualificados, ou de baixa qualificação, para os tipos de trabalhos normalmente ofertados nas áreas urbanas. Estabelece-se assim o caos urbano.

A baixa taxa de escolaridade, aferida tanto pelo elevado percentual de população analfabeta como pela baixa escolaridade média (número de anos na escola) é responsável, em grande medida, pela baixa taxa de remuneração ou pela renda baixa que prevalece no Brasil, de um modo geral, e nas suas regiões mais pobres, que são o Norte e Nordeste.

Visando aliviar um pouco a privação de renda, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) iniciou os programas de transferências de renda que se consolidaram no governo Lula. Este programa de transferência de rendas que, no governo Lula, e no atual de Dilma Rousseff, recebeu o nome de “Bolsa Família”, sem dúvida tem contribuído para amenizar, ou aliviar, os níveis de privações de renda nos rincões mais remotos do Brasil, mas apenas nos estratos compostos por aqueles que vivem sem qualquer rendimento ou com rendimentos muito baixos. Contudo, este programa ainda tem um significativo inconveniente de não apontar claramente para os seus beneficiados uma saída com autonomia. Este se constitui num grande gargalo a ser resolvido por parte da sociedade brasileira.

De fato, o maior ganho dos trabalhadores brasileiros, a partir de 1994, foi a estabilização monetária. Para conquistá-la, os brasileiros, de um modo geral, e os posicionados na base da pirâmide de renda monetária, em particular, tiveram que experimentar dificuldades muito grandes, como sempre acontece quando a prioridade é a política de estabilidade monetária. No início, os trabalhadores menos qualificados experimentam um impacto maior com a elevação da taxa de desemprego, que é uma das consequências de curto prazo do ajustamento monetário. No entanto, superada a fase mais difícil, observa-se que a estabilização se

consolidou, a inflação ficou mantida em níveis muito baixos o que melhora os ganhos dos trabalhadores em termos reais. A taxa de desemprego regrediu de forma substancial. Mesmo no auge da crise internacional que aconteceu entre o fim de 2008 e durante todo o ano de 2009, o Brasil conseguiu assegurar uma boa taxa de ocupação da sua população economicamente ativa.

Algumas Referências de Autores Brasileiros que Trataram do Problema da Pobreza

Existe uma plêiade de autores brasileiros que tem dado uma contribuição interessante ao estudo da pobreza no país e também às desigualdades inter-regionais do Brasil. Entre esses autores, destacam-se o professor Rodolfo Hoffman, atualmente na Unicamp. Em trabalhos em que aparece como autor único, ou em parceria com outros autores, o professor Hoffman disponibiliza um vasto, interessante e influente acervo de informações sobre o tema. Na década passada, ele fez com a professora Ângela Kageyama uma parceria seminal.

O professor Ricardo Paes de Barros, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), tem uma vasta contribuição nos estudos acerca de pobreza e de aferição de desigualdades regionais. Os trabalhos do professor Paes de Barros são referências para quem quer estudar e entender os padrões de distribuição desigual da renda no Brasil, no seu passado mais recente.

A professora Sonia Rocha, da Fundação Getúlio Vargas, também tem uma boa contribuição no estudo do tema pobreza. Em 2005, ela lançou o seu livro sob título *Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?*. No título do livro, a professora Sonia já chama a atenção para o conceito controverso de pobreza. Mas ela também tem uma vasta contribuição com artigos científicos acerca do tema, o que lhe dá autoridade para discorrer com a propriedade que adquiriu em longos períodos de reflexão sobre tema complexo e controverso.

O professor Marcelo Neri, também da Fundação Getúlio Vargas, também é referência importante em trabalhos que estudam a pobreza no Brasil. Mais recentemente, sempre que se fala do tema pobreza ou desigualdade na apropriação da renda e da riqueza no Brasil, os seus

textos são referências obrigatórias.

O Centro de Aperfeiçoamento dos Economistas do Nordeste (Caen), da nossa Universidade Federal do Ceará, criou o Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP), que tem dado uma contribuição interessante ao debate sobre o tema. Ali, também se formou uma equipe de professores que, envolvendo estudantes, têm feito importantes diagnósticos acerca da pobreza no Brasil, no Nordeste e no Ceará.

Todos esses autores me influenciaram na decisão de escrever este trabalho que tenta abordar a pobreza (este conceito controverso) de uma forma um pouco diferenciada, no sentido de tentar agregar mais algumas perspectivas na avaliação e, sobretudo, na aferição do conceito. Nosso trabalho não tem a pretensão de ser alternativo aos elaborados por outros autores, ou por instituições, mas de contribuir para o debate. Em ciências sociais, não existem resultados definitivos. Sempre haverá a possibilidade de um problema ter facetas que escapam à percepção de um determinado instrumental analítico, sobretudo quando o tema pobreza é tratado como uma forma de exclusão social, como é a pretensão deste trabalho.

Assim, esta breve passada sobre alguns dos autores que tiveram mais trabalhos divulgados na área tem como objetivo deixar claro para os leitores do nosso próprio trabalho que o nosso objetivo único é contribuir para o entendimento do conceito. Óbvio que a relação que mostrei acima é seletiva e não poderia ser exaustiva. Há centenas, talvez milhares de outros colegas que trabalham o mesmo tema no Brasil. Contudo, dificilmente, eles não tenham inspiração ou como fonte de consulta ao menos um dos autores listados acima. A eles, quero deixar registradas as minhas desculpas por não citá-los nominalmente neste espaço. Mas eles publicam e sabem das dificuldades que temos em trazer à tona todo o estado das artes, embora eu tenha tentado ampliar ao máximo as minhas pesquisas sobre o tema no contexto internacional.

Aferição dos Níveis de Bem-estar ou de Mal-estar Econômico e Social

A tentativa de aferição de índices de bem-estar ou de mal-estar que traduzam, com fidedignidade, o padrão de desenvolvimento ou de pobreza que acontece em vários países tem-se constituído numa preocupação

dos estudiosos do tema. Isso porque essas aferições pode ser de utilidade (esta é a pretensão de todos esses trabalhos, inclusive este que estamos realizando), à medida que possam servir de subsídios para a formulação de políticas públicas e de instrumento de planejamento de medidas econômicas e sociais de curto, médio e longo prazos, que sejam capazes de reverter os níveis de exclusão social.

Além disso, constituem-se em um poderoso instrumento a ser disponibilizado para as organizações dos trabalhadores, para que elas possam melhor hierarquizar as suas demandas de prioridades e, assim, acumular mais forças para lutarem por seus direitos. Buscando atender a essa demanda dos trabalhadores, dos construtores e dos executores das políticas públicas, alguns pesquisadores trilham nesta linha, objetivando a elaboração de índices que afirmam, com acuidade, os níveis de bem-estar ou de mal-estar das sociedades. São procedimentos reducionistas, à medida que objetivam compactar em um número (o índice) toda a complexidade de um conceito. Apesar desse pecado original, podem-se encarar os resultados obtidos nessas tentativas como aproximação ou como sinalização do patamar de desenvolvimento (ou de exclusão social) e, a partir daí, buscar um entendimento mais acurado da realidade que o índice tentou captar. Desta forma, os índices que se propõem aferir exclusão social ou desenvolvimento estão sujeitos às críticas, e quem os constrói deve estar consciente dessas deficiências, o mesmo acontecendo para quem deles toma conhecimento e almeja utilizá-los como balizadores das suas ações.

A seguir, inicia-se a discussão de algumas dessas construções, começando pela mais difundida no mundo, que é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pela ONU em 1990, e que, a partir de então, passou a aferir os padrões de desenvolvimento humano dos países que lhe são filiados.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que foi publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) pela primeira vez em 1990, é um termômetro que objetiva aferir níveis de bem-estar social e econômico. Foi criado para hierarquizar os 175 países que, naquele ano, eram filiados à ONU. O IDH tem três indicadores: esperança de vida ao nascer, que,

em síntese, é a idade em que, em média, as pessoas morrem; estoque de educação, composto de duas variáveis – percentual de adultos alfabetizados e percentual de matrículas nos ensinos elementar, médio e superior; o terceiro indicador é a renda *per capita*, avaliada segundo a paridade do poder de compra, em que a ONU aplica um redutor que estabelece que, a partir de determinado patamar de bem-estar, a renda adicional não se traduz em incremento proporcional de qualidade de vida. São estimados índices parciais para cada um desses indicadores, que recebem ponderação igual e definida pela ONU como 1/3, para construir o IDH a partir da média geométrica desses indicadores parciais. Os leitores interessados encontrarão a engenharia da construção do IDH a partir da página 394 do Human Development Report (2006).

Gostaríamos de fazer alguns comentários acerca de cada uma das componentes do IDH e das suas reais possibilidades de aferição, com rigor, nas economias atrasadas, onde as estatísticas são muito mais difíceis de ser computadas com fidedignidade.

Não se discute o mérito e a capacidade que tem a longevidade como um bom indicador de bem-estar. Computar este dado na Suíça ou na Noruega, país de melhor IDH em 2011, é tranquilo. O problema assume alguma complexidade quando tentamos aferir, com acuidade, este indicador em lugares remotos, semelhantes àqueles existentes em economias atrasadas, como da África, da América Latina, em geral, do Nordeste e do Norte brasileiros, por exemplo. Em lugares assim, um contingente expressivo de pobres nasce, vive e morre sem ter qualquer registro. Quem tiver alguma dúvida é só observar, nas periferias de cidades do interior dessas regiões (Norte e Nordeste, principalmente), a proliferação de cemitérios clandestinos. Nesses cemitérios estão sepultadas pessoas cujas famílias não dispuseram de condições de renda para enterrar dignamente os seus mortos nos cemitérios oficiais, que cobram uma taxa para fazer o serviço. São pessoas pobres que tendem a morrer mais jovens e que não fazem parte das estatísticas obituárias. Portanto, as estimativas deste indicador, em regiões assim, tendem a ser sobreavaliadas, pois não contabilizam aqueles casos de óbitos. Além disso, a esperança de vida ao nascer se constitui num conceito de média e que, por isso, está sujeita a uma grande variância em torno de si. Esta variabilidade, como se sabe, é mais perceptível nas economias atrasadas, devido às desigualdades ou assimetrias bastante acentuadas nas áreas de carência, sobretudo de qualidade de vida. Por estas razões, é difícil ter estimativas rigorosas da esperança de vida ao nascer nos rincões

mais remotos do Nordeste e Norte do Brasil, ou de logradouros africanos mergulhados em extrema pobreza.

Outro indicador que faz parte do IDH é a renda *per capita*. Como sabemos, a renda no Brasil e nos países pobres apresenta uma grande variabilidade em torno da média. Esta disparidade na apropriação da renda provocará distorções fantásticas na capacidade deste indicador em aferir com acuidade padrões de bem-estar econômico em regiões pobres.

No que tange ao indicador “estoque de educação”, observa-se que uma das variáveis que o compõem é o percentual de matrículas nos diferentes níveis. Por este critério, não ficamos sabendo se associado a elevados percentuais de matrículas está vinculado um igualmente elevado padrão de qualidade do ensino que é ofertado nas escolas das regiões de carência. A observação comum no Brasil é que a qualidade do ensino nas escolas públicas, no geral, é muito ruim e isso não conseguirá ser captado por um indicador que afere o percentual de matrículas. Nas economias desenvolvidas, a interface entre qualidade de ensino e número elevado de matrículas é natural. Infelizmente esta não é a realidade brasileira e de outros países igualmente carentes. Por essas razões, o importante indicador de desenvolvimento, que é o “estoque de educação”, ficará comprometido e, provavelmente, superavaliado, se a taxa de matrícula for elevada.

Além disso, o IDH não foi desenhado com o objetivo de mostrar o percentual, ou o contingente, da população do município, estado, região ou país que está incluída em desenvolvimento humano. Ou seja, observando-se o IDH de uma localidade, não conseguiremos detectar o percentual da população que está incluída (ou excluída) no seu desenvolvimento humano. Esta não era a preocupação de seus idealizadores, diga-se de passagem. O objetivo era construir um instrumento que fosse capaz de hierarquizar os países do mundo em termos mais adequados do que o uso da renda *per capita*, como era procedido até o fim dos anos oitenta do século passado. Objetivo perfeitamente atingido quando se trata de países ou regiões desenvolvidas, mas comprometido quando se trata de regiões pobres, pelas razões que acabamos de discutir.

Construído com este objetivo de fazer hierarquia, o IDH está contido no intervalo entre zero e um e os seus valores têm apenas aquela utilidade. Não obstante os fatores limitantes para as economias pobres, verifica-se que é o índice mais utilizado por quem toma decisão para formatar políticas públicas preocupado com o desempenho do seu país, do

seu estado ou do seu município. Isto pode provocar distorções quando se está diante de administradores inescrupulosos, fato que, como sabemos, não é difícil de encontrar em economias pobres como a brasileira. Há o risco da manipulação do número de matrículas inflando-as, ou da implantação de programas improvisados de alfabetização de adultos para “reduzir” o percentual de analfabetos e, assim, ter algum tipo de vantagem, à medida que incrementam o IDH. Atitudes inescrupulosas que podem distorcer a magnitude do IDH e, assim, comprometer a utilização de poucos recursos em programas mitigadores de pobreza.

Vale ressaltar que o indicador esperança de vida ao nascer não muda bruscamente no curto prazo. Trata-se de uma característica que avança (ou retroage) em função de investimentos (ou na falta deles) em melhorias dos serviços de saúde pública, saneamento, de moradias, acesso a água encanada, acesso a segurança alimentar, acesso a trabalho com remuneração digna. Todos estes indicadores têm grandes dificuldades de avançar em países pobres. Portanto, trabalhar para elevar a esperança de vida ao nascer pode não ser atrativo para prefeitos ou governadores que querem conseguir resultados de imediato. Assim, o caminho, aparentemente mais curto, seriam os programas voltados para a educação, que seriam importantes se seguissem preceitos rigorosos de qualidade. Como isso não acontece, em boa parte dos casos, a “melhora” de IDH será conquistada por esses procedimentos “artificiais”, que, obviamente, não são aqueles que todos nós queremos e almejamos para as populações carentes. Assim, o IDH fica bastante vulnerável à ação fraudadora de administradores inescrupulosos.

Isto pode decorrer, por exemplo, pelo fato de as estatísticas acerca das taxas de matrículas serem fornecidas pelas prefeituras. É bastante comum a existência de prefeitos inescrupulosos que podem manipular essas estatísticas ao sabor das conveniências. A fiscalização é difícil num país que tem o exagerado número de 5.564 municípios, em que 3.921 (70,5%) têm populações inferiores a 20.000 habitantes. Municípios que existem não para prestar bons serviços aos munícipes, mas para atender interesses de famílias que se encastelam e se revezam no poder desses municípios indefinidamente. Aproveitam a baixa escolaridade e a elevada taxa de analfabetismo como instrumentos úteis para a perpetuação no poder. Por isso, a qualidade do ensino nesses rincões é sempre baixa, independentemente do tamanho da taxa de matrículas.

São dados assim que entram na formatação do IDH deste Brasil

continental. Assim, o Relatório de Desenvolvimento das Nações Unidas (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 2010) estimou o IDH de 0,718, que o posiciona na 84ª posição no *ranking* dos países e numa situação que o HDR classifica como “País de Médio Desenvolvimento Humano”, de acordo com a nova classificação que passou a ser adotada nos últimos relatórios. A Noruega é o país com maior IDH em 2010, com magnitude de 0,943. A esperança de vida ao nascer, no Brasil, que foi utilizada no cálculo daquele IDH de 2010, foi de 73,5 anos. Este valor, seguramente está superestimado, assim como estão todas as esperanças de vida dos países pobres que estão no *ranking* do HDR 2010. Estando superestimada a esperança de vida ao nascer e sendo a taxa de matrículas calculada da forma que discutimos acima, o IDH do Brasil, seguramente, também está superestimado. Como se falou no início da discussão acerca das possibilidades de o IDH aferir o que se propõe, que é o desenvolvimento humano, em nenhum momento este mérito está sob suspeita ou sob questionamento. O que se tentou mostrar é que, em situações como a brasileira, em que há grande quantidade de subregistros, as taxas de matrículas, além de não refletirem a qualidade do ensino que está sendo dado e da possibilidade de serem manipuladas, podem contribuir para que o IDH tenha dificuldades em aferir bem-estar.

Índice de Pobreza Humana (IPH)

Em relatórios do fim dos anos noventa do século passado, surgiram propostas de aferição de pobreza por outros instrumentos estatísticos. Um deles está no Relatório da ONU de 1997, (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1997). Naquele Relatório, foi apresentado, pela primeira vez, o Índice de Pobreza Humana (*Human Poverty Index – HPI*), que tenta aferir os níveis de pobreza em países subdesenvolvidos com base em quatro indicadores: percentagem da população cuja esperança de vida é inferior a quarenta anos; percentagem de adultos analfabetos; e uma terceira variável que se constitui na combinação de três indicadores, a saber: percentagem da população sem acesso a água tratada, percentagem da população sem acesso a serviços de saúde e percentagem de crianças menores de cinco anos com deficiência de peso.

Contudo, no próprio Relatório da ONU de 1997 (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1997), está colocada uma nota em que ficam

reconhecidas, de forma explícita, as dificuldades para a construção do índice de pobreza a partir daqueles indicadores, sobretudo por ser difícil contabilizar estatísticas confiáveis, como a percentagem da população com esperança de vida inferior a quarenta anos, na maioria dos países pobres, inclusive no Brasil. Este aspecto é mais relevante, como discutimos no item anterior, nas suas regiões mais carentes. Além disso, parece-nos que um índice desenhado para aferir pobreza que não contenha a variável renda fica no mínimo subestimado, haja vista ser esta uma variável relevante, ainda que não seja a mais importante, como definição do patamar de pobreza atingido por uma pessoa, uma família, um município, um estado ou um país.

Em seu Relatório de Desenvolvimento Humano (HUMAN DEVELOPMENT REPORT 1998), a ONU apresentou, ao lado do índice de pobreza humana para os países subdesenvolvidos, um índice que objetiva detectar o percentual de pobres que sobrevivem nas economias mais industrializadas do planeta. Para a construção desse índice de pobreza humana em países industrializados, a ONU utiliza os seguintes indicadores: percentagem da população que, provavelmente, morrerá antes de completar 60 anos de idade; percentagem da população que é analfabeta de um ponto de vista funcional. Por funcionalmente analfabeta, a ONU caracteriza um indivíduo que não consiga ler e escrever, de forma adequada, textos básicos de uma “sociedade moderna, como a bula de remédios, ou não consiga fazer a leitura de histórias infantis” (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1998, p. 27). A terceira variável que entra na composição deste índice é o percentual da população cuja renda pessoal é menor do que 50% da média da renda *per capita*. A quarta variável que entra na construção do índice de pobreza para os países industrializados é chamada medida de exclusão social, que é aferida pelo percentual da população economicamente ativa e que está desempregada por 12 meses ou mais.

Embora tenha sido desenhado para medir a pobreza nas economias ricas, alguém poderia tentar adaptar o conceito para aferir pobreza em países como o Brasil. Se fosse esse o caso, além das dificuldades associadas à esperança de vida ao nascer, caberiam alguns comentários acerca da variável exclusão social como componente do índice de pobreza. Acredita-se que a pobreza, entendida no seu sentido lato, que não é apenas a privação de renda, constitui-se num doloroso e inaceitável processo de exclusão social, como se tentou demonstrar em capítulo anterior. Dessa forma, trabalhamos com a hipótese de que exclusão social

se constitui num conceito muito mais amplo do que não estar inserido no mercado de trabalho formal, como propõe a ONU no seu índice de pobreza humana para países ricos. Os cidadãos podem estar fora do mercado de trabalho e usufruir de serviços sociais essenciais que atenuam o estado de privação de renda. Por outro lado, podem estar inseridos no mercado de trabalho, auferindo rendimentos não-dignificantes e ainda serem privados de serviços essenciais que deveriam ser providos pelo estado. Neste caso, a situação de uma plêiade de brasileiros, sobretudo nortistas e nordestinos, serve para elucidar esta assertiva.

Além disso, em economias como a brasileira, em que os índices que aferem a taxa de desemprego, em geral, não levam em consideração os subempregados, os biscateiros e outras categorias de trabalhadores, apenas o cômputo da taxa de desemprego de longo prazo, como medida de exclusão social, pode provocar vieses significativos, para menos, da real dimensão da pobreza no país. Vale ressaltar que o cômputo dessas estatísticas torna-se muito mais dramático e de pouca confiabilidade, à medida que adentramos nas regiões mais atrasadas do próprio país. Isto quer dizer que as taxas de desemprego estimadas oficialmente são menos precisas nos grotões de pobreza da Amazônia e do Nordeste do que nos estados do Sul e do Sudeste, sobretudo nos mais desenvolvidos dessas regiões. Ora, é exatamente no Nordeste e na Amazônia que se concentram os maiores níveis de pobreza do país, que não seriam captados por esta variável se houvesse a tentativa de aferir pobreza a partir da sugestão do relatório da ONU de 1998.

Estas assertivas são tão contundentes e controvertidas, que, no próprio (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1998, p. 28) pode-se ler a seguinte passagem referente à inclusão da variável exclusão social na composição do índice de pobreza para as economias industrializadas:

exclusão social assume muitas formas, e varia consideravelmente de uma comunidade para outra e é difícil de medir. Contudo, a taxa de desemprego de longo prazo, que é consideravelmente medida na maioria dos Países industrializados, pode se constituir numa confiável aproximação para exclusão. Ela reflete a exclusão do mundo do trabalho e a interação social associada com o emprego, que se constitui em uma importante parte da exclusão social observada em muitas comunidades (HUMAN DEVELOPMENT REPORT , 1998, p. 28).

Nesta passagem, deve-se assinalar que, no próprio Relatório de Desenvolvimento Humano, onde está apresentado o Índice de Pobreza Humana para os países industrializados, fica reconhecida a fragilidade da definição de exclusão social apenas como taxa de desemprego de longo prazo. Isto porque, como fica claro na passagem acima, nas economias industrializadas, existem estatísticas confiáveis para a aferição dessas taxas de desemprego, o que não se constitui, seguramente, no caso das economias atrasadas, Brasil entre elas, obviamente.

Além do mais, nas economias industrializadas, em geral, existem instrumentos de proteção aos desempregados por via de políticas compensatórias. Isto sem falar que, praticamente, 100% da população desses países, em geral, têm acesso a serviços básicos de qualidade, gratuitos ou fortemente subsidiados, como: educação, saúde, saneamento, coleta sistemática de lixo, dentre outros serviços providos pelo Estado. Isto, como se sabe, não ocorre nas economias atrasadas, muito menos nas regiões mais subdesenvolvidas desses países.

Assim, acredita-se que a taxa de desemprego de longo prazo não se constitui numa boa aproximação para aferir exclusão social, mesmo nas economias industrializadas e muito menos nas economias subdesenvolvidas. Nessas economias atrasadas, acredita-se que exclusão social se constitui num conceito que se confunde com o próprio entendimento que se tem do que seja pobreza e não se constituindo, portanto, em apenas uma das suas componentes. Pobreza, neste caso, sendo entendida como um processo de exclusão social que consiste na privação de acesso a serviços essenciais e a renda.

Construção de um Índice que afira Exclusão Social como Sinônimo de Pobreza

As discussões até aqui realizadas foram um esforço para elucidar as dificuldades e as controvérsias que emergem sempre que se tenta reunir, num índice, um conjunto de informações objetivando aferir níveis de bem-estar ou de mal-estar social. Não obstante este fato, este é um desafio que seduz estudiosos dessa área, tendo em vista que se constitui numa forma de sintetizar este complexo emaranhado de informações. Na construção desses índices, o criador corre o risco de ser chamado de reducionista, como já se discutiu neste texto, porque, de fato, se trata de uma tentativa

nesta direção. Assim, por mais elaborada que seja a forma como estão construídos esses índices, dificilmente eles captarão, na sua plenitude, as informações a que se propõem. Por mais que se tente, jamais se terá a acuidade suficiente para explicar o conceito em plenitude.

Além disso, se forem colocados muitos indicadores, além da possibilidade de incorrer-se em riscos estatísticos de colinearidade múltipla, pode-se perder a dimensão de que indicadores são de fato mais relevantes, tendo em vista que as “carências” se distribuem de forma perdulária e se perde a noção de como e onde começar para o desenho de políticas mitigadoras ou atenuadoras da pobreza. Como se observa, o dilema conceitual se estende, como não poderia ser diferente, na formatação do instrumento de aferição da pobreza. Ainda assim, arrisca-se fazer alguma coisa, porque é bem melhor do que fazer nada nesta direção, mas já sabendo dos riscos a que se está submetido. Sendo o maior deles o de ser reducionista, além do razoável. Como “razoabilidade”, neste caso, também é difícil de avaliar, continua-se com o dilema e por isso melhor será entender o instrumento como um aferidor de tendências e analisá-lo nesta perspectiva.

As dificuldades listadas acentuam-se de forma inversamente proporcional ao número de indicadores que entram na composição do índice. Assim, quanto menor o número de indicadores, mais reducionista tende a ser a estimativa do índice, desde que os indicadores excluídos não apresentem correlação perfeita com aqueles que estão fazendo parte do índice. Contudo, apesar de se ter conhecimento dessa informação, sabe-se também que é extremamente difícil reunir um número razoável de indicadores que afirmam bem-estar social e econômico, ou a sua negação, que é, sem dúvida, exclusão social ou pobreza. Isto se dá também por dificuldades de obtenção de estatísticas fidedignas num país de dimensões continentais como o Brasil.

Com todas essas sinalizações de certezas e de incertezas na mente, resolveu-se desenhar o Índice de Exclusão Social (IES) com a perspectiva de que ele se constitua numa boa aproximação, ou mesmo numa boa tentativa de captação de percentuais de pobres, ou de excluídos no Brasil, entendidos no seu sentido amplo, bem como a sua distribuição entre os municípios, as grandes regiões e os estados brasileiros. Estas estimativas, obviamente, não estarão isentas das dificuldades listadas no texto, mas não se tem outra forma de busca de aferição que esteja absolutamente imune a quaisquer avaliações críticas. Estes são questionamentos que

devem estar nas mentes quando estamos discutindo e analisando índices que tentam captar conceitos complexos.

O estudo utiliza o Índice de Exclusão Social (IES) criado por Lemos, inicialmente, em 1995, como Index of Relative Development (IRD), que evoluiu para a formatação atual somente em 2002 para aferir os padrões de exclusão social, entendidos no estudo como sinônimos de pobreza. O IES, na versão que apresentamos nesta edição do livro, é constituído de três indicadores: Passivo Social, Passivo Econômico e Passivo Ambiental. Como o IDH, o IES também pode ser utilizado para hierarquizar os municípios e estados brasileiros pelos padrões de exclusão social. Além disso, através do IES, é possível, além de fazer esse *ranking*, estimar-se o percentual de excluídos em cada um dos municípios, estados, regiões brasileiras e para o Brasil.

Os pesos associados aos indicadores do IES emergem de análise estatística multivariada. Isto não garante que se tenha a melhor aferição, mas assegura que os pesos não serão influenciados pela subjetividade do seu criador.

O IES foi construído a partir da identificação das dificuldades que o IDH tem para aferir padrões de bem-estar (ou de mal-estar) nas economias mais atrasadas, justamente por causa da falta de fidedignidade do cômputo da variável esperança de vida ao nascer, como já discutimos neste trabalho. Assim, o IES não tem a porposta de substituir o IDH, mas de ser-lhe complementar no entendimento dos padrões de vida das economias mais pobres.

O IES está ancorado em três grandes indicadores: Passivo Social (Passocia) que vem a ser o percentual da população maior de quinze (15) anos que se declarou analfabeta. Como se observa, trata-se de uma grande simplificação, que apenas fazemos por acreditarmos que a educação (ou a falta dela, como é o caso da aferição do indicador) é um fator determinante da exclusão social, talvez o mais relevante. Nas edições anteriores do livro, esta variável era identificada como Priveduc.

A segunda âncora do IES, na nova versão, é o Passivo Econômico (Passecon), que é aferido pelo percentual da população que sobrevive em domicílios cuja renda varia de zero a, no máximo, dois salários mínimos. Nas edições anteriores do livro, esta âncora era identificada como Privrend.

A terceira âncora do IES, na sua nova versão, é o Passivo Ambiental (Passambi). Esta âncora se obtém através da conjugação de três outros

indicadores devidamente ponderados: Privagua, que é o percentual da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada com, ao menos, um ponto de torneira dentro de casa; Privsane que afere o percentual da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de esgotamento sanitário ou, ao menos, de fossa séptica para destinar os dejetos humanos. O terceiro indicador desta âncora do IES é o percentual de domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente (Privlixo).

Assim, propõe-se a seguinte equação de definição para o IES:

$$IES_i = P_{i1}Y_{i1} + P_{i2}Y_{i2} + P_{i3}Y_{i3} ; i = 1, 2, \dots, n;$$

Na definição acima, P_{ij} se constituem nos respectivos pesos (cuja soma é igual a um) associados a cada uma das âncoras dos indicadores Y_{ij} que entram na construção do IES associado a cada município, estado, região ou para o Brasil. Estes indicadores estão definidos da seguinte forma: $Y_{i1} = \text{Passocia}$; $Y_{i2} = \text{Passecon}$; e $Y_{i3} = \text{Passambi}$.

A âncora Passambi se estima da seguinte forma:

$$\text{PASSAMBI} = P_{i4}.Y_{i4} + P_{i5}.Y_{i5} + P_{i6}.Y_{i6}$$

Na definição da equação de Passambi, as variáveis são respectivamente: Privagua, Privsane e Privlixo, devidamente ponderadas como especificado na equação. A soma dos pesos também é igual a um neste caso.

Neste ponto, acredita-se ser de relevância teórica e empírica fazer uma reflexão acerca dos indicadores que compõem o IES. Reflexões que são necessárias até para justificar a inclusão dos indicadores do IES.

O Passivo Social, aferido pelo percentual da população maior de quinze anos analfabeta, não necessita maiores justificativas, haja vista que não se concebe desenvolvimento sem educação. As experiências dos países que deslançaram um processo de desenvolvimento mostram claramente a importância da educação. Os casos do Japão, nos meados do século passado, e da Coreia do Sul, mais recentemente, ilustram bem

estas assertivas. Desta forma, um contingente elevado de analfabetos num município, estado, região ou país se constituirá em um dos fatores decisivos para entravar o seu desenvolvimento e provocar pobreza ou exclusão social. Até porque esta variável tem elevada correlação negativa com o nível de escolaridade das populações. Quanto mais elevado o percentual de analfabetos, menor será a escolaridade média.

O Passivo Econômico, que é aferido pela privação à renda monetária, também se constitui num indicador que se autojustifica. Não se concebe avançar, em termos de desenvolvimento, sem patamares mínimos de renda monetária. Assim, a sua privação induzirá ao não-desenvolvimento e à exclusão social, ainda que se saiba que renda elevada não se traduz, necessariamente, em melhores níveis de bem-estar. Por esta razão é que o IES é ancorado em dois outros indicadores, além da privação de renda monetária.

Especificamente no caso da renda, devem-se fazer alguns comentários acerca da sua geração e apropriação nas áreas rurais. Os agricultores familiares geram dois tipos de rendas: a renda monetária, que advém da produção e venda dos itens que produzem; mas também geram uma outra renda que não entra na forma de dinheiro, mas também não sai. É o que chamamos de “renda não-monetária”. Esta renda é computada a partir da produção agrícola familiar, que é dedicada à alimentação da família. Se não fosse produzida, teria que ser comprada ao preço de mercado. Por isso, para ser computada, remunera-se ao preço de mercado o montante da produção familiar que é dedicada ao autoconsumo. Vale deixar claro que, quando a família emigra para as áreas urbanas, essa é uma “renda” que desaparecerá.

Assim, a renda do setor rural que será computada e aparecerá nas estatísticas dos órgãos encarregados de as publicar é apenas a monetária. A não-monetária somente será capturada por pesquisadores do setor que estejam interessados em aferir a participação relativa dessa renda não-monetária na renda total. Quando se mede apenas a renda monetária das unidades agrícolas familiares, subavaliamos a renda total das áreas rurais. Vale explicitar que esta também se constitui numa forma de aferir pobreza rural; medir a relação entre renda não-monetária com a renda total, que é a soma das duas rendas: monetária e não monetária. Quanto maior a participação relativa da renda não-monetária na renda global da agricultura familiar, mais pobre será a família rural. No limite da pobreza rural, toda a renda da agricultura familiar será não-monetária. É a chamada “Agricultura

de Subsistência”. Esta é uma situação, infelizmente, ainda muito comum na realidade do Norte e do Nordeste brasileiro. Assim, a renda que entrará no cômputo do IES, neste trabalho, estará subavaliada quando se referir às áreas rurais.

Em relação à ancora Passambi, sintetizada em três indicadores, passa-se agora a fazer uma reflexão acerca da importância e da relevância da sua inclusão num índice que tenta aferir padrões de mal-estar social e econômico.

Com efeito, o Human Development Report (2006, p. 8) dedicou-se inteiramente à discussão da importância do acesso aos serviços de água tratada e saneamento como fatores condicionantes a um melhor padrão e bem-estar social ou de desenvolvimento humano. Vejamos o que fala o HDR, em destaque “água e saneamento estão entre os mais poderosos medicamentos disponíveis pelos governantes para reduzir doenças. Investimentos nessas áreas eliminarão males como diarreia, salvando vidas.”

Ainda segundo o Human Development Report (2006, p. 8) sinaliza que:

a privação ao acesso de água e saneamento produz múltiplos efeitos, que incluem os seguintes custos para o desenvolvimento humano:

- Algo como 1,8 milhões de crianças morrem anualmente vitimadas por diarreia ou 4.900 mortes por dia....Juntos, água não potável e deficiência em saneamento se constituem na segunda causa de morte de crianças. As mortes causadas por diarreia em 2004 foram seis vezes maiores do que a média anual de mortes em conflito dos anos noventa;
- Perda de 443 milhões anuais de dias de escola em razão de doenças relacionadas com a ingestão de água contaminada;
- Aproximadamente metade da população dos países menos desenvolvidos experimenta problemas de saúde causados por deficiência de acesso a água potável e saneamento adequado;
- Milhões de mulheres alocam diariamente muitas horas do seu tempo coletando e trazendo água para casa;
- Ciclos de vida provocam desvantagem na vida de milhões de pessoas que devido a doenças causadas pela deficiência daqueles serviços perdem oportunidades de receberem um melhor padrão educacional e assim terem melhores chances de conseguirem melhor posicionamento na vida como adultos (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 2006, p. 8).

As passagens acima, que mostram a importância do acesso a esses serviços essenciais na qualidade de vida, justificam a inclusão das variáveis Privagua e Privsane na composição de uma das âncoras que sustentam o IES.

O não-acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo (Privlixo), por sua vez, também tem implicações importantes e definitivas sobre a qualidade de vida das famílias. Não ter este serviço implicará em as famílias colocarem os seus resíduos sólidos em qualquer local, o que provocará proliferação de ratos, baratas e outros tipos de animais nocivos à saúde. Além disso, esse lixo acondicionado de forma inadequada pode poluir mananciais de água, entupir bueiros nas áreas urbanas, provocando inundações nas épocas de chuvas. A privação desse serviço, por estas razões, se constitui em importante definidor de exclusão social.

Tendo sido feitas as justificativas da inclusão dos indicadores, procede-se, no Anexo A deste trabalho, à descrição da forma como foi construído o IES. Discutimos, naquele anexo, toda a engenharia envolvida na construção do índice, colocando todos os detalhes que acreditamos serem relevantes para o melhor entendimento do índice e para viabilizar a possibilidade de alguém mais interessado tentar reproduzi-lo em seus trabalhos, caso ache interessante.

Fontes dos Dados Utilizados na Construção do IES

Os dados utilizados no estudo vêm de várias fontes. Para a construção do IES em nível dos municípios brasileiros, utilizam-se as informações do Censo Demográfico do IBGE de 2000 e de 2010. As unidades de observação são os municípios situados nos 26 estados da Federação. Para estimar o IES associado aos estados, regiões, com desdobramentos para as áreas rurais e urbanas, utilizam-se as informações das pesquisas nacionais por amostras de domicílios (IBGE, 2001, 2009c).

Nesta edição, disponibiliza-se, além das taxas de analfabetismo da população maior de quinze anos, os níveis de escolaridade média de todos os municípios brasileiros. Com este procedimento, acreditamos que teremos uma ideia geral e mais atualizada do desempenho de cada município brasileiro em três indicadores importantes: IES, que sinalizará acerca do percentual de excluídos em cada município, bem como o percentual da população privada de cada um dos serviços (água encanada, saneamento, coleta sistemática de lixo, educação e renda).

4

ASSIMETRIA NA APROPRIAÇÃO DA RENDA NO BRASIL

As desigualdades regionais são captadas na apropriação e na distribuição da riqueza gerada no país. Observa-se que as regiões mais carentes, como Norte e Nordeste, têm participação apenas marginal na composição do PIB agregado nacional, como se depreende a partir das estatísticas mostradas na Tabela 1. Nesta tabela, apresenta-se a evolução da participação de cada região e dos estados da Federação no PIB brasileiro no período de 2000 a 2009. Numa leitura destes dados, observa-se que a região Sudeste detém bem mais da metade do PIB agregado do Brasil em toda a série apresentada. Observa-se também que há um declínio desta participação ao longo da série apresentada, sendo o Centro-Oeste a região que mais se beneficia dessa queda de participação do Sudeste no PIB ao longo dos primeiros anos da primeira década deste milênio.

São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais mantêm hegemonia na apropriação do PIB agregado em todo o período. Esses três estados concluíram 2009 com uma participação de 53,3% no PIB nacional, que, naquele ano, foi de R\$ 3,24 trilhões. A região Norte saiu de uma participação de 4,6% em 2000 para 5,04% em 2009. O Nordeste, em 2000, participava com apenas 13,1% do PIB brasileiro e concluiu 2009 participando com apenas 13,51% do PIB nacional daquele ano. Assim, as regiões Norte e Nordeste juntas (que somam 16 estados e 36% da população brasileira) tinham uma participação no PIB brasileiro de 2009 apenas um pouco maior do que a metade do PIB agregado de três estados do Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais).

A região Centro-Oeste, com todo o dinamismo que apresenta na evolução do agronegócio nos últimos anos, também tem participação bastante pequena no PIB agregado do país. Com efeito, essa região, que tinha participação aproximada de 7,0% em 2000, chegou ao final de 2009 participando com aproximadamente 9,59% do PIB brasileiro (Tabela 1).

A região Sul experimentou uma ligeira queda de participação no PIB global do país entre 2000 e 2009, saindo de uma participação de 17,7% para 16,5% em 2009. Mas a informação mais relevante que se extrai das evidências mostradas na (Tabela 1) é que as desigualdades inter-regionais permanecerem inalteradas ao longo dos primeiros oito anos deste início de milênio.

Tabela 1 – Evolução da Participação Relativa (%) das Regiões e Estados no PIB Agregado do Brasil (2000/2009)

Estado	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
AC	0,15	0,16	0,17	0,19	0,20	0,21	0,20	0,22	0,22	0,23
AP	0,18	0,19	0,20	0,20	0,20	0,20	0,22	0,23	0,22	0,23
AM	1,71	1,73	1,86	1,47	1,56	1,55	1,65	1,58	1,54	1,53
RO	0,51	0,51	0,54	0,57	0,58	0,60	0,55	0,56	0,59	0,62
RR	0,10	0,10	0,11	0,16	0,14	0,15	0,15	0,16	0,16	0,17
PA	1,72	1,81	1,90	1,75	1,83	1,82	1,87	1,86	1,93	1,80
TO	0,22	0,26	0,26	0,43	0,43	0,42	0,41	0,42	0,43	0,45
Norte	4,60	4,76	5,04	4,78	4,95	4,96	5,06	5,02	5,10	5,04
MA	0,84	0,86	0,85	1,09	1,11	1,18	1,21	1,19	1,27	1,23
PI	0,48	0,47	0,46	0,52	0,51	0,52	0,54	0,53	0,55	0,59
CE	1,89	1,80	1,80	1,92	1,90	1,91	1,95	1,89	1,98	2,03
RN	0,84	0,82	0,86	0,80	0,80	0,83	0,87	0,86	0,84	0,86
PB	0,84	0,86	0,86	0,83	0,77	0,79	0,84	0,83	0,85	0,89
PE	2,64	2,65	2,71	2,31	2,27	2,32	2,34	2,34	2,32	2,42
AL	0,64	0,63	0,65	0,66	0,66	0,66	0,66	0,67	0,64	0,66
SE	0,54	0,68	0,71	0,64	0,63	0,63	0,64	0,63	0,64	0,61
BA	4,38	4,36	4,61	4,01	4,07	4,23	4,07	4,12	4,01	4,23
Nordeste	13,09	13,12	13,52	12,77	12,72	13,07	13,13	13,07	13,11	13,51
ES	1,96	1,88	1,84	1,83	2,07	2,20	2,23	2,27	2,30	2,06
MG	9,64	9,47	9,32	8,75	9,13	8,97	9,06	9,07	9,32	8,86

continua

Tabela 1 – Evolução da Participação Relativa (%) das Regiões e Estados no PIB Agregado do Brasil (2000/2009)

Estado	conclusão									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
RJ	12,52	12,35	12,64	11,06	11,48	11,50	11,62	11,15	11,32	10,92
SP	33,67	33,42	32,55	34,11	33,14	33,86	33,87	33,92	33,08	33,47
Sudeste	57,79	57,12	56,34	55,75	55,83	56,53	56,79	56,41	56,02	55,32
PR	5,99	6,07	6,05	6,44	6,31	5,90	5,77	6,07	5,91	5,87
SC	3,85	3,88	3,85	3,93	3,99	3,97	3,93	3,93	4,07	4,01
RS	7,73	7,85	7,76	7,33	7,10	6,72	6,62	6,64	6,58	6,66
SUL	17,57	17,80	17,66	17,70	17,39	16,59	16,32	16,64	16,56	16,54
GO	1,97	2,09	2,33	2,52	2,47	2,35	2,41	2,45	2,48	2,64
MT	1,22	1,21	1,33	1,64	1,90	1,74	1,49	1,60	1,75	1,77
MS	1,08	1,15	1,14	1,13	1,09	1,01	1,03	1,06	1,09	1,12
DF	2,69	2,76	2,65	3,71	3,64	3,75	3,78	3,76	3,88	4,06
C.Oeste	6,95	7,20	7,44	9,01	9,11	8,86	8,71	8,87	9,20	9,59

Fonte: IBGE, 2009b.

4.1 - Expansão do PIB *per Capita* Anual nos Estados e Regiões entre 2000 e 2009

No que se refere à evolução do PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* no Brasil, também se observa uma ampla assimetria entre os valores médios dos valores *per capita* observados nas suas regiões mais pobres, que são o Norte e o Nordeste, e as mais ricas, Sudeste e Sul conforme se depreende das evidências mostradas na Tabela 2. Por estas evidências, constata-se que o PIB *per capita* no Brasil, que era de R\$ 6.429,56 em 2000 (em valores correntes daquele ano), evoluiu para R\$ 16.917,66 em 2009 (também em valores correntes). No mesmo período, o PIB *per capita* da região Norte expandiu-se de 3.870,41 em 2000 para R\$ 10.625,79 em 2009. O Nordeste tinha PIB *per capita* de R\$ 2.998,08 em 2000, que ascendeu para R\$ 8.167,75 em 2009, representando, portanto, 48,3% da média brasileira e apenas 36,8% da média do Sudeste daquele ano e se constituindo no menor valor observado para todas as regiões brasileiras. Nordeste e Norte, nesta ordem, têm os menores PIBs médios do Brasil (Tabela 2).

Tabela 2 – Evolução do PIB per Capita e do Salário Mínimo no Brasil, Regiões e Estados no Período 2000/2009 – (Valores Correntes em R\$)

Estado	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2007	2007	2007	2008	2009	TGC* 2000/09 (% a.a.)
Brasil	6.429,56	6.896,35	7.630,93	9.497,69	1.0692,19	11.658,10	12.686,60	14.464,73	15.989,77	16.917,66	11,3	
AC	2.954,80	3.240,71	3.707,44	5.277,78	6.251,21	6.693,56	7.040,86	8.789,49	9.896,16	10.687,45	15,4	
AP	4.023,90	4.418,28	4.995,90	6.219,90	7.026,17	7.334,93	8.542,94	10.253,74	11.032,67	11.816,60	12,7	
AM	6.624,89	7.086,13	8.330,65	8.099,74	9.657,97	1.0318,30	11.826,21	13.042,83	14.014,13	14.620,94	9,2	
RO	4.030,01	4.273,86	5.020,79	6.594,34	7.208,59	8.395,74	8.389,21	10.319,98	11.976,71	13.455,56	14,3	
RR	3.370,24	3.552,56	4.190,69	7.454,93	7.360,85	8.124,58	9.074,35	10.534,08	11.844,73	13.270,47	16,4	
PA	3.015,26	3.392,75	3.898,30	4.448,01	5.191,52	5.612,32	6.240,05	7.006,81	7.992,71	7.859,19	11,2	
TO	2.090,08	2.558,19	2.893,58	5.783,53	6.555,94	6.939,37	7.208,34	8.920,73	10.223,15	11.277,70	20,6	
Norte	3.870,41	4.254,41	4.939,11	5.779,65	6.679,93	7.241,49	7.987,81	9.134,62	10.216,43	10.625,79	11,9	
MA	1.615,77	1.781,45	1.949,21	3.111,63	3.587,90	4.150,95	4.627,71	5.165,23	6.103,66	6.259,43	16,2	
PI	1.863,36	1.929,56	2.112,84	2.977,51	3.297,24	3.701,24	4.211,87	4.661,56	5.372,56	6.051,10	14,0	
CE	2.773,46	2.833,20	3.128,61	4.145,07	4.621,82	5.055,43	5.634,97	6.149,03	7.111,85	7.686,62	12,0	
RN	3.318,87	3.462,40	4.038,57	4.626,36	5.259,92	5.950,38	6.753,04	7.607,01	8.202,81	8.893,90	11,6	
PB	2.670,23	2.946,30	3.311,23	3.998,32	4.209,90	4.691,09	5.506,52	6.097,04	6.865,98	7.617,71	12,4	
PE	3.654,79	3.937,58	4.482,30	4.773,53	5.287,29	5.933,46	6.526,63	7.336,78	8.064,95	8.901,93	10,4	
AL	2.470,62	2.631,18	3.011,54	3.804,89	4.324,35	4.688,25	5.162,19	5.858,37	6.227,50	6.728,21	11,8	
SE	3.283,09	4.468,94	5.082,22	5.718,37	6.289,39	6.823,61	7.559,35	8.711,70	9.778,96	9.787,25	12,9	
BA	3.667,22	3.935,86	4.631,39	5.031,40	5.780,06	6.581,04	6.918,97	7.787,40	8.378,41	9.364,71	11,0	
Nordeste	2.998,08	3.232,98	3.694,71	4.355,28	4.898,99	5.498,83	6.028,09	6.748,81	7.487,55	8.167,75	11,8	

continua

Tabela 2 – Evolução do PIB per Capita e do Salário Mínimo no Brasil, Regiões e Estados no Período 2000/2009 – (Valores Correntes em R\$)

Estado	conclusão										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2007	2007	2008	2009	TGC* 2000/09 (% a.a.)
ES	6.880,09	7.077,85	7.630,89	9.424,79	11.997,94	13.854,91	15.234,76	1.8002,92	20.230,85	19.145,17	12,0
MG	5.888,30	6.214,61	6.774,66	7.936,72	9.335,97	10.013,76	11.024,70	12.519,40	14.232,81	14.328,62	10,4
RJ	9.512,85	10.091,59	11.458,50	12.513,50	14.663,82	16.057,40	17.692,59	19.245,08	21.621,36	22.102,98	9,8
SP	9.919,05	10.546,49	11.352,22	14.787,99	16.157,79	17.975,61	19.550,37	22.667,25	24.456,86	26.202,22	11,4
Sudeste	8.713,19	9.239,57	10.086,06	12.424,15	14.009,42	15.468,74	16.911,70	19.277,26	21.182,68	22.147,22	10,9
PR	6.846,38	7.456,79	8.240,83	10.935,46	12.079,83	12.344,44	13.151,98	15.711,20	16.927,98	17.779,11	11,2
SC	7.843,91	8.462,10	9.271,16	11.764,48	13.403,29	14.542,79	15.633,20	17.834,00	20.368,64	21.214,53	11,7
RS	8.301,52	9.071,21	9.958,06	11.741,68	12.850,07	13.298,02	14.304,83	16.688,74	18.378,17	19.778,39	10,1
Sul	7.649,50	8.325,81	9.156,44	11.439,76	12.676,91	13.205,97	14.156,15	16.564,00	18.257,79	19.324,64	10,8
GO	4.275,86	4.839,45	5.921,15	7.936,91	8.718,01	8.992,02	9.956,30	11.547,68	12.878,52	14.446,68	14,5
MT	5.296,71	5.584,45	6.772,36	10.347,23	13.444,59	13.365,06	12.340,79	14.953,58	17.927,00	19.087,30	15,3
MS	5.655,57	6.448,27	7.091,71	8.772,33	9.461,22	9.561,12	10.592,44	12.411,18	14.188,41	15.406,96	11,8
DF	14.222,83	15.516,59	16.360,45	28.282,45	30.991,50	34.514,74	3.7599,28	40.696,08	45.977,59	50.438,46	15,1
COE	6.497,83	7.176,27	8.165,65	12.228,01	13.845,69	14.605,73	15.545,74	17.844,46	20.372,10	22.364,63	14,7
Sal. Mínimo	151,00	180,00	200,00	240,00	260,00	300,00	350,00	380,00	415,00	465,00	13,31

Fonte: IBGE, 2009b.

No Nordeste, estão os dois estados com os menores PIB anuais médio do Brasil em 2009: Piauí (R\$6.051,10) e Maranhão (R\$6.259,43). O maior PIB médio *per capita* foi alcançado em 2009 pelo Distrito Federal (R\$50.438,46), que representa 8,3 vezes o PIB *per capita* anual do Piauí naquele ano. São Paulo teve o segundo maior PIB *per capita* anual do Brasil em 2009, com valor que chegou a R\$26.202,22, que representa 4,3 vezes o PIB do Piauí naquele ano (Tabela 2).

Observando a evolução do PIB *per capita* regional, apresentado na Tabela 2, e a evolução da relação entre as regiões mais ricas (Sudeste e Sul) e as mais pobres (Norte e Nordeste), depreende-se que, praticamente, a situação que prevalecia em 2009 era idêntica àquela que ocorria em 2000. Com efeito, a relação média Sudeste/Nordeste foi de 2,8. A relação média dos PIB *per capita* anuais entre as regiões Sudeste e Norte foi de 2,1. A relação PIB *per capita* do Sudeste/PIB *per capita* do Sul foi de 1,1 (em média) entre 2000 e 2009, a mesma relação média entre os PIB *per capita* do Sudeste e Centro-oeste (Tabela 2).

Quando se busca a evolução do PIB nominal *per capita* de cada um dos estados entre 2001 e 2009, observa-se que os estados que apresentaram os melhores desempenhos em termos de Taxa Geométrica de Crescimento foram, respectivamente, Tocantins (expansão de 20,6% ao ano), Roraima, com uma taxa geométrica de expansão de 16,4% ao ano, Maranhão, que expandiu o PIB *per capita* a uma taxa média anual de 16,2% ao ano entre os anos de 2000 e 2009. (Tabela 2)

Das evidências mostradas na Tabela 2 também se depreende que Amazonas (9,2% ao ano), Rio de Janeiro (9,8% ao ano), Rio Grande do Sul (10,1% ao ano), Pernambuco e Minas Gerais, ambos com taxa geométrica de crescimento do PIB *per capita* de 10,4% ao ano entre 2000 e 2009, foram os estados que experimentaram as menores evoluções do PIB nominal *per capita* entre 2000 e 2009 (Tabela 2).

Observa-se que o Centro-oeste foi a região mais dinâmica no Brasil em termos de expansão do PIB *per capita* nos primeiros anos deste novo milênio. Lá, aquele indicador de crescimento foi da magnitude de 14,7% ao ano.

Observa-se ainda que as diferenças entre o PIB *per capita* do Sudeste (o maior do Brasil) e aqueles do Nordeste e Norte (os menores do Brasil, nesta ordem) tendem a perdurar, tendo em vista que as taxas de aceleração deste indicador são apenas um por cento maior no Norte que

no Sudeste e menos de um por cento maior na diferença entre o Nordeste e o Sudeste (Tabela 2).

Evolução do Poder Aquisitivo do PIB *per Capita* do Brasil, Regiões e Estados entre 2000 e 2009

A avaliação do poder aquisitivo do PIB *per capita* no Brasil, regiões e estados é feita aferindo-se a relação que existe entre este indicador e o salário mínimo de cada ano. Na Tabela 2, mostra-se a evolução do salário mínimo nominal entre os anos de 2000 e 2009. Na Tabela 3, apresenta-se a relação PIB *per capita* nominal/salário mínimo nominal.

Tabela 3 – Evolução da Relação PIB *per Capita*/Salário Mínimo entre 2000 e 2009

Estado/ Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	TGC* 2000/09 (% a.a.)
BRA	3,6	3,2	3,2	3,3	3,4	3,2	3,0	3,2	3,2	3,0	-2,0
AC	1,6	1,5	1,5	1,8	2,0	1,9	1,7	1,9	2,0	1,9	1,9
AP	2,2	2,1	2,1	2,2	2,3	2,0	2,0	2,3	2,2	2,1	-0,5
AM	3,7	3,3	3,5	2,8	3,1	2,9	2,8	2,9	2,8	2,6	-3,8
RO	2,2	2,0	2,1	2,3	2,3	2,3	2,0	2,3	2,4	2,4	1,0
RR	1,9	1,6	1,8	2,6	2,4	2,3	2,2	2,3	2,4	2,4	2,6
PA	1,7	1,6	1,6	1,5	1,7	1,6	1,5	1,5	1,6	1,4	-2,1
TO	1,2	1,2	1,2	2,0	2,1	1,9	1,7	2,0	2,1	2,0	5,8
NOR	2,1	2,0	2,1	2,0	2,1	2,0	1,9	2,0	2,1	1,9	-1,1
MA	0,9	0,8	0,8	1,1	1,2	1,2	1,1	1,1	1,2	1,1	2,3
PI	1,0	0,9	0,9	1,0	1,1	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1
CE	1,5	1,3	1,3	1,4	1,5	1,4	1,3	1,4	1,4	1,4	-0,8
RN	1,8	1,6	1,7	1,6	1,7	1,7	1,6	1,7	1,6	1,6	-1,3
PB	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	-0,8
PE	2,0	1,8	1,9	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6	1,6	-2,4
AL	1,4	1,2	1,3	1,3	1,4	1,3	1,2	1,3	1,3	1,2	-1,7
SE	1,8	2,1	2,1	2,0	2,0	1,9	1,8	1,9	2,0	1,8	0,0
BA	2,0	1,8	1,9	1,8	1,9	1,8	1,7	1,7	1,7	1,7	-1,8

continua

Tabela 3 – Evolução da Relação PIB *per Capita*/Salário Mínimo entre 2000 e 2009

Estado/ Região											conclusão
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	TGC* 2000/09 (% a.a.)
NDE	1,7	1,5	1,5	1,5	1,6	1,5	1,4	1,5	1,5	1,5	-1,4
MG	3,8	3,3	3,2	3,3	3,9	3,9	3,6	4,0	4,1	3,4	-1,2
ES	3,3	2,9	2,8	2,8	3,0	2,8	2,6	2,8	2,9	2,6	-2,6
RJ	5,3	4,7	4,8	4,3	4,7	4,5	4,2	4,2	4,3	4,0	-3,1
SP	5,5	4,9	4,7	5,1	5,2	5,0	4,7	5,0	4,9	4,7	-1,7
SDE	4,8	4,3	4,2	4,3	4,5	4,3	4,0	4,2	4,3	4,0	-2,0
PR	3,8	3,5	3,4	3,8	3,9	3,4	3,1	3,5	3,4	3,2	-1,9
SC	4,3	3,9	3,9	4,1	4,3	4,0	3,7	3,9	4,1	3,8	-1,4
RS	4,6	4,2	4,2	4,1	4,1	3,7	3,4	3,7	3,7	3,5	-3,0
SUL	4,2	3,9	3,8	4,0	4,1	3,7	3,4	3,6	3,7	3,5	-2,0
GO	2,4	2,2	2,5	2,8	2,8	2,5	2,4	2,5	2,6	2,6	0,9
MT	2,9	2,6	2,8	3,6	4,3	3,7	2,9	3,3	3,6	3,4	1,8
MS	3,1	3,0	3,0	3,1	3,0	2,7	2,5	2,7	2,8	2,8	-1,1
DF	7,9	7,2	6,8	9,8	9,9	9,6	9,0	8,9	9,2	9,0	1,5
COE	3,6	3,3	3,4	4,3	4,4	4,1	3,7	3,9	4,1	4,0	1,2

Fonte: IBGE, 2009b.

Observa-se, pelas evidências mostradas na Tabela 3, que apenas a região Centro-Oeste apresentou taxa de crescimento positiva da relação PIB *per capita*/salário mínimo no período 2000/2009. Em apenas nove estados, a taxa de aceleração desta relação foi positiva. Nos demais foi nula, como no caso de Sergipe, ou negativa nos demais estados (Tabela 3).

Tocantins foi o estado brasileiro que apresentou a maior taxa de aceleração da relação naquele lapso de tempo (5,8% ao ano). Roraima (2,6% ao ano) e Maranhão com 2,3% ao ano são os dois estados que, depois de Tocantins, apresentaram as maiores taxas de aceleração da relação PIB *per capita*/salário mínimo entre os anos de 2000 e 2009 (Tabela 3).

O Brasil e as regiões Sudeste e Sul apresentaram as menores taxas de crescimento (na verdade houve desaceleração ou decréscimo nesses casos) da relação PIB médio/salário mínimo entre 2000 e 2009.

No Brasil e naquelas regiões, a taxa geométrica estimada foi de -2,0% ao ano (Tabela 3).

Amazonas (-3,8% ao ano), Rio de Janeiro (-3,10% ao ano) e Rio Grande do Sul (-3,0% ao ano) foram os estados brasileiros que apresentaram as menores taxas geométricas de crescimento na relação PIB *per capita*/salário mínimo entre os anos de 2000 e 2009 (Tabela 3).

Desigualdade na Distribuição do PIB *per Capita* entre Municípios em 2000 e em 2009

As desigualdades na apropriação do PIB *per capita* no Brasil ficam também evidentes quando se observa a sua distribuição entre os municípios brasileiros. Como se discutiu no referencial teórico, o conceito de PIB *per capita* tem dificuldades de, isoladamente, aferir desenvolvimento em áreas subdesenvolvidas por causa do elevado grau de assimetria em que se distribui em torno de um valor médio. O caso brasileiro é emblemático e corrobora esta assertiva.

Em 2000, o PIB *per capita* do Brasil foi de R\$ 6.429,56. Em torno deste valor, gravitavam médias municipais que oscilavam de valores tão pequenos como R\$ 513,48 por ano no município de Bela Vista do Maranhão a valores como R\$ 182.272,70 por ano no município de São Francisco do Conde situado no Estado da Bahia.

Além disso, dos 5.506 municípios para os quais o IBGE estimou o PIB *per capita* daquele ano, em 4.552 municípios (82,7%), o PIB *per capita* estava abaixo da média brasileira. A partir das informações divulgadas pelo IBGE, estima-se que 60,4% da população brasileira vivia naqueles municípios cujos PIB médios gravitavam abaixo da média nacional em 2000 e acumulavam 31,3% do PIB agregado do Brasil (Tabela 4).

Em 2009, a situação piorou no que concerne às desigualdades na apropriação do PIB agregado entre os municípios brasileiros. Com efeito, dos 5.564 municípios contabilizados naquele ano, 4.749 (85,4%) tinham PIB *per capita* anual que era menor do que a média do país. O PIB médio desse grupo era de apenas R\$ 9.014,41 por ano, o que equivalia a 53,3% do PIB *per capita* anual do Brasil daquele ano de 2009 (Tabela 4).

Tabela 4 – Total e Percentual de Municípios por Estado que Possuíam PIB *per Capita* Menor do que o PIB *per Capita* do Brasil em 2000 e em 2009

ESTADO	Municípios do Estado em 2000 (Total)	Municípios com PIB <i>per capita</i> Menor que a Média Brasileira em 2000 (Total)	Municípios com PIB <i>per capita</i> menor que a Média do Brasil em 2000 (%)	Municípios do Estado em 2009 (Total)	Municípios com PIB <i>per capita</i> Menor que a Média Brasileira em 2009 (Total)	Municípios com PIB <i>per capita</i> Menor que a Média Brasileira em 2009 (%)
AC	22	22	100,0	22	22	100,0
AP	17	16	94,1	16	15	93,8
AM	62	60	96,8	62	61	98,4
PA	143	133	93,0	143	139	97,2
RO	52	52	100,0	52	44	84,6
RR	15	15	100,0	15	15	100,0
TO	139	139	100,0	139	129	92,8
NOR	450	437	97,1	449	425	94,7
MA	217	217	100,0	217	215	99,1
PI	221	222	100,0	223	221	99,1
CE	184	181	98,4	184	181	98,4
RN	166	157	94,6	167	163	97,6
PB	223	218	97,8	223	222	99,6
PE	185	180	97,3	185	182	98,4
AL	101	101	100,0	102	102	100,0
SE	75	70	93,3	75	70	93,3
BA	415	403	97,1	417	402	96,4
NDE	1787	1749	97,9	1793	1758	98,0
ES	77	72	93,5	78	72	92,3
MG	853	769	90,2	853	773	90,6
RJ	91	25	27,5	92	65	70,7
SP	645	357	55,3	645	450	69,8
SDE	1.666	1.223	73,4	1.668	1.360	81,5
PR	398	305	76,6	399	345	86,5
SC	293	171	58,4	293	187	63,8
RS	467	285	61,0	496	323	65,1
SUL	1.158	761	65,7	1.188	855	72,0

continua

Tabela 4 – Total e Percentual de Municípios por Estado que Possuíam PIB *per Capita* Menor do que o PIB *per Capita* do Brasil em 2000 e em 2009

ESTADO	Municípios do Estado em 2000 (Total)	Municípios com PIB <i>per capita</i> Menor que a Média Brasileira em 2000 (Total)	Municípios com PIB <i>per capita</i> menor que a Média do Brasil em 2000 (%)	Municípios do Estado em 2009 (Total)	Municípios com PIB <i>per capita</i> Menor que a Média Brasileira em 2009 (Total)	conclusão
						Municípios com PIB <i>per capita</i> Menor que a Média Brasileira em 2009 (%)
GO	242	219	90,5	246	203	82,5
MT	126	115	91,3	141	93	66,0
MS	77	48	62,3	78	54	69,2
COE	445	382	85,8	465	350	75,3
BRASIL	5.506	4.552	82,7	5.564	4.749	85,4

Fonte: IBGE, 2009b.

Nesses municípios, moravam 63,3% da população brasileira que se apropriava de apenas 34,7% do PIB agregado. Isto demonstra uma tremenda assimetria na apropriação da renda entre os municípios brasileiros. As evidências mostradas na Tabela 2 sinalizam que a grande maioria desses municípios com menores PIB *per capita* médio estão exatamente nas regiões Nordeste e Norte do Brasil, as mais carentes.

Uma característica importante é que, desses municípios cujos PIB *per capita* são inferiores à média brasileira de 2009, a maioria tem população inferior a vinte mil habitantes e foi recentemente emancipada. Com efeito, dos 4.749 municípios que tinham PIB *per capita* abaixo da média brasileira, em 3.444 (72,5%), a população não ultrapassava vinte mil habitantes. Para esses 3.444 municípios estima-se um PIB *per capita* anual de apenas R\$ 7.343,06, que representa 43,4% da média nacional ou apenas 1,35 salário mínimo daquele ano.

Este resultado corrobora as discussões apresentadas no primeiro capítulo deste livro, que mostravam que o jogo de interesses políticos, a prevalência de famílias poderosas nos rincões deste Brasil continental corrobora muito para a má distribuição da riqueza gerada. A criação de novos municípios, que está sempre na ordem do dia de parlamentares e de outros políticos, é uma dessas fontes de sangria de recursos públicos que provocam resultados como esses que estão mostrados e discutidos acima.

Evolução do PIB *per Capita* nas Capitais Brasileiras

Outra informação relevante para comparação dos níveis de desigualdades no que concerne ao acesso à renda monetária diz respeito à forma como isso acontece nas capitais brasileiras. A primeira impressão que se tem ao observar as evidências mostradas nas Tabelas 1 e 2 é que as capitais dos estados que detêm os maiores PIB agregados e maiores PIB *per capita* também deveriam apresentar essas posições nas suas capitais. Isso não aconteceu no Brasil no período compreendido entre os anos de 2001 e 2009.

Naquele lapso de tempo, foi Vitória, capital do Estado do Espírito Santo que deteve os maiores PIB médios anuais ao longo de toda a série, como se depreende das evidências mostradas na Tabela 5. Em 2001, o PIB médio de Vitória era de R\$ 21.836,08; ascendeu para R\$ 61.790,59 a uma taxa de aceleração anual de 13,9%.

Em 2001, Teresina, capital do Estado do Piauí tinha o menor PIB *per capita* dentre todas as capitais brasileiras (R\$ 3.450,14). Em segundo lugar, com PIB *per capita* mais baixo, estava a cidade de Palmas, capital de Tocantins, cujo PIB *per capita* era de R\$ 3.927,43. Não obstante o grande esforço empreendido para elevar o PIB médio da capital, que, entre 2001 e 2009, cresceu a uma taxa média de 15,4% ao ano, Teresina chegou em 2009 ainda liderando para menos o *ranking* das capitais brasileiras com menor PIB *per capita*, cujo valor, naquele ano, foi de R\$ 10.841,20.

Por outro lado, a capital de Tocantins, Palmas, seguiu a tendência que aconteceu naquele estado e exibiu a maior taxa de aceleração do PIB *per capita* entre 2001 e 2009. De fato, naquele período, essa cidade teve PIB médio de R\$ 15.713,27, que a deixou entre as quatorze capitais com maior PIB *per capita* em 2009 (Tabela 5).

No que concerne à taxa de aceleração do PIB *per capita* das capitais dos estados brasileiros entre 2001 e 2009, observa-se que Manaus (8,7% a.a.), Aracaju (9,0% a.a.) e Recife (10,9% a.a.) foram aquelas que apresentaram os piores desempenhos naquele período (Tabela 5).

Tabela 5 – Evolução do PIB per Capita nas Capitais Brasileiras entre 2000 e 2009 (R\$ em valores correntes)

Capital	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	TGC 2000/09
Rio Branco	4.822,77	5.244,01	6.058,50	7.437,94	7.749,42	8.280,67	10.464,42	11.776,14	12.542,31	12,7
Macapá	4.992,45	5.500,74	6.748,71	7.640,74	7.787,79	9.134,91	11.069,22	11.962,88	12.769,16	12,5
Manaus	1.1941,68	13.534,5	13.232,48	15.991,27	16.731,32	18.834,08	20.893,74	22.303,26	23.286,06	8,7
Belém	4.508,62	4.875,05	6.496,10	7.464,01	8.021,70	8.765,43	9.793,21	10.754,77	11.496,24	12,4
Porto Velho	4.778,89	6.138,78	7.415,71	8.234,91	9.897,05	9.923,79	11.695,52	13.761,96	17.260,03	17,4
Boa Vista	4.037,47	4.748,62	8.388,62	8.220,56	9.351,24	10.460,01	12.151,21	13.713,01	15.325,90	18,1
Palmas	3.927,43	4.391,61	6.943,94	8.103,75	8.238,81	8.753,17	12.638,21	14.094,52	15.713,27	18,9
São Luís	4.631,84	4.938,04	7.498,82	8.873,19	10.303,16	11.222,59	12.858,22	14.920,92	15.381,99	16,2
Teresina	3.450,14	3.903,35	5.629,80	5.791,69	6.646,87	7.468,00	8.341,18	9.374,32	10.841,20	15,4
Fortaleza	4.433,95	4.415,62	7.006,14	7.554,96	8.446,56	9.239,74	10.065,75	11.461,22	12.687,50	14,0
Natal	4.813,69	5.410,95	6.930,96	7.774,23	8.539,38	9.366,87	10.362,39	10.847,40	12.862,25	13,1
João Pessoa	4.484,43	4.937,67	6.570,13	6.711,26	7.590,70	8.879,50	10.018,38	11.053,84	12.301,19	13,4
Recife	6.949,32	7.822,18	8.897,87	9.701,61	10.875,41	12.089,79	13.509,64	14.485,67	15.903,18	10,9
Maceió	4.232,78	4.786,99	5.646,77	6.616,91	6.994,69	7.878,90	9.487,46	9.894,02	10.962,37	12,6
Aracaju	6.533,32	6.509,63	8.045,26	9.187,23	10.423,93	11.148,38	12.210,59	12.940,65	12.994,38	9,0
Salvador	4.038,71	4.309,16	6.482,13	7.535,13	8.427,90	8.894,35	9.239,75	10.061,42	10.948,50	13,3
Vitória	2.1836,08	22.268,95	27.562,34	38.182,55	50.420,94	51.960,98	60.591,85	71.407,32	61.790,59	13,9
B. Horizonte	7.487,66	8.092,81	10.016,69	11.624,04	12.188,24	13.530,91	15.835,26	17.313,06	18.182,70	11,7
R. Janeiro	10.066,95	10.536,52	15.935,16	18.619,60	19.325,27	20.862,53	22.903,09	25.121,92	28.405,95	13,8

continua

Tabela 5 – Evolução do PIB per Capita nas Capitais Brasileiras entre 2000 e 2009 (R\$ em valores correntes)
conclusão

Capital	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	TGC 2000/09
São Paulo	12.703,67	13.138,95	19.494,23	20.774,89	23.925,35	25.678,50	29.393,66	32.493,96	35.271,93	13,6
Curitiba	8.362,54	8.407,9	14.047,40	15.492,24	16.879,51	17.977,14	21.025,35	23.696,43	24.720,21	14,5
Florianópolis	8.205,76	9.065,97	11.868,71	13.130,92	15.179,81	16.362,31	17.907,19	20.184,09	20.305,44	12,0
Porto Alegre	8.926,97	9.397,46	15.576,76	16.789,65	19.691,35	20.910,52	23.534,03	25.712,62	26.312,45	14,5
Goânia	5.689,66	6.208,62	9.257,90	10.468,83	11.257,98	13.027,11	14.355,37	15.376,50	16.682,49	14,4
Cuiabá	7.296,23	7.870,1	9.798,38	12.492,55	13.152,22	13.221,44	14.997,52	16.549,14	17.830,54	11,8
C. Grande	5.594,14	5.903,63	7.658,24	8.669,14	9.263,65	10.215,01	12.345,61	14.001,93	15.422,30	13,5
Brasília	15.516,59	16.360,45	28.282,45	30.991,50	34.514,74	37.599,28	40.696,08	45.977,59	50.438,46	15,9

Fonte: IBGE, 2009b.



EXCLUSÃO SOCIAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS EM 2000 E 2010

Nesta etapa do estudo, apresentaremos os valores estimados para as privações e para o Índice de Exclusão Social (IES) para os municípios brasileiros em 2000 e 2010. As bases de dados utilizadas para estimar as privações e o IES em 2000 e 2010 estão nos censos demográficos daqueles anos. Nesta edição, apresenta-se, além do IES e dos indicadores que o definem, as escolaridades médias em cada município brasileiro. Informação da maior relevância porque a escolaridade média com a taxa de analfabetismo exercem uma forte influência no padrão de desenvolvimento para mais ou para menos. São indicadores que caminham em direções opostas. Com efeito, estima-se que o coeficiente de correlação de Pearson entre as duas variáveis é de $-0,89$. No Gráfico 1, mostra-se como se comportam estes dois indicadores.

Como já foi discutido anteriormente e cujos detalhes estão mostrados no Anexo A, que apresenta os aspectos metodológicos da construção, a forma de estimar o IES apresentou modificações expressivas em relação àquelas versões apresentadas nas duas edições anteriores do livro. Assim, os resultados mostrados nesta edição para o ano de 2000, no que concerne, são bastante diferentes daqueles apresentados nas edições anteriores do livro. O IBGE também fez atualizações nos dados do Censo Demográfico de 2000, de tal sorte que há modificações nas magnitudes dos indicadores de privações apresentados nas tabelas que estão nos Anexos de B a F.

As correções dos indicadores em vários municípios, bem como da nova forma de aferir o IES, promoveram algumas modificações

no posicionamento de municípios de maior exclusão social, mas não na posição daqueles que estavam nas melhores posições, segundo as estimativas apresentadas nas edições anteriores. As modificações, contudo, não foram substanciais no que concerne ao posicionamento dos estados, aos percentuais de municípios em piores, em melhores e em posições intermediárias. No Mapa 1, apresenta-se uma síntese dos resultados obtidos para os estados no que concerne à presença de municípios com diferentes níveis de exclusão social. As cores em que estão apresentados os estados mostram que o vermelho identifica as áreas onde estão os municípios com situações mais críticas. O amarelo vem logo a seguir. As legendas que identificam e associam a cor com a degradação social estão posicionadas à direita e abaixo no Mapa 1.

No Mapa 1, a cor vermelha é para os estados que têm mais da metade dos seus municípios com mais de 50% da população excluída em 2010. A cor amarela é para os estados que apresentam entre 30% e 49% dos seus municípios com metade da população socialmente excluída, tal como aferido pelo IES.

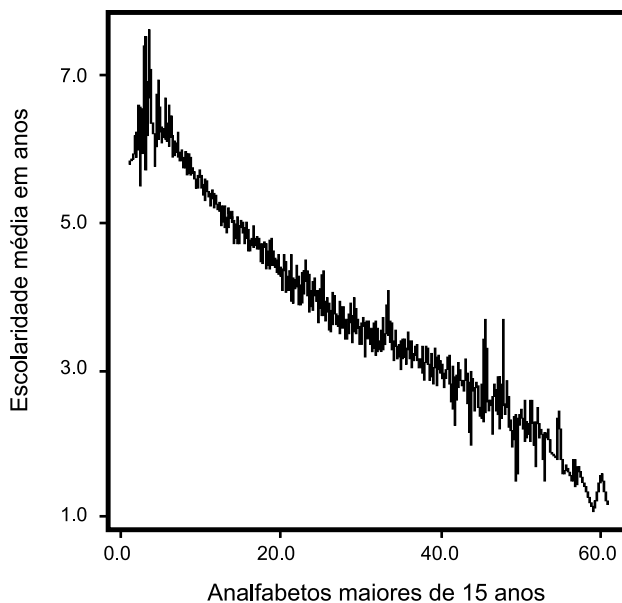


Gráfico 1 – Relação entre Escolaridade e Taxa de Analfabetos no Brasil

Fonte: IBGE, 2000



Mapa 1 – Situação de Cada um dos Estados Brasileiros no que se Refere ao Percentual de Municípios com IES Maior ou Igual a 50% em 2000

Fonte: IBGE, 2010a.

A cor azul vai para os estados que têm entre 10% e 29% dos seus municípios com metade da população socialmente excluída. A cor verde é para os estados que tem entre 1% e 9,9% dos seus municípios com metade da população com IES maior ou igual a 50%. A cor branca é para os estados em que menos de 1% dos seus municípios tem população socialmente excluída acima de 50%.

A partir das evidências mostradas no Mapa 1, depreende-se que todos os estados do Nordeste, com exceção de Sergipe, e os estados do Norte, com exceção de Roraima, Amapá e Tocantins, receberam a cor vermelha, o que sinaliza que aí estão concentradas as populações com

piores qualidades de vida do Brasil. Se forem adicionados a este grupo aqueles estados que receberam a cor amarela, observa-se que, no Norte e no Nordeste, concentram-se os municípios brasileiros com percentuais das populações com mais de 50% constituídos de socialmente excluídos. Portanto, no Mapa 1, ilustra-se o padrão de assimetria que caracteriza o Brasil. Um imenso bolsão de pobreza com concentração relativa maior nas regiões Norte e Nordeste tanto em 2000 (como havia sido demonstrado na segunda edição do livro) como em 2010, conforme se depreende das evidências mostradas no Mapa 1.

Melhores e Piores IES no Brasil em 2000 e 2010

O município brasileiro que apresentou o menor Índice de Exclusão Social tanto em 2000 como em 2010 foi São Caetano do Sul, localizado no Estado de São Paulo. Em 2000, o IES deste município foi de 2,0%. Em 2010, São Caetano teve um IES=2,5%. Na Tabela 6, mostra-se como ficaram distribuídos nos estados os cem (100) municípios de menor IES em 2000 e 2010.

Tabela 6 – Distribuição por Estado dos 100 Municípios de Menores IES em 2000 e 2010

Distribuição em 2000		Distribuição em 2010	
Estado	Municípios	Estado	Municípios
São Paulo	59	São Paulo	45
Rio Grande do Sul	16	Rio Grande do Sul	27
Santa Catarina	15	Santa Catarina	20
Minas Gerais	5	Paraná	3
Rio de Janeiro	2	Minas Gerais	2
Espírito Santo	1	Espírito Santo	1
Pernambuco	1	Pernambuco	1
Paraná	1	Rio de Janeiro	1
TOTAL	100	TOTAL	100
IES varia de	2,0% a 7,5%	IES varia de	2,5% a 7,8%
Município com Menor IES	São Caetano do Sul, São Paulo	Município com Menor IES	São Caetano do Sul, São Paulo

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Das evidências apresentadas na Tabela 6, depreende-se que, em 2000, nos municípios brasileiros que tiveram os menores Índices de Exclusão Social, o índice oscilou entre 2,0 e 7,5%. São Paulo teve 59 dos seus municípios nesse grupo e foi o estado com maior presença. Rio Grande do Sul segue com 16 municípios, Santa Catarina com 15, Minas Gerais com cinco municípios. Espírito Santo, Pernambuco e Paraná tiveram um dos seus municípios entre os estados com menores IES em 2000. Um fato que chama a atenção é Pernambuco ser o único estado do Nordeste a figurar nessa relação. É que o município de Fernando de Noronha apresenta um dos menores IES do Brasil (Tabela 6).

Os resultados encontrados para o ano de 2010 mostram que São Paulo continuava sendo o estado brasileiro a apresentar o maior número de municípios entre os cem que tiveram menor IES naquele ano. Contudo, houve uma diminuição do número de municípios, que passou a ser de 45. Rio Grande do Sul teve acrescida a sua participação neste grupo, tendo em vista que, em 2010, nada menos do que 27 dos seus municípios participavam desse grupo seletivo. Santa Catarina também avançou de forma expressiva entre 2000 e 2010, tendo em vista que, neste último ano, foram 20 os seus municípios entre os cem de menor IES (Tabela 6).

Completam o grupo dos cem municípios com menor IES em 2010 o Estado do Paraná com três municípios, Minas Gerais com dois, Espírito Santo, Pernambuco e Rio de Janeiro com um município cada. Observa-se que, tanto em 2000 como em 2010, prevaleceram os estados das regiões Sudeste e Sul com os cem municípios com melhores qualidades de vida no Brasil. Pernambuco foi exceção nos dois períodos, por causa de Fernando de Noronha, uma Ilha paradisíaca que tem indicadores sociais excelentes (Tabela 6).

No outro extremo, dos cem municípios com maiores IES, portanto com os piores indicadores de qualidade de vida, observa-se que prevalecem aqueles situados nos estados das regiões Norte e Nordeste (Tabela 7).

Em 2000, o IES desse grupo dos cem municípios com piores qualidades de vida no Brasil oscilou de 68,7% a 80,5%. Jordão, município que fica no Estado do Acre, apresentou o maior IES em 2000. No ano de 2010, os cem municípios com pior IES tiveram valores oscilando entre 61,9% e 71,4%. Marajá do Sena, no Maranhão, foi o município brasileiro que apresentou o pior IES em 2010 (Tabela 7).

Tabela 7 – Distribuição por Estado dos 100 Municípios de Maiores IES em 2000 e 2010

Distribuição em 2000		Distribuição em 2010	
Estado	Municípios	Estado	Municípios
Maranhão	36	Maranhão	35
Piauí	27	Piauí	25
Amazonas	10	Alagoas	15
Alagoas	7	Pará	7
Paraíba	7	Amazonas	4
Acre	4	Pernambuco	4
Bahia	3	Bahia	3
Ceará	2	Ceará	3
Pará	2	Acre	2
Pernambuco	2	Paraíba	2
TOTAL	100	TOTAL	100
IES VARIANDO	68,7% a 80,5%	IES VARIANDO	61,9% a 71,4%
Município com Maior IES	Jordão, Acre	Município com Maior IES	Marajá do Sena Maranhão

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Para o ano de 2000, os resultados apresentados na Tabela 7 mostram que o Maranhão tinha 36 municípios no grupo dos cem municípios com maior IES; Piauí tinha 27; Amazonas possuía 10; Alagoas e Paraíba tinham sete municípios; Acre com quatro, Bahia com três; Ceará, Pará e Pernambuco, com dois municípios cada, completavam os cem municípios com pior qualidade de vida no Brasil em 2000 (Tabela 7).

No ano de 2010, o Maranhão possuía 35 municípios no grupo dos cem com maior percentual de socialmente excluídos. Piauí continuou em segundo lugar neste indesejável *ranking*, com 25 dos seus municípios compondo a lista dos cem piores. Alagoas compareceu com quinze municípios; Pará tinha sete municípios neste grupo; Amazonas e Pernambuco possuíam quatro municípios; Bahia e Ceará contribuíam com três; Acre e Paraíba, cada um com dois municípios, completavam a relação dos cem municípios com pior IES em 2010 (Tabela 7)

Uma constatação relevante é que, no grupo dos cem municípios com os piores níveis de exclusão social, tal como aferidos pelo IES, tanto para o ano de 2000 como para o ano de 2010, não consta um único município

dos estados das regiões Sudeste, Sul ou Centro-Oeste. Todos estão situados nos estados do Norte ou do Nordeste.

Com as evidências que mostramos na Tabela 8, podem-se fazer algumas inferências acerca das principais causas desse comportamento. Nesta Tabela 8, mostram-se as distribuições dos percentuais de municípios de acordo com estratos de taxas de analfabetismo.

Observe-se que os municípios com as menores taxas de analfabetismo (abaixo de 10%) se concentram nos estados do Sudeste e do Sul. Por outro lado, as elevadas taxas de analfabetismo se distribuem nos municípios do Norte e Nordeste. Alagoinha do Piauí é o município brasileiro que apresentou a maior taxa de analfabetismo da população maior de quinze anos em 2010. Naquele município piauiense, a taxa ascendeu à incrível marca de 44,4%. Minador do Negrão, que fica no Estado de Alagoas, detém a segunda posição nesse triste *ranking* dos municípios brasileiros com as maiores taxas de analfabetismo em 2010. Para aquele município, contabiliza-se uma cifra de 43,9% de analfabetos em 2010 (Tabela 2C do Anexo C).

Fernando de Noronha, que fica em Pernambuco, não teve um único analfabeto maior de quinze anos em 2010. A taxa de analfabetismo daquele município foi de zero por cento. Uma honrosa exceção, a merecer reverência, inclusive por se tratar de município nordestino.

A seguir, apresenta-se a Tabela 9 em que fazemos uma demonstração comparativa dos resultados encontrados para o Brasil, regiões e estados em termos das privações e do IES estimados. Antes de discutirmos os resultados mostrados na Tabela 8, vale alertar que os seus dados não são diretamente comparados com aqueles mostrados nas tabelas anteriores, que exibiam a evolução desses mesmos indicadores no Brasil, regiões e estados entre os anos de 2001 e 2009. Isto porque, naquela ocasião, a base de dados eram as PNADs dos anos de referência que têm metodologia diferente de levantamento das informações dos censos demográficos de 2000 e 2010, que são a base dos dados utilizados para calcular os resultados mostrados na Tabela 9.

Tabela 8 – Distribuição das Taxas de Analfabetismo pelos Estados Brasileiros

ESTADO	ESTRATOS DE TAXA DE ANALFABETISMO					
	0,0% - 4,9%	5,0% - 9,9%	10% - 19,9%	20% - 29,9%	30%- 39,9%	40%- 44,4%
Acre	0	1	6	9	6	0
Amapá	0	0	0	0	0	0
Amazonas	1	3	28	1	10	0
Pará	3	17	75	44	4	0
Rondônia	0	11	40	0	0	0
Roraima	0	2	9	0	2	1
Tocantins	1	5	92	40	1	0
Maranhão	1	2	34	98	81	1
Piauí	0	1	10	85	121	8
Ceará	0	3	14	111	56	0
Rio G. do Norte	0	2	16	104	45	0
Paraíba	0	1	12	96	105	8
Pernambuco	1	4	19	89	67	4
Alagoas	0	9	3	26	65	8
Sergipe	0	1	12	42	20	0
Bahia	2	9	80	270	55	1
Espírito Santo	2	24	49	3	0	0
Minas Gerais	40	258	416	125	14	0
R. de Janeiro	23	45	24	0	0	0
São Paulo	124	395	126	0	0	0
Paraná	41	145	213	0	0	0
Sta. Catarina	112	131	50	0	0	0
R. G. do Sul	181	233	81	1	4	0
Goiás	5	48	182	11	2	0
Mato Grosso	5	40	89	8	1	0
M. G. do Sul	2	22	52	1	0	0
TOTAIS	544	1.412	1.744	1.178	652	31

Fonte: IBGE, 2010a.

Tabela 9 – Comparação entre Privações no Brasil, Regiões e Estados Entre 2000 e 2010

Estado	PRIVEDUC		PRIVREND		PRIVAGUA		PRIVSANE		PRIVLIXO		IES	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
BRA	13,6	9,6	26,7	36,8	23,7	17,1	39,1	32,9	22,7	12,6	22,7	22,6
AC	24,5	16,5	21,7	54,1	65,6	52,7	70,1	59,9	46,5	25,2	34,8	39,0
AM	12,1	8,4	36,5	50,3	49,5	45,5	75,8	75,9	28,7	10,6	32,3	33,9
AP	15,5	9,9	44,9	56,1	42,9	35,4	55,4	53,6	38,6	21,2	34,6	34,0
PA	16,8	11,7	44,5	60,5	58,6	52,1	63,5	67,6	48,6	29,5	38,7	40,4
RO	13,0	8,7	29,9	38,5	70,0	61,5	79,7	77,5	44,0	27,4	34,8	33,6
RR	13,5	10,3	31,1	48,3	22,8	18,8	38,7	52,7	33,3	21,1	24,4	28,9
TO	18,8	13,1	43,7	48,7	34,2	21,4	80,3	68,5	43,7	23,1	36,3	31,7
NOR	16,4	11,2	45,2	55,2	53,4	45,5	65,5	67,2	44,2	25,7	36,0	36,9
MA	28,4	20,9	60,3	67,2	48,1	34,1	75,9	73,3	66,6	44,2	48,9	44,8
PI	30,5	22,9	55,0	61,8	40,7	27,8	61,8	70,9	57,6	38,4	45,0	42,0
CE	26,5	18,8	49,5	60,2	40,6	22,8	66,9	56,6	40,1	24,7	40,7	37,2
RN	25,4	18,5	43,9	52,4	22,8	13,6	59,9	54,8	27,8	15,5	34,3	32,1
PB	29,7	21,9	47,7	58,1	33,1	23,3	62,2	50,7	36,0	22,3	39,4	37,0
PE	24,5	18,0	43,9	56,9	31,2	24,0	57,4	44,9	33,3	18,4	35,4	34,6
AL	33,4	24,3	53,9	63,7	38,3	31,4	74,8	67,4	33,4	20,2	44,4	42,1
SE	25,2	18,4	46,2	56,4	25,6	16,5	58,1	49,8	31,5	17,0	35,6	33,7
BA	23,2	16,6	46,9	57,6	32,2	19,7	59,1	48,2	40,4	23,8	36,8	34,3
NED	26,3	19,1	49,0	59,3	35,2	23,4	63,1	54,8	41,3	25,0	39,5	37,1
ES	11,7	8,1	23,3	31,8	20,6	16,2	34,7	25,7	23,7	11,8	19,7	19,2

continua

Tabela 9 – Comparação entre Privações no Brasil, Regiões e Estados Entre 2000 e 2010

Estado	PRIVEDUC		PRIVREND		PRIVAGUA		PRIVSANE		PRIVLIXO		conclusão IES	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
	MG	12,0	8,3	24,6	33,4	18,2	13,7	30,3	20,4	22,8	12,4	19,5
RJ	6,6	4,3	15,9	27,2	17,0	15,4	16,0	13,7	7,3	3,1	12,2	14,6
SP	6,6	4,3	12,2	20,3	6,8	5,0	12,1	1,8	4,4	8,5	8,8	10,1
SUD	8,2	5,5	16,3	25,4	12,3	9,7	18,2	13,5	10,3	5,0	12,6	13,6
PR	9,5	6,3	19,7	23,9	17,5	11,9	47,7	34,8	18,0	9,6	17,8	15,7
SC	6,3	4,1	13,5	15,2	26,6	18,5	27,2	23,2	18,1	7,2	14,3	11,8
RS	6,7	4,5	16,0	22,3	21,0	14,7	32,2	24,9	16,6	7,9	14,8	14,0
SUL	7,7	5,1	16,8	21,3	21,0	14,5	36,9	28,5	17,5	8,4	15,8	14,1
GO	11,9	8,0	23,1	29,0	30,5	20,7	64,2	50,8	18,7	9,0	23,0	20,5
MT	12,4	8,5	23,9	31,0	37,1	25,4	70,6	63,6	29,3	17,4	25,8	23,7
MS	11,2	7,7	23,9	31,5	22,3	17,1	81,8	61,1	20,1	13,5	23,3	21,9
DF	5,5	3,5	13,5	4,3	11,5	4,9	10,3	11,0	3,9	2,2	9,4	4,5
COE	10,8	5,1	21,7	28,3	27,1	18,2	59,4	48,5	18,7	10,3	21,3	18,5

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Com essas considerações, pode-se agora avaliar o que aconteceu em 2010, comparativamente ao ano de 2000, em relação aos indicadores de privações e ao IES.

Observa-se que o IES brasileiro ficou praticamente estagnado entre os anos de 2000 e 2010. Em 2000, o IES estimado para o Brasil foi de 22,6% e, em 2010, havia decrescido para apenas 22,7%. Naquele período, a taxa de analfabetismo decresceu de 13,6% em 2000 para 9,6% em 2010. Portanto, entre 2000 e 2010, o percentual de analfabetos regrediu apenas 4%. A população brasileira passou de 169,8 milhões em 2000 para 190,8 milhões de pessoas em 2010. Portanto, a população brasileira cresceu 12,3%, percentual bem superior à redução da taxa de analfabetismo. Isto sugere que, em 2010, havia mais analfabetos do que em 2000.

No que se refere ao indicador Passivo Econômico, que é o percentual da população que sobrevive em domicílios privados de renda, devem-se tecer algumas considerações antes de fazer a comparação do desempenho do Brasil, regiões e estados, nos dois períodos censitários analisados.

Naquele lapso de tempo, houve elevação real do valor do salário mínimo, que é a base de construção do indicador “passivo econômico”. Em 2000, o valor nominal do salário mínimo era R\$ 151,00. Este valor, corrigido pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas com base no ano de 2010, seria R\$ 341,24. O salário mínimo de 2010 foi R\$ 510,00, bem acima do valor atualizado de 2000. Este fato deve ter contribuído para que um contingente maior de brasileiros tenha “migrado” de faixas de renda acima para o estrato considerado, neste trabalho, como de passivo econômico. Esta faixa engloba a população que sobrevive em domicílios cuja renda total domiciliar varia de zero a, no máximo, dois salários mínimos. Mas não apenas isso. É provável que o “Programa Bolsa Família” que se intensificou no governo Lula também tenha uma parcela forte de contribuição para que um maior percentual de brasileiros ficasse com passivo econômico em 2010. Isto porque aquele programa tem, como efeito colateral danoso, provocar a acomodação das famílias que a ele têm acesso, haja vista que não há prazo para que as pessoas nele permaneçam. Tampouco, há contrapartida das famílias para o programa. Ou existe aquela de manter as crianças na escola. Como não há fiscalização, tendo em vista que o programa, hoje, tomou dimensões incrivelmente elevadas, as famílias não tiveram estímulo para buscar trabalho que provesse remuneração melhor. Assim, acredita-se que a

conjugação desses dois fatores (elevação real do salário mínimo entre 2000 e 2010 e a acomodação das famílias), contribuiu fortemente para que houvesse um acréscimo significativo da população situada na faixa de aferição que, neste estudo, chama-se de “passivo econômico”.

Assim, o percentual de brasileiros privados de renda em 2000 era 26,7%, ao passo que, em 2010, havia ascendido em mais de dez por cento para 36,8%. Este fato contribuiu bastante para o IES de 2010 ter-se reduzido muito pouco em relação ao observado em 2000.

Contudo, já havia sido discutido acima que a redução da taxa de analfabetismo (passivo de educação) tinha acontecido bem abaixo do crescimento populacional. Além disso, todas as variáveis que compõem o indicador passivo ambiental tiveram taxas de redução aquém do crescimento vegetativo da população brasileira entre 2000 e 2010. A população privada de água, por exemplo, regrediu de 23,7% para 17,1%, portanto, uma redução de apenas 6,6%. A população privada de saneamento regrediu de 39,1% em 2000 para 32,9% em 2010. Uma queda de apenas 6,2%. A privação do acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo, que, em 2000, atingia 22,7% da população brasileira, em 2010, estava presente na vida de 12,6%. Uma regressão de 10,1%, bem melhor do que aquelas observadas para o acesso a água encanada e a saneamento, mas ainda aquém do crescimento vegetativo da população.

Assim, todos os indicadores que compõem o IES estiveram com regressão (em valor absoluto) abaixo da evolução da população brasileira. O passivo econômico, como se viu, teve incremento. Isto sugere que, em termos absolutos, em 2010, há bem mais brasileiros posicionados na faixa de socialmente excluídos do que acontecia em 2000. Isto de fato aconteceu, haja vista que, empregando-se os IES estimados para o Brasil naqueles dois períodos, obtêm-se os seguintes resultados: em 2000, a população socialmente excluída no Brasil era de 38,54 milhões de brasileiros; em 2010, havia ascendido para 43,11 milhões (Tabela 10).

Uma avaliação geral das evidências mostradas na Tabela 9 sugere que os estados das regiões Nordeste e Norte apresentavam os maiores percentuais de socialmente excluídos em 2000 e continuaram nesta condição em 2010. Resultados que mostram que não houve mudança no perfil da exclusão social no Brasil; fato que já havia sido mostrado no Mapa 1.

Através das evidências apresentadas na Tabela 9, depreende-se que, em todas as regiões brasileiras, houve redução do IES em 2010 relativamente ao ano de 2000, com exceção da região Sudeste, que apresentou acréscimo de 12,6% para 13,7%. Observa-se também que a região Nordeste apresentou a maior regressão no índice de exclusão social no período analisado, regredindo de 39,5% em 2000 para 36,9% em 2010. Uma queda de 2,6%.

Observa-se também que os desníveis entre a região mais pobre, que é o Nordeste, com a região mais rica, que é o Sudeste, praticamente ficaram estabilizados entre 2000 e 2010. As disparidades nacionais entre a região mais rica e a mais pobre continuaram naquela década (Tabela 9).

Tabela 10 – População Excluída no Brasil, Regiões e Estados em 2000 e 2010

Estado	POPULAÇÕES TOTAIS		IES (% de Excluídos)		POPULAÇÃO SOCIALMENTE EXCLUÍDA	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
BRA	169.872.855	190.755.799	22,7	22,6	38.561.138	43.110.811
AC	557.882	733.559	34,8	39,0	194.143	286.088
AM	2.817.252	3.483.985	32,3	33,9	909.972	1.181.071
AP	477.032	669.526	34,6	34,0	165.053	227.639
PA	6.195.964	7.581.051	38,7	40,4	2.397.838	3.062.745
RO	1.380.951	1.562.409	34,8	33,6	480.571	524.969
RR	324.397	450.479	24,4	28,9	79.153	130.188
TO	1.157.690	1.383.445	36,3	31,7	420.241	438.552
NOR	12.911.168	15.864.454	36,0	36,9	4.646.971	5.851.252
MA	5.657.552	6.574.789	48,9	44,8	2.766.543	2.945.505
PI	2.843.427	3.118.360	45,0	42,0	1.279.542	1.309.711
CE	7.431.597	8.452.381	40,7	37,2	3.024.660	3.144.286
RN	2.777.508	3.168.027	34,3	32,1	952.685	1.016.937
PB	3.444.793	3.766.528	39,4	37,0	1.357.248	1.393.615
PE	7.929.154	8.796.448	35,4	34,6	2.806.921	3.043.571
AL	2.827.855	3.120.494	44,4	42,1	1.255.568	1.313.728
SE	1.784.828	2.068.017	35,6	33,7	635.399	696.922
BA	13.085.768	14.016.906	36,8	34,3	4.815.563	4.807.799
NED	47.782.482	53.081.950	39,5	37,1	18.894.129	19.672.074

continua

Tabela 10 – População Excluída no Brasil, Regiões e Estados em 2000 e 2010

conclusão

Estado	POPULAÇÕES TOTAIS		IES (% de Excluídos)		POPULAÇÃO SOCIALMENTE EXCLUÍDA	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
ES	3.097.497	3.514.952	19,7	19,2	610.207	674.871
MG	17.905.133	19.597.330	19,5	19,1	3.491.501	3.743.090
RJ	14.392.105	15.989.929	12,2	14,6	1.755.837	2.334.530
SP	37.035.455	41.262.199	8,8	10,1	3.259.120	4.167.482
SUD	72.430.190	80.364.410	12,6	13,6	9.116.665	10.919.973
PR	9.564.643	10.444.526	17,8	15,7	1.702.506	1.639.791
SC	5.357.863	6.248.436	14,3	11,8	766.174	737.315
RS	10.187.841	10.693.929	14,8	14,0	1.507.800	1.497.150
SUL	25.110.347	27.386.891	15,8	14,1	3.976.480	3.874.256
GO	5.004.196	6.003.788	23,0	20,5	1.150.965	1.230.777
MT	2.505.244	3.035.122	25,8	23,7	646.353	719.324
MS	2.078.070	2.449.024	23,3	21,9	484.190	536.336
DF	2.051.146	2.562.963	9,4	4,5	192.808	115.333
COE	11.638.656	14.050.897	21,3	18,5	2.474.316	2.601.770

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Na Tabela 9, também se pode observar que o Distrito Federal e São Paulo, nesta ordem, tinham os menores Índices de Excluído Social tanto em 2000 como em 2010. No Distrito Federal, o IES era de 9,4% em 2000. Em 2010, havia regredido para 4,5%. São Paulo tinha IES de 8,8% em 2000, mas experimentou um ligeiro acréscimo de 1,3%, alcançando o ano de 2010 com valor de 10,1% (Tabela 9).

O Estado do Maranhão, que já liderava o *ranking* de maior IES em 2000, com valor de 48,9%, atravessou a década com oscilações para melhor, como se verá mais na frente neste estudo; mas, em 2010, já estava novamente no “topo” deste desagradável *ranking*, tendo 44,8% da sua população socialmente excluída (Tabela 9).

O Piauí, que em 2000 detinha o segundo maior IES do Brasil, com 45,0% da sua população socialmente excluída, em 2010, “cedeu” esta desonrosa posição para o Estado de Alagoas. Piauí teve o terceiro pior IES do Brasil em 2010, com magnitude de 42,0% (Tabela 9).

Alagoas, que detinha o terceiro pior IES do Brasil em 2000, com 44,4% da sua população na condição de ser socialmente excluída, chegou em 2010 na segunda posição, com IES de 42,1%, como se pode constatar nas evidências mostradas na Tabela 9

A região Nordeste, além de deter relativamente os maiores percentuais da sua população socialmente excluída tanto em 2000 como em 2010, também tinha o maior contingente em termos absolutos, como se depreende dos resultados mostrados na Tabela 10. Em 2000, algo como 18,9 milhões de nordestinos estavam socialmente excluídos. Em 2010, o percentual havia ascendido para 19,7 milhões da população naquela degradante situação (Tabela 10).

Embora tenha o menor percentual de excluídos, tanto em 2000 como em 2010, devido ao fato de ser a região mais populosa do Brasil, o Sudeste tem o segundo maior número de população socialmente excluída do Brasil, tanto em 2000 como em 2010. No censo de 2000, computava-se um total de 9,12 milhões da população do Sudeste como socialmente excluída. Em 2010, este contingente se elevou para 10,09 milhões de socialmente excluídos (Tabela 10).

Relação entre os Maiores e Menores PIBs *per Capita* e com os Maiores e Menores IES

Neste momento de conclusão da discussão acerca do Índice de Exclusão Social, achamos relevante verificar se os municípios com maiores PIBs médios seriam aqueles com melhores padrões de qualidade de vida. Fizemos também a associação entre os municípios com os maiores (piores) IES com os de menores PIBs *per capita*. Acreditamos que esta associação reforça, de forma empírica, o que foi preceituado no referencial teórico deste trabalho, em que dizíamos que PIB *per capita* elevado não implica, necessariamente, em melhor qualidade de vida.

Tomamos as informações do (IBGE, 2009c) e fizemos o *ranking* dos cem municípios com os maiores PIBs *per capita* e dos cem que apresentaram os menores índices de Exclusão Social em 2010. Em seguida, verificamos que municípios constavam das duas relações: dos cem de melhor qualidade de vida e dos cem com maior PIB médio.

Verificamos que, em apenas oito municípios dos cem com menores IES, portanto, com melhor qualidade de vida, havia a coincidência de estar entre os cem municípios com maiores PIBs médios. Dos municípios que apresentaram a característica híbrida de pertencerem àqueles dois grupos seletos, apenas Vitória, capital do Espírito Santo, não pertencia ao Estado de São Paulo. Todos os demais pertenciam àquele estado e são os seguintes: Jaguariúna, Jundiá, Louveira, Paulínia, Santos, São Caetano do Sul (que tem o menor IES do país, como já havíamos demonstrado anteriormente) e Vinhedo.

O cruzamento da relação dos cem municípios com maiores IES (piores qualidades de vida) em 2010 com os cem que apresentavam os menores PIBs *per capita* evidenciou uma relação um pouco maior. São dezoito os municípios naquela condição bipolar e que se distribuem nos estados mais pobres do Brasil: Alagoas, Piauí, Maranhão e Pará. Os resultados estão mostrados na Tabela 11.

Na Tabela 11 apresentam-se, além dos municípios que estavam nas duas relações dos cem piores IES e cem menores PIBs médios, os respectivos valores, que são anuais. Como se depreende das evidências mostradas nesta tabela, os PIBs *per capita* desses municípios são muito baixos e os IES muito elevados. Alagoas tem cinco municípios nos dois grupos; Maranhão tem três municípios; Pará tem dois; e o Piauí tem nove municípios situados entre os cem com maiores IES (piores qualidades de vida) em 2010 e menores PIBs *per capita* em 2009 (Tabela 11).

Tomando-se os 500 municípios que exibiram o maior PIB *per capita* em 2009, observa-se que o valor deste indicador varia de R\$ 20.86273 e R\$ 360.815,83. Portanto, apenas neste intervalo, já se observa uma discrepância de valores. A relação entre o maior e o menor PIB *per capita* entre os 500 municípios brasileiros mais ricos é de 17,3.

Observa-se ainda que, em apenas 94 (19%) deles, o IES é menor do que 10%. Em 200 desses municípios de maior PIB médio, o IES é superior a 20%. Noventa municípios que apresentavam os maiores PIBs *per capita* em 2009 tinham índices de exclusão social maiores ou iguais a 30%. Os 35 municípios de maior PIB médio no Brasil, em 2009, apresentavam níveis de exclusão social superiores a 40%.

Tabela 11 – Municípios Entre os Cem com Piores IES em 2010 e Menores PIB *per Capita* em 2009

Município	Estado	IES-2010 (%)	PIB <i>per capita</i> 2009 (R\$ no Ano)
Traipu	Alagoas	66,1	2649,48
Coité do Noia	Alagoas	63,7	2819,49
Estrela de Alagoas	Alagoas	64,8	2835,53
Inhapi	Alagoas	63,3	2698,10
Senador Rui Palmeiras AL	Alagoas	64,5	2687,41
Morros	Maranhão	62,3	2687,98
Primeira Cruz	Maranhão	65,8	2607,81
São Francisco do Maranhão	Maranhão	63,3	2613,69
Cachoeira do Piriá	Pará	67,6	2514,00
Melgaço	Pará	70,7	2790,04
Campo Largo do Piauí	Piauí	65,1	2663,62
Farturas do Piauí	Piauí	63,1	2630,80
Lagoa de São Francisco	Piauí	62,6	2623,34
Massapê do Piauí	Piauí	70,5	2633,81
Milton Brandão	Piauí	62,5	2604,85
São Francisco de Assis	Piauí	66,8	2777,35
Várzea Branca	Piauí	62,1	2860,67

Fonte: IBGE, 2010a.

Deste conjunto de evidências, depreende-se que, no caso brasileiro recente, os maiores PIBs médios não estão associados aos mais altos níveis de qualidade de vida, tal como aferido neste estudo. Faltam a esses municípios de elevado desempenho econômico incrementos substanciais em serviços como educação, saneamento, acesso a água encanada e a serviço de coleta de lixo.

Nos Anexos de B a F, os leitores poderão conferir a situação de cada um e de todos os 5.564 municípios brasileiros em 2010. As tabelas estão organizadas por região, começando pelo Norte e concluindo com a região Centro-Oeste. Para facilitar a pesquisa, os municípios estão organizados em ordem alfabética. Assim, nas tabelas do Anexo B, estão os municípios dos sete estados da região Norte. Nas tabelas do Anexo C, estão dispostos os municípios dos nove estados do Nordeste. Nas tabelas do Anexo D,

estão colocadas as informações dos quatro estados do Sudeste. Na Tabela E, estão dispostos os municípios dos três estados do Sul. Finalmente, na Tabela E, estão as informações dos municípios dos três estados daquela região, bem como do Distrito Federal.

6

EVOLUÇÃO DAS PRIVAÇÕES DE RENDA E ATIVOS SOCIAIS NO BRASIL, REGIÕES E ESTADOS, ENTRE 2001 E 2009

Neste capítulo, apresenta-se a evolução dos resultados obtidos em todos os estados, regiões e no Brasil, entre os anos de 2001 e 2009, no que concerne aos Passivos de Educação, Econômicos e aos indicadores do Passivo Ambiental: privação de água encanada e privação de saneamento. Também se apresentam os desdobramentos das privações para as áreas urbanas e rurais do Brasil, regiões e estados. Estimam-se os percentuais de expansão ou de regressão de cada um dos indicadores de privações entre os anos de 2001 e 2009. Na nossa avaliação, a elucidação dessas informações é importante para se apreender como estão os estados brasileiros e regiões no que se refere aos indicadores que entravam os seus desenvolvimentos. Mostrando cada um deles em evolução num período de nove anos, pode-se verificar como se desenvolveram as políticas específicas para os indicadores e, com esta informação, podem-se traçar instrumentos de mitigação da pobreza total, urbana e rural, trabalhando sobre os fatores causadores.

A base dos dados utilizada para fazer as estimativas das privações e da escolaridade média para os anos de 2001 a 2009 é retirada das PNADs dos anos de referência. Chama-se atenção para o fato de os resultados aqui obtidos não serem diretamente comparados com aqueles mostrados no capítulo anterior. As informações básicas utilizadas naquele capítulo foram retiradas dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2000, 2010a). Neste capítulo, utilizam-se os dados das PNADs dos anos de referência, cuja forma de obtenção é diferente daquela dos censos, por definição. Aqui, os dados são levantados por amostragem e, lá, o procedimento de coleta de informação foi censitário. Não obstante essas

ressalvas, as evidências discutidas neste capítulo servirão como avaliação de tendências. Tendências que convergirão apenas em aproximação aos valores observados para 2010.

Evolução do Passivo de Educação entre 2001 e 2009

Na Tabela 12, apresentam-se as evoluções das taxas de analfabetismo das populações maiores de quinze anos no Brasil (seu passivo de educação), regiões e estados entre 2001 e 2009. Na Tabela 13, apresentam-se estes resultados para as áreas urbanas e, na Tabela 14, estão as evidências encontradas para as áreas rurais.

Das evidências mostradas na Tabela 12, depreende-se que o percentual de analfabetos no Brasil regrediu de 12,6% em 2001 para 9,7% em 2009, numa regressão de apenas 2,9% no período sob análise. Uma redução muito modesta para o tamanho do problema que se nos apresenta no Brasil.

A região Nordeste apresentou as maiores taxas de analfabetismo durante todos os anos analisados. Mas vem dessa região o maior percentual de redução do analfabetismo entre 2001 e 2009: uma redução de 6,4% no período. Mesmo assim, em 2009, 16,4% da população nordestina maior de 15 anos ainda eram analfabetos (Tabela 12).

Os estados brasileiros com menores passivos de educação em 2009, na sua população maior de quinze anos, são, respectivamente: Distrito Federal (3,7); Rio Grande do Sul (5,0%) e Santa Catarina (5,4%). Rio de Janeiro e São Paulo, ambos com 5,7%, completam a relação dos estados com as menores taxas de analfabetos no Brasil em 2009. Vale ressaltar que esses estados mantiveram sempre as menores taxas de analfabetismo em todo o período sob análise (Tabela 12).

No outro extremo, os estados com as maiores taxas de analfabetismo no Brasil, em 2009, foram, respectivamente: Piauí (20,3%), Paraíba (19,2%), Alagoas (18,4%), Maranhão (16,8%) e Bahia (16,3%). Como se constata por estas evidências, mais uma vez, nos estados do Nordeste, estão os piores indicadores de analfabetismo. Esta situação prevaleceu em todo o período sob análise (Tabela 12).

Tabela 12 – Evolução da População Analfabeta em Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 – Passivo de Educação (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2001/09
BRA	12,6	11,9	11,5	11,3	10,8	10,2	10,2	10,2	9,7	-2,9
AC	ND	ND	ND	21,1	21,1	17,6	14,8	13,8	16,1	-5,0
AP	ND	ND	ND	13,0	10,4	8,3	7,5	5,9	3,9	-9,1
AM	ND	ND	ND	10,4	8,3	10,0	10,7	11,7	8,9	-1,5
PA	ND	ND	ND	12,7	12,3	12,1	12,2	11,3	10,9	-1,8
RO	ND	ND	ND	12,5	14,6	14,8	11,9	11,3	11,3	-1,2
RR	ND	ND	ND	11,7	11,4	9,3	9,4	8,5	8,4	-3,3
TO	16,5	15,2	15,9	15,7	14,6	13,8	13,4	13,5	12,9	-3,6
NOR	ND	ND	ND	12,7	12,1	12,0	11,8	11,4	10,5	, -2,2
MA	22,8	23,1	23,2	21,8	21,2	19,6	18,0	17,6	16,8	-6,0
PI	27,0	25,9	24,8	23,5	23,1	22,7	20,3	19,7	20,3	-6,7
CE	22,3	20,4	20,2	19,2	18,6	17,3	16,2	16,9	15,7	-6,6
RN	17,9	17,8	16,4	17,0	15,5	15,6	14,8	16,7	13,9	-4,0
PB	25,7	22,6	22,1	21,7	20,9	19,7	16,2	19,9	19,2	-6,5
PE	19,6	18,6	18,2	17,1	16,6	15,6	19,2	15,1	15,2	-4,4
AL	30,1	27,5	26,4	25,5	23,8	23,0	15,9	22,3	18,4	-11,7
SE	18,8	19,4	16,9	17,2	18,0	16,2	19,8	13,4	14,3	-4,5
BA	23,3	21,5	20,1	20,3	18,3	17,6	15,3	16,8	16,3	-7,0
NED	22,8	21,4	20,6	20,0	19,0	18,0	17,4	17,2	16,4	-6,4
ES	11,0	11,3	10,7	10,3	8,5	9,1	9,5	9,4	9,3	-1,7
MG	11,4	10,8	10,5	9,7	9,7	8,9	8,8	9,1	8,5	-2,9
RJ	7,2	6,2	5,8	6,0	5,9	5,2	5,7	6,2	5,7	-1,5
SP	6,9	6,8	6,7	6,8	6,5	5,8	5,9	5,9	5,7	-1,2
SUD	8,2	7,9	7,6	7,5	7,2	6,6	6,8	6,9	6,6	-1,6
PR	10,8	9,0	9,0	9,2	8,5	7,7	8,0	7,8	7,7	-3,1
SC	5,4	5,4	5,5	5,0	4,8	4,6	5,4	6,4	5,4	,0,0
RS	6,5	6,5	6,2	6,0	5,7	5,3	5,6	5,5	5,0	-1,5
SUL	7,9	7,2	7,1	7,0	6,5	6,0	6,5	6,6	6,1	-1,8
GO	11,7	11,6	10,8	10,7	10,7	9,6	9,4	9,9	9,1	-2,6
MT	11,8	11,3	11,2	10,4	9,8	9,4	11,5	11,1	10,2	-1,6
MS	11,9	10,6	10,3	10,6	10,2	10,2	10,1	9,2	9,8	-2,1
DF	7,2	5,7	6,1	5,5	5,3	4,6	5,4	5,3	3,7	-3,5
COE	11,0	10,3	9,9	9,7	9,5	8,8	9,2	9,2	8,5	-2,5

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Na região Norte, as situações mais críticas, no que se refere ao percentual de analfabetos, estão no Estado do Acre (16,1%), Tocantins (12,9%), Rondônia (11,3%) e Pará (10,9%) (Tabela 12).

No Centro-Oeste, o Estado do Mato Grosso teve a maior taxa de analfabetos em 2009: da ordem de 10,2%. Mato Grosso do Sul vinha em seguida com 11,1% de analfabetos. Goiás também concluiu os anos da série analisada com uma alta taxa de analfabetismo na sua população maior de quinze anos (9,1%). Conferir na Tabela 12.

Nas Tabelas 13 e 14 estão as taxas de analfabetismo das áreas urbanas e rurais. As evidências mostradas nas duas tabelas sugerem que, em todo o Brasil, as taxas de analfabetismo são muito elevadas nas áreas rurais. No Brasil, a taxa de analfabetismo nessas áreas regrediu de 26,7% em 2001 para 20,2% em 2009. Devido às altas percentagens de analfabetos nas áreas rurais brasileiras, o Brasil ainda apresenta, no geral, os elevados percentuais de analfabetos discutidos acima. Isto porque, nas áreas urbanas, os percentuais são bem mais reduzidos do que nas áreas rurais, mas ainda em patamares que deixam a desejar (Tabela 13 e Tabela 14).

Mais uma vez, a região Nordeste teve as maiores taxas de analfabetismos nas áreas rurais durante toda a série estudada, entre 2001 e 2009. A região tinha, em 2001, a incrível taxa de 36,7% e alcançou o ano de 2009 com 27,7% de analfabetos (Tabela 14).

A região Norte ocupou a segunda pior posição na evolução do analfabetismo das suas áreas rurais no período sob investigação. Chegou ao final da série, em 2009, com 16,7% da sua população rural analfabeta. As PNADs não disponibilizam dados para os estados da região Norte (excetuando Tocantins) entre 2001 e 2003. Assim, a comparação que se faz para essa região tem como base o ano de 2004, ocasião em que, no Norte, 20,4% da população maior de 15 anos eram analfabetos (Tabela 14).

A região Sul apresentou a menor taxa de analfabetismo nas áreas rurais durante todo o período analisado e concluiu o ano de 2009 com uma taxa de 9,8%. Rio Grande do Sul é o estado brasileiro com o menor percentual da sua população rural analfabeta em 2009, com 7,1% (Tabela 14).

Tabela 13 – Evolução da População Analfabeta em Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009 – Passivo de Educação Urbano (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BRA	10,1	9,4	9,2	9,0	8,6	8,0	8,1	8,2	7,7
AC	16,3	12,4	19,1	15,5	14,6	13,4	11,5	11,3	13,7
AP	12,0	9,1	10,7	8,5	6,0	5,5	7,4	5,9	3,8
AM	11,0	8,5	8,0	7,6	6,5	8,1	8,4	9,5	7,7
PA	11,8	10,6	10,8	10,2	9,5	9,6	9,8	9,7	9,2
RO	12,6	11,1	11,2	10,6	13,1	11,9	9,7	10,5	9,5
RR	17,9	16,0	10,3	10,3	10,0	8,2	8,0	8,6	6,7
TO	12,1	12,4	13,1	12,6	12,0	11,1	11,1	10,7	10,6
NOR	12,1	10,5	10,9	10,1	9,5	9,5	9,5	9,7	8,9
MA	17,0	17,7	18,2	17,0	16,5	14,5	14,6	13,5	12,4
PI	17,6	16,9	17,2	16,2	16,1	15,6	14,1	14,0	13,6
CE	17,4	16,3	16,0	15,5	14,7	14,0	13,1	13,4	12,6
RN	14,0	13,6	14,1	14,4	13,0	12,8	12,6	14,4	11,2
PB	21,9	18,9	18,3	18,0	17,6	16,5	15,6	16,3	16,1
PE	15,5	14,9	13,9	13,4	12,9	12,1	12,4	11,9	11,9
AL	25,6	20,5	21,2	19,5	18,8	17,6	16,4	16,9	14,9
SE	14,8	14,9	13,4	13,3	14,6	12,7	12,5	10,2	11,1
BA	16,3	15,6	13,8	14,4	12,6	12,1	12,0	11,0	10,9
NED	17,2	16,2	15,6	15,3	14,5	13,6	13,3	12,9	12,3
ES	9,5	9,5	8,9	8,8	7,1	7,4	7,6	7,9	7,5
MG	9,2	8,7	8,6	8,0	8,0	7,2	7,5	7,8	7,0
RJ	6,8	5,9	5,4	5,7	5,6	5,0	5,4	6,0	5,5
SP	6,5	6,5	6,5	6,5	6,1	5,5	5,6	5,7	5,5
SUD	7,3	7,0	6,8	6,7	6,5	5,9	6,1	6,3	5,9
PR	9,8	8,3	8,1	8,3	7,6	7,0	7,4	7,2	6,6
SC	4,8	4,8	5,0	4,3	4,4	4,1	5,0	5,8	4,6
RS	5,6	5,6	5,5	5,4	5,1	4,8	5,0	4,9	4,5
SUL	7,0	6,5	6,4	6,3	5,9	5,5	5,9	6,0	5,4
GO	10,4	10,4	9,8	9,4	9,9	8,9	8,5	9,1	8,4
MT	10,1	9,8	9,9	8,9	8,5	8,3	10,0	9,2	8,6
MS	11,7	9,6	9,2	10,2	9,9	9,5	9,2	8,5	9,2
DF	6,9	5,4	5,7	5,4	5,1	8,0	5,2	5,2	3,5
COE	9,9	9,2	8,9	8,6	8,7	8,0	8,2	8,3	7,6

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Tabela 14 – Evolução da População Analfabeta em Áreas Rurais no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009 – Passivo de Educação Rural (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BRA	26,7	25,2	24,3	23,2	22,1	21,4	20,7	21,0	20,2
AC	ND	ND	ND	33,9	36,9	28,6	27,5	24,3	26,4
AP	ND	ND	ND	14,8	14,3	13,8	13,4	13,6	7,7
AM	ND	ND	ND	20,3	14,7	17,1	22,1	24,6	15,0
PA	ND	ND	ND	19,7	20,9	19,8	19,4	16,7	16,3
RO	ND	ND	ND	16,4	17,6	21,1	17,3	13,9	16,0
RR	ND	ND	ND	17,2	17,3	14,6	16,6	8,0	17,5
TO	27,8	22,8	23,2	23,7	20,9	21,4	19,8	21,7	19,1
NOR	ND	ND	ND	20,4	19,9	19,8	19,9	18,3	16,7
MA	34,5	34,0	34,1	32,8	30,6	30,7	25,4	27,1	27,5
PI	43,9	40,6	37,9	35,8	34,8	34,4	30,5	29,8	31,7
CE	37,3	33,3	33,8	31,7	31,0	28,1	26,4	29,3	26,5
RN	28,8	30,6	22,8	24,8	22,1	23,1	20,8	23,2	20,9
PB	37,2	32,9	34,5	33,4	32,9	30,2	32,1	32,9	29,9
PE	32,9	30,8	31,9	29,6	29,2	28,1	26,9	26,2	26,9
AL	39,9	42,9	37,4	37,8	33,8	34,8	27,2	34,1	26,1
SE	34,9	39,2	32,5	35,1	32,9	32,3	27,9	29,6	29,5
BA	38,0	33,5	33,0	32,9	30,0	29,4	30,4	30,1	28,8
NED	36,7	34,3	33,3	32,5	30,5	29,7	28,0	29,0	27,7
ES	17,8	19,5	18,1	17,1	16,0	18,4	18,8	16,8	17,7
MG	22,7	22,2	21,1	19,5	19,2	16,8	16,4	17,4	17,5
RJ	18,3	16,0	18,7	13,7	15,9	13,7	15,1	12,7	9,9
SP	13,8	13,0	11,8	12,1	12,1	11,2	11,5	10,2	9,9
SUD	18,8	18,3	17,3	16,2	16,1	15,4	14,8	14,3	14,5
PR	15,6	12,3	13,6	13,8	13,0	12,1	11,5	12,0	14,0
SC	8,1	7,9	8,0	8,2	6,5	6,6	7,2	9,4	8,8
RS	10,3	10,2	8,9	8,7	8,2	7,5	8,3	8,1	7,1
SUL	11,7	10,4	10,3	10,3	9,5	8,8	9,1	9,7	9,8
GO	20,2	20,4	18,0	20,4	16,6	15,2	17,0	16,7	15,4
MT	18,1	17,2	15,6	15,4	14,2	13,1	16,3	18,9	17,4
MS	13,4	17,3	16,2	13,3	12,3	14,1	15,3	13,7	13,4
DF	15,3	13,1	13,3	7,6	8,8	8,0	9,7	7,7	7,3
COE	17,9	18,3	16,5	16,5	14,4	13,6	15,9	16,1	15,0

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Evolução da Escolaridade Média no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009

Acabamos de mostrar a evolução dos percentuais, ainda muito elevados, das taxas de analfabetismo da população brasileira maior de quinze anos. Essas taxas refletem-se na baixa escolaridade média que ainda prevalece no Brasil. Estes dois desafios (reduzir a taxa de analfabetismo e elevar a escolaridade média) precisam ser encarados para que se possa construir um país progressista, desenvolvido e sem apartação social. Além de baixa, a escolaridade média dos brasileiros é, particularmente, bem mais problemática no Nordeste, justamente a região mais carente do Brasil.

Nesta edição, incorpora-se a aferição e a avaliação da escolaridade média no Brasil, regiões e estados, bem como se medem as respectivas taxas de aceleração entre os anos de 2001 e 2009. Este indicador, que tem elevada correlação com a taxa de analfabetismo, também se constitui num importante e definitivo indutor do desenvolvimento. A sua evolução e o ritmo em que a evolução acontece (taxa de aceleração que é estimada pela taxa geométrica de crescimento), que deve acontecer concomitantemente à redução do percentual de analfabetismo, é crucial para o incremento do desenvolvimento e para a redução nas disparidades entre regiões e estados brasileiros. Estes dois (passivo de educação e escolaridade média) são sinalizadores de um dos mais importantes indicadores de desenvolvimento, senão o maior, que é a educação.

As evidências mostradas na Tabela 15 sugerem que o Brasil ainda tem um grande caminho a percorrer para incrementar a sua escolaridade média. Saímos de uma escolaridade média de apenas 6,1 anos para 7,8 anos entre 2001 e 2009 a uma taxa de aceleração muito baixa para as nossas necessidades gritantes nesta área: de 2,8% ao ano. As regiões Sudeste e Sul, com 8,5 e 8,3 anos, são aquelas com maior escolaridade no Brasil. Nessas regiões as taxas de aceleração da escolaridade média foram de, respectivamente, 2,5% e 2,8%.

O centro-Oeste, fortemente influenciado pelo que acontece no Distrito Federal, tem 8,2 anos de escolaridade média. Nesta região, a taxa de aceleração da escolaridade entre 2001 e 2009 foi de 3,0% ao ano. Goiás teve 3,2% de taxa de aceleração, que foi a mesma taxa observada em Mato Grosso. Mato Grosso do Sul apresentou a menor taxa de

aceleração da escolaridade média no período sob análise. Alagoas, com seis anos de escolaridade média, Piauí com 6,1 anos, Maranhão, com 6,3 anos, e Paraíba, com 6,4 anos, são os estados brasileiros em pior situação neste indicador.

O Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro detêm as maiores escolaridades médias do Brasil, com 9,9 anos, 8,9 anos e 8,7 anos, respectivamente, em 2009. Alagoas com 6,0 anos, Piauí com 6,1 anos, Maranhão com 6,3 anos e Paraíba com 6,4 anos ocupam o outro lado do *ranking*, tendo as menores escolaridades médias em 2009. Na região Norte, o estado com menor escolaridade média é o Pará, com apenas 6,8 anos em 2009 (Tabela 15).

Na Tabela 15 também mostramos os percentuais das populações maiores de dez anos no Brasil, regiões e estados cujas escolaridades estão abaixo da média, que é um indicador de assimetria no acesso a este fundamental determinante de desenvolvimento, ou da sua negação, a pobreza, entendida como exclusão social neste livro.

Observa-se que 61,0% da população brasileira maior de dez anos tinha escolaridade abaixo de 7,8 anos, que era a escolaridade média do Brasil naquele ano. Na região Nordeste, observa-se a maior assimetria na distribuição da escolaridade média, que, além de ser a mais baixa do Brasil em todos os anos (apenas 6,6 anos em 2009), tem o maior percentual da população, naquela faixa etária, com escolaridade abaixo da média (61,5%), como se pode constatar nas evidências mostradas na Tabela 15.

No Norte, o percentual da população maior de dez anos com escolaridade abaixo da média é de 55,5%. No Sudeste, é de 55,6%. No Sul, o percentual é de 59,5% e, no Centro-Oeste, observa-se o menor percentual da população maior de dez anos cuja escolaridade está abaixo da média regional: 49,5%.

Alagoas, Piauí e Maranhão, nesta ordem, apresentam os maiores percentuais da população maior de dez anos com escolaridade abaixo da média. Nesses estados, portanto, além de serem as mais baixas, as escolaridades se distribuem de forma mais assimétrica entre todos os estados brasileiros. Em contrapartida, no Distrito Federal (48,4% abaixo da média) e no Amazonas (49,8% abaixo da média), encontram-se as distribuições menos assimétricas da escolaridade (Tabela 15).

As áreas urbanas do Distrito Federal têm a melhor escolaridade média do Brasil, com 10,1 anos em 2009. As áreas urbanas de Alagoas (6,8 anos) e do Maranhão, com 7,2 anos de escolaridade média, são as de menores registros deste indicador em 2009 (Tabela 16).

As áreas rurais brasileiras, no geral, têm os menores níveis de escolaridade média. Em todos os estados do Nordeste estão os piores desempenhos no que se refere a este indicador para as áreas rurais. Com efeito, estima-se que a escolaridade média que prevalecia nas áreas rurais do Nordeste em 2009 não passava de 4,4 anos. No Sul, encontramos a maior escolaridade média entre as regiões brasileiras. O Distrito Federal apresenta a maior escolaridade média nas áreas rurais do Brasil. Mas sabemos que essas áreas ocupam porções geográficas bastante pequenas na capital do Brasil. São Paulo, com sete anos, é o estado com melhor escolaridade média nas áreas rurais brasileiras em 2009 (Tabela 17).

Tabela 15 – Evolução da Escolaridade Média no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009 e Taxa de Variação

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	TGC 2001/09* (%a.a)	População com Escolaridade menor do que a Média em 2009 (%)
BRA	6,1	6,3	6,5	6,6	7,1	7,4	7,5	7,7	7,8	2,8	61,0
AC	ND	ND	ND	5,5	6,0	6,4	7,1	7,2	7,4	5,1**	53,8
AP	ND	ND	ND	6,8	7,7	8,0	8,0	8,5	8,3	3,4**	53,2
AM	ND	ND	ND	6,5	7,1	7,5	7,4	7,5	7,7	2,9**	49,8
PA	ND	ND	ND	5,6	6,1	6,5	6,6	6,8	6,8	3,3**	59,2
RO	ND	ND	ND	6,0	6,2	6,5	6,9	6,8	7,3	3,3**	59,7
RR	ND	ND	ND	6,6	7,0	7,4	7,7	8,1	8,2	3,7**	55,5
TO	5,2	5,4	5,7	5,8	6,3	6,7	7,0	7,2	7,5	4,2	55,4
NOR	ND	ND	ND	5,9	6,4	6,8	6,9	7,1	7,3	3,6**	55,5
MA	4,5	4,6	4,9	5,1	5,4	5,8	6,1	6,2	6,3	3,8	59,3
PI	4,3	4,5	4,6	4,9	5,3	5,7	5,9	6,1	6,1	4,0	60,4
CE	4,9	5,2	5,3	5,5	6,0	6,3	6,5	6,6	6,8	3,7	54,1
RN	5,3	5,5	5,5	5,7	6,2	6,4	6,6	6,7	6,8	2,8	54,7
PB	4,5	4,7	5,0	5,1	5,6	5,9	6,1	6,3	6,4	4,0	59,5
PE	5,2	5,3	5,5	5,7	6,1	6,4	6,5	6,7	6,9	3,2	55,8
AL	4,2	4,3	4,5	4,6	5,0	5,5	5,7	5,8	6,0	4,0	63,9
SE	5,2	5,4	5,7	5,9	6,1	6,3	6,7	7,0	7,0	3,4	56,2
BA	4,7	5,0	5,1	5,3	5,8	6,2	6,3	6,5	6,6	3,8	56,0
NED	4,8	5,0	5,2	5,3	5,8	6,1	6,3	6,5	6,6	3,6	61,5
ES	6,2	6,4	6,5	6,8	7,5	7,5	7,7	7,7	7,8	2,6	51,6

continua

Tabela 15 – Evolução da Escolaridade Média no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009 e Taxa de Variação

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	TGC 2001/09* (%a.a)	População com Escolaridade menor do que a Média em 2009 (%)	conclusão
MG	6,0	6,2	6,3	6,4	7,0	7,3	7,4	7,5	7,7	2,8	53,8	
RJ	7,2	7,3	7,4	7,6	8,1	8,5	8,6	8,7	8,7	2,1	53,1	
SP	7,1	7,3	7,5	7,6	8,2	8,5	8,6	8,7	8,9	2,5	52,2	
SUD	6,8	7,0	7,1	7,3	7,8	8,2	8,3	8,4	8,5	2,5	55,6	
PR	6,4	6,7	6,9	7,0	7,5	7,9	7,9	8,1	8,2	2,8	58,1	
SC	6,7	6,8	7,0	7,1	7,9	8,0	8,1	8,3	8,5	2,7	57,8	
RS	6,6	6,8	6,9	7,0	7,5	7,8	7,8	8,1	8,2	2,4	61,8	
SUL	6,5	6,7	6,9	7,0	7,6	7,9	7,9	8,1	8,3	2,8	59,5	
GO	5,9	6,1	6,3	6,4	6,6	7,4	7,5	7,6	7,8	3,2	52,8	
MT	5,8	6,2	6,2	6,4	6,5	7,1	7,0	7,6	7,7	3,2	51,1	
MS	6,1	6,3	6,3	6,4	6,6	7,3	7,5	7,6	7,6	2,5	54,4	
DF	7,8	8,1	8,2	8,3	8,5	9,4	9,6	9,6	9,9	2,7	48,4	
COE	6,3	6,5	6,6	6,8	6,9	7,7	7,8	8,0	8,2	3,0	49,5	

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Notas: * Estimado pela equação $V_n = V_0(1 + r)^T$. Sendo V_n o valor em 2009; V_0 o valor em 2001 (2004, no caso dos estados da região Norte, com exceção de Tocantins); T é o tamanho da série e “ r ” é a TGC expressa em percentagem anual. **Calculado tendo 2004 como ano-base.

Tabela 16 – Evolução da Escolaridade Média em Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009 – (Anos)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BRA	6,6	6,8	6,9	7,1	7,6	8,0	8,1	8,2	8,3
AC	5,9	6,2	6,0	6,4	7,0	7,4	7,9	8,0	8,1
AP	7,3	6,6	6,8	7,0	7,8	8,2	8,1	8,6	8,4
AM	6,5	6,6	6,9	7,2	7,8	8,1	7,9	8,1	8,1
PA	5,8	6,0	6,0	6,2	6,7	7,0	7,1	7,3	7,4
RO	5,8	6,1	6,2	6,7	6,8	7,2	7,7	7,4	7,9
RR	5,8	6,2	6,8	7,0	7,3	7,7	8,2	8,4	8,5
TO	5,9	6,0	6,4	6,5	7,0	7,4	7,6	8,0	8,3
NOR	6,1	6,2	6,3	6,6	7,1	7,4	7,5	7,7	7,8
MA	5,3	5,4	5,7	6,0	6,3	6,6	6,9	7,0	7,2
PI	5,5	5,7	5,9	6,0	6,5	7,1	7,1	7,3	7,4
CE	5,5	5,8	5,9	6,1	6,6	6,9	7,1	7,3	7,4
RN	6,0	6,1	6,1	6,3	6,8	7,1	7,2	7,4	7,5
PB	5,2	5,4	5,6	5,7	6,2	6,6	6,7	6,9	7,0
PE	5,9	6,0	6,2	6,4	6,9	7,1	7,2	7,4	7,6
AL	4,9	5,1	5,4	5,5	5,9	6,4	6,5	6,7	6,8
SE	5,8	5,9	6,3	6,5	6,6	7,0	7,3	7,6	7,6
BA	6,1	6,3	6,5	6,6	6,9	7,2	7,3	7,5	7,6
NED	5,6	5,7	5,9	6,1	6,6	7,0	7,1	7,3	7,4
ES	6,7	6,9	7,0	7,3	7,9	8,1	8,2	8,2	8,4
MG	6,5	6,6	6,7	6,9	7,4	7,8	7,9	7,9	8,1
RJ	7,3	7,4	7,5	7,6	8,2	8,6	8,7	8,8	8,8
SP	7,3	7,4	7,6	7,7	8,3	8,6	8,7	8,8	9,0
SUD	7,1	7,2	7,3	7,5	8,1	8,4	8,5	8,6	8,7
PR	6,8	7,0	7,2	7,3	7,9	8,2	8,3	8,6	8,6
SC	7,1	7,2	7,4	7,5	8,3	8,5	8,6	8,8	9,0
RS	7,0	7,2	7,4	7,5	8,0	8,3	8,3	8,6	8,5
SUL	6,9	7,1	7,3	7,4	8,0	8,3	8,4	8,6	8,7
GO	6,2	6,3	6,6	6,7	6,8	7,6	7,8	7,9	8,0
MT	6,3	6,8	6,9	7,0	7,0	7,7	7,6	8,2	8,2
MS	6,4	6,6	6,6	6,6	6,8	7,6	7,8	7,9	7,9
DF	7,9	8,2	8,3	8,4	8,6	9,5	9,7	9,8	10,1
COE	6,4	6,9	7,0	7,1	7,2	8,0	8,2	8,3	8,5

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Tabela 17 – Evolução da Escolaridade Média em Áreas Rurais no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 – (Anos)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BRA	3,5	3,7	3,9	4,0	4,5	4,7	4,9	5,0	5,2
AC	ND	ND	ND	3,2	3,4	3,8	4,3	4,6	4,9
AP	ND	ND	ND	4,7	5,4	5,4	5,6	5,7	5,7
AM	ND	ND	ND	4,1	4,8	5,3	4,9	4,8	5,4
PA	ND	ND	ND	3,8	4,2	4,6	4,9	5,2	5,1
RO	ND	ND	ND	4,5	4,9	5,0	5,1	5,3	5,5
RR	ND	ND	ND	4,9	5,8	5,4	5,3	6,4	6,3
TO	3,4	4,0	4,0	4,1	4,3	4,9	5,1	5,0	5,2
NOR	ND	ND	ND	3,7	4,5	4,8	5,0	5,1	5,2
MA	2,9	2,9	3,0	3,2	3,5	3,8	4,3	4,4	4,3
PI	2,2	2,5	2,7	3,1	3,2	3,5	3,7	4,0	3,9
CE	2,9	3,3	3,4	3,5	3,9	4,4	4,5	4,5	4,7
RN	3,4	3,4	3,9	3,9	4,6	4,7	4,8	4,9	5,1
PB	2,6	2,8	3,1	3,1	3,6	3,9	3,9	4,1	4,4
PE	2,9	3,1	3,3	3,4	3,7	4,0	4,2	4,4	4,6
AL	2,5	2,5	2,8	2,9	3,3	3,5	3,9	3,9	4,2
SE	2,7	2,8	3,2	3,2	3,5	3,6	4,0	3,9	3,9
BA	2,5	2,8	2,9	3,1	3,7	4,0	4,1	4,2	4,3
NED	2,7	2,9	3,1	3,2	3,7	4,0	4,2	4,3	4,4
ES	4,1	4,2	4,3	4,5	5,0	5,0	5,1	5,3	5,4
MG	3,7	3,7	4,0	4,1	4,5	4,8	4,9	5,0	5,1
RJ	4,1	4,4	4,4	5,0	5,0	5,5	5,5	6,2	5,9
SP	5,0	5,3	5,5	5,7	6,2	6,3	6,5	6,9	7,0
SUD	4,0	4,2	4,4	4,5	5,2	5,4	5,5	5,8	5,9
PR	4,4	4,7	4,9	4,9	5,3	5,9	5,8	6,0	5,9
SC	4,7	5,0	5,2	5,1	5,9	5,8	6,1	6,3	6,2
RS	4,7	4,8	5,0	5,1	5,5	5,7	5,8	6,1	6,3
SUL	4,4	4,6	4,7	4,8	5,5	5,8	5,9	6,1	6,2
GO	4,1	4,2	4,3	4,2	4,6	5,4	5,0	5,4	5,7
MT	3,8	4,1	4,2	4,5	4,7	5,2	5,3	5,4	5,7
MS	4,3	4,6	4,6	4,9	5,1	5,5	5,5	5,8	5,8
DF	6,0	6,0	6,1	6,8	6,3	7,1	7,4	6,9	7,2
COE	3,6	3,7	4,4	4,6	4,9	5,5	5,4	5,6	5,9

Fontes: IBGE, 2001, 2009c.

Evolução do Passivo Econômico (Privação de renda) entre 2001 e 2009 no Brasil, Regiões e Estados

Antes de discutir a evolução do indicador passivo econômico, acreditamos ser conveniente mostrar primeiro como evoluiu o salário mínimo no Brasil, tanto de forma nominal como em valores de 2010, corrigidos pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas. Os resultados estão mostrados na Tabela 18 e no Gráfico 2.

As evidências apresentadas na Tabela 18 e no Gráfico 1 indicam que houve uma elevação expressiva do salário mínimo corrigido pelo IGP entre os anos de 2000 e 2010, o que sugere valores crescendo acima da inflação aferida, naquele período, por esse índice. A elevação real do salário mínimo deve ter impactado o indicador passivo econômico, à medida que a expressão dos valores recebidos por aqueles posicionados na faixa de zero a dois salários mínimos, de fato, aumentou em termos de poder aquisitivo.

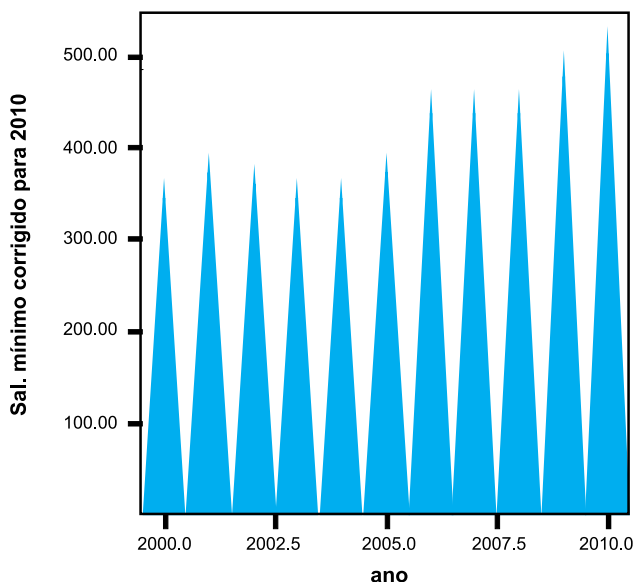


Gráfico 2 – Evolução do Salário Mínimo no Brasil, entre 2000 e 2010 Corrigido pelo IGP-DI

Fonte: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2010.

Tabela 18 – Evolução do Salário Mínimo Nominal e em Valores Corrigidos para 2010, no Período de 2000 e 2010

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Salário Mínimo Nominal (R\$)	151,00	180,00	200,00	240,00	260,00	300,00	350,00	380,00	415,00	465,00	510,00
Salário Mínimo Em valor de 2010 (R\$)	341.24	368.55	360.82	352.79	350.74	380.18	436.03	450.50	442.34	482.07	510.00

Fonte: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2010.

Assim, deve-se creditar parte do incremento da população naquela faixa de renda a esta elevação real do salário mínimo. Contudo, também não se pode perder de vista que, a partir de 2003, o governo federal tornou mais abrangente o programa de transferência de rendas. Isto também suscitou uma “migração” de populações em faixas de renda ligeiramente superiores a dois salários mínimos domiciliares para aquele grupo identificado no estudo como estando em passivo econômico.

Este fato deve ser levado em consideração à medida que, de fato, o “Programa Bolsa Família” ainda não encontre instrumentos que façam com que as famílias que dele fazem parte possam ter autonomia financeira fora do programa. O programa tem uma enorme porta que se ampliou nos últimos anos, sobretudo naquele que antecedeu as eleições gerais de 2010. Mas a porta de saída praticamente inexistente. Assim, acreditamos que não cometeríamos um grande equívoco se admitíssemos que parte expressiva da população pilhada no estudo em estado de passivo econômico é constituída da clientela do programa de transferência de rendas do governo federal.

Na Tabela 19, apresentam-se as evoluções dos passivos de renda no Brasil, regiões e estados entre os anos de 2001 e 2009. Avaliando estes resultados mostrados na Tabela 19, constata-se que o indicador passivo econômico no Brasil, em vez de regredir, como seria desejável, avançou 4,2%, passando de 31,9% em 2001 para 36,1% em 2009. Na região Norte, expandiu-se 4,8%; no Sudeste, a expansão foi 4,4%; no Nordeste, 3,2%; Centro-Oeste (com 0,6% de expansão) e Sul (com 1,5%) foram as duas regiões que experimentaram a menor expansão do passivo econômico entre os anos de 2001 e 2009 (Tabela 19).

No Nordeste e no Norte, estão os maiores percentuais de população sobrevivendo em domicílios com renda que varia de zero a, no máximo, dois salários mínimos (com passivo econômico, portanto). No Nordeste, o percentual é de 55,8%, ao passo que no Norte é de 45,1%. Alagoas, detendo 65,4% da sua população sobrevivendo sob a condição de passivo econômico, é o estado recordista em 2009 neste indicador (Tabela 19).

Sudeste e Sul, por outro lado, detêm os menores percentuais das populações em passivo econômico. Vale destacar que isso aconteceu ao longo de toda a série estudada. A diferença básica entre essas duas regiões é que o Sudeste começa a série com valores baixos, mas que incrementaram esses valores no fim da série. Ao contrário, no Sul, os

percentuais sempre estiveram muito baixos, por isso, também, a baixa taxa de expansão (1,5% entre 2001 e 2009). Santa Catarina detém o menor percentual (18,8%) da população sobrevivendo em passivo econômico (Tabela 19).

Vale deixar registrado que, apenas no Acre, Roraima, Tocantins e Espírito Santo, se observaram taxas negativas deste indicador. Em contrapartida, os estados do Pará, Pernambuco e Alagoas evidenciaram as maiores taxas de expansão de passivo econômico entre 2001 e 2009 (Tabela 19).

Desdobrando estes resultados para as áreas urbanas e brasileiras, constata-se que, em 2009, o Brasil tinha 32,2% da sua população urbana em passivo econômico e 58,3% da sua população rural sobrevivendo sob esta condição. As áreas urbanas das regiões Sul e Sudeste, com, respectivamente, 23,6% e 25,4% das populações urbanas em passivo econômico, são aquelas em melhores condições. O Nordeste urbano tem o maior percentual da população brasileira sobrevivendo em passivo econômico em 2009 (50,3%).

Distrito Federal (21,2%) e São Paulo (21,4%) tiveram os menores percentuais de população urbana sobrevivendo sob passivo econômico em 2009. Alagoas, com 58,6% da sua população urbana sobrevivendo, em 2009, em passivo econômico, é o estado brasileiro em pior situação neste indicador (Tabelas 20 e 21).

Antes de prosseguir na discussão acerca do passivo econômico para as áreas rurais brasileiras, é bom fazer um alerta interessante. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a força de trabalho ocupada na agricultura no Brasil, naquele ano, era de 16,57 milhões de pessoas. Desse total, 12,32 milhões eram classificados como “Agricultores Familiares”.

Segundo o IBGE, algo como 74,4% das atividades nas áreas rurais brasileiras provêm das Unidades Agrícolas Familiares (UAFs). Nesse segmento de agricultura, geram-se duas formas de renda: a renda monetária, que provém da produção e venda dos bens e serviços do setor; e de outras rendas, como transferências sob a forma de Bolsa Família, aposentadoria e pensões. Nas regiões mais pobres (Nordeste e Norte), a participação na renda advinda da venda de produtos ainda é muito incipiente, por uma série de razões que podem ser sintetizadas na falta de desenvolvimento rural para aquelas duas regiões, principalmente.

Tabela 19 – Evolução da Privação de Renda no Brasil, Regiões e Estados e Respectivas Variações entre 2001 e 2009 – Passivo Econômico (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2001/09* (%)
BRA	31,9	32,5	32,1	33,3	35,6	36,0	36,5	35,0	36,1	4,2
AC	ND	ND	ND	45,5	49,3	45,7	44,8	44,0	43,6	-1,9*
AP	ND	ND	ND	34,1	30,9	31,9	34,3	38,3	40,3	6,2*
AM	ND	ND	ND	37,3	39,9	40,8	42,3	36,3	41,1	3,8*
PA	ND	ND	ND	40,9	45,7	45,2	46,5	43,7	49,4	8,5*
RO	ND	ND	ND	36,5	45,2	44,0	43,4	41,8	38,6	2,1*
RR	ND	ND	ND	51,0	43,6	38,2	44,7	39,6	43,3	-7,7*
TO	45,0	48,8	45,6	45,8	46,1	47,2	48,8	44,4	43,2	-1,8
NOR	ND	ND	ND	40,3	44,0	43,6	44,9	41,8	45,1	4,8*
MA	54,7	54,4	58,2	56,8	58,0	59,7	57,9	55,0	55,2	0,5
PI	53,4	56,7	55,8	56,4	59,0	58,7	57,2	54,2	55,7	2,3
CE	53,2	51,0	53,1	54,8	56,9	56,1	57,1	54,4	54,6	1,4
RN	49,2	48,4	51,2	51,5	52,7	51,7	49,7	48,1	51,4	2,2
PB	56,8	50,1	55,3	53,6	52,4	56,0	56,3	55,7	57,3	0,5
PE	48,6	51,4	51,3	54,3	54,6	56,8	57,4	55,4	56,9	8,3
AL	57,3	62,1	62,8	61,3	63,1	63,2	60,6	64,8	65,4	8,1
SE	48,8	47,7	42,6	45,8	51,4	55,5	51,2	50,8	53,3	4,5
BA	52,9	53,0	53,4	52,8	55,2	55,4	56,7	54,9	55,0	2,1
NED	52,6	52,7	54,0	54,2	55,9	56,7	56,6	55,0	55,8	3,2
ES	36,8	33,6	34,2	32,3	34,8	34,9	33,4	32,4	35,8	-1,0
MG	33,3	34,6	33,6	33,6	35,4	35,0	35,7	33,9	34,4	1,1
RJ	20,8	21,9	20,4	23,1	27,3	28,2	29,8	27,1	28,3	7,5
SP	17,3	18,3	17,2	19,7	21,3	21,7	21,9	20,8	22,4	5,1
SUD	22,7	23,6	22,4	24,3	26,5	26,7	27,4	25,8	27,1	4,4
PR	27,9	26,7	26,8	26,2	29,6	30,2	28,2	28,1	28,4	0,5
SC	17,6	17,7	14,8	16,3	18,0	18,9	18,9	20,0	18,8	1,2
RS	24,3	26,0	24,0	24,5	26,6	28,2	28,6	26,6	26,8	2,5
SUL	24,2	24,5	23,1	23,4	25,9	27,0	26,4	25,7	25,7	1,5
GO	33,7	34,2	36,2	33,4	38,8	35,6	36,1	35,1	35,7	2,0
MT	31,6	31,6	30,7	31,1	35,0	36,8	39,8	33,6	35,0	3,4
MS	32,6	33,0	34,2	31,5	34,7	37,6	35,2	34,2	34,0	1,4
DF	20,1	20,8	22,4	24,2	23,3	22,0	21,2	21,6	22,3	2,2
COE	32,2	31,3	32,3	31,0	34,6	34,3	34,1	32,2	32,8	0,6

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Mas há também uma renda que “não entra, mas também não sai” nas UAFs, que é a “Renda não-monetária”. Essa renda é computada a partir dos itens que são produzidos no empreendimento agrícola familiar e que são consumidos sob a forma de alimentos ou de matérias-primas pelas próprias famílias. Essa parte da renda é computada relacionando-se tudo o que foi produzido e destinado para o autoconsumo da família na UAF. Esses itens produzidos e consumidos pelas famílias rurais devem ser remunerados aos preços de mercado (este seria o preço que a família pagaria se não os produzisse, para que a renda não-monetária seja computada. Essa renda não está contabilizada no levantamento das PNADs nem do Censo Demográfico do IBGE. A renda que é computada é apenas a “monetária”. Por essa razão, as rendas das áreas rurais estão subestimadas em todos os estados e regiões brasileiras e, por consequência, no Brasil. Isso, contudo, não invalida as análises que serão feitas a seguir, tendo em vista que é a partir da renda monetária que as famílias podem ter acesso aos bens e serviços que não conseguem produzir nas suas áreas, bem como ter direito a lazer, dentre outros bens.

Vale ressaltar que a renda não-monetária é importante agente a segurar o êxodo rural. As famílias rurais somente emigrarão quando não mais puderem produzir sequer a autossuficiência alimentar. Assim, os percentuais mostrados na Tabela 21 devem ser reconsiderados (embora não possam ser redimensionados) tendo esses esclarecimentos em mente.

Os percentuais, em todos os estados, de população rural sobrevivendo sob passivo econômico são menores. No Nordeste e Norte, onde se pratica, no geral, uma agricultura menos tecnificada e com menos participação nos mercados, os valores apresentados na Tabela 21 estão mais superavaliados do que nas outras regiões brasileiras.

As evidências mostradas na Tabela 21 sugerem que as dificuldades econômicas são generalizadas nas áreas rurais do Nordeste e do Norte. Todos os estados dessas duas regiões apresentam elevados percentuais das suas populações rurais sobrevivendo em passivo econômico (Tabela 21).

Também nas áreas rurais do Nordeste brasileiro, encontram-se os maiores percentuais de população sobrevivendo em passivo econômico. A estimativa para 2009 era que 71,8% da população rural dessa região sobrevivia sob aquelas condições. Alagoas também é recordista neste indicador, tendo 81,2% da sua população rural sobrevivendo com passivo econômico em 2009 (Tabela 21).

Tabela 20 – Evolução da Privação de Renda em Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 – Passivo Econômico Urbano (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BRA	27,6	28,4	28,2	29,3	31,5	31,9	32,3	30,9	32,2
AC	32,2	33,8	38,4	39,8	41,7	39,5	36,8	38,8	38,9
AP	33,8	27,4	33,7	32,8	30,1	31,3	33,7	37,5	39,9
AM	21,2	36,0	34,8	32,8	33,2	34,4	36,5	32,9	36,3
PA	36,8	37,7	35,7	37,1	42,2	42,5	43,3	40,3	46,1
RO	32,3	45,2	34,4	32,5	39,7	37,8	35,8	36,0	34,2
RR	29,6	33,3	33,6	45,2	42,1	34,9	39,5	34,6	39,8
TO	36,5	41,9	38,5	38,5	40,4	42,5	42,0	36,1	36,5
NOR	34,3	36,9	35,5	36,0	39,2	39,3	40,1	37,1	41,1
MA	48,1	49,7	51,9	51,5	53,7	51,5	51,4	48,6	48,4
PI	43,4	46,4	46,9	47,5	49,0	47,7	47,4	44,9	46,5
CE	47,8	46,3	48,9	50,0	53,0	51,7	53,1	50,1	50,8
RN	43,4	43,1	45,2	46,5	46,5	46,6	43,3	42,5	46,1
PB	52,7	46,1	50,4	50,1	48,9	52,8	52,9	51,6	53,3
PE	43,0	46,2	46,3	49,8	50,2	52,0	53,3	50,7	53,2
AL	50,3	55,8	56,3	53,4	55,3	54,6	54,1	57,2	58,6
SE	44,4	42,6	37,7	40,8	47,0	51,7	46,2	46,2	48,1
BA	45,7	45,3	47,4	46,3	48,2	48,4	49,6	48,2	48,2
NED	46,3	46,5	48,3	48,6	50,2	50,6	50,9	49,2	50,3
ES	32,8	29,8	32,0	29,2	31,2	31,9	30,6	29,3	32,3
MG	28,9	30,8	30,3	30,3	31,8	31,7	32,4	30,2	31,1
RJ	20,1	21,3	19,7	22,7	26,7	27,6	29,2	26,4	27,6
SP	16,4	17,3	16,1	18,8	20,5	20,7	20,9	20,0	21,4
SUD	20,6	21,6	20,6	22,5	20,5	25,1	25,7	24,0	25,4
PR	24,2	23,3	24,1	23,3	26,9	27,2	25,2	25,3	25,9
SC	14,6	15,6	14,3	15,2	16,4	17,1	17,0	18,1	17,3
RS	20,7	22,8	21,8	22,3	24,4	25,4	25,8	23,9	24,6
SUL	20,7	21,5	21,1	21,2	23,6	24,3	23,7	23,2	23,5
GO	30,9	31,4	33,3	31,1	36,9	35,3	33,3	32,8	33,8
MT	25,7	25,7	26,4	26,2	29,6	32,7	35,3	29,1	31,1
MS	30,3	30,1	31,0	29,4	32,6	32,3	32,4	31,7	31,8
DF	19,5	20,3	21,7	23,1	22,3	20,6	20,1	20,6	21,2
COE	27,7	28,2	29,4	28,4	32,0	31,5	30,9	29,6	30,5

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Tabela 21 – Evolução da Privação de Renda em Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 – Passivo Econômico Rural (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BRA	57,0	57,0	55,3	55,2	57,8	59,1	59,6	57,9	58,3
AC	ND	ND	ND	60,0	68,8	60,5	76,3	66,9	56,5
AP	ND	ND	ND	48,8	41,2	40,0	54,7	56,8	62,9
AM	ND	ND	ND	53,4	62,8	63,2	70,6	53,8	59,5
PA	ND	ND	ND	51,8	56,6	53,8	56,3	54,5	50,7
RO	ND	ND	ND	45,2	57,3	58,4	62,6	56,9	60,9
RR	ND	ND	ND	73,8	50,3	52,6	69,2	63,6	63,4
TO	66,3	68,1	64,7	65,4	61,2	61,7	68,0	69,0	64,7
NOR	ND	ND	ND	53,4	58,8	57,4	61,7	50,4	59,5
MA	68,2	66,2	72,4	69,3	70,1	77,6	72,9	71,0	71,8
PI	71,4	74,8	70,9	72,5	76,7	77,2	73,7	70,5	71,6
CE	70,1	56,7	67,6	72,5	70,4	72,2	71,8	70,1	69,2
RN	66,4	65,3	69,0	66,3	70,1	66,1	68,1	63,9	66,5
PB	71,1	64,0	73,1	66,4	66,0	68,6	69,6	72,0	72,6
PE	67,4	69,6	68,2	70,0	70,5	74,6	72,3	72,8	71,4
AL	72,9	75,7	77,7	78,5	80,0	83,3	76,6	81,9	81,2
SE	67,8	69,4	65,4	69,9	71,9	73,7	75,4	74,3	78,7
BA	68,6	69,6	66,6	67,6	70,7	71,3	73,0	70,7	71,4
NED	69,1	52,1	69,3	69,8	71,4	73,5	72,6	71,4	71,8
ES	54,7	57,0	44,3	47,5	54,2	52,4	46,9	47,8	54,0
MG	56,8	41,6	53,1	53,7	56,5	52,0	55,7	57,7	54,8
RJ	42,6	37,1	44,3	39,8	47,6	49,7	45,6	46,7	49,2
SP	33,2	45,4	37,0	36,8	35,8	39,7	39,9	34,5	39,8
SUD	47,2	27,0	45,7	45,8	48,1	47,6	48,3	47,3	48,7
PR	46,1	45,4	41,9	42,0	44,5	47,6	46,1	44,9	43,8
SC	31,0	27,0	17,3	21,6	26,4	28,4	28,7	29,8	25,9
RS	40,7	39,8	33,8	34,6	37,0	41,6	41,5	38,7	37,4
SUL	40,5	38,9	33,1	34,3	37,4	40,6	40,2	38,8	36,9
GO	52,8	54,0	56,3	49,0	51,7	53,8	58,2	52,9	50,4
MT	51,8	51,9	44,6	47,3	52,3	50,3	52,9	50,8	51,6
MS	46,6	51,7	52,7	44,3	47,0	55,3	53,0	49,0	47,0
DF	33,9	32,0	37,2	44,7	41,1	42,1	40,3	37,8	41,1
COE	50,3	51,7	50,4	47,3	50,4	51,5	53,9	50,3	49,4

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Evolução do Passivo Ambiental no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009

O passivo ambiental é constituído dos seguintes subindicadores: Privagua (percentual das populações sobrevivendo em domicílios sem acesso a água encanada); Privsane (percentual das populações sobrevivendo em domicílios sem acesso a esgoto sanitário ou, ao menos, a fossa séptica); e Privlixo (percentagem da população que sobrevive em domicílios que não têm acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente). Os dois primeiros subindicadores têm ponderação de 35%, ao passo que o passivo de coleta de lixo tem peso de 30% na composição do indicador passivo ambiental.

A seguir, apresentaremos a evolução destes três subindicadores no Brasil, regiões e estados no lapso de tempo compreendido entre os anos de 2001 e 2009.

Evolução da Privação de Acesso à Água Encanada (PRIVAGUA) entre 2001 e 2009 com Projeções para 2010

Os resultados obtidos para a evolução da privação de acesso a água encanada estão apresentados na Tabela 22. Nas Tabelas 23 e 24 respectivamente, se apresentam as privações de acesso a água encanada nas áreas urbanas e rurais do Brasil, regiões e estados.

Através das evidências mostradas na (Tabela 22) depreende-se que o Brasil reduziu a privação do acesso a este importante serviço em apenas 3,3% entre 2001 e 2009. Uma redução bastante modesta, considerando-se o crescimento populacional, no período, bem maior do que este percentual e o fato de que ainda era elevado o percentual da população brasileira que não tinha acesso a este importante fator de incremento de qualidade de vida em 2001. Naquele ano, o percentual de brasileiros privados de acesso a água encanada ascendia a 18,9%. Em 2009, o Brasil ainda tinha um população de 15,6% vivendo em domicílios sem acesso a água encanada (Tabela 22).

A região Norte, que se caracteriza por deter as maiores bacias hidrográficas do Brasil e do mundo, ainda tinha 41,4% da sua população vivendo em domicílios sem acesso a água encanada em 2009. Entre 2004 e 2009, houve uma regressão em apenas 3,5% da população do Norte sem acesso a água encanada (Tabela 22).

No Nordeste, onde se manifestam grandes carências também em relação a este indicador, observou-se um esforço em todos os estados da região em reduzir o percentual das populações privadas de água encanada. Com efeito, entre 2001 e 2009, a população morando sem água encanada no Nordeste regrediu de 38,0% em 2001 para 22,0% em 2009. Uma redução, portanto, de 16,0% no período (Tabela 22).

No Sudeste, registram-se as menores carências no acesso a água encanada. Apenas 7,7% da população da região sobrevive em domicílios sem acesso a água encanada. São Paulo é o estado brasileiro que tem o menor percentual de sua população privada deste fundamental insumo de desenvolvimento. O Distrito Federal vem em segundo lugar, com menor carência de água encanada em 2009 (Tabela 22).

Rondônia e Pará são os dois estados que apresentam as maiores carências da população acessando água encanada em 2009. Em Rondônia, a população carente do serviço atinge 60,2%. No Pará, a carência ao acesso a água encanada atinge 49,0% da população naquele ano (Tabela 22).

As áreas urbanas do Norte apresentam os maiores percentuais de famílias sobrevivendo em domicílios privados do acesso a água encanada (31,4%) em 2009. Na região Sudeste, registrou-se o menor percentual de população vivendo em domicílios privados de água encanada em 2009 (2,9%). São Paulo, com 0,7%, e Espírito Santo, com 0,9% de privações, são os dois estados brasileiros em melhor situação nas áreas urbanas, no que se refere à privação deste importante insumo do desenvolvimento (Tabela 23).

Nos estados de Rondônia, com 49,7% de privações, e naquelas do Pará, com 40,9% de privações, estão as populações urbanas mais carentes de acesso a água encanada. A região Centro-Oeste, com 8,0% da sua população privada de água encanada, e o Nordeste, com 7,7% da sua população vivendo em domicílios sem acesso a água encanada, são, na sequência, depois do Norte, as regiões com maiores carências deste serviço em 2009 (Tabela 23).

Tabela 22 – Evolução e Taxa de Variação da Privação de Acesso a Água Encanada no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009 – PRIVAGUA Geral (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2001/09
BRA	18,9	20,9	17,5	17,9	17,7	16,8	16,9	16,2	15,6	-3,3
AC	ND	ND	ND	52,3	52,0	52,5	43,7	43,2	43,6	-8,7
AP	ND	ND	ND	33,1	34,6	30,6	35,4	25,0	32,2	-0,9
AM	ND	ND	ND	31,8	34,5	31,5	32,4	28,9	28,1	-3,7
PA	ND	ND	ND	51,8	52,7	51,8	51,8	50,9	49,0	-2,8
RO	ND	ND	ND	64,6	64,0	61,5	59,4	57,7	60,2	-4,4
RR	ND	ND	ND	17,2	14,8	17,7	16,0	14,5	15,3	-1,9
TO	43,3	37,8	23,9	24,2	23,1	21,6	22,2	21,1	20,3	-23,0
NOR	ND	ND	ND	44,9	45,4	43,9	43,9	42,1	41,4	-3,5
MA	55,3	50,8	42,6	41,0	38,7	39,9	35,9	30,3	32,5	-22,8
PI	50,6	50,8	37,3	33,9	32,9	29,5	34,9	30,8	26,0	-24,6
CE	38,3	36,1	27,1	25,9	26,0	24,8	21,4	19,4	18,2	-20,1
RN	25,0	24,0	14,7	15,0	12,2	11,3	12,1	12,2	11,6	-13,4
PB	31,9	29,5	22,0	21,7	21,8	19,3	21,5	22,4	20,8	-11,1
PE	32,3	30,9	26,2	25,2	24,9	23,5	24,2	23,0	22,5	-9,8
AL	43,5	45,4	40,1	37,6	35,9	37,4	29,4	26,3	32,9	-10,6
SE	18,7	17,1	14,0	12,6	12,0	10,9	10,6	11,6	13,0	-5,7
BA	38,0	35,0	25,7	25,4	24,9	23,1	23,6	20,5	20,4	-17,6
NED	38,0	36,0	27,9	27,0	26,1	24,9	24,3	22,1	22,0	-16,0
ES	20,6	18,7	18,0	16,9	15,7	12,9	17,1	17,9	16,1	-4,5
MG	18,1	16,3	14,3	13,5	13,4	16,9	13,6	12,5	12,1	-6,0
RJ	14,2	14,1	13,1	13,0	13,2	11,3	13,4	13,1	11,9	-2,3
SP	5,0	4,7	4,0	3,7	3,8	3,6	3,5	3,5	3,1	-1,9
SUD	10,7	10,0	9,0	8,6	8,5	8,0	8,6	8,3	7,7	-3,0
PR	17,1	14,9	14,0	13,8	14,0	11,8	12,8	13,6	11,9	-5,2
SC	25,0	23,5	22,8	23,2	20,9	20,3	20,8	21,1	20,5	-4,5
RS	18,5	17,3	16,4	14,8	15,4	15,6	14,8	15,7	14,3	-4,2
SUL	19,3	17,7	16,8	16,2	16,0	15,2	15,3	16,0	14,7	-4,6
GO	28,8	27,7	24,2	21,0	23,0	14,8	18,4	19,3	18,1	-10,7
MT	43,2	42,6	36,0	36,2	33,5	34,5	33,2	30,7	26,0	-17,2
MS	22,6	20,6	18,7	17,8	18,0	20,5	18,2	17,3	15,6	-7,0
DF	12,3	10,6	8,6	6,9	9,0	9,3	6,5	5,2	4,6	-7,7
COE	27,9	25,8	22,9	21,3	21,8	20,5	19,4	18,9	17,0	-10,9

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Tabela 23 – Evolução da Privação de Acesso a Água Encanada em Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009 – PRIVAGUA Urbano (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BRA	8,5	10,7	8,0	7,6	7,6	6,8	7,1	7,0	6,5
AC	29,0	59,3	37,0	38,0	38,7	40,3	33,9	34,2	35,6
AP	29,0	37,4	36,5	30,4	32,4	26,1	34,4	23,9	31,3
AM	54,6	31,3	9,5	18,3	18,7	14,0	20,6	20,0	18,0
PA	59,5	53,7	43,1	42,1	43,5	42,6	42,2	41,9	40,5
RO	59,5	55,7	52,7	51,8	52,0	48,2	48,2	46,1	49,7
RR	13,3	4,9	1,8	4,0	1,6	3,6	3,0	3,0	1,7
TO	24,4	19,8	7,5	6,7	6,4	6,0	6,5	4,5	4,3
NOR	45,9	43,6	34,0	32,9	33,4	31,4	33,0	35,4	31,4
MA	38,2	31,9	23,5	22,6	18,3	18,2	18,7	14,8	16,5
PI	23,7	25,3	11,8	10,2	9,8	6,2	9,4	7,1	7,2
CE	21,3	19,9	13,2	12,2	12,1	11,5	9,8	8,5	8,1
RN	10,9	11,8	5,8	5,6	2,5	3,2	3,6	4,4	3,0
PB	14,0	11,7	5,7	4,7	5,3	3,1	5,4	6,4	3,2
PE	15,9	14,9	10,7	9,7	10,5	9,2	9,5	8,9	9,2
AL	22,6	26,4	24,3	20,6	22,8	22,7	14,2	11,1	18,4
SE	9,6	6,7	6,5	5,2	4,3	5,1	4,6	4,3	5,0
BA	16,6	13,3	6,0	5,4	5,4	4,6	4,1	4,2	3,7
NED	19,2	17,5	11,1	10,1	9,7	8,8	8,4	7,5	7,7
ES	4,6	3,4	2,0	2,0	1,4	1,5	2,0	2,8	0,9
MG	4,4	4,0	2,0	1,7	1,9	1,7	2,0	1,6	1,5
RJ	12,1	12,0	11,1	11,1	11,1	9,4	11,3	11,1	9,9
SP	1,8	1,7	1,3	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,7
SUD	4,7	4,6	3,6	3,4	1,0	3,0	3,5	3,4	2,9
PR	4,0	2,9	2,4	2,7	2,7	1,8	2,4	3,5	2,0
SC	10,4	9,5	9,2	9,2	8,2	7,2	7,6	7,9	7,7
RS	7,4	6,2	6,3	5,5	6,3	6,4	5,6	6,0	5,6
SUL	6,8	5,7	5,4	5,2	5,4	4,9	4,8	,8	4,7
GO	20,9	19,8	15,6	12,7	14,7	12,0	10,6	11,8	10,3
MT	26,7	25,3	17,4	17,4	14,1	14,9	12,3	13,9	9,8
MS	12,4	10,7	8,4	7,4	7,2	4,4	8,4	7,2	6,9
DF	9,3	7,6	5,6	4,9	6,1	6,4	4,0	2,7	1,9
COE	18,3	16,3	12,7	11,2	11,6	10,2	9,2	9,7	8,0

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Quando adentramos nas áreas rurais brasileiras, depreende-se que falta muito no que se refere ao acesso a água encanada. De um percentual de 78,6% da população rural que era privada deste serviço em 2001, chegamos, em 2009, com 67,2% da população rural brasileira ainda sobrevivendo em domicílios sem acesso a água encanada (Tabela 24).

A situação mais difícil está no Norte. Naquela região, em 2004, algo como 80,9% da população sobrevivia em domicílios sem acesso a água encanada. Em 2009, o percentual havia regredido, mas ainda permanecia na elevada cifra de 76,6%. Rondônia e Roraima são os estados brasileiros com os piores percentuais de populações rurais sobrevivendo em domicílios privados de água encanada nas áreas rurais, em 2009. Em Rondônia, o percentual da população vivendo em domicílios rurais privados de água encanada, em 2009, era de 89,0%. Em Roraima, o percentual era de 83,9% (Tabela 24).

O estado brasileiro onde se encontrou o menor percentual da população sobrevivendo em domicílios rurais privados de água encanada foi São Paulo. Naquele estado, o percentual era de 45,8% no último ano da série analisada (Tabela 24).

Tabela 24 – Evolução da Privação de Acesso a Água Encanada em Áreas Rurais no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009 – PRIVAGUA Rural (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BRA	78,6	81,6	74,4	74,4	73,1	72,4	71,9	68,6	67,2
AC	ND	ND	ND	88,1	86,5	86,1	82,3	82,8	79,4
AP	ND	ND	ND	65,3	65,4	68,0	68,3	73,4	71,1
AM	ND	ND	ND	80,1	88,6	92,9	90,0	74,0	73,9
PA	ND	ND	ND	80,1	80,6	81,8	80,6	78,4	75,5
RO	ND	ND	ND	92,0	90,6	90,5	87,7	88,5	89,0
RR	ND	ND	ND	69,0	73,8	79,0	76,6	68,7	83,9
TO	90,6	88,3	68,2	70,4	67,5	66,0	66,4	69,9	68,4
NOR	ND	ND	ND	80,9	82,3	84,0	81,4	80,8	76,6
MA	90,3	91,5	85,3	83,4	82,3	88,1	75,5	68,9	70,9
PI	98,5	95,4	81,1	76,8	73,5	68,7	77,6	72,0	58,2
CE	91,2	91,6	75,3	75,7	73,9	72,4	63,5	59,3	56,4
RN	66,9	63,1	40,9	42,8	39,6	34,9	36,5	34,1	35,6

continua

Tabela 24 – Evolução da Privação de Acesso a Água Encanada em Áreas Rurais no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009 – PRIVAGUA Rural (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PB	94,3	90,3	82,0	83,9	85,9	81,3	84,7	86,2	87,3
PE	87,5	86,6	79,0	79,9	77,6	77,8	77,7	75,2	73,6
AL	89,3	87,0	76,5	74,7	64,4	71,7	66,5	60,4	66,3
SE	57,4	61,6	48,4	48,2	48,3	38,4	39,4	48,6	51,3
BA	84,6	82,2	68,7	17,3	68,3	65,6	68,3	59,4	60,7
NED	86,8	92,9	73,2	73,6	71,0	69,9	68,9	63,5	63,1
ES	93,5	88,9	92,9	92,2	92,8	81,2	91,3	91,6	90,8
MG	91,4	79,5	87,6	83,8	80,7	92,1	84,0	81,0	79,6
RJ	80,6	57,0	76,3	77,2	78,3	75,5	76,4	73,0	69,5
SP	60,5	79,9	53,3	52,4	53,6	51,7	49,2	48,9	45,8
SUD	80,0	87,7	74,8	72,7	71,8	71,2	71,6	69,6	67,5
PR	82,0	65,3	78,7	76,0	76,1	69,5	74,5	72,6	72,5
SC	91,5	84,7	89,1	90,1	86,5	85,9	87,5	87,8	84,5
RS	68,3	99,8	60,7	57,1	57,4	58,6	57,1	59,6	54,9
SUL	78,1	85,2	72,7	70,6	69,9	68,3	69,6	70,1	67,4
GO	83,3	76,6	83,9	79,1	79,7	81,6	80,2	79,0	78,4
MT	99,8	85,5	95,8	98,2	95,8	97,5	95,3	95,5	96,2
MS	88,5	76,9	79,5	81,1	81,5	79,0	79,4	77,8	70,6
DF	79,8	75,1	70,0	40,3	62,5	57,9	51,7	48,9	50,3
COE	89,9	89,1	86,4	84,1	84,5	85,2	84,1	82,3	80,5

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Evolução no Brasil, Regiões e Estados da Privação de Acesso a Destino Adequado para os Dejetos Humanos (PRIVSANE) entre 2001 e 2009

O acesso a saneamento continua sendo um dos grandes gargalos para o desenvolvimento do Brasil. Como já havia denunciado o Relatório de Desenvolvimento Humano, de 2006, este serviço é essencial para o incremento da qualidade de vida e, por consequência, elevar a esperança de vida ao nascer.

A situação brasileira, neste particular, é ainda muito difícil. O pior é que não se percebem iniciativas contundentes, por parte de quem toma decisões políticas, em melhorar o quadro. Com efeito, em 2009, segundo a PNAD, havia 58.577.357 domicílios no Brasil, dos quais apenas 30.771.241 ou 52,5% tinham acesso a rede coletora de esgoto. Apenas 11.580.686 domicílios (20%) tinham nas fossas sépticas o destino dos dejetos humanos. Observa-se também, neste indicador (Priv sane), que há uma grande assimetria entre os estados e regiões brasileiras, como se depreende das evidências mostradas na Tabela 25.

Através dos resultados apresentados na Tabela 25, observa-se que o Brasil saiu de um percentual de 33,3% da sua população vivendo em domicílios com acesso a esgoto sanitário ou fossa séptica em 2001 para 27,7% em 2009. Uma redução de apenas 5,6% naqueles nove anos analisados.

Confirmando a assimetria também no acesso a este importante indicador de qualidade de vida, dos resultados mostrados na Tabela 25, depreende-se que o Centro-Oeste, Nordeste e o Norte são as regiões com as maiores carências. O Sudeste apresenta a melhor performance em todos os anos em que se desenvolve este estudo. A região Sul, embora numa situação aquém da do Sudeste, também apresenta resultados bem mais favoráveis neste indicador do que as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

A surpresa desagradável é o fato de a região Centro-Oeste liderar neste indicador. A região que apresentou o maior dinamismo em termos de crescimento do produto agregado, sobretudo o produto agrícola, principalmente, através das grandes áreas com soja, tem o maior percentual da população sobrevivendo em domicílios privados de local adequado para destinar os dejetos humanos. Isto sugere que o mero crescimento do produto não implicará, necessariamente, em melhorias na qualidade de vida. Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, dois estados com grande dinamismo no agronegócio, têm taxas de exclusão de saneamento, respectivamente, de 75,9% e 70,2% em 2009. A dinâmica da produção de riqueza nesses dois importantes estados brasileiros não se traduziu numa dinâmica de qualidade de vida das suas populações, sobretudo nas áreas rurais (Tabela 25 e Tabela 27).

Tabela 25 – Evolução e Taxa de Variação da Privação de Acesso a Saneamento no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009 – PRIVSANE Geral (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Varição 2001/09 (%)
BRA	33,3	31,9	31,1	31,2	30,3	29,4	26,7	27,0	27,7	-5,6
AC	ND	ND	ND	55,8	55,8	55,6	40,5	44,8	44,9	-10,9
AP	ND	ND	ND	83,5	79,6	72,9	64,5	62,5	40,4	-43,1
AM	ND	ND	ND	40,8	44,9	38,8	26,6	38,7	41,6	0,8
PA	ND	ND	ND	43,8	42,3	43,0	43,8	38,0	75,8	32,0
RO	ND	ND	ND	64,0	51,7	53,4	71,6	75,7	73,3	9,3
RR	ND	ND	ND	22,3	25,0	27,5	22,0	14,0	9,1	-13,2
TO	86,6	79,4	83,3	71,1	76,3	78,5	70,0	67,9	71,7	0,6
NOR	ND	ND	ND	49,5	47,3	48,0	45,1	40,2	44,9	-4,6
MA	62,6	60,0	56,7	52,0	50,5	47,0	47,4	39,0	47,7	-14,9
PI	55,2	58,4	54,7	48,6	46,7	36,2	40,5	40,5	50,9	-4,3
CE	63,2	59,1	57,2	61,1	59,2	57,5	50,2	48,2	56,4	-6,8
RN	41,8	56,8	47,6	47,3	44,1	54,1	43,2	51,9	59,7	17,9
PB	53,6	50,9	56,9	45,5	47,7	50,5	43,4	42,2	46,2	-7,4
PE	59,1	64,0	59,1	61,3	59,4	58,5	46,1	48,2	59,0	-0,1
AL	73,2	75,8	79,0	88,4	69,5	70,4	68,3	63,2	70,1	-3,1
SE	32,8	38,3	40,7	25,6	28,2	28,3	28,1	25,3	25,0	-7,8
BA	54,9	50,8	52,0	51,1	53,4	47,9	39,5	42,7	47,0	-7,9
NED	57,0	57,2	55,9	54,7	53,6	51,5	44,9	45,0	47,7	-9,3
ES	36,3	26,6	27,8	25,4	24,3	23,1	21,1	28,0	29,7	-6,6
MG	27,8	26,4	25,1	23,3	25,2	23,9	19,8	19,6	22,1	-5,7
RJ	13,3	13,9	12,5	10,9	11,9	9,4	9,1	11,5	12,9	-0,4
SP	8,9	8,0	7,8	8,3	7,0	7,7	6,7	5,8	9,5	0,6
SUD	15,5	14,4	13,7	13,1	13,0	12,4	10,9	11,3	11,6	-3,9
PR	41,1	39,0	33,9	32,6	31,5	30,3	28,9	27,3	29,2	-11,9
SC	18,7	16,0	17,5	18,5	17,4	14,7	14,0	18,5	24,8	6,1
RS	26,4	22,1	21,2	19,0	19,3	19,6	17,0	22,0	26,1	-0,3
SUL	30,2	27,1	25,1	23,9	23,4	22,5	20,8	23,3	27,0	-3,2
GO	63,0	65,4	63,0	66,6	63,4	76,5	55,1	63,9	58,8	-4,2
MT	62,1	61,7	53,5	61,6	56,0	65,8	74,0	46,6	70,2	8,6
MS	79,0	82,9	85,4	88,5	84,3	62,8	69,8	76,0	75,9	-3,1
DF	8,4	2,8	3,3	4,1	5,7	4,3	5,0	3,7	6,1	-2,3
COE	56,3	55,1	54,6	58,6	55,5	55,5	52,8	51,7	53,8	-2,5

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Pará, com 75,8% de privação em saneamento; Rondônia com 73,3% e Alagoas com 70,1%, são os três estados que se juntam a Mato Grosso do Sul e Mato Grosso como aqueles que contam com os maiores percentuais das populações sobrevivendo em domicílios excluídos do serviço de saneamento (Tabela 25).

O Nordeste, com 47,7% de privação em saneamento, e o Norte, apresentando 44,9% da sua população sobrevivendo em domicílios excluídos do serviço de saneamento, agregam-se ao Centro-Oeste como as regiões de maiores privações neste importante e fundamental serviço.

Observa-se também que, no Nordeste e no Norte, nesta ordem, concentraram-se os maiores esforços no sentido de reduzir a exclusão deste importante indicador de qualidade de vida no período compreendido entre os anos de 2001 e 2009 no primeiro e entre 2004 e 2009 no segundo (Tabela 25).

Constata-se ainda que o Distrito Federal teve o menor percentual de população vivendo em domicílios excluídos de saneamento em 2009 (com 6,1%). São Paulo ficou em segundo lugar em percentual da população sobrevivendo em domicílios privados de saneamento (9,5%) em 2009, embora tenha tido a percentagem elevada de 0,6% entre 2001 e 2009 (Tabela 25).

Os desdobramentos para as áreas urbanas e rurais das taxas de exclusão em saneamento da população do Brasil, regiões e estados mostram as precariedades que predominam nas áreas rurais de todas as regiões e estados, comparativamente às áreas urbanas.

No Brasil, nas áreas urbanas, o percentual de exclusão estimado para 2009 foi de 19,6%, enquanto, nas áreas rurais, o percentual ascende para 74,0%. A região Norte, que conclui a série com 36,3% da sua população urbana vivendo em domicílios excluídos do serviço de saneamento, tem um percentual de 75,4% da sua população rural excluída do serviço (Tabela 26 e Tabela 27).

No Nordeste, em 2009, a população urbana privada de saneamento era de 35,2%. A população rural sem este serviço chegava a 83,4%, o segundo maior percentual entre as regiões brasileiras naquele ano. O Centro-Oeste ficou com os maiores percentuais de população excluída de saneamento em 2009, tanto nas áreas rurais (91,7%) como nas áreas urbanas (48,4%).

Tabela 26 – Evolução da Privação de Acesso a Esgoto ou Fossa Séptica em Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009 – PRIVSANE Urbano (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BRA	24,2	23,3	22,6	22,2	21,2	20,6	18,0	18,4	19,6
AC	49,7	42,2	41,5	42,3	41,6	42,9	29,9	35,4	37,3
AP	91,0	90,0	85,8	81,9	78,3	70,9	66,4	61,9	39,4
AM	43,6	29,4	27,1	33,0	33,6	27,3	17,3	34,9	34,2
PA	45,0	39,4	38,7	32,0	31,2	32,9	32,9	28,2	30,1
RO	42,1	53,8	68,2	58,2	43,5	46,2	66,8	17,8	17,8
RR	15,5	26,5	15,4	11,8	16,0	18,1	12,4	8,2	40,1
TO	82,1	73,9	77,4	61,3	68,2	71,3	63,4	58,1	65,0
NOR	48,8	42,2	44,9	39,8	36,8	38,3	35,3	33,4	36,3
MA	48,8	45,8	41,5	36,6	33,9	29,3	31,0	22,2	35,4
PI	32,4	38,8	33,6	26,5	22,9	13,1	16,6	20,5	41,9
CE	52,6	48,0	46,4	52,0	49,4	47,6	39,4	37,1	46,2
RN	31,7	48,4	39,6	38,0	31,8	42,4	32,0	44,9	54,8
PB	40,9	38,1	46,4	33,0	35,8	39,0	32,4	29,3	33,5
PE	48,1	54,6	48,3	51,5	49,2	49,0	34,6	36,8	51,6
AL	63,7	67,3	73,0	81,5	58,7	62,5	64,4	51,0	61,4
SE	19,3	25,7	30,6	13,9	15,8	18,3	15,3	13,3	14,1
BA	37,6	30,9	33,3	33,5	35,4	28,3	19,7	25,2	32,0
NED	43,3	43,4	42,5	41,7	39,6	37,7	30,7	31,1	35,2
ES	25,7	16,5	17,1	12,7	15,0	11,9	12,1	18,1	15,4
MG	15,2	14,7	13,5	11,8	13,3	14,3	8,6	8,5	9,9
RJ	11,5	12,2	10,9	9,5	10,3	8,0	7,7	9,9	10,0
SP	6,0	5,5	5,3	6,2	8,3	5,6	4,6	4,0	4,5
SUD	10,0	9,4	8,8	8,4	4,8	7,8	6,5	6,8	7,3
PR	32,8	32,1	27,2	24,6	24,8	24,1	22,2	20,5	23,9
SC	10,5	9,4	10,3	10,9	10,3	8,0	7,4	12,5	20,8
RS	17,9	14,2	14,2	11,3	13,0	13,1	11,1	14,1	21,3
SUL	21,9	20,0	18,3	16,3	16,9	16,2	14,6	16,2	22,3
GO	57,9	60,7	57,7	62,0	58,7	57,9	49,4	59,5	53,8
MT	52,5	51,5	40,5	51,5	42,7	55,3	65,8	38,3	64,5
MS	75,8	80,3	83,0	86,7	81,6	72,7	65,2	72,4	72,1
DF	5,5	2,6	2,0	3,2	3,8	3,2	4,4	2,3	5,0
COE	50,1	49,6	48,3	53,2	49,2	49,4	46,4	46,6	48,4

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

No Sudeste, estão os menores percentuais de população privada de saneamento nas áreas urbanas (7,3%), ao passo que, no Sul, estão os menores percentuais de populações excluídas do serviço de saneamento nas áreas rurais, embora o percentual ainda seja elevado. Com efeito, em 2009, nada menos do que 51,4% da população rural dessa região residia em domicílios privados de saneamento minimamente adequado (Tabela 26 e Tabela 27).

Nas áreas rurais, as situações mais críticas estão nos estados do Centro-Oeste: Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Neste último estado, a partir dos dados da PNAD de 2009, constatamos que 100% da população rural não tinha acesso a saneamento (Tabela 27).

Tabela 27 – Evolução da Privação de Acesso a Esgoto ou Fossa Séptica em Áreas Rurais no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009 – PRIVSANE Rural (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BRA	85,1	82,8	81,6	80,5	80,2	78,6	75,5	75,0	74,0
AC	ND	ND	ND	89,5	92,4	90,7	82,6	86,0	78,9
AP	ND	ND	ND	99,0	83,8	97,9	89,0	91,6	84,8
AM	ND	ND	ND	68,6	89,9	79,7	72,2	57,9	75,3
PA	ND	ND	ND	78,3	76,0	75,8	77,0	68,0	69,0
RO	ND	ND	ND	76,4	69,9	70,1	83,6	49,0	29,6
RR	ND	ND	ND	63,7	65,6	68,4	67,0	41,3	29,6
TO	97,8	94,6	99,5	97,0	97,8	97,9	88,5	96,9	96,0
NOR	ND	ND	ND	78,7	79,7	78,8	78,4	71,0	75,4
MA	91,1	91,0	90,4	87,7	86,0	86,4	85,3	80,6	77,4
PI	95,8	92,6	90,8	88,5	88,6	75,2	80,5	75,3	66,4
CE	96,1	97,0	94,9	94,3	92,9	92,8	89,7	88,9	94,7
RN	72,0	83,6	71,4	74,6	78,7	87,4	75,5	71,6	73,3
PB	98,1	94,8	95,7	99,1	94,2	94,6	86,5	93,6	94,7
PE	96,0	97,1	95,8	96,0	96,6	94,5	87,7	90,4	87,4
AL	94,1	94,3	92,7	95,4	93,0	88,8	77,9	90,6	89,9
SE	90,7	92,3	87,3	81,9	87,0	74,8	89,9	86,6	77,7
BA	92,3	93,9	92,9	90,8	93,6	92,9	84,9	84,5	83,1
NED	92,7	93,8	91,9	90,6	91,5	89,9	84,8	84,9	83,4
ES	84,6	75,2	77,8	89,3	74,6	89,9	65,3	76,2	61,9

continua

Tabela 27 – Evolução da Privação de Acesso a Esgoto ou Fossa Séptica em Áreas Rurais no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009 – PRIVSANE Rural (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
MG	95,1	95,7	93,8	91,8	94,8	72,5	87,5	90,1	87,7
RJ	68,2	65,8	61,4	57,8	60,6	57,0	52,3	57,6	56,9
SP	59,0	52,7	52,8	45,8	45,1	46,8	44,1	38,6	42,6
SUD	79,3	75,5	74,6	72,1	72,1	69,7	66,8	67,0	65,9
PR	82,3	76,3	71,5	77,3	68,9	66,1	68,7	67,3	61,2
SC	56,2	46,3	52,4	55,2	54,5	48,2	47,0	49,1	45,3
RS	64,3	56,7	52,0	53,8	48,3	49,8	44,4	58,3	47,1
SUL	68,9	61,0	58,5	62,0	56,7	81,5	53,1	59,3	51,4
GO	98,6	99,1	99,5	98,2	95,7	98,6	99,8	99,0	96,7
MT	95,3	95,3	95,3	95,0	98,8	99,5	98,5	78,7	97,3
MS	99,6	100,0	99,7	99,3	100,0	100,0	98,8	99,1	100,0
DF	50,4	43,5	30,7	20,8	39,9	26,3	15,9	28,9	24,6
COE	96,3	91,2	94,0	92,4	93,9	94,1	93,4	86,7	91,7

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Evolução da Privação de Acesso a Coleta Sistemática de Lixo (PRIVLIXO) no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009

Outro serviço essencial para a qualidade de vida é a coleta sistemática de lixo direta ou indiretamente. Melhor do que a simples coleta sistemática de lixo é dar destino adequado aos resíduos sólidos. Esta informação não está disponível na PNAD e não foi objeto deste estudo. Mas fica o alerta de que a preocupação não deve ser apenas com a coleta, mas também com o destino do lixo. Coletá-lo das residências e depositá-lo em grandes lixões sob céu aberto não é mais aceitável, tanto de um ponto de vista de saúde pública como de um ponto de vista ambiental.

O cômputo da população brasileira privada da coleta de lixo, com a distribuição por estados e regiões, está apresentado na Tabela 28. Os desdobramentos das taxas de exclusão para este importante serviço estão mostrados nas Tabelas 29 e 30.

O Brasil apresentou uma redução de apenas 4,1% da população excluída do serviço de coleta sistemática de lixo em 2009, comparativamente ao que acontecia em 2001. No último ano da série, 11,4% dos brasileiros sobreviviam em domicílios privados deste serviço (Tabela 28).

As regiões Nordeste e Norte, nesta ordem, são as que apresentaram, em 2009, os maiores percentuais de população privados do serviço de coleta sistemática de lixo. Mas foi nessas duas regiões que se observaram os maiores esforços para a redução das privações, que se traduzem nas maiores taxas de redução (11,4% no Norte e 9,9% no Nordeste). Piauí, com 43,2% da população excluída, e Maranhão, com 33,9%, constituem-se nos dois estados brasileiros com maiores taxas de exclusão no serviço de coleta sistemática de lixo em 2009 (Tabela 28).

Sudeste, Sul e Centro-Oeste, também nesta ordem, apresentaram, em 2009, os menores percentuais de populações privadas deste serviço. São Paulo (1,1%), Distrito Federal (1,2%) e Rio de Janeiro (1,3%) concluíram a série estudada com as menores taxas de privações de coleta de lixo. No outro extremo, com as maiores taxas de privações, ficaram os estados de Piauí, Maranhão e Rondônia (Tabela 28).

Também em relação a este indicador, observa-se nitidamente o descompasso que existe entre as privações observadas para as áreas urbanas e para as áreas rurais. Sem exceção, em todas as regiões brasileiras, a coleta de lixo é problemática nas áreas rurais, como se desprende das evidências mostradas na Tabela 29 e na Tabela 30.

Tabela 28 – Evolução e Taxa de Variação da Privação de Acesso ao Serviço de Coleta Sistemática de Lixo no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009 – PRIVLIXO Geral (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Varição 2001/09 (%)
BRA	15,5	15,2	14,4	15,3	14,2	13,4	12,8	12,3	11,4	-4,1
AC	ND	ND	ND	33,8	29,4	28,4	20,3	19,0	19,1	-14,7
AP	ND	ND	ND	9,5	10,5	9,0	5,2	1,8	2,7	-6,8
AM	ND	ND	ND	26,6	25,3	24,3	20,2	17,7	13,4	-13,2
PA	ND	ND	ND	30,7	26,0	22,1	20,8	21,1	24,7	-6,0
RO	ND	ND	ND	32,6	31,5	30,3	27,8	27,2	15,3	-17,3
RR	ND	ND	ND	24,4	19,5	20,6	16,8	15,1	18,1	-6,3
TO	34,3	31,0	30,3	29,9	30,4	29,6	26,1	24,5	24,2	-10,1
NOR	ND	ND	ND	29,2	26,3	24,0	21,2	20,4	17,8	-11,4
MA	52,1	49,0	43,2	45,9	40,4	39,3	36,9	33,5	33,9	-18,2
PI	50,5	50,3	49,7	50,0	48,9	48,7	45,9	43,8	43,2	-7,3
CE	33,8	30,4	29,0	29,2	27,8	26,4	25,7	24,0	22,6	-11,2
RN	18,7	17,5	16,7	17,1	16,6	15,9	15,7	15,6	13,7	-5,0
PB	28,4	25,6	24,6	25,1	22,6	22,7	20,9	19,6	19,5	-8,9
PE	27,6	24,2	24,1	23,7	21,5	21,4	21,3	20,6	18,9	-8,7
AL	32,2	31,4	27,6	28,7	28,2	26,3	24,5	24,9	24,9	-7,3
SE	22,1	21,3	20,9	20,4	18,2	16,9	16,2	14,6	14,1	-8,0
BA	33,4	32,0	30,6	30,8	28,6	27,5	26,5	24,8	23,9	-9,5
NED	33,7	31,6	29,9	30,3	28,1	27,3	26,2	24,7	23,8	-9,9
ES	21,1	18,2	17,8	15,6	14,4	14,0	13,8	14,6	12,6	-8,5
MG	18,4	15,9	15,6	14,9	15,1	14,6	13,0	12,2	11,3	-7,1
RJ	4,5	3,3	2,6	2,8	2,6	1,8	1,8	2,1	1,3	-3,2
SP	3,0	2,3	2,2	2,0	1,6	1,6	1,7	1,6	1,1	-1,9
SUD	7,7	6,4	6,1	5,8	5,5	5,1	5,0	4,8	4,1	-3,6
PR	15,7	14,1	12,8	12,7	12,4	11,3	10,4	10,2	9,2	-6,5
SC	15,4	14,5	13,0	12,3	10,9	9,4	9,0	8,1	7,7	-7,7
RS	15,5	15,1	13,7	12,8	12,4	10,6	9,3	9,3	8,3	-7,2
SUL	15,5	14,6	13,2	12,7	12,1	10,6	9,7	9,4	8,5	-7,0
GO	14,3	13,4	12,1	11,9	10,9	11,6	9,7	9,9	9,2	-5,1
MT	29,9	29,1	28,5	26,9	27,1	24,4	25,3	20,5	19,5	-10,4
MS	14,7	13,1	13,6	12,7	12,4	10,6	11,9	11,6	9,9	-4,8
DF	2,3	1,9	1,7	1,8	1,8	2,0	1,5	2,2	1,2	-1,1
COE	15,6	14,2	13,9	13,5	12,9	12,2	12,0	11,1	10,1	-5,5

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Tabela 29 – Evolução da Privação de Acesso a Coleta Sistemática de Lixo em Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009 – PRIVLIXO Áreas Urbanas (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BRA	5,7	4,1	3,5	3,8	3,0	2,5	2,3	2,0	1,5
AC	5,6	12,7	14,1	13,3	7,4	8,4	4,3	4,8	4,9
AP	10,3	10,4	5,4	3,7	6,0	3,7	3,5	0,2	1,2
AM	19,3	10,6	10,6	8,2	7,3	6,9	6,7	7,4	1,5
PA	14,5	14,4	13,7	14,7	10,2	6,7	4,8	5,0	5,2
RO	14,5	12,1	11,8	11,0	9,3	7,0	7,2	5,8	1,0
RR	6,1	1,8	5,0	7,8	4,1	6,0	2,9	2,9	3,4
TO	8,1	6,6	4,9	3,7	4,7	5,6	2,3	1,7	1,3
NOR	17,8	11,9	11,3	11,1	8,4	6,5	5,1	6,0	2,9
MA	31,5	27,8	20,3	25,0	16,3	15,5	13,7	10,1	9,7
PI	22,9	22,0	20,5	23,2	21,0	19,3	16,3	14,4	13,7
CE	13,6	12,0	11,4	11,9	9,9	9,4	8,7	7,1	6,8
RN	3,3	2,8	2,2	91,6	2,3	1,9	2,0	1,9	1,9
PB	9,1	5,3	5,7	6,4	4,4	3,6	2,8	1,5	,8
PE	8,6	5,9	5,2	5,3	4,3	4,9	4,3	3,6	2,5
AL	4,9	5,0	2,1	3,6	3,8	2,9	2,0	1,7	1,1
SE	6,4	5,4	6,0	6,3	5,6	4,7	3,9	3,5	2,6
BA	7,7	6,1	4,8	5,5	4,4	3,9	3,0	2,6	2,1
NED	11,6	9,7	8,2	9,3	7,2	6,7	5,9	4,8	4,2
ES	6,5	3,9	3,3	2,5	2,0	2,2	1,3	3,0	1,1
MG	4,5	3,3	3,2	3,0	2,7	2,1	1,9	1,6	1,1
RJ	3,0	2,1	1,5	1,8	1,5	1,0	1,0	1,3	0,8
SP	0,6	0,4	0,4	0,3	1,1	0,2	0,4	0,3	0,1
SUD	2,2	1,5	1,3	1,3	0,2	0,9	0,9	0,9	0,5
PR	2,1	1,7	1,6	1,8	1,2	1,2	0,9	0,9	0,5
SC	1,5	1,7	0,8	0,8	1,0	0,5	0,7	0,2	0,4
RS	1,8	1,6	1,2	1,0	1,2	0,5	0,5	0,6	0,3
SUL	1,9	1,6	1,3	1,3	1,2	0,8	0,7	0,6	0,4
GO	3,3	3,1	1,9	2,4	1,1	1,3	1,3	1,3	0,9
MT	10,2	8,4	6,9	6,8	6,0	3,1	3,2	2,3	3,3
MS	4,1	1,9	2,0	2,0	1,4	0,7	1,3	0,8	0,6
DF	0,9	0,5	0,6	0,7	0,3	0,3	0,4	,7	0,1
COE	4,3	3,3	2,5	2,8	1,9	1,3	1,5	1,3	1,2

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Tabela 30 – Evolução da Privação de Acesso a Coleta Sistemática de Lixo em Áreas Rurais no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009 – PRIVILIXO Áreas Rurais (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BRA	81,0	81,4	79,5	78,4	76,0	73,9	71,7	69,9	67,3
AC	ND	ND	ND	85,2	86,2	83,7	83,2	81,2	82,2
AP	ND	ND	ND	79,6	74,2	77,0	73,7	70,4	64,4
AM	ND	ND	ND	92,1	87,0	84,6	86,3	70,7	67,3
PA	ND	ND	ND	77,5	74,0	72,6	69,2	70,4	77,9
RO	ND	ND	ND	79,1	81,0	81,0	79,8	83,3	87,2
RR	ND	ND	ND	89,7	88,5	84,2	82,1	73,2	63,6
TO	100,0	99,5	99,0	99,1	98,7	98,9	93,4	91,9	93,4
NOR	ND	ND	ND	83,4	81,2	80,1	76,7	78,0	70,5
MA	94,6	94,9	94,0	94,0	92,0	92,2	90,6	91,5	92,3
PI	99,8	99,6	99,6	98,4	98,0	98,3	95,4	94,7	93,7
CE	96,7	93,2	90,3	92,1	89,1	87,8	87,5	85,5	81,8
RN	64,6	64,2	59,6	61,5	56,6	56,3	55,3	54,4	47,1
PB	95,9	95,1	94,5	93,6	93,8	96,6	92,2	92,0	90,2
PE	91,5	88,3	88,4	88,4	84,3	83,9	83,5	83,3	81,4
AL	92,1	89,1	85,9	82,9	81,6	81,1	79,4	76,8	79,6
SE	89,3	89,8	88,7	87,7	77,7	74,8	75,4	71,1	69,7
BA	89,3	88,2	86,9	88,2	82,6	81,7	80,1	77,5	76,4
NED	91,3	87,6	88,3	88,7	85,0	84,5	83,2	81,7	80,3
ES	87,2	90,2	85,5	81,7	81,1	84,3	75,3	70,2	69,3
MG	93,1	41,9	89,1	86,6	87,3	75,8	80,7	79,2	76,4
RJ	50,0	35,8	38,3	37,0	35,1	27,2	25,2	23,8	18,6
SP	44,9	35,8	35,4	31,2	27,8	26,7	25,3	23,8	19,2
SUD	72,1	73,2	65,0	61,9	60,7	57,7	55,5	53,0	49,5
PR	83,3	73,9	75,9	74,1	74,1	70,2	66,2	64,5	62,6
SC	78,6	86,6	72,1	67,8	62,4	53,8	51,1	48,1	44,4
RS	76,8	97,7	68,6	66,5	64,3	57,5	50,5	49,0	45,5
SUL	79,5	86,7	71,7	69,3	67,3	84,1	55,9	54,0	51,0
GO	90,3	32,8	82,7	77,6	77,6	78,3	75,7	78,1	72,8
MT	97,7	89,8	97,8	93,2	94,9	93,4	91,2	91,1	90,0
MS	83,3	85,2	82,5	77,7	77,4	79,0	77,9	75,7	68,8
DF	35,5	32,8	25,7	23,3	28,0	29,0	22,2	30,0	20,0
COE	88,7	86,5	84,6	79,7	80,3	80,4	78,6	78,6	73,5

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL, REGIÕES E ESTADOS, ENTRE OS ANOS DE 2001 E 2009

Neste capítulo, apresentam-se primeiro as evoluções da população e dos indicadores dos índices de exclusão social (IES) estimados para o Brasil entre 2001 e 2009. O objetivo é, além de estabelecer a evolução dos indicadores e do IES, mostrar as variações anuais das privações comparativamente à variação da população no mesmo período. Assim, se a taxa de crescimento da população superar, em valores absolutos, a taxa de decréscimo do indicador de privação, significa que, ao final do período, haverá, em termos absolutos, uma população privada do serviço maior do que acontecia no início do período de comparação. Em síntese, taxa de variação da população maior do que taxa de variação da privação, em termos absolutos, significará que o Brasil ficou pior em 2009, comparativamente a 2001, no indicador específico ou no IES.

Na segunda coluna da Tabela 31, mostra-se a evolução da população brasileira estimada a partir dos dados da PNAD dos anos de referência. Por esses resultados depreende-se que a população brasileira cresceu 12,3% entre 2001 e 2009.

A partir da terceira coluna, apresentam-se as evoluções dos passivos em educação, passivo econômico e os indicadores do passivo ambiental (Privagua, Privsane e Privlixo) entre os anos de 2001 e 2009. A finalidade destas informações é permitir a comparação das evoluções dos indicadores do IES com a evolução da população no Brasil no mesmo período. Óbvio que, se os passivos regredirem a um percentual menor, em termos absolutos, do que a evolução da população naquele período, teremos uma população com passivos maiores, em 2009, do que acontecia em 2001.

Os resultados encontrados e mostrados na Tabela 31 sugerem que as privações de serviços essenciais tiveram quedas menores (em termos absolutos) do que o crescimento da população no Brasil no lapso de tempo estudado. Com efeito, o maior percentual de decréscimo desses serviços foi o de acesso a local adequado para dejetos humanos: da ordem de 5,6% entre 2001 e 2009. O passivo de educação se reduziu apenas 2,9%. A privação de acesso a água encanada regrediu 3,3% e o passivo de acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo decresceu 4,1% entre 2001 e 2009. Portanto, os indicadores do passivo de educação e ambiental regrediram um percentual bem aquém daquele apresentado pelo crescimento da população. Portanto, em todos esses indicadores, havia, em termos absolutos, mais população com carências em 2009 do que se observava em 2001 (Tabela 31)

Mais complicada ainda é a situação do passivo de renda, que, em vez de regredir como seria o desejado, expandiu-se 4,2% entre 2001 e 2009. Neste caso, a situação ficou pior tanto em termos absolutos como em termos relativos.

Tabela 31 – Evolução da população no Brasil e das Privações de Água, Saneamento, Coleta de Lixo e Educação no Brasil, entre 2001 e 2009

Ano	POPULAÇÃO (habitantes)	PASSIVO EDUCAÇÃO (%)	PASSIVO RENDA (%)	PRIVAGUA (%)	PRIVSANE (%)	PRIVLIXO (%)	IES2010 (%)
2001	170.811.644	12,6	31,9	18,9	33,3	15,5	22,5
2002	173.391.383	11,9	32,5	20,9	31,9	15,2	22,5
2003	175.987.612	11,5	32,1	17,5	31,1	14,4	21,7
2004	182.060.108	11,3	33,3	17,9	31,2	15,3	22,1
2005	184.388.620	10,8	35,6	17,7	30,3	14,2	22,6
2006	187.227.792	10,2	36,0	16,8	29,4	13,4	22,2
2007	188.028.891	10,2	36,5	16,9	26,7	12,8	22,1
2008	189.952.800	10,2	35,0	16,2	27,6	12,3	21,5
2009	191.795.854	9,7	36,1	15,6	27,7	11,4	21,6
Acréscimo Entre 2001 e 2009 (%)	12,3	-2,9	4,2	-3,3	-5,6	-4,1	-0,9

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Ou seja, as alegadas melhoras nos indicadores sociais e de redução da pobreza no Brasil, na primeira década deste milênio, não se concretizaram de forma efetiva, caso se meça pobreza de uma forma mais ampla e não apenas como o percentual da população que ultrapassou a linha de pobreza (Tabela 31).

Evolução do Índice de Exclusão Social (IES) no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009

Tendo apresentado a evolução dos indicadores do IES, comparativamente à evolução da população, mostraremos agora a evolução anual dos Índices de Exclusão Social (IES) do Brasil, regiões e estados, no geral, para as áreas urbanas e para as áreas rurais no período compreendido entre os anos de 2001 e 2009.

Na Tabela 32 apresentam-se as evoluções dos IES do Brasil, regiões e estados brasileiros com as respectivas expansões no período 2001/2009.

Observa-se que a exclusão social no Brasil regrediu apenas 0,9% no período analisado. Caiu de 22,5% em 2001 para 21,6% em 2009. Na Tabela 9, havíamos mostrado, com base nos dados do censo demográfico, que o IES do Brasil em 2000 foi 22,7% e o IES de 2010 havia regredido para apenas 22,6%, uma queda de apenas 1% em dez anos. Como se observa, há uma pequena diferença entre os valores estimados a partir dos censos e das PNADs, mas são resultados bastante próximos. Dada a tendência de queda observada nas estimativas a partir dos dados da PNAD, é provável que, em 2010, os valores estimados a partir das duas fontes de dados seriam praticamente iguais. Isso sugere uma robustez do IES. Há também modificações nas magnitudes dos IES dos estados e mudanças nas suas posições com maiores percentuais de exclusão social, quando se comparam os dois resultados. Mas, em ambos os casos, sempre Maranhão, Piauí e Alagoas estão nas situações mais difíceis, apenas diferindo qual estado tem IES maior.

Como foi mostrado na Tabela 31, a população brasileira se expandiu 12,3% naquele período. Como decorrência da pequena regressão do IES e do elevado crescimento da população brasileira, houve um acréscimo absoluto significativo da população brasileira qualificada como socialmente excluída no ano de 2009, comparativamente àquela que existia em 2001 (Tabela 32).

Alagoas, com 42,4% de sua população socialmente excluída, Piauí, com 38,6% e Maranhão, com 36,7% da população excluída, são os estados brasileiros que chegaram em 2009 nas piores situações. Na verdade, esses três estados sempre estiveram nas situações mais desconfortáveis em relação ao IES em toda a série de tempo analisada (Tabela 32).

O Distrito Federal apresentou o menor IES em 2009, com 10,3%. São Paulo ficou em segundo lugar, com 11,3%, e Santa Catarina estava em terceiro lugar, com 13,9% de sua população na condição de socialmente excluída (Tabela 32).

As regiões Nordeste e Norte, nesta ordem, apresentaram os maiores índices de exclusão social ao longo de todo o período analisado. Em 2009, o IES da região Nordeste era 34,7% e o da região Norte 30,1%. Na outra extremidade, o Sudeste, com 14,2% de socialmente excluídos, e o Sul, com 16,3%, apresentaram os menores percentuais em 2009. A região Centro-Oeste ficou numa posição intermediária entre o Sul e o Nordeste, com IES de 22,8% (Tabela 32).

Os resultados apresentados na Tabela 32 sinalizam para as disparidades regionais que prevaleceram ao longo de toda a primeira década deste milênio. Pior do que esta informação é constatar-se que não se observa tendência de redução dessas desigualdades sociais, até porque as regressões do IES são muito tímidas no Norte e Nordeste, as regiões mais carentes do Brasil. No Brasil, a redução do IES de 2009 em relação ao que prevalecia em 2001 foi de apenas 1,0%. No Nordeste foi maior (4,7%), mas ainda deixando o IES da região muito distante daqueles observados nas regiões mais avançadas do Brasil (Tabela 32).

As áreas urbanas brasileiras apresentaram IES bem mais reduzidos do que aqueles observados para as áreas rurais. Resultado já esperado, tendo em vista que os indicadores de privações apresentados para ambas as áreas mostraram claramente a situação bem mais difícil daqueles que optaram em ficar morando nas zonas rurais.

Tabela 32 – Evolução do IES no Brasil, Regiões e Estados, Entre 2001 e 2009, Bem Como das Variações Naquele Período

Estados	IES 2001	IES 2002	IES 2003	IES 2004	IES 2005	IES 2006	IES 2007	IES 2008	IES 2009	Varição 2001/2009
BRA	22,5	22,5	21,7	22,1	22,6	22,2	22,1	21,5	21,6	-0,9
AC	ND	ND	ND	37,7	38,6	36,1	31,5	31,2	31,9	-5,8*
AP	ND	ND	ND	29,6	27,4	25,7	25,6	24,8	23,3	-6,3*
AM	ND	ND	ND	26,7	27,5	27,3	26,6	25,5	26,0	-0,7*
PA	ND	ND	ND	31,6	32,6	32,0	32,5	30,5	37,6	6,0*
RO	ND	ND	ND	33,6	35,9	35,4	35,6	29,9	31,7	-1,9*
RR	ND	ND	ND	28,3	25,2	23,2	24,4	21,2	22,3	-6,0*
TO	38,3	37,5	35,5	34,2	34,4	34,5	33,8	31,8	31,5	-6,8
NOR	ND	ND	ND	31,1	31,7	31,3	31,1	29,1	30,1	-1,0*
MA	44,2	43,2	42,8	41,4	40,7	40,4	38,6	35,7	36,7	-7,5
PI	43,8	44,9	42,3	41,1	41,5	39,8	39,2	37,3	38,6	-5,2
CE	40,1	37,7	37,1	37,7	37,9	36,7	35,5	34,2	34,5	-5,6
RN	32,2	33,2	31,7	32,1	31,3	31,9	29,8	30,8	31,6	-,6
PB	40,4	36,2	37,6	35,7	35,0	35,9	34,1	35,0	35,6	-4,8
PE	36,0	36,6	35,5	36,2	35,7	35,9	36,1	34,0	35,5	-0,5
AL	45,7	46,9	46,2	46,2	44,0	43,9	39,2	42,1	42,4	-3,3
SE	31,1	31,2	28,4	27,9	30,1	30,7	30,4	27,7	28,9	-2,2
BA	39,4	38,0	36,6	36,4	36,5	35,5	34,2	34,0	34,2	-5,2
NED	39,4	38,6	37,6	37,3	37,1	36,6	35,5	34,5	34,7	-4,7
ES	24,6	22,1	22,1	20,8	20,7	20,4	20,3	20,8	21,7	-2,9
MG	22,1	21,8	21,0	20,4	21,2	21,0	20,3	19,5	19,6	-2,5
RJ	13,1	13,1	12,1	12,9	14,5	14,0	14,9	14,4	14,6	1,5
SP	10,2	10,3	9,8	10,7	11,0	11,0	11,0	10,5	11,3	1,1
SUD	14,3	14,2	13,4	13,9	14,5	14,3	14,5	13,9	14,2	-0,1
PR	21,1	19,4	18,7	18,4	19,2	18,7	18,0	17,8	17,8	-3,3
SC	14,0	13,5	12,5	12,9	13,0	12,7	13,0	14,1	13,9	-0,1
RS	16,9	16,9	15,8	15,4	16,1	16,4	16,1	16,0	16,1	-0,8
SUL	17,8	17,1	16,2	16,0	16,6	16,5	16,2	16,3	16,3	-1,5
GO	26,8	27,0	26,7	25,7	27,4	26,5	24,5	25,4	24,6	-2,2
MT	28,9	28,6	26,6	27,2	27,5	28,9	31,5	25,6	27,7	-1,2
MS	27,6	27,3	27,7	27,0	27,6	26,4	26,2	26,1	25,8	-1,8
DF	11,9	10,9	11,4	11,7	11,7	10,9	10,7	10,5	10,3	-1,6
COE	25,4	24,3	24,2	23,8	24,7	24,2	23,8	22,9	22,8	-2,6

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Nota: *Variação 2009/2004.

Tabela 33 – Evolução do IES das Áreas Urbanas no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009 – IES Urbano (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BRA	17,1	17,2	16,6	16,9	17,3	17,1	17,0	16,5	16,8
AC	25,7	28,0	29,6	29,0	28,8	28,0	24,0	25,3	26,5
AP	29,6	27,1	28,9	26,6	24,8	23,4	25,3	24,2	22,8
AM	23,3	22,9	19,8	20,3	20,0	19,8	20,3	21,3	21,0
PA	29,3	28,0	26,1	25,7	26,9	26,8	26,9	25,3	28,2
RO	27,7	32,3	29,7	27,6	29,3	27,9	28,6	23,5	17,4
RR	20,2	20,7	17,6	21,8	20,5	17,9	18,5	16,6	25,0
TO	28,9	29,4	27,4	25,4	26,6	27,4	26,1	23,1	23,9
NOR	27,8	26,7	25,5	24,8	25,2	25,0	25,0	24,1	24,9
MA	34,8	34,3	33,2	32,4	31,5	29,5	29,6	26,5	27,6
PI	29,3	30,9	29,0	28,2	28,1	25,9	25,7	24,8	27,4
CE	31,8	30,1	30,0	30,7	31,0	30,0	29,1	27,7	28,5
RN	24,9	26,4	25,7	34,1	24,6	25,7	23,5	25,3	26,3
PB	32,7	28,5	30,0	28,4	28,0	29,0	28,2	27,6	28,2
PE	28,0	29,2	27,7	29,0	28,7	29,0	28,0	27,0	29,4
AL	36,1	37,0	37,5	36,6	34,8	34,5	33,1	32,6	34,2
SE	24,3	24,0	22,3	21,5	24,2	25,4	23,0	21,9	23,0
BA	28,1	26,5	26,0	25,8	26,0	25,0	24,3	24,0	24,6
NED	29,8	29,2	28,7	28,6	28,5	28,0	27,1	26,2	26,8
ES	18,6	16,2	16,6	15,1	15,3	15,4	15,0	15,5	15,7
MG	15,8	16,1	15,5	15,1	15,8	15,5	15,2	14,5	14,6
RJ	12,2	12,3	11,2	12,3	13,7	13,3	14,2	13,7	13,7
SP	8,9	9,1	8,6	9,6	10,4	9,9	9,9	9,5	10,0
SUD	11,5	11,6	11,0	11,6	10,1	12,1	12,3	11,8	12,1
PR	16,0	14,9	14,5	14,1	15,1	14,8	14,1	14,0	14,1
SC	9,1	9,3	8,9	9,0	9,3	9,1	9,3	10,5	10,7
RS	12,0	12,2	11,8	11,5	12,5	12,7	12,6	12,2	13,0
SUL	12,9	12,6	12,2	12,0	12,8	12,7	12,5	12,1	13,0
GO	23,0	23,4	23,0	22,2	24,2	22,9	21,0	22,3	21,6
MT	21,8	21,2	19,4	20,1	19,8	22,0	24,3	19,1	22,0
MS	24,3	23,6	23,8	23,9	24,3	22,8	22,4	22,5	22,7
DF	10,9	10,1	10,4	10,9	10,7	11,0	9,8	9,6	9,4
COE	20,7	20,3	20,0	20,0	20,8	20,2	19,7	19,3	19,4

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Nas áreas urbanas brasileiras, em 2001, o percentual de socialmente excluídos, tal como definidos neste estudo, era de 17,1% da população de então. Em 2009, o percentual havia regredido modestamente para apenas 16,8%, como pode ser constatado nas evidências apresentadas na Tabela 33.

Novamente, o Sudeste e o Sul apresentaram os menores percentuais de excluídos também nas áreas urbanas e o Norte e Nordeste tiveram os maiores percentuais. O Centro-Oeste ficou numa posição intermediária entre as regiões mais carentes e aquelas com menores carências em 2009 (Tabela 33).

Distrito Federal, com 9,4% de excluídos nas áreas urbanas, São Paulo, com 10,0%, e Santa Catarina, com 10,7%, lideram o *ranking* descendente de IES em 2009, como os estados que detêm os menores valores e, portanto, com as respectivas populações com menores proporções de socialmente excluídos, ou os estados com melhores qualidades de vida em 2009 (Tabela 33)

Se fizermos o *ranking* descendente do IES urbano dos estados brasileiros em 2009, observaremos que Alagoas (com 34,2%), Pernambuco (com 29,4%), Ceará (com 28,5%) e Paraíba (com 28,2%), lideram como os estados brasileiros com maiores percentuais de população socialmente apartada nas áreas urbanas em 2009 (Tabela 33).

No que se refere ao IES estimado para as áreas rurais brasileiras, no período que cobre os anos de 2001 a 2009, observa-se que o Brasil possuía 50,7% de sua população rural qualificada como socialmente excluída em 2001. Este percentual reduziu-se para 47,0% em 2009, como pode ser constatado nos resultados mostrados na Tabela 34.

No *ranking* decrescente das regiões, em 2009, dispomos de mais uma informação que mostra as condições de carência do Nordeste. Esta região é a que detém, em termos percentuais, a maior população rural socialmente excluída do Brasil, com 56,6% nesta condição. A região Norte posicionou-se em segundo lugar, com 49,5% da população rural socialmente excluída em 2009, ao passo que o Centro-Oeste vem logo em seguida, com inacreditáveis 47,8% da sua população rural na condição de estar socialmente excluída em 2009 (Tabela 34)

Nunca é demais lembrar que o Centro-Oeste é a região brasileira com maior dinamismo do agronegócio nos últimos anos, inclusive naquele período coberto neste estudo. Estes resultados reforçam a discussão que

já havíamos feito quando se discutiu a evolução do indicador de privação de saneamento do Centro-Oeste. Ali, dizíamos, e reiteramos agora, que o forte crescimento da riqueza rural daquela região não espalhou progresso social pelas áreas rurais na proporção do crescimento da riqueza. Entre 2001 e 2009, a redução do percentual da população rural socialmente excluída no Centro-Oeste foi de apenas 8,2%, haja vista que, em 2001, o IES estimado era de 56,0%, já bastante elevado, e em 2009, ainda era de 47,8% (Tabela 34).

A região Sul, com 33,6% de sua população rural socialmente excluída, e o Sudeste, com 39,9%, foram as regiões com menores contingentes nesta situação em 2009, embora os percentuais também ainda estejam bastante elevados (Tabela 34).

Fazendo a hierarquia ascendente dos estados brasileiros em termos de IES rural para 2009, observa-se que as menores percentagens também ficaram no Distrito Federal (26,3%), Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ambos com 30,3%, e o Estado de São Paulo, para onde se estimou um IES rural de 31,5% em 2009. Como as áreas rurais do Distrito Federal são bastante restritas e muito próximas das áreas urbanas, é de supor que o IES de 26,3% estimado para aquelas áreas no DF esteja “contaminado”. Por esta razão, acreditamos não cometer injustiças se afirmarmos que, de fato, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são os estados brasileiros que apresentaram os menores percentuais de população socialmente excluída nas áreas rurais em 2009 (Tabela 34).

Fazendo agora o *ranking* descendente dos cinco estados brasileiros com maiores percentuais de população socialmente excluída, observa-se que o Estado de Alagoas, com 62,9%, está no topo desta hierarquia. Em seguida, vêm os estados da Paraíba (com 62,7%); Pará, com 60,8%; Sergipe, com 59,3%; e Maranhão, com 58,8% da população rural na condição de estar socialmente excluída em 2009 (Tabela 34).

Tabela 34 – Evolução do IES das Áreas Rurais no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009 – IES Rural (%)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BRA	50,7	50,7	49,1	48,2	48,3	48,9	47,9	47,4	47,0
AC	ND	ND	ND	55,9	60,8	55,3	58,4	53,8	52,1
AP	ND	ND	ND	45,1	41,1	45,9	38,6	56,2	40,6
AM	ND	ND	ND	47,6	52,1	52,9	53,8	45,0	49,7
PA	ND	ND	ND	48,1	49,6	48,6	49,2	47,8	60,8
RO	ND	ND	ND	45,5	48,7	51,4	52,5	47,6	42,3
RR	ND	ND	ND	54,4	45,6	48,6	56,2	50,5	55,8
TO	61,5	61,0	57,0	56,3	53,2	54,5	54,8	57,7	53,7
NOR	ND	ND	ND	49,2	51,0	51,0	51,5	46,9	49,5
MA	61,9	64,3	62,9	61,4	59,0	64,5	59,4	57,2	58,8
PI	68,3	73,1	64,0	63,9	64,8	62,6	62,7	61,0	57,5
CE	64,4	63,8	59,2	61,6	61,0	59,6	57,2	56,5	55,1
RN	52,1	55,3	47,4	32,0	50,5	49,5	48,3	46,6	46,9
PB	63,4	63,6	62,1	60,9	61,5	59,1	62,4	63,8	62,7
PE	59,6	64,4	58,9	60,3	60,1	60,5	58,3	58,3	57,8
AL	65,8	71,9	63,8	66,8	63,6	64,9	61,4	63,6	62,9
SE	58,2	63,0	55,0	57,6	57,8	56,2	55,1	58,0	59,3
BA	62,4	66,1	57,6	57,9	57,1	56,9	57,7	55,3	55,4
NED	62,3	65,7	59,2	59,8	59,1	59,2	58,2	57,2	56,6
ES	50,1	56,8	45,1	46,7	48,2	44,3	45,2	46,1	50,1
MG	53,7	47,5	51,4	50,5	51,1	52,3	49,2	49,5	49,3
RJ	38,1	34,2	39,0	31,5	36,9	38,7	36,9	37,6	39,7
SP	31,6	28,3	30,0	27,2	23,6	31,4	29,2	26,4	31,5
SUD	44,3	41,0	40,5	41,3	64,8	40,6	40,4	39,0	39,9
PR	44,7	43,1	40,6	39,8	40,0	39,5	39,5	39,4	38,8
SC	34,6	30,8	28,9	31,8	32,1	32,6	31,7	32,2	30,3
RS	37,8	35,8	32,3	31,6	31,8	33,5	32,4	33,3	30,3
SUL	39,3	37,2	34,6	34,8	35,0	35,5	34,5	38,7	33,6
GO	53,8	51,9	53,2	50,5	50,1	47,9	54,1	52,1	49,0
MT	54,5	83,9	49,9	51,3	53,1	50,9	53,8	51,8	54,6
MS	47,3	46,4	49,9	44,5	45,4	49,7	47,8	52,3	42,7
DF	34,3	26,2	31,0	27,9	31,4	29,8	26,6	28,2	26,3
COE	56,0	53,5	50,3	48,5	48,9	49,6	50,7	48,8	47,8

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Variações do IES no Brasil, Regiões e Estados entre 2001 e 2009

Mais uma informação que acreditamos ser de relevância é aquela que mostra como ocorreu no Brasil, regiões e cada estado a variação do IES entre o último e o primeiro ano da série analisada. A Tabela 33 foi construída com esta finalidade.

Vale ressaltar que, como nos estados da região Norte, com exceção de Tocantins, o IBGE não fazia pesquisa da PNAD nas áreas rurais entre os anos de 2001 e 2003, o que comprometia os resultados globais dos indicadores para aqueles estados e região. Por esta razão, as comparações nesses casos serão feitas tendo 2004 como o ano-base de comparação. Na Tabela 35, mostramos as expansões das populações dos estados. Assim, pode-se comparar a variação do IES com aquela que aconteceu com a população em cada estado ou região.

Como pode ser conferido por estas evidências, em todos os estados e regiões e, por consequência no Brasil, a retração do IES aconteceu a um percentual bem menor do que a expansão da população entre 2001 e 2009. As comparações dos estados do Norte, com exceção de Tocantins, como se falou acima, são feitas no período 2004/2009.

Com efeito, a população brasileira se expandiu 10,7% entre 2001 e 2009, ao passo que o IES regrediu apenas 0,9%. A implicação deste resultado é que, em 2009, havia mais gente classificada como socialmente excluída do que acontecia em 2001. Vale ressaltar que este resultado fica bastante próximo àquele já demonstrado neste estudo, quando se faz a mesma comparação para o Brasil utilizando o IES de 2010, calculado com base no censo demográfico daquele ano, relativamente ao estimado com base no Censo Demográfico de 2000.

Tabela 35 – Variação do IES e das Populações no Brasil, Regiões e Estados, entre 2001 e 2009

Estados (1)	População em 2001 (2)	População em 2009 (3)	Variação da População 2001/2009 (4)=(3)-(2)	IES 2001 (%) (5)	IES 2009 (%) (6)	Variação 2001/2009 (%) (7)=(6)-(5)
BRA	173.324.177	191.795.854	10,7	22,5	21,6	-0,9
AC*	592.700	704.676	11,5	37,7	31,9	-5,8*
AP*	509.936	639.962	10,9	29,6	23,3	-6,3*
AM*	2.926.285	3.454.885	8,3	26,7	26,0	-0,7*
PA*	6.410.146	7.478.697	9,1	31,6	37,6	6,0*
RO*	925.358	1.530.717	1,3	33,6	31,7	-1,9*
RR*	343.128	430.291	12,8	28,3	22,3	-6,0*
TO	1.198.699	1.316.078	9,8	38,3	31,5	-6,8
NOR*	13.404.011	15.555.306	7,8	31,1	30,1	-1,0*
MA	5.777.949	6.468.999	12,0	44,2	36,7	-7,5
PI	2.889.071	3.193.209	10,5	43,8	38,6	-5,2
CE	7.617.245	8.568.590	12,5	40,1	34,5	-5,6
RN	2.840.124	3.188.123	12,3	32,2	31,6	-0,6
PB	3.486.386	3.825.673	9,7	40,4	35,6	-4,8
PE	8.056.963	8.819.891	9,5	36,0	35,5	-0,5
AL	2.876.723	3.205.596	11,4	45,7	42,4	-3,3
SE	1.835.785	2.052.381	11,8	31,1	28,9	-2,2
BA	13.275.195	14.697.416	10,7	39,4	34,2	-5,2
NED	48.655.438	54.019.878	11,0	39,4	34,7	-4,7
ES	3.184.318	3.479.636	9,3	24,6	21,7	-2,9
MG	18.268.225	20.088.147	10,0	22,1	19,6	-2,5
RJ	14.668.978	15.801.107	7,7	13,1	14,6	1,5
SP	37.986.966	41.097.258	8,2	10,2	11,3	1,1
SUD	74.108.489	80.466.148	8,6	14,3	14,2	-0,1
PR	9.758.939	10.699.883	9,6	21,1	17,8	-3,3
SC	5.499.167	6.159.456	12,0	14,0	13,9	-0,1
RS	10.371.772	10.916.828	5,3	16,9	16,1	-0,8
SUL	25.629.878	27.776.167	8,4	17,8	16,3	-1,5
GO	5.175.838	5.951.062	15,0	26,8	24,6	-2,2
MT	2.588.021	3.057.261	18,1	28,9	27,7	-1,2
MS	2.130.193	2.399.074	12,6	27,6	25,8	-1,8
DF	2.130.067	2.570.958	20,7	11,9	10,3	-1,6
COE	12.024.119	13.978.355	16,3	25,4	22,8	-2,6

Fonte: IBGE, 2001, 2009c.

Nota: * População de 2004.

Na região Norte, a população expandiu-se 7,8% entre 2004 e 2009. O IES regrediu 1,0% naquele período. No Nordeste, a população se expandiu 11,0% entre 2001 e 2009, ao passo que a regressão do IES foi de apenas 4,7% naquele período. No Sudeste, o IES regrediu apenas 0,1% entre 2001 e 2009, mas a população da região cresceu, no mesmo período, 8,6%. Na região Sul, enquanto a população expandiu-se 8,4%, no período sob investigação neste estudo, o IES retraiu-se apenas 1,5%. O Centro-Oeste, que apresentou o maior percentual de expansão da população entre 2001 e 2009 (16,3%), teve uma redução de 2,6% no IES entre 2001 e 2009, como se pode conferir nas evidências mostradas na Tabela 35.

Desses resultados, depreende-se que, no Brasil, nas regiões e nos estados, sem qualquer exceção, em termos absolutos, havia mais gente socialmente excluída em 2009, tal como definido neste estudo, do que em 2001. Pode-se dizer, portanto, que houve retrocesso social e econômico do Brasil como um todo naquele período, a despeito do crescimento que se observou no PIB do país.



EXCLUSÃO SOCIAL NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Nos dois últimos capítulos deste livro, ficou demonstrado que a região Nordeste exibe os indicadores econômicos e sociais mais difíceis do Brasil. É a região brasileira com os piores indicadores de exclusão em serviços essenciais e de renda no país.

Regiões pobres, como o Nordeste, exercem uma baixa capacidade de atração aos empreendimentos dos setores de transformação e de serviços, justamente devido ao reduzido poder de compra a que está submetida a maioria das suas populações. Um fator que também dificulta a atração desses empreendimentos é a baixa qualidade da força de trabalho que predomina nas regiões mais atrasadas.

Não obstante esse fato, observa-se que esses setores (transformação e serviços) são os que apresentam a maior participação na formação da renda bruta dos estados da região Nordeste. Contudo, esses empreendimentos se localizam nas grandes cidades, ou nos “Distritos Industriais” que se concentram nas regiões metropolitanas, sobretudo nas imediações das suas capitais, causando um descompasso nos processos de geração de renda e de acumulação de riquezas. Em resumo, provocam desigualdade na apropriação da renda e da riqueza geradas; criam uma falsa capacidade de atração das populações do interior que acreditam que podem encontrar ocupação nesses empreendimentos.

Como os setores de transformação e de serviços exigem um nível de qualificação de mão de obra mais refinado, o excedente de força de trabalho que migrar das áreas rurais para as zonas urbanas terá dificuldade de encontrar alocação nos trabalhos que, eventualmente,

sejam oferecidos nos conglomerados urbanos, tanto nas grandes cidades do Nordeste como naquelas de outras regiões do Brasil.

Fluxos migratórios decorrentes das dificuldades que as famílias rurais encontrarem para produzir e viver com um mínimo de dignidade nos seus locais de origem provocarão o caos urbano, à medida que o excedente migrante aboletar-se-á nos guetos, favelas ou palafitas das cidades. Ali, não encontrarão trabalho porque emprego não existe e, ainda que exista, estarão inabilitados para exercê-lo. Também não serão alcançados pelos já precários serviços de saneamento, água encanada, coleta de lixo, escola para os filhos, saúde...

Desta forma, a agricultura desempenha um papel bastante relevante para a região, quer como absorvedora de mão de obra ou como provedora de alimentos, ou ainda como geradora de renda monetária para as famílias rurais. Com condições minimamente adequadas (leia-se: com desenvolvimento rural), este setor segurará o êxodo rural em larga escala, o que já seria um bom começo para se começar a reverter o quadro de exclusão social da população regional em que o Nordeste apresenta recordes tanto em termos relativos como absolutos, conforme demonstramos neste trabalho.

Contudo, a produção agrícola do Nordeste brasileiro é afetada por dificuldades associadas à estrutura fundiária, às condições climáticas, bem como pela degradação dos recursos naturais da região, que é causada, em grande parte, pela ação antrópica através de práticas agrícolas predatórias, tanto por parte dos agricultores familiares como por parte de grandes empresários rurais.

Tentaremos sintetizar a complexa e holística interação entre fatores que conduzem à degradação da base dos recursos naturais no Nordeste. Da forma que se entende essa sinergia, pode-se listá-la na sequência sem que a ordem em que se apresentam as prováveis causas signifique prioridade ou importância maior ou menor. Todas as causas, na nossa avaliação, apresentam interfaces importantes.

Primeiro, o elevado grau de concentração da terra, que ainda prevalece na região, induzirá às práticas de exploração predatória dos solos. Isto porque, nos pequenos estabelecimentos, provocará a concentração de excedentes populacionais sobre pequenas unidades de terra de onde as famílias tentam extrair tudo o que for possível, dadas as suas necessidades alimentares, em geral, numerosas. Isto causa uma

superexploração dessas pequenas áreas com evidentes impactos sobre a degradação do recurso natural solo. Nos grandes estabelecimentos, por sua vez, a cobertura vegetal que, porventura, ainda permanecia original e diversificada passa a ser substituída por pastagens ou por imensas áreas de monoculturas.

O segundo fator que contribui para a pressão sobre os recursos naturais da região é a sistemática ocorrência de secas, sobretudo na enorme área do Semiárido, que ocupa aproximadamente a metade do território regional, já incluindo parte do Estado Maranhão. Observa-se que a região recebe um pequeno volume de precipitação de chuvas, ainda que este não seja o problema mais relevante concernente a este item, tendo em vista que se sabe da existência de tecnologias (ver, por exemplo: LUEBS, 1983; UNGER, 1983; van BAVEL e HANS, 1983) que podem ser utilizadas para superar as dificuldades associadas à escassez de chuvas. O maior problema é a irregular distribuição temporal (ano após ano) e espacial (dentro do próprio ano em que ocorrem) das chuvas na região Nordeste. Mesmo naqueles municípios do Nordeste onde há um patamar de precipitação de chuvas acima da média regional, a quadra chuvosa concentra-se em alguns poucos meses (três a quatro meses), com os demais nove a oito meses sem chuvas. Deve ainda ser considerada a baixa capacidade de retenção da água no solo. Essa capacidade de retenção de água é bastante limitada devido aos seguintes fatores: os solos estão desprotegidos de vegetação nativa devido ao desmatamento; o elevado nível de insolação que acontece na zona equatorial do planeta; os solos são muito arenosos, com baixo teor de matéria orgânica e reduzida profundidade; a elevada evapotranspiração, que provoca balanços hídricos negativos e de longa duração, causando fortes estresses hídricos, danosos às atividades agrícolas, durante boa parte do ano e em quase todos os anos.

O terceiro fator que listamos como negativamente impactante sobre a base de recursos naturais da região são as formas como as atividades agrícolas são praticadas no Nordeste. De um lado, observam-se os pequenos agricultores familiares (proprietários ou não) explorando as suas unidades de produção até à exaustão (justamente por causa dos tamanhos reduzidos e insuficientes dessas terras). Normalmente, utilizam o fogo como instrumentos de limpeza das áreas que serão destinadas aos plantios e, com isso, destroem a fertilidade natural dos solos, tendo em vista que queimam a matéria orgânica localizada nas camadas superficiais.

Este tipo de exploração da terra ocorre devido ao elevado nível de pobreza que prevalece entre esses pequenos produtores rurais. Nesses casos, a prioridade é a busca da sobrevivência e, por essa razão, estão absolutamente desmotivados a proceder a quaisquer práticas de conservação do solo, ainda que, eventualmente, conheçam algumas ou todas elas. Dessa forma, o já baixo nível de fertilidade natural do solo, que é vital para o nível de manejo praticado em grande parte do Nordeste, logo desaparecerá e jamais será reposto.

Por outro lado, no setor dito moderno da agricultura regional, observa-se o uso intensivo de agroquímicos, em todas as formas, que tendem a eliminar a biodiversidade original. Observa-se também o uso de equipamentos pesados. Esses maquinários, se utilizados de forma inadequada, provocam a compactação do solo e a destruição da camada superficial de matéria orgânica. Também por isso, mais recentemente, foi disponibilizada, para esses grandes agricultores, a prática do “cultivo direto”, que poupa, em parte, o uso de equipamentos pesados que compactem o solo, reduzindo um pouco os impactos. Contudo, permanece o uso intensivo de agroquímicos, como fertilizantes, corretivos de solo e pesticidas, que também induzem à degradação dos recursos naturais. Isto porque os solos, em geral, e os da região, não apresentam capacidades físicas e químicas para absorverem tamanha quantidade de produtos químicos. O uso intensivo de pesticidas contribui para a eliminação dos inimigos naturais das pragas e também destrói uma parte expressiva da fauna nativa, resultando num desbalanço nos naturais e frágeis ecossistemas que prevalecem no Nordeste brasileiro.

O último, porém não menos importante, fator que corrobora a degradação dos recursos naturais do Nordeste é o desflorestamento e a destruição da sua cobertura vegetal por várias e diferentes razões. Listaremos algumas delas. O material vindo da Caatinga do Nordeste é bastante utilizado como uma das principais fontes de energia na zona rural, tanto para o uso doméstico como para a utilização em empreendimentos de diferentes portes situados nas áreas rurais e urbanas. Esse processo exerce uma forte pressão sobre a remanescente cobertura vegetal ainda existente, com evidentes prejuízos tanto para a flora como para a fauna nativa, além de acelerar a indesejável erosão dos solos. A Caatinga, que é um complexo de vegetação que apenas acontece no Brasil, experimenta processo contínuo de destruição. Uma das causas é exatamente a matriz energética ainda utilizada no Nordeste.

Essas ações se agravam, à medida que sabemos que ainda não existe disseminada uma prática de recomposição da paisagem, tampouco há recursos disponibilizados para fazer reflorestamento na dimensão que seria necessária, apesar de já existir tecnologia disponível para este tipo de intervenção. Assim, o resultado líquido dessa sinergia entre a ação antrópica com os frágeis ecossistemas que prevalecem na região Nordeste é a degradação dos recursos naturais a uma taxa bastante expressiva. Isto rebate as famílias, que, pelas carências, serão pressionadas a abandonar os seus pequenos rincões e emigrar para as cidades, deixando para trás os familiares, cultura, amigos, animais de estimação, sua vida, enfim. Aventuram-se nas grandes cidades e o resultado nós já sabemos qual será.

0 Semiárido Brasileiro

Especificamente, no que concerne às dificuldades climáticas e de solos que prevalecem em boa parte da região Nordeste, sobressai o complexo e ainda diversificado ecossistema que conhecemos como Semiárido. Nos municípios inseridos nas áreas semiáridas, as dificuldades associadas à produção agropastoril e à promoção do desenvolvimento rural se exacerbam em relação às demais áreas do Nordeste, que, como acabamos de mostrar, já são por demais difíceis.

Por causa das dificuldades climáticas, de regimes pluviométricos que se concentram em poucos meses do ano, e em que há ocorrência sistemática de escassez de chuvas, torna-se mais difícil a sobrevivência do ser humano e dos demais seres vivos (animais e plantas) nessas áreas. Desenhar ações que viabilizem a convivência com o fenômeno de escassez hídrica e com a agressividade dessa complexidade de ecossistemas conhecida como Semiárido, tem-se constituído num grande desafio para quem estuda e para quem toma decisões políticas objetivando a busca do bem-estar social e econômico das populações residentes nesses ambientes.

Vale ressaltar que parte dos problemas advindos da escassez de produção e de capacidade de sustentação da vida animal e vegetal nessas áreas, como já se enfatizou anteriormente, mas nunca é demais lembrar, decorre bastante da ação humana e se constitui, a um só tempo, em causa e consequência da pobreza que prevalece nesses ambientes de Semiárido. Como discutimos em capítulo anterior deste trabalho, há

uma relação forte e biunívoca entre degradação ambiental e dos recursos naturais com a pobreza rural. A pobreza rural contribui para a degradação do ambiente em que sobrevivem essas pessoas. O ambiente mais degradado não lhes proporciona condições de produzir minimamente, sequer para a subsistência familiar. Isso incrementa a pobreza das famílias rurais. Esta sinergia pode ser sintetizada da seguinte forma: a pobreza induz as pessoas a degradarem (involuntariamente) os recursos naturais e o ambiente em que vivem. Recursos naturais e ambiente degradados têm menor capacidade de produção e de sustentação das famílias rurais. Forma-se assim um círculo vicioso muito difícil de ser rompido, mas que precisa ser destruído. Daí, a necessidade da promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável para o Semiárido, tal como discutimos neste livro. Mas para isso, deve-se buscar o entendimento das maiores, entre tantas, carências que acontecem nesses ecossistemas.

Este cenário prevaleceu por longos anos nos estados do Nordeste, a partir do Piauí até a Bahia, mas afeta alguns municípios maranhenses, que também apresentam sintomas claros de presença de áreas semiáridas na sua superfície. Tentaremos demonstrar neste capítulo que, pelo menos, quarenta e seis (46) municípios maranhenses apresentam características climáticas semelhantes, indicadores sociais e econômicos bem piores do que aqueles exibidos por municípios já reconhecidos oficialmente como pertencentes ao Semiárido.

Delimitação do Semiárido Brasileiro

O Nordeste brasileiro é uma das três grandes áreas semiáridas da América do Sul em que predominam combinações de temperaturas médias anuais muito elevadas, com irregular regime pluviométrico, o que faz essa região sempre apresentar balanço hídrico negativo em boa parte dos anos (AB´SÁBER, 1999, p. 07). Isto dificulta as práticas agrícolas, sobretudo quando exercidas sem o uso de tecnologias adequadas para aquelas condições.

A esses problemas climáticos, que decorrem da posição geográfica da região, mas que também contam com forte contribuição do ser humano, agregam-se os elevados níveis de concentração fundiária, que corroboram a situação de instabilidade das populações rurais do Semiárido. Esta sinergia de eventos contribui para que parte significativa da população

rural dessas áreas migre para as áreas urbanas dos municípios nordestinos, sobretudo aqueles de maior densidade populacional, como o são as capitais dos estados. Mais recentemente, o destino dos emigrantes do Nordeste tem sido também os estados do Norte do Brasil. Para ali se deslocam, ocupando os espaços geográficos mais insalubres e, como desconhecem a aspereza daquelas áreas e não têm habilidade para exercerem funções de melhor remuneração, boa parte acaba trabalhando em regime de semiescavidão. Esta é uma denúncia que se tem tornado muito frequente em todos os veículos da mídia nacional nos últimos tempos.

Não obstante existir uma definição técnica de Semiárido mundialmente consolidada, observa-se uma notável confusão tanto em nível de parlamento como em nível dos governos brasileiros no que concerne à aplicação do conceito para a caracterização dos municípios do Semiárido brasileiro. O que transparece é que prevalecem mais critérios políticos, o que não seria ruim, se não viessem contaminados de interesses de poderosos das elites econômicas da região, que costumam sobrepor esses interesses privados às evidências técnicas. Desta forma, conseguem impor as suas vontades, quase sempre, buscando atender interesses paroquiais e que, por isso mesmo, não beneficiam os sujeitos que deveriam ser os principais destinatários das políticas públicas.

Isto porque, no Semiárido, concentram-se os maiores bolsões de pobreza do Brasil, onde sobrevive um contingente populacional não-desprezível, em elevado estágio de exclusão social e, por isso mesmo, muito vulnerável às ações das espertezas políticas. Assim, qualquer político que acene com algum “benefício” paliativo para essas áreas carentes receberá, como contrapartida, a perpetuação de seus poderes políticos locais através do “voto de cabresto”. Poderes que se transformam numa fonte inesgotável de acúmulo de riqueza material em detrimento de uma imensa população socialmente excluída de serviços essenciais e de renda monetária.

De um ponto de vista técnico, segundo as Nações Unidas, o que caracteriza uma região como semiárida é ter o seu Índice de Aridez (IA) compreendido entre os valores absolutos de 20 e 50, da seguinte forma:

$$20 < IA < 50.$$

O Índice de Aridez (IA), tal como definido pela Organização das Nações Unidas, citada pela Funceme (2005), foi criado por Thornthwaite (1948), sendo estimado de acordo com a seguinte equação:

$$IA = 100 \times (Pr / ETo),$$

na qual, Pr é a precipitação de chuvas e ETo é a Evapotranspiração potencial.

A partir dos resultados encontrados na equação de definição do IA, as Nações Unidas estabelecem as seguintes caracterizações para as regiões, tudo sendo baseado no trabalho original e seminal de Thornthwaite (1948):

Tabela 36 – Definição dos Tipos de Clima, de Acordo com o Índice de Aridez

Caracterização das Regiões de Acordo Com o Tipo de Clima	Índice de Aridez (IA)
Árido	$IA < 20$
SemiÁrido	$20 < IA < 50$
Subúmido Seco	$50 < IA < 65$
Subúmido e Úmido	$65 < IA < 100$
Úmido	$IA > 100$

Fonte: FUNCEME, 2005.

Agora, vejamos como os deputados e senadores constituintes definiram Semiárido e colocaram no texto constitucional de 1988, conforme se depreende da passagem a seguir, extraída de Silva (2008).

O conceito de semi-árido no Brasil (já que esta também é mais uma jabuticaba, fruto que somente acontece no nosso país) é decorrente de uma norma da Constituição Brasileira de 1998 que no seu Artigo 159 institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). A norma constitucional determina a aplicação no semi-árido de 50% dos recursos destinados ao Fundo. A Lei 7.827 de 27 de setembro de 1989 regulamenta a Constituição Federal, define como semi-árido a região inserida na área de atuação da SUDENE, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 milímetros (SILVA, 2008, p. 17, grifo do autor).

Esta definição de Semiárido leva em consideração apenas o montante de chuvas caído durante o ano. Nenhuma referência é feita acerca da distribuição espacial e temporal, que, de fato, é o maior problema associado à distribuição pluviométrica. Por essas razões, a definição que está na Constituição de 1988 contraria o preceito técnico, que define as áreas sob aquele complexo e frágil ecossistema com base em critérios de balanço hídrico entre a água que cai e aquela que é eliminada pela evaporação e pela transpiração, sobretudo dos vegetais.

Como se verifica pelas evidências mostradas na Tabela 36, que decorrem da aplicação da avaliação do balanço hídrico estimado pela equação que acabamos de definir e que é internacionalmente reconhecida como aquela que de fato caracteriza as áreas de acordo com as suas características climáticas, a definição constitucional de Semiárido, no Brasil, parece estar contaminada por vertente política. Esse viés parece atender aos interesses lobistas de constituintes da região que participaram da elaboração da Constituição de 1988.

No começo de março de 2005, os ministros titulares do Ministério da Integração Nacional, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia publicaram a Portaria Interministerial nº 1, de 09 de março de 2005, que foi publicada no Diário Oficial da União no dia 11/03/2005, e que, nos seus artigos primeiro e segundo, trazia a seguinte redação:

aprovar a redelimitação da Região Semi-Árida do Nordeste constante no Relatório Final, que tem por base os resultados do Grupo Interministerial instituído pela Portaria nº 6 de 29 de março de 2004, que atualiza a relação dos Municípios compreendidos na referida região, observando, além do critério estabelecido na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, os demais:

Parágrafo 1º - isoietas de 800 mm

Parágrafo 2º - Índice de Aridez

Parágrafo 3º - Déficit hídrico

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data (BRASIL, 2005).

Os redatores dos artigos dessa Portaria parecem desconhecer que o índice de aridez é um critério muito mais rigoroso. Parece que há uma fixação na “isoietas de 800mm”, de modo que ela sempre aparece nas definições oficiais de Semiárido; parecem desconhecer que “isoietas de 900mm ou de 1.000mm”, por exemplo, concentradas em três ou quatro

meses, com as condições de solo do Nordeste, também provocarão déficits hídricos, que, associados a forte evapotranspiração potencial, que acontece neste lado do planeta, provocarão índices de aridez baixos e compatíveis com a caracterização técnica de climas áridos ou semiáridos. Contudo, se isso acontecer, a Portaria Interministerial decreta que não é Semiárido. Cria-se assim uma desnecessária confusão, que abrirá espaços para demandas políticas, nem sempre isentas de interesses privados, como discutimos acima.

Em 2007, portanto, dois anos depois da publicação daquela Portaria de março de 2005, foi criada a Adene (Agência de Desenvolvimento do Nordeste), que é o órgão que substituiu a Sudene, portanto, uma instituição oficial ligada ao Ministério da Integração. Vejamos a nova definição na passagem seguinte sacada daquele documento oficial:

do ponto de vista climático, a “Região Semi-Árida é aquela formada pelo conjunto de lugares contíguos, caracterizada pelo balanço hídrico negativo, resultante de precipitações médias anuais iguais ou inferiores a 800 mm, insolação média de 2.800h/ano, temperaturas médias anuais de 23° a 27° C, evaporação de 2.000 mm/ano e umidade relativa do ar média em torno de 50%. Caracteriza-se essa região por forte insolação, temperaturas relativamente altas e pelo regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações num curto período, de apenas três meses. Situada na porção central da Região Nordeste, tendo os seus limites contornados por áreas sub-úmidas, exceto na porção setentrional, a Região Semi-Árida tem sido convencionalmente delimitada pela isoietas de 800 mm. Com relação ao quadro ecológico, caracteriza-se essa Região pelo domínio do ecossistema das caatingas. A vegetação é de porte arbóreo e arbustivo, onde predominam espécies decíduas e espinhentas, com elevado grau de xerofilismo. Os solos são arenosos ou areno-argilosos, pobres em matéria orgânica, muito embora, com regular teor de cálcio e potássio, predominando os tipos: Bruno não-Cálcico, Podzólico Vermelho-Amarelo Eutrófico, Cambissolo-Litólico, Latossolo Vermelho-Amarelo Distrófico, Planossolo Solódico, Regossolo e Solonetz. Os solos rasos e pedregosos da Região são derivados principalmente de rochas cristalinas, praticamente impermeáveis, nas quais as possibilidades de acumulação de água se restringem às zonas fraturadas (BRASIL, 2007).

A Adene conseguiu resumir, na sua definição, algumas características bióticas e abióticas que possibilitam o balanço hídrico ser um fundamental instrumento para caracterizar o Semiárido. Todo aquele conjunto de informações adicionais que está citado nesta definição provocará um

balanço hídrico que, quase sempre, resultará nos valores de Índice de Aridez inferiores a 50. Portanto, trata-se de um detalhamento maior do conceito que está sintetizado na equação de definição do Índice de Aridez e na Tabela 36, embora continue insistindo desnecessariamente, na nossa avaliação, na isoieta de 800 milímetros.

Isto, contudo, não foi suficiente para tranquilizar alguns funcionários que tiveram poder de decisões no Ministério da Integração Nacional, no passado não muito remoto. Tanto assim que os dirigentes daquele ministério resolveram fazer, em 2005, o que chamaram “atualização” do conceito de Semiárido. Com essa “atualização conceitual”, conseguiram criar mais dúvidas do que oferecer, de forma clara e objetiva, os critérios que levam aquele órgão a incluir ou excluir municípios das áreas semiáridas no Nordeste brasileiro.

Conforme Portaria do Ministério da Integração Nacional, que recebeu o número 89, publicada em 16 de março de 2005, já aparecia a “nova delimitação do Semiárido brasileiro, que foi publicada na cartilha denominada “Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro”. Nesse documento se lê, na página 3, a seguinte “atualização”, no mesmo mês em que havia sido publicada a definição interministerial. Vejamos o que lá está escrito:

para a nova delimitação do semiárido brasileiro o GTI (Grupo de Trabalho Interministerial) tomou por base três critérios técnicos: I. a precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; II. índice de aridez de até 0,5 no período entre 1961 e 1990; e III. risco de seca maior do que 60% tomando-se por base o período entre 1970 e 1990 (BRASIL, 2005).

Veja-se que o Ministério da Integração preferiu substituir o fundamento estritamente técnico e objetivo do tamanho do índice de aridez, mundialmente aceito, introduzindo critérios subjetivos, que dão margens a diferentes interpretações. O Semiárido é caracterizado, segundo a definição acima, de acordo com a sinergia de três critérios que devem acontecer, ao que se depreende da definição acima, de forma simultânea, sendo um deles fortemente subjetivo. O primeiro relacionado na passagem acima, chover abaixo de 800 milímetros, é absolutamente desnecessário, caso não se estabeleça a distribuição temporal das chuvas. Se aqueles 800 milímetros se distribuírem de uma forma mais homogênea ao longo do ano, até poderia haver a possibilidade de a área, sob essas condições,

não ser caracterizada como semiárida. Por outro lado, uma média de 900 milímetros anuais pode, como discutimos acima, perfeitamente, caracterizar um clima semiárido, dependendo da forma como se distribui, dos solos que receberem essas chuvas, da insolação, do balanço hídrico, enfim. Por isso, a Adene enfatiza a condição de a chuva se concentrar num período de apenas três meses, o que caracteriza concentração temporal.

Mas o pior da “atualização” do Ministério da Integração Nacional é o “risco de ocorrer seca ser maior do que 60%”. No Nordeste, há o que chamamos de “seca verde”, que caracteriza períodos de desenvolvimento das culturas, em que, embora chovendo, as precipitações acontecem em quantidade insuficiente para sustentar a fisiologia de partes vitais das culturas, sobretudo aquelas voltadas para a formação de inflorescências e dos frutos. Este “critério técnico” suscita a pergunta: em que nível de precipitação de chuvas poder-se-ia caracterizar o que se chama de “seca”? Seria apenas quando chovesse zero milímetro? Em uma pergunta-chave: qual seria a quantidade mínima de chuva para caracterizá-la como sendo seca? Não havendo este ponto de corte, o critério ficará na dependência de interpretações diferentes.

Assim, acreditamos que a Portaria do Ministério da Integração Nacional colocou mais dúvidas do que esclareceu acerca da forma como o governo realmente reconheceu os municípios que aparecem ao final da sua Cartilha como inclusos no Semiárido brasileiro. Isto significa que podem prevalecer, de fato, critérios políticos, na pior acepção do termo. Isto não é bom para o ministério que cuida desses problemas, pois pode cometer injustiças sociais, mas também é danoso para as populações, que poderiam ter acesso aos benefícios das áreas semiáridas, mas não os têm devido a os critérios de definição estarem submetidos a diferentes interpretações, não necessariamente as mais corretas e que atendam a preceitos internacionalmente reconhecidos. Na nossa modesta opinião, bastava apenas seguir, para o Brasil, a definição da equação do índice de aridez (IA) e as faixas que foram estabelecidas pelas Nações Unidas, que são mundialmente aplicadas e aceitas.

Com base nesses critérios, que podem cometer injustiças por exclusão, atualmente, o Ministério da Integração Nacional, do governo federal, reconhece como Semiárido brasileiro uma área que se espalha por 1.133 municípios, que se agregam num espaço físico de 982.563,3 quilômetros quadrados, abrangendo nove estados. Os estados incluídos atualmente no Semiárido, com as respectivas quantidades de municípios,

são os seguintes: Piauí (127), Ceará (150), Rio Grande do Norte (147), Paraíba (170), Pernambuco (122), Alagoas (38), Sergipe (28), Bahia (266) e Minas Gerais (85). A população total é de 22,6 milhões de habitantes, sendo que, aproximadamente, 57% sobrevivem nas áreas urbanas e 43%, nas áreas rurais (IBGE, 2010a).

Por Que o Maranhão Já Deveria Fazer Parte do Semiárido?

A inserção do Maranhão na região semiárida do Brasil, sem dúvida, contribuirá para corrigir uma pesada dívida social que os que governam o Brasil têm com um conglomerado humano de 1,43 milhão de habitantes (21,7% da população do estado em 2010, como se depreende das evidências mostradas na Tabela 37), que apresenta alguns dos mais degradantes indicadores sociais e econômicos no próprio Nordeste, que já é, como se demonstrou neste trabalho, a região mais carente do Brasil. Incluir os municípios maranhenses no Semiárido significará que aquele contingente populacional será alcançado por inúmeros benefícios decorrentes das políticas públicas diferenciadas para esses ecossistemas. Dentre os benefícios da inserção do Maranhão no Semiárido, o principal é poder ter acesso, de forma diferenciada (como já acontece nos demais municípios já reconhecidos como pertencentes ao Semiárido) ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Ministério da Integração Nacional, aos juros e períodos de carências diferenciados do Pronaf, conforme podemos ler na página 05 da Cartilha do Minter (BRASIL, 2005).

Pode-se destacar ainda a possibilidade de poder ter acesso aos programas nacionais de recuperação de áreas degradadas e de combate à desertificação. O fenômeno da desertificação é definido pelas Nações Unidas como a degradação da base de recursos naturais, que leva ao desaparecimento da flora e da fauna nativas, e que é causado, ao menos em parte, pela ação antrópica. Esta ação do ser humano se dá por via da prática de agricultura predatória, grandemente influenciada pela pobreza rural. Este fenômeno ocorre em áreas áridas, semiáridas e subúmidas secas. Com efeito, já se observa, em alguns municípios maranhenses, que têm todas as características de Semiárido, indícios fortes de degradação dos recursos naturais com indução para a formação de desertos.

Dentro do Nordeste, o Maranhão juntamente com o Piauí e Alagoas se constituem nos estados que detêm os piores indicadores econômicos e sociais do Brasil. Dentre os 217 municípios maranhenses, existem, pelo menos, 46 que apresentam características de clima, solos, cobertura vegetal, de privações de renda, de ativos sociais, de exclusão social, além de indicadores econômicos, que os colocam em patamares bastante semelhantes e até inferiores àqueles exibidos nos municípios que, atualmente, são identificados oficialmente como pertencentes ao Semiárido brasileiro. Nesta parte do estudo se pretende mostrar algumas dessas evidências.

A proposta de enquadramento de municípios em áreas semiáridas não é feita como se fora um mero exercício acadêmico. Tampouco deve atender a demandas políticas que possibilitem que políticos tirem dividendos da situação de carências que predomina nessas áreas. A finalidade precisa, e deve ser, é bem mais nobre. Trata-se de demonstrar, a quem toma decisões de políticas públicas, que existem locais onde as condições de vida são bem mais adversas e, por esta razão, as famílias residentes em áreas assim devem receber um tratamento diferenciado das políticas públicas. Não apenas por viverem em condições desumanas, mas porque, em consequência de uma vida assim, são potenciais emigrantes que engrossarão os cinturões de misérias das cidades de todos os portes.

Nesta parte deste documento, tenta-se demonstrar que as condições atualmente prevalecentes em 46 dos 217 municípios maranhenses (que têm todas as características de Semiárido, tal como definido por organismos internacionais) são tão ruins, ou até piores, do que aquelas que prevalecem no conjunto dos municípios que hoje são reconhecidos como pertencendo ao Semiárido no Brasil.

Se for assim, então, a esses municípios maranhenses, ou a quaisquer outros em idênticas situações, devem ser dados os mesmos tratamentos de políticas públicas, sob pena de serem cometidas injustiças sociais e, pior do que isso, o próprio Estado brasileiro continuar condenando, por omissão, um contingente de brasileiros a padrões de vida absolutamente indignos com a sua condição de seres humanos. Assim, pretende-se demonstrar, também pelas evidências dos indicadores sociais e econômicos, que os municípios maranhenses que se requer que sejam reconhecidos como pertencentes ao Semiárido brasileiro são iguais ou piores do que aqueles que prevalecem no conjunto dos municípios que já têm este reconhecimento por parte do governo federal.

As implicações da ocorrência de áreas semiáridas numa região, ou num estado, além de subjugarem a população desassistida a um padrão elevado de exclusão social, torna as áreas mais susceptíveis ao fenômeno da degradação dos recursos naturais, com risco de desertificação. Assim, justifica-se esta parte do estudo, na perspectiva de, uma vez demonstrado tecnicamente que os municípios maranhenses têm características de Semiárido, que se busquem imediatamente as gestões que façam prevalecer essa constatação, de tal sorte que aquele contingente de maranhenses venha a ter a possibilidade de passar a usufruir dos instrumentos diferenciados de políticas públicas destinados para o Semiárido brasileiro.

Para caracterizar os 46 municípios maranhenses para os quais já existem fortes indícios de características de região semiárida, desenhasse uma metodologia que se desenvolve em algumas etapas. A primeira consiste na estimativa do Índice de Aridez (IA) para os 46 municípios. O IA baseia-se na metodologia desenvolvida por Thornthwaite (1948), que mede a relação entre evapotranspiração potencial, tal como definida por esse autor, e o total precipitado de chuvas numa determinada localização. Para calcular a evapotranspiração potencial de um determinado lugar, para fins de comparar o ingresso de água no solo (precipitação de chuvas nas terras baixas tropicais) com as saídas decorrentes dos processos de evaporação e de transpiração, leva em conta que o solo, que funciona como reservatório de água, armazena 100mm por metro quadrado-ano. Esta proposição é oficialmente aceita pelas Nações Unidas como a adequada para aferir as características de uma região, no que concerne a ser definida como árida, semiárida, subúmida seca e subúmida úmida (FUNCEME, 2005).

Trata-se de uma generalização, ainda hoje muito adotada, por permitir comparar lugares diferentes. Entretanto, como em geral acontece com muitas generalizações, perdem-se detalhes que podem ter importantes significados. Assim, se o solo apresentar capacidade de armazenar superior ou inferior àquela quantidade (100mm por ano), o cálculo da evapotranspiração potencial passa a apresentar resultados divergentes à realidade em maior ou menor magnitude. Torna-se, assim, bastante interessante que os cálculos pertinentes reflitam, com a exatidão possível, a real capacidade de armazenamento de água no solo.

No caso do Estado do Maranhão, os dados presentemente mostrados consideram o valor habitualmente utilizado, ou seja, admite-se que os

solos tenham capacidade anual de armazenar 100 milímetros de água por metro quadrado. Entretanto, sabe-se que muitos dos municípios para os quais se estabelece a hipótese de pertencerem ao Semiárido têm essa capacidade diminuída, principalmente em função da textura “arenosa” dos solos, fato que interfere diretamente no valor calculado para a evapotranspiração potencial e, conseqüentemente, no déficit hídrico.

Municípios maranhenses como Barreirinhas, Codó, Caxias, Morros, Nina Rodrigues, Santo Amaro, São Benedito do Rio Preto, Tutoia, Urbano Santos, Vargem Grande e outros, onde predominam solos arenosos, frequentemente sem estrutura, rasos, com baixos teores de matéria orgânica, certamente, apresentarão valores de déficits hídricos iguais ou maiores que aqueles dos municípios que já fazem parte do Semiárido brasileiro. Este quadro agrava, em proporções ainda indefinidas, o caráter de semiaridez das terras de muitos dos municípios maranhenses.

Como se depreende da observação acima, a estratégia de estimação do índice de aridez acaba sendo conservadora, à medida que adota, como hipótese, que os solos dos municípios que se supõe pertencerem ao Semiárido, provavelmente disponham de uma capacidade de armazenamento de água inferior em quantidade. Portanto, os índices de aridez presentemente estimados para os municípios maranhenses e apresentados na Tabela 37, provavelmente são menos expressivos do que os verdadeiros índices, o que reduz, substancialmente, a margem de erro probabilístico deste documento em benefício da hipótese que está se querendo provar, que é aquela mostrando que os municípios têm características de semiárido.

As estimativas dos Índices de Aridez dos municípios maranhenses foram realizadas pelo Laboratório de Climatologia da Universidade Estadual do Maranhão (Uema) em 2005. Como o Maranhão é um dos três estados mais pobres do Brasil, também tem dificuldade de conseguir reunir informações climatológicas para todos os seus municípios. De fato, a Uema conseguiu contabilizar informações de apenas 15 dos 46 municípios para onde se estabelece a hipótese de que detém características de semiárido.

Contudo, como todos os 46 municípios maranhenses para os quais se formulou a hipótese de pertencerem ao Semiárido, estão distribuídos geograficamente muito próximos, possuem revestimento florístico semelhante, assim como os solos são muito parecidos, têm características de precipitação de chuvas e de evapotranspiração potencial semelhantes,

acredita-se que não estaremos cometendo um erro grosseiro de inferência estatística, se asseverarmos que esses municípios maranhenses devem apresentar índices de aridez bastante próximos aos observados na Tabela 38. Além disso, como se demonstrará nesta parte do estudo, todos eles apresentam indicadores sociais e econômicos muito parecidos e, em muitos casos, piores do que os indicadores dos municípios já inseridos no Semiárido pelo Ministério da Integração Nacional.

Os resultados encontrados na estimação do Índice de Aridez (IA) para os quinze municípios maranhenses para os quais se dispunha de informações confiáveis estão apresentados na (Tabela 37).

Tabela 37 – Índices de Aridez em Quinze (15) Municípios Maranhenses em que as Informações estão Disponíveis

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE ARIDEZ (IA)
Barreirinhas	39
Benedito Leite	33
Brejo	32
Buriti Bravo	19
Caxias	34
Codó	37
Chapadinha	36
Colinas	15
Loreto	53
Matões	36
Santa Quitéria	41
Timbiras	39
Timon	31
Tutoia	44
Urbano Santos	34

Fonte: LABORATÓRIO DE CLIMATOLOGIA DA UEMA, 2005.

Como se observa através das evidências mostradas na Tabela 37, todos os municípios para os quais se dispõe de informação, com exceção de Buriti Bravo, Colinas e Loreto, apresentam Índices de Aridez que os colocam na definição de clima semiárido. Buriti Bravo e Colinas apresentam índices de aridez que os colocam na faixa de clima árido,

o que é muito mais grave, porque as dificuldades climáticas são bem maiores do que naqueles de semiaridez. Loreto fica qualificado no limite entre clima semiárido e subúmido seco. Deste resultado, depreende-se que a hipótese desta parte do estudo praticamente se confirma, ao menos para esses 15 municípios maranhenses (Tabela 37).

Indicadores Econômicos e Sociais dos Municípios do Semiárido Brasileiro

Tendo apresentado uma breve justificativa do porquê de o Maranhão também dever ter ao menos 46 dos seus 217 municípios no Semiárido brasileiro, passa-se a discutir os resultados que mostram como estão os indicadores econômicos e sociais de todos os municípios já reconhecidos pelo Ministério da Integração, mas incorporando os municípios maranhenses, objetivando confrontar os resultados desses com aqueles dos demais municípios já inseridos no Semiárido.

Na Tabela 38 apresenta-se a extensão atualizada do Semiárido brasileiro, tal como definido pelo Ministério da Integração Nacional. Nesta tabela, colocamos os 46 municípios maranhenses, que, embora ainda não reconhecidos oficialmente, têm características de semiárido, como discutimos na seção anterior.

Das evidências mostradas na Tabela 38, depreende-se que Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba são os três estados brasileiros com maiores percentuais de populações inseridas no Semiárido. O Ceará tem 55,9% da sua população vivendo naquele ecossistema. O Rio Grande do Norte tem 55,7% e a Paraíba tem 55,6% da sua população no Semiárido. Em termos absolutos, Bahia, Ceará e Pernambuco detêm os maiores contingentes populacionais no Semiárido. Na Bahia, são 6,74 milhões de pessoas. No Ceará, são 4,72 milhões e, em Pernambuco, são 3,67 milhões vivendo nos municípios inseridos no Semiárido. A população total do Semiárido, incluindo 1,4 milhão de pessoas que sobrevivem nos 46 municípios maranhenses, é de aproximadamente 24 milhões de pessoas, o que representa 33% da população do Nordeste e de Minas Gerais em 2010 (Tabela 38).

Tabela 38 – Municípios, População, PIB Agregado e PIB do Estado e do Semiárido

Estado	Total Municípios (1)	Municípios no Semiárido. (2)	População Total em 2010 (3)	População Semiárido em 2010 (4)	(4) / (3) = (5) (%)	PIB do Estado 2009 (R\$1000,00) (6)	PIB do Semiárido em 2009 (R\$1000,00) (7)	(7) / (6) (%)
MA*	217	46	6.574.789	1.428.421	21,7	39.854.676,63	6.405.796,58	16,1
PI	224	127	3.118.360	1.047.344	33,6	19.032.665,02	4.476.866,12	23,5
CE	184	150	8.452.381	4.724.705	55,9	65.703.760,57	24.169.937,79	36,8
RN	167	147	3.168.027	1.764.735	55,7	27.904.988,65	12.963.671,22	46,5
PB	223	170	3.766.528	2.092.400	55,6	28.718.598,47	11.947.034,26	41,6
PE	185	122	8.796.448	3.667.559	41,7	78.428.308,14	19.575.933,92	25,0
AL	102	38	3.120.494	900.549	28,9	21.234.950,63	4.170.585,49	19,6
SE	75	28	2.068.017	393.434	19,0	19.767.110,93	3.221.038,72	16,3
BA	417	266	14.016.906	6.740.697	48,1	137.074.670,70	38.673.720,07	28,2
MG	853	85	19.597.330	1.232.389	6,3	287.054.747,64	6.558.215,34	2,3
TOTAIS	2.647	1.179	72.679.280	23.992.233	33,0	724.774.477,38	132.162.799,51	18,2

Fonte: IBGE, 2010a.

Nota: *O Maranhão ainda não tem municípios participando oficialmente no semiárido brasileiro.

O PIB do Semiárido representa apenas 18,2% do PIB agregado da região Nordeste, acrescido do PIB dos municípios de Minas Gerais que fazem parte do Semiárido. Rio Grande do Norte (46,5%), Paraíba (41,5%) e Ceará (36,8%) são os estados cujos PIBs agregados do Semiárido têm maior participação nos PIBs dos respectivos estados. Minas Gerais tem apenas 2,3% do seu PIB agregado gerados nos 85 municípios que estão inseridos no Semiárido (Tabela 38).

O PIB *per capita* de cada estado, bem como das áreas semiáridas, está apresentado na Tabela 39. Nesta tabela, também se mostram os valores extremos (máximo e mínimo), em cada estado, dos valores do PIB médio. Observa-se que os semiáridos de todos os estados apresentam PIBs médios muito baixos, bastante menores do que as médias dos estados. Vale lembrar que, no Nordeste, estão os menores PIB *per capita* do Brasil. É bom também lembrar que o salário mínimo mensal, em 2009, era R\$ 465,00 ou o equivalente anual de R\$ 5.580,00. Observa-se que apenas nos semiáridos do Rio Grande do Norte e de Sergipe, o PIB médio anual superou aquele valor. Nos semiáridos do Piauí e do Maranhão, onde se observaram os menores PIB *per capita* de 2009, o valor representou apenas 76,6 e 80,4%, respectivamente, do salário mínimo daquele ano (Tabela 39).

O PIB médio do Semiárido em 2009, incluindo o Maranhão, foi de R\$ 5.508,57, valor que representava apenas 98,7% do salário mínimo daquele ano. Dos 1.179 municípios do Semiárido, em apenas 150, o PIB *per capita* superava o valor de R\$ 5.508,57 (média do Semiárido em 2009). Nesses municípios, vivem 7.617.573 pessoas ou 31,6% da população do Semiárido. O PIB *per capita* deste grupo é de R\$ 8.745,25, o equivalente a 1,6 salário mínimo do ano de 2009.

Nos demais 1.029 municípios do Semiárido, o PIB *per capita* é menor do que a média de todo o grupo (R\$ 5.508,57). Nesses municípios, o PIB *per capita* era de R\$ 3.676,06, o que representava apenas 67,0% do PIB médio do Semiárido, e 65,9% do salário mínimo do ano. Nesses municípios, sobrevivem 16.484.950 ou 68,4% da população do Semiárido.

Estas constatações servem para fazer duas inferências muito ruins de um ponto de vista econômico. O PIB da maioria dos municípios do Semiárido é muito baixo e se distribui de forma muito desigual, a ponto de a amplitude de variação oscilar entre R\$ 2.203,83 e R\$ 90.233,45. Esses valores gravitam, como se viu, em torno de uma média de apenas R\$ 5.508,57, portanto, com uma distribuição fortemente assimétrica.

Tabela 39 – PIB per Capita e Valores Extremos no Geral e no Semiárido de Cada Estado em 2009

Estado	GERAL			SEMI-ÁRIDO		
	PIB <i>per capita</i> em 2009 (R\$)	Menor PIB <i>per capita</i> em 2009 (R\$)	Maior PIB <i>per capita</i> em 2009 (R\$)	PIB <i>per capita</i> em 2009 (R\$)	Menor PIB <i>per capita</i> em 2009 (R\$)	Maior PIB <i>per capita</i> em 2009 (R\$)
MA*	6.259,43	1.929,97	36.707,09	4.484,53	2.203,83	13.397,05
PI	6.051,10	2.358,24	28.383,04	4.274,49	2.358,24	14.319,49
CE	7.686,62	2.623,99	26.172,98	5.115,65	2.623,99	19.642,75
RN	8.893,90	3.314,72	90.233,45	7.345,96	3.314,72	90.233,45
PB	7.617,71	3.232,63	44.978,85	5.709,73	3.232,63	11.142,20
PE	8.901,93	2.950,82	93.791,75	5.337,59	2.950,82	16.513,18
AL	6.728,21	2.649,48	13.028,95	4.631,16	2.649,48	7.880,34
SE	9.787,25	4.278,65	56.196,05	8.186,99	4.484,70	39.456,09
BA	9.364,71	2.327,15	360.815,83	5.737,35	2.327,15	17.509,38
MG	14.328,62	3.173,39	187.402,18	5.321,55	3.173,39	13.528,63
TOTAIS	9.816,70	1.929,97	360.815,83	5.508,57	2.203,83	90.233,45

Fonte: IBGE, 2009b.

Nota: *O Maranhão ainda não tem municípios participando oficialmente no semiárido brasileiro.

Os valores extremos estavam no Maranhão e no Rio Grande do Norte. No Maranhão, o município de Tutoia tinha o menor PIB médio dos municípios do Semiárido em 2009. Naquele município maranhense, o PIB *per capita* foi de R\$ 2.203,83, ou apenas 39% do valor anualizado do salário mínimo daquele ano no Brasil. O município de Guamaré, no Rio Grande do Norte, tinha o maior PIB *per capita* de todos os 1.179 municípios que têm características de Semiárido. Com efeito, para aquele município, o IBGE estimou uma média de R\$ 90.233,45 em 2009. Este valor representa 16,7 salários mínimos anuais, 16,3 do PIB *per capita* do Semiárido e 39,2 vezes o PIB médio de Tutoia, do Maranhão. Óbvio que se trata de uma grande disparidade.

Exclusão Social no Semiárido Brasileiro

Os indicadores sociais e econômicos do Nordeste são os piores do Brasil, como ficou demonstrado nos dois capítulos anteriores deste livro.

Neste capítulo, também retomamos os indicadores do PIB agregado e do PIB *per capita* dos estados da região, e ficou demonstrado que nos nove estados da região têm os menores valores daquele indicador econômico.

Na seção anterior deste capítulo, mostramos que os PIB *per capita* de todos os estados do Semiárido são bem menores do que os equivalentes em nível de estado. Contudo, demonstramos que, como acontece nos PIB médios estaduais, aqueles estimados para os municípios do Semiárido também apresentam grande assimetria em torno da média, o que sugere uma desigualdade na apropriação de renda tão baixa na região Nordeste, como um todo, e no Semiárido, em particular.

Nesta seção, apresentaremos as comparações entre os indicadores de passivos de educação, econômicos e ambientais do Semiárido, comparativamente ao que acontece nos estados inseridos naqueles ecossistemas. Os estados do Nordeste, principalmente, apresentam os piores passivos e privações de serviços essenciais. Contudo, esses mesmos indicadores exibidos pelo Semiárido de cada estado conseguem ser muito piores, como se pode observar nas evidências mostradas na Tabela 40.

A taxa de analfabetismo agregada da população maior de quinze anos (Passeduc) dos estados do Semiárido era de 18,7% em 2010. A taxa agregada de analfabetismo do Semiárido assumia a magnitude de 24,6% em 2010. No Semiárido, encontram-se taxas de analfabetismo de 30,8% em Alagoas, 29,2% em Sergipe, 29,1% no Piauí e 28,5% no Maranhão. Bahia (22,1%) e Minas Gerais (22,5%) são os estados que tiveram os menores percentuais de analfabetos nas respectivas áreas semiáridas em 2010 (Tabela 40).

Para complementar os indicadores de educação do Semiárido, buscamos as estimativas das respectivas escolaridades médias. Acabamos de demonstrar que as taxas de analfabetismo são todas elevadas. As taxas de analfabetismo têm uma interface inversa com a escolaridade, como se demonstrou neste trabalho. A escolaridade média dos estados com características de Semiárido, com ou sem reconhecimento oficial, é de 4,2 anos, um pouco acima do que se contabiliza como “analfabetos funcionais”, que é uma escolaridade de quatro (4) anos. As escolaridades médias do Semiárido dos estados que gravitam em torno desta média têm valor mínimo de 3,7 anos no Semiárido maranhense e 4,4 anos no Semiárido de Minas Gerais. Este é um indicador que não mostrou grandes disparidades. Todo o Semiárido brasileiro tem escolaridade média muito reduzida, girando em torno do nível que chamamos de analfabetos funcionais (Tabela 40).

Tabela 40 – Passivos, Privações, Escolaridade Média no Semiário dos Estados Brasileiros

Estado	Escolaridade Média (Anos)		PASSECON (%)		PRIVAGUA (%)		PRIVSANE (%)		PRIVLIXO (%)		IES (%)			
	Geral	Semiário	Geral	Semiário	Geral	Semiário	Geral	Semiário	Geral	Semiário	Geral	Semiário		
MA*	6,3	3,7	20,9	28,5	67,2	75,9	34,1	39,9	73,3	79,1	44,2	59,3	44,8	54,4
PI	6,1	3,8	22,9	29,1	61,8	69,2	27,8	38,6	70,9	80,8	38,4	50,5	42,0	51,5
CE	6,8	4,2	18,8	24,6	60,2	68,2	22,8	27,5	56,6	66,8	24,7	35,3	37,2	45,6
RN	6,8	4,3	18,5	24,0	52,4	60,5	13,6	19,6	54,8	62,1	15,5	23,5	32,1	40,3
PB	6,4	4,2	21,9	24,8	58,1	64,0	23,3	29,1	50,7	46,6	22,3	33,4	37,0	42,0
PE	6,9	4,1	18,0	25,3	56,9	64,5	24,0	32,4	44,9	39,4	18,4	31,3	34,6	41,8
AL	6,0	3,7	24,3	30,8	63,7	71,2	31,4	37,6	67,4	81,7	20,2	35,9	42,1	51,5
SE	7,0	3,8	18,4	29,2	56,4	69,5	16,5	21,5	49,8	59,3	17,0	29,8	33,7	45,7
BA	6,6	4,4	16,6	22,1	57,6	66,0	19,7	26,5	48,2	61,7	23,8	35,2	34,3	43,3
MG	7,7	4,4	8,3	22,5	33,4	65,2	13,7	28,5	20,4	67,3	12,4	42,4	19,1	44,6
TOTAIS	6,6	4,2	18,7	24,6	58,5	66,6	23,3	29,1	54,0	60,9	24,9	36,0	37,4	44,6

Fonte: IBGE, 2010a.

Nota: *O Maranhão ainda não tem municípios participando oficialmente no Semiário brasileiro.

O passivo econômico tem média geral de 58,5% nos estados que entram no Semiárido. Um percentual bastante elevado, pois significa que mais da metade da população dos estados que tem Semiárido sobrevive em domicílios cuja renda total varia de zero a, no máximo, dois salários mínimos. No Semiárido desses estados, a média agregada é de 66,6%. No Semiárido maranhense, encontra-se o maior passivo econômico estimado para o ano de 2010. Ali, o percentual no Semiárido chega a 75,9% contra 67,2% que prevalecia no estado como um todo. Os semiáridos de Alagoas (71,2%), Sergipe (69,5%) e Piauí (69,2%) seguem no *ranking* decrescente como os de maiores passivos econômicos nas suas áreas de ecossistemas mais críticos. Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco são os estados cujos semiáridos apresentam os menores passivos econômicos, mas sempre superiores a 60% (Tabela 40).

O percentual das populações sobrevivendo em domicílios privados do acesso a água encanada, que, no geral, era de 23,3% nas áreas semiáridas, ascendia a 29,1%. Rio Grande do Norte e Sergipe são os estados que exibiram os menores percentuais de populações sobrevivendo em domicílios privados do acesso a água encanada nos municípios que estão inseridos no Semiárido. Maranhão, com quase 40% de privação, Piauí e Alagoas lideram o *ranking*, com os piores indicadores de acesso a água encanada nos respectivos semiáridos (Tabela 40).

O acesso aos locais minimamente adequados para os dejetos humanos apresentava um percentual de 54,0% para os dez estados que estão contabilizados neste estudo como pertencentes ao Semiárido brasileiro. Contudo, nas regiões semiáridas, o percentual ascende para 60,9%. As piores situações estão novamente nos semiáridos de Alagoas (81,7%), Piauí (80,8%) e Maranhão (79,1%). Pernambuco e Paraíba são os estados que têm os menores percentuais de populações do Semiárido vivendo em domicílios sem acesso a saneamento minimamente adequado (esgotamento sanitário ou fossa séptica).

O acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente, que privava 24,9% das populações dos estados que têm características de Semiárido em 2010, era passivo para 36,0% da população que sobrevivia no Semiárido daqueles dez estados. Os menores percentuais de privações deste serviço estavam, respectivamente, nos semiáridos do Rio Grande do Norte (23,5%), Sergipe (29,8%), Pernambuco (31,3%) e Paraíba (33,4%). Por outro lado, os estados que detinham os maiores percentuais das respectivas populações do Semiárido sobrevivendo

em 2010 sem acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo eram Maranhão (59,3%), Piauí (50,5%) e Minas Gerais (42,4%) (Tabela 40).

A combinação desses passivos, devidamente ponderados, tal como definido no Anexo A deste trabalho, produz o Índice de Exclusão Social (IES). O semiárido dos dez estados que têm municípios que se enquadram nesta característica, reconhecidos ou não pelo governo brasileiro, tem IES de 44,6% em 2010. Em termos gerais, esses dez estados têm um percentual de socialmente excluídos 7,2% menor, da magnitude de 37,4% (Tabela 40).

Observa-se que, em todos os estados com características de semiárido, o IES foi elevado, numa sinalização objetiva de que, nesses municípios, concentram-se os maiores bolsões de pobreza do Nordeste e do Brasil. Com efeito, a amplitude de variação do IES no Semiárido foi de 40,3% no Rio Grande do Norte a 54,4% no Maranhão, que é o estado líder neste doloroso *ranking*. Piauí e Alagoas, ambos com 51,5% das populações socialmente excluídos, confirmam a regra de que esses três estados, Maranhão, Alagoas e Piauí, também no Semiárido, são os mais carentes do Brasil.

Concluimos a discussão acerca dos indicadores sociais do Semiárido mostrando os totais das populações excluídas em cada um dos estados que têm características de semiárido, incluindo o Maranhão, que ainda não é reconhecido oficialmente como tendo municípios inseridos naquele ecossistema. Nesse estado, encontra-se, em termos relativos, o maior bolsão de pobreza no Semiárido brasileiro, que deve contribuir, de forma significativa, para que o Maranhão também tenha alcançado o ano de 2010 com o maior índice de Exclusão Social do Brasil.

A seguir, mostram-se as estimativas das populações das áreas semiáridas que se encontram em estado de pobreza ou de exclusão social, tal como definido neste trabalho. Os resultados encontrados estão apresentados na Tabela 41.

As evidências apresentadas na Tabela 41 sugerem que os estados que ocupam o Semiárido brasileiro tinham 27,18 milhões de excluídos em 2010. Deste total, 10,70 milhões estavam no Semiárido, ou 39,4% de toda a população excluída da região.

No Rio Grande do Norte, a população excluída, do Semiárido, que somou 711.188 pessoas, representa 69,9% do total de excluídos do estado, que somou 1,76 milhão de pessoas em 2010 (Tabela 41).

No Estado do Ceará, também se observa que o maior percentual da sua população excluída está na sua zona semiárida. Com efeito, estima-se que o semiárido cearense tinha 2,15 milhões de pessoas socialmente excluídas em 2010, que representavam 68,5% dos 3,14 milhões que estavam nesta condição em todo o estado em 2010 (Tabela 41).

Tabela 41 – População Excluída no Semiárido e População Excluída nos Estados em 2010

Estado	GERAL EM 2010			SEMIÁRIDO EM 2010			Excluídos do Semiárido / Excluídos do Estado
	População	IES (%)	Total de Excluídos	População	IES (%)	Total de Excluídos	
MA*	6.574.789	44,8	2.945.505	1.428.421	54,4	777.061	26,4
PI	3.118.360	42,0	1.309.711	1.047.344	51,5	539.382	41,2
CE	8.452.381	37,2	3.144.286	4.724.705	45,6	2.154.465	68,5
RN	3.168.027	32,1	1.016.937	1.764.735	40,3	711.188	69,9
PB	3.766.528	37,0	1.393.615	2.092.400	42,0	878.808	63,1
PE	8.796.448	34,6	3.043.571	3.667.559	41,8	1.533.040	50,4
AL	3.120.494	42,1	1.313.728	900.549	51,5	463.783	35,3
SE	2.068.017	33,7	696.921	393.434	45,7	179.799	25,8
BA	14.016.906	34,3	4.807.799	6.740.697	43,3	2.918.722	60,7
MG	19.597.330	19,1	3.743.090	12.32.389	44,6	549.645	14,7
TOTAIS	72.679.280	37,4	27.182.051	23.992.233	44,6	10.700.536	39,4

Fonte: IBGE, 2010a.

Nota: *O Maranhão ainda não tem municípios participando oficialmente no Semiárido brasileiro.

Paraíba (63,1%), Bahia (60,7%) e Pernambuco (50,4%) se constituem nos outros estados em que a maioria da população socialmente excluída está nas respectivas áreas inseridas no Semiárido. Dentre os estados contidos no Semiárido, na Bahia, também registramos o maior contingente absoluto da população excluída, tanto no estado como o todo (4,81 milhões) como no Semiárido, para onde estimamos um contingente de 2,92% de socialmente excluídos.

A população excluída no semiárido do Piauí representa 41,2% do total de excluídos do estado; em Alagoas, representa 35,3%; no Maranhão, 26,4%; e em Sergipe, os excluídos sobrevivendo no Semiárido representam 25,8% da população excluída do estado (Tabela 41).

Em termos relativos, Minas Gerais é o estado em que a população excluída do Semiárido tem o menor percentual em relação ao montante de excluídos do estado (14,7%) (Tabela 41).

Os resultados acima discutidos neste capítulo mostram que o Semiárido é a área mais problemática do Nordeste, a região que tem os piores indicadores sociais do Brasil. Nessa região, concentram-se os maiores bolsões de pobreza do Brasil. Dentro dela, como subconjunto, está justamente o contingente de maranhenses que vivem sob condições de semiárido, mas que ainda não merecem a atenção do governo brasileiro para esta condição. Ali está, em termos proporcionais, o maior bolsão de pobreza do Brasil

As evidências que tentamos mostrar nesta parte do texto servem para elucidar o que dissemos no começo da realização do trabalho. O Brasil é um país de dimensões continentais em que a riqueza e as carências se distribuem de forma extremamente assimétrica.

9

Considerações Finais

Nesta nova edição do livro, além da evolução dos indicadores de privações de serviços essenciais e de renda que compõem o Índice de Exclusão Social (IES), buscou-se enfatizar as desigualdades na distribuição da escolaridade média e da renda entre os estados e os municípios brasileiros.

Os fundamentos das análises que apresentamos nesta nova edição do livro continuam assentados no princípio de que a pobreza, entendida como exclusão social, está fortemente ancorada em indicadores de privação de renda e de privação de ativos sociais essenciais. No caso brasileiro, o estudo mostra que essas privações acontecem de forma assimétrica entre regiões e estados, mas se manifestam também dentro dos estados, à medida que as áreas rurais sempre apresentam os piores indicadores de apropriação (privação) de renda e de acesso aos serviços sociais fundamentais: educação, água encanada, saneamento e coleta sistemática de lixo. Observou-se, no estudo, uma grande sinergia entre desigualdade e pobreza. Ambas demonstraram ser, a um só tempo, causa e consequência da outra.

A base de dados que utilizamos no estudo para aferir os padrões de exclusão em nível dos municípios brasileiros foram retiradas dos Censo Demográfico de 2000 e 2010. Para estudar as exclusões agregadas nos estados entre 2001 e 2009, recorreremos à base de dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) naquele período. Os dados de PIB agregado do Brasil, regiões, estados e municípios também foram retirados do IBGE, dos anos de referência.

O IBGE publicou uma versão atualizada do Censo Demográfico de 2000, que contém modificações em relação à versão anterior, que serviu de base para as estimativas realizadas na primeira edição, de 2005, e na segunda edição, de 2008, deste livro. Também revemos o método de estimação do IES. Agora, o IES tem apenas três indicadores: Passivo de Educação, Passivo Econômico e Passivo Ambiental. O passivo de educação é o percentual da população maior de quinze anos que se declarou analfabeta. O passivo econômico era chamado nas duas edições anteriores de Privrend. Neste trabalho, o indicador tem duas aferições. Em nível de município, a partir dos dados dos censos demográficos de 2000 e 2010, o indicador é calculado aferindo as pessoas que sobrevivem em domicílios cuja renda média *per capita*, varia de zero a meio salário mínimo. Quando se utilizam os dados da PNAD, a variável é medida computando-se o percentual da população que sobrevive em domicílios cuja renda total domiciliar varia de zero a, no máximo, dois salários mínimos. Considerando-se o número médio de pessoas que moram nos domicílios brasileiros, os valores médios de renda monetária, tanto quando avaliados pelos dados do censo demográfico como pelas PNADs, são aproximados. O ponto importante é que os resultados não podem ser diretamente comparados. Não apenas por causa desta forma de aferir um indicador, mas pela própria maneira como foram levantados: de forma censitária nos censos e por amostragem nas PNADs. O terceiro indicador do IES é o “Passivo Ambiental”, que é a média ponderada dos indicadores Privagua, Privsane e Privlixo.

Esta nova forma de estimar o IES requereu uma reengenharia metodológica para a definição dos pesos com que cada indicador entrará na composição do índice. O procedimento de análise multivariada ficou bem mais simples, sem perda de rigor estatístico. Ao contrário, os resultados ficaram mais “robustos” de um ponto de vista estatístico.

Quando combinados por análise multivariada, o “passivo de educação” e o “passivo econômico” ficaram com ponderação de 0,35 na composição do IES. O “passivo ambiental” entra com ponderação de 0,30 na nova definição do IES. Maiores detalhes metodológicos, o leitor poderá encontrar no Anexo A.

Devido a essas modificações (retabulação dos dados do censo, redimensionamento dos indicadores e dos pesos e redefinição na engenharia do cálculo do IES), os valores estimados para os índices de exclusão social estimados para os municípios brasileiros, em 2000,

que estão apresentados em anexo a este trabalho, estão diferentes em magnitudes, em relação àqueles mostrados nas duas edições anteriores do livro em 2005 e 2008.

Não obstante estas modificações, as posições relativas dos municípios não se alteraram de forma significativa, como se depreende do Mapa 1, recalculado para 2010, que é praticamente o mesmo mostrado na primeira e na segunda edição do livro. Ou seja, os bolsões de pobreza, entendida como exclusão social, em 2010, eram os mesmos que prevaleciam em 2000, apenas com valores ligeiramente modificados. Os municípios com menores valores do IES guardam as mesmas posições das edições anteriores. A distribuição pelos estados também não modificou as posições relativas dos estados, mas afetou as magnitudes do IES em cada um deles.

Também resolvemos explorar mais outro indicador de desenvolvimento (ou da falta dele, que é o objetivo deste livro), que é a escolaridade média, aferida em anos. Apresentamos a situação prevalecente em 2000 (o censo demográfico disponibilizou a informação) e a provável em 2010 para todos os municípios brasileiros (o censo demográfico ainda não havia disponibilizado esta informação em janeiro de 2012, quando coletamos as informações das suas planilhas eletrônicas). Por esta razão, as estimativas de escolaridade média que aparecem nas tabelas dos anexos foram estimadas por regressão. Para os estados, as PNADs viabilizaram informações que nos permitiram estimar as escolaridades médias em cada um deles e do Distrito Federal, entre 2001 e 2009.

Estuda-se também a evolução da participação relativa dos estados no PIB brasileiro. Aferem-se as desigualdades inter e intrarregionais na apropriação do PIB *per capita* municipal entre estados e regiões, em 2009.

São informações que se juntam àquelas que já disponibilizávamos anteriormente, que, em conjunto, podem ser de utilidade para fazer o planejamento de políticas públicas mitigadoras da pobreza, entendida como exclusão social, que acontece de forma desigual ou assimétrica no Brasil, nas suas regiões e nos seus estados.

As evidências encontradas na pesquisa mostram um Brasil desigual, assimétrico portanto, na distribuição da exclusão social entre a sua população. Mostra também que tanto a regressão do índice de exclusão social como a dos seus indicadores se mantiveram bastante

aquém do crescimento populacional que aconteceu entre 2000 e 2010. Por esta razão, estima-se que a situação piorou, em termos absolutos (embora tenha tido ligeira melhora em termos relativos no IES e nos seus indicadores, com exceção do passivo de renda), entre os anos de 2000 e 2010. Ou seja, como a população cresceu a uma taxa maior do que a observada para a regressão dos indicadores de passivos e de privações, em 2010, havia mais gente no Brasil com piores indicadores econômicos e sociais do que em 2000. Com efeito, para o ano 2000, estima-se que havia 38,56 milhões de pessoas socialmente excluídas, número que avançou para 43,11 milhões em 2010.

No Nordeste, além dos maiores percentuais de socialmente excluídos, também concentram-se os maiores contingentes populacionais, em termos absolutos, sob esta condição. A Bahia, com 4,81 milhões, é o estado brasileiro com o maior número de pobres no Brasil em 2010.

As carências observadas nos municípios brasileiros, sobretudo os do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, são generalizadas, mas chamam a atenção as dificuldades de saneamento, os elevados percentuais de analfabetos e as baixas escolaridades médias. A média brasileira de escolaridade ainda está abaixo dos dez anos. No Nordeste, sequer atinge sete anos. Há um contingente de municípios em que a escolaridade média mal atinge quatro anos.

A apropriação da renda se manteve desigual ao longo de toda a série estudada. O Sudeste, isoladamente, se apropria de mais da metade do produto agregado ao longo de todo o período sob análise. As participações do Norte e Nordeste na agregação do PIB do país é apenas marginal. Os estados da região participam da formação do PIB nacional com percentuais girando em torno de um a dois por cento.

Carências nos ativos sociais, como acesso a água encanada, local adequado para destinar dejetos humanos e coleta sistemática de lixo, se generalizam no Brasil, mas são particularmente mais graves naquelas duas regiões (Nordeste e Norte). Há municípios em níveis absolutamente críticos em relação ao acesso da sua população a esses ativos. Esses municípios estão localizados, em proporção maior, nos estados do Nordeste e do Norte.

A privação de renda merece destaque negativo porque se observa que, Fizadamente, é a única privação que apresenta tendência “mais igualitária” entre estados e regiões, no sentido de que apresentaram

acréscimos da população que sobrevive em domicílios cuja renda média domiciliar caracteriza o passivo econômico definido neste trabalho. Nesse estrato, a renda média domiciliar estimada é de 1,2 salário mínimo, ou 0,36 salário mínimo *per capita*, considerando o número médio de pessoas por domicílio no Brasil em 2009.

Ao tentar encontrar uma causa para justificar semelhante fenômeno (a elevação dos percentuais das populações sobrevivendo sob passivo econômico) a partir dos dados brutos das PNADs, observamos que há “migração” de pessoas, para aquela faixa mais baixa de renda, de populações que estavam nos estratos de renda situados acima de dois (2) até cinco (5) salários mínimos. De fato, observa-se um “achatamento” ou “nivelamento para baixo” dos rendimentos daquelas pessoas que viviam em domicílios em faixas de renda ligeiramente superiores àquela que define o que chamamos de “passivo econômico”. É certo que se reduziram os contingentes populacionais com renda próxima de zero, devido ao programa de transferência de renda do governo federal. É correto também reconhecer que o salário mínimo experimentou saltos quantitativos reais entre 2000 e 2010. Contudo, constata-se que ainda é muito difícil para as famílias que adentram no programa “Bolsa Família” encontrarem uma porta de saída. Talvez, este conjunto de circunstâncias explique o crescimento do indicador “passivo econômico” tanto nas séries das PNADs como naquela que tem os censos demográficos de 2000 e de 2010 como base de dados.

Da forma como foi criado o programa de transferência de rendas, ainda no governo FHC, que foi agrupado e renomeado “Bolsa Família” no governo Lula, pode-se inferir que este crescimento relativo (e absoluto) da população sobrevivendo em domicílios cuja renda total varia de zero a dois salários mínimos decorre, principalmente, da imensa porta que se abre para a entrada da população carente, e que não se fecha na frente por falta de oportunidades de ocupação deste tipo de força de trabalho. Falta de ocupação que está muito relacionada com as elevadas taxas de analfabetismo e baixas escolaridades que mostramos neste documento.

Não ter porta de saída para os que se beneficiam dos programas de transferência de renda não é bom, porque não se combate exclusão social de forma sustentável, transferindo renda indefinidamente. Programas assim devem ser emergenciais e ter período definido e curto de validade para as famílias que tiverem a infelicidade de se enquadrarem nas carências que as credenciam para fazer parte deles. Essa gente precisa

ser treinada e orientada para conseguir trabalho remunerado que as liberte definitivamente de serem “vítimas” dessa fonte de renda, que acaba sendo-lhes humilhante. Ao Estado cabe prepará-los, mediante incremento de escolaridade e redução de analfabetismo, enquanto providencia instrumentos fiscais, providencia programas de desenvolvimento que induzam e atraiam atividades produtivas que sejam capazes de absorver essa força de trabalho.

No caso dos estados do Nordeste, onde se concentram os maiores bolsões de pobreza e onde está a força de trabalho com menor qualificação do Brasil, o setor rural ainda tem um importante papel a desempenhar. Sobretudo, porque o Brasil é um país pobre, com renda concentrada, em que o acesso a segurança alimentar ainda é a meta de milhares de famílias brasileiras tanto nas áreas rurais como nas urbanas.

Talvez esteja na possibilidade de criar alternativas sustentáveis de geração de renda monetária, um dos grandes desafios para o futuro imediato do Brasil. O programa de transferência de rendas deve ser por tempo limitado para cada família e deve estar conectado a programas de educação, de treinamento de mão de obra, para libertar, o mais rápido possível, aqueles que tiverem a desventura de se enquadrar nos grupos que são beneficiados por programas assim; transformar em temporário o programa que, atualmente, tende a ser definitivo para as famílias que são beneficiadas. As pessoas não serão cidadãos independentes enquanto dependerem de qualquer doação. Já ensinava Luís Gonzaga que “[...] uma esmola para um homem que é são / ou lhe mata de vergonha, ou vicia o cidadão [...]”. Essas duas consequências são visíveis nas áreas de carência do Brasil, sobretudo no Nordeste semiárido.

Chamam mais a atenção nos indicadores de exclusão social estudados, agora com uma base de dados mais ampla, cobrindo dez anos (2001 a 2009), as disparidades que existem nas áreas rurais em relação às áreas urbanas. Neste particular, merece reflexão o fato de as zonas rurais dos estados do Centro-Oeste, que apresentam um grande dinamismo na sua produção agropecuária, mostrarem alguns dos mais críticos indicadores de exclusão. Esses resultados sinalizam que o modelo de crescimento do setor rural ali implantado, que é ancorado no grande agronegócio intensivo em uso de máquinas, equipamentos e agroquímicos, ainda não conseguiu dinamismo suficiente para difundir progresso social para a maioria da população rural daquela região. Nesse caso, observa-se mais um bom exemplo atual de que crescimento econômico não

implica, necessariamente, melhoria de qualidade de vida. Esta assertiva se confirma quando confrontamos os municípios de maiores PIB *per capita*, com os respectivos índices de exclusão social. Não há interface entre os maiores PIB médios com os menores IES. A coincidência apenas ocorre em alguns poucos municípios.

Os resultados que consolidam o que dimensionamos neste trabalho como exclusão social mostram que, na grande maioria dos municípios que têm características de semiárido, estejam ou não já reconhecidos pelo governo brasileiro, nesta condição, têm situações muito mais críticas do que nas demais áreas.

Observou-se que, embora muito baixos, no geral, os PIB *per capita* desses 1.179 municípios reproduzem os padrões de desigualdade na distribuição, que é uma marca registrada do Brasil. Nesses municípios do Semiárido também se observam os piores indicadores sociais do Brasil. Estados como Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia e Pernambuco têm mais da metade de contingente socialmente excluído nas suas áreas semiáridas, numa evidência dramática das situações que prevalecem nos interiores desses estados.

Nos outros estados, incluindo Minas Gerais, que não faz parte do Nordeste, também se observam contingentes expressivos de populações excluídas no Semiárido, contribuindo para que tenham, no geral, um elevado percentual de suas populações caracterizadas naquela situação de dificuldades.

Os indicadores sociais dessa região são muito ruins. Nesses indicadores, as exceções praticamente inexistem. Pode-se falar em situações poucas, inexpressivas e localizadas, que podem ser caracterizadas como “menos ruins”. As taxas de analfabetismo são muito elevadas e as escolaridades médias são extremamente baixas.

No estudo, também mostramos que há, no Estado do Maranhão, o estado mais pobre do Brasil, pelo menos, 46 municípios que têm características de semiárido, mas que ainda não são reconhecidos pelo governo federal. Nada menos do que 26,4% do total de excluídos, nos 217 municípios do estado, estão naquelas áreas com características técnicas de semiárido (tanto de um ponto de vista econômico, como social e de paisagem). Talvez por não ter ainda incluído aqueles municípios no rol daqueles que fazem parte do Semiárido definido pelo Ministério da Integração Nacional, o Maranhão apresente indicadores sociais tão ruins.

Os municípios do Semiárido recebem tratamento diferenciado de políticas públicas no acesso aos recursos do FNE, do Pronaf, das políticas de reflorestamento, principalmente. Portanto, fica evidente que se estão cometendo injustiças e diferencial de tratamento a um contingente populacional de 1,4 milhão de maranhenses, que sobrevivem com extrema dificuldade, sobretudo nas áreas rurais, enfrentando as intempéries das dificuldades climáticas que se manifestam no Semiárido. Este documento também tem a pretensão de ser um instrumento para que os tomadores de decisão política no Maranhão possam fazer demandas para que aqueles municípios sejam urgentemente incorporados ao grupo, que não é seleta, de municípios que compõem o Semiárido brasileiro.

O grande desafio é fazer a riqueza gerada no país se expandir, porque a sua população cresce, mas se disseminar de forma igualitária ou simétrica entre a população de todas as regiões e estados brasileiros, irradiando acesso aos ativos sociais também de forma equívoco. Isso será possível mediante trabalho coletivo de governantes e sociedade para mudar esta realidade. Neste ano de eleições, os brasileiros têm a oportunidade de promover mudanças significativas nos municípios onde vivem os cidadãos e cidadãs, começando por aposentar compulsória e definitivamente todos os políticos que enriqueceram à custa do empobrecimento da grande maioria dos brasileiros.

Os indicadores mostrados no livro não aconteceram por acaso, ou em decorrência de fatalidades climáticas, abalos sísmicos, conflitos sangrentos internos, conflitos tribais motivados por intolerância religiosa, ou por outros eventos exógenos. Eles são decorrência do descaso com que os tomadores de decisões políticas conduziram e conduzem as políticas públicas, quase sempre trabalhando para satisfazerem os próprios interesses, sem se importar com o que acontece com boa parte dos brasileiros: aquele contingente mostrado quantitativamente neste estudo.

Talvez não exista no mundo civilizado um país com as potencialidades do Brasil. Também não se encontra no planeta um país em que poucos enriquecem em período tão curto de tempo sem que apresentem alguma habilidade que os tornem *outsiders* no mundo dos negócios, das artes, ou dos esportes, a ponto de fomentar-lhes riquezas em período *recorde*. O pior é que enriquecem sob as vistas complacentes de uma Justiça que é muito ágil em apanhar pequenos delinquentes, sobretudo se forem pobres ou negros. Se, além disso, forem nortistas ou nordestinos, as chances de serem confundidos com marginais incrementam-se. Esse tipo de assimetria

não foi objeto deste trabalho, mas pode ser perfeitamente observada no cotidiano a dificuldade e a lentidão com que a Justiça age quando os envolvidos são figurões da República em qualquer dos três poderes.

Outra constatação deste trabalho, que acreditamos ser relevante, é que, nos municípios com menos de vinte mil habitantes, concentram-se as maiores carências tanto de renda como de acesso aos ativos sociais discutidos neste trabalho. Na sua esmagadora maioria, esses municípios menores foram recém-emancipados com a promessa de que os distritos que eram antes da emancipação tinham dificuldades por falta de autonomia. Claro que se tratava de um discurso vazio e oportunista. A emancipação dos distritos, transformando-os em municípios, não aliviou os seus níveis de pobreza. Ao contrário, aprofundou-os.

Reconhece-se que há uma interface, ou uma sinergia, entre a exclusão social de muitos e o enriquecimento rápido de poucos à custa dessa apartação. Talvez, também por isso, não haja interesse em reverter o quadro. A corrupção, que também não foi objeto de análise deste estudo, é um fator determinante da exclusão social que prevalece no Brasil, como um todo, e nas suas regiões mais pobres, em particular. São recursos públicos desviados da sua nobre função de prover o bem-estar geral, reduzir pobreza e apartação social e fazer um país mais justo, que tomam os descaminhos das contas particulares de sujeitos políticos novatos, e outros bem mais antigos, cujo único objetivo é servir-se de cargos públicos (eletivos ou não) em benefício próprio e de familiares. Uma realidade que faz parte do cotidiano do noticiário das diferentes mídias e que nós brasileiros que trabalhamos duro para levar o pão de cada dia para os nossos lares, estranhamente, assistimos a tudo passivamente. Acostumamo-nos com este tipo de notícia. Achamos, com toda razão, que não há diferença entre os políticos, mas sempre os reconduzimos aos postos de onde eles aprontam contra todos nós, sendo os responsáveis diretos e maiores pelo quadro de exclusão social que mostramos neste livro.

Cabe-nos, como sociedade, fazer prevalecer a nossa vontade cívica de cidadãos e mudar. Este livro tenta dar a sua contribuição expondo as vísceras do organismo social do Brasil. A tentativa é exatamente essa: fazer o diagnóstico e divulgá-lo de forma ampla para os brasileiros tomarem conhecimento, de uma forma mais sistematizada, de uma realidade que faz parte do nosso cotidiano. O nosso trabalho se une a tantos outros realizados no Brasil por outros autores e instituições, alguns

deles e algumas delas, sem exaurir a relação, estão em destaque em local adequado deste livro. Não há outra pretensão que não seja esta. Oxalá, consigamos! Caso seja possível isso, terão valido a pena as longas horas que passamos refletindo sobre esta massa densa de informações que trabalhamos para disponibilizar para os brasileiros.

O livro está disponível com todo um volume de informações que podem ser usadas por estudiosos do tema ou por quem toma decisão política em todos os níveis. O objetivo é tentar mostrar, sem a pretensão de ser dono da verdade, ou de exaustão do tema, que o Brasil ainda continua sendo um país possuidor de grande riqueza em recursos naturais, mas com grandes concentrações de pobreza, perfeitamente localizadas e identificadas no estudo, inclusive quantitativamente.

REFERÊNCIAS

- ABATE, K. Poverty, desertification and the impact of drought in EthIESia. **Desertification Control Bulletin**, New York. v. 31, n. 2, p. 60-66, 1997.
- AB'SABER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Revista Estudos Avançados**, v. 13, n. 36, p. 72-83, 1999.
- AGUIAR, R. C. Crise social e meio ambiente: elementos de uma mesma problemática. In: BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 115-128.
- ALTIERE, M. A . Sustainability and the rural poor: Latin American perspective. In: ALLEN, P. **Food for the future: conditions and contadictions of sustainability**. New York: John Willey & Sons, 1993. p. 135-165.
- ANDRADE, M.C. **A terra e o homem no nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973. 251 p.
- ANNAND, S. ; SEN, A .K. **Development index: methodology and measurement**. New York: Human Development Office, 1990. 25 p. (Occasional Paper, 12).
- ANNAND, S.; SEN, A .K. **Concepts of human development and poverty: a multidimensional perspective**. New York: UNDP/HDR, 1997.
- ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- ATKINSON, A. B. On the measurement of poverty. **Econometrica, Local**, v. 55, n. 2 p. 25-40, jan./mar. 1989.
- ATKINSON, A. B.; MICKLEWRIGHT, J. **Economic transformation in Eastern Europe and distribution of income**. Cambridge. Cambridge University, 1992. 125 p.
- BACHA, L., Edmar. Plano real: uma avaliação preliminar. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, BNDES, v.2, n.3, p. 3-26, jun.1998.
- BAER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002. 491 p.
- BANCO MUNDIAL. **O desenvolvimento e a próxima geração**. Washington, D.C.:World Bank, 2007.
- _____. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial: a pobreza**.

Washington, D.C.: Banco Mundial, 1990.

_____. **World development indicators**. Washington, D.C.: World Bank, 1998. p. 64-70.

_____. **World development indicators**. Washington, D.C.: World Bank, 2000.

BARROS, R. P. **Modernização agrícola e pobreza**. Desafios do Desenvolvimento, v. 1, p. 40, 2004.

BARROS, R. P. et al. Consequências e causas imediatas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 22, p. 89-119, 2006.

BATISTA JÚNIOR, Paulo N. O Brasil depois do plano real. **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, FEA/USP-FIPE, n.3, p. 95-107, 1999. (Especial).

BASILEVSKY, A. **Statistical factor analysis and related methods: theory and applications**. New York: John Wiley & Sons, 1994. 445 p.

BATCHELOR, C. H.; WALACE, J. S. Hydrological process: dryland degradation and integrated catchment management. **Desertification Control Bulletin**, New York: UNEP, v. 27, p. 27-34, abr. 1995.

BELLIA, V. **Introdução à economia do meio ambiente**. Brasília: Ibama, 1996. 225 p.

BIE, S. W. **Dryland degradation measurement technique**. Washington, D.C.: The World Bank, 1990. 75 p.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE). Disponível em: <<http://www.adene.gov.br>>. Acesso em: 06 fev. 2007.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Nova delimitação do semiárido brasileiro**. Novo Grupo de Trabalho Interministerial. 2005. Disponível em:

<<http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/delimitacao.asp>>. Acesso em: 31 mar. 2012.

BRINKERHOFF, D. W.; GOLDSMITH, A. A. A. **Institutional sustainability in agricultural and rural development: a global perspective**. New York, 1990.

- BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questões para debate. Brasília: IICA, 2006. 135 p. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).
- BUARQUE, C. O pensamento em um mundo terceiro mundo. In: BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 115-128.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1986. 435 p.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1957. 235 p.
- CHAYANOV, A. V. On the theory of non-capitalist economic systems. In: THONNER, D.; KENBLAY, B.; SMITH, R. E. F. **The theory of peasant economy**. Homewood, Illinois: The American Economic Association, 1966. p. 1-28.
- DALY, H. E. Elements for environmental economics. In: CONSTANZA, R. **Ecological Economics**. Columbia: Columbia University, 1989. p. 32-46.
- DE JANVRY, A. Pobreza e desarrollo rural. In: JORDAN, F. **La economía campesina: crisis, reacción y desarrollo**. San José, Costa Rica: IICA, 1989. 245 p.
- DILLON, W.; GOLDSTEIN, M. **Multivariate analysis: methods and applications**. New York: McGraw Hill, 1984. 435 p.
- DIXON, R. M. Land imprinting for dryland revegetation and restoration. In: BERGER, J. J. **Environmental restoration: science and strategies for restoring the earth**. Washington, D.C.: Island, 1988. p. 75-115.
- EL SERAFY, S. The environment as capital. In: CONSTANZA, R. **Ecological economics**. Columbia: Columbia University, 1989. p. 168-175.
- FAO/UNEP. **Provisional methodology for assessment and mapping of desertification**. Rome: FAO/UNEP, 1983. 125 p.
- FARIA, V. Pacote de abril. In: **História brasileira**. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/ditadura-militar/pacote-de-abril/>>. Acesso em: 05 jul. 2011.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FIORAVANTE, Dea Guerra; PINHEIRO, Maurício Mota Saboya; VIEIRA, Roberta da Silva. Finanças públicas municipais: uma reflexão sobre os

impactos da lei de responsabilidade fiscal. In: CARVALHO, A. X. Y. et al. **Dinâmica dos municípios**. Brasília: Ipea, 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

FRAZÃO, J. M. F. **Simulação de modelos agroecológicos de intervenção em áreas de babaçuais para o planejamento de uma agricultura sustentável para o Município de São Domingos do Maranhão**. 1998. 131 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia)–Curso de Mestrado em Agroecologia, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, 1998.

FUNCEME. **Proposta de dimensionamento do semiárido brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.107 p.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Índice geral de preços, disponibilidade interna**. Rio de Janeiro: FVG, 2010.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nacional, 1983. 245 p.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1995. 345 p. GARCIA, A. **Modelos operacionais de reforma agrária e desarrollo rural en América Latina**. San José: Costa Rica: IICA, 1985. 225 p.

GASPARETTO JUNIOR, A. Diretas Já. In: **História brasileira**. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/ditadura-militar/pacote-de-abril/>>. Acesso em: 05 jul. 2011.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre, 2000. 653 p.

GOODLAND, R. The environmental implications of major projects in the third world development. In: CLESTER, P. **Major projects and the environment**. Oxford: Oxford University Press, 1989. p. 9-34.

GOVERNMENT OF TANZANIA. **Poverty and human development report**. Poverty Monitoring Sevice. Dar es Salaan, 2002.

GRIFFIN, K. **The political economy of agrarian change: an essay on the green revolution**. London: Macmillan, 1974. 350 p.

_____. **Macroeconomic reform and employment: an investment-led strategy of structural adjustment in Sub-saharan Africa**. Riverside: University of Califórnia, 182 p.

GUTBERLET, J. A. **Desenvolvimento desigual: impasses para a sustentabilidade**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1998. p. 5-85.

(Série Pesquisas, 14).

HAEN, H. Environmental consequences of agricultural growth in developing countries. In: VOSTI, S.; REARDON, T. **Sustainability, growth and poverty alleviation**. Baltimore: Hopkin University, 1997. p. 34-46.

HELLER, L. **Access to water supply and sanitation in Brazil: historical and current reflections; future perspectives**. Washington, D.C.: World Bank, 2006.

HILL, R. C.; GRIFFITHS, W. E.; JUDGE, G. G. **Econometria**. São Paulo: Saraiva, 2003.

HOFFMAN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 81-106. cap. 3.

HOFFMANN, R. ; KAGEYAMA, A. Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no Brasil. **Teoria e Evidência Econômica**, v. 14, p. 9-35, 2007.

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição da renda agrícola e sua contribuição para a desigualdade de renda no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v. 20, p. 5-22, 2011.

HOON, P.; SING, N.; WANMALL, S. S. **Sustainable livelihoods, concepts, principles and approaches to indicators of development**: a draft discussion paper. New York: UNDP, 1997.

HUBERMAN, L. **A história da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 235 p.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT. New York: United Nations Development Program, 1994. 230 p.

_____. New York: United Nations Development Program, 1995. 225 p.

_____. New York: United Nations Development Program, 1996. 235 p.

_____. New York: United Nations Development Program, 1997. 230 p.

_____. New York: United Nations Development Program, 1998. 225 p.

_____. New York: United Nations Development Program, 2000. 230 p.

_____. New York; United Nations Development Program, 2006. 421 p.

_____. New York: United Nations Development Program, 2010. 450 p.

- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1996.
- _____. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2009a.
- _____. **Censo Demográfico do Brasil de 2000**. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. **Censo Demográfico do Brasil de 2000**. Rio de Janeiro, 2010a.
- _____. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais**. Rio de Janeiro, 2006.
- _____. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais**. Rio de Janeiro, 2009b.
- _____. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais**. Rio de Janeiro, 2010b.
- _____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2001**. Rio de Janeiro, 2001.
- _____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2002**. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2003**. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2004**. Rio de Janeiro, 2004.
- _____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2005**. Rio de Janeiro, 2005.
- _____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2006**. Rio de Janeiro, 2006.
- _____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2007**. Rio de Janeiro, 2007.
- _____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2008**. Rio de Janeiro, 2008.
- _____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2008**. Rio de Janeiro, 2009c.
- JOHNSON, A.; WICHERN, D. **Applied multivariate statistical analysis**. New Jersey: Prentice Hall, 2001.
- JORDAN, F. **La Economía campesina: crisis, reaccion y desarrollo**. San José, Costa Rica: IICA, 1989. 245 p.

JUDGE, G.C. et al. **The theory and practice of econometrics**. New York: J. Wiley & Sons, 1980. 545 p.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, UNICAMP, v. 15, p. 79-112, 2006.

KELLY, T. J.; GÍGHÍNJI, M. **Environment degradation and poverty in less industrialized nations**. Riverside: University of California, Department of Economics, 1994. 25 p. (Working Paper in Economics).

KHAN, A. R. **Macroeconomic policies and poverty**: an analysis of the experiences in ten Asian countries. Riverside, CA.: University of California, 1997. 55 p.

KING, K. F. S.; CHANDLER, M. T. **The wasted lands**. The programme of work of ICRAF. Nairobi, Kenya: ICRAF, 1978. 125 p.

LABORATÓRIO BRASIL. Câmara dos Deputados, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/tv/materias/DOCUMENTARIOS/175503-LABORATORIO-BRASIL.html>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

LABORATÓRIO DE CLIMATOLOGIA DA UEMA. **Definição do semiárido maranhense**. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2005.

LANJOUWN, J.O. **Behind the line**: demystifying poverty lines. Yale: Yale State University, 1997. 35 p.

LE MOS, J. J. S. Assimetria na escolaridade induz desigualdades na distribuição de renda no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 619-638, jun./set. 2009.

_____. **Desertification of drylands in Northeast of Brazil**. Riverside, CA: University of California, Department of economics, 1995. 70 p. (Research Relatory).

_____. **Diagnose geopolítico-ambiental da pobreza**: o Brasil no contexto dos países menos desenvolvidos. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Departamento de Teoria Economica. 1998. 184 p. (Relatório de Pesquisa).

_____. **Index of relative development**: an alternative measure for human development index. Riverside, CA: University of California, Department of Economics, 1995. 45 p. (Research Relatory).

_____. **Mapa da exclusão social no Brasil**: radiografia de um país

assimetricamente pobre. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005. 295 p.

_____. **Mapa da exclusão social no Brasil:** radiografia de um país assimetricamente pobre. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. 474 p.

_____. **Mapa da exclusão social no Brasil:** radiografia de um país assimetricamente pobre. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

_____. Níveis de degradação no Nordeste brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. 3, p. 406-429, jul./set. 2001.

_____. **Patterns of economic and social development achieved by the less developed countries** (LDC). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1997. 45 p. (Research Relatory).

LEMOS, J. J. S. et al. **Diagnósticos para a implantação de programas que conduzam ao desenvolvimento sustentável em áreas de pobreza absoluta do Maranhão:** Municípios de Bequimão, Fortuna, Itapecuru-Mirim, Santa Rita, São Domingos do Maranhão e Serrano do Maranhão. São Luís: Instituto do Homem, 1997/1998. 115 p.

_____. Qualidade de vida nos municípios do Nordeste em relação aos municípios do Brasil: fundamentos para o planejamento do desenvolvimento sustentável da região. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 3, p. 316-335, jul./set. 1999.

LOPES, F. L. O choque à brasileira. In: **Choque heterodoxo:** combate a inflação e reforma monetária. Rio de Janeiro: Campus, 1986. cap. 25.

MCKINLEY, T. **Poverty indicators**. New York: UNDP, 1996. 75 p.

MELO, W. C. B.; ARAÚJO, F. T.; SOUSA, F. E. **Capacidade de pagamento e de endividamento:** um estudo de caso do Município de Fortaleza. Trabalho vencedor em Primeiro Lugar do Prêmio SFIN da Secretaria de Finanças de Fortaleza em 2009. Disponível em: <<http://www.lemos.pro.br/admin/artcientifico/13320111404f64e084d16b6.pdf>>. Acesso em: fev. 2012.

METADE da caatinga está devastada. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/caatinga-metade-devastada-537181.shtml>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

NAHAL, J. Desertification and its effects in the Arabian Peninsula.

Desertification Control Bulletin, New York: UNEP, v. 27, n. 2, p. 53-57, 1995.

NEGRET, R. **Ecosistema**: unidade básica para o planejamento da ocupação territorial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1982. 182 p.

NELSON, R. **Dryland management**. Washignton, D.C.: World Bank Technical Paper 116. 1990. 54 p.

NURKSE, P. **Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957. 25 p.

OKIGBO, B. N. Reforestry: potential in development of sustainable agriculture and combating African environmental crisis. In: OKIGBO, B. N. **Environmental crisis in Africa**: scientific response. Nairobi, Kenya: African Academy of Sciences, 1986. p. 1-45.

_____. **Development of sustainable agricultural production systems in Africa**. Ibadan: Institute of Tropical Agriculture, 1989. 35 p.

PASTORE, Affonso C.; e PINOTTI, Maria C. Inflação e estabilização: algumas lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, FGV, v. 1, n. 1, p. 3-40, set. 1999.

PEARCE, D.; BARBIER, E.; MARKANDYA, A. **Sustainable development: economics and environment in the Third World**. Vermont: Billings & Sons, 1990. 185 p.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro, 2002a.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano 2002**. Lisboa, 2002b.

PREBISH, R. **The Economic development of Latin America and its principal problems**. New York: ONU, 1950. 185 p.

PROJETO ARIDAS. **A strategy for sustainable development in Brazil's Northeast**. Brasilia: IESEA, 1995. 220 p.

RAM, R. Composite indices of physical quality of life: basic fulfillments and income. **Journal of Development Economics**, v. 11, n. 2, p. 222-247, 1982.

RAVALLION, M. **Poverty comparisons**. New York: World Bank, 1994. Mimeografado.

REED, D.; SHENG, F. **Macroeconomic policies: poverty and environment**.

Washington, D.C.: World Fund of Nature, 1996. 25 p.

REPETTO, R. **Skimming the water:** rent seeking and the performance of public irrigation systems. Washington, DC: World Resources Institute, 1986.

RIBEIRO, E. A. **Desertificação no Ceará:** uma análise econômica sobre o Município de Monsenhor Tabosa. 2010. 55 f. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Economia (Monografia)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil:** afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RODRIGUES, E. B. **Aventura urbana:** urbanização trabalho e meio ambiente em Belém: NUMA/UFGA, 1996. 185 p.

RODRIGUES, E. V. et al. A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. **Sociologia**, v. 1, n. 9, p. 63-102, 1999.

RUIZ, Manoel. **A história do plano Cruzado I e II, plano Bresser, plano Verão e Cruzado Novo.** 2003. Disponível em: < <http://www.sociedadedigital.com.br/artigo.php?artigo=112&item=4> >. Acesso em: 04 fev. 2011.

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento:** novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997. p. 469-494.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia e administração.** São Paulo: Nova Cultural, 1996. 185 p. (Série Os Economistas).

SATTERTHWAITE, D.; MCGRANAHAN, G. Overview of the global sanitation problem. In: **Human Development Report 2006.** New York: U.N., 2006.

SCITOVSKY, T. Two concepts of external economics. In: AGARWALLAS, A.; SING, S. P. **The economic of underdevelopment.** New York: Oxford University, 1968. p. 295-308.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. 215 p. (Os Economistas).

SEN, A. **Development as freedom**. New York: Oxford University Press.

SERETTA, F. Octavio Gouvêa de Bulhões. **Estudos Avançados**, v.15, n. 41, São Paulo, jan./abr. 2001.

SHEARAN, J. **Patterns of development in Latin America: poverty, repression and economic strategy**. Princeton: Princeton University, 1987. 396 p.

SHUMELL, D. Water quality in international river basins. **Political Geography**, v.18, n. 4, p. 437-476.

SHUCHEN, M; YONG, T.; JIAYI, L. **Rural water supply and sanitation in China: scaling up services for the poor**. Washington, D.C.: World Bank, 2006.

SILVA, O. P. **A exclusão social no semiárido brasileiro**. 2010. 60 f. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Economia (Monografia)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. 274 p. (Série BNB Teses e Dissertações, 12).

SINGER, H.; ANSARI, J. **Países ricos e países pobres**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979. 185 p.

STILLES, D. S. Desertification in the Third World. In: STILLES, D. S. **Deforestation, drought e desertification**. New Delhi: Indrapratha, 1989. p. 91-100.

SCHWARTZMAN, Simon; REIS, Elisa Pereira. **Pobreza e exclusão social: aspectos sociopolíticos**. Banco Mundial. 2002. Rio de Janeiro. (Versão preliminar). Disponível em: <<http://scholar.google.com.br>>. Acesso em: 09 set. 2008.

THORNTHWAITE, C.W. An approach toward a rational classification of climate. **Geogr. Rev.**, v.38, p.55-94, 1948.

THRUP, L. A . Political ecology of sustainable development: dynamics of social natural resources degradation. In: ALLEN, D. **Food for the future: conditions and contradictions of sustainability**. New York, 1993. p. 47-74.

MERRIAM-WEBSTER'S DICTIONARY. Britannic Encyclopedia.
Springfield, MA: Merriam-Webster, 1994.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON ENVIRONMENT AND
DEVELOPMENT. Rio de Janeiro, 1992.

UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAM. New York, 1992.

ANEXO A

MATERIAL E MÉTODOS UTILIZADOS PARA BUSCAR OS RESULTADOS MOSTRADOS NO LIVRO

O estudo se realiza em três etapas, sempre utilizando dados secundários da mesma fonte: IBGE. Na primeira etapa, utiliza-se a evolução dos PIBs agregados do Brasil, regiões e estados brasileiros no período 2001/2009. Nesta etapa, avalia-se a evolução da participação relativa de cada região e estado no PIB agregado, bem como se observa a evolução do PIB *per capita* naquele período.

Em nível de município, afere-se a distribuição do PIB *per capita* dos municípios entre e intraestados e regiões do Brasil no ano de 2009. Esta análise permite aferir como acontece mais recentemente a apropriação e distribuição do PIB médio entre os municípios, nas regiões e estados brasileiros naquele ano de 2009.

A segunda e terceira etapas interagem, embora os resultados não possam ser diretamente comparáveis, tendo em vista que as fontes das informações provêm de formas diferentes de levantamento.

A segunda etapa consta de estática comparativa, em que avalia a situação dos municípios e estados brasileiros a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000, comparativamente àqueles do Censo Demográfico de 2010, em dois momentos distintos, portanto. Comparam-se os indicadores naquele lapso de tempo.

Na outra etapa, o estudo faz uma avaliação dinâmica acompanhando os indicadores ano a ano, no Brasil, regiões e estados, com desdobramentos para as áreas urbanas e rurais, no período compreendido entre os anos de 2001 e 2009. Os dados brutos utilizados nesta etapa da pesquisa são retirados das Pesquisas Nacionais de Amostras por Domicílios (PNADs) daqueles anos.

Engenharia de Construção do IES

Na terceira edição do livro, a engenharia de construção do Índice de Exclusão Social (IES) experimentou modificações expressivas. A mais

importante delas foi a redução do número de indicadores que entram na formatação final do índice, que, em vez dos cinco que prevaleciam nas edições anteriores, se reduzem a três. Contudo, os cinco indicadores que compunham as versões anteriores do IES permanecem influenciando na sua magnitude, mas de forma diferenciada daquelas que apresentamos anteriormente. Isto afetou a magnitude dos pesos associados a cada indicador e também do próprio IES, como esperado. Acredita-se que, com as modificações introduzidas, tornou-se o cálculo do índice mais rigoroso, apesar de ser mais simples, como se demonstrará a seguir.

O IES passa a ter três âncoras, que são os seus indicadores diretos. Os indicadores passam a ser: Passivo Educacional, Passivo Econômico e o Passivo Ambiental. O Passivo Econômico é aferido de duas formas. Para a avaliação estática nos censos de 2000 e 2010, a aferição se dá para o percentual de domicílios cuja renda *per capita* domiciliar é de, no máximo, meio salário mínimo. Estima-se que, tanto para o ano de 2000 como para o anos de 2010, a renda pessoal domiciliar, neste caso, é de aproximadamente 0,3 salário mínimo. Quando se faz o trabalho dinâmico utilizando-se os dados das PNADs, o indicador Passivo Econômico cobre aquela população que sobrevive em domicílios cuja renda total domiciliar varia de zero a dois salários mínimos. Neste caso, as estimativas que se fizeram também sugerem que a renda média pessoal por domicílio é aproximadamente de 0,3 salário mínimo, portanto, muito próxima daquela que se obtém quando se utilizam os dados censitários.

O Passivo Educacional é aferido, de forma sintética, pelo percentual da população maior de quinze anos que se declarou analfabeta. A taxa de analfabetismo tem uma correlação forte com outros indicadores sociais. Portanto, pode ser entendida como uma espécie de indicador síntese dos passivos sociais.

O Passivo Ambiental é estimado a partir da combinação dos seguintes indicadores: percentual da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada (Privagua); percentual da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de esgotamento sanitário ou, ao menos, fossa séptica para destinar os dejetos humanos (Privsane); e pelo percentual do domicílios que são privados do acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente (Privlixo).

Os pesos associados à construção do indicador Passivo Ambiental e do IES são obtidos por análise fatorial. Esquemáticamente, as construções dos indicadores e do IES estão mostrados nas figuras 1A, 2A e 3A a seguir.

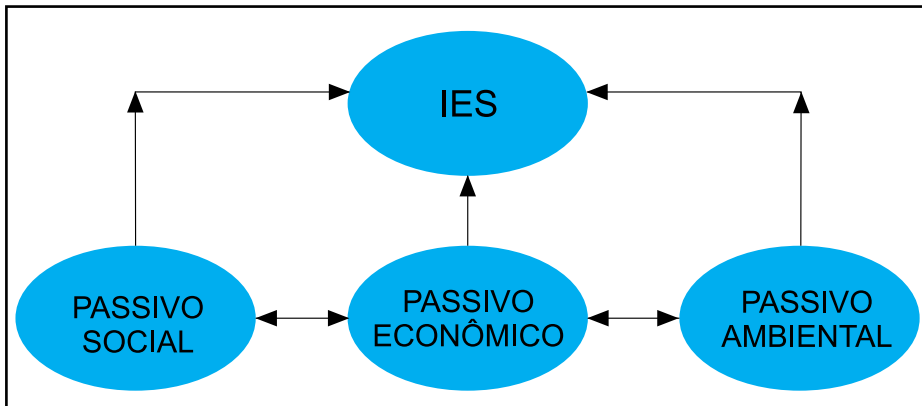


Figura 1A – Organograma para a Construção do IES

Fonte: Dados da Pesquisa.

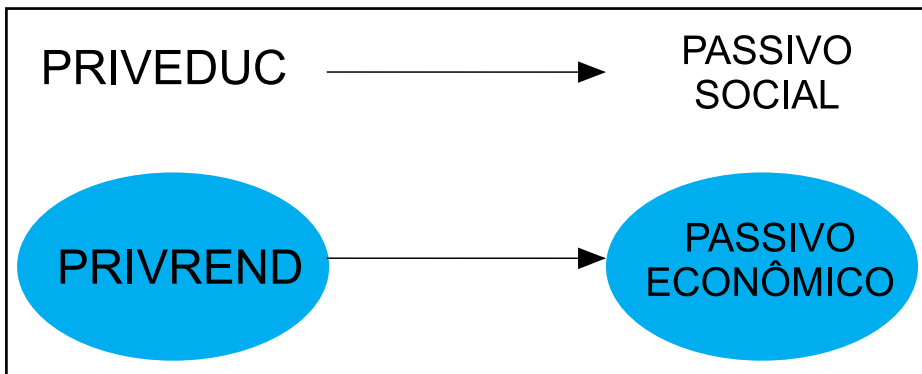


Figura 2A – Organograma para a Construção dos Passivos Econômico e Social

Fonte: Dados da Pesquisa.

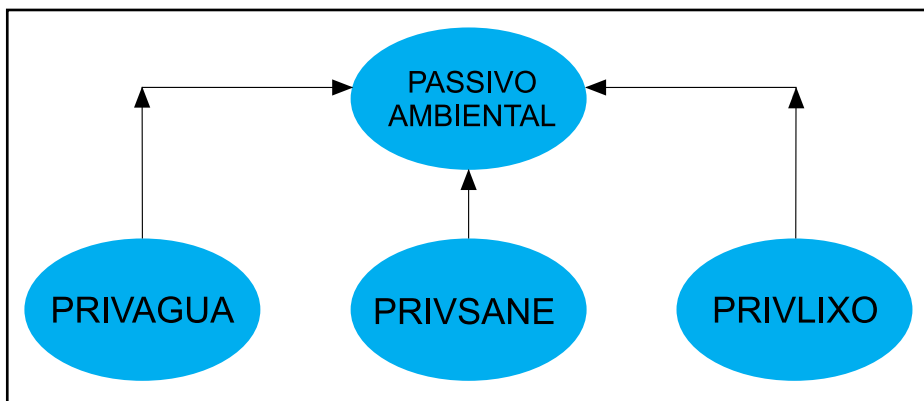


Figura 3A – Organograma para a Construção do Passivo Ambiental

Fonte: Dados da Pesquisa.

A equação de definição do Índice de Exclusão Social (IES) a partir da nova definição passa a ser:

$$IES = P1. PASSEDUC + P2. PASSECON + P3.PASSAMBI \quad (1)$$

Na equação (1) de definição do IES, os pesos P1, P2 e P3 são estimados através do método multivariado de análise fatorial; Passeduc é o passivo de educação que é igual ao Priveduc, que, por sua vez, afere o percentual da população maior de quinze anos que se declarou analfabeta no Brasil, regiões, estados e municípios; Passecon é o passivo econômico que é idêntico ao Privrend das outras edições do livro, que nada mais é do que o percentual da população que sobrevive em domicílios cuja renda total domiciliar varia de zero a, no máximo, dois salários mínimos. Isto proporciona uma renda *per capita* familiar de aproximadamente 0,3 salário mínimo; e Passambi é o passivo ambiental que é estimado da seguinte forma:

$$PASSAMBI = P4. PRIVAGUA + P5. PRIVSANE + P6 . PRIVLIXO \quad (2)$$

Na equação (2), Privagua é o percentual da população que sobrevive em domicílios que não têm acesso a água encanada, com ao menos um ponto de água dentro de casa; Privsane é o percentual da população que sobrevive em domicílios que não têm acesso ao serviço de esgotamento sanitário, ou não têm ao menos uma fossa séptica para destinar os dejetos familiares; Privlixo é o percentual da população que sobrevive em domicílios que não têm acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente. P4, P5 e P6 são pesos associados a cada um dos indicadores que também são estimados por análise multivariada.

Breve Discussão sobre o Método de Análise Fatorial

A seguir, apresenta-se um breve resumo do método de análise multivariada, que, no presente estudo, foi a fatorial, no que é de utilidade para a aferição dos pesos utilizados tanto para aferir o indicador Passambi como para estimar o IES. Leitores mais interessados em conhecer a metodologia e se aprofundar nela poderão fazê-lo na vasta relação de livros que está colocada nas Referências Bibliográficas dispostas ao final do livro.

Em geral, pode-se representar um modelo de análise fatorial da seguinte forma:

$$X = \alpha f + \varepsilon; \quad (3)$$

na qual $X = (X_1, X_2, \dots, X_p)^T$ constitui-se num vetor transposto de variáveis aleatórias observáveis; $f = (f_1, f_2, \dots, f_r)^T$ é um vetor transposto $r < p$ de variáveis não-observáveis ou variáveis latentes chamadas de fatores; α é uma matriz $(p \times r)$ de coeficientes fixos chamados de cargas fatoriais; $\varepsilon = (\varepsilon_1, \varepsilon_2, \dots, \varepsilon_p)^T$ é um vetor transposto de termos aleatórios. Normalmente, $E(\varepsilon) = E(f) = 0$. Uma propriedade adicional associada aos fatores é que eles são ortogonais.

Em geral, a estrutura inicial das estimativas das cargas fatoriais não é definitiva. Para confirmar ou rejeitar esta estrutura inicial, o método de análise fatorial proporciona a possibilidade de se fazer a rotação desta estrutura inicial. No caso específico deste estudo, utiliza-se o método varimax de rotação ortogonal dos fatores. Leitores interessados em maiores detalhes sobre este e outros métodos de rotação (inclusive procedimentos de rotação oblíqua) podem encontrá-los nos trabalhos de: Dillon; Goldstein, 1984; Johnson; Wichern, 1988; e Basilevsky, 1994.

Para a construção do IPES, estimam-se os escores associados aos fatores obtidos após a rotação ortogonal da estrutura fatorial inicial. Por definição, o escore fatorial irá situar cada observação no espaço dos fatores comuns. Assim, para cada fator F_i , o i -ésimo escore fatorial que pode ser extraído é definido por F_i , e pode ser expresso pela seguinte equação:

$$F_i = B_1X_{i1} + B_2X_{i2} + \dots + B_pX_{iES} ; i = 1, 2, \dots, n; j = 1, 2, \dots, p \quad (4)$$

onde B_1, B_2, \dots, B_p são coeficientes de regressão; $X_{i1}, X_{i2}, \dots, X_{iES}$ são p variáveis observáveis.

A variável F_i não é observável, contudo, pode-se estimá-la através das técnicas existentes de análise fatorial, utilizando-se da matriz X de variáveis observáveis. Agora, pode-se reescrever a equação (4) de forma compacta utilizando-se notação matricial. Esta redefinição assume a seguinte expressão:

$$F_{(n \times q)} = X_{(n \times p)} \cdot B_{(p \times q)} \quad (5)$$

Nas equações (4) e (5), os escores fatoriais serão afetados tanto pela magnitude como pelas unidades em que as variáveis X são medidas. Para evitar este tipo de problema, substitui-se a variável X pela variável normalizada Z , em que:

$$Z_{ij} = [(X_i - \mu_{xi})/\sigma_{xi}] ; \quad (6)$$

na qual μ_{xi} é a média de X_i , e σ_{xi} é o seu desvio-padrão. Desta forma, a equação (5) pode ser modificada para a obtenção do seguinte resultado:

$$F_{(n \times q)} = Z_{(n \times p)} \cdot \beta_{(p \times q)}. \quad (7)$$

Na equação (7) o vetor β substitui B porque as variáveis estão normalizadas em ambos os lados da equação.

Pré-multiplicando ambos os lados da equação (7) pelo valor $(1/n)Z^T$, onde n é o número de observações e Z^T é a matriz transposta de Z , obtém-se:

$$(1/n)Z^T F = (1/n)Z^T Z \beta. \quad (8)$$

A matriz $(1/n)Z^T Z$ se constitui, na verdade, na matriz de correlação entre os termos da matriz X . Designa-se esta matriz de R . A matriz $(1/n)Z^T F$ representa a correlação existente entre os escores fatoriais e os próprios fatores. Esta matriz será chamada de Λ . Agora, pode-se re-escrever a equação (5) da seguinte forma:

$$\Lambda = R \cdot \beta \quad (9)$$

Se for possível assumir que R é uma matriz não-singular, pode-se agora pré-multiplicar ambos os lados de (6) pela inversa de R (R^{-1}). Neste caso, obtém-se o seguinte resultado.

$$\beta = R^{-1} \cdot \Lambda. \quad (10)$$

Tendo estimado o vetor β , pode-se substituí-lo na equação (7) objetivando obter o escore fatorial associado a cada observação.

Os procedimentos acima foram aplicados sobre os 5.510 municípios contabilizados pelo Censo Demográfico de 2000 nos 26 estados brasileiros, bem como nos 5.564 municípios contabilizados no Censo

Demográfico de 2010. Na Tabela 1A, apresenta-se a distribuição dos municípios por estado em 2000 e 2010.

O método utilizado no estudo, foi o de decomposição em componentes principais. Por este procedimento, reduziram-se os três indicadores tanto do IES como do Passambi em um único fator. O procedimento estima a participação relativa de cada indicador (escores fatoriais) na definição do fator. São esses escores que se transformam em peso, trazendo-os para a base unitária. Os resultados obtidos com a estimação dos fatores e dos escores fatoriais estão apresentados na Tabela 2A.

Através das evidências apresentadas na Tabela 2A, depreende-se que, em 2000, os três indicadores do IES explicaram 80,4% da variância do fator. Em 2010, a variância explicada pelos três indicadores foi de 79,4%. Portanto, os ajustamentos encontrados apresentaram uma elevada percentagem de explicação, o que sugere que os pesos estimados, a partir das evidências, têm um bom nível de representatividade. Observa-se ainda que, em ambas as análises, os escores fatoriais foram praticamente iguais, o que proporcionou pesos também iguais. Estas evidências sugerem uma consistência na magnitude dos pesos, que também foram extrapolados para a composição do indicador Passambi (Tabela 3A).

Tabela 1A – Distribuição dos Municípios por Estado e Regiões em 2000 e 2010

Estado / Região	Total de Municípios em 2000	Total de Municípios em 2010
Acre	22	22
Amapá	17	16
Amazonas	62	62
Pará	143	143
Rondônia	52	52
Roraima	15	15
Tocantins	139	139
NORTE	450	449
Maranhão	217	217
Piauí	221	225
Ceará	184	184
Rio Grande do Norte	166	167
Paraíba	223	223

continua

Tabela 1A – Distribuição dos Municípios por Estado e Regiões em 2000 e 2010

conclusão

Estado / Região	Total de Municípios em 2000	Total de Municípios em 2010
Pernambuco	185	184
Alagoas	101	102
Sergipe	75	75
Bahia	415	417
NORDESTE	1.787	1.794
Espírito Santo	77	78
Minas Gerais	853	853
Rio de Janeiro	91	92
São Paulo	645	645
SUDESTE	1.666	1.668
Paraná	399	399
Santa Catarina	293	293
Rio Grande do Sul	467	496
SUL	1.159	1.188
Goiás	243	246
Mato Grosso	128	142
Mato Grosso do Sul	77	77
CENTRO-OESTE	448	465
TOTAL	5.510	5.564

Fontes: IBGE, 2000 e 2010a.

Tabela 2A – Resultados Obtidos com a Estimação dos Fatores, Escores Fatoriais e dos Pesos Associados a Cada um dos Indicadores que Definem o IES em 2000 e 2010

RESULTADOS PARA O ANO 2000			RESULTADOS PARA O ANO 2010		
VARIÁVEIS	ESCORES	PESOS	VARIÁVEIS	ESCORES	PESOS
PASSOCIAL	0,381	0,35	PASSOCIAL	0,389	0,35
PASSECON	0,394	0,35	PASSECON	0,393	0,35
PASSAMBI	0,338	0,30	PASSAMBI	0,338	0,30
Variância Explicada	80,4%	1,00	Variância Explicada	79,4%	1,00

Fontes: IBGE, 2000 e 2010a.

Tabela 3A – Pesos Utilizados para Estimar o Indicador PASSAMBI

VARIÁVEIS	PESOS
PRIVAGUA	0,35
PRIVSANE	0,35
PRIVLIXO	0,30
TOTAL	1,00

Fontes: IBGE, 2000 e 2010a.

Observa-se que o peso atribuído à variável Privlixo é o menor de todos os que compõem o indicador Passambi, também, em decorrência do fato de que as informações que se detêm tanto dos censos demográficos como das PNADs referem-se apenas às coletas diretas ou indiretas do lixo doméstico. Nada se fala acerca do destino desse lixo. Contudo, sabe-se que, na maioria dos casos, o destino são os chamados “lixões” a céu aberto. Assim, a variável não capta em plenitude os problemas ambientais associados ao destino dos resíduos sólidos. Por isso, a sua ponderação também é menor na composição do indicador.

Assim, a equação para estimar o IES é a seguinte, já utilizando os novos indicadores e a nova ponderação:

$$IES = 0,35.(PASSEDUC + PASSECON) + 0,30.PASSAMBI \quad (11)$$

Na Equação (11) o indicador PASSAMBI é definido da seguinte forma:

$$PASSAMBI = 0,35.(PRIVAGUA + PRIVSANE) + 0,30.PRIVLIXO \quad (12)$$

A equação de estimação do IES é aplicada para estimar os percentuais das populações socialmente excluídas nos municípios brasileiros nos anos de 2000 e 2010. A equação também é utilizada para estimar os percentuais de excluídos no Brasil, regiões e estados nos anos de 2001 a 2009. Estimam-se também os percentuais de excluídos nas áreas rurais empregando-se a mesma equação (11).

Para as áreas rurais do Brasil, regiões e estados a estimação do IES se dá de forma diferente. Parte-se da seguinte identidade:

$$\text{POBRES} = \text{POBRES URBANOS} + \text{POBRES RURAIS} \quad (13)$$

Os pobres no Brasil, regiões ou estados se obtêm multiplicando-se o IES pelas respectivas populações. Os pobres urbanos se obtêm multiplicando-se o IES das áreas urbanas pelas respectivas populações urbanas. Assim, o IES das áreas rurais, que se define por lesrur , é estimado para o Brasil, regiões e estados mediante a seguinte equação:

$$\text{IESRUR} = (\text{IES} \times \text{POPTOTAL} - \text{IESURB} \times \text{POPURBANA}) / \text{POPRURAL} \quad (14)$$

Na equação (14), Poptotal é a população total do Brasil, região ou estados no ano de referência; lesurb é o IES estimado para as áreas urbanas, que se obtém empregando-se a equação (11); Popurbana é a população das áreas urbanas; e Poprural é a população das áreas rurais.

ANEXO B - REGIÃO NORTE

Vide CD

ANEXO C - REGIÃO NORDESTE

Vide CD

ANEXO D - REGIÃO SUDESTE

Vide CD

ANEXO E - REGIÃO SUL

Vide CD

ANEXO F - REGIÃO CENTRO-OESTE

Vide CD

SOBRE O AUTOR

José de Jesus Sousa Lemos é maranhense, nascido no município de Bequimão, no povoado chamado de Paricatiua, que significa “local repleto de Paricá”. Paricá é uma madeira de lei, muito valiosa, que existia em abundância no município, mas que foi devastada pela sanha de destruição do ser humano. Formou-se em Engenheiro Agrônomo pela então Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), atual Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), em Belém do Pará. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Doutor em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. Pós-Doutor em Economia dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente pela Universidade da Califórnia, Riverside, Califórnia, USA. Foi Secretário de Estado de Assuntos Estratégicos e da Agricultura no Estado do Maranhão, entre março de 2005 e dezembro de 2006. Foi Coordenador do Curso de Mestrado em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde entrou por concurso público em setembro de 1985. Foi Visiting Scholar (Professor Visitante) na Universidade da Califórnia, Riverside (USA), entre maio de 1994 e outubro de 1995. Atualmente é Professor Associado IV lotado no Departamento de Teoria Econômica da Faculdade de Economia, Administração, Atuarias e Secretariado, da UFC.



ÁREA DE LOGÍSTICA
Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística
Célula de Produção Gráfica
OS 2012-10/06.077 - Tiragem: 500

ANEXOS B, C, D E e F

ANEXO B - REGIÃO NORTE

Tabela 1B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do ACRE

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Acrelândia	26,7	47,9	85,4	94,3	74,8	51,7	3,4	15,6	64,8	71,0	87,3	51,2	49,2	5,0	12538
Assis Brasil	29,1	51,8	53,8	88,9	45,4	47,4	3,8	21,7	62,4	50,3	69,9	38,6	45,1	4,4	6072
Brasileia	24,5	47,1	78,2	86,2	58,0	47,5	3,9	18,1	59,5	44,2	66,5	32,1	41,2	4,8	21398
Bujari	38,8	57,1	78,0	83,4	71,0	56,9	3,2	24,9	64,3	59,9	76,3	53,0	49,9	4,2	8471
Capixaba	37,7	51,4	95,5	91,2	79,9	58,0	2,4	21,8	62,8	60,9	60,6	55,8	47,5	4,4	8798
Cruzeiro do Sul	28,5	46,6	72,5	79,1	75,2	49,0	4,4	18,5	60,5	48,6	84,5	31,7	43,7	4,7	78507
Epitaciolândia	24,6	45,2	55,8	86,6	57,2	44,5	3,8	16,3	58,7	39,6	77,2	31,4	40,3	4,9	15100
Feijó	52,6	73,0	95,3	88,3	81,2	70,5	2,2	34,7	75,7	86,5	85,6	48,7	61,7	3,3	32412
Jordão	60,7	89,6	95,2	90,3	93,2	80,5	1,2	26,9	81,1	63,9	93,4	61,7	59,0	4,0	6577
Mâncio Lima	31,6	58,7	94,8	99,5	99,8	61,0	4,0	23,8	69,8	46,0	92,7	49,1	50,3	4,3	15206
Manoel Urbano	45,8	62,0	64,8	98,2	79,3	62,0	2,6	32,5	67,4	41,9	82,0	47,0	50,9	3,5	7981
Marechal Thaumaturgo	52,6	82,1	87,9	94,1	100,0	75,3	2,0	34,4	82,2	76,1	85,9	67,4	63,7	3,3	14227
Plácido de Castro	24,7	47,4	87,5	80,7	64,0	48,7	3,7	18,5	65,6	65,5	84,1	44,6	48,9	4,7	17209
Porto Acre	31,4	50,7	87,0	87,5	67,7	53,2	3,3	23,5	68,8	75,5	86,9	48,9	53,8	4,3	14880
Porto Walter	51,6	62,2	72,0	98,9	99,9	66,8	2,3	34,2	77,5	61,5	98,8	79,4	61,7	3,4	9176
Rio Branco	14,0	28,0	50,1	54,6	17,2	27,2	5,9	9,0	40,1	47,0	40,6	7,0	27,8	5,5	336038
Rodrigues Alves	49,9	65,8	73,2	93,2	98,8	66,9	2,5	31,3	79,9	56,9	87,9	61,5	58,7	3,6	14389
Santa Rosa do Purus	56,8	83,8	80,4	94,6	79,5	74,7	1,4	27,6	73,3	52,2	93,7	52,8	54,1	3,9	4691
Sena Madureira	34,0	55,9	72,2	81,6	73,6	54,2	3,4	24,8	65,0	61,4	85,1	36,7	49,8	4,2	ND
Senador Guiomard	26,2	39,9	88,5	71,1	57,5	45,1	4,1	17,7	56,0	66,0	74,3	35,8	43,9	4,8	20179
Tarauacá	41,5	64,3	81,0	83,6	73,5	60,9	3,0	31,1	75,0	57,8	85,7	50,8	56,0	3,6	35590
Xapuri	29,4	47,0	62,2	71,8	51,1	45,4	3,6	22,2	62,1	48,6	64,9	35,8	44,3	4,4	16091

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 2B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do AMAPÁ

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Amapá	17,2	47,0	86,4	82,5	42,7	44,0	4,4	11,1	66,2	87,8	61,5	17,3	44,3	5,4	8069
Calçoene	16,4	53,3	83,9	96,6	79,2	50,5	4,5	13,0	66,1	61,4	86,8	26,6	45,6	5,2	9000
Cutias	17,8	72,8	34,9	97,0	83,8	53,1	4,3	11,2	72,7	28,8	99,2	34,7	45,9	5,4	4696
Ferreira Gomes	17,7	54,3	48,4	96,1	46,6	44,6	4,8	13,6	62,5	31,4	92,4	25,9	42,0	5,2	5802
Itaubal	19,1	64,7	51,5	88,9	93,6	52,5	3,8	14,0	80,1	41,8	81,4	40,3	49,5	5,1	4265
Laranjal do Jari	16,4	38,3	20,5	99,0	62,4	37,3	4,4	11,4	61,3	11,7	89,2	13,7	37,3	5,3	39942
Macapá	9,0	30,0	46,7	68,0	19,1	27,4	6,5	6,2	71,9	45,8	71,5	4,1	40,0	5,8	398204
Mazagão	29,0	61,1	86,0	86,2	80,9	56,9	3,4	21,3	51,9	76,8	93,9	61,8	49,1	4,5	17032
Oiapoque	17,2	33,5	78,5	94,2	48,6	40,2	4,7	9,1	63,5	84,8	71,4	25,5	44,1	5,5	20509
Pedra Branca do Amaparí	26,4	66,0	94,2	95,5	77,2	59,2	3,7	17,0	65,5	70,2	74,8	37,2	47,4	4,9	10772
Porto Grande	20,0	41,6	80,0	93,7	41,0	43,5	4,6	12,8	76,1	80,8	75,3	33,0	50,5	5,2	16809
Pracuúba	18,1	62,8	77,1	89,8	80,5	53,1	3,9	11,8	54,7	73,5	97,7	30,2	44,0	5,3	3793
Santana	14,4	45,0	45,1	79,7	20,9	35,8	5,4	9,8	74,9	31,1	83,5	6,7	42,3	5,5	101262
Serra do Navio	11,2	55,8	62,0	57,3	38,6	39,4	5,4	10,9	69,3	32,3	48,1	12,3	37,6	5,4	4380
Tartarugalzinho	19,9	59,8	79,6	98,7	69,2	52,8	3,8	16,7	52,6	68,8	86,9	51,1	45,2	4,9	12563
Vitória do Jari	18,2	51,4	44,6	98,9	18,0	41,0	3,6	14,7	41,5	34,6	85,6	11,9	33,4	5,1	12428

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 3B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do AMAZONAS

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Alvarães	25,1	56,2	62,4	91,0	84,8	52,2	3,0	20,6	84,1	52,3	67,9	50,7	53,8	4,5	14088
Amaturá	26,3	72,2	47,2	86,0	76,0	55,3	3,5	22,4	85,4	33,8	89,8	57,7	55,9	4,4	9467
Anamá	23,9	62,7	63,1	92,1	74,6	53,3	3,2	15,9	75,9	47,1	95,2	58,1	52,3	5,0	10214
Anori	25,6	59,0	46,8	80,3	88,1	50,9	3,5	19,6	77,8	35,0	97,5	48,4	52,4	4,6	16317
Apuí	19,9	60,1	99,7	78,8	67,0	52,8	3,7	10,8	59,3	87,7	90,2	46,4	47,4	5,4	18007
Atalaia do Norte	50,3	67,8	61,8	84,6	76,4	63,6	2,4	35,9	75,0	64,1	98,6	73,3	62,5	3,2	15153
Autazes	20,4	63,6	84,6	95,3	77,0	55,2	3,7	15,8	77,3	79,7	77,4	53,2	53,9	5,0	32135
Barcelos	43,3	63,2	66,2	95,0	73,6	60,8	2,8	34,0	70,4	50,6	73,7	49,8	54,1	3,4	25718
Barreirinha	17,3	67,9	62,6	96,3	86,2	54,3	3,8	10,3	85,9	45,8	95,7	69,9	54,8	5,4	27355
Benjamin Constant	27,8	68,0	55,1	82,3	66,3	53,9	3,5	21,9	81,5	47,9	83,5	46,6	54,2	4,4	33411
Beruri	37,8	70,9	60,1	87,5	86,5	61,3	2,4	25,5	79,7	47,1	68,5	60,4	54,4	4,1	15486
Boa Vista do Ramos	11,1	76,1	48,6	95,5	66,7	51,7	4,1	8,0	82,9	43,8	66,8	53,8	48,3	5,6	14979
Boca do Acre	37,0	59,9	57,7	87,8	63,5	54,9	3,2	26,8	73,7	44,4	92,8	50,4	54,1	4,0	30632
Borba	21,1	74,0	73,6	84,4	78,2	56,9	3,2	15,8	83,0	48,8	90,0	49,7	53,6	5,0	34961
Caapiranga	26,6	60,4	70,6	90,7	85,7	55,1	3,3	15,1	74,9	80,4	64,7	58,3	52,0	5,0	10975
Canutama	39,7	78,0	52,2	98,1	99,4	65,9	2,9	29,5	75,1	52,6	88,1	64,8	57,2	3,8	12738
Carauari	42,8	73,5	37,6	98,0	90,9	63,1	2,7	28,1	78,7	36,4	69,8	27,7	51,0	3,9	25774
Careiro	25,6	66,2	77,8	92,7	83,4	57,5	3,1	13,8	75,9	63,6	84,5	61,1	52,4	5,1	32734
Careiro da Várzea	21,9	64,4	93,7	90,2	97,8	58,3	3,4	16,5	75,5	88,7	94,3	87,5	59,3	4,9	23930
Coari	31,5	67,8	70,2	70,9	68,8	55,8	3,5	17,0	69,3	73,2	54,4	39,7	47,2	4,9	75965
Codajás	29,4	71,1	42,4	82,8	65,2	54,2	3,5	18,7	80,0	40,5	65,2	38,8	49,1	4,7	23206
Eirunepé	47,1	69,4	80,5	90,7	96,6	67,4	3,0	33,2	78,1	55,2	82,7	66,5	59,4	3,5	30665
Envira	51,9	80,7	91,0	95,4	76,7	72,9	2,0	32,9	82,4	76,2	91,2	37,2	61,3	3,5	16338
Fonte Boa	40,6	80,1	67,9	99,8	88,4	67,8	2,1	24,7	81,5	32,8	97,0	50,2	55,3	4,2	22817
Guajará	51,1	82,9	89,8	98,5	89,6	74,7	2,3	31,5	82,4	66,1	91,4	55,2	61,4	3,6	13974

Tabela 3B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do AMAZONAS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	População	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Humaitá	25,0	52,3	31,6	76,4	52,0	43,1	4,1	16,9	65,7	29,0	83,0	32,2	43,6	4,9	44227
Ipixuna	53,4	81,8	85,3	97,1	97,1	75,2	2,2	38,4	87,5	60,8	98,1	65,7	66,7	3,0	22254
Irاندuba	20,8	54,3	56,7	72,1	60,5	45,3	4,0	13,2	67,9	38,2	85,0	21,6	43,3	5,2	40781
Itacoatiara	12,4	52,1	36,1	65,6	41,3	37,0	4,8	9,1	66,1	26,7	78,8	27,5	39,9	5,5	86839
Itamarati	60,0	79,0	75,5	96,1	97,8	75,5	1,6	37,7	84,3	63,4	92,0	65,4	64,9	3,1	8038
Itapiranga	9,6	64,9	30,1	73,6	65,2	42,8	4,6	8,5	72,6	23,5	93,2	30,7	43,4	5,6	8211
Japurá	34,1	77,3	73,8	94,5	82,4	64,1	2,2	28,0	81,1	53,0	80,0	69,6	58,4	3,9	7326
Juruá	40,2	69,8	66,5	97,6	94,9	64,3	2,4	33,7	80,4	54,4	82,3	58,4	59,5	3,4	10802
Jutaí	45,1	77,6	73,5	96,2	99,3	69,7	2,1	28,1	84,7	37,1	98,7	88,0	61,7	3,9	17992
Lábrea	41,3	72,2	67,5	84,7	79,2	62,8	2,7	28,6	79,2	76,0	75,7	47,0	57,9	3,9	37701
Manacapuru	21,9	56,0	50,4	75,9	42,1	44,3	4,0	15,6	66,9	44,4	74,4	29,4	44,0	5,0	85141
Manaquiri	22,9	53,7	63,9	94,3	79,3	50,6	3,6	10,6	80,1	64,8	91,6	69,4	54,4	5,4	22801
Manaus	6,1	30,2	25,5	30,7	9,3	19,4	6,7	3,8	39,6	24,5	36,1	2,0	21,7	6,0	1802014
Manicoré	27,2	68,0	82,1	87,0	76,7	58,0	3,2	16,8	73,0	64,4	90,9	53,7	52,6	4,9	47017
Maraã	36,5	81,1	83,8	97,0	96,3	68,8	1,8	18,1	82,5	51,2	65,0	57,6	52,6	4,8	17528
Maués	15,4	64,0	47,2	79,1	56,9	46,2	4,2	10,3	80,4	48,0	70,1	50,4	48,7	5,4	52236
Nhamundá	15,5	66,9	53,0	86,0	86,7	51,2	4,3	8,9	80,7	54,3	82,1	65,8	51,6	5,6	18278
Nova Olinda do Norte	24,2	73,6	68,0	97,3	76,4	58,5	3,1	12,8	82,4	53,5	83,9	50,9	52,3	5,2	30696
Novo Airão	20,2	61,5	36,1	67,5	33,7	42,5	3,8	15,5	73,2	45,5	80,4	34,6	47,4	5,0	14723
Novo Aripuanã	28,8	75,3	73,4	95,0	64,8	59,9	3,2	19,8	76,4	75,2	81,7	73,3	56,7	4,6	21451
Parintins	9,4	61,1	39,3	73,8	66,7	42,6	4,9	6,0	72,6	27,9	79,2	37,4	42,1	5,8	102033
Pauini	51,7	88,0	79,8	98,3	85,5	75,3	1,7	29,7	83,7	55,8	62,6	71,0	58,5	3,8	18166
Presidente Figueiredo	12,1	34,2	36,0	39,2	40,4	27,7	5,0	7,2	54,2	42,1	60,9	33,0	35,3	5,7	27175
Rio Preto da Eva	19,2	61,4	73,1	66,3	65,0	48,7	4,4	11,2	66,0	53,3	89,7	53,5	46,9	5,4	25719
Sta Isabel do Rio Negro	37,3	77,9	65,8	84,8	69,9	62,4	3,2	33,1	78,7	55,8	81,8	56,0	58,6	3,5	18146

Tabela 3B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do AMAZONAS

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Santo Antônio do Içá	41,7	79,3	81,1	98,1	96,1	69,8	2,6	21,3	86,1	55,9	95,9	61,7	59,1	4,5	24481
São Gabriel Cachoeira	23,2	62,9	74,6	80,5	67,6	52,5	4,1	14,7	67,6	68,8	73,4	48,6	48,1	5,1	37896
São Paulo de Olivença	41,5	80,9	73,7	92,8	99,9	69,3	2,6	22,9	87,3	62,5	93,4	99,8	63,9	4,3	31422
São Sebastião Uatumã	13,2	62,8	28,2	83,5	88,8	46,3	4,5	10,2	79,4	32,8	98,1	42,0	48,9	5,4	10705
Silves	11,6	64,7	57,1	90,4	64,8	48,0	4,3	7,8	76,7	51,2	94,9	49,8	49,4	5,7	8444
Tabatinga	21,7	47,6	74,7	90,4	53,5	46,4	4,3	14,4	74,2	59,2	71,7	29,3	47,4	5,1	52272
Tapauá	46,0	82,0	68,2	94,5	98,4	70,7	2,2	31,0	80,7	54,8	78,6	49,7	57,6	3,6	19077
Tefé	20,6	52,3	35,9	72,5	57,1	42,0	4,2	14,2	66,1	25,7	64,0	31,5	40,4	5,1	61453
Tonantins	30,6	74,9	69,8	95,4	99,9	63,3	2,7	19,9	83,8	87,0	89,6	70,5	61,2	4,6	17079
Uarini	32,0	61,5	62,6	95,0	92,7	57,6	2,6	18,9	81,9	39,9	83,2	54,0	53,1	4,7	11891
Urucará	13,4	63,5	36,7	80,3	57,4	44,4	4,7	8,0	77,2	22,4	89,2	35,9	44,8	5,6	17094
Urucurituba	13,2	69,9	53,4	87,3	94,7	52,4	4,0	9,2	78,4	36,5	75,5	47,7	46,7	5,5	17837

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 4B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARÁ

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Abaetetuba	19,3	57,8	69,8	72,3	53,6	46,7	4,3	13,7	70,7	73,3	81,9	36,9	49,2	5,1	141100
Abel Figueiredo	25,0	27,0	30,6	99,8	47,6	36,2	3,8	17,8	60,6	18,9	89,8	18,4	40,5	4,8	6780
Acará	31,6	63,2	82,5	95,6	88,4	59,8	2,4	21,3	81,6	68,4	92,8	74,1	59,6	4,5	53569
Afuá	43,6	63,7	80,1	99,6	78,3	63,5	2,0	28,9	84,0	74,0	96,3	70,4	63,7	3,8	35042
Água Azul do Norte	20,5	48,7	98,2	86,8	84,6	51,3	3,2	11,8	55,7	85,2	78,7	68,4	47,0	5,3	25057
Alenquer	19,2	62,0	66,4	79,5	84,2	51,3	3,9	15,6	79,0	67,3	79,1	54,6	53,4	5,0	52626
Almeirim	19,6	40,0	34,0	53,2	41,0	33,7	4,5	13,8	61,1	30,1	62,6	35,2	39,1	5,1	33614
Altamira	18,4	31,1	80,0	68,2	28,0	35,4	4,7	12,5	50,1	81,1	80,5	20,4	40,7	5,2	99075
Anajás	49,4	65,0	92,8	99,7	77,9	67,3	1,5	33,0	84,3	92,5	90,0	64,1	66,0	3,5	24759
Ananindeua	5,4	30,9	61,8	20,2	15,3	22,7	6,6	3,4	43,8	63,8	43,8	2,2	28,0	6,0	471980
Anapu	30,2	54,1	95,0	93,7	94,6	57,8	2,8	19,2	71,6	92,6	97,6	58,6	57,0	4,7	20543
Augusto Corrêa	34,0	68,0	61,4	91,7	81,6	59,1	2,9	26,3	86,4	54,2	72,4	71,9	59,2	4,1	40497
Aurora do Pará	36,5	61,1	72,8	91,6	90,6	59,6	2,4	23,5	82,4	43,3	79,7	69,8	56,2	4,3	26546
Aveiro	24,3	71,9	81,2	94,2	99,0	61,0	3,3	13,7	84,0	70,5	91,1	81,0	58,5	5,1	15849
Bagre	34,2	73,0	75,4	94,1	83,8	62,9	2,2	24,0	88,5	60,3	96,9	62,0	61,5	4,3	23864
Baião	18,5	64,3	42,0	87,8	85,9	50,3	4,1	13,9	79,7	37,1	73,9	65,1	50,3	5,1	36882
Bannach	24,4	44,7	84,3	99,8	98,9	52,4	3,2	18,3	57,9	66,1	97,9	65,3	49,8	4,7	3431
Barcarena	12,2	38,8	71,3	59,8	31,9	34,5	5,0	8,5	57,5	67,2	69,5	17,0	39,0	5,6	99859
Belém	5,0	26,1	26,4	24,9	4,6	16,7	7,1	3,3	38,4	24,5	30,8	3,3	20,7	6,0	1393399
Belterra	19,1	70,5	72,5	96,5	86,8	56,9	3,9	12,4	71,7	45,1	78,6	60,2	47,8	5,3	16318
Benevides	10,7	46,3	46,9	40,8	28,4	31,7	5,3	6,8	57,3	30,4	82,1	14,6	35,6	5,7	51651
Bom Jesus Tocantins	37,2	53,4	58,9	98,2	71,6	54,6	3,2	21,1	64,6	51,4	84,2	45,1	48,3	4,5	15298
Bonito	32,1	56,8	57,5	91,5	99,4	55,7	2,9	21,8	80,9	36,0	85,5	66,4	54,7	4,4	13630
Bragança	21,4	55,7	56,8	66,4	64,3	45,7	4,2	15,7	71,9	62,5	84,9	38,5	49,6	5,0	113227
Brasil Novo	24,9	37,4	67,6	96,1	80,8	46,3	3,7	17,8	60,4	48,6	97,4	54,1	47,6	4,8	15690

Tabela 4B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Brejo Grande Araguaia	26,8	52,2	35,4	99,5	74,6	48,5	3,9	19,7	69,6	32,4	91,3	56,2	49,3	4,6	7317
Breu Branco	28,2	49,4	75,4	92,5	61,3	50,3	3,2	20,3	76,1	75,7	94,1	35,7	54,8	4,6	52493
Breves	35,8	63,0	67,5	96,1	71,7	58,2	2,6	24,7	81,1	64,8	91,9	46,1	57,6	4,2	92860
Bujaru	24,8	68,9	70,3	92,5	80,1	57,1	3,4	14,6	82,9	60,4	88,5	68,9	56,0	5,1	25695
Cachoeira do Arari	18,5	69,5	76,2	79,5	99,6	56,1	3,4	13,6	80,1	70,1	58,7	67,4	52,4	5,1	20443
Cachoeira do Piriá	47,6	78,3	84,6	96,9	91,2	71,3	1,7	28,8	90,5	79,9	96,8	81,1	67,6	3,8	26484
Cametá	16,2	70,5	63,9	84,7	87,2	53,8	3,9	10,5	81,8	49,9	88,2	55,4	51,8	5,4	120896
Canaã dos Carajás	18,5	41,9	97,7	94,8	76,7	48,3	3,7	9,9	48,6	69,2	62,1	15,8	35,7	5,5	26716
Capanema	17,1	46,7	89,5	55,1	70,6	43,9	4,9	13,8	62,0	76,9	32,0	17,1	39,5	5,1	63639
Capitão Poço	34,9	67,2	66,9	98,8	66,8	59,2	2,8	24,1	78,5	39,7	96,5	50,8	54,8	4,2	51893
Castanhal	12,7	40,2	57,9	38,4	30,5	31,4	5,5	7,8	53,8	54,8	63,3	9,7	34,8	5,7	173149
Chaves	37,1	75,8	95,3	97,8	98,3	68,6	1,8	27,1	84,4	85,2	97,9	86,4	66,0	4,0	21005
Colares	13,9	62,7	48,3	84,8	86,7	48,6	4,8	10,4	76,9	22,5	97,9	68,0	49,3	5,4	11381
Conceição do Araguaia	21,3	48,0	53,7	63,6	45,5	40,7	4,4	14,1	59,8	57,4	94,7	33,3	44,8	5,1	45557
Concórdia do Pará	30,2	62,8	98,1	89,5	84,2	59,8	3,1	20,4	77,3	86,6	92,8	43,3	56,9	4,6	28216
Cumarú do Norte	25,7	53,1	69,7	70,0	92,3	50,6	3,0	25,2	54,6	67,3	97,7	73,3	51,9	4,1	10466
Curionópolis	26,9	52,9	66,5	84,1	85,2	51,4	3,5	18,0	63,7	62,9	95,4	53,5	50,0	4,8	18288
Curralinho	32,3	72,9	76,3	94,2	81,8	62,1	2,3	21,6	83,5	78,3	98,4	68,8	61,5	4,5	28549
Curuá	18,4	70,9	66,6	99,7	99,0	57,6	3,1	14,4	83,1	29,1	98,8	81,9	54,9	5,1	12254
Curuçá	12,2	65,0	42,5	74,9	78,7	46,4	4,5	10,8	76,9	13,3	76,2	48,1	44,4	5,4	34294
Dom Eliseu	28,9	52,0	30,7	96,7	65,1	47,6	3,4	17,7	68,0	22,6	92,7	28,7	44,7	4,8	51319
Eldorado dos Carajás	27,5	58,5	99,9	91,0	89,1	58,2	3,1	21,3	71,3	75,5	91,1	67,9	56,0	4,5	31786
Faro	16,1	68,6	37,9	98,0	97,3	52,7	4,1	10,5	81,2	25,4	97,8	62,0	50,6	5,4	8177
Floresta do Araguaia	25,8	54,0	99,2	99,4	82,2	56,2	3,2	18,8	70,0	98,3	98,4	72,1	58,2	4,7	17768
Garrafão do Norte	41,7	68,8	86,2	99,8	87,1	66,1	2,3	30,5	81,7	74,2	98,8	70,2	63,7	3,7	25034

Tabela 4B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Goianésia do Pará	30,3	44,0	96,8	86,3	90,2	53,3	3,2	22,7	67,2	91,0	90,7	38,1	54,0	4,4	30436
Gurupá	35,1	66,7	72,2	94,2	84,5	60,7	2,4	24,8	82,0	65,3	94,3	64,1	59,9	4,2	29062
Igarapé-Açu	21,4	54,9	44,9	70,7	86,0	46,6	4,1	15,6	73,8	27,7	98,3	34,4	47,6	5,0	35887
Igarapé-Miri	25,4	62,1	75,8	87,0	66,4	53,7	3,2	19,1	81,5	84,0	96,2	54,6	59,0	4,7	58077
Inhangapi	24,5	54,3	71,5	82,7	80,7	51,0	3,7	15,6	75,3	54,5	78,2	65,9	51,7	5,0	10037
Ipixuna do Pará	35,4	67,6	74,6	87,0	89,2	61,0	2,4	22,8	82,5	44,6	71,3	53,8	53,9	4,4	51309
Irituia	22,2	55,6	63,0	87,2	85,2	50,7	3,2	19,7	78,6	40,6	96,7	70,3	55,1	4,6	31364
Itaituba	20,8	43,9	92,3	97,1	51,4	47,2	4,1	13,9	57,3	86,7	78,6	23,6	44,4	5,1	97493
Itupiranga	33,8	61,3	94,1	97,8	76,0	60,3	2,8	23,1	76,6	95,6	89,5	52,8	59,1	4,3	51220
Jacareacanga	36,8	52,0	89,3	95,3	87,6	58,3	2,7	27,4	69,0	58,9	96,8	64,9	55,9	4,0	14103
Jacundá	26,3	41,5	79,9	97,4	46,1	46,5	3,7	16,0	67,3	74,0	83,0	19,8	47,4	4,9	51360
Juruti	15,1	76,2	67,0	98,7	89,2	57,4	3,4	8,9	76,5	43,4	96,7	48,7	49,0	5,6	47086
Límoeiro do Ajuru	23,1	69,7	87,0	95,3	85,0	59,3	3,0	14,8	85,8	76,7	93,2	74,8	59,8	5,1	25021
Mãe do Rio	23,3	51,9	93,0	70,8	66,2	49,5	3,8	17,6	66,8	80,0	56,2	16,3	45,3	4,8	27904
Magalhães Barata	16,4	70,2	37,8	75,8	99,9	51,2	4,1	10,6	76,5	10,3	47,7	62,5	42,2	5,4	8115
Marabá	17,1	38,5	64,0	67,3	43,3	37,1	5,0	11,4	50,5	61,3	65,6	21,5	36,9	5,3	233669
Maracanã	18,0	66,9	43,3	86,2	87,8	51,2	3,7	12,0	79,4	36,4	55,2	70,0	47,9	5,3	28376
Marapanim	14,2	60,5	49,5	69,4	85,4	46,3	4,2	9,4	70,9	32,6	97,3	42,6	45,6	5,5	26605
Marituba	9,3	44,1	82,0	41,0	50,7	36,2	5,3	4,7	53,9	61,2	80,6	10,7	36,4	5,9	108246
Medicilândia	24,2	40,9	82,3	94,5	90,2	49,5	3,7	18,4	67,0	74,8	78,5	69,1	52,2	4,7	27328
Melgaço	41,9	78,9	88,9	97,4	91,0	70,0	1,5	36,7	90,4	88,9	95,7	75,9	70,7	3,1	24808
Mocajuba	15,2	61,1	46,7	76,3	34,5	42,7	4,2	10,9	81,6	43,6	65,3	35,8	47,0	5,4	26731
Moju	30,0	59,5	82,2	90,5	76,3	56,3	3,0	18,8	77,3	66,5	93,3	64,1	56,2	4,7	70018
Monte Alegre	20,2	59,3	70,2	86,5	68,7	50,5	3,8	14,3	74,4	53,6	81,1	62,6	50,8	5,1	55462
Muaná	21,2	65,8	70,0	92,9	83,8	55,1	3,1	13,0	81,7	55,9	97,3	57,3	54,4	5,2	34204

Tabela 4B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Nova Esperança Piriá	40,3	67,6	100,0	96,8	99,8	67,4	2,1	26,3	83,5	95,3	95,2	48,4	62,8	4,0	20158
Nova Ipixuna	29,9	48,4	99,9	99,8	91,4	56,6	3,2	21,9	71,4	95,5	96,8	53,1	57,6	4,4	14645
Nova Timboteua	25,9	53,8	39,5	86,6	83,8	48,7	4,0	20,1	71,0	28,5	87,3	37,0	47,4	4,6	13670
Novo Progresso	12,5	27,3	90,4	60,2	59,0	35,0	3,8	8,9	39,3	66,6	98,5	23,4	36,3	5,6	25124
Novo Repartimento	31,4	63,3	93,3	89,9	90,4	60,5	2,9	20,6	71,5	91,7	80,4	51,8	55,0	4,5	62050
Óbidos	15,2	58,5	47,4	94,4	77,4	47,6	4,1	12,7	78,1	42,9	98,0	55,5	51,6	5,2	49333
Oeiras do Pará	23,6	69,4	66,9	95,3	79,8	56,8	2,9	18,4	85,7	55,5	95,3	59,6	57,6	4,7	28595
Oriximiná	14,9	51,4	36,7	76,0	48,5	39,4	4,6	11,5	71,9	49,4	61,1	42,1	44,6	5,3	62794
Ourém	27,5	61,4	72,7	80,7	57,5	52,4	3,4	20,6	76,2	58,1	86,5	38,4	52,5	4,5	16311
Ourilândia do Norte	22,4	46,2	62,3	95,2	71,5	47,0	3,4	12,6	51,4	26,6	64,0	24,7	34,1	5,2	27359
Pacajá	29,5	61,9	96,3	97,2	92,5	60,6	2,6	21,5	75,2	97,7	83,7	70,5	59,2	4,5	39979
Palestina do Pará	34,2	54,9	41,1	95,9	99,9	54,6	3,7	23,5	70,2	27,6	99,5	61,4	51,7	4,3	7475
Paragominas	21,7	42,2	66,0	72,4	28,8	39,5	4,0	12,9	58,6	45,3	86,8	12,3	40,0	5,2	97819
Parauapebas	16,3	37,9	30,6	41,9	17,5	28,2	5,0	8,1	40,8	26,9	52,5	4,4	25,9	5,6	153908
Pau d'Arco	26,0	55,8	91,0	86,9	98,5	56,2	3,1	22,5	66,4	75,3	99,0	56,2	54,5	4,4	6033
Peixe-Boi	27,9	64,5	65,4	99,9	73,1	56,3	3,6	22,2	74,4	39,6	63,1	50,2	49,1	4,4	7854
Piçarra	28,1	45,8	99,5	87,0	93,5	53,9	2,8	22,2	67,4	93,5	96,2	61,2	56,8	4,4	12697
Placas	25,3	45,8	99,8	99,5	95,4	54,4	3,4	17,3	78,9	93,9	98,4	70,2	60,2	4,8	23934
Ponta de Pedras	21,2	63,4	61,6	82,5	82,0	52,1	3,7	14,4	78,5	49,7	77,6	59,0	51,2	5,1	25999
Portel	44,1	67,3	86,3	96,3	76,5	65,1	2,0	30,1	82,4	78,6	85,5	52,7	61,4	3,7	52172
Porto de Moz	32,1	60,3	51,3	83,7	70,0	52,8	2,6	21,5	84,8	49,8	86,0	75,0	58,2	4,5	33956
Prainha	25,4	73,2	59,9	94,9	93,9	59,2	3,0	17,4	85,3	52,5	94,7	77,8	58,4	4,8	29349
Primavera	24,6	64,6	48,0	82,3	77,8	51,9	3,7	20,9	76,1	30,8	58,3	47,3	47,6	4,5	10268
Quatipuru	28,9	66,3	82,5	78,3	97,5	59,0	3,3	22,9	78,5	67,2	55,5	39,8	52,0	4,3	12411
Redenção	15,5	34,7	90,0	52,9	30,9	35,4	4,6	11,6	47,4	77,3	89,5	18,6	39,8	5,3	75556

Tabela 4B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Rio Maria	18,8	37,6	94,6	81,9	47,1	42,5	4,0	16,0	49,8	78,8	90,3	30,9	43,6	4,9	17697
Rondon do Pará	24,3	39,9	31,7	93,1	38,4	39,0	3,8	20,1	65,0	23,8	96,3	27,5	44,9	4,6	46964
Rurópolis	28,3	51,0	80,0	96,0	89,9	54,3	3,5	17,8	79,0	69,9	93,6	65,1	56,9	4,8	40087
Salinópolis	14,5	42,7	48,4	68,5	60,2	37,7	4,5	11,1	59,4	35,1	49,4	20,2	35,3	5,4	37421
Salvaterra	11,8	52,9	52,9	68,2	80,7	42,6	4,4	9,0	70,5	20,5	94,4	63,0	45,6	5,5	20183
Santa Bárbara do Pará	13,3	51,8	28,0	48,5	57,0	35,9	4,9	8,4	67,4	32,1	89,4	47,4	43,6	5,6	17141
Santa Cruz do Arari	21,5	73,7	37,1	95,2	97,2	56,0	3,2	11,5	87,1	18,1	86,4	36,0	48,7	5,3	8155
Santa Isabel do Pará	12,4	48,4	43,5	53,9	43,1	35,4	5,2	9,3	60,9	34,8	88,7	25,6	39,8	5,5	59466
Santa Luzia do Pará	34,6	70,3	86,9	85,1	61,6	60,3	3,1	24,9	80,1	86,5	75,8	50,2	58,3	4,2	19424
Sta Maria das Barreiras	29,6	48,4	82,1	85,8	86,8	52,7	2,8	18,6	68,0	80,0	80,6	69,4	53,4	4,7	17206
Santa Maria do Pará	28,6	49,0	33,7	66,2	59,4	43,0	4,0	20,2	69,3	23,8	94,9	33,1	46,7	4,6	23026
Santana do Araguaia	21,7	50,9	98,7	71,2	53,2	48,0	3,9	14,7	63,6	94,3	82,5	44,5	50,0	5,1	56153
Santarém	11,7	47,3	40,5	71,3	49,2	36,8	5,5	7,4	60,3	40,9	59,3	24,3	36,4	5,7	294580
Santarém Novo	24,5	65,2	44,4	85,8	94,2	53,5	3,6	17,2	78,4	27,3	55,9	44,3	46,2	4,8	6141
Santo Antônio do Tauá	16,1	60,9	49,2	66,5	67,0	45,1	4,3	11,5	68,2	21,6	89,0	39,8	43,1	5,3	26674
São Caetano Odivelas	15,5	50,5	52,4	75,2	100,0	45,5	4,0	11,4	73,6	29,2	92,9	52,2	47,3	5,3	16891
São Domingos Araguaia	29,8	56,2	90,6	99,1	81,3	57,3	3,5	19,7	68,8	34,8	88,9	42,1	47,8	4,6	23130
São Domingos Capim	31,5	67,5	68,0	98,1	78,1	59,1	2,9	21,7	85,3	53,9	90,8	59,1	57,9	4,5	29846
São Félix do Xingu	23,9	35,8	94,9	93,7	74,7	47,4	3,2	11,6	57,5	93,7	76,2	50,7	46,6	5,3	91340
São Francisco do Pará	18,1	55,1	55,0	67,9	69,2	44,8	4,3	15,9	69,6	38,9	61,0	50,7	45,0	5,0	15060
São Geraldo Araguaia	25,6	53,0	91,2	93,8	82,5	54,4	3,3	18,8	64,1	50,7	72,5	38,4	45,4	4,7	25587
São João da Ponta	18,5	63,8	49,9	78,8	85,1	50,0	3,9	8,7	78,7	20,6	76,4	26,7	43,2	5,6	5265
São João de Pirabas	26,2	64,8	57,1	84,6	89,9	54,8	3,4	20,7	77,6	38,3	89,0	59,1	53,1	4,5	20647
São João do Araguaia	34,5	67,0	78,3	98,6	99,8	63,1	2,9	24,8	76,1	63,2	82,6	89,1	58,6	4,2	13155
São Miguel do Guamá	22,7	50,1	71,2	93,9	72,6	49,3	3,9	17,0	72,4	64,3	90,9	44,9	51,6	4,9	51567

Tabela 4B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARÁ

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
São Sebastião da Boa Vista	21,1	66,4	73,2	92,6	87,2	55,9	3,6	15,7	83,9	71,2	96,6	58,4	57,7	5,0	22904
Sapucaia	18,9	27,4	56,2	99,3	59,9	37,9	3,7	22,3	52,6	25,3	97,2	25,9	41,4	4,4	5047
Senador José Porfírio	31,7	56,7	63,2	93,8	72,8	54,0	2,8	22,8	76,9	52,3	92,2	56,5	55,2	4,4	13045
Soure	13,1	53,8	41,2	62,6	72,7	40,9	4,9	9,4	69,2	24,2	29,1	23,6	35,2	5,5	23001
Tailândia	26,2	39,5	85,8	76,6	63,6	45,8	3,3	13,5	69,5	70,5	94,2	14,4	47,6	5,2	79297
Terra Alta	13,6	62,6	32,9	85,1	84,3	46,6	4,4	9,6	73,7	20,1	99,3	32,8	44,7	5,5	10262
Terra Santa	13,2	63,1	27,4	90,8	54,0	44,0	4,6	8,5	71,9	21,3	87,4	25,8	41,9	5,6	16949
Tomé-Açu	21,9	45,2	47,4	68,2	66,7	41,6	3,7	16,1	67,5	39,1	97,0	38,8	47,0	4,9	56518
Tracuateua	27,6	73,2	80,9	90,6	92,5	61,6	3,1	21,6	82,4	74,0	99,2	67,3	60,6	4,5	27455
Trairão	24,7	47,3	99,8	96,6	94,5	54,3	3,2	19,8	58,4	98,8	98,4	50,7	52,6	4,6	16875
Tucumã	17,6	33,8	80,0	90,1	60,5	41,3	4,0	12,2	49,1	58,1	65,1	33,9	37,4	5,3	33690
Tucuruí	11,3	33,5	30,3	82,4	17,2	29,1	5,2	9,4	52,4	17,4	83,5	7,7	32,9	5,5	97128
Ulianópolis	25,4	44,3	96,3	98,2	87,0	52,6	3,3	15,0	65,6	60,2	89,3	30,7	46,7	5,0	43341
Uruará	22,1	31,9	99,7	94,6	83,5	46,8	3,6	15,1	59,0	99,1	96,6	48,2	50,8	5,0	44789
Vigia	13,6	52,6	58,7	60,1	51,8	40,3	4,5	10,0	65,2	56,7	92,0	29,3	44,6	5,5	47889
Viseu	32,2	73,3	78,6	92,7	91,1	63,1	2,7	22,2	85,2	65,2	79,5	81,1	60,1	4,4	56716
Vitória do Xingu	27,5	52,7	90,8	84,5	80,0	53,7	3,3	16,1	72,6	79,3	70,6	81,2	54,1	4,9	13431
Xinguara	19,0	30,5	98,2	98,5	74,1	44,7	4,3	12,3	50,2	85,7	84,6	20,7	41,6	5,3	40573

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 5B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RONDÔNIA

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Alta Floresta D'Oeste	15,8	34,2	93,2	99,3	65,7	43,6	4,3	12,0	49,1	75,6	97,7	43,1	43,5	5,3	24392
Alto Alegre dos Parecis	17,5	44,7	99,0	99,8	86,8	50,5	3,5	13,5	60,8	93,0	99,4	62,6	51,9	5,2	12816
Alto Paraíso	16,2	33,5	97,4	92,8	77,7	44,4	3,7	11,8	53,7	93,9	88,8	57,5	47,3	5,3	17135
Alvorada D'Oeste	15,9	42,8	72,1	98,5	67,2	44,5	4,1	12,9	49,5	55,9	63,7	48,9	38,8	5,2	16853
Ariquemes	11,8	22,0	71,1	86,3	24,5	30,6	5,2	7,9	34,6	64,8	91,0	14,9	32,6	5,6	90353
Buritis	14,1	29,3	99,6	97,6	61,0	41,4	4,0	9,9	50,9	99,7	98,1	35,5	45,2	5,5	32383
Cabixi	17,5	35,4	95,1	98,9	72,2	45,4	4,1	13,6	49,4	76,0	78,8	50,2	42,8	5,1	6313
Cacaulândia	16,0	33,0	86,6	96,1	77,3	43,3	4,0	13,2	46,9	90,5	77,4	64,3	44,5	5,2	5736
Cacoal	12,1	27,2	36,1	78,4	36,7	29,1	5,2	8,3	34,4	23,9	45,5	21,1	24,1	5,6	78574
Campo Novo Rondônia	17,9	41,8	99,8	99,9	83,7	49,4	3,5	12,3	60,8	78,0	78,9	72,9	48,6	5,3	12665
Candeias do Jamari	16,8	42,7	46,6	29,7	46,6	33,0	4,2	11,0	46,2	44,9	90,7	44,5	38,3	5,4	19779
Castanheiras	14,7	47,7	81,1	99,5	94,1	49,3	4,1	14,3	44,2	74,4	98,5	74,4	45,3	5,1	3575
Cerejeiras	13,9	33,9	77,2	99,1	43,8	39,2	4,8	10,3	38,6	66,0	83,2	21,7	34,7	5,4	17029
Chupinguaia	15,9	24,8	56,2	79,6	69,5	34,8	4,1	10,3	42,3	37,4	97,3	41,0	36,2	5,4	8301
Colorado do Oeste	15,1	33,0	53,4	98,9	59,1	38,2	5,0	12,4	39,5	39,3	94,8	30,9	35,0	5,3	18591
Corumbiara	17,5	44,8	100,0	99,7	88,7	50,7	3,5	12,6	48,6	87,0	88,1	62,2	45,4	5,2	8783
Costa Marques	16,0	43,8	71,1	84,7	68,5	43,5	4,4	8,6	59,6	83,5	91,9	44,3	46,3	5,6	13678
Cujubim	17,9	35,6	80,1	97,5	73,1	43,9	3,6	12,0	44,0	89,6	92,2	39,8	42,3	5,3	15854
Espigão D'Oeste	15,3	34,1	79,4	99,1	52,2	40,7	4,3	11,4	40,8	72,5	86,1	33,6	37,9	5,3	28729
Gov. Jorge Teixeira	20,0	37,9	99,9	99,2	92,3	49,5	3,2	13,5	57,1	99,5	67,2	72,6	48,7	5,2	10512
Guajará-Mirim	11,7	34,9	58,8	89,4	33,0	34,8	5,6	8,1	48,4	55,3	77,3	20,5	35,5	5,6	41656
Itapuã do Oeste	18,3	35,1	60,2	56,1	55,9	35,9	4,1	12,8	49,4	70,2	96,7	43,8	43,2	5,2	8566
Jaru	15,2	31,2	87,1	88,3	56,5	39,7	4,5	10,7	41,6	75,4	96,6	28,4	38,9	5,4	52005
Ji-Paraná	11,4	23,7	67,8	90,7	26,3	31,3	5,4	7,8	31,9	53,6	79,5	13,1	29,0	5,7	116610
Machadinho D'Oeste	16,4	41,9	73,9	98,7	68,9	44,7	3,9	12,0	55,9	68,4	97,8	49,3	45,6	5,3	31135

Tabela 5B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RONDÔNIA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Ministro Andreazza	17,9	41,7	90,1	99,3	81,4	48,1	3,9	12,7	50,2	81,1	95,4	61,7	46,1	5,2	10352
Mirante da Serra	19,9	31,8	99,2	99,0	78,0	45,9	4,0	13,5	52,0	85,5	98,6	51,4	46,9	5,2	11878
Monte Negro	16,5	30,8	88,1	96,4	68,3	42,1	3,9	14,5	52,0	71,5	98,6	53,3	45,9	5,1	14091
Nova Brasilândia D'Oeste	16,3	37,4	83,6	97,5	83,7	45,3	4,4	11,3	53,5	71,7	96,0	57,6	45,5	5,4	19874
Nova Mamoré	17,0	50,8	94,8	91,7	69,2	49,5	4,2	13,1	60,1	93,3	91,8	53,0	49,8	5,2	22546
Nova União	17,7	44,2	97,6	98,1	98,2	51,1	3,6	13,6	58,5	90,7	98,9	76,6	52,0	5,2	7493
Novo Horizonte Oeste	17,5	40,2	92,9	99,3	89,3	48,4	3,7	14,4	55,4	86,4	90,4	66,2	48,9	5,1	10240
Ouro Preto do Oeste	14,1	28,5	71,1	93,3	40,6	35,8	4,7	10,4	36,7	53,6	89,8	24,9	33,8	5,4	37928
Parecis	22,3	57,4	85,3	97,8	78,4	54,2	3,5	14,7	53,2	73,1	99,3	61,6	47,4	5,1	4810
Pimenta Bueno	12,9	25,3	39,8	88,2	25,4	29,1	5,3	8,4	33,2	29,5	61,5	14,7	25,4	5,6	33822
Pimenteiras do Oeste	14,7	36,0	99,1	96,9	67,5	44,4	4,8	9,5	45,2	53,1	81,0	49,6	37,7	5,5	2315
Porto Velho	8,2	24,1	65,0	38,7	18,5	23,9	6,5	5,1	27,5	62,4	56,1	10,5	24,8	5,9	428527
Presidente Médici	17,2	34,5	69,9	99,2	61,1	41,4	4,2	12,2	46,2	65,6	98,3	43,2	41,6	5,3	22319
Primavera de Rondônia	15,4	45,7	64,7	99,6	84,9	46,3	3,7	13,4	48,7	49,0	98,0	55,9	42,2	5,2	3524
Rio Crespo	16,0	30,7	84,4	94,7	71,6	41,6	3,9	13,3	49,9	91,9	76,8	65,7	45,7	5,2	3316
Rolim de Moura	14,5	28,9	68,7	98,9	36,4	36,1	4,8	9,0	34,6	50,2	84,9	17,1	31,0	5,5	50648
Santa Luzia D'Oeste	18,0	42,7	91,8	99,2	78,2	48,3	4,3	13,0	45,8	81,0	98,0	58,2	44,6	5,2	8886
São Felipe D'Oeste	17,7	40,2	84,3	99,9	88,6	47,6	3,9	14,7	50,9	78,6	83,8	66,9	46,0	5,1	6018
São Francisco Guaporé	14,6	20,4	99,9	98,0	71,3	39,4	4,0	9,6	53,3	100,0	96,1	53,0	47,4	5,5	16035
São Miguel do Guaporé	16,0	39,1	99,0	98,7	81,2	47,3	3,7	10,8	54,8	92,6	89,8	54,5	47,0	5,4	21828
Seringueiras	15,4	41,6	99,9	99,7	80,4	48,1	3,8	10,6	60,1	90,5	80,0	60,5	48,1	5,4	11629
Teixeirópolis	17,6	36,3	94,5	99,9	83,1	46,8	3,4	13,0	40,3	90,2	97,9	65,5	44,3	5,2	4888
Theobroma	18,3	52,6	99,7	98,5	95,3	54,2	3,4	15,1	56,8	89,7	88,7	75,7	50,7	5,0	10649
Urupá	17,9	46,4	93,6	98,8	84,5	50,3	3,9	14,3	49,5	84,4	88,1	60,9	45,9	5,1	12974
Vale do Anari	20,1	29,8	99,9	98,7	100,0	47,3	3,4	15,1	60,7	85,7	99,3	66,4	51,9	5,0	9384
Vale do Paraíso	18,2	41,1	99,8	98,4	86,2	49,3	3,8	12,9	53,5	94,9	99,7	66,4	49,6	5,2	8210
Vilhena	9,6	19,6	8,3	92,9	11,2	21,8	5,9	,	,	,	,	,	,	,	76202

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 6B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de RORAIMA

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Alto Alegre	19,1	61,0	63,5	79,3	97,7	51,8	4,2	40,1	66,0	63,3	82,3	77,0	58,6	59,4	16448
Amajari	28,2	58,1	81,2	71,2	85,2	53,9	3,3	38,7	71,7	54,9	71,7	63,8	57,0	57,7	9327
Boa Vista	8,7	20,5	4,2	22,4	10,3	13,9	6,7	5,8	39,4	4,0	44,2	3,6	20,0	21,2	284313
Bonfim	22,1	50,9	63,1	62,9	78,7	45,9	4,2	13,3	72,5	50,4	56,3	65,3	46,7	47,1	10943
Cantá	26,0	46,4	65,5	64,9	84,0	46,6	4,1	17,2	69,9	52,9	86,8	76,1	50,6	52,0	13902
Caracaráí	22,8	41,2	31,6	55,7	48,3	35,9	4,5	13,3	65,2	34,1	37,6	38,8	38,3	38,5	18398
Caroebe	20,5	55,0	54,5	77,6	64,9	46,1	3,9	12,2	62,3	47,4	82,3	55,3	43,5	44,7	8114
Iracema	21,1	38,9	29,3	40,7	52,8	33,1	4,3	30,2	66,0	44,5	36,3	54,3	47,1	47,0	8696
Mucajaí	22,3	37,8	36,5	46,7	49,4	34,2	4,5	17,2	60,6	33,1	95,8	43,9	42,7	44,7	14792
Normandia	20,3	76,3	65,6	89,4	85,7	57,8	3,8	12,3	75,2	53,9	81,0	77,6	50,6	51,8	8940
Pacaraima	14,3	49,0	42,2	60,2	58,4	38,2	4,8	9,8	64,9	24,8	71,5	45,9	38,7	40,4	10433
Rorainópolis	23,4	49,7	67,5	67,4	73,7	46,4	4,3	14,5	65,5	65,7	87,5	43,9	47,7	48,1	24279
São João da Baliza	18,7	43,1	32,5	55,3	49,3	35,3	4,8	11,6	62,0	32,9	72,1	34,6	38,7	39,9	6769
São Luiz	18,5	48,3	33,8	53,3	66,1	38,5	4,7	12,2	60,2	32,2	54,2	34,1	36,8	37,5	6750
Uiramutã	37,3	82,9	63,9	95,0	92,5	67,1	2,8	,	,	,	,	,	,	,	8375

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 7B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do TOCANTINS

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Abreulândia	20,8	49,0	57,0	95,9	62,3	46,1	4,0	13,4	64,0	43,0	82,5	43,3	44,2	5,2	2391
Aguiarnópolis	25,4	66,0	29,0	80,8	55,4	48,5	3,9	17,2	56,0	13,4	64,2	21,1	35,6	4,8	5162
Aliança do Tocantins	18,5	48,0	57,0	62,8	44,7	39,9	4,8	14,4	55,5	39,6	78,0	21,0	38,7	5,1	5671
Almas	24,5	51,3	46,0	96,5	77,5	48,5	3,9	21,8	64,8	28,9	63,4	41,6	43,7	4,4	7586
Alvorada	18,2	36,1	36,8	98,2	41,2	36,9	5,0	10,2	39,4	24,1	93,2	9,2	30,5	5,4	8374
Ananás	24,9	47,1	26,4	99,3	56,1	43,4	4,3	19,3	59,1	15,6	66,7	27,3	38,5	4,7	9865
Angico	20,9	53,8	26,1	99,5	88,7	47,3	4,2	17,6	65,1	24,3	98,6	48,1	46,2	4,8	3175
Aparecida Rio Negro	20,5	44,3	25,0	99,8	76,2	42,6	4,4	14,9	61,6	24,1	97,6	26,5	41,9	5,0	4213
Aragominas	32,1	62,3	63,8	76,0	68,4	53,9	3,5	23,8	63,3	53,8	81,0	58,7	49,9	4,3	5882
Araguacema	25,7	51,6	43,2	94,1	64,9	47,3	4,2	16,4	63,4	39,1	73,5	54,1	44,6	4,9	6317
Araguaçu	19,8	33,8	58,8	97,5	53,0	39,9	4,8	14,5	49,1	40,5	97,7	32,2	39,7	5,1	8786
Araguaína	13,4	33,6	15,8	52,9	17,7	25,3	5,8	8,6	37,6	6,9	83,3	8,0	26,4	5,6	150484
Araguanã	20,4	62,4	76,9	83,6	72,0	52,3	3,5	17,8	64,7	24,3	58,5	21,5	39,5	4,8	5030
Araguatins	24,2	60,4	42,5	80,0	51,6	47,1	4,1	19,8	67,2	27,4	97,9	38,7	47,1	4,6	31329
Arapoema	23,5	44,3	36,4	89,9	39,5	40,5	4,3	17,4	54,4	21,1	87,7	24,5	38,8	4,8	6742
Arraias	30,8	51,1	41,8	98,1	67,0	49,4	3,5	20,9	58,8	32,5	67,1	37,7	41,7	4,5	10645
Augustinópolis	31,6	62,4	27,3	96,6	37,4	49,3	4,2	22,3	62,6	14,1	89,5	26,0	42,9	4,4	15950
Aurora do Tocantins	28,3	62,3	35,7	96,8	57,3	50,8	3,9	21,0	58,3	27,4	97,4	37,5	44,2	4,5	3446
Axixá do Tocantins	33,5	66,5	40,0	98,3	57,6	54,7	3,8	24,0	63,7	8,8	68,8	32,0	41,7	4,3	9275
Babaçulândia	24,3	63,5	62,8	99,8	86,8	55,6	3,8	20,6	64,3	49,9	71,7	53,9	47,3	4,5	10424
Bandeirantes Tocantins	22,5	47,0	41,4	62,6	70,9	41,6	3,8	17,6	58,5	34,8	97,5	46,6	44,7	4,8	3122
Barra do Ouro	28,3	71,5	60,2	96,7	96,0	60,0	2,8	22,5	72,4	34,8	81,7	42,0	49,2	4,4	4123
Barrolândia	20,2	44,8	20,6	99,7	44,5	39,4	4,3	16,0	54,3	17,2	75,9	17,6	36,0	4,9	5349
Bernardo Sayão	17,5	51,1	57,3	91,7	62,7	45,3	4,2	18,0	56,6	35,9	85,4	38,0	42,3	4,8	4456
Bom Jesus do Tocantins	25,9	64,8	53,1	99,8	68,8	54,0	3,0	15,0	54,5	33,1	67,4	37,1	38,2	5,0	3768

Tabela 7B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do TOCANTINS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Brasilândia Tocantins	19,4	57,2	43,0	97,7	41,5	45,3	4,0	16,8	52,0	14,8	94,7	32,6	38,5	4,9	2064
Brejinho de Nazaré	23,1	56,4	50,6	99,4	58,2	48,8	4,2	16,6	59,7	37,9	89,6	24,5	42,3	4,9	5185
Buriti do Tocantins	30,9	65,9	16,6	99,8	95,9	54,7	4,2	22,4	71,9	6,7	78,6	42,5	45,8	4,4	9768
Cachoeirinha	24,6	77,2	13,8	99,6	98,8	56,4	4,3	18,2	69,7	13,0	80,2	66,3	46,5	4,8	2148
Campos Lindos	27,8	76,2	62,3	87,6	100,0	61,1	2,9	21,0	76,3	38,9	88,1	48,1	51,7	4,5	8139
Cariri do Tocantins	17,7	31,1	49,4	97,1	40,3	36,1	4,4	14,4	48,0	43,1	73,1	41,0	37,7	5,1	3756
Carmolândia	28,3	59,9	99,8	77,7	32,3	52,4	3,8	19,0	55,5	49,7	48,1	22,6	38,4	4,7	2316
Carrasco Bonito	39,3	79,2	17,1	99,7	97,4	62,5	3,2	29,0	76,6	13,5	65,8	25,5	47,6	3,8	3688
Caseara	21,6	52,1	41,5	99,6	68,0	46,7	4,0	18,0	59,7	47,5	93,3	43,5	45,9	4,8	4601
Centenário	27,4	66,0	67,6	98,5	73,9	56,8	3,3	28,6	69,7	41,0	58,1	43,6	48,7	3,9	2566
Chapada da Natividade	29,1	54,4	62,0	95,6	73,1	52,3	3,5	20,7	69,1	54,2	28,0	53,1	44,8	4,5	3277
Chapada de Areia	14,8	48,9	47,6	96,7	50,5	42,0	3,9	18,9	56,9	46,9	96,7	47,4	45,9	4,7	1335
Colinas do Tocantins	17,8	39,3	14,7	80,6	11,4	31,0	4,9	12,1	46,8	7,4	68,3	6,5	29,1	5,3	30838
Colmeia	22,9	51,1	54,2	85,5	52,0	45,3	4,2	19,0	50,7	32,7	53,2	27,3	35,9	4,7	8611
Combinado	24,7	54,8	11,5	94,0	68,7	45,1	4,1	18,3	54,3	8,6	88,2	33,5	38,6	4,7	4669
Conceição do Tocantins	28,1	49,5	49,1	99,9	85,9	50,5	3,4	23,2	66,2	32,3	89,3	38,8	47,5	4,3	4182
Couto de Magalhães	25,4	41,2	53,8	99,7	84,6	47,0	3,7	17,5	68,0	50,2	62,7	55,7	46,8	4,8	5009
Cristalândia	16,3	47,3	15,7	56,6	15,4	31,2	4,9	12,6	48,9	21,3	93,2	19,1	35,3	5,2	7234
Crixás do Tocantins	14,7	63,6	50,3	98,6	46,0	47,2	4,7	10,7	55,8	50,8	65,4	45,3	39,5	5,4	1564
Darcinópolis	27,0	43,7	45,0	99,6	61,3	45,4	3,3	20,7	65,6	29,8	41,6	37,9	41,1	4,5	5273
Dianópolis	19,4	47,8	19,6	94,4	40,6	39,1	4,7	12,4	51,8	13,7	83,0	15,5	34,0	5,3	19112
Divinópolis Tocantins	19,9	53,9	47,2	95,6	61,8	46,4	4,3	16,4	55,5	33,7	92,5	32,7	41,4	4,9	6363
Dois Irmãos Tocantins	19,1	42,2	68,5	99,9	79,0	46,3	3,7	17,5	58,4	60,0	75,4	60,4	46,2	4,8	7161
Dueré	20,8	77,7	40,3	99,5	52,6	53,9	4,3	12,5	54,9	39,4	84,5	38,8	40,1	5,2	4592
Esperantina	37,4	54,6	36,6	97,8	97,4	55,1	2,8	22,7	82,7	26,2	80,1	59,9	53,4	4,4	9476

Tabela 7B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do TOCANTINS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Fátima	17,2	39,9	33,2	33,1	34,1	30,0	5,0	14,9	54,8	30,1	43,0	19,7	33,9	5,0	3805
Figueirópolis	19,0	51,3	41,6	99,6	45,2	43,5	5,0	16,9	46,1	40,8	42,6	27,7	33,3	4,9	5340
Filadélfia	21,4	42,7	48,8	68,7	74,4	41,5	3,7	19,0	67,1	37,7	90,8	46,8	47,9	4,7	8505
Formoso do Araguaia	16,5	56,4	72,3	92,4	40,5	46,5	4,9	12,9	51,1	42,3	79,5	29,8	37,9	5,2	18427
Fortaleza do Taboão	22,7	54,5	33,6	100,0	41,8	44,8	3,9	17,4	49,5	17,6	97,6	12,4	36,6	4,8	2419
Goianorte	21,5	75,7	81,5	100,0	76,7	60,0	3,5	16,8	60,8	61,1	88,2	47,3	47,1	4,9	4956
Goiatins	32,4	35,0	49,9	80,2	82,7	44,7	2,8	25,3	73,6	36,9	86,9	62,5	53,2	4,1	12064
Guaraí	15,5	28,4	15,5	91,5	19,8	28,4	5,2	11,2	42,3	11,7	75,5	10,6	28,8	5,4	23200
Gurupi	9,4	67,0	34,7	63,8	11,5	38,1	6,2	6,4	30,6	15,5	56,6	4,2	20,9	5,8	76755
Ipueiras	25,3	53,5	63,5	98,9	68,1	50,8	3,8	15,8	56,3	30,3	7,8	31,5	32,1	5,0	1639
Itacajá	26,4	59,9	45,7	94,3	56,0	49,9	3,4	18,2	65,4	26,9	48,8	34,6	40,3	4,7	7104
Itaguatins	30,4	75,3	48,3	99,9	82,5	60,0	3,3	24,8	68,5	29,4	69,9	50,8	47,6	4,2	6029
Itapiratins	24,3	40,5	89,9	81,4	80,8	47,9	3,5	19,1	58,3	64,0	99,7	47,5	48,6	4,7	3532
Itaporã do Tocantins	22,1	44,1	80,4	96,6	49,7	46,2	4,2	18,8	54,5	41,0	97,2	38,1	43,6	4,7	2445
Jaú do Tocantins	20,9	39,9	52,8	99,3	66,1	43,2	3,9	13,4	54,9	48,7	99,1	50,5	44,0	5,2	3507
Juarina	18,8	48,6	56,1	99,0	79,7	47,1	4,1	15,2	67,7	53,7	77,9	50,9	47,4	5,0	2231
Lagoa da Confusão	21,1	79,1	57,5	97,4	51,3	56,0	4,2	13,5	53,6	50,7	92,9	31,5	41,4	5,2	10210
Lagoa do Tocantins	28,3	31,2	27,3	99,4	70,3	40,5	3,4	22,6	74,9	26,5	63,6	34,0	46,6	4,4	3525
Lajeado	13,0	74,3	35,7	96,9	45,6	48,6	3,9	9,7	48,5	31,8	56,8	21,1	31,6	5,5	2773
Lavandeira	24,4	67,9	37,5	100,0	66,3	52,7	3,7	22,5	59,8	39,4	70,8	42,9	44,2	4,4	1605
Lizarda	26,2	61,2	49,2	90,0	60,3	50,6	3,2	22,4	76,6	40,4	15,8	76,7	47,4	4,4	3725
Luzinópolis	20,8	37,6	23,8	100,0	60,3	38,9	4,1	18,2	66,2	21,5	99,8	29,0	44,9	4,8	2622
Marianópolis Tocantins	17,6	70,9	45,5	99,8	55,4	51,2	4,2	18,0	54,5	36,8	86,6	48,4	42,7	4,8	4352
Mateiros	42,0	69,5	49,9	98,6	99,3	63,5	2,2	26,4	64,2	35,6	83,7	37,9	47,6	4,0	2223
Maurilândia Tocantins	25,9	33,9	47,3	99,7	92,7	44,7	3,6	23,6	72,4	37,3	77,6	48,9	50,1	4,3	3154

Tabela 7B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do TOCANTINS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Miracema do Tocantins	16,6	37,5	22,6	98,4	33,9	34,7	5,2	11,0	46,4	15,2	85,8	15,4	32,1	5,4	20684
Miranorte	17,3	53,3	18,4	99,8	33,8	40,2	4,6	13,8	51,2	14,1	97,7	13,2	35,7	5,1	12623
Monte do Carmo	24,5	40,0	54,3	94,5	81,3	45,5	3,7	19,4	65,5	57,0	75,4	57,8	48,8	4,6	6716
Monte Santo Tocantins	15,5	68,0	64,9	84,5	72,3	51,4	3,8	16,3	62,4	52,0	82,9	48,8	46,1	4,9	2085
Muricilândia	31,6	59,0	51,1	96,8	98,2	56,1	3,0	23,9	65,1	42,4	82,0	44,2	48,2	4,3	3152
Natividade	24,4	45,2	35,8	76,5	67,2	42,2	3,8	19,1	56,8	23,3	58,7	27,4	37,6	4,7	9000
Nazaré	25,4	56,1	20,3	97,5	83,4	48,4	4,4	20,9	65,5	10,4	98,1	59,7	47,0	4,5	4386
Nova Olinda	26,8	50,8	42,0	99,2	47,6	46,3	4,0	17,2	60,0	30,4	91,6	35,9	43,1	4,8	10686
Nova Rosalândia	18,9	54,0	53,4	99,4	46,4	45,7	5,2	15,4	61,1	39,2	98,0	26,7	43,6	5,0	3770
Novo Acordo	17,8	66,6	37,9	99,8	71,7	50,5	4,2	15,0	60,1	20,0	62,4	25,2	37,2	5,0	3762
Novo Alegre	16,0	49,9	20,1	99,3	50,1	40,1	4,8	13,8	55,8	20,5	81,2	25,1	37,3	5,1	2286
Novo Jardim	25,5	39,7	27,5	98,4	71,1	42,4	3,1	19,9	69,7	19,0	69,5	19,9	42,4	4,6	2457
Oliveira de Fátima	15,7	62,4	28,7	64,3	72,9	43,7	4,5	16,8	56,2	30,4	90,8	27,0	40,7	4,9	1037
Palmas	6,3	68,1	7,6	37,1	7,3	31,4	7,1	3,8	26,5	4,5	30,7	3,0	14,6	6,0	228332
Palmeirante	32,0	42,3	65,1	93,3	85,7	50,3	2,7	19,9	69,1	62,7	89,9	83,7	54,7	4,6	4954
Palmeiras do Tocantins	33,5	31,0	44,4	99,9	90,2	45,8	3,8	16,9	62,2	42,9	98,8	51,1	47,1	4,9	5740
Palmeirópolis	19,0	64,7	30,0	99,6	50,3	47,4	4,7	13,3	50,9	23,8	89,5	23,6	36,5	5,2	7339
Paraíso do Tocantins	10,3	62,2	27,5	87,1	11,5	38,4	5,9	6,9	33,1	13,1	80,1	5,3	24,2	5,7	44417
Paraná	31,0	41,0	71,0	99,1	80,0	50,3	2,6	25,9	68,3	52,8	98,2	51,2	53,4	4,1	10338
Pau D'Arco	26,0	45,0	47,1	98,9	68,1	46,3	3,7	18,7	58,5	38,4	85,5	47,6	44,3	4,7	4588
Pedro Afonso	15,9	52,7	18,9	99,6	29,3	39,1	4,9	10,5	37,5	11,1	44,6	14,7	24,0	5,4	11539
Peixe	23,3	48,5	48,1	93,6	81,7	47,4	3,9	16,5	51,6	40,9	75,2	49,3	40,5	4,9	10384
Pequizeiro	27,6	63,6	62,3	94,2	70,8	54,7	3,7	19,7	63,4	52,1	67,2	51,8	46,3	4,6	5054
Pindorama do Tocantins	19,0	55,2	51,9	96,9	76,4	48,5	3,9	14,8	66,4	34,0	70,7	35,9	42,6	5,0	4506
Piraquê	22,2	44,3	55,4	99,4	68,1	45,7	4,1	21,1	61,3	65,8	99,3	64,4	52,0	4,5	2920

Tabela 7B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do TOCANTINS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Pium	22,9	53,0	61,2	98,4	65,5	49,2	4,7	19,4	55,1	43,8	79,3	42,5	42,8	4,6	6694
Ponte Alta do Bom Jesus	31,1	56,3	46,1	99,6	99,8	54,9	3,5	25,2	68,6	46,1	97,8	58,3	53,2	4,1	4544
Ponte Alta do Tocantins	22,3	61,8	49,9	99,6	62,1	50,7	3,8	16,6	65,7	37,3	96,1	40,6	46,5	4,9	7180
Porto Alegre Tocantins	28,0	37,6	40,5	99,4	58,0	42,9	3,6	19,9	66,0	30,5	93,1	31,9	45,9	4,6	2796
Porto Nacional	14,5	78,5	20,3	98,2	29,6	47,7	5,5	9,2	45,1	17,5	32,8	16,1	25,7	5,5	49146
Praia Norte	34,1	40,9	34,2	99,6	81,0	47,6	3,0	31,0	78,6	10,4	77,6	62,1	53,2	3,6	7659
Presidente Kennedy	23,1	42,6	43,6	97,4	60,1	43,2	4,7	16,4	55,0	26,5	80,8	17,4	37,8	4,9	3681
Pugmil	21,6	72,9	45,6	97,6	75,3	54,9	4,0	13,0	49,7	29,1	98,6	17,9	37,0	5,2	2369
Recursolândia	31,8	73,9	66,1	89,8	73,0	59,9	3,1	27,6	78,8	45,6	76,2	48,2	54,4	3,9	3768
Riachinho	28,3	48,9	55,6	99,9	97,5	52,1	3,1	22,6	77,4	37,0	96,3	64,3	54,8	4,4	4191
Rio da Conceição	22,1	47,5	38,1	99,6	36,1	42,1	3,5	14,0	70,4	16,3	58,0	8,6	38,1	5,1	1714
Rio dos Bois	27,9	70,5	46,4	99,2	50,5	54,3	4,0	19,3	62,3	42,3	96,2	46,3	47,3	4,7	2570
Rio Sono	26,2	78,6	64,8	98,8	76,9	60,8	3,3	19,9	68,7	48,9	94,5	61,1	51,6	4,6	6254
Sampaio	32,7	37,7	25,0	98,6	70,5	44,0	4,3	23,9	72,6	8,2	78,4	33,5	45,9	4,3	3864
Sandolândia	21,0	53,6	93,2	99,2	54,3	51,2	3,9	16,6	54,8	64,1	95,8	40,0	45,4	4,9	3326
Santa Fé do Araguaia	25,6	61,4	44,8	90,6	58,9	50,0	3,6	19,7	63,8	26,2	70,8	28,2	41,9	4,6	6599
Santa Maria Tocantins	25,4	44,9	59,0	83,8	85,5	47,3	3,3	17,6	60,6	42,2	83,6	38,2	44,0	4,8	2894
Santa Rita do Tocantins	20,0	63,7	79,2	65,8	69,6	50,8	4,0	15,0	58,9	65,3	55,1	60,5	44,0	5,0	2128
Santa Rosa Tocantins	24,7	65,9	80,7	89,1	63,4	55,2	3,6	17,7	69,0	63,8	48,5	54,7	47,1	4,8	4568
Santa Tereza Tocantins	17,3	71,0	40,1	99,5	100,0	54,6	4,3	14,6	58,5	29,0	97,9	35,7	42,1	5,1	2523
Santa Terezinha Tocantins	26,6	59,7	30,2	99,6	98,5	52,7	4,1	21,2	67,1	18,7	99,4	38,1	46,7	4,5	2474
São Bento do Tocantins	25,7	75,4	54,8	99,9	94,5	60,1	3,7	19,7	71,7	36,1	95,7	49,5	50,3	4,6	4608
São Félix do Tocantins	19,9	69,2	45,4	98,8	82,2	53,7	3,6	20,3	76,2	27,8	4,5	40,0	40,8	4,6	1437
São Miguel Tocantins	31,7	67,1	62,4	99,8	91,4	59,8	3,5	25,0	73,0	37,3	99,7	43,4	52,6	4,2	10481
São Salvador Tocantins	27,3	66,6	67,5	99,2	90,5	58,5	3,5	19,0	61,5	32,2	80,6	33,7	43,1	4,7	2910

Tabela 7B - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do TOCANTINS

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
São Sebastião Tocantins	30,3	48,0	28,6	100,0	84,8	48,5	4,3	25,8	77,4	21,8	95,6	45,9	52,6	4,1	4283
São Valério da Natividade	22,3	50,6	56,8	65,6	68,0	44,5	3,6	20,0	61,4	42,7	93,6	43,3	46,7	4,6	4383
Silvanópolis	21,9	70,5	63,2	90,3	68,9	54,7	3,6	17,6	56,8	43,0	99,1	29,9	43,6	4,8	5068
Sítio Novo Tocantins	29,5	45,1	53,2	98,6	87,4	49,9	4,1	26,0	72,6	23,4	85,6	58,5	51,2	4,1	9148
Sucupira	23,0	50,2	61,4	64,2	77,6	45,8	4,3	15,3	54,5	55,2	99,0	42,3	44,4	5,0	1742
Taguatinga	26,5	46,4	34,0	92,7	54,8	43,7	4,0	19,2	63,1	26,5	84,4	37,2	43,8	4,7	15051
Taipas do Tocantins	32,3	43,0	33,9	99,5	99,2	49,3	3,3	26,5	66,5	24,2	22,1	28,4	40,0	4,0	1945
Talismã	19,0	20,4	51,3	63,3	57,0	31,0	3,8	18,7	46,7	46,3	68,5	53,0	39,7	4,7	2562
Tocantínia	26,1	59,8	65,0	99,9	69,0	53,6	3,7	20,3	72,2	42,3	71,6	51,4	48,9	4,6	6736
Tocantinópolis	23,1	51,4	14,8	94,9	44,8	41,6	5,3	15,7	57,8	9,0	94,2	19,4	38,3	5,0	22619
Tupirama	27,0	47,3	59,7	99,3	80,2	49,9	3,1	16,0	49,5	42,9	70,0	41,2	38,5	4,9	1574
Tupiratins	26,4	63,0	60,7	85,6	98,6	55,5	3,2	20,5	67,0	50,0	50,2	49,8	45,6	4,6	2097
Wanderlândia	24,4	50,0	42,0	97,1	89,2	48,7	4,1	18,9	61,3	28,4	99,2	41,4	45,2	4,7	10981
Xambioá	25,0	47,0	43,4	99,5	46,8	44,4	4,2	17,9	56,6	24,4	92,7	17,3	39,9	4,8	11484

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

ANEXO C – REGIÃO NORDESTE

Tabela C1 - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MARANHÃO

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Açailândia	24,9	48,2	29,5	87,5	38,0	41,3	4,2	17,7	60,8	15,6	86,6	15,8	39,6	4,8	104047
Afonso Cunha	42,2	80,5	84,2	96,2	99,4	70,8	2,5	34,6	81,7	49,6	94,9	63,9	61,6	3,3	5905
Água Doce do Mara	41,2	76,9	82,8	92,6	99,9	68,7	2,0	36,0	79,1	27,5	98,1	84,4	61,1	3,2	11581
Alcântara	30,3	72,7	56,2	87,7	83,1	58,6	3,5	22,4	77,5	42,5	92,7	77,8	56,2	4,4	21851
Aldeias Altas	49,1	75,5	78,3	94,2	88,3	69,7	2,3	37,7	82,1	62,3	83,5	70,4	63,6	3,1	23952
Altamira do Maranhão	39,0	74,6	81,6	94,7	99,9	67,3	2,9	33,0	81,3	31,5	94,7	75,5	60,1	3,5	11063
Alto Alegre do Mara	43,9	74,7	61,6	87,3	90,7	65,3	2,5	29,3	81,8	25,1	73,2	51,0	53,8	3,8	24599
Alto Alegre do Pindaré	46,3	75,2	62,2	98,6	88,9	67,4	2,4	32,3	84,3	17,9	88,6	67,9	58,1	3,5	31057
Alto Parnaíba	23,3	60,7	45,9	74,5	83,0	49,5	3,5	21,2	71,6	35,4	96,2	52,5	51,0	4,5	10766
Amapá do Maranhão	39,4	72,4	99,0	97,2	99,0	68,6	2,1	33,3	84,1	49,4	69,6	72,1	60,1	3,4	6431
Amarante do Maranhão	33,0	72,2	60,5	95,0	85,1	60,8	2,9	28,4	78,8	37,2	94,4	55,6	56,3	3,9	37932
Anajatuba	36,6	75,0	73,6	86,4	99,5	64,8	3,0	27,3	78,5	39,1	85,6	79,8	57,3	4,0	25291
Anapurus	39,4	69,9	59,3	85,5	98,9	62,4	3,0	29,9	79,3	26,3	92,4	80,2	57,9	3,7	13939
Apicum-Açu	29,3	79,0	61,8	88,0	99,8	62,6	3,0	18,7	80,6	26,7	99,1	94,3	56,5	4,7	14959
Araguanã	39,7	84,2	53,6	99,0	65,8	65,3	2,6	28,2	87,0	60,5	84,4	62,3	61,1	3,9	13973
Araioses	48,3	78,0	78,6	95,3	90,3	70,6	2,1	33,7	81,6	65,6	77,2	75,3	62,1	3,4	42505
Arame	42,0	72,2	78,5	91,5	78,0	64,8	2,3	33,0	84,1	45,7	77,5	62,2	59,5	3,5	31702
Arari	29,5	58,0	43,1	67,1	96,3	50,9	3,9	22,0	67,8	34,8	45,7	50,5	44,4	4,4	28488
Axixá	21,0	71,3	84,6	95,0	99,5	60,1	4,5	16,3	77,4	35,2	58,8	89,1	50,7	4,9	11407
Bacabal	28,8	59,2	34,2	56,7	37,8	43,8	4,3	21,4	64,4	14,4	65,4	28,8	41,0	4,5	100014
Bacabeira	28,2	72,3	49,2	90,8	99,5	58,8	3,7	18,3	77,4	33,2	64,0	48,0	48,0	4,7	14925
Bacuri	33,6	75,0	62,9	98,3	99,4	63,9	3,1	23,7	79,2	38,3	86,3	87,1	56,9	4,3	16604
Bacurituba	35,6	73,2	93,8	89,1	99,3	66,2	2,9	23,9	82,6	44,4	99,3	99,6	61,3	4,3	5293
Balsas	20,0	50,6	45,8	56,7	46,6	39,7	4,6	12,9	52,6	30,8	80,2	17,0	36,1	5,2	83528
Barão de Grajaú	33,7	64,3	52,8	98,2	73,7	56,8	3,6	22,7	63,4	23,6	92,0	52,7	47,0	4,4	17841

Tabela C1 - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MARANHÃO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Barra do Corda	35,0	63,3	36,6	86,1	62,1	52,9	3,1	27,7	71,8	30,7	83,8	48,9	51,3	3,9	82830
Barreirinhas	40,9	76,8	75,9	99,9	82,5	67,1	2,7	25,4	78,9	66,3	81,8	64,1	57,8	4,1	54930
Bela Vista do Maranhão	36,2	77,0	28,8	86,7	87,1	59,6	2,6	29,4	78,6	12,4	92,6	71,2	55,2	3,8	12049
Belágua	52,8	88,9	98,9	98,0	99,7	79,2	2,0	39,2	90,0	60,2	94,8	99,6	70,5	2,9	6524
Benedito Leite	34,3	69,1	36,0	89,3	98,7	58,2	2,7	29,2	71,0	26,2	50,2	72,9	49,7	3,8	5469
Bequimão	28,5	78,1	91,1	99,1	99,5	66,2	3,9	24,2	79,5	69,8	94,0	93,0	61,9	4,2	20344
Bernardo do Mearim	37,3	64,9	100,0	91,1	80,0	63,0	3,0	26,8	70,4	44,7	63,9	50,4	49,9	4,0	5996
Boa Vista do Gurupi	29,1	71,5	100,0	87,6	74,2	61,6	2,8	23,7	79,6	66,9	95,1	40,7	56,8	4,3	7949
Bom Jardim	44,9	76,5	49,2	87,2	83,9	64,4	2,2	31,8	81,9	34,5	95,4	66,7	59,5	3,6	39049
Bom Jesus das Selvas	39,9	69,4	56,3	99,5	75,8	61,4	2,6	27,4	79,6	42,7	75,9	52,3	54,6	4,0	28459
Bom Lugar	42,3	80,1	80,3	99,3	97,1	70,4	2,7	32,1	85,5	50,2	97,8	84,2	64,3	3,5	14818
Brejo	39,3	76,2	66,5	81,9	96,9	64,7	3,3	29,9	81,2	56,4	67,6	82,7	59,3	3,7	33359
Brejo de Areia	48,3	81,2	99,6	99,1	100,0	75,2	2,0	35,1	78,5	68,4	99,6	91,4	65,6	3,3	5577
Buriti	39,8	76,5	80,5	96,7	96,5	68,0	2,9	30,3	85,7	70,0	85,6	84,9	64,6	3,7	27013
Buriti Bravo	38,1	73,6	51,9	99,6	93,7	63,4	3,0	30,4	77,0	32,1	91,6	72,1	57,1	3,7	22899
Buriticupu	38,7	64,0	52,0	93,7	92,6	59,6	2,9	26,9	81,6	38,2	92,6	47,2	56,0	4,0	65237
Buritirana	38,4	74,7	67,7	98,4	86,1	64,8	2,9	28,5	75,0	19,4	95,0	67,2	54,3	3,9	14784
Cachoeira Grande	42,4	79,4	99,2	97,6	99,8	72,3	2,5	30,4	86,9	85,4	95,5	77,7	67,0	3,7	8446
Cajapió	36,0	79,0	85,9	96,2	99,6	68,3	3,2	25,6	86,6	51,9	61,4	94,9	59,7	4,1	10593
Cajari	19,4	81,3	88,1	94,2	96,2	63,0	3,0	21,7	85,5	78,4	94,8	83,8	63,3	4,4	18338
Campestre do Maranh	30,5	65,3	19,3	82,4	92,7	52,6	3,4	21,2	59,7	8,5	97,9	25,5	41,8	4,5	13369
Cândido Mendes	28,0	69,0	88,8	90,2	91,2	61,0	3,3	21,5	81,2	60,6	80,0	70,7	57,1	4,5	18505
Cantanhede	38,6	83,6	53,0	86,5	88,6	65,4	3,0	28,9	85,4	42,9	59,1	65,9	56,6	3,8	20448
Capinzal do Norte	40,6	70,2	54,2	92,9	84,4	61,8	2,8	32,2	75,0	24,7	87,4	76,8	56,2	3,5	10698
Carolina	25,7	55,3	43,8	63,5	61,9	45,2	4,0	15,1	61,5	29,2	64,6	35,9	39,9	5,0	23959

Tabela C1 - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MARANHÃO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Carutapera	28,0	72,9	74,8	91,3	89,5	60,8	3,3	19,6	79,2	57,7	77,8	46,3	53,0	4,6	22006
Caxias	33,9	60,8	33,8	68,6	57,0	49,0	4,0	25,8	67,2	24,8	68,3	39,0	45,8	4,1	155129
Cedral	21,2	68,3	37,7	98,2	89,8	53,7	4,3	17,2	79,4	10,8	98,2	79,6	52,4	4,8	10297
Central do Maranhão	35,9	73,5	99,9	99,5	99,9	68,2	3,0	26,7	81,9	36,8	92,7	85,1	59,3	4,0	7887
Centro do Guilherme	40,1	92,0	95,4	99,5	95,1	75,3	1,8	28,8	77,4	52,6	92,6	67,3	58,5	3,8	12565
Centro Novo do Ma	43,4	74,7	97,8	99,3	99,4	71,0	2,1	25,4	79,8	76,4	87,2	77,8	61,0	4,1	17622
Chapadinha	36,7	68,2	62,7	83,1	85,1	59,7	3,3	25,4	74,7	56,1	79,9	49,2	53,7	4,1	73350
Cidelândia	32,8	64,1	52,7	99,5	83,4	57,4	3,3	24,3	70,1	21,3	99,2	59,0	51,0	4,2	13681
Codó	40,6	68,1	32,7	78,0	47,9	54,0	3,1	30,5	74,5	22,4	68,0	37,1	49,6	3,7	118038
Coelho Neto	35,8	66,8	41,2	72,2	55,1	52,8	3,2	29,0	77,6	17,8	91,7	47,4	53,1	3,8	46750
Colinas	38,6	67,2	69,7	86,7	81,1	60,8	3,3	29,8	76,0	41,0	93,8	60,4	56,6	3,7	39132
Conceição do Lago-Açu	40,5	76,6	50,5	99,7	99,9	65,7	1,9	34,9	83,6	50,2	96,1	69,2	63,1	3,3	14436
Coroatá	41,2	72,3	42,5	81,8	64,4	58,6	2,9	32,2	77,3	19,9	73,4	48,3	52,5	3,5	61725
Cururupu	20,6	65,6	65,4	84,8	90,9	54,1	4,1	17,4	74,6	37,2	97,2	66,3	52,3	4,8	32652
Davinópolis	31,4	62,8	42,4	80,6	99,8	54,9	3,4	25,0	70,6	14,5	77,9	64,2	48,9	4,2	12579
Dom Pedro	30,6	50,9	50,4	64,6	57,2	45,7	4,0	24,2	66,3	12,3	80,8	36,3	44,7	4,2	22681
Duque Bacelar	46,5	72,9	72,4	92,6	99,9	68,1	3,0	32,0	83,3	51,1	21,4	72,6	54,5	3,6	10649
Esperantinópolis	37,0	67,5	47,9	95,9	81,1	59,0	3,0	30,9	75,9	24,8	82,2	47,8	52,9	3,7	18452
Estreito	21,9	54,7	30,0	80,0	46,7	42,6	4,1	15,2	50,9	16,9	89,8	25,9	36,7	5,0	35835
Feira Nova do Ma	32,6	69,3	93,8	95,0	93,0	63,9	2,6	19,8	80,4	60,8	82,5	67,6	56,2	4,6	8126
Fernando Falcão	55,6	79,1	99,9	99,8	100,0	77,1	1,7	38,1	88,7	57,0	99,9	93,8	69,3	3,0	9241
Formosa da Serra Negra	27,8	82,8	91,4	99,6	89,6	66,8	2,5	18,5	79,9	59,9	96,9	74,8	57,6	4,7	17757
Fortaleza dos Nogueiras	23,8	66,0	59,7	99,4	66,8	54,1	3,7	15,9	68,0	46,4	95,8	44,6	48,3	4,9	11646
Fortuna	39,7	66,1	35,1	80,2	81,1	56,4	3,5	30,5	72,3	29,1	95,7	58,2	54,3	3,7	15098
Godofredo Viana	28,8	71,0	69,1	91,6	89,8	59,9	3,2	17,0	77,4	46,1	71,6	83,6	52,9	4,9	10635

Tabela C1 - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MARANHÃO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Gonçalves Dias	38,9	62,1	57,3	80,3	88,5	57,8	2,7	34,8	74,1	21,0	95,2	59,7	55,7	3,3	17482
Governador Archer	39,5	67,1	52,5	90,3	86,3	60,1	3,0	31,5	73,9	15,6	89,0	42,6	51,7	3,6	10205
Govern. Edison Lobão	27,9	65,1	39,3	90,2	56,2	51,2	3,5	19,6	65,0	22,9	65,2	33,1	41,8	4,6	15895
Govern Eugênio Barros	42,1	70,7	47,7	90,1	83,6	61,5	2,7	35,9	74,6	12,1	96,7	64,7	55,9	3,2	15991
Governador Luiz Rocha	40,0	69,4	30,8	89,5	99,9	59,9	2,7	30,9	77,7	7,7	74,5	81,0	53,9	3,7	7337
Govern Newton Bello	46,4	82,5	76,7	99,4	100,0	72,6	1,9	36,2	82,2	46,1	96,4	71,9	62,9	3,2	11921
Govern Nunes Freire	39,2	71,9	97,0	89,1	92,0	66,7	2,8	25,4	80,4	52,2	58,0	45,3	52,7	4,1	25401
Graça Aranha	33,7	69,3	51,9	81,4	97,1	58,8	3,3	30,1	73,9	8,8	95,7	68,7	53,6	3,7	6140
Grajaú	32,8	62,7	42,0	98,0	60,9	53,6	3,3	22,2	71,4	27,9	93,6	42,1	49,3	4,4	62093
Guimarães	16,2	68,8	46,3	99,1	99,9	54,0	4,8	15,8	76,5	21,6	97,4	83,6	52,3	5,0	12081
Humberto de Campos	29,9	80,6	85,3	95,5	95,4	66,2	3,0	23,6	87,7	59,0	86,1	81,4	61,5	4,3	26189
Icatu	31,5	76,7	92,2	98,6	95,4	66,5	2,9	22,1	85,5	58,6	94,8	84,6	61,4	4,4	25145
Igarapé do Meio	41,1	75,6	44,8	91,8	99,9	64,2	2,5	28,4	77,1	12,1	98,5	88,5	56,5	3,9	12550
Igarapé Grande	33,6	67,4	60,3	79,2	59,6	55,4	3,6	28,6	71,5	40,5	78,9	39,8	51,1	3,9	11041
Imperatriz	16,0	37,2	11,1	35,5	14,2	24,8	5,6	10,9	44,4	9,3	49,2	8,1	26,2	5,4	247505
Itaipava do Grajaú	48,4	69,0	98,1	98,4	99,8	70,7	1,6	34,2	85,7	23,3	95,0	78,9	61,5	3,4	14297
Itapecuru Mirim	34,2	66,6	46,7	72,7	76,8	54,7	4,0	27,1	78,1	39,0	64,2	48,9	52,1	4,0	62110
Itinga do Maranhão	27,7	49,7	20,5	81,8	41,0	41,5	3,8	23,5	68,7	15,6	91,1	24,6	45,7	4,3	24863
Jatobá	39,9	48,6	20,8	96,1	100,0	52,2	2,9	32,4	79,8	7,3	60,7	95,4	55,0	3,5	8526
Jenipapo dos Vieiras	50,5	75,6	80,8	97,3	96,6	71,5	2,0	34,2	83,7	33,0	94,6	86,4	62,4	3,4	15440
João Lisboa	32,0	56,7	35,8	98,2	69,7	51,4	3,5	22,3	65,9	15,2	92,4	50,2	46,7	4,4	20381
Joselândia	43,3	73,9	58,5	91,6	91,9	65,1	2,6	33,7	75,7	14,7	95,7	76,9	56,8	3,4	15433
Junco do Maranhão	38,0	79,1	99,9	91,1	100,0	70,0	2,9	27,2	76,3	32,9	44,1	69,7	50,6	4,0	4020
Lago da Pedra	40,4	65,8	87,8	95,6	60,6	61,9	3,0	30,6	73,6	79,9	79,0	34,4	56,2	3,7	46083
Lago do Junco	40,0	77,5	75,5	95,1	81,9	66,4	2,8	33,0	81,4	53,5	73,1	61,7	58,9	3,5	10729

Tabela C1 - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MARANHÃO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Lago dos Rodrigues	38,3	70,8	85,3	79,6	98,3	64,3	3,1	30,1	70,9	34,7	98,9	32,9	52,3	3,7	7794
Lago Verde	42,9	77,9	85,3	86,1	99,1	69,2	2,5	33,0	82,4	48,2	83,3	82,2	61,6	3,5	15412
Lagoa do Mato	40,7	78,7	81,9	99,9	100,0	69,9	2,4	33,0	78,1	25,0	97,7	67,5	57,9	3,5	10934
Lagoa Grande do Ma	48,9	81,5	98,3	98,0	95,6	74,9	1,8	35,3	85,9	39,0	95,2	54,1	61,4	3,3	10517
Lajeado Novo	26,8	61,6	59,8	85,1	78,6	53,2	2,6	18,7	73,7	36,9	91,3	42,9	49,6	4,7	6923
Lima Campos	40,4	61,9	48,9	79,5	77,6	56,3	3,0	31,1	68,2	23,0	89,3	44,2	50,5	3,6	11423
Loreto	28,9	71,4	63,8	94,0	79,0	58,8	3,4	22,3	76,6	41,4	79,9	41,5	51,1	4,4	11390
Lufs Domingues	25,1	62,8	47,8	99,8	98,9	55,2	4,0	19,4	77,2	43,9	61,1	100,0	53,8	4,6	6510
Magalhães de Almeida	40,4	76,1	47,9	99,6	85,7	64,0	3,1	30,5	82,0	19,1	73,6	67,2	55,1	3,7	17587
Maracaçumé	32,9	62,7	82,9	89,0	87,8	59,4	3,0	25,5	73,7	68,4	56,5	47,6	52,1	4,1	19155
Marajá do Sena	50,5	70,2	99,2	99,6	100,0	72,1	1,7	40,0	90,7	90,0	78,8	87,9	71,4	2,9	8051
Maranhãozinho	40,4	84,0	73,9	98,0	99,7	70,6	2,1	27,6	82,7	49,2	48,2	54,5	53,7	3,9	14065
Mata Roma	38,3	74,4	51,6	88,4	90,8	62,3	3,0	28,5	81,3	33,4	79,5	83,1	57,8	3,9	15150
Matinha	24,2	73,6	68,0	91,2	99,3	59,9	4,1	18,8	78,4	59,4	88,7	71,6	56,0	4,7	21885
Matões	44,6	69,1	66,4	94,1	97,2	65,4	2,4	35,7	79,2	35,5	93,1	81,6	61,1	3,2	31015
Matões do Norte	51,5	85,9	75,1	92,8	99,7	74,7	2,2	34,0	90,4	61,2	96,2	72,3	66,6	3,4	13794
Milagres do Maranhão	42,0	72,5	99,9	99,9	96,3	69,7	2,3	35,4	86,7	61,4	69,9	92,1	64,8	3,3	8118
Mirador	39,3	70,6	62,8	86,8	87,8	62,1	2,9	29,5	81,5	56,6	95,5	73,1	61,4	3,8	20452
Miranda do Norte	30,1	55,9	38,6	72,5	91,4	50,0	4,0	21,1	74,9	25,1	93,3	33,7	49,1	4,5	24427
Mirinzal	23,4	67,7	76,9	99,8	99,8	59,4	4,6	16,8	74,6	39,8	96,2	69,6	52,5	4,9	14218
Monção	36,4	73,8	63,8	93,7	98,9	64,0	2,9	27,6	84,7	32,8	91,2	92,4	60,6	3,9	31738
Montes Altos	26,9	71,6	50,2	98,4	76,9	57,0	3,3	19,8	74,8	39,7	91,9	56,0	52,0	4,6	9413
Morros	37,6	77,1	69,8	99,5	99,8	66,9	3,0	29,8	81,5	66,3	95,8	70,0	62,3	3,7	17783
Nina Rodrigues	38,4	79,7	61,9	79,8	97,1	64,9	3,5	28,4	85,7	49,9	89,9	80,4	61,9	3,9	12464
Nova Colinas	28,1	82,1	54,3	95,9	90,9	62,5	3,2	22,5	76,5	46,7	99,2	57,7	55,2	4,4	4885

Tabela C1 - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MARANHÃO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Nova Iorque	37,0	66,7	45,8	85,1	96,1	58,7	3,3	30,8	69,1	43,8	75,5	44,8	51,5	3,7	4590
Nova Olinda do Ma	36,5	68,6	79,0	86,7	79,9	61,4	2,9	28,0	77,0	63,9	97,3	43,6	57,6	3,9	19134
Olho d'Água das Cunhãs	42,1	66,9	63,4	71,9	77,2	59,3	3,0	34,4	75,0	56,6	85,0	54,4	58,1	3,3	18601
Olinda Nova do Ma	29,1	71,1	81,7	97,5	99,9	62,9	3,5	25,9	80,3	47,3	89,5	75,7	58,3	4,1	13181
Paço do Lumiar	9,6	40,4	40,4	45,9	70,3	32,9	6,8	5,8	50,8	35,7	44,0	38,5	31,6	5,8	105121
Palmeirândia	32,5	77,5	71,0	99,4	99,4	65,3	3,2	26,2	83,6	37,0	95,0	93,8	60,7	4,1	18764
Paraibano	37,8	59,8	24,8	98,8	70,7	53,5	3,1	30,6	70,4	31,8	92,9	32,2	51,4	3,7	20103
Parnarama	44,7	74,8	64,6	91,4	90,0	66,3	2,5	35,9	76,9	32,2	97,8	73,2	59,7	3,2	34586
Passagem Franca	42,1	69,0	55,0	99,8	96,1	63,8	2,9	35,4	77,2	19,3	97,5	57,4	56,8	3,3	17562
Pastos Bons	32,3	68,2	45,7	99,5	63,9	56,2	3,5	24,4	74,8	20,2	93,9	51,0	51,3	4,2	18067
Paulino Neves	44,8	82,4	99,8	86,3	99,9	73,1	2,1	30,1	83,5	84,4	75,4	77,0	63,5	3,7	14519
Paulo Ramos	44,5	74,0	82,3	99,1	95,4	69,1	2,6	36,3	76,5	71,1	96,5	50,3	61,6	3,2	20079
Pedreiras	26,4	51,2	23,9	56,1	43,6	39,5	4,4	19,5	60,5	17,9	54,4	19,5	37,4	4,6	39448
Pedro do Rosário	40,0	81,0	96,8	99,6	97,4	71,7	2,2	28,7	84,2	91,0	95,0	84,5	66,6	3,8	22732
Penalva	28,9	74,2	68,5	92,2	96,0	61,6	3,1	20,8	80,2	54,0	93,8	69,4	57,1	4,5	34267
Peri Mirim	28,4	77,1	88,8	99,4	99,9	65,7	3,8	22,5	80,8	66,6	85,5	83,3	59,6	4,4	13803
Peritoró	45,2	73,4	70,6	93,1	98,6	67,6	2,3	36,7	81,0	51,3	83,7	69,4	61,6	3,1	21201
Pindaré-Mirim	27,5	66,9	14,7	69,9	67,2	48,0	4,2	20,1	72,1	16,2	92,0	46,2	47,8	4,6	31152
Pinheiro	24,0	64,0	70,8	86,6	91,3	55,5	4,3	17,8	67,3	60,0	46,3	46,5	45,1	4,8	78162
Pio XII	43,5	75,5	50,6	93,5	77,6	63,8	2,7	31,5	77,5	24,8	97,6	52,3	55,7	3,6	22016
Pirapemas	42,4	76,2	48,0	93,3	93,2	64,7	3,3	30,1	80,8	45,3	80,8	66,9	58,1	3,7	17381
Poção de Pedras	38,3	74,1	84,6	76,7	63,7	62,0	3,1	31,6	74,2	54,4	71,5	58,6	55,5	3,6	19708
Porto Franco	23,3	43,6	28,9	60,2	74,8	39,5	4,4	15,4	52,9	19,5	96,5	24,3	38,3	5,0	21530
Porto Rico do Ma	20,7	69,6	30,8	98,5	96,5	53,9	4,0	15,5	79,3	8,8	66,9	68,1	47,3	5,0	6030
Presidente Dutra	30,4	54,1	21,9	60,9	53,2	43,1	4,1	21,6	63,8	17,3	73,9	37,2	42,8	4,5	44731

Tabela C1 - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MARANHÃO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Presidente Juscelino	43,3	83,7	69,9	98,7	96,6	70,9	2,6	28,3	87,0	69,5	68,5	82,6	62,3	3,9	11541
Presidente Médici	35,9	65,6	38,1	96,5	99,5	58,6	3,5	25,7	80,3	23,3	43,0	40,4	47,7	4,1	6374
Presidente Sarney	37,9	74,0	99,9	98,3	100,0	69,0	2,5	30,4	81,0	73,2	97,6	88,1	64,8	3,7	17165
Presidente Vargas	41,8	79,0	75,1	93,4	99,9	69,0	3,2	28,8	84,5	68,7	93,5	78,5	63,7	3,8	10717
Primeira Cruz	34,6	74,0	90,7	89,0	95,2	65,4	2,9	26,2	88,5	83,4	86,1	87,3	65,8	4,1	13954
Raposa	23,0	64,1	27,9	91,9	87,2	50,9	4,1	15,3	72,9	21,5	81,5	49,4	46,1	5,0	26327
Riachão	31,2	66,3	56,0	81,4	67,3	54,6	3,4	20,1	73,8	41,9	86,3	45,8	50,4	4,6	20209
Ribamar Fiquene	27,0	65,9	68,0	86,2	78,8	55,8	3,2	21,8	67,1	44,0	74,5	53,2	48,4	4,4	7318
Rosário	25,5	69,0	33,3	95,4	67,7	52,7	4,5	18,1	72,5	39,5	92,1	43,2	49,4	4,8	39576
Sambaíba	29,8	70,5	63,0	99,7	99,7	61,2	3,4	22,1	75,7	59,8	73,3	76,3	55,1	4,4	5487
Santa Filomena do Ma	44,2	69,7	33,6	90,1	95,8	61,5	2,6	31,6	84,1	11,1	80,2	74,4	56,8	3,6	7061
Santa Helena	29,1	67,8	94,9	99,6	73,1	60,9	3,2	22,8	76,1	90,4	95,3	50,0	58,6	4,4	39110
Santa Inês	24,4	52,6	15,3	46,9	25,0	35,7	4,5	17,6	59,3	5,3	62,6	13,4	35,3	4,8	77282
Santa Luzia	42,8	72,3	52,1	86,0	87,5	62,7	2,5	33,3	78,7	34,3	87,9	67,9	58,1	3,4	74043
Santa Luzia do Paruá	34,8	71,4	72,9	82,1	74,5	60,1	3,1	23,9	71,5	35,6	84,3	45,3	50,0	4,3	22644
Santa Quitéria do Ma	39,4	76,7	67,4	91,1	96,3	65,9	2,9	32,8	81,7	52,0	94,7	72,4	62,0	3,5	29191
Santa Rita	32,7	71,3	54,6	99,6	94,1	61,1	3,7	22,1	72,7	39,1	83,6	68,7	52,3	4,4	32366
Santana do Maranhão	50,8	82,3	99,8	98,3	99,4	76,3	1,6	34,3	85,8	16,3	84,6	87,9	60,6	3,4	11661
Santo Amaro do Ma	36,8	88,5	99,6	99,7	99,8	73,8	2,7	24,5	88,8	93,6	98,3	86,7	67,6	4,2	13820
Santo Antônio dos Lopes	39,1	67,7	66,4	83,2	68,8	59,3	2,8	30,6	71,3	35,0	91,7	60,4	54,4	3,7	14288
São Benedito do Rio Preto	40,2	83,4	66,1	87,8	97,9	68,2	3,2	31,0	85,4	60,4	72,9	97,5	63,5	3,6	17799
São Bento	27,6	69,3	57,1	92,7	87,6	57,5	4,1	19,7	77,3	43,4	87,5	61,7	53,3	4,6	40736
São Bernardo	38,5	77,8	58,3	89,9	87,1	64,1	3,1	29,2	78,9	53,4	84,7	70,3	58,7	3,8	26476
São Domingos do Azeitão	30,8	70,7	57,6	74,8	89,3	57,5	3,4	30,0	76,9	44,3	98,6	50,3	56,9	3,7	6983
São Domingos do Ma	37,1	61,1	26,1	83,0	82,9	53,3	3,1	27,8	75,4	13,1	76,2	52,4	50,2	3,9	33607

Tabela C1 - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MARANHÃO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
São Félix de Balsas	32,6	60,6	79,1	98,1	99,8	60,2	2,9	29,6	74,3	92,7	98,3	85,4	64,1	3,8	4702
São Francisco do Brejão	27,1	58,6	29,2	77,2	70,6	47,5	3,3	26,7	72,3	35,4	90,2	44,8	51,9	4,0	10261
São Francisco do Ma	43,9	72,6	74,7	98,5	100,0	68,0	2,6	36,1	77,6	62,1	97,1	75,7	63,3	3,2	12146
São João Batista	30,4	82,3	91,7	89,2	100,0	67,4	3,7	22,0	84,7	60,7	72,8	88,4	59,3	4,4	19920
São João do Caru	52,9	75,4	81,7	97,4	97,4	72,5	1,5	34,9	83,4	44,8	98,5	62,2	62,0	3,3	12309
São João do Paraíso	22,0	64,0	61,5	86,4	86,9	53,5	3,4	21,2	74,0	38,5	96,2	60,3	52,9	4,5	10814
São João do Soter	48,6	76,7	81,9	98,2	99,8	71,8	2,3	39,7	82,2	27,8	95,1	87,7	63,5	2,9	17238
São João dos Patos	28,0	52,9	21,6	70,8	69,1	44,2	4,2	24,1	61,2	9,4	98,6	36,9	44,5	4,2	24928
São José de Ribamar	12,9	51,5	30,4	59,0	70,0	38,2	6,0	6,7	53,9	34,9	53,2	19,0	32,2	5,7	163045
São José dos Basílios	38,8	72,1	69,0	90,0	93,5	63,9	2,9	32,5	81,7	11,1	96,9	74,7	58,0	3,5	7496
São Luís	7,3	34,8	21,3	47,7	27,0	24,4	7,2	4,7	41,4	23,6	32,3	8,8	22,8	5,9	1014837
São Luís Gonzaga Ma	40,8	75,0	76,6	98,9	90,4	67,1	2,6	35,5	79,5	40,8	87,4	69,5	60,0	3,3	20153
São Mateus do Ma	37,0	65,7	58,8	99,7	56,5	57,7	3,2	31,4	72,5	50,9	91,0	39,6	54,8	3,6	39093
São Pedro da Água Branca	37,3	60,0	76,7	80,6	75,4	57,4	3,2	28,4	71,8	18,7	95,6	32,6	50,0	3,9	12028
São Pedro dos Crentes	22,4	75,1	62,7	87,1	90,8	58,0	3,1	19,1	68,8	40,2	99,6	45,8	49,6	4,7	4425
São Raim Mangabeiras	27,4	60,8	48,1	98,5	88,7	54,2	3,8	20,2	70,3	30,1	93,3	30,7	47,4	4,6	17474
São Raim do Doca Bezerra	41,5	77,1	85,9	96,9	99,9	69,7	2,1	38,2	82,6	36,0	81,3	43,7	58,5	3,0	6090
São Roberto	44,7	80,0	55,6	99,4	97,5	68,7	2,0	34,7	85,4	38,4	55,8	53,2	56,7	3,3	5957
São Vicente Ferrer	35,2	74,6	83,4	92,0	99,4	65,8	3,6	26,3	82,4	76,0	93,5	89,7	63,9	4,1	20863
Satubinha	47,0	79,1	72,6	98,7	99,6	71,1	2,3	30,4	88,7	22,5	94,4	85,3	61,6	3,7	11990
Sen. Alexandre Costa	45,8	66,6	87,8	94,7	94,3	67,0	2,5	34,1	78,7	52,0	96,5	73,4	61,7	3,4	10256
Senador La Rocque	38,7	68,6	38,5	93,9	59,5	56,8	3,0	29,6	72,3	13,6	80,0	50,9	50,1	3,8	17998
Serrano do Maranhão	34,1	76,0	81,0	98,9	99,6	66,4	2,7	32,6	85,9	41,5	99,3	99,5	65,2	3,5	10940
Sítio Novo	27,1	65,5	67,7	82,4	88,2	56,1	3,1	21,0	79,2	51,3	93,6	69,8	56,6	4,5	17002
Sucupira do Norte	29,4	69,4	65,1	99,4	100,0	60,8	3,4	25,9	77,6	32,2	98,3	80,4	57,1	4,1	10444

Tabela C1 - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MARANHÃO

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Sucupira do Riachão	36,5	71,4	46,3	99,9	100,0	62,1	2,9	33,0	75,0	15,3	98,7	99,9	58,8	3,5	4613
Tasso Fragoso	23,8	64,5	56,7	76,1	68,8	51,0	3,8	17,8	70,9	29,2	97,3	40,4	48,0	4,8	7796
Timbiras	48,0	79,2	60,1	91,8	83,4	68,0	2,4	37,8	83,0	49,2	78,5	64,3	61,5	3,0	27997
Timon	25,1	54,1	18,7	47,2	49,1	39,1	4,4	17,3	62,4	13,2	57,8	31,6	38,2	4,8	155460
Trizidela do Vale	31,6	57,6	18,5	87,1	46,9	46,5	3,6	24,8	70,2	17,4	82,6	18,5	45,4	4,2	18953
Tufilândia	42,4	82,4	24,1	97,6	100,0	65,5	2,4	34,1	81,9	7,9	93,5	84,0	58,8	3,4	5596
Tuntum	37,7	68,6	40,3	86,7	77,5	57,5	2,9	29,8	76,0	17,7	84,6	57,5	53,0	3,7	39183
Turiação	32,5	73,3	82,7	96,9	96,9	64,6	2,5	24,8	81,9	80,0	92,2	79,7	62,6	4,2	33933
Turilândia	41,1	76,1	98,2	99,7	99,5	70,8	2,3	30,4	84,7	71,1	92,9	62,5	63,1	3,7	22846
Tutóia	39,5	72,5	72,4	99,3	93,4	65,6	2,6	28,9	78,3	63,7	95,6	74,1	60,9	3,8	52788
Urbano Santos	37,7	82,5	74,3	87,7	96,0	67,7	3,2	30,1	81,7	54,4	75,9	80,8	60,1	3,7	24573
Vargem Grande	46,3	77,2	61,2	99,2	90,3	68,2	2,5	32,0	84,7	58,7	72,0	71,9	61,1	3,6	49412
Viana	22,8	69,1	71,5	83,7	78,1	55,5	4,1	17,8	75,7	63,7	67,1	56,0	51,5	4,8	49496
Vila Nova dos Martírios	36,1	66,7	36,1	96,7	78,0	56,9	2,8	28,2	73,3	34,8	98,9	32,2	52,5	3,9	11258
Vitória do Mearim	32,4	62,9	46,6	74,3	92,5	54,4	3,6	25,1	75,3	18,7	79,8	45,9	49,6	4,2	31217
Vitorino Freire	39,9	63,7	73,2	96,3	70,8	60,4	3,2	32,8	73,1	55,4	87,6	57,2	57,2	3,5	31658
Zé Doca	34,8	70,0	69,9	82,1	68,9	58,8	3,3	24,2	73,3	45,0	89,5	41,4	52,0	4,2	50173

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 2C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PIAUÍ

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Abreu Lima	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	10,2	52,5	8,5	55,1	5,9	29,1	5,4	12039
Acauã	34,7	83,9	99,2	98,3	87,4	70,1	2,1	30,4	77,6	84,1	96,9	79,9	64,0	3,7	6749
Agricolândia	33,2	64,7	30,6	72,5	98,7	54,0	4,0	27,5	68,1	6,0	42,5	57,6	43,7	3,9	5098
Água Branca	30,7	53,0	15,5	53,1	38,3	40,0	4,3	24,1	61,3	13,2	97,8	12,4	42,7	4,2	16451
Alagoinha do Piauí	51,5	54,7	71,4	98,5	82,3	62,4	2,2	44,4	71,7	54,8	88,3	51,1	60,3	2,5	7341
Alegrete do Piauí	47,9	48,4	52,3	96,6	60,5	54,8	2,6	35,3	68,2	10,6	97,3	35,8	50,8	3,3	5153
Alto Longá	45,9	68,9	66,8	75,9	71,2	61,6	2,5	32,8	72,6	38,7	93,2	57,4	55,9	3,5	13646
Altos	35,5	61,1	51,4	64,8	83,7	53,6	3,3	26,0	68,0	37,7	90,8	55,3	51,4	4,1	38822
Alvorada do Gurgueia	36,4	70,1	53,3	59,7	98,2	58,0	3,3	25,8	78,0	21,5	98,6	72,7	55,5	4,1	5050
Amarante	35,4	63,1	25,0	67,4	67,7	50,3	3,8	28,0	66,5	30,1	87,5	58,7	50,7	3,9	17135
Angical do Piauí	28,6	61,8	9,7	43,2	62,0	42,8	4,0	24,9	66,1	5,7	91,4	39,4	45,6	4,2	6672
Anísio de Abreu	37,7	54,4	73,6	95,5	83,5	57,5	3,3	29,2	72,4	42,5	76,7	61,3	53,6	3,8	9098
Antônio Almeida	26,8	60,5	38,5	98,7	83,6	52,5	3,6	24,8	61,5	28,3	83,5	32,9	44,9	4,2	3039
Aroazes	36,8	63,1	56,2	98,1	83,1	58,6	3,1	30,8	66,7	41,2	98,1	49,8	53,2	3,7	5779
Aroeiras do Itaim	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	36,6	76,9	50,2	79,7	89,2	61,4	3,2	2440
Arraial	39,0	66,8	62,7	99,3	78,8	61,1	3,0	31,5	73,6	47,8	84,1	46,9	54,9	3,6	4688
Assunção do Piauí	49,6	58,2	64,3	91,5	89,0	62,1	2,0	39,2	85,5	25,2	77,8	68,9	60,7	2,9	7503
Avelino Lopes	30,3	72,7	54,2	99,7	89,8	60,3	3,0	23,1	75,1	39,9	98,3	41,9	52,7	4,3	11067
Baixa Grande do Ribeiro	37,2	73,9	54,5	82,8	99,4	62,2	2,5	20,6	70,6	28,7	96,8	41,9	48,9	4,5	10516
Barra D'Alcântara	42,4	66,8	51,5	78,2	80,1	59,0	2,5	31,1	72,4	7,4	98,9	46,6	51,6	3,6	3852
Barras	42,6	69,7	65,4	73,9	74,7	60,7	3,2	31,5	72,9	47,0	56,2	59,1	52,7	3,6	44850
Barreiras do Piauí	21,4	62,3	52,8	99,9	99,7	54,3	3,6	21,7	71,9	18,8	99,2	70,0	51,4	4,5	3234
Barro Duro	38,7	55,1	23,9	48,3	81,8	47,8	3,9	27,7	62,2	19,6	24,8	40,2	39,7	3,9	6607
Batalha	44,9	69,8	65,9	90,3	92,5	64,9	2,4	35,7	75,1	29,2	56,9	65,1	53,7	3,2	25774
Bela Vista do Piauí	20,2	71,5	71,5	94,7	72,1	56,0	2,6	22,8	79,8	9,5	54,4	58,9	47,9	4,4	3778
Belém do Piauí	48,8	69,7	100,0	93,2	76,2	68,6	2,4	36,8	76,4	49,7	60,8	53,6	56,0	3,1	3284

Tabela 2C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PIAUÍ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Benedictinos	42,5	63,6	53,8	68,9	76,9	56,9	2,8	32,7	69,5	38,4	35,1	44,4	47,5	3,5	9911
Bertolândia	33,3	63,4	34,6	99,9	88,1	55,9	3,4	24,9	62,7	27,6	98,5	77,2	50,9	4,2	5319
Betânia do Piauí	48,9	82,5	99,9	99,5	100,0	75,9	1,8	38,6	82,0	100,0	99,9	72,1	69,7	3,0	6015
Boa Hora	49,2	69,9	75,1	99,4	99,9	69,0	2,4	37,9	76,6	45,7	54,0	92,8	58,9	3,0	6296
Bocaina	31,6	45,3	36,5	59,3	85,2	44,6	3,7	22,9	58,3	6,4	72,5	61,0	42,2	4,3	4369
Bom Jesus	29,4	56,8	28,9	55,4	59,1	44,3	4,0	18,4	58,5	12,3	88,9	29,3	40,2	4,7	22629
Bom Princípio do Piauí	44,1	65,3	55,0	95,3	85,1	61,7	2,2	34,4	78,2	35,1	63,3	66,8	55,7	3,3	5304
Bonfim do Piauí	39,2	60,7	83,4	87,1	87,8	60,8	3,2	33,2	71,1	82,9	91,3	73,2	61,4	3,4	5393
Boqueirão do Piauí	45,6	75,1	58,2	87,3	100,0	66,5	2,5	32,8	63,3	22,0	84,4	71,8	51,3	3,5	6193
Brasileira	43,1	63,0	57,8	66,0	95,7	58,7	3,0	36,6	63,0	31,0	63,8	58,7	50,1	3,2	7966
Brejo do Piauí	43,5	73,3	74,2	72,4	87,3	64,1	1,9	38,1	76,0	57,3	100,0	62,2	62,0	3,0	3850
Buriti dos Lopes	40,8	67,6	50,6	70,8	79,5	57,8	2,8	29,6	75,0	33,1	56,4	60,1	51,4	3,8	19074
Buriti dos Montes	46,0	69,4	80,5	81,2	85,1	65,0	2,3	32,3	74,5	29,7	39,6	71,3	51,1	3,5	7974
Cabeceiras do Piauí	47,0	76,3	85,8	97,5	98,5	71,3	2,9	33,6	71,8	54,0	25,9	83,6	52,8	3,4	9928
Cajazeiras do Piauí	41,5	64,5	66,8	97,3	100,0	63,3	2,4	30,6	74,4	29,6	14,5	66,6	47,4	3,7	3343
Cajueiro da Praia	37,9	72,8	97,7	100,0	94,7	68,0	2,7	32,7	79,7	87,4	83,9	54,4	62,2	3,5	7163
Caldeirão Grande do Pi	48,5	72,0	99,8	94,4	81,6	69,9	2,2	34,8	72,4	96,5	99,7	68,5	64,3	3,3	5671
Campinas do Piauí	35,8	74,7	61,2	98,1	77,1	62,3	2,7	27,7	73,1	54,8	98,1	65,3	57,2	3,9	5408
Campo Alegre do Fidalgo	44,2	74,7	90,5	91,6	93,9	69,2	1,6	32,8	80,9	73,1	99,8	73,8	64,6	3,5	4693
Campo Grande do Piauí	45,0	68,5	99,9	81,0	82,6	66,2	2,3	36,4	69,3	61,8	80,8	60,6	57,4	3,2	5592
Campo Largo do Piauí	47,6	81,4	74,9	97,5	99,8	72,2	2,2	38,1	82,7	46,7	97,5	85,0	65,1	3,0	6803
Campo Maior	28,7	50,7	28,3	43,3	47,8	39,6	4,3	22,2	58,6	20,1	65,9	28,2	39,8	4,4	45177
Canavieira	32,0	72,6	39,7	76,6	93,7	57,2	3,3	26,9	71,1	34,3	87,2	77,5	54,0	4,0	3921
Canto do Buriti	36,4	58,0	48,0	51,1	71,7	49,9	3,2	29,7	68,1	44,1	96,0	46,4	53,1	3,8	20020
Capitão de Campos	38,4	71,5	53,9	69,8	98,1	60,3	3,1	31,4	70,9	38,5	88,8	67,8	55,3	3,6	10953

Tabela 2C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PIAUÍ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Capitão Gervásio Oliveira	37,5	72,2	94,5	97,8	96,6	67,3	1,8	31,9	76,8	66,0	91,0	69,2	60,8	3,6	3878
Caracol	42,1	67,7	78,0	90,5	84,6	63,7	3,0	35,3	76,0	62,9	49,9	70,0	57,1	3,3	10212
Caraúbas do Piauí	59,8	76,8	88,2	94,6	91,0	75,2	1,5	43,8	84,1	56,0	33,1	75,1	60,9	2,5	5525
Caridade do Piauí	39,9	65,9	99,7	87,1	99,8	65,6	2,6	32,2	79,4	52,4	99,9	66,5	61,0	3,5	4826
Castelo do Piauí	39,0	65,9	46,9	60,9	54,4	52,9	2,6	28,4	70,0	34,5	76,3	39,5	49,6	3,9	18336
Caxingó	56,4	72,2	83,7	99,1	84,8	71,8	1,5	43,8	81,3	61,8	39,0	77,0	61,3	2,5	5039
Cocal	46,3	68,5	71,2	71,6	77,6	62,2	2,2	35,7	79,0	68,1	99,0	61,0	63,2	3,2	26036
Cocal de Telha	45,5	62,2	56,7	78,2	99,5	60,8	2,7	33,4	68,9	26,7	50,0	54,1	48,7	3,4	4525
Cocal dos Alves	52,8	69,9	99,6	90,6	100,0	71,9	1,5	36,1	77,2	59,5	77,7	87,7	62,0	3,2	5572
Coivaras	40,1	73,7	67,0	82,2	100,0	64,5	2,9	31,7	74,0	50,2	92,6	76,7	58,9	3,6	3811
Colônia do Gurgueia	29,5	59,2	11,6	44,1	91,1	45,1	3,8	22,0	66,6	6,5	98,1	56,9	47,1	4,4	6036
Colônia do Piauí	43,2	71,2	56,8	97,9	97,4	65,0	2,2	34,9	69,5	13,4	98,8	67,4	54,4	3,3	7433
Conceição do Canindé	38,9	67,8	43,5	66,0	76,6	55,7	2,6	30,2	72,9	45,9	35,1	48,8	49,0	3,7	4475
Coronel José Dias	37,2	68,5	100,0	80,7	88,8	64,0	3,0	32,5	71,4	67,1	69,9	62,7	56,4	3,5	4541
Corrente	23,9	55,9	53,3	53,6	72,5	45,7	4,2	18,8	64,5	37,2	83,2	39,4	45,4	4,7	25407
Cristalândia do Piauí	32,9	64,5	70,2	91,1	85,4	58,7	3,2	25,8	77,6	56,8	97,7	62,6	58,1	4,1	7831
Cristino Castro	35,3	60,0	35,0	63,4	68,2	49,8	3,3	25,1	66,4	18,1	97,7	42,2	48,0	4,2	9981
Curimatá	22,5	63,2	53,1	48,7	70,1	47,0	3,8	18,5	68,4	31,0	93,2	44,3	47,4	4,7	10761
Currais	36,0	72,9	80,4	97,1	94,8	65,3	2,6	32,7	81,1	39,3	99,1	82,8	61,8	3,5	4704
Curral Novo do Piauí	44,2	74,8	99,8	99,3	99,9	71,5	2,4	35,5	80,0	62,4	99,1	63,2	63,1	3,3	4869
Curralinhos	42,1	72,6	68,3	95,8	100,0	66,4	2,5	31,1	76,8	17,2	45,5	82,7	51,8	3,6	4183
Demerval Lobão	33,5	61,4	24,1	88,2	68,4	51,2	3,8	25,5	64,1	20,2	97,1	39,5	47,2	4,1	13278
Dirceu Arcoverde	31,8	57,0	75,6	74,4	89,8	54,9	3,1	28,8	65,7	66,2	98,3	73,8	57,0	3,8	6675
Dom Expedito Lopes	31,2	62,3	13,8	63,9	68,2	47,0	3,7	26,7	65,5	11,4	96,2	16,6	45,1	4,0	6569
Dom Inocêncio	30,4	69,8	100,0	99,5	92,9	64,4	2,4	25,1	77,0	87,5	87,8	77,9	61,1	4,2	9245

Tabela 2C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PIAUÍ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Domingos Mourão	40,2	76,3	66,4	76,2	85,0	63,4	2,3	31,1	74,2	48,6	30,4	66,3	51,1	3,6	4264
Elesbão Veloso	39,6	61,1	37,3	99,2	58,1	54,8	3,0	35,9	64,0	24,6	33,2	33,0	44,0	3,2	14512
Eliseu Martins	32,7	60,3	26,3	40,0	70,4	45,8	3,7	21,4	65,2	15,4	57,5	28,3	40,5	4,5	4665
Esperantina	36,9	62,2	43,8	90,8	60,7	54,3	3,2	29,3	67,0	31,5	94,2	46,3	51,1	3,8	37767
Fartura do Piauí	35,0	62,6	85,9	92,7	100,0	61,9	2,7	33,1	75,3	73,3	96,7	81,7	63,1	3,5	5074
Flores do Piauí	43,4	68,3	54,9	63,7	99,8	60,5	2,5	32,2	74,8	30,1	57,7	41,8	50,4	3,5	4366
Floresta do Piauí	52,8	71,7	76,9	99,2	92,6	70,4	1,6	40,5	69,3	33,4	97,7	62,5	57,8	2,8	2482
Floriano	19,9	40,2	21,6	50,9	35,4	31,8	5,2	13,2	49,2	14,7	61,9	18,7	31,6	5,2	57690
Francinópolis	44,0	71,7	33,0	99,4	79,1	61,5	3,0	34,3	74,9	13,7	98,9	32,4	52,9	3,4	5235
Francisco Ayres	39,4	59,1	57,3	69,5	73,2	54,4	3,4	30,2	67,0	22,4	57,0	51,4	47,0	3,7	4477
Francisco Macedo	40,5	68,0	99,7	98,8	80,8	66,1	1,8	36,3	61,9	60,6	96,8	59,2	56,2	3,2	2879
Francisco Santos	35,8	53,5	58,5	95,9	66,6	53,5	3,3	28,0	62,7	50,0	89,4	48,1	50,7	3,9	8592
Fronteiras	39,7	52,7	48,4	88,5	75,4	53,5	3,1	29,1	61,7	35,1	43,1	41,5	43,7	3,8	11117
Geminiano	46,2	70,2	33,3	85,0	85,8	60,9	2,4	35,0	73,0	47,0	91,2	58,6	57,6	3,3	5475
Gilbués	30,7	64,2	75,3	66,3	85,8	55,8	3,3	23,0	71,4	60,7	94,7	58,1	54,6	4,3	10402
Guadalupe	24,1	54,2	14,9	54,3	78,4	41,7	4,0	18,8	55,2	10,5	66,9	14,6	35,3	4,7	10268
Guaribas	59,0	84,4	99,9	99,8	99,8	80,1	1,1	34,8	83,0	45,4	30,4	74,0	55,9	3,3	4401
Hugo Napoleão	41,9	73,9	15,6	68,4	56,3	54,4	3,2	32,1	73,7	19,2	53,8	26,8	47,1	3,6	3771
Ilha Grande	36,8	67,8	23,1	65,8	72,1	52,4	3,3	26,7	75,4	16,6	94,5	38,4	50,9	4,0	8914
Inhuma	36,0	50,0	37,8	74,0	65,2	47,7	3,4	27,4	68,6	21,7	93,6	44,7	49,7	4,0	14845
Ipiranga do Piauí	31,4	60,8	27,6	99,7	66,9	51,7	3,9	22,7	67,5	17,0	98,0	40,9	47,3	4,4	9327
Isaías Coelho	39,5	72,0	72,3	94,4	82,6	64,0	2,4	34,8	79,2	66,8	95,2	70,3	63,2	3,3	8221
Itainópolis	45,0	63,9	55,0	98,9	88,2	62,2	2,5	37,5	71,1	48,3	90,5	75,7	59,4	3,1	11109
Itaueira	33,6	58,0	55,8	55,0	73,7	50,3	3,3	27,8	64,5	41,1	75,5	45,1	48,6	3,9	10678
Jacobina do Piauí	44,8	70,0	70,3	99,2	93,5	66,4	1,9	36,3	75,5	62,8	80,5	70,2	60,5	3,2	5722

Tabela 2C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PIAUÍ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Jaicós	46,9	63,2	60,5	91,5	64,3	60,3	2,4	38,7	72,0	45,7	89,0	54,1	57,7	3,0	18035
Jardim do Mulato	41,5	66,9	52,1	72,4	88,9	59,0	2,9	29,6	75,6	14,0	99,5	78,0	55,8	3,8	4309
Jatobá do Piauí	37,5	64,5	84,2	87,6	100,0	62,7	2,7	30,4	70,9	49,3	81,7	80,4	56,4	3,7	4656
Jerumenha	27,8	66,0	43,8	64,6	97,3	53,0	3,7	25,0	66,8	23,5	51,6	79,2	47,1	4,2	4390
João Costa	34,5	72,8	87,1	97,2	94,5	65,4	2,5	28,4	77,5	75,3	76,5	84,9	60,7	3,9	2960
Joaquim Pires	47,2	68,8	85,0	89,6	85,6	66,6	2,4	36,3	81,7	32,2	81,2	68,8	59,4	3,2	13817
Joca Marques	46,4	76,5	84,5	96,5	100,0	71,0	2,0	38,4	81,8	47,5	87,2	71,2	62,6	3,0	5100
José de Freitas	32,9	63,1	55,3	78,6	83,9	55,2	3,4	24,5	71,0	41,4	47,0	73,2	49,3	4,2	37085
Juazeiro do Piauí	44,2	71,0	100,0	92,8	95,9	69,2	2,2	29,2	75,8	34,5	63,0	76,1	53,9	3,8	4757
Júlio Borges	22,6	76,3	77,7	92,3	97,0	61,2	3,4	18,2	78,3	63,0	91,1	72,6	56,5	4,8	5373
Jurema	44,7	69,6	99,9	90,3	99,9	69,0	2,4	35,5	76,9	44,6	78,2	66,7	58,2	3,3	4517
Lagoa Alegre	43,5	68,9	80,7	98,9	93,9	66,6	2,7	31,9	74,4	61,1	19,2	83,7	53,2	3,6	8008
Lagoa de São Francisco	45,9	75,2	72,3	93,3	91,3	68,0	2,3	33,6	77,9	59,8	95,6	81,0	62,6	3,4	6422
Lagoa do Barro do Pi	38,6	76,2	87,1	91,2	90,7	67,1	1,9	27,7	81,5	76,5	99,1	81,0	64,0	3,9	4523
Lagoa do Piauí	34,2	71,6	76,8	91,1	96,1	63,3	3,3	27,0	72,7	53,8	99,0	61,2	56,5	4,0	3863
Lagoa do Sítio	42,7	74,0	41,4	97,3	97,7	64,2	2,7	35,8	77,8	22,2	87,9	70,7	57,7	3,2	4850
Lagoinha do Piauí	32,4	66,0	29,0	99,8	98,0	56,8	3,8	27,2	72,7	2,5	97,5	40,8	49,1	4,0	2656
Landri Sales	29,1	59,8	33,3	69,7	95,0	50,5	3,4	26,6	64,9	14,9	96,8	45,0	47,8	4,0	5281
Luís Correia	39,3	66,5	62,6	68,4	78,5	57,8	2,8	29,8	77,1	61,4	79,5	65,1	58,1	3,7	28406
Luzilândia	41,8	62,6	51,9	98,5	90,0	60,4	3,0	35,5	71,9	36,4	80,4	54,0	54,7	3,3	24721
Madeiro	47,4	76,1	53,2	93,8	94,3	67,2	2,4	33,1	84,0	28,1	38,9	75,4	54,8	3,5	7816
Manoel Emídio	35,8	63,6	41,4	65,6	91,4	54,3	3,8	24,2	74,4	23,3	99,3	52,1	52,1	4,2	5213
Marcolândia	41,4	62,6	99,8	98,4	37,0	60,5	2,6	34,1	64,7	99,8	99,7	18,6	57,2	3,4	7812
Marcos Parente	32,1	54,5	19,6	92,3	71,7	48,5	3,6	25,2	58,8	11,8	95,1	21,8	42,6	4,1	4456
Massapê do Piauí	55,1	71,1	100,0	99,9	97,7	74,0	1,6	43,4	78,4	95,7	99,8	81,4	70,5	2,6	6220

Tabela 2C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PIAUÍ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Matias Olímpio	46,3	71,9	66,6	80,9	91,5	65,1	2,7	34,3	79,4	38,6	64,0	66,4	56,5	3,4	10473
Miguel Alves	48,1	70,2	75,5	89,5	89,6	66,8	2,2	38,0	81,4	63,4	74,9	83,2	63,8	3,0	32289
Miguel Leão	37,9	51,3	56,8	86,8	100,0	55,3	3,0	28,7	62,6	31,9	99,6	60,8	51,2	3,8	1253
Milton Brandão	50,9	82,4	81,3	98,7	86,0	73,3	1,8	37,2	79,8	43,9	96,0	76,0	62,5	3,1	6769
Monsenhor Gil	33,7	63,5	52,7	86,9	80,0	55,9	3,5	24,7	70,5	19,5	68,1	56,1	47,6	4,2	10333
Monsenhor Hipólito	42,3	48,5	63,7	72,8	64,9	51,9	2,5	34,8	67,0	41,5	63,7	52,3	51,4	3,3	7391
Monte Alegre do Piauí	34,8	68,8	71,8	91,2	90,7	61,5	3,1	23,7	76,6	34,2	95,6	73,6	55,4	4,3	10345
Morro Cabeça no Tempo	31,2	81,2	99,9	99,3	99,9	69,2	2,5	25,1	80,7	54,5	95,5	60,2	58,2	4,2	4068
Morro do Chapéu do Pi	46,8	79,8	68,4	99,4	90,7	70,1	2,1	35,5	74,9	30,3	28,6	71,0	51,2	3,3	6499
Murici dos Portelas	54,4	81,9	88,4	88,0	94,9	74,8	1,8	39,4	85,5	63,8	73,8	83,7	65,7	2,9	8464
Nazaré do Piauí	37,9	69,3	67,0	99,6	91,3	63,2	2,8	31,2	67,5	45,0	97,4	70,9	55,9	3,6	7321
Nazária	ND	ND	ND	ND	ND	999,0	ND	30,6	74,6	43,1	62,3	61,6	53,4	3,7	8068
Nossa Senhora Nazaré	ND	74,7	52,6	66,6	100,0	397,3	2,9	25,7	68,8	57,0	68,4	81,4	53,6	4,1	4556
Nossa Senhora Remédios	33,5	75,6	65,8	78,0	74,4	60,0	2,5	36,1	80,2	51,5	7,7	75,2	53,7	3,2	8206
Nova Santa Rita	46,9	75,8	63,5	99,6	95,7	68,7	2,2	29,3	79,8	56,4	30,0	80,0	54,5	3,8	4187
Novo Oriente do Piauí	37,3	55,6	65,3	82,0	100,0	57,0	2,7	32,8	68,8	28,6	81,3	48,4	51,5	3,5	6498
Novo Santo Antônio	37,9	85,6	87,0	90,4	94,3	70,3	1,9	37,5	73,2	50,7	91,4	70,8	60,0	3,1	3260
Oeiras	43,9	58,2	23,2	99,2	99,8	57,6	3,6	25,5	64,8	33,1	72,9	45,6	46,8	4,1	35640
Olho D'Água do Piauí	33,1	79,0	61,2	96,2	64,8	61,6	3,2	20,9	73,8	11,8	25,2	69,7	43,3	4,5	2626
Padre Marcos	41,8	69,9	79,6	94,7	66,5	63,4	2,1	41,1	72,4	45,8	64,1	56,7	56,4	2,8	6657
Paes Landim	47,3	70,6	45,8	59,6	54,9	57,3	3,6	25,6	74,2	43,2	90,6	37,1	52,3	4,1	4059
Pajeú do Piauí	34,5	58,1	40,9	58,5	76,5	49,7	2,7	33,1	70,2	42,8	69,0	55,9	52,9	3,5	3363
Palmeira do Piauí	35,6	54,1	61,5	87,3	92,0	55,3	3,1	26,5	72,5	36,9	78,7	74,3	53,5	4,0	4993
Palmeirais	34,3	67,0	31,8	97,1	97,7	57,8	2,7	31,9	76,8	27,1	81,1	64,4	55,2	3,6	13745
Paquetá	41,2	75,2	93,5	90,1	97,4	68,8	1,7	43,7	76,4	38,9	51,7	80,1	58,7	2,5	4147

Tabela 2C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PIAUÍ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola- Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola- ridade	
Parnaíba	54,6	68,4	41,9	62,7	64,9	59,9	2,9	26,0	76,6	61,1	94,5	63,3	57,9	4,1	10276
Parnaíba	31,6	47,2	25,5	99,4	85,4	48,4	4,9	16,5	57,2	10,8	74,6	15,5	36,1	4,9	145705
Passagem Franca do Pi	22,7	67,8	49,9	56,2	63,5	48,5	2,6	38,8	62,4	49,3	86,6	53,9	54,5	3,0	4546
Patos do Piauí	48,8	61,7	68,6	77,7	83,8	61,6	2,1	39,4	73,7	40,7	62,1	69,8	56,7	2,9	6105
Pau-D'Arco do Piauí	48,8	83,9	90,9	97,5	99,9	75,2	1,9	34,8	82,2	76,5	83,8	99,7	66,8	3,3	3757
Paulistana	ND	61,3	52,2	69,3	66,0	ND	2,7	30,1	70,5	43,1	98,5	48,3	54,4	3,7	19785
Pavussu	40,0	74,5	71,2	85,5	65,9	62,5	2,3	35,2	76,1	49,0	78,2	52,8	57,1	3,3	3663
Pedro II	45,1	66,8	45,2	71,4	51,2	56,0	2,8	31,1	73,8	33,1	88,0	41,7	53,2	3,6	37496
Pedro Laurentino	38,7	70,4	81,1	99,9	97,1	65,9	2,9	22,3	82,0	15,1	97,0	64,0	54,0	4,4	2407
Picos	20,5	42,0	15,7	74,4	42,1	35,1	4,7	17,7	49,0	13,5	56,4	8,5	31,4	4,8	73414
Pimenteiras	26,4	71,4	58,1	87,4	73,6	56,1	2,5	34,7	73,6	38,3	92,1	60,2	57,0	3,3	11733
Pio IX	45,7	63,9	73,2	79,2	73,4	61,0	2,6	31,2	73,2	65,1	77,1	64,1	57,2	3,6	17671
Piracuruca	46,0	64,8	36,4	41,8	57,5	52,2	3,2	30,0	70,2	31,4	87,6	40,9	51,2	3,7	27553
Piripiri	40,2	56,0	28,7	49,7	62,9	47,6	3,8	26,3	61,7	22,0	77,1	32,6	44,1	4,0	61834
Porto	34,1	78,5	52,7	76,0	89,1	60,9	2,6	35,0	78,7	39,0	40,8	62,4	53,8	3,3	11897
Porto Alegre do Piauí	47,3	74,2	47,2	60,4	81,8	61,2	2,9	27,6	70,9	22,2	99,4	35,6	50,5	3,9	2559
Prata do Piauí	31,9	64,6	36,2	99,6	98,2	56,9	2,8	35,3	73,7	23,4	79,8	25,4	51,3	3,3	3085
Queimada Nova	41,6	74,9	98,6	84,5	95,2	68,6	2,0	31,3	78,3	95,2	96,6	83,8	66,0	3,6	8553
Redenção do Gurgueia	40,1	67,5	42,6	69,4	90,5	57,6	3,5	21,8	75,2	19,1	44,0	62,5	46,2	4,4	8400
Regeneração	31,7	62,4	37,3	66,4	70,5	50,2	3,3	31,8	70,0	42,1	79,5	40,1	52,0	3,6	17556
Riacho Frio	41,3	65,0	66,6	99,8	93,2	63,1	3,3	20,1	82,2	47,7	93,7	50,0	55,1	4,6	4241
Ribeira do Piauí	30,1	76,4	61,4	99,9	94,0	62,7	1,7	30,5	75,4	27,4	84,8	68,0	55,0	3,7	4263
Ribeiro Gonçalves	41,7	47,7	50,5	77,4	86,3	52,5	3,1	22,8	67,9	35,0	84,3	45,7	48,4	4,3	6845
Rio Grande do Piauí	28,0	53,1	48,4	65,8	87,4	48,3	3,0	29,8	73,1	36,7	10,5	38,2	44,4	3,7	6273
Santa Cruz do Piauí	35,3	60,6	38,5	99,4	43,5	52,0	3,2	35,9	67,3	28,3	65,7	35,5	49,2	3,2	6027

Tabela 2C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PIAUÍ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Santa Cruz dos Milagres	36,4	72,8	45,3	88,8	100,0	61,3	2,9	34,0	75,5	31,9	95,2	37,2	55,0	3,4	3794
Santa Filomena	38,1	61,8	66,1	78,4	94,1	58,6	3,0	24,4	74,8	58,9	46,3	69,5	52,0	4,2	6096
Santa Luz	35,0	65,9	32,7	75,5	96,7	55,4	3,4	26,4	73,9	35,2	99,2	60,9	54,7	4,0	5513
Santa Rosa do Piauí	30,7	72,9	40,0	99,1	80,3	58,1	2,7	31,7	69,4	27,1	73,4	29,6	48,6	3,6	5149
Santana do Piauí	35,4	66,5	13,7	67,1	98,0	53,0	2,4	30,3	71,2	4,5	93,7	57,7	51,0	3,7	4917
Santo Antônio de Lisboa	42,4	44,5	38,6	99,7	63,4	50,6	3,2	28,6	60,1	17,4	87,9	41,4	45,8	3,9	6007
Sto. Antônio dos Milagres	33,8	70,9	22,6	84,3	100,0	56,9	4,2	27,8	73,0	63,7	92,9	77,4	58,7	3,9	2059
Santo Inácio do Piauí	35,3	55,3	49,0	98,1	65,1	53,0	2,9	29,8	67,8	13,4	99,9	39,3	49,6	3,7	3648
São Braz do Piauí	37,8	65,5	100,0	95,8	100,0	65,7	2,6	30,4	72,0	93,8	96,9	78,5	62,9	3,7	4313
São Félix do Piauí	36,1	57,1	33,8	41,6	42,8	44,4	3,8	31,7	62,0	30,2	99,0	26,4	48,7	3,6	3069
São Francisco de Assis Pi	38,0	78,3	97,1	99,8	86,5	69,2	1,6	39,0	82,7	77,7	92,3	70,6	66,8	3,0	5567
São Francisco do Piauí	43,9	69,4	66,5	74,0	85,1	62,1	2,4	32,1	70,9	47,8	95,3	73,0	57,6	3,5	6298
São Gonçalo do Gurgueia	38,9	64,1	62,3	73,9	86,5	58,1	3,0	24,5	75,3	41,2	97,8	57,3	54,7	4,2	2825
São Gonçalo do Piauí	31,4	63,9	6,9	48,3	42,8	43,0	4,7	27,6	74,3	5,5	92,6	28,1	48,5	3,9	4754
São João da Canabrava	34,0	66,6	43,0	59,2	97,6	54,7	2,7	36,4	71,2	15,7	63,0	57,1	51,1	3,2	4445
São João da Fronteira	41,7	73,3	60,2	94,8	86,7	64,3	2,2	37,0	77,6	41,2	80,5	64,5	58,7	3,1	5608
São João da Serra	47,4	71,8	59,7	80,6	84,3	64,0	2,5	38,3	73,5	44,7	47,5	47,6	53,1	3,0	6157
São João da Varjota	44,0	69,7	44,2	90,9	82,6	61,4	2,5	35,4	74,9	63,9	69,9	72,1	59,1	3,3	4651
São João do Arraial	44,5	67,8	60,3	83,8	98,5	63,3	2,5	36,3	80,7	12,9	58,4	80,9	55,7	3,2	7336
São João do Piauí	44,7	54,3	35,1	64,3	46,5	49,3	3,7	22,2	66,0	22,2	90,4	34,1	45,8	4,4	19548
São José do Divino	29,8	70,3	60,7	65,8	78,2	55,4	2,2	36,1	75,8	27,8	98,4	48,6	56,8	3,2	5148
São José do Peixe	43,4	69,2	48,0	77,8	99,7	61,6	3,1	30,1	73,0	25,0	95,3	56,1	53,7	3,7	3700
São José do Piauí	34,6	66,9	59,4	75,3	81,7	57,0	2,5	37,9	64,6	11,9	59,7	43,0	47,3	3,0	6591
São Julião	43,9	64,6	66,2	98,5	69,8	61,5	2,8	38,7	62,1	31,4	96,9	32,6	51,7	3,0	5675
São Lourenço do Piauí	43,9	65,4	100,0	99,9	96,9	68,0	3,3	24,7	60,5	74,2	99,3	80,3	55,3	4,2	4427

Tabela 2C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PIAUÍ

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
São Luis do Piauí	26,1	69,9	59,7	97,4	99,4	59,0	2,7	33,5	73,0	4,7	97,7	72,4	54,5	3,4	2561
Sao Miguel da Baixa Gde	45,3	67,2	39,0	72,8	82,3	58,5	1,9	37,7	71,9	30,2	98,5	31,4	54,7	3,1	2110
São Miguel do Fidalgo	43,7	84,0	63,7	93,4	99,6	70,1	2,5	32,9	74,7	35,1	98,6	69,5	58,0	3,5	2976
São Miguel do Tapuio	37,7	69,3	69,7	98,8	86,7	62,9	2,2	36,0	78,5	34,0	66,0	58,2	55,8	3,2	18134
São Pedro do Piauí	47,5	63,8	35,2	99,8	85,1	60,8	3,3	29,6	72,4	32,2	87,9	62,8	54,0	3,8	13639
São Raimundo Nonato	38,0	48,7	51,3	93,0	49,4	49,9	4,5	20,2	59,7	33,5	94,8	38,9	44,9	4,6	32327
Sebastião Barros	25,1	76,4	91,8	97,6	100,0	64,4	2,5	22,9	82,2	66,3	96,8	75,8	60,7	4,3	3560
Sebastião Leal	31,2	67,7	73,9	81,8	94,9	59,5	2,6	27,7	70,7	33,2	90,3	73,2	54,0	3,9	4116
Sigefredo Pacheco	33,5	76,5	70,3	92,4	98,8	64,5	2,4	33,8	75,2	38,3	59,7	59,6	53,8	3,4	9619
Simões	41,9	66,4	70,0	88,3	75,0	61,3	2,7	30,5	71,3	54,5	39,3	54,1	50,4	3,7	14180
Simplício Mendes	42,2	52,1	37,0	95,1	48,6	51,2	3,5	24,0	65,1	26,4	71,1	31,7	44,3	4,2	12077
Socorro do Piauí	29,6	72,1	59,9	97,0	83,0	59,5	2,7	27,3	74,9	41,4	96,2	67,6	56,3	4,0	4522
Sussuapara	36,5	59,2	13,8	99,4	100,0	54,4	2,9	30,4	67,7	4,5	76,3	56,3	47,9	3,7	6229
Tamboril do Piauí	37,7	67,7	59,9	65,8	99,5	59,0	1,8	36,1	81,7	46,2	1,4	50,3	50,7	3,2	2753
Tanque do Piauí	48,2	69,6	99,7	75,7	83,8	67,2	2,8	28,5	68,2	9,0	5,9	34,1	38,5	3,9	2620
Teresina	33,3	34,8	10,3	22,1	14,7	28,6	6,3	9,1	42,2	6,6	36,5	7,1	23,1	5,5	814230
União	14,1	66,8	65,0	73,9	84,9	50,5	3,2	28,7	74,3	47,3	58,6	66,6	53,2	3,8	42654
Uruçuí	39,0	56,2	35,8	71,8	57,3	49,8	3,3	18,2	57,7	21,5	80,0	28,4	39,8	4,8	20149
Valença do Piauí	30,2	50,3	30,4	57,8	40,7	41,1	4,0	26,1	61,2	10,7	94,2	22,7	43,6	4,1	20326
Várzea Branca	30,7	74,1	99,9	99,5	99,9	66,6	2,5	31,5	76,2	74,2	90,8	78,2	62,1	3,6	4913
Várzea Grande	38,8	56,4	37,4	83,2	64,7	51,8	2,8	33,1	67,3	14,6	1,2	43,0	40,7	3,5	4336
Vera Mendes	40,4	71,3	74,3	99,8	90,6	65,5	2,0	43,7	79,9	33,8	50,0	71,0	58,4	2,5	2986
Vila Nova do Piauí	54,7	69,6	100,0	88,5	89,1	71,3	2,3	30,1	75,1	88,7	64,5	67,9	59,0	3,7	3076
Wall Ferraz	41,7	67,8	69,8	99,8	87,4	64,0	1,9	35,3	80,7	68,7	99,4	69,8	64,5	3,3	4280

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 3C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do CEARÁ

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Abaíara	40,0	60,7	79,8	99,5	78,5	61,1	3,3	29,7	77,5	39,5	91,1	59,8	56,6	3,8	10496
Acarapé	30,7	60,7	47,1	97,0	55,7	52,1	4,2	21,8	71,8	23,5	55,4	38,0	44,5	4,4	15338
Acaraú	39,8	67,5	61,0	91,0	80,1	60,7	2,9	28,8	77,5	37,2	80,3	54,6	54,5	3,8	57551
Acopiara	43,0	66,0	59,6	87,2	73,4	60,2	2,9	33,0	71,4	43,1	73,1	51,6	53,4	3,5	51160
Aiuaba	43,9	72,0	70,4	99,8	85,9	66,2	2,5	34,1	79,1	47,0	82,9	48,6	57,6	3,4	16203
Alcântaras	38,7	64,0	79,3	92,6	77,1	60,9	3,2	29,1	68,3	59,2	74,2	53,6	52,9	3,8	10771
Altaneira	41,7	68,1	44,0	96,1	47,1	57,4	2,8	31,8	72,6	9,1	84,5	22,5	48,4	3,6	6856
Alto Santo	37,5	55,9	68,7	83,5	69,9	55,0	3,2	30,1	69,9	35,6	85,7	58,3	53,0	3,7	16359
Amontada	36,6	71,5	75,8	91,1	77,0	62,3	3,3	25,7	81,6	61,8	87,6	66,0	59,2	4,1	39232
Antonina do Norte	42,9	59,7	41,4	87,6	52,3	54,2	3,0	32,6	73,0	21,9	53,7	35,5	48,1	3,5	6984
Apuiarés	35,4	67,7	36,4	97,3	64,4	55,9	3,3	26,8	75,7	19,0	97,0	49,6	52,5	4,0	13925
Aquiraz	31,5	49,6	90,2	60,5	46,0	48,3	3,8	20,8	63,2	80,3	62,2	24,8	46,6	4,5	72628
Aracati	28,8	52,1	41,5	98,5	40,3	46,6	4,5	20,8	64,3	27,5	95,2	26,8	45,1	4,5	69159
Aracoiaba	40,8	65,5	78,7	96,3	63,6	61,3	3,7	30,1	72,6	37,9	80,4	48,0	52,7	3,7	25391
Ararendá	40,4	66,0	63,7	99,9	76,6	61,3	3,1	33,7	76,1	21,9	81,0	54,5	54,1	3,4	10491
Araripe	44,3	69,9	60,5	90,0	76,3	62,6	2,8	33,5	80,2	36,1	81,2	39,6	55,7	3,4	20685
Aratuba	36,5	73,5	56,0	89,9	82,5	61,2	3,4	25,4	76,8	32,7	78,7	64,9	53,3	4,1	11529
Arneiroz	39,2	73,4	75,4	95,2	74,0	64,0	3,3	30,3	72,3	43,3	69,1	41,4	51,4	3,7	7650
Assaré	44,6	65,9	61,1	97,6	66,0	61,3	2,5	31,7	73,6	38,0	74,0	45,1	52,7	3,6	22445
Aurora	35,6	61,2	69,8	98,7	70,6	57,9	3,4	27,6	73,2	53,6	85,6	51,8	54,6	3,9	24566
Baixio	34,0	62,5	59,7	98,5	57,5	55,6	3,8	23,8	68,7	34,0	98,0	42,5	50,0	4,3	6026
Banabuiú	40,4	62,6	55,4	96,1	70,0	58,3	3,6	30,2	75,7	34,5	76,4	51,3	53,3	3,7	17315
Barbalha	26,2	55,0	28,0	94,8	44,1	45,3	4,5	18,7	62,9	21,4	80,2	29,0	41,8	4,7	55323
Barreira	34,0	62,8	77,1	99,8	82,4	59,9	3,9	27,5	72,5	34,8	86,1	53,9	52,5	3,9	19573
Barro	33,0	59,7	63,6	98,5	61,7	55,0	3,4	23,6	71,4	33,0	86,8	45,6	49,9	4,3	21514

Tabela 3C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do CEARÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Barroquinha	47,4	72,9	55,3	99,8	79,8	65,6	2,4	35,5	81,0	33,3	73,9	48,6	56,4	3,2	14476
Baturité	30,3	56,0	47,4	61,9	44,9	45,7	4,1	22,5	69,0	29,7	51,9	26,6	43,0	4,4	33321
Beberibe	35,0	64,6	93,5	98,6	64,3	60,8	3,3	26,1	72,0	82,3	87,2	40,4	55,8	4,1	49311
Bela Cruz	35,3	68,9	71,5	97,9	76,8	61,2	3,2	27,1	77,8	61,5	76,7	56,0	56,3	4,0	30878
Boa Viagem	42,3	65,3	58,4	66,5	68,2	56,9	3,0	32,4	75,1	26,1	50,1	54,0	50,5	3,5	52498
Brejo Santo	34,4	56,8	44,0	71,1	44,5	48,0	3,9	22,7	66,2	22,9	34,9	29,1	39,8	4,4	45193
Camocim	35,5	65,5	40,9	87,6	41,5	52,6	3,6	26,5	76,0	20,9	65,6	27,3	47,4	4,0	60158
Campos Sales	38,1	55,8	51,0	75,6	43,1	50,0	3,4	29,2	71,2	31,4	72,7	29,0	48,7	3,8	26506
Canindé	35,4	64,4	47,9	87,6	56,1	54,2	3,5	24,7	73,7	30,3	71,3	38,2	48,5	4,2	74473
Capistrano	37,3	69,1	74,0	78,7	71,7	59,7	3,7	27,6	78,2	48,1	82,5	62,7	56,4	3,9	17062
Caridade	37,2	67,1	70,1	97,8	60,7	59,6	3,0	26,8	76,0	22,8	88,6	43,5	51,6	4,0	20020
Cariré	37,8	67,3	54,9	95,3	83,2	60,0	3,0	30,5	74,9	26,8	92,5	48,3	53,8	3,7	18347
Caririaçu	40,3	64,8	56,7	96,5	63,0	58,5	2,9	31,7	75,1	31,9	82,5	45,8	53,5	3,6	26393
Cariús	39,7	65,2	70,4	98,9	73,7	61,1	3,2	31,8	71,3	54,2	84,8	46,7	54,9	3,6	18567
Carnaubal	38,8	66,7	44,8	98,1	78,9	59,0	3,2	29,7	75,6	27,8	97,1	43,6	53,9	3,8	16746
Cascavel	32,5	55,1	85,0	98,2	48,7	54,3	3,9	22,9	66,5	54,6	84,7	33,8	49,0	4,3	66142
Catarina	37,3	75,7	57,4	98,8	61,9	61,5	3,3	29,4	76,1	42,9	77,4	48,0	53,9	3,8	18745
Catunda	39,9	70,2	60,8	99,6	65,4	61,3	3,2	30,0	77,4	40,2	98,0	48,3	56,5	3,7	9952
Caucaia	19,0	46,3	35,6	51,3	25,1	34,2	5,1	12,9	58,3	18,4	41,5	17,5	32,8	5,2	325441
Cedro	36,1	54,8	71,6	97,9	57,6	54,8	3,9	27,8	70,3	30,4	89,9	42,6	50,8	3,9	24527
Chaval	39,4	72,9	73,4	98,9	86,1	65,1	2,8	32,5	79,3	32,6	90,7	36,9	55,4	3,5	12615
Choró	42,2	74,1	82,1	98,7	87,5	67,6	2,6	32,4	82,8	68,4	85,6	77,4	63,5	3,5	12853
Chorozinho	35,8	63,9	81,0	99,8	62,6	59,5	3,3	28,8	69,5	48,5	95,0	38,4	52,9	3,8	18915
Coreaú	47,6	63,7	57,2	86,3	83,1	61,5	2,7	36,8	76,7	33,5	78,3	55,1	56,4	3,1	21954
Crateús	33,0	53,9	42,0	61,5	49,5	45,7	3,9	25,0	64,7	27,9	43,9	37,6	42,3	4,2	72812

Tabela 3C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do CEARÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Crato	22,9	47,1	28,2	64,6	33,8	37,3	5,4	15,0	56,9	14,8	53,2	15,9	33,7	5,0	121428
Croatá	45,3	73,8	56,4	90,1	67,4	63,1	2,5	35,5	80,0	5,4	73,9	39,2	52,3	3,2	17069
Cruz	35,5	64,0	69,7	97,5	71,8	58,8	3,1	24,6	74,2	39,1	92,5	42,5	52,2	4,2	22479
Deputado Irapuan Pinheiro	41,5	57,8	70,8	99,8	89,0	60,7	3,2	32,3	71,2	23,8	97,3	54,1	53,8	3,5	9095
Ererê	41,8	57,6	61,1	75,7	64,0	54,9	3,1	30,7	69,6	31,4	77,8	48,2	50,9	3,7	6840
Eusébio	23,8	56,5	92,2	70,3	32,3	48,1	4,3	13,5	56,6	41,9	67,3	5,9	36,5	5,2	46033
Farias Brito	36,2	60,5	55,0	97,9	68,5	56,1	3,5	27,6	72,0	37,3	85,1	34,0	50,8	3,9	19007
Forquilha	37,4	56,1	33,4	59,1	50,9	47,0	3,6	26,2	63,7	8,9	24,4	29,0	37,6	4,1	21786
Fortaleza	11,2	28,5	12,8	36,6	4,8	19,5	6,7	6,9	40,0	6,7	25,0	1,3	19,9	5,7	2452185
Fortim	37,2	62,1	75,4	98,1	53,0	57,7	3,7	26,8	71,8	37,3	97,8	26,5	51,1	4,0	14817
Frecheirinha	45,4	67,4	61,6	96,4	49,0	60,5	3,3	33,3	72,3	36,1	85,8	34,4	52,9	3,4	12991
General Sampaio	38,9	72,8	52,1	99,8	53,0	59,8	2,8	31,3	73,4	25,7	95,6	25,9	51,7	3,6	6218
Graça	47,5	72,4	78,3	99,3	82,7	68,1	2,4	35,7	78,1	45,5	91,8	57,0	59,4	3,2	15049
Granja	51,8	74,5	61,5	99,3	84,4	68,7	2,2	38,6	83,2	46,2	80,1	64,8	61,7	3,0	52645
Granjeiro	39,7	70,6	78,4	94,5	80,8	64,0	2,6	30,6	75,6	31,0	71,1	62,3	53,5	3,7	4629
Groaíras	36,5	57,7	38,5	85,7	52,5	50,7	3,3	25,2	65,3	14,7	68,4	31,4	43,2	4,1	10228
Guaiúba	33,5	63,3	46,6	92,4	57,4	53,6	3,6	23,1	75,0	15,5	79,4	30,6	47,0	4,3	24091
Guaraciaba do Norte	38,9	64,3	63,5	96,6	76,5	59,8	3,0	28,4	73,5	29,4	91,1	52,9	53,1	3,9	37775
Guaramiranga	31,4	52,6	79,2	71,7	66,4	51,2	4,0	17,9	69,4	52,3	23,7	14,2	39,8	4,8	4164
Hidrolândia	35,4	63,2	62,7	95,8	64,3	56,9	3,1	30,2	72,0	33,5	92,0	41,3	52,7	3,7	19325
Horizonte	28,2	51,1	96,0	96,3	38,7	51,4	4,0	15,7	59,0	34,7	85,9	9,0	39,6	5,0	55187
Ibaretama	41,5	64,4	95,5	96,0	81,4	64,5	2,8	34,3	78,2	82,7	96,1	63,0	63,8	3,4	12922
Ibiapina	34,5	61,1	65,3	99,5	70,7	57,1	3,4	25,3	71,6	36,4	80,3	48,7	50,6	4,1	23808
Ibicuitinga	36,6	69,0	45,3	87,7	61,2	56,4	3,4	29,3	77,6	24,9	83,2	49,5	53,2	3,8	11335
Icapuí	33,2	54,4	23,4	98,4	37,3	46,8	4,1	25,9	69,7	17,9	84,3	17,6	45,8	4,1	18392

Tabela 3C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do CEARÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Icó	40,4	61,9	49,5	93,7	68,0	57,0	3,6	32,8	70,9	26,5	57,9	50,8	49,7	3,5	65456
Iguatu	30,8	42,7	28,3	89,0	32,4	41,0	4,5	23,2	55,3	14,5	70,2	23,1	38,4	4,3	96495
Independência	37,8	61,7	67,5	70,2	67,4	55,4	3,6	28,9	71,3	46,7	58,0	55,9	51,1	3,8	25573
Ipaporanga	43,0	74,7	68,8	99,6	82,8	66,3	2,8	33,8	77,4	20,0	97,8	67,4	57,4	3,4	11343
Ipauimirim	30,1	62,4	51,2	79,9	52,0	50,8	3,7	27,3	68,3	33,1	81,2	35,4	48,7	4,0	12009
Ipu	36,7	56,6	58,3	95,8	59,3	54,2	3,4	28,1	70,5	27,0	91,5	39,6	50,5	3,9	40296
Ipueiras	39,2	65,2	69,1	94,6	74,1	60,4	2,9	32,0	77,0	16,7	73,8	57,0	52,8	3,6	37862
Iracema	35,2	55,5	34,2	61,5	41,0	45,5	3,8	27,2	66,1	17,9	75,6	27,9	45,0	4,0	13722
Irauçuba	38,3	67,3	52,7	71,2	58,2	55,2	3,3	28,0	80,0	28,9	57,3	34,0	49,9	3,9	22324
Itaiçaba	30,2	61,7	46,6	94,7	40,7	50,7	4,3	22,8	64,1	38,4	96,5	27,3	47,0	4,4	7316
Itaitinga	25,1	52,5	47,7	18,9	19,7	35,9	3,8	17,3	67,6	9,1	94,1	5,9	41,1	4,8	35817
Itapajé	30,6	58,7	42,2	85,7	39,7	48,3	3,7	23,4	73,8	29,6	70,8	24,0	46,7	4,3	48350
Itapipoca	31,5	63,2	60,0	91,8	62,9	54,7	3,9	22,6	74,7	41,0	57,8	45,4	48,5	4,4	116065
Itapiúna	37,7	68,6	62,0	79,5	63,0	57,7	3,7	30,4	78,6	43,3	83,3	52,2	56,2	3,7	18626
Itarema	39,3	68,0	86,2	97,0	73,1	63,4	2,8	26,9	81,2	60,6	86,0	55,1	58,2	4,0	37471
Itatira	46,3	72,6	76,3	99,1	93,3	68,4	2,4	32,6	81,6	49,6	91,9	58,0	60,0	3,5	18894
Jaguaratama	35,8	59,6	74,4	42,5	77,2	52,6	3,3	28,5	75,3	38,3	93,5	51,8	54,8	3,9	17863
Jaguaribara	36,5	57,8	61,2	97,3	60,9	55,1	3,6	26,1	64,8	12,6	39,2	24,8	39,5	4,1	10399
Jaguaribe	33,2	54,0	37,5	59,4	51,0	45,3	4,0	25,6	66,8	18,3	41,3	33,8	41,6	4,1	34409
Jaguaruana	35,4	58,5	47,1	96,5	57,2	53,1	3,9	27,2	67,6	26,0	84,3	25,1	47,0	4,0	32236
Jardim	35,3	65,7	66,4	80,9	77,2	57,8	3,3	26,3	75,2	56,3	47,9	59,9	51,9	4,0	26688
Jati	35,7	58,0	52,8	99,1	53,3	53,5	3,9	26,2	69,5	29,9	79,0	45,4	49,0	4,1	7660
Jijoca de Jericoacoara	37,3	60,9	74,3	91,1	67,7	57,8	2,8	23,5	68,2	38,5	84,7	43,8	49,0	4,3	17002
Juazeiro do Norte	25,0	45,7	11,8	67,1	10,7	34,0	4,8	16,2	57,5	7,4	51,5	5,8	32,5	4,9	249939
Jucás	38,0	65,5	50,8	89,7	66,5	57,0	3,6	31,2	72,5	27,3	65,3	43,4	49,9	3,6	23807

Tabela 3C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do CEARÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Lavras da Mangabeira	36,7	61,7	53,1	95,1	66,4	56,0	3,6	28,9	72,6	39,8	67,0	41,4	50,5	3,8	31090
Limoeiro do Norte	25,7	46,9	43,9	19,4	50,2	36,6	4,8	19,2	55,3	13,0	77,7	18,2	37,2	4,7	56264
Madalena	36,9	61,8	62,8	95,9	79,8	58,4	3,3	26,4	75,9	33,8	86,6	46,2	52,6	4,0	18088
Maracanaú	15,0	42,0	15,9	47,7	10,0	27,5	5,4	9,7	54,6	3,0	30,1	4,1	26,3	5,5	209057
Maranguape	23,8	52,3	46,4	47,5	31,9	39,4	4,6	15,4	65,7	17,1	66,1	15,9	38,5	5,0	113561
Marco	38,0	63,5	54,1	95,4	75,4	58,0	3,8	28,6	73,3	21,2	89,8	42,1	51,1	3,8	24703
Martinópole	41,0	71,2	39,1	71,0	45,9	55,0	3,2	29,9	78,8	21,0	95,1	28,2	52,8	3,7	10214
Massapê	43,2	65,9	56,1	94,7	67,4	60,1	3,1	28,5	73,1	25,5	55,4	28,9	46,6	3,9	35191
Mauriti	40,9	62,5	60,7	96,1	71,2	59,1	3,0	29,5	77,6	32,8	76,8	45,9	53,1	3,8	44240
Meruoca	33,3	57,4	75,7	90,5	72,7	55,7	3,4	18,7	68,8	55,9	90,7	46,4	50,2	4,7	13693
Milagres	34,1	65,6	60,2	89,3	68,9	56,8	3,5	28,9	70,4	40,9	85,3	54,5	52,9	3,8	28316
Milhã	35,7	60,4	61,4	99,5	64,5	56,3	3,5	28,8	68,6	32,8	74,8	50,0	49,9	3,8	13086
Miraíma	44,4	77,4	61,1	63,9	86,1	63,5	3,0	32,3	84,7	40,2	75,9	49,1	57,5	3,5	12800
Missão Velha	38,1	61,9	66,1	97,3	67,8	58,3	3,3	27,9	72,6	28,2	87,1	53,4	52,1	3,9	34274
Mombaça	42,2	67,2	69,0	86,7	71,4	61,1	2,9	33,8	72,7	41,6	63,4	60,2	53,7	3,4	42690
Monsenhor Tabosa	38,1	66,7	72,8	99,3	57,9	60,0	3,1	29,6	76,4	32,1	92,7	40,4	53,8	3,8	16705
Morada Nova	35,1	56,5	46,3	82,1	64,5	51,3	3,5	28,2	69,5	23,8	89,1	44,0	50,0	3,9	62065
Moraújo	39,6	70,9	53,1	89,3	71,2	60,0	3,1	32,0	80,5	37,0	89,4	46,6	56,8	3,6	8070
Morrinhos	39,0	66,2	54,3	61,0	80,8	56,2	3,1	28,4	79,8	25,0	73,6	43,8	52,2	3,9	20700
Mucambo	38,5	62,7	65,1	99,4	58,6	58,0	3,1	31,6	69,9	32,3	79,5	34,3	50,4	3,6	14102
Mulungu	35,5	59,0	67,4	89,9	70,8	56,0	3,7	23,0	76,4	63,4	66,5	38,2	51,9	4,3	11485
Nova Olinda	34,2	59,4	50,5	72,9	55,5	50,7	3,4	23,3	76,0	28,3	51,3	31,7	46,0	4,3	14256
Nova Russas	35,8	60,5	30,7	96,4	58,8	52,3	3,5	28,4	68,2	14,6	77,5	30,4	46,2	3,9	30965
Novo Oriente	47,1	63,4	96,7	93,5	67,3	64,7	2,8	34,0	75,7	28,0	66,5	55,3	53,3	3,4	27453
Ocara	40,5	72,0	96,9	98,6	83,6	67,4	3,4	30,1	76,5	48,4	87,8	56,9	56,7	3,7	24007

Tabela 3C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do CEARÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	
Orós	35,8	61,8	28,6	74,2	38,4	48,4	3,7	29,7	68,1	12,0	59,9	25,9	44,1	3,8	21389
Pacajus	27,3	52,5	75,9	87,8	43,3	49,0	4,2	18,3	58,5	40,8	92,8	17,8	42,5	4,7	61838
Pacatuba	17,5	49,4	17,5	43,3	22,5	31,8	5,0	9,4	62,4	4,4	22,1	6,0	28,4	5,5	72299
Pacoti	33,7	61,1	81,4	70,9	71,6	55,6	3,8	20,4	70,5	39,8	52,4	32,1	44,4	4,6	11607
Pacujá	35,2	57,9	51,4	53,5	59,3	48,9	3,5	28,2	69,6	29,0	49,7	31,0	45,3	3,9	5986
Palhano	35,1	69,6	63,4	52,8	61,7	54,4	4,1	28,4	65,3	28,1	80,6	45,9	48,3	3,9	8866
Palmácia	33,8	66,3	65,5	99,1	69,3	58,6	4,1	24,1	73,4	51,8	83,8	46,7	52,6	4,2	12005
Paracuru	27,2	61,2	84,3	53,5	65,1	51,3	4,0	20,2	68,5	58,2	66,6	23,6	46,3	4,6	31636
Paraipaba	28,9	62,2	50,8	30,7	56,8	45,5	4,3	20,0	71,2	45,5	68,7	46,0	48,0	4,6	30041
Parambu	44,4	69,2	66,5	93,8	76,7	63,5	2,4	35,1	77,5	41,2	57,3	51,8	54,4	3,3	31309
Paramoti	41,1	72,3	71,3	98,3	65,2	63,4	2,9	29,7	77,6	36,0	88,2	47,8	54,9	3,8	11308
Pedra Branca	46,3	62,4	61,5	72,5	62,6	57,7	2,9	33,3	73,5	29,0	53,0	40,2	49,6	3,4	41890
Penaforte	27,2	58,4	50,1	64,3	60,7	47,4	4,4	22,0	68,5	25,6	39,3	28,9	41,1	4,4	8226
Pentecoste	34,5	63,9	47,9	73,5	62,2	52,8	3,8	24,8	72,8	22,3	68,2	37,7	47,1	4,2	35400
Pereiro	40,1	69,0	68,6	98,7	71,8	62,2	3,5	29,6	76,0	30,5	85,6	60,2	54,5	3,8	15757
Pindoretama	29,9	59,2	73,1	99,6	54,2	54,2	3,9	21,7	63,7	62,8	98,7	30,4	49,6	4,4	18683
Piquet Carneiro	37,0	66,4	58,0	50,8	62,0	53,2	3,1	26,1	72,5	36,0	94,1	45,1	52,2	4,1	15467
Pires Ferreira	43,2	67,7	67,0	99,8	86,8	64,1	2,3	29,9	80,5	42,1	93,6	65,2	58,8	3,7	10216
Poranga	46,2	71,7	47,4	99,2	73,2	63,3	2,8	33,5	75,5	25,9	84,8	57,3	54,9	3,4	12001
Porteiras	39,6	59,8	67,3	86,2	77,2	57,9	3,6	29,4	75,1	44,8	63,7	55,9	53,0	3,8	15061
Potengi	47,3	58,1	59,3	98,2	73,6	60,0	2,9	34,5	75,6	35,8	90,5	42,7	55,6	3,3	10276
Potiretama	40,0	69,1	65,6	96,7	82,8	62,7	3,0	29,1	73,2	55,7	99,1	44,8	56,1	3,8	6126
Quiterianópolis	41,2	60,7	76,8	95,7	84,8	61,4	2,8	32,8	77,8	50,7	79,2	65,6	58,2	3,5	19921
Quixadá	31,6	56,2	41,3	54,0	48,3	45,1	4,4	22,9	67,4	29,0	41,2	30,1	41,7	4,3	80604
Quixelô	43,8	69,4	52,1	96,2	76,7	62,1	3,0	36,8	71,5	22,2	68,9	64,2	53,2	3,1	15000

Tabela 3C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do CEARÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Quixeramobim	35,3	58,3	50,3	76,2	61,4	51,6	3,7	24,2	67,8	23,3	51,8	43,8	44,0	4,2	71887
Quixeré	37,8	61,9	41,0	97,4	44,2	53,4	3,7	26,0	69,0	21,1	97,1	22,4	47,7	4,1	19412
Redenção	30,1	61,9	64,1	87,7	65,6	54,0	4,0	24,3	70,0	33,1	81,8	36,7	48,4	4,2	26415
Reriutaba	39,6	60,6	65,1	98,3	67,5	58,3	3,4	29,3	73,7	36,4	93,1	48,0	53,9	3,8	19455
Russas	26,5	50,1	43,3	89,3	45,1	44,8	4,3	19,6	56,6	26,1	69,7	27,7	39,2	4,6	69833
Saboeiro	47,6	73,9	60,2	98,9	81,4	66,6	2,7	33,5	75,7	40,2	87,2	46,0	55,7	3,4	15752
Salitre	51,6	70,6	97,3	99,6	92,4	71,8	1,9	39,9	82,1	92,8	82,0	65,8	67,0	2,9	15453
Santa Quitéria	37,2	65,4	65,4	95,4	73,6	59,4	3,2	27,4	75,3	40,5	69,9	57,4	52,7	4,0	42763
Santana do Acaraú	38,8	68,3	59,1	75,7	63,9	57,4	3,1	29,6	80,1	42,1	57,6	53,0	53,6	3,8	29946
Santana do Cariri	39,3	70,4	63,6	88,6	73,3	61,0	3,2	29,9	77,9	46,4	69,1	45,3	53,9	3,7	17170
São Benedito	36,8	63,2	61,7	98,2	70,3	58,1	3,2	27,1	71,9	31,3	69,5	46,7	49,4	4,0	44178
São Gonçalo do Amarante	30,0	61,6	66,8	49,7	52,6	49,0	3,8	20,2	67,1	49,7	71,5	29,1	45,9	4,6	43890
São João do Jaguaribe	29,0	51,0	32,6	80,5	69,4	46,1	3,9	25,8	56,6	4,3	74,5	57,0	42,2	4,1	7900
São Luís do Curu	31,1	60,8	49,0	99,6	44,5	51,8	4,3	22,4	70,9	31,0	95,5	40,2	49,5	4,4	12332
Senador Pompeu	35,6	54,7	51,4	87,0	52,1	50,8	3,8	27,2	67,6	28,5	59,7	43,2	46,3	4,0	26469
Senador Sá	42,8	72,0	41,7	74,9	70,7	58,8	2,6	33,2	76,5	21,9	90,3	58,9	55,5	3,5	6852
Sobral	26,4	47,5	15,9	38,5	30,5	34,3	4,8	17,0	57,5	5,8	20,9	11,5	29,9	4,9	188233
Solonópole	34,4	58,7	53,6	86,6	82,4	54,7	3,4	26,2	68,6	24,8	85,3	46,6	48,9	4,1	17665
Tabuleiro do Norte	30,3	47,4	45,9	94,0	50,0	46,4	4,0	22,6	56,3	28,0	74,3	33,7	41,4	4,4	29204
Tamboril	40,3	70,5	59,7	93,2	71,6	61,3	2,8	33,0	77,1	38,7	84,5	49,9	55,9	3,5	25451
Tarrafas	37,4	74,8	79,8	98,3	86,0	65,7	2,8	35,5	73,0	59,9	96,8	57,1	59,6	3,3	8910
Tauá	38,6	58,2	55,8	88,8	63,0	54,7	3,4	27,5	70,3	26,2	61,6	38,0	46,8	3,9	55716
Tejuçuoca	35,6	76,3	66,4	99,6	72,7	63,1	3,3	27,8	78,0	43,0	96,7	56,7	56,8	3,9	16827
Tianguá	35,7	59,7	44,2	97,4	63,9	54,0	3,3	24,0	70,9	17,9	56,0	38,4	44,4	4,2	68892
Trairi	34,5	68,3	93,1	96,7	78,5	63,0	3,2	23,6	78,9	79,6	92,6	61,6	59,5	4,3	51422

Tabela 3C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do CEARÁ

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Tururu	38,7	71,3	60,3	73,8	90,7	60,7	3,4	28,0	79,3	22,5	98,1	47,1	54,4	3,9	14408
Ubajara	35,8	56,9	52,4	93,0	85,0	55,4	3,5	24,6	69,2	33,1	91,0	40,5	49,5	4,2	31787
Umari	36,6	66,8	73,0	79,3	68,3	58,3	3,5	32,5	74,5	36,5	83,0	59,7	55,4	3,5	7545
Umirim	40,8	70,8	50,6	52,0	81,9	57,2	3,2	28,4	80,6	23,2	91,2	42,5	54,0	3,9	18802
Uruburetama	33,5	59,8	36,2	98,7	48,9	51,2	3,7	22,9	73,2	28,3	78,8	22,8	47,0	4,3	19765
Uruoca	46,0	71,2	64,3	79,7	61,9	61,7	2,5	36,5	79,1	35,7	68,6	45,6	55,5	3,2	12883
Varjota	34,2	56,6	32,0	96,3	76,1	52,1	3,5	26,7	70,5	16,3	72,7	24,4	45,5	4,0	17593
Várzea Alegre	36,8	59,7	49,1	92,1	60,8	54,1	3,6	28,6	70,1	25,3	79,0	42,1	49,3	3,8	38434
Viçosa do Ceará	45,3	75,2	72,1	99,0	77,0	67,1	2,7	31,4	81,0	55,3	87,0	68,1	60,4	3,6	54955

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 4C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO NORTE

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Acari	42,2	34,1	16,8	37,2	17,9	34,0	4,8	17,6	54,1	11,3	17,1	10,6	29,0	4,8	11035
Açu	32,9	49,4	23,1	68,0	32,0	41,3	4,7	22,5	57,9	13,9	85,9	13,6	39,8	4,4	53227
Afonso Bezerra	40,3	55,9	32,7	73,4	43,6	48,7	3,6	30,7	72,3	31,8	45,1	41,5	47,9	3,7	10844
Água Nova	39,8	74,4	42,7	100,0	64,1	60,7	3,7	22,7	71,8	14,3	92,5	34,3	47,4	4,4	2980
Alexandria	33,5	60,8	47,2	60,0	50,1	48,8	3,8	33,4	66,2	22,2	35,2	31,3	43,7	3,4	13507
Almino Afonso	39,3	62,1	48,3	65,0	51,7	52,0	4,3	25,1	66,9	33,4	87,1	32,2	47,7	4,2	4871
Alto do Rodrigues	35,3	38,3	10,3	91,9	39,2	40,0	4,2	19,3	49,2	14,2	91,7	4,1	35,5	4,7	12305
Angicos	36,9	52,7	21,6	92,6	36,2	46,6	4,4	26,3	60,4	10,2	59,6	18,5	39,4	4,0	11549
Antônio Martins	32,8	69,0	65,7	45,1	66,6	53,3	3,5	30,8	70,8	22,6	72,9	47,1	49,8	3,7	6907
Apodi	40,9	58,3	46,9	99,4	51,0	54,7	4,3	23,9	65,6	37,9	89,3	37,6	48,1	4,3	34763
Areia Branca	27,6	39,7	19,7	81,8	15,9	35,6	5,1	16,4	51,6	15,3	70,6	6,2	33,4	4,9	25315
Arês	30,6	56,4	28,7	13,7	32,6	37,8	4,0	25,7	69,2	15,2	79,3	18,2	44,8	4,1	12924
Augusto Severo	43,7	60,8	54,9	98,9	60,6	58,2	3,5	28,9	69,5	45,6	78,9	47,6	51,8	3,8	9289
Baía Formosa	ND	63,6	9,2	98,5	10,3	ND	3,8	22,9	66,1	9,2	89,4	6,6	42,1	4,3	8573
Baraúna	30,9	63,2	35,2	98,5	38,2	50,4	3,3	28,1	70,9	30,3	90,1	29,3	49,9	3,9	24182
Barcelona	30,9	60,1	56,7	99,0	60,0	53,6	3,1	29,5	66,3	20,8	73,9	42,5	47,3	3,8	3950
Bento Fernandes	29,4	75,9	40,5	98,7	61,2	57,0	3,7	28,3	71,7	26,3	85,9	34,9	49,9	3,9	5113
Bodó	38,6	72,1	57,6	96,9	66,7	61,0	3,2	24,9	66,4	23,5	55,9	41,4	44,0	4,2	2425
Bom Jesus	34,8	58,9	30,4	98,9	28,1	48,9	3,4	32,1	69,6	12,5	89,3	23,9	48,4	3,6	9440
Brejinho	48,2	55,1	38,1	97,7	32,8	53,4	3,1	31,2	67,0	22,0	68,3	20,9	45,7	3,6	11577
Caiçara do Norte	38,6	62,2	68,1	98,9	11,4	53,8	3,4	25,5	71,6	17,8	58,7	3,6	42,4	4,1	6016
Caiçara do Rio do Vento	24,9	63,9	31,9	99,6	35,2	48,1	3,5	25,7	69,8	10,5	41,2	16,9	40,4	4,1	3308
Caicó	34,7	29,8	12,3	28,7	15,1	28,2	5,5	15,3	41,4	7,7	22,5	11,6	24,1	5,0	62709
Campo Redondo	36,0	56,6	60,9	66,0	47,8	50,0	3,9	25,7	70,2	51,3	51,9	39,2	47,9	4,1	10266
Canguaretama	43,3	66,5	16,2	89,7	41,8	53,3	3,4	26,6	71,9	11,4	94,6	16,9	47,1	4,0	30916

Tabela 4C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO NORTE

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Caraúbas	33,4	57,6	41,5	97,2	49,3	50,8	4,0	26,8	63,8	23,8	86,2	27,5	45,7	4,0	19576
Carnaúba dos Dantas	40,5	28,7	28,3	95,4	24,2	39,4	4,9	14,4	46,7	24,0	83,1	8,2	33,4	5,1	7429
Carnaubais	39,1	63,8	41,8	74,0	74,0	54,8	3,8	25,6	68,2	14,0	53,0	21,3	41,8	4,1	9762
Ceará-Mirim	34,8	54,2	20,2	73,5	45,5	45,1	4,2	21,8	63,3	24,2	43,7	37,5	40,3	4,4	68141
Cerro Corá	29,8	64,7	60,2	98,9	61,7	55,3	3,7	27,4	68,2	34,1	94,9	45,2	51,1	4,0	10916
Coronel Ezequiel	29,9	68,6	75,4	96,9	67,0	58,6	3,1	30,0	70,4	51,0	77,8	43,4	52,6	3,7	5405
Coronel João Pessoa	35,5	70,2	9,1	95,2	62,7	53,6	3,0	33,2	73,7	17,6	99,6	49,3	54,1	3,5	4772
Cruzeta	31,4	40,3	28,2	58,3	31,6	37,0	4,6	22,2	53,2	19,7	33,2	19,4	33,7	4,4	7967
Currais Novos	36,7	40,2	13,3	18,0	16,5	31,7	5,0	17,9	53,2	12,2	15,6	9,4	28,6	4,8	42652
Doutor Severiano	40,8	69,4	40,5	99,6	61,9	58,9	3,5	24,8	69,7	11,2	71,6	52,9	46,5	4,2	6492
Encanto	36,5	62,8	52,1	98,4	44,1	54,5	4,0	24,3	63,9	27,0	83,2	34,2	45,5	4,2	5231
Equador	25,8	50,3	41,4	46,9	27,1	38,3	4,1	22,8	70,0	25,7	48,2	21,4	42,2	4,4	5822
Espírito Santo	30,6	65,6	41,5	87,0	56,9	52,3	3,1	38,4	72,2	23,3	79,6	29,5	52,2	3,0	10475
Extremoz	38,8	42,9	23,6	46,4	67,3	42,0	4,9	17,2	58,3	22,5	61,8	22,7	37,3	4,8	24569
Felipe Guerra	34,5	59,3	43,0	99,0	51,5	52,4	4,2	21,5	60,4	25,7	94,6	38,8	44,8	4,5	5734
Fernando Pedroza	33,6	55,6	18,1	92,4	23,8	45,0	3,8	29,6	65,9	20,5	92,8	18,9	47,0	3,8	2854
Florânia	21,6	51,0	40,0	48,2	38,9	38,2	4,2	23,2	60,2	18,8	25,1	22,9	35,9	4,3	8959
Francisco Dantas	31,5	50,2	44,0	99,4	64,0	49,4	3,8	29,1	63,0	26,0	98,9	35,6	48,5	3,8	2874
Fruitoso Gomes	30,2	61,4	18,1	19,4	47,0	40,2	4,1	25,7	66,6	19,8	98,4	34,2	47,8	4,1	4233
Galinhos	34,5	65,0	99,8	97,7	26,3	57,9	2,7	26,9	66,6	83,9	99,0	9,0	52,7	4,0	2159
Goianinha	30,0	58,9	22,9	83,4	36,4	45,6	4,1	23,8	64,1	21,9	55,9	10,4	39,9	4,3	22481
Governador Dix-Sept Rosado	27,3	60,1	69,4	99,8	64,6	54,2	4,0	24,0	65,4	48,4	66,1	46,8	47,5	4,3	12374
Grossos	39,9	47,6	29,5	98,0	30,0	46,7	4,1	25,9	57,1	16,0	81,9	13,1	40,5	4,1	9393
Guamaré	42,9	55,5	25,7	88,7	24,3	48,6	3,4	22,8	56,3	13,6	62,2	4,8	36,1	4,4	12404
Ielmo Marinho	23,8	67,8	74,4	99,9	89,7	58,4	2,9	28,1	77,2	58,1	80,0	59,2	56,7	3,9	12171

Tabela 4C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO NORTE

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Ipanguaçu	35,2	62,2	44,7	96,4	69,6	55,2	3,8	27,7	68,7	28,2	80,8	29,7	47,9	3,9	13856
Ipueira	35,9	51,2	98,7	99,4	19,0	53,0	4,2	23,9	46,0	8,3	98,1	8,8	36,4	4,3	2077
Itajá	34,2	61,0	20,2	98,8	29,7	48,5	3,9	26,3	63,3	11,9	81,7	13,1	42,4	4,0	6932
Itaú	36,8	58,1	11,1	99,2	28,6	47,4	4,5	22,1	63,5	11,0	96,7	15,4	42,6	4,4	5564
Jaçanã	33,1	53,4	86,5	85,9	31,8	51,2	3,6	27,8	67,5	69,2	99,2	21,6	53,0	3,9	7925
Jandaíra	39,1	58,9	19,5	99,8	39,0	50,3	3,1	32,6	73,5	30,1	84,4	21,0	51,0	3,5	6801
Janduís	39,3	59,1	42,5	100,0	34,5	52,5	3,8	27,8	68,7	24,5	56,1	20,5	44,1	3,9	5345
Januário Cicco	33,0	65,4	76,4	99,5	69,0	59,1	3,2	35,5	76,0	25,1	87,5	55,3	55,8	3,3	9011
Japi	19,6	73,7	99,4	85,3	46,4	56,2	3,0	34,8	76,6	42,3	40,8	25,9	50,0	3,3	5522
Jardim de Angicos	36,1	65,2	58,9	13,9	71,9	49,6	3,5	26,9	72,5	55,2	90,8	65,1	56,0	4,0	2607
Jardim de Piranhas	42,0	45,3	30,4	99,6	34,2	47,3	3,4	25,8	60,3	17,9	77,6	22,3	42,2	4,1	13506
Jardim do Seridó	25,2	37,3	23,9	35,1	25,6	30,4	4,8	18,5	48,5	12,2	24,8	15,2	28,7	4,7	12113
João Câmara	37,8	57,2	28,7	98,8	35,4	49,8	3,6	26,8	67,6	22,2	82,0	25,4	46,3	4,0	32227
João Dias	32,1	73,1	67,4	63,0	61,4	56,0	2,6	38,9	76,9	29,5	62,0	48,5	54,5	3,0	2601
José da Penha	31,8	62,9	42,3	94,3	54,4	52,4	3,3	29,7	61,0	8,4	77,4	37,1	44,1	3,8	5868
Jucurutu	28,2	55,5	25,1	19,7	39,7	37,6	3,3	31,5	63,6	14,8	66,8	31,5	44,7	3,6	17692
Jundiá	31,3	70,7	56,8	99,1	57,5	57,2	3,3	35,4	69,4	36,6	92,9	28,2	52,8	3,3	3582
Lagoa d'Anta	30,6	60,2	46,1	97,3	43,8	50,8	3,2	33,2	69,9	12,9	93,2	25,7	49,5	3,5	6227
Lagoa de Pedras	34,7	70,1	52,1	99,1	63,3	58,3	2,6	36,7	73,4	38,5	91,2	50,1	56,7	3,1	6989
Lagoa de Velhos	28,7	58,3	44,4	99,3	43,1	49,4	3,8	26,7	66,2	12,6	81,2	30,5	45,1	4,0	2668
Lagoa Nova	38,3	68,4	49,8	99,8	57,1	58,2	3,5	29,2	74,3	18,0	52,5	44,9	47,7	3,8	13983
Lagoa Salgada	44,8	65,1	40,0	99,5	52,1	57,8	2,8	36,9	74,1	24,4	97,7	37,6	55,1	3,1	7564
Lajes	36,5	51,9	22,9	87,6	21,0	44,4	4,1	27,0	66,6	21,9	37,0	22,3	40,9	4,0	10381
Lajes Pintadas	42,8	55,0	64,7	68,9	56,5	53,4	4,0	27,5	66,6	34,2	63,6	32,5	46,1	3,9	4612
Lucrécia	48,3	59,8	13,6	42,7	38,9	47,2	4,4	23,9	64,2	20,4	26,4	6,0	36,3	4,3	3633

Tabela 4C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO NORTE

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Luís Gomes	40,6	59,8	42,3	97,2	57,0	54,9	3,4	29,2	72,9	16,7	95,8	31,4	50,4	3,8	9610
Macaíba	41,7	50,2	22,8	87,6	40,0	47,4	4,4	22,6	61,7	20,5	80,2	19,4	41,8	4,4	69467
Macau	44,2	38,8	19,8	86,8	14,8	41,6	5,1	18,9	49,3	12,3	28,1	7,5	28,8	4,7	28954
Major Sales	44,6	63,3	23,3	98,5	30,8	53,3	3,5	29,0	67,1	2,1	79,1	11,8	43,2	3,8	3536
Marcelino Vieira	36,4	63,7	42,8	70,7	57,3	52,1	3,4	30,2	69,3	13,6	66,7	44,4	47,3	3,7	8265
Martins	38,2	57,8	36,6	13,6	58,4	44,1	4,7	19,2	64,9	27,0	99,7	32,3	45,7	4,7	8218
Maxaranguape	18,2	62,8	15,1	97,9	47,6	44,5	3,7	21,8	69,1	8,6	94,3	30,2	45,3	4,4	10441
Messias Targino	39,8	60,8	96,3	99,9	33,6	58,8	4,5	32,4	60,5	27,1	81,5	13,3	45,1	3,5	4188
Montanhas	32,4	59,0	22,1	98,7	32,8	47,6	3,1	30,2	73,8	8,5	94,6	17,8	48,8	3,7	11413
Monte Alegre	44,3	61,3	41,0	93,0	55,0	56,0	3,6	28,9	68,9	15,6	76,3	32,5	46,8	3,8	20685
Monte das Gameleiras	45,9	68,8	100,0	99,8	47,3	65,4	3,1	30,5	63,1	29,2	74,5	28,9	46,2	3,7	2261
Mossoró	34,3	37,0	11,7	48,9	13,9	32,6	5,7	13,8	40,4	8,0	34,6	7,1	24,1	5,1	259815
Natal	36,2	24,3	2,8	28,1	2,4	24,6	6,9	8,3	34,4	1,7	37,1	1,1	19,1	5,6	803739
Nísia Floresta	24,2	49,4	33,1	84,9	42,1	41,9	4,2	22,2	66,1	37,0	78,3	14,5	44,3	4,4	23784
Nova Cruz	47,7	61,0	34,6	92,0	38,8	54,8	3,7	31,5	68,1	18,2	85,4	22,9	47,8	3,6	35490
Olho-d'Água do Borges	34,6	53,7	48,9	99,6	54,3	51,4	3,8	35,1	66,2	29,3	97,4	25,0	51,0	3,3	4295
Ouro Branco	38,7	43,4	37,1	91,1	36,9	45,5	4,4	21,1	56,3	19,2	83,1	29,1	40,4	4,5	4699
Paraná	31,4	73,6	37,5	99,4	92,8	59,5	3,3	33,5	73,2	12,3	98,8	42,9	52,9	3,4	3952
Paraú	43,5	60,0	31,0	95,9	38,7	53,0	4,1	27,9	60,3	16,3	79,8	16,7	42,5	3,9	3859
Parazinho	43,2	62,0	48,3	99,0	33,7	55,3	2,9	32,9	73,7	15,4	53,7	28,6	47,1	3,5	4845
Parelhas	35,0	44,1	31,2	31,7	23,4	36,4	4,7	17,2	56,4	13,8	28,5	11,3	31,2	4,8	20354
Parnamirim	45,4	27,3	4,3	28,1	9,9	29,7	6,5	8,0	32,4	3,3	42,3	1,1	19,0	5,6	202456
Passa-e-Fica	36,0	63,2	50,4	98,9	44,7	54,4	3,4	32,4	68,2	12,7	39,8	16,2	42,2	3,5	11100
Passagem	41,5	65,4	45,3	98,1	47,9	56,8	3,8	28,7	68,4	35,3	93,8	35,1	50,7	3,8	2895
Patu	40,1	50,4	93,7	94,6	28,1	54,0	4,3	27,9	63,9	40,4	76,8	15,7	45,8	3,9	11964

Tabela 4C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO NORTE

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Pau dos Ferros	30,1	37,8	11,5	43,0	24,7	31,7	5,3	18,1	48,8	4,7	41,2	8,4	29,0	4,8	27745
Pedra Grande	40,7	59,5	69,8	88,0	45,6	55,7	3,6	24,7	75,4	52,4	96,8	24,1	52,9	4,2	3521
Pedra Preta	34,6	74,1	76,5	88,4	76,9	62,3	3,2	23,1	74,1	58,5	95,8	59,1	55,5	4,3	2590
Pedro Avelino	25,0	52,5	33,7	67,4	43,1	41,6	3,4	28,2	67,1	32,4	48,8	35,9	45,1	3,9	7171
Pedro Velho	39,5	61,7	18,5	97,4	48,8	52,0	3,3	31,5	71,5	8,6	62,3	29,0	46,1	3,6	14114
Pendências	37,5	51,3	15,9	86,3	18,5	43,5	4,3	23,0	59,7	10,5	37,3	4,6	34,4	4,3	13432
Pilões	28,0	56,4	25,6	98,2	28,3	45,1	3,9	29,6	66,3	14,9	76,9	17,0	44,7	3,8	3453
Poço Branco	32,9	64,9	21,0	48,5	54,8	46,5	3,4	29,6	72,2	9,3	90,3	35,6	49,3	3,8	13949
Portalegre	34,9	63,3	58,9	99,4	62,1	56,6	3,8	23,8	66,3	41,2	98,8	46,7	50,4	4,3	7320
Porto do Mangue	42,2	65,5	89,4	89,9	45,5	60,6	2,9	27,7	74,0	48,9	99,7	22,3	53,2	3,9	5217
Presidente Juscelino	35,5	65,5	43,7	99,3	50,9	54,9	3,3	32,1	77,4	15,0	71,9	35,9	50,7	3,5	8768
Pureza	33,5	62,5	15,5	94,7	71,8	51,6	3,4	28,2	78,5	46,1	98,5	59,6	57,9	3,9	8424
Rafael Fernandes	38,1	55,4	42,1	99,5	53,3	52,4	4,0	24,4	60,6	52,0	78,2	41,9	47,2	4,2	4692
Rafael Godeiro	45,7	57,9	46,9	99,5	45,2	55,7	4,3	25,8	64,2	32,3	96,3	41,7	48,8	4,1	3063
Riacho da Cruz	30,6	73,4	28,9	84,0	23,6	50,4	3,5	25,9	70,9	15,0	38,9	12,2	40,6	4,1	3165
Riacho de Santana	32,8	68,9	36,2	100,0	66,9	55,9	3,6	27,4	66,9	32,1	83,5	54,4	50,0	4,0	4156
Riachuelo	44,5	63,7	36,3	46,6	44,3	50,6	3,3	30,3	71,7	20,0	38,8	19,9	43,7	3,7	7067
Rio do Fogo	37,1	67,2	14,3	98,5	37,5	51,7	3,2	26,8	74,1	7,1	99,1	17,5	48,1	4,0	10059
Rodolfo Fernandes	33,1	57,4	25,7	46,9	20,3	41,1	3,8	30,4	68,7	11,9	77,3	12,0	45,2	3,7	4418
Ruy Barbosa	23,2	62,1	59,3	99,9	57,7	51,8	3,3	31,0	70,4	42,7	99,2	44,5	54,4	3,6	3595
Santa Cruz	39,2	54,8	26,7	38,8	27,2	42,2	4,6	24,2	64,0	15,4	15,6	16,0	35,6	4,2	35797
Santa Maria	36,6	57,6	32,9	99,7	36,0	50,1	3,1	28,9	71,1	27,4	99,1	28,6	50,8	3,8	4762
Santana do Matos	32,9	64,3	60,5	81,9	63,0	54,6	3,4	29,0	71,5	39,8	36,5	47,4	47,4	3,8	13809
Santana do Seridó	32,7	52,2	42,9	61,3	41,8	44,4	4,4	19,5	55,0	31,0	34,2	24,3	35,1	4,6	2526
Santo Antônio	42,4	54,6	34,8	97,7	37,3	51,2	3,6	30,4	68,0	19,7	78,3	27,5	47,2	3,7	22216

Tabela 4C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO NORTE

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
São Bento do Norte	41,2	61,7	89,0	93,7	68,3	61,4	3,8	32,4	75,2	33,4	33,2	64,5	50,5	3,5	2975
São Bento do Trairí	33,2	65,7	53,8	79,5	55,8	53,6	3,5	28,2	71,5	42,3	21,6	41,9	45,4	3,9	3905
São Fernando	38,3	49,5	48,1	30,5	45,0	43,0	3,8	27,2	59,1	17,7	62,4	29,5	41,3	4,0	3401
São Francisco do Oeste	33,5	62,2	24,3	14,1	24,4	39,7	4,0	26,9	59,6	15,9	99,5	16,6	43,9	4,0	3874
São Gonçalo do Amarante	39,5	42,8	16,6	53,1	28,5	38,7	4,7	14,7	54,4	8,0	34,1	8,7	29,4	5,1	87668
São João do Sabugi	37,1	41,4	25,5	99,0	26,4	42,9	4,6	20,4	54,2	18,1	95,6	16,5	39,5	4,6	5922
São José de Miu	39,3	54,3	23,1	97,2	40,3	49,0	4,2	24,5	67,0	35,2	80,5	22,2	46,2	4,2	39776
São José do Campestre	37,6	58,1	28,5	95,0	28,0	49,0	3,5	29,1	69,7	16,3	54,2	16,8	43,5	3,8	12356
São José do Seridó	34,2	36,0	22,9	38,2	30,5	33,7	5,1	16,2	45,3	20,0	33,2	15,7	28,5	4,9	4231
São Miguel	37,3	61,6	42,7	98,9	48,6	53,9	3,5	30,2	70,1	11,7	96,0	32,0	49,3	3,7	22157
São Miguel de Touros	31,1	71,7	44,9	90,9	63,9	56,0	2,9	29,6	73,7	17,7	97,0	52,5	52,9	3,8	8670
São Paulo do Potengi	38,8	53,1	26,9	46,6	31,3	42,7	3,9	25,2	64,2	16,1	39,9	19,5	38,9	4,1	15843
São Pedro	31,3	58,3	45,4	99,4	53,5	51,4	3,4	30,4	66,3	34,2	97,1	29,8	50,3	3,7	6235
São Rafael	31,6	52,7	30,0	46,7	39,0	41,1	3,6	31,6	65,4	17,4	32,2	26,3	41,5	3,6	8111
São Tomé	30,8	60,1	50,4	75,2	49,3	49,4	3,4	30,9	68,1	38,8	71,1	41,9	50,0	3,6	10827
São Vicente	35,9	54,4	50,7	87,0	54,9	51,0	4,3	23,2	60,7	8,6	38,7	32,6	37,3	4,3	6028
Senador Elói de Souza	44,2	64,1	55,8	99,6	60,2	59,6	3,6	31,1	77,2	16,7	81,8	49,4	52,7	3,6	5637
Senador Georgino Avelino	31,9	48,6	15,2	91,1	35,6	42,5	4,3	27,5	72,0	8,4	98,1	9,9	46,9	3,9	3924
Serra de São Bento	33,2	69,2	99,9	99,8	60,1	62,2	3,1	37,0	71,3	38,5	87,9	37,9	54,6	3,1	5743
Serra do Mel	21,1	56,8	16,4	29,1	99,8	41,0	4,0	25,2	69,6	16,8	98,5	70,7	51,6	4,1	10287
Serra Negra do Norte	39,6	51,9	42,3	69,8	46,8	48,0	3,4	25,8	62,5	32,9	24,4	31,6	39,8	4,1	7770
Serrinha	38,4	70,0	75,5	98,6	69,9	62,5	2,7	31,6	70,3	44,9	96,2	46,2	54,7	3,6	6581
Serrinha dos Pintos	24,1	59,1	61,2	99,9	61,2	51,5	3,8	26,3	66,2	9,9	99,3	41,9	47,6	4,1	4540
Severiano Melo	24,0	71,0	40,6	97,7	73,7	54,4	3,9	28,2	65,2	31,0	89,2	41,4	49,0	3,9	5752
Sítio Novo	30,9	66,1	99,9	99,9	58,6	60,2	3,3	31,2	73,4	30,1	86,1	39,7	52,4	3,6	5020

Tabela 4C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO NORTE

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Taboleiro Grande	37,6	50,7	63,6	100,0	28,6	50,7	3,9	23,2	71,6	43,6	98,8	18,4	49,8	4,3	2317
Taipu	25,5	65,9	54,7	99,3	66,0	54,1	3,2	34,3	73,9	33,0	94,0	49,2	55,6	3,4	11836
Tangará	38,1	62,0	31,9	48,8	28,6	46,1	3,7	26,8	71,0	11,2	20,8	21,3	39,5	4,0	14175
Tenente Ananias	27,4	70,1	40,7	87,7	65,5	53,5	2,9	26,4	65,8	28,2	67,0	28,7	44,8	4,0	9883
Tem. Laurentino Cruz	39,7	55,8	99,8	99,7	47,6	58,7	4,2	22,0	70,3	9,0	93,7	34,5	46,2	4,4	5406
Tibau	23,1	46,9	17,7	96,1	31,4	39,3	4,4	22,6	63,2	27,7	67,5	17,6	41,6	4,4	3687
Tibau do Sul	24,2	43,1	9,4	95,7	57,0	39,7	4,1	21,5	57,7	12,0	75,9	5,9	37,5	4,5	11385
Timbaúba dos Batistas	32,3	38,3	18,3	98,9	21,0	38,9	4,7	23,2	44,4	13,5	1,8	14,1	26,5	4,3	2295
Touros	40,6	62,9	27,1	94,4	59,6	54,3	3,4	29,7	73,4	20,3	79,7	43,0	50,5	3,8	31089
Triunfo Potiguar	32,0	66,7	57,0	99,7	54,8	55,9	2,8	29,8	67,1	24,5	98,4	31,8	49,7	3,7	3368
Umarizal	40,0	55,7	25,4	99,4	32,6	49,5	4,2	25,5	66,7	16,2	94,9	20,9	45,8	4,1	10659
Upanema	38,2	65,7	58,3	99,8	59,0	58,3	3,8	28,7	71,6	31,9	98,5	44,8	52,8	3,8	12992
Várzea	26,2	54,8	19,5	98,9	23,8	42,9	3,5	31,2	65,9	12,7	86,2	16,7	45,9	3,6	5236
Venha-Ver	28,9	76,9	68,6	97,6	85,3	62,2	2,4	32,4	79,2	6,4	95,9	68,6	56,0	3,5	3821
Vera Cruz	21,2	49,2	36,2	99,8	45,9	43,0	3,3	31,7	70,3	24,2	96,4	11,2	49,4	3,6	10719
Viçosa	30,7	72,4	18,3	5,2	6,9	39,2	4,0	22,4	69,3	9,8	25,6	4,0	36,2	4,4	1618
Vila Flor	30,5	60,5	7,7	100,0	16,1	44,6	3,3	24,0	70,8	3,9	98,2	6,3	44,5	4,2	2872

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 5C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARAÍBA

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Água Branca	38,5	68,3	56,0	87,8	65,4	58,4	3,2	26,4	71,4	43,3	65,6	43,6	49,6	4,0	9449
Aguiar	45,4	61,3	62,1	75,5	73,0	58,4	2,8	37,7	66,2	47,0	67,9	49,8	52,9	3,1	5530
Alagoa Grande	45,6	56,1	32,4	64,3	32,4	48,7	3,0	34,7	71,5	22,4	46,5	25,3	46,7	3,3	28479
Alagoa Nova	39,2	61,6	62,4	74,5	57,7	54,8	2,9	28,5	72,5	54,3	57,9	45,7	51,3	3,9	19681
Alagoinha	43,5	59,2	27,1	91,9	35,1	51,6	2,8	35,3	71,1	22,5	90,8	34,4	52,2	3,3	13576
Alcantil	33,8	60,9	99,5	99,4	65,6	59,9	2,9	30,6	67,7	99,6	94,6	41,2	58,5	3,7	5239
Algodão de Jandaíra	48,5	65,1	79,9	92,0	74,8	64,5	1,9	32,7	75,7	77,6	46,4	50,5	55,5	3,5	2366
Alhandra	38,1	63,1	33,9	93,9	45,1	52,9	3,2	26,3	72,1	16,6	90,2	21,4	47,6	4,1	18007
Amparo	34,4	60,2	72,2	98,9	69,5	57,3	3,0	21,5	74,0	46,9	88,4	47,2	51,9	4,5	2088
Aparecida	37,2	63,0	39,1	98,0	58,2	54,7	3,4	29,3	68,5	41,3	94,3	48,1	52,8	3,8	7676
Araçagi	44,4	63,7	66,9	96,6	71,1	61,4	2,7	38,6	72,1	52,4	86,6	50,2	57,9	3,0	17224
Arara	49,5	55,9	38,4	73,1	41,8	52,4	2,4	38,5	67,6	28,7	44,8	30,5	47,6	3,0	12653
Araruna	48,2	62,9	60,8	97,0	61,5	61,0	2,7	39,5	74,1	40,7	50,2	41,8	53,1	2,9	18879
Areia	39,0	61,9	52,4	65,1	55,2	52,6	3,3	30,0	69,2	37,3	52,8	36,5	47,5	3,7	23829
Areia de Baraúnas	38,2	67,6	50,4	84,1	90,1	59,3	2,5	32,6	68,3	49,8	38,4	49,2	49,0	3,5	1927
Areial	31,2	59,3	55,8	70,3	41,7	48,7	3,6	26,7	66,0	40,3	40,0	25,9	43,2	4,0	6470
Aroeiras	44,1	59,6	73,7	88,8	69,8	59,6	2,5	35,7	74,0	63,2	71,6	52,4	57,3	3,2	19082
Assunção	30,5	61,2	51,7	59,5	30,8	46,5	2,9	26,3	65,5	99,9	49,7	18,2	49,5	4,1	3522
Baía da Traição	36,7	66,7	14,6	98,2	68,0	54,2	3,3	25,2	77,7	8,2	87,4	56,1	51,1	4,1	8012
Bananeiras	46,9	63,9	71,1	90,3	70,8	62,1	2,7	35,4	72,1	53,0	72,0	49,6	55,2	3,3	21851
Baraúna	35,1	56,6	99,6	81,2	41,6	54,8	2,6	28,3	74,3	99,9	57,0	23,1	54,5	3,9	4220
Barra de Santa Rosa	42,6	62,9	57,6	56,9	50,2	53,5	2,7	37,2	73,5	44,0	39,1	37,1	50,8	3,1	14157
Barra de Santana	40,1	63,0	93,8	99,7	94,2	64,9	2,8	30,8	73,2	88,5	93,4	86,8	63,3	3,7	8206
Barra de São Miguel	30,9	56,9	45,4	99,2	61,7	51,5	3,5	23,6	63,4	35,6	86,2	39,6	46,8	4,3	5611
Bayeux	21,3	44,3	4,8	47,3	8,9	29,2	4,7	15,5	57,3	4,8	53,7	4,6	32,0	5,0	99716

Tabela 5C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARAÍBA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Belém	44,0	60,7	26,7	26,9	24,2	44,5	3,0	34,1	68,8	15,9	16,3	16,0	40,8	3,4	17093
Belém do Brejo do Cruz	46,7	66,1	55,6	75,4	41,1	56,9	3,1	38,2	73,6	28,7	33,4	28,0	48,1	3,0	7143
Bernardino Batista	42,3	73,8	87,3	99,8	89,1	68,3	2,6	30,8	75,0	55,3	98,8	65,8	59,1	3,7	3075
Boa Ventura	37,4	64,4	51,1	99,8	60,1	56,9	3,0	29,3	66,2	36,5	87,5	39,1	50,0	3,8	5751
Boa Vista	21,7	43,0	100,0	92,6	58,7	48,2	4,3	16,0	58,6	39,2	84,6	43,7	43,0	4,9	6227
Bom Jesus	36,1	65,3	41,5	99,6	77,0	57,2	3,3	25,2	65,6	32,3	99,0	32,5	48,5	4,1	2400
Bom Sucesso	35,9	62,4	53,3	91,3	69,4	55,8	3,4	30,9	63,9	31,9	74,5	54,1	49,2	3,6	5035
Bonito de Santa Fé	36,9	57,7	42,4	64,1	47,3	48,6	2,9	29,3	71,2	25,3	42,4	29,6	44,9	3,8	10804
Boqueirão	33,4	53,6	35,1	38,6	35,6	41,4	3,7	24,1	61,1	26,9	44,6	27,2	39,8	4,2	16888
Borborema	44,4	63,6	35,5	63,4	52,4	52,9	3,1	32,6	72,8	27,6	34,9	32,3	46,3	3,5	5111
Brejo do Cruz	38,8	51,1	38,9	56,1	47,4	45,7	3,6	31,6	66,6	27,1	24,2	25,4	42,0	3,6	13123
Brejo dos Santos	38,3	58,9	38,0	99,7	45,6	52,6	3,5	28,4	67,1	19,1	89,6	25,4	47,1	3,9	6198
Caaporã	33,2	60,1	34,9	86,5	43,1	49,3	3,5	23,9	70,2	16,8	83,6	18,8	45,2	4,3	20362
Cabaceiras	19,7	51,4	51,3	82,6	60,8	44,4	3,9	18,0	64,8	28,8	70,3	54,8	44,3	4,8	5035
Cabedelo	16,4	30,3	2,9	19,0	8,0	19,4	6,1	10,7	43,1	2,7	47,5	3,2	24,4	5,4	57944
Cachoeira dos Índios	37,8	58,2	62,6	98,2	74,5	57,2	2,9	27,3	67,0	42,0	71,0	58,0	50,1	4,0	9546
Cacimba de Areia	39,3	59,9	61,7	65,0	66,6	54,0	2,9	26,8	67,7	53,1	54,8	51,9	49,1	4,0	3557
Cacimba de Dentro	49,7	67,6	61,5	98,7	58,4	63,1	2,2	38,8	71,7	30,0	85,7	34,0	53,9	3,0	16748
Cacimbas	51,1	74,2	75,7	99,3	80,6	69,5	1,8	36,1	78,5	51,4	51,3	63,6	56,6	3,2	6814
Caiçara	41,1	65,2	40,7	67,0	43,1	52,4	3,3	34,2	68,5	27,9	45,5	27,0	46,1	3,4	7220
Cajazeiras	27,3	45,5	26,4	59,1	32,9	37,4	4,6	19,5	52,8	18,9	39,5	20,9	33,3	4,6	58446
Cajazeirinhas	44,7	67,8	68,8	92,6	86,9	64,1	2,2	34,8	77,6	61,7	55,3	66,0	57,6	3,3	3033
Caldas Brandão	45,8	60,8	28,7	97,7	27,2	53,0	2,7	35,9	68,8	21,7	94,0	20,6	50,6	3,2	5637
Camalaú	40,1	54,1	63,7	96,3	65,1	55,6	2,9	29,7	70,6	47,8	76,4	49,2	52,6	3,8	5749
Campina Grande	17,1	34,6	6,2	21,7	9,4	21,9	6,0	11,7	45,6	2,2	14,6	5,2	22,3	5,3	385213

Tabela 5C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARAÍBA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Campo de Santana	46,6	63,5	59,8	92,3	61,3	60,0	2,7	ND	ND	ND	ND	ND	ND	2,9	10262
Capim	56,6	66,5	43,8	95,6	61,3	63,2	1,8	39,9	76,5	36,3	94,1	ND	ND	2,9	5601
Caraúbas	30,2	54,5	69,6	77,3	72,6	51,6	3,2	19,1	79,1	39,5	48,1	29,5	46,2	4,7	3899
Carrapateira	39,9	63,8	13,2	100,0	99,8	57,2	2,9	28,1	62,9	29,0	79,2	46,9	47,4	3,9	2378
Casserengue	57,0	75,5	68,3	99,1	64,9	69,8	1,7	41,1	71,1	51,5	56,9	22,2	52,6	2,8	7058
Catingueira	42,2	62,0	64,7	97,1	66,0	59,4	2,9	35,8	78,7	34,1	79,8	49,6	56,5	3,2	4812
Catolé do Rocha	29,6	52,8	31,0	80,7	42,2	44,4	4,1	23,1	72,2	23,5	58,5	41,2	45,7	4,3	28759
Caturité	29,4	53,2	71,7	87,7	84,2	53,2	3,7	22,4	58,6	55,9	77,5	25,6	44,7	4,4	4543
Conceição	41,2	61,2	47,6	94,9	45,5	54,9	3,4	32,7	65,1	36,0	70,2	41,4	49,1	3,5	18363
Condado	36,7	56,1	34,8	88,0	43,0	49,2	3,2	29,6	69,3	25,6	57,6	39,5	46,9	3,8	6584
Conde	37,7	53,9	56,0	94,1	67,1	53,9	3,2	23,2	64,8	45,4	82,1	32,2	47,1	4,3	21400
Congo	35,1	49,9	51,8	83,0	73,4	50,5	3,5	28,5	70,8	33,9	44,3	38,7	46,5	3,9	4687
Coremas	41,5	58,4	34,8	61,8	48,1	49,4	3,1	33,4	68,9	15,9	38,3	36,3	44,8	3,4	15149
Coxixola	27,2	55,9	50,9	72,2	61,7	47,6	3,1	21,2	68,1	9,2	61,0	25,7	40,9	4,5	1771
Cruz do Espírito Santo	43,7	61,1	70,4	81,7	69,6	58,9	2,9	33,1	56,8	39,1	75,6	56,0	48,5	3,5	16257
Cubati	35,8	54,5	53,2	93,7	42,7	50,9	3,1	27,8	76,1	30,3	75,9	55,2	52,5	3,9	6866
Cuité	40,6	59,1	49,8	85,4	42,4	52,9	3,2	31,7	72,1	34,1	83,5	32,8	51,6	3,6	19978
Cuité de Mamanguape	49,7	60,6	75,3	76,4	82,8	62,0	1,9	41,2	66,2	53,6	97,5	31,2	56,3	2,8	6202
Cuitegi	45,4	64,0	16,6	94,6	51,8	54,6	2,8	34,4	73,3	11,7	95,2	70,1	55,2	3,3	6889
Curral de Cima	55,3	66,5	81,2	99,4	93,6	70,0	1,6	40,5	70,9	74,4	96,4	21,1	58,8	2,8	5209
Curral Velho	36,9	67,6	50,5	99,8	62,3	58,0	2,9	34,9	75,3	34,0	54,7	80,1	55,1	3,3	2505
Damião	48,8	72,6	70,6	98,3	68,2	66,4	1,7	39,7	66,7	70,3	98,4	47,5	59,2	2,9	4900
Desterro	36,6	64,1	44,8	78,9	55,2	53,2	2,8	25,5	76,9	37,2	57,8	50,9	50,4	4,1	7991
Diamante	37,7	67,8	49,3	93,6	59,9	57,3	3,4	30,3	71,2	32,8	68,1	39,7	49,7	3,7	6616
Dona Inês	48,4	62,8	79,3	90,6	65,3	62,6	2,5	39,3	71,4	56,8	76,9	45,6	56,9	2,9	10517

Tabela 5C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARAÍBA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Duas Estradas	44,0	58,4	38,7	82,8	36,0	51,8	2,8	30,6	77,2	22,9	72,9	52,7	52,5	3,7	3638
Emas	39,9	73,1	52,9	78,1	64,1	59,1	3,0	30,4	68,3	31,1	35,1	21,0	43,4	3,7	3317
Esperança	33,5	52,9	41,6	52,0	34,7	43,2	3,9	26,0	69,9	29,8	32,7	31,6	43,0	4,1	31095
Fagundes	42,2	64,4	65,8	96,8	63,9	60,1	2,7	32,2	64,7	53,7	87,5	21,6	50,7	3,5	11405
Frei Martinho	32,6	51,6	55,2	50,0	53,6	45,3	4,1	30,0	73,4	22,4	34,7	50,9	46,8	3,7	2933
Gado Bravo	41,9	69,7	100,0	98,9	98,6	68,8	2,1	32,8	58,5	84,3	97,3	39,1	54,5	3,5	8376
Guarabira	29,0	44,0	11,2	50,0	16,0	33,4	4,4	20,3	79,4	4,5	30,1	88,7	46,5	4,6	55326
Gurinhém	48,0	63,2	60,1	96,5	48,6	59,7	2,7	37,8	54,8	41,6	92,2	6,7	47,1	3,1	13872
Gurjão	27,4	46,8	41,5	93,1	40,8	43,8	4,0	21,0	72,8	30,7	54,4	33,9	44,8	4,5	3159
Ibiara	44,4	64,9	42,7	94,8	52,7	57,4	3,1	38,0	64,8	31,0	92,8	30,9	51,8	3,0	6031
Igaracy	36,7	63,0	44,7	88,1	55,1	53,8	3,0	32,2	70,5	30,6	60,0	38,9	49,0	3,5	6156
Imaculada	37,0	69,8	67,1	91,4	76,9	60,9	2,9	30,8	67,4	49,4	65,5	31,4	49,2	3,7	11352
Ingá	43,0	49,8	44,3	91,6	47,0	51,0	3,2	36,4	75,9	32,4	94,5	53,5	57,4	3,2	18180
Itabaiana	35,7	52,8	33,0	79,4	33,0	45,7	3,9	27,5	66,9	29,9	63,3	31,4	45,6	3,9	24481
Itaporanga	29,7	50,6	32,3	53,4	39,3	40,6	4,4	22,8	64,5	24,0	23,1	21,0	37,4	4,3	23192
Itapororoca	49,7	55,9	45,4	25,6	49,5	48,9	2,4	33,6	60,3	33,2	88,7	24,4	47,9	3,4	16997
Itatuba	47,6	65,8	60,2	89,5	49,8	59,9	2,5	38,1	73,0	44,1	79,3	34,7	55,0	3,0	10201
Jacaraú	46,1	63,1	52,1	99,2	59,6	59,5	2,5	32,9	72,3	22,4	90,7	44,2	52,7	3,5	13942
Jericó	37,2	57,5	38,8	80,5	67,7	51,8	3,4	28,8	72,2	21,0	50,8	41,5	46,6	3,8	7538
João Pessoa	12,3	23,7	2,3	39,9	5,0	17,5	7,0	8,1	66,6	3,6	28,0	38,5	32,9	5,6	723515
Juarez Távora	46,2	52,8	31,3	89,0	38,7	50,8	2,8	35,9	35,9	17,8	88,8	0,8	36,4	3,2	7459
Juazeirinho	33,6	58,5	99,7	69,6	56,0	55,0	3,1	26,0	69,7	44,7	31,4	21,3	43,4	4,1	16776
Junco do Seridó	32,0	62,2	38,2	61,4	41,0	47,1	3,7	21,7	72,1	26,8	25,8	45,3	42,4	4,4	6643
Juripiranga	46,6	66,3	32,8	99,5	29,9	56,1	2,8	34,3	70,4	27,0	92,6	26,8	51,6	3,4	10237
Juru	40,4	68,0	53,1	99,6	71,1	60,4	2,6	33,4	74,0	37,2	69,9	8,0	49,6	3,4	9826

Tabela 5C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARAÍBA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Lagoa	43,2	71,7	65,9	93,2	72,1	63,4	2,9	33,8	71,3	47,3	75,2	46,8	53,9	3,4	4681
Lagoa de Dentro	41,7	57,0	59,6	35,7	57,7	49,7	2,9	31,9	68,9	44,5	78,5	51,9	52,9	3,6	7370
Lagoa Seca	30,8	51,2	87,8	21,7	61,0	45,7	3,8	21,3	70,8	54,5	45,2	41,2	46,4	4,5	25900
Lastro	38,8	73,9	65,9	99,4	93,6	65,2	3,2	31,1	64,2	54,6	81,7	35,2	50,8	3,6	2841
Livramento	30,6	65,0	69,6	93,3	74,7	57,3	3,2	23,1	75,0	57,4	57,6	57,4	51,6	4,3	7164
Logradouro	41,1	61,5	35,0	83,2	60,1	53,7	3,2	34,1	74,8	33,8	61,7	44,4	52,1	3,4	3942
Lucena	34,5	65,6	30,9	97,1	55,3	53,4	3,1	25,3	71,6	22,9	70,5	25,5	46,0	4,1	11730
Mãe d'Água	39,4	73,9	42,1	77,5	48,6	56,6	2,7	30,2	74,7	38,0	45,8	15,6	46,9	3,7	4019
Malta	36,8	55,1	21,3	37,1	21,2	40,2	3,6	28,0	73,3	14,8	18,5	40,4	42,6	3,9	5613
Mamanguape	38,3	57,1	25,8	98,6	40,0	50,0	3,1	27,9	64,4	33,7	91,1	14,5	46,7	3,9	42303
Manáfra	44,4	68,3	61,1	95,4	64,0	61,6	2,7	35,0	67,2	41,9	81,0	19,8	50,5	3,3	10759
Marcação	50,0	76,6	17,6	99,3	74,9	63,3	2,4	33,3	75,9	4,0	76,0	47,7	50,9	3,4	7609
Mari	46,8	55,8	30,1	99,4	21,6	51,5	2,9	35,5	78,9	32,4	98,2	65,7	59,7	3,2	21176
Marizópolis	37,4	56,7	13,9	97,7	46,0	48,8	3,3	27,1	73,0	9,8	82,1	14,7	46,0	4,0	6173
Massaranduba	43,5	56,3	68,1	91,0	68,4	57,8	2,6	30,8	67,0	49,3	66,8	24,1	48,6	3,7	12902
Mataraca	37,9	65,5	11,6	99,6	45,8	52,0	2,8	27,1	68,7	7,6	95,9	48,8	48,8	4,0	7407
Matinhas	40,7	61,9	86,0	71,1	95,1	61,0	3,0	31,6	76,7	83,7	85,2	13,8	56,9	3,6	4321
Mato Grosso	52,5	55,9	66,3	99,1	70,6	61,7	2,2	41,5	76,1	31,7	27,7	83,6	54,9	2,7	2702
Matureia	40,3	70,3	53,5	99,4	58,3	60,0	2,4	28,1	64,6	39,6	75,7	54,9	49,5	3,9	5939
Mogeiro	43,5	62,4	84,1	99,2	84,4	63,9	2,7	32,3	73,3	72,2	93,3	32,3	57,2	3,5	12491
Montadas	34,8	60,0	63,6	71,6	52,1	52,1	3,5	25,3	74,7	38,0	61,4	38,0	48,9	4,1	4990
Monte Horebe	38,2	64,9	52,3	67,1	61,3	54,1	3,1	29,5	65,5	39,9	33,5	35,5	44,1	3,8	4508
Monteiro	35,5	49,7	52,7	53,1	39,9	44,5	3,7	27,4	67,1	35,6	34,2	40,5	44,0	4,0	30852
Mulungu	44,6	58,7	49,4	96,2	61,5	57,0	2,9	35,2	64,2	35,3	93,1	33,2	51,3	3,3	9469
Natuba	51,2	65,3	79,8	97,3	77,7	66,4	2,6	38,7	73,3	64,1	80,7	42,6	58,2	3,0	10566

Tabela 5C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARAÍBA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Nazarezinho	38,9	72,3	63,8	98,6	69,5	62,2	2,9	31,5	78,5	55,4	74,0	66,9	58,1	3,6	7280
Nova Floresta	32,3	57,5	65,3	92,5	15,5	49,4	3,2	28,6	72,6	36,1	97,8	56,4	54,5	3,8	10533
Nova Olinda	38,0	67,8	42,3	89,3	51,7	55,5	2,7	31,8	68,4	31,1	70,3	9,7	46,6	3,6	6070
Nova Palmeira	27,6	59,4	44,8	41,0	42,8	43,3	3,6	24,7	71,7	43,1	32,1	41,4	45,3	4,2	4361
Olho d'Água	40,2	72,2	59,7	88,3	86,0	62,6	3,1	33,6	64,4	40,7	41,1	39,5	46,4	3,4	6931
Oliveiros	31,5	52,2	70,8	86,0	58,1	51,0	3,2	19,4	76,5	46,8	54,7	47,6	48,5	4,7	3627
Ouro Velho	29,6	50,0	35,1	99,2	33,5	45,0	4,3	22,9	74,7	36,3	97,4	47,0	52,4	4,3	2928
Parari	24,1	49,8	77,2	99,7	84,6	52,0	3,7	20,9	62,7	43,3	35,5	32,1	40,4	4,5	1256
Passagem	32,5	58,8	20,3	61,5	33,5	43,6	3,4	29,2	63,5	43,2	42,0	45,5	45,5	3,8	2233
Patos	24,9	39,6	8,0	15,9	15,3	26,5	5,0	18,5	65,9	5,1	12,6	32,0	34,3	4,7	100674
Paulista	41,9	58,7	65,7	87,2	74,5	58,0	3,0	32,2	51,6	51,0	55,2	5,5	41,0	3,5	11788
Pedra Branca	31,1	64,4	46,7	96,2	54,7	53,4	3,8	25,6	66,1	24,8	18,4	50,1	41,1	4,1	3721
Pedra Lavrada	35,6	62,6	65,5	50,2	64,5	52,3	3,2	27,8	74,9	56,0	51,2	34,4	50,3	3,9	7475
Pedras de Fogo	44,9	60,8	55,1	94,8	44,5	56,7	2,8	30,3	69,3	51,1	71,4	57,3	52,9	3,7	27032
Pedro Régis	52,2	63,3	74,0	99,2	84,5	66,2	2,0	42,9	73,2	40,3	98,5	31,6	58,0	2,6	5765
Piancó	35,9	55,7	37,2	79,8	52,6	49,1	4,0	29,3	76,3	27,1	45,3	69,7	50,8	3,8	15465
Picuí	35,0	56,9	45,0	52,6	44,9	46,5	3,5	24,7	62,9	31,1	33,7	31,0	40,2	4,2	18222
Pilar	40,1	58,6	44,8	97,2	43,4	53,4	3,2	31,6	67,1	34,1	82,9	26,1	49,2	3,6	11191
Pilões	45,9	64,1	67,1	89,8	73,2	61,6	2,2	36,2	72,7	56,6	87,8	29,9	56,0	3,2	6978
Pilõeszinhos	50,3	61,7	67,7	96,5	68,9	62,6	2,2	33,2	74,9	42,2	55,9	49,5	52,6	3,4	5155
Pirpirituba	37,9	56,8	33,1	59,6	35,2	46,0	3,7	29,9	73,3	21,9	48,0	41,5	47,2	3,7	10326
Pitimbu	38,5	64,0	32,6	98,8	74,0	56,3	3,2	27,6	70,4	36,4	82,2	22,9	48,8	3,9	17024
Pocinhos	34,1	60,2	57,8	79,4	52,3	52,1	3,4	25,2	79,2	41,3	58,4	42,3	50,8	4,1	17032
Poço Dantas	53,5	74,1	66,4	99,4	92,1	70,4	1,9	36,5	68,8	36,8	82,0	40,1	52,9	3,2	3751
Poço de José de Moura	36,9	53,0	72,4	78,8	72,1	53,8	3,1	27,0	76,3	52,6	59,1	48,8	52,3	4,0	3978

Tabela 5C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARAÍBA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Pombal	31,8	48,1	29,5	72,5	32,6	41,6	3,9	26,1	63,0	20,7	31,8	51,6	41,3	4,1	32110
Prata	35,1	55,1	47,0	99,7	41,2	50,7	3,2	23,5	61,1	35,5	98,6	21,5	45,6	4,3	3854
Princesa Isabel	32,8	49,5	36,0	66,3	45,0	43,6	4,0	25,3	64,9	26,0	34,8	36,5	41,3	4,1	21283
Puxinanã	28,1	61,5	69,9	90,2	61,1	53,7	3,5	21,6	63,6	40,2	23,3	26,4	38,9	4,5	12923
Queimadas	32,3	56,2	42,6	75,7	61,5	48,9	3,2	22,6	66,6	27,3	51,0	33,4	42,4	4,4	41049
Quixabá	34,4	65,6	64,9	67,2	71,6	55,3	2,9	26,2	64,9	58,1	58,8	30,8	47,0	4,1	1699
Remígio	38,7	54,7	36,7	54,0	38,9	45,7	3,3	30,7	65,4	23,1	41,4	58,4	45,7	3,7	17581
Riachão	45,0	63,9	57,9	91,7	95,4	62,4	2,3	31,5	65,1	31,0	73,1	22,6	46,8	3,6	3266
Riachão do Bacamarte	43,4	53,6	54,0	85,2	71,6	55,0	2,9	35,8	79,2	53,9	79,4	41,5	58,0	3,2	4264
Riachão do Poço	44,3	62,2	81,6	99,8	88,1	64,2	2,5	33,6	68,1	72,0	80,9	34,5	54,8	3,4	4164
Riacho de Santo Antônio	37,4	61,4	59,2	98,3	48,8	55,5	3,1	24,6	74,3	39,1	56,8	75,6	51,5	4,2	1722
Riacho dos Cavalos	42,9	63,6	65,9	73,2	70,8	58,3	2,4	32,6	65,2	50,1	43,4	30,9	46,8	3,5	8314
Rio Tinto	33,7	52,0	33,8	72,1	52,6	45,8	3,8	26,6	74,1	50,3	71,3	54,9	53,0	4,0	22976
Salgadinho	41,5	59,7	54,4	96,3	95,1	59,8	2,8	33,0	66,0	71,9	78,3	41,8	54,2	3,5	3508
Salgado de São Félix	43,8	61,9	59,5	99,5	98,9	62,6	3,0	36,9	72,9	49,6	96,6	72,0	60,2	3,1	11976
Santa Cecília	50,3	73,0	99,9	99,2	85,5	71,8	1,8	35,6	73,4	100,0	92,8	52,0	63,1	3,2	6658
Santa Cruz	30,4	59,1	40,3	92,1	54,8	50,2	3,9	28,2	76,5	26,6	70,4	73,5	53,4	3,9	6471
Santa Helena	35,1	55,1	50,9	93,2	47,0	50,9	3,4	26,1	60,2	41,6	72,0	34,8	45,3	4,1	5369
Santa Inês	44,6	76,6	67,7	99,6	78,7	67,1	2,4	32,2	65,4	57,8	91,9	39,9	53,5	3,5	3539
Santa Luzia	26,2	45,9	32,9	35,1	18,0	34,0	4,7	20,0	79,2	10,8	12,4	60,8	42,6	4,6	14719
Santa Rita	29,3	48,4	24,6	74,4	16,9	39,1	4,2	20,6	60,1	17,9	77,9	9,9	39,2	4,5	120310
Santa Teresinha	35,8	67,0	64,9	69,2	68,2	56,2	3,1	27,1	61,4	49,1	6,5	9,5	37,7	4,0	4581
Santana de Mangueira	46,1	71,6	72,8	99,7	85,7	67,0	2,5	36,3	69,8	53,6	91,6	48,8	56,8	3,2	5331
Santana dos Garrotes	35,8	61,1	53,4	98,0	71,4	56,2	3,4	35,2	79,6	41,0	84,1	54,5	58,2	3,3	7266
Santarém	37,4	71,5	27,3	99,6	69,3	57,7	3,2	35,9	64,6	21,5	99,2	61,1	53,3	3,2	2615

Tabela 5C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARAÍBA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Santo André	29,5	55,9	100,0	95,6	81,4	57,8	3,5	27,2	66,0	100,0	89,2	28,1	55,0	4,0	2638
São Bentinho	34,6	62,1	41,6	91,6	42,4	51,7	2,7	32,8	63,2	32,8	55,5	66,1	48,8	3,5	4138
São Bento	38,5	46,4	31,1	40,7	26,2	39,6	3,1	33,6	69,4	15,9	38,0	32,9	44,7	3,4	30879
São Domingos de Pombal	41,0	64,4	64,4	89,7	66,5	59,1	2,3	38,6	65,2	63,8	67,1	15,4	51,4	3,0	2855
São Domingos do Cariri	27,6	36,9	58,5	69,4	80,7	43,3	3,4	23,8	67,8	44,1	61,5	65,6	49,1	4,3	2420
São Francisco	35,6	64,5	53,1	99,9	70,5	57,4	2,9	31,5	55,9	22,5	84,7	49,5	46,3	3,6	3364
São João do Cariri	24,7	43,2	61,5	73,4	60,2	43,3	3,7	18,7	64,8	38,8	39,2	46,5	41,6	4,7	4344
São João do Rio do Peixe	34,2	61,5	57,2	82,0	73,1	54,7	3,6	27,8	60,1	48,6	61,5	38,4	45,8	3,9	18201
São João do Tigre	46,8	63,5	75,5	83,0	82,5	62,7	2,5	35,8	64,5	86,9	56,2	48,9	54,5	3,2	4396
São José da Lagoa Tapada	49,6	69,7	49,8	89,7	77,8	63,4	2,6	42,4	74,5	44,8	75,8	55,8	58,6	2,7	7564
São José de Caiana	42,6	69,1	68,1	99,6	85,9	64,4	2,5	32,2	72,1	54,2	98,9	60,0	58,0	3,5	6010
São José de Espinharas	34,2	64,1	70,8	86,9	98,9	59,9	3,2	32,0	68,6	62,9	63,7	53,0	53,3	3,6	4760
São José de Piranhas	35,2	56,3	52,1	68,7	64,7	50,5	3,2	25,0	68,1	37,8	36,4	63,4	46,1	4,2	19096
São José de Princesa	35,7	63,9	100,0	99,8	92,6	64,2	3,1	31,1	63,1	84,0	98,8	42,3	56,0	3,6	4219
São José do Bonfim	38,7	63,1	71,0	94,9	67,0	59,1	3,0	26,6	70,0	52,2	20,4	83,3	48,9	4,0	3233
São José do Brejo do Cruz	39,7	61,5	99,7	76,6	68,7	60,1	3,1	27,9	68,6	100,0	83,3	52,0	57,7	3,9	1684
São José do Sabugi	30,0	49,9	59,3	58,1	46,1	44,4	3,9	27,2	71,8	33,4	14,3	42,9	43,5	4,0	4010
São José dos Cordeiros	30,5	56,4	68,2	95,9	69,4	53,9	2,8	22,6	59,8	56,5	32,4	30,7	40,9	4,4	3985
São José dos Ramos	53,0	66,9	98,1	99,5	70,7	69,1	2,4	38,4	71,0	67,1	94,7	57,7	60,5	3,0	5508
São Mamede	29,6	52,7	58,2	35,4	36,9	42,0	4,0	24,8	76,6	22,6	24,7	55,3	45,4	4,2	7748
São Miguel de Taipu	46,4	61,3	64,2	94,1	57,0	59,4	2,5	40,9	60,8	50,7	62,3	22,3	49,5	2,8	6696
São Sebastião de Lagoa de Roça	35,1	53,0	76,9	83,1	82,3	55,0	3,2	26,0	79,9	56,4	65,8	59,5	55,3	4,1	11041
São Sebastião do Umbuzeiro	40,2	47,5	40,5	41,2	40,3	42,9	3,2	25,1	67,3	33,2	61,9	69,3	48,6	4,2	3235
Sapé	39,8	62,1	35,6	84,4	40,4	51,9	3,1	30,8	67,7	35,3	70,9	33,5	48,6	3,7	50143
Seridó	34,7	68,8	81,6	95,9	70,4	61,2	2,7	22,9	71,5	55,0	96,9	21,2	50,9	4,3	10230

Tabela 5C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARAÍBA

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Serra Branca	27,0	47,9	99,9	92,0	50,6	50,9	3,8	19,9	75,7	27,9	73,2	59,4	49,4	4,6	12973
Serra da Raiz	40,4	64,8	43,0	91,7	61,7	56,5	3,3	31,8	61,6	22,5	90,2	31,0	47,3	3,6	3204
Serra Grande	41,3	50,6	58,3	86,6	90,6	55,5	2,5	30,8	68,3	39,1	52,2	28,1	46,8	3,7	2975
Serra Redonda	40,0	49,6	59,8	73,6	62,2	51,0	3,0	31,9	69,9	46,4	67,8	43,1	51,5	3,6	7050
Serraria	44,7	63,5	59,5	90,8	73,5	60,3	2,4	41,2	65,9	43,3	68,8	41,7	53,0	2,8	6238
Sertãozinho	36,2	58,6	40,7	86,6	39,3	50,1	3,5	28,4	76,4	36,3	43,5	45,5	49,2	3,9	4395
Sobrado	44,8	62,8	99,8	99,2	86,7	66,4	2,8	33,3	66,9	68,0	98,7	23,7	54,7	3,4	7373
Solânea	42,9	56,3	40,1	92,4	47,0	52,9	3,2	31,2	74,0	27,0	77,4	81,4	55,1	3,6	26693
Soledade	27,5	52,5	72,3	44,0	32,6	43,1	3,6	20,1	68,4	28,6	40,5	29,3	40,9	4,6	13739
Sossêgo	44,3	65,6	100,0	97,8	51,9	63,9	3,0	31,3	64,4	100,0	70,3	26,4	53,8	3,6	3169
Sousa	28,2	46,2	21,7	41,2	33,6	35,7	4,4	22,5	75,1	10,9	28,0	48,5	42,6	4,4	65803
Sumé	30,1	54,2	38,3	94,7	32,1	46,4	3,8	25,5	56,0	25,7	73,3	17,4	40,5	4,1	16060
Taperoá	34,1	61,6	46,2	44,8	43,7	47,0	3,2	28,2	62,8	37,8	87,1	23,7	47,1	3,9	14936
Tavares	39,7	65,2	55,0	85,0	68,4	57,6	2,6	31,0	70,1	46,5	68,9	46,2	51,6	3,6	14103
Teixeira	31,4	58,2	51,1	98,3	51,3	51,7	3,5	24,0	67,5	34,0	63,2	36,9	45,6	4,3	14153
Tenório	39,0	54,8	99,5	97,8	75,1	60,3	3,0	29,1	68,8	99,9	97,2	39,4	58,5	3,8	2813
Triunfo	37,8	60,9	54,8	94,6	73,1	56,8	3,0	28,5	68,5	39,8	69,3	54,3	50,3	3,9	9220
Uiraúna	34,3	56,0	38,1	69,1	50,7	47,4	3,8	26,7	62,3	22,0	38,3	27,3	39,9	4,0	14584
Umbuzeiro	47,8	69,6	68,3	79,9	71,7	63,1	2,6	35,2	59,6	80,7	63,9	51,9	53,0	3,3	9298
Várzea	16,0	53,9	33,7	51,1	32,0	36,2	5,0	13,3	73,4	26,1	28,6	25,9	38,4	5,2	2504
Vieirópolis	42,9	70,2	65,9	90,7	88,7	64,0	2,6	37,9	45,3	35,2	97,6	60,9	48,6	3,0	5045
Vista Serrana	32,9	35,2	84,2	89,8	72,5	48,6	3,4	25,6	68,6	51,2	52,7	50,2	48,4	4,1	3512
Zabelê	37,0	48,6	38,5	42,8	51,5	43,1	3,8	23,0	68,0	24,7	36,3	25,8	40,6	4,3	2075

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 6C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PERNAMBUCO

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Abreu e Lima	14,3	38,3	11,0	67,3	17,7	28,2	5,7	10,2	52,5	8,5	55,1	5,9	29,1	,	94429
Afogados da Ingazeira	29,5	48,4	29,7	39,3	35,2	37,7	4,5	23,1	63,7	18,7	22,6	21,2	36,6	4,3	35088
Afrânio	35,7	63,9	68,8	95,6	82,0	59,5	2,7	25,8	73,1	58,3	64,5	65,4	53,4	4,1	17586
Agrestina	43,0	50,5	34,7	46,8	42,0	45,1	3,2	32,4	68,2	18,7	29,8	16,6	41,8	3,5	22679
Água Preta	39,6	68,5	53,4	78,4	54,7	56,6	3,2	30,7	81,6	40,8	49,7	42,6	52,6	3,7	33095
Águas Belas	51,6	67,2	48,6	84,1	62,7	61,2	2,7	40,3	76,7	37,1	60,8	43,1	55,1	2,8	40235
Alagoinha	35,4	52,3	69,0	68,2	49,9	49,6	3,5	26,6	68,7	62,6	46,5	33,5	47,8	4,0	13759
Aliança	36,6	65,4	36,5	85,3	66,4	54,5	3,5	27,2	72,3	17,5	42,7	20,1	43,0	4,0	37415
Altinho	43,9	56,8	52,4	58,1	57,9	52,1	3,1	34,6	68,2	38,4	35,4	40,9	47,4	3,3	22353
Amaraji	37,4	61,1	46,2	64,8	57,7	51,3	3,3	30,9	72,7	29,0	41,1	30,0	46,3	3,6	21939
Angelim	39,0	61,5	47,9	61,3	48,8	51,0	3,3	33,4	72,1	34,7	41,3	37,8	48,3	3,4	10202
Araçoiaba	37,5	62,6	43,8	95,6	43,1	53,6	3,4	24,0	73,6	42,4	90,1	34,1	51,2	4,2	18156
Araripina	34,6	57,7	58,9	69,6	59,2	51,1	3,5	25,3	69,0	44,5	38,6	38,9	45,2	4,1	77302
Arcoverde	24,1	39,1	17,9	19,9	23,9	28,2	5,2	17,6	56,5	12,4	10,2	10,3	29,2	4,8	68793
Barra de Guabiraba	45,9	60,2	24,2	63,4	38,2	49,8	2,8	34,8	75,6	13,7	24,5	10,0	43,6	3,3	12776
Barreiros	30,8	58,0	27,4	76,3	33,6	45,0	4,2	23,6	73,9	29,1	51,7	26,6	45,0	4,3	40732
Belém de Maria	42,0	65,9	56,9	73,4	45,6	55,6	3,2	32,5	75,9	47,2	53,6	28,8	51,1	3,5	11353
Belém de São Francisco	33,0	54,9	44,7	80,5	59,9	49,3	4,1	21,7	73,4	34,9	36,3	45,3	44,8	4,4	20253
Belo Jardim	35,5	48,0	26,1	42,8	38,2	39,9	3,9	24,8	58,6	11,8	24,8	12,8	34,2	4,2	72432
Betânia	38,5	66,9	76,0	88,2	80,3	61,4	3,1	33,2	74,3	41,7	54,6	67,0	53,8	3,4	12003
Bezerros	37,0	47,2	29,2	41,5	26,8	39,3	3,6	28,1	60,4	18,2	24,1	15,4	36,8	3,9	58668
Bodocó	39,9	66,5	63,7	88,8	73,3	59,8	3,1	29,9	76,8	56,4	58,4	58,8	54,7	3,7	35158
Bom Conselho	42,3	59,7	52,1	55,4	50,1	51,5	3,4	34,2	73,8	36,8	36,1	29,8	48,1	3,4	45503
Bom Jardim	38,1	60,5	63,5	89,8	78,9	57,7	3,5	30,1	71,4	40,9	76,8	59,7	53,3	3,7	37826
Bonito	40,9	58,5	40,0	52,1	40,7	48,1	3,2	31,6	74,3	24,9	27,8	22,3	44,6	3,6	37566

Tabela 6C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PERNAMBUCO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Brejão	42,6	64,4	56,0	92,5	65,5	58,9	3,0	32,0	74,5	46,0	65,9	55,2	54,0	3,6	8844
Brejinho	35,6	66,8	69,2	70,5	70,0	56,8	3,1	25,4	68,6	51,4	44,8	37,0	46,3	4,1	7307
Brejo da Madre de Deus	45,7	47,4	36,9	54,7	56,8	47,3	3,0	32,3	68,1	46,4	37,7	22,3	46,0	3,5	45180
Buenos Aires	35,2	62,2	42,9	92,2	61,1	53,8	3,6	28,1	71,1	24,7	84,0	36,6	49,4	3,9	12537
Buíque	52,0	69,4	74,1	81,7	77,3	65,8	2,5	40,2	81,8	62,1	56,6	55,0	60,1	2,8	52105
Cabo de Santo Agostinho	20,5	45,5	18,3	61,2	14,3	32,7	5,2	13,0	53,9	13,6	48,1	7,7	30,6	5,2	185025
Cabrobó	32,5	53,7	32,9	50,0	48,4	43,2	3,9	23,7	73,3	21,0	19,6	36,3	41,5	4,3	30873
Cachoeirinha	39,8	39,6	39,0	41,5	33,4	39,2	3,5	32,1	64,0	32,8	23,5	19,4	41,3	3,5	18819
Caetés	50,3	70,1	85,8	91,7	79,3	67,9	2,5	38,6	77,8	76,4	70,4	68,2	62,3	3,0	26577
Calçado	41,4	56,2	71,7	72,4	72,0	55,8	3,4	32,4	78,1	58,1	54,6	49,4	54,9	3,5	11125
Calumbi	40,5	68,0	55,3	73,5	88,3	59,5	3,0	32,6	65,9	24,3	44,3	68,0	47,8	3,5	5648
Camagibe	15,7	37,8	30,1	79,8	15,4	31,7	5,6	11,1	50,6	18,2	58,7	5,2	30,2	5,4	144466
Camocim de São Félix	39,8	49,7	50,7	61,5	28,3	45,6	3,2	32,0	69,9	15,9	22,5	10,4	40,6	3,6	17104
Camutanga	34,5	63,2	41,1	76,1	49,2	50,9	3,8	26,9	68,7	12,9	68,9	27,8	44,5	4,0	8156
Canhotinho	45,1	61,4	54,1	54,4	59,3	54,0	3,0	36,2	77,0	43,2	38,4	39,8	51,8	3,2	24521
Capoeiras	43,9	61,2	73,3	77,5	74,8	59,3	3,1	31,9	75,7	67,3	59,8	62,2	56,6	3,6	19593
Carnaíba	37,7	61,1	60,1	62,3	70,4	53,8	3,7	27,1	72,1	52,8	47,2	48,5	49,6	4,0	18574
Carnaubeira da Penha	42,8	80,3	88,2	99,7	88,9	70,8	2,6	27,5	80,9	81,3	57,5	83,1	60,0	3,9	11782
Carpina	23,0	46,3	16,5	96,4	24,2	38,3	5,0	16,1	56,9	17,9	84,5	15,5	37,7	4,9	74858
Caruaru	22,6	30,5	16,6	26,5	21,8	25,1	5,1	15,6	44,1	11,2	16,8	4,5	24,2	5,0	314912
Casinhas	42,8	61,1	93,2	95,0	91,7	64,4	2,9	31,4	74,6	79,3	86,8	79,3	61,7	3,6	13766
Catende	33,9	55,3	25,8	42,4	34,3	41,5	4,1	26,8	73,4	21,4	29,7	25,2	42,7	4,0	37820
Cedro	33,7	61,1	42,5	59,1	65,1	49,7	3,7	22,3	73,0	37,9	36,9	37,8	44,6	4,4	10778
Chã de Alegria	36,5	69,7	55,7	74,2	53,6	55,6	3,6	24,7	72,9	33,7	79,8	19,2	47,8	4,2	12404
Chã Grande	41,4	49,7	55,2	76,3	57,9	50,9	3,2	30,8	68,8	44,2	51,5	33,5	47,9	3,7	20137

Tabela 6C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PERNAMBUCO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Condado	32,7	62,3	52,0	95,7	38,6	52,2	4,1	27,2	70,2	54,2	96,1	6,2	50,4	4,0	24282
Correntes	42,2	63,3	42,4	62,2	51,9	52,6	3,2	32,5	74,2	38,7	46,9	36,2	49,6	3,5	17419
Cortês	36,1	67,0	26,0	48,1	59,5	49,2	3,1	28,9	76,9	26,5	41,2	23,1	46,2	3,8	12452
Cumaru	40,7	73,3	96,5	77,8	79,0	65,3	3,1	32,1	69,1	68,6	77,2	53,3	55,5	3,5	17183
Cupira	42,4	53,5	20,7	30,3	21,1	40,8	3,2	30,7	64,7	15,1	17,5	9,6	37,7	3,7	23390
Custódia	36,7	54,0	47,1	54,9	68,3	48,6	3,5	27,2	61,6	47,8	39,9	48,0	44,6	4,0	33855
Dormentes	38,1	66,2	68,3	98,2	83,4	61,5	3,0	26,2	71,4	51,8	9,3	72,0	47,1	4,1	16917
Escada	30,3	55,0	37,4	57,2	34,8	42,9	4,1	21,7	65,7	18,7	59,9	23,5	41,0	4,4	63517
Exu	37,9	71,3	68,2	87,9	70,4	60,9	3,4	25,2	77,6	60,8	77,3	50,9	55,1	4,1	31636
Feira Nova	39,1	56,3	48,9	92,3	48,1	52,5	3,2	29,3	67,6	34,9	77,6	19,4	47,5	3,8	20571
Fernando de Noronha	6,9	3,6	14,8	6,6	0,2	5,9	7,2	,0	9,0	3,8	17,8	,0	5,4	6,3	2630
Ferreiros	34,3	60,8	47,7	57,6	34,9	47,5	3,8	28,4	67,4	18,0	47,9	17,9	42,1	3,9	11430
Flores	38,2	61,6	64,9	85,7	70,1	57,1	3,2	32,9	69,8	55,5	56,3	56,5	52,8	3,5	22169
Floresta	24,2	54,1	40,1	51,6	43,2	40,9	4,7	18,4	67,5	34,6	46,4	35,8	41,8	4,7	29285
Frei Miguelinho	42,5	52,7	99,8	98,0	75,2	60,9	2,8	31,5	63,8	67,1	84,9	47,9	53,6	3,6	14293
Gameleira	37,8	65,9	40,8	67,0	52,9	52,4	3,3	26,7	78,1	41,8	40,8	34,8	48,5	4,0	27912
Garanhuns	24,3	41,1	19,2	75,5	15,3	34,2	5,1	17,6	56,4	16,6	45,1	10,9	33,4	4,8	129408
Glória do Goitá	39,2	60,7	55,0	70,0	51,5	52,7	3,5	30,0	74,6	49,9	62,4	37,6	51,8	3,7	29019
Goiana	25,1	49,2	38,3	79,1	25,9	40,7	4,7	18,6	62,9	33,4	64,4	15,0	40,1	4,7	75644
Granito	38,8	69,4	59,4	86,6	75,4	60,0	3,1	27,1	74,0	44,1	66,3	49,9	51,5	4,0	6855
Gravatá	31,9	44,3	23,1	35,9	33,6	35,9	4,1	22,3	58,6	15,5	31,8	15,2	34,7	4,4	76458
Iati	50,5	72,1	60,1	86,3	68,6	64,5	2,4	39,4	78,2	49,5	54,3	49,5	56,5	2,9	18360
Ibimirim	42,3	67,4	41,0	81,5	83,9	58,8	3,0	32,0	78,1	40,0	59,1	34,9	52,1	3,6	26954
Ibirajuba	45,1	60,8	61,7	71,3	66,7	57,0	3,1	35,4	72,0	52,0	48,0	41,5	51,8	3,3	7534
Igarassu	20,3	47,0	26,1	90,8	21,7	37,8	5,1	14,2	57,7	19,4	79,3	14,5	36,8	5,1	102021

Tabela 6C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PERNAMBUCO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Iguaraci	35,0	60,6	56,1	88,5	65,9	54,6	3,5	28,5	68,8	46,6	54,1	49,0	49,0	3,9	11779
Ilha de Itamaracá	19,5	42,0	31,5	97,6	66,5	41,1	5,3	15,3	65,1	24,4	79,2	30,0	41,7	5,0	21884
Inajá	45,1	69,6	51,9	90,1	76,9	62,0	3,1	36,0	83,1	56,5	70,0	60,6	60,4	3,2	19081
Ingazeira	33,1	55,7	62,5	65,7	71,6	51,0	3,9	26,9	70,5	48,0	45,5	53,9	48,7	4,0	4496
Ipojuca	30,0	52,8	48,8	75,5	30,1	44,8	4,0	20,6	62,0	38,8	45,4	15,9	39,2	4,5	80637
Ipubi	42,1	66,5	86,5	97,1	56,9	62,4	3,1	30,2	76,9	56,4	72,6	38,7	54,5	3,7	28120
Itacuruba	25,9	55,2	14,1	21,0	26,5	34,5	4,5	21,6	67,2	15,3	10,4	14,5	35,1	4,5	4369
Itaíba	50,7	65,2	67,4	83,8	77,4	63,4	2,3	39,7	78,9	47,6	57,6	55,1	57,5	2,9	26256
Itambé	40,0	64,0	39,7	99,0	31,1	53,8	3,3	30,5	72,1	16,7	80,7	11,5	47,2	3,7	35398
Itapetim	30,1	54,8	54,8	75,0	58,5	48,6	3,8	25,7	62,4	40,5	37,4	34,8	42,1	4,1	13881
Itapissuma	25,9	49,4	5,6	10,7	8,0	28,8	4,5	18,5	70,0	12,3	74,2	6,8	40,7	4,7	23769
Itaquitinga	34,6	64,3	38,6	98,6	66,5	55,0	3,9	27,7	70,1	24,3	89,8	13,2	47,4	3,9	15692
Jaboatão dos Guararapes	13,2	34,0	21,1	58,4	28,2	27,4	6,2	9,1	48,0	21,4	52,8	6,0	28,3	5,5	644620
Jaqueira	39,9	71,2	50,2	77,1	59,5	57,6	3,1	32,7	80,2	46,6	61,4	43,2	54,7	3,5	11501
Jataúba	46,7	57,9	77,3	59,1	66,0	56,9	2,8	34,3	70,6	74,4	27,5	49,4	51,9	3,4	15819
Jatobá	24,1	55,3	18,8	44,5	34,8	37,6	4,6	22,7	62,1	22,2	24,2	32,3	37,4	4,4	13963
João Alfredo	44,1	55,4	69,7	80,2	68,5	56,7	2,9	35,7	66,0	42,1	81,6	54,6	53,5	3,2	30743
Joaquim Nabuco	38,1	65,7	45,2	70,4	48,7	52,9	3,3	29,7	71,7	36,2	44,3	28,5	46,5	3,8	15773
Jucati	43,7	68,7	84,4	70,0	59,9	60,9	2,9	32,7	77,6	63,7	45,7	52,8	54,8	3,5	10604
Jupi	40,5	57,5	81,0	68,9	53,5	54,9	3,2	32,2	72,1	76,6	45,1	33,5	52,3	3,5	13705
Jurema	49,5	62,5	45,8	50,2	49,0	53,7	2,4	38,0	76,1	32,9	28,2	33,0	49,3	3,0	14541
Lagoa do Carro	30,4	51,3	47,0	97,2	45,1	47,8	4,0	23,7	68,8	30,3	84,6	18,1	46,1	4,3	16007
Lagoa do Itaenga	34,3	59,7	37,7	94,6	36,3	50,1	3,5	26,9	72,9	47,3	89,6	25,6	51,6	4,0	20659
Lagoa do Ouro	44,9	69,6	40,5	70,9	67,6	57,9	2,8	40,1	77,1	11,9	43,7	45,4	51,0	2,8	12132
Lagoa dos Gatos	51,9	64,0	53,9	71,6	63,4	59,4	2,6	39,1	73,4	46,5	45,1	41,7	52,7	2,9	15615

Tabela 6C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PERNAMBUCO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Lagoa Grande	34,1	56,4	31,7	94,9	48,4	49,3	3,5	24,4	73,9	24,0	54,2	33,0	45,6	4,2	22760
Lajedo	32,8	48,4	31,0	46,9	27,7	39,1	3,7	26,2	64,4	22,1	33,4	17,9	39,2	4,1	36628
Limoeiro	26,5	48,1	37,1	75,7	36,5	41,2	4,7	20,0	56,7	31,4	53,3	15,9	37,2	4,6	55439
Macaparana	38,7	62,8	30,2	50,8	49,6	48,5	3,7	31,6	70,9	16,2	36,2	30,0	44,1	3,6	23925
Machados	40,4	56,2	40,3	98,0	74,9	55,1	3,2	29,4	70,8	32,2	76,1	41,4	50,2	3,8	13596
Manari	57,0	82,5	99,6	99,4	97,5	78,5	1,7	39,9	83,1	71,9	92,7	69,8	66,6	2,9	18083
Maraial	42,8	73,0	53,9	85,7	63,5	60,9	2,7	35,1	81,4	41,4	71,9	29,6	55,3	3,3	12230
Mirandiba	33,4	68,7	43,8	68,2	65,8	53,4	3,9	23,7	79,1	37,1	30,8	42,3	46,9	4,3	14308
Moreilândia	34,1	67,7	60,3	95,8	63,2	57,7	3,7	25,1	77,7	37,7	85,8	43,0	52,8	4,2	11132
Moreno	23,2	50,6	24,4	78,9	34,3	39,8	4,7	16,8	64,7	17,4	45,6	21,6	37,1	4,9	56696
Nazaré da Mata	24,2	50,6	20,7	33,6	26,1	34,2	4,7	19,2	62,3	18,1	21,2	14,2	33,9	4,7	30796
Olinda	9,9	29,0	6,4	46,9	13,1	20,4	6,9	7,0	41,9	6,8	41,6	3,6	22,5	5,7	377779
Orobó	39,2	59,7	69,1	89,5	74,8	58,0	3,3	29,4	73,3	54,4	77,5	51,4	54,4	3,8	22878
Orocó	34,6	56,7	33,9	74,2	72,0	49,8	3,8	24,0	81,4	16,3	51,4	50,4	48,5	4,3	13180
Ouricuri	39,1	63,7	58,1	69,3	70,7	55,7	3,2	28,8	75,0	41,7	20,8	54,4	47,8	3,8	64358
Palmares	27,8	47,1	24,8	41,1	30,0	35,8	4,5	21,5	66,4	18,5	38,4	19,7	38,5	4,5	59526
Palmeirina	44,0	57,6	54,6	79,8	64,1	55,4	3,2	33,1	73,9	42,6	41,5	30,5	49,0	3,5	8189
Panelas	49,6	60,4	64,4	67,5	70,3	58,7	2,6	38,0	73,7	46,7	34,1	38,4	51,0	3,0	25645
Paranatama	44,7	56,2	79,8	99,8	83,7	61,7	2,5	37,1	76,8	66,9	94,8	66,0	62,8	3,1	11001
Parnamirim	29,6	60,1	58,9	65,7	73,6	51,1	3,7	24,8	74,0	44,2	43,6	60,4	49,2	4,2	20224
Passira	39,6	57,2	63,8	97,5	61,8	56,4	3,2	32,2	71,2	41,3	81,8	41,4	52,8	3,5	28628
Paudalho	28,7	58,0	37,3	89,9	46,6	47,9	4,1	21,2	69,1	33,6	66,8	35,3	45,3	4,5	51357
Paulista	8,4	27,0	7,6	32,1	19,9	18,3	6,9	6,2	42,2	9,8	38,2	9,0	22,8	5,8	300466
Pedra	42,3	62,4	58,1	65,0	67,5	55,6	3,2	33,0	76,3	43,5	49,1	45,5	52,1	3,5	20944
Pesqueira	32,0	50,9	45,0	55,4	45,2	43,6	4,2	25,4	66,8	30,6	30,9	27,3	41,2	4,1	62931

Tabela 6C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PERNAMBUCO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Petrolândia	24,3	50,9	16,6	38,9	28,9	34,7	4,5	18,3	67,1	10,2	25,9	27,7	36,2	4,7	32492
Petrolina	17,7	39,0	13,6	28,1	29,0	26,8	5,5	12,1	51,4	8,0	24,0	11,3	26,6	5,3	293962
Poção	44,3	58,2	71,7	78,4	59,1	57,0	2,9	34,0	72,0	58,9	47,6	36,2	51,5	3,4	11242
Pombos	37,4	53,0	53,4	57,9	52,7	48,1	3,2	28,7	67,7	36,5	28,8	34,5	43,7	3,8	24046
Primavera	32,7	58,9	65,2	66,7	52,2	50,6	3,4	28,2	68,9	44,0	50,8	32,1	46,8	3,9	13439
Quipapá	48,1	65,3	42,7	62,2	48,9	55,1	2,8	36,5	79,7	38,5	43,4	40,9	52,9	3,2	24186
Quixaba	36,0	68,9	69,9	94,9	79,4	61,2	3,2	28,2	74,6	56,5	61,7	57,5	53,6	3,9	6739
Recife	10,6	26,7	12,0	41,9	3,8	19,1	7,2	7,1	38,5	13,3	29,1	2,1	20,6	5,7	1537704
Riacho das Almas	44,3	54,0	76,1	72,0	70,8	56,3	3,2	34,5	64,0	50,8	45,3	46,8	48,8	3,3	19162
Ribeirão	33,5	55,1	30,9	48,6	33,1	42,3	3,9	23,3	69,0	24,7	31,0	19,9	39,9	4,3	44439
Rio Formoso	33,8	61,7	57,7	72,5	61,9	52,7	3,5	22,8	70,4	39,0	63,0	39,7	46,9	4,4	22151
Sairé	42,3	54,2	65,6	99,3	67,6	57,2	2,9	33,6	64,2	40,0	68,5	41,1	49,3	3,4	11240
Salgadinho	40,8	55,4	72,4	96,8	72,5	58,0	2,8	43,2	80,2	57,4	86,0	66,9	64,3	2,6	9312
Salgueiro	23,1	50,4	16,1	44,5	46,6	36,3	4,8	16,3	60,3	12,9	28,0	18,2	32,7	4,9	56629
Saloá	45,3	62,4	66,3	78,8	62,2	58,5	3,1	35,1	70,8	59,2	57,3	45,7	53,4	3,3	15309
Sanharó	36,9	50,3	42,3	78,2	53,9	48,0	3,7	25,8	71,0	20,0	46,2	29,0	43,4	4,1	21955
Santa Cruz	46,2	70,9	74,6	90,6	83,1	65,8	2,2	32,5	78,9	59,9	58,3	67,7	57,5	3,5	13594
Santa Cruz da Baixa Verde	29,8	59,1	93,8	76,3	70,0	55,3	3,9	26,0	68,9	50,5	44,0	47,1	47,4	4,1	11768
Santa Cruz do Capibaribe	25,6	21,9	30,7	21,0	19,4	23,8	4,2	16,0	40,8	20,8	11,4	4,3	23,7	4,9	87582
Santa Filomena	41,3	73,5	72,7	100,0	86,0	66,1	2,1	31,9	79,9	65,2	85,2	70,5	61,3	3,6	13371
Santa Maria da Boa Vista	30,2	54,7	21,9	77,9	69,7	46,5	3,9	21,2	77,0	24,2	49,3	63,8	47,8	4,5	39435
Santa Maria do Cambucá	45,9	65,9	90,7	90,5	82,9	65,6	2,6	35,4	65,9	68,1	73,4	57,4	55,5	3,3	13021
Santa Terezinha	33,6	62,9	54,2	58,8	56,2	50,7	3,8	24,7	69,8	32,3	39,7	36,2	43,9	4,2	10991
São Benedito do Sul	48,4	74,2	60,7	87,3	59,3	63,8	2,6	33,4	80,3	45,7	71,5	42,9	55,9	3,4	13941
São Bento do Una	39,6	57,5	45,1	62,0	49,9	49,7	3,4	29,6	72,9	43,1	47,0	40,7	49,0	3,8	53242

Tabela 6C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PERNAMBUCO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
São Caitano	42,6	56,6	39,5	64,4	40,6	49,3	3,3	29,4	65,3	34,2	45,3	23,6	54,9	3,8	35274
São João	40,3	63,5	52,7	95,3	66,2	57,8	2,9	32,8	75,6	45,8	70,9	51,9	46,2	3,5	21312
São Joaquim do Monte	47,6	57,0	43,6	51,0	43,7	50,5	2,7	35,1	74,4	26,1	28,4	24,4	48,2	3,3	20488
São José da Coroa Grande	33,5	60,0	49,4	32,9	54,7	46,3	4,1	23,6	72,8	29,6	94,6	16,1	48,8	4,3	18180
São José do Belmonte	35,7	62,2	53,3	80,2	59,2	53,6	3,5	28,2	70,9	40,8	56,4	43,7	39,7	3,9	32617
São José do Egito	29,1	53,5	39,4	56,5	47,1	43,2	4,3	22,1	64,9	30,5	29,7	33,1	37,2	4,4	31829
São Lourenço da Mata	22,8	47,4	36,8	71,4	29,2	38,6	4,9	16,0	60,4	24,6	60,4	17,5	49,4	4,9	102895
São Vicente Ferrer	41,8	59,3	54,3	70,0	58,0	53,7	3,2	30,7	76,6	41,9	41,5	34,6	35,2	3,7	17000
Serra Talhada	29,5	47,7	33,8	38,1	50,4	39,1	4,4	21,0	60,1	22,1	17,7	29,1	52,8	4,5	79232
Serrita	36,5	61,0	64,8	79,9	73,5	55,9	3,2	26,3	76,9	56,7	49,0	62,1	44,1	4,1	18331
Sertânia	33,6	54,6	55,4	65,3	55,0	48,5	4,0	27,2	67,0	41,8	31,4	37,9	47,2	4,0	33787
Sirinhaém	33,4	66,7	53,4	96,9	50,7	55,4	3,5	25,4	72,0	40,5	62,9	25,0	52,7	4,1	40296
Solidão	36,1	72,7	72,0	85,8	81,9	62,0	3,3	26,0	72,7	65,3	55,3	61,1	38,2	4,1	5744
Surubim	32,5	46,8	38,7	49,4	43,8	41,0	4,1	24,9	60,6	18,4	40,3	23,3	39,4	4,2	58515
Tabira	30,9	58,7	37,0	45,7	39,2	43,6	4,2	23,1	69,6	26,4	21,0	21,9	51,2	4,3	26427
Tacaimbó	44,1	58,3	64,2	57,1	56,8	53,7	2,9	36,8	73,3	49,4	36,8	39,7	54,9	3,1	12725
Tacaratu	35,9	61,2	58,9	91,8	70,7	56,2	3,7	25,1	76,4	60,7	75,1	57,5	48,5	4,2	22068
Tamandaré	36,9	61,9	51,0	97,0	54,6	55,0	3,3	23,0	73,0	39,6	79,0	27,6	39,1	4,3	20715
Taquaritinga do Norte	27,6	36,6	76,3	60,5	50,1	41,3	3,8	23,0	49,4	60,6	54,6	18,9	54,1	4,3	24903
Terezinha	45,8	72,9	78,2	79,3	74,0	64,7	2,7	37,2	76,0	58,0	32,4	55,7	43,4	3,1	6737
Terra Nova	28,1	51,2	22,4	65,0	61,1	42,4	4,1	20,9	73,4	22,5	42,2	39,9	36,8	4,5	9278
Timbaúba	28,7	54,7	32,2	58,4	47,3	43,0	4,3	21,4	65,9	19,3	31,1	11,2	26,8	4,5	53825
Toritama	34,6	17,1	25,4	17,2	7,2	23,2	3,6	20,6	42,9	21,5	19,6	3,2	46,5	4,5	35554
Tracunhaém	35,3	60,4	36,3	95,9	43,6	51,3	3,5	25,2	72,6	24,8	75,5	19,8	42,9	4,1	13055
Trindade	34,4	54,9	93,0	85,0	46,8	54,2	3,7	25,6	70,3	14,4	52,4	25,6	54,9	4,1	26116

Tabela 6C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PERNAMBUCO

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Triunfo	22,7	48,1	65,7	92,4	66,2	47,3	4,8	17,0	59,1	53,0	76,5	43,7	44,1	4,9	15006
Tupanatinga	52,2	73,0	68,4	83,6	77,6	66,8	2,2	38,4	81,0	56,6	56,9	62,0	59,3	3,0	24425
Tuparetama	30,9	56,2	26,0	62,9	27,6	42,3	4,3	21,4	58,8	21,7	36,9	20,7	36,1	4,5	7925
Venturosa	35,4	54,1	54,2	51,4	48,9	46,8	3,6	27,6	73,2	40,7	36,4	33,8	46,4	3,9	16052
Verdejante	33,1	60,5	38,3	79,4	83,2	52,6	3,8	26,4	70,7	28,7	47,2	61,0	47,4	4,0	9142
Vertente do Lério	44,2	66,7	96,1	98,8	85,0	66,9	2,6	33,2	72,3	97,9	83,5	58,1	61,2	3,4	7873
Vertentes	38,8	50,6	80,4	92,9	49,9	54,0	3,4	24,4	56,9	39,4	58,0	28,1	41,2	4,2	18222
Vicência	32,9	62,7	40,6	90,9	58,4	52,5	3,7	23,5	73,9	21,2	40,1	30,5	43,3	4,3	30732
Vitória de Santo Antão	27,5	48,1	27,0	32,8	20,5	34,6	4,5	21,8	60,9	20,8	34,4	12,4	35,8	4,4	129974
Xexéu	43,9	66,8	47,6	73,3	31,1	54,2	2,8	33,3	77,5	18,7	40,5	23,9	47,1	3,4	14093

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 7C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de ALAGOAS

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Água Branca	40,7	65,4	54,9	73,6	76,6	57,5	2,9	30,9	77,0	40,2	64,6	63,7	54,5	3,6	19377
Anadia	42,0	60,8	57,0	97,7	32,0	55,1	3,1	36,2	74,5	49,4	79,7	18,3	53,9	3,2	17424
Arapiraca	30,4	48,5	26,9	91,3	15,6	41,4	4,1	22,5	58,3	18,9	80,6	8,7	39,5	4,4	214006
Atalaia	43,5	64,6	58,5	88,0	53,8	58,1	3,0	33,6	77,4	28,1	73,4	23,3	51,6	3,4	44322
Barra de Santo Antônio	42,7	63,9	23,0	97,7	38,1	53,4	2,9	27,9	77,5	9,7	74,1	12,0	46,8	3,9	14230
Barra de São Miguel	36,2	43,9	15,6	24,1	18,4	33,9	3,3	23,7	62,3	12,6	42,8	5,3	36,4	4,3	7574
Batalha	42,4	61,1	30,4	93,7	46,9	53,5	2,7	30,8	73,3	29,3	74,6	36,4	50,6	3,7	17076
Belém	40,7	62,8	76,8	95,8	64,3	60,1	3,1	33,3	68,9	77,3	80,7	41,1	56,1	3,4	4551
Belo Monte	47,9	71,1	75,4	97,6	74,4	66,5	2,2	38,1	81,9	59,9	52,0	70,3	60,1	3,0	7030
Boca da Mata	36,5	63,1	43,0	39,1	26,4	45,9	3,2	27,3	72,2	27,5	29,8	14,4	42,2	4,0	25776
Branquinha	54,6	74,1	56,9	66,9	57,1	63,2	2,0	41,8	80,9	43,5	57,1	38,6	57,0	2,7	10583
Cacimbinhas	50,8	70,9	84,5	99,6	65,1	67,8	2,4	40,6	75,1	80,3	99,7	44,2	63,4	2,8	10195
Cajueiro	46,7	69,8	30,0	49,6	31,1	51,9	2,8	33,9	77,0	14,8	89,4	20,6	51,6	3,4	20409
Campestre	39,3	59,0	43,5	62,5	31,5	48,4	3,3	32,4	72,3	38,4	35,5	24,5	46,6	3,5	6598
Campo Alegre	40,5	71,4	30,1	90,8	18,8	53,6	3,0	27,4	80,3	39,1	76,5	3,3	50,1	4,0	50816
Campo Grande	53,0	75,0	50,5	97,7	61,0	65,8	1,9	39,3	83,0	15,5	91,3	48,3	58,4	2,9	9032
Canapi	52,6	76,5	88,7	99,7	81,1	72,3	2,0	40,4	81,8	73,5	91,0	65,9	66,0	2,8	17250
Capela	45,4	66,7	52,0	59,0	45,8	55,0	3,1	32,0	74,0	41,2	33,4	21,1	46,8	3,6	17077
Carneiros	39,4	60,3	64,1	99,4	55,8	57,1	2,8	30,0	79,9	40,3	99,7	43,4	57,1	3,7	8290
Chã Preta	44,6	70,4	67,1	59,2	57,7	58,7	2,8	35,5	75,8	39,5	92,7	37,3	56,2	3,3	7146
Coité do Noia	46,2	71,8	83,3	99,5	79,2	67,6	2,5	39,0	76,1	69,0	98,1	65,6	63,7	3,0	10926
Colônia Leopoldina	41,9	60,6	53,8	54,0	34,4	50,3	2,9	34,6	76,3	38,0	19,6	19,5	46,6	3,3	20019
Coqueiro Seco	35,7	58,5	21,2	97,4	25,5	47,7	3,8	28,2	67,6	14,3	84,3	12,4	45,0	3,9	5526
Coruripe	36,4	58,2	25,4	84,5	33,2	47,6	3,5	23,9	70,1	13,3	82,6	12,2	44,1	4,3	52130
Craíbas	50,9	67,2	40,6	99,0	60,8	61,5	2,3	39,7	80,0	36,9	91,7	50,4	59,9	2,9	22641

Tabela 7C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de ALAGOAS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Delmiro Gouveia	31,0	52,9	19,2	42,4	24,4	38,0	3,6	23,4	61,4	9,6	22,4	12,0	34,1	4,3	48096
Dois Riachos	49,3	61,3	78,8	99,4	61,8	63,0	2,4	39,1	80,2	65,9	99,1	47,0	63,3	2,9	10880
Estrela de Alagoas	49,1	72,1	81,7	98,4	80,6	68,6	2,2	40,5	77,2	66,9	92,8	75,8	64,8	2,8	17251
Feira Grande	49,7	68,2	75,6	99,3	83,8	67,2	2,6	38,8	81,1	65,7	91,9	67,4	64,6	3,0	21321
Feliz Deserto	42,9	66,7	7,4	98,4	18,4	51,1	3,1	33,5	75,8	67,5	98,5	11,1	56,7	3,4	4345
Flexeiras	46,5	67,9	56,3	81,2	44,5	58,5	2,7	32,2	77,2	42,9	25,8	36,9	48,8	3,5	12325
Girau do Ponciano	50,8	73,1	55,5	99,3	64,5	65,4	2,4	36,0	84,3	58,0	97,3	57,3	63,5	3,2	36600
Ibateguara	49,6	65,2	55,4	65,7	46,7	57,1	2,2	38,8	80,9	24,8	38,8	16,3	50,0	3,0	15149
Igaci	47,3	74,3	51,1	99,2	75,6	65,1	2,6	38,1	75,3	52,5	93,3	57,2	60,1	3,0	25188
Igreja Nova	48,7	70,7	51,4	95,5	81,0	64,5	2,7	37,0	80,2	28,4	91,9	60,6	59,1	3,1	23292
Inhapi	52,8	77,7	77,3	97,6	71,8	70,5	1,9	40,4	84,0	60,0	83,0	53,3	63,3	2,8	17898
Jacaré dos Homens	44,0	64,9	35,4	99,6	54,1	57,2	2,5	28,1	76,7	19,1	92,9	24,2	50,6	3,9	5413
Jacuípe	48,5	67,9	72,2	90,7	58,7	63,1	2,5	30,8	79,3	51,6	67,4	36,3	54,3	3,7	6997
Japaratinga	39,0	63,9	71,1	99,0	59,9	59,3	3,3	29,7	76,5	57,7	85,9	42,2	56,0	3,8	7754
Jaramataia	46,3	70,5	59,0	96,5	51,6	61,9	2,7	39,2	79,7	35,3	98,5	34,5	58,8	2,9	5558
Jequiá da Praia	ND	68,0	50,7	99,6	68,7	ND	2,7	28,1	80,0	28,6	97,6	23,2	53,2	3,9	12029
Joaquim Gomes	49,9	73,8	57,4	97,0	57,7	64,7	2,4	39,7	82,9	44,1	80,8	41,1	59,7	2,9	22575
Jundiá	46,7	65,7	79,6	98,4	56,4	63,1	3,0	33,7	74,4	58,3	94,9	34,3	57,0	3,4	4202
Junqueiro	41,2	67,5	48,1	99,8	68,6	59,7	3,1	32,3	71,3	40,7	98,8	40,9	54,6	3,5	23836
Lagoa da Canoa	44,6	70,4	64,7	99,5	50,8	62,1	3,0	38,4	78,0	38,4	94,5	37,9	58,1	3,0	18250
Limoeiro de Anadia	46,7	74,6	90,3	99,4	68,7	68,6	2,4	35,1	79,2	72,3	87,9	53,9	61,7	3,3	26992
Maceió	16,9	33,1	18,3	53,0	6,3	25,5	6,1	11,9	44,1	25,7	51,2	2,4	27,9	5,3	932748
Major Isidoro	48,7	70,5	68,2	98,2	57,8	64,4	2,4	35,9	74,4	56,2	71,9	46,3	56,2	3,2	18897
Mar Vermelho	39,0	68,7	69,7	81,1	68,6	59,7	3,2	30,0	69,2	55,7	83,1	48,1	53,6	3,7	3652
Maragogi	40,1	65,6	47,7	93,5	56,3	56,9	3,2	29,4	75,3	44,4	54,1	34,6	50,1	3,8	28749

Tabela 7C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de ALAGOAS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Maravilha	44,9	81,3	71,0	98,6	65,1	67,8	2,4	30,1	76,9	53,9	82,6	47,5	56,1	3,7	10284
Marechal Deodoro	34,0	55,7	47,9	43,7	27,1	43,4	3,9	21,9	63,7	6,5	70,0	7,6	38,7	4,4	45977
Maribondo	38,3	63,1	46,1	40,6	35,6	47,8	3,3	29,7	68,3	43,3	28,0	17,0	43,3	3,8	13619
Mata Grande	50,0	73,7	69,7	94,8	81,4	67,9	2,4	38,8	80,2	63,1	68,9	67,6	61,6	3,0	24698
Matriz de Camaragibe	42,4	66,4	45,2	94,3	33,5	55,7	3,1	31,5	78,8	46,5	89,5	12,7	54,0	3,6	23785
Messias	38,7	66,3	30,1	94,2	30,5	52,6	2,9	29,9	73,5	14,8	66,4	11,4	45,7	3,7	15682
Minador do Negrão	50,9	69,5	79,2	99,1	67,8	67,0	2,5	43,9	74,9	68,4	99,1	57,5	64,3	2,5	5275
Monteirópolis	47,3	72,1	59,5	99,0	64,3	64,2	2,5	37,5	80,7	39,0	99,0	41,3	59,6	3,1	6935
Murici	43,5	66,8	38,4	53,6	40,6	51,9	3,0	30,6	74,9	32,6	22,8	25,0	45,0	3,7	26710
Novo Lino	48,3	63,7	80,0	70,7	54,0	59,9	2,3	36,1	78,8	60,0	53,2	56,1	57,2	3,2	12060
Olho d'Água das Flores	39,2	59,6	26,9	98,8	33,6	50,8	3,3	29,2	72,8	15,9	97,5	23,6	49,7	3,8	20364
Olho d'Água do Casado	48,3	73,9	54,7	98,2	50,9	63,4	2,3	35,1	76,3	30,9	84,4	43,2	55,0	3,3	8491
Olho d'Água Grande	52,5	73,2	65,0	99,7	85,8	69,0	2,2	42,0	84,1	52,2	99,2	74,5	66,7	2,7	4957
Olivença	46,5	77,7	78,4	99,4	70,6	68,5	2,3	36,7	80,2	55,5	99,0	56,1	62,2	3,2	11047
Ouro Branco	37,2	66,4	75,0	99,8	64,2	60,4	2,9	30,5	73,9	62,4	96,2	39,4	56,7	3,7	10912
Palestina	38,6	68,9	40,0	98,1	47,0	56,4	3,6	34,6	80,7	18,0	93,6	18,1	53,7	3,3	5112
Palmeira dos Índios	32,5	51,1	28,2	96,5	36,6	45,6	4,0	24,4	60,8	25,1	85,7	30,9	44,2	4,2	70368
Pão de Açúcar	41,0	67,7	36,2	91,0	47,2	55,6	3,3	30,7	76,3	23,3	79,0	33,9	51,3	3,7	23811
Pariconha	44,3	69,9	62,0	97,8	80,5	64,0	2,2	32,0	75,3	38,8	95,5	40,9	55,3	3,6	10264
Paripueira	33,1	63,6	47,1	99,0	33,9	52,2	3,6	24,2	66,8	14,9	86,1	17,8	44,1	4,2	11347
Passo de Camaragibe	47,3	71,7	66,6	99,6	48,4	63,5	2,9	32,2	81,2	58,8	96,1	29,1	58,6	3,5	14763
Paulo Jacinto	40,0	67,7	40,7	35,5	40,4	49,3	3,2	32,0	74,8	23,0	87,9	19,0	50,7	3,6	7426
Penedo	30,2	54,3	19,7	86,8	28,6	43,3	4,4	22,8	67,2	6,8	67,9	13,3	40,5	4,3	60378
Piaçabuçu	39,0	60,0	16,9	95,3	23,4	48,5	3,3	31,8	77,7	17,5	55,0	7,7	46,6	3,6	17203
Pilar	37,1	61,1	21,6	70,8	14,2	45,3	3,5	24,5	68,7	14,1	72,5	5,0	42,2	4,2	33305

Tabela 7C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de ALAGOAS

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Pindoba	50,3	65,8	81,6	95,1	60,0	64,6	2,0	35,3	73,5	56,1	99,7	41,9	58,2	3,3	2866
Piranhas	38,8	67,9	38,4	40,2	44,3	49,6	3,2	30,5	74,2	28,2	40,9	20,8	45,8	3,7	23045
Poço das Trincheiras	51,0	79,0	88,8	98,9	76,2	72,1	2,3	33,6	86,2	77,0	95,7	64,6	65,9	3,4	13872
Porto Calvo	39,5	66,0	44,2	95,3	40,1	55,2	3,2	28,4	74,6	31,8	81,9	19,9	49,8	3,9	25708
Porto de Pedras	51,8	80,1	82,5	91,2	84,7	72,0	2,4	32,3	78,9	58,8	93,7	54,1	59,8	3,5	8429
Porto Real do Colégio	44,4	68,1	46,4	91,7	68,1	60,0	2,8	34,5	79,8	35,6	57,5	57,2	54,9	3,3	19334
Quebrangulo	46,3	67,9	46,0	94,2	49,5	59,1	2,6	32,2	77,6	38,2	85,4	35,6	54,6	3,5	11480
Rio Largo	27,0	48,2	28,3	72,9	17,2	38,5	4,6	18,3	60,8	26,1	65,3	13,1	38,5	4,7	68481
Roteiro	49,5	68,4	62,5	98,0	28,4	60,7	2,2	38,0	81,9	15,6	91,6	29,1	55,8	3,0	6656
Santa Luzia do Norte	29,8	61,0	25,5	93,6	15,9	45,7	3,7	23,1	65,9	32,1	96,7	6,9	45,3	4,3	6891
Santana do Ipanema	38,7	63,2	43,0	96,0	48,7	54,6	3,4	28,9	72,0	29,4	92,6	32,7	51,1	3,8	44932
Santana do Mundaú	50,4	70,7	65,2	76,0	62,8	62,9	2,6	38,7	80,4	54,6	91,9	49,5	61,5	3,0	10961
São Brás	43,1	68,8	29,6	98,3	57,3	57,8	3,3	34,7	79,5	10,4	83,3	18,0	51,4	3,3	6718
São José da Laje	43,0	62,0	43,5	40,3	37,2	48,9	3,2	31,1	73,9	30,6	27,2	33,3	45,8	3,6	22686
São José da Tapera	50,3	75,9	71,8	99,6	65,3	68,0	2,4	37,0	82,7	52,4	93,8	50,9	61,8	3,1	30088
São Luís do Quitunde	46,6	64,4	65,0	98,2	51,3	60,6	2,8	33,9	77,9	63,0	82,5	35,9	57,6	3,4	32412
São Miguel dos Campos	32,1	51,5	19,8	34,1	13,6	36,1	4,4	21,3	60,9	6,0	34,9	3,2	33,3	4,5	54577
São Miguel dos Milagres	38,5	63,3	29,7	99,3	71,5	55,6	3,4	28,6	74,3	10,2	91,2	32,4	49,6	3,9	7163
São Sebastião	49,8	69,8	89,1	89,4	65,5	66,5	2,4	37,4	79,0	81,9	97,9	55,2	64,6	3,1	32010
Satuba	23,0	43,0	28,2	41,7	13,2	31,6	5,1	18,5	59,7	29,6	25,9	2,4	33,4	4,7	14603
Senador Rui Palmeira	49,8	78,9	74,3	98,3	70,5	69,5	2,2	36,7	82,8	74,9	90,3	59,3	64,5	3,1	13047
Tanque d'Arca	48,5	71,0	70,5	96,6	54,4	64,3	2,7	38,5	76,6	65,5	96,9	44,4	61,3	3,0	6122
Taquarana	47,5	68,7	75,0	99,0	77,8	65,9	2,7	38,0	75,7	68,1	90,1	56,0	61,4	3,0	19020
Teotônio Vilela	40,6	65,4	44,0	96,0	25,4	54,1	3,2	28,9	76,2	25,5	51,1	8,8	45,6	3,8	41152
Traipu	53,1	80,1	84,6	98,8	82,0	73,3	2,1	42,8	82,3	66,3	85,1	71,4	66,1	2,6	25702
União dos Palmares	43,7	61,7	31,7	54,7	31,7	48,8	3,1	31,6	68,8	17,4	29,8	20,4	41,9	3,6	62358
Viçosa	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	33,5	73,6	25,4	65,6	20,7	48,9	3,4	25407

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 8C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SERGIPE

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Amparo de São Francisco	32,6	61,3	29,0	93,3	31,7	48,6	3,5	23,8	70,4	19,8	80,7	20,5	45,4	4,3	2275
Aquidabã	38,0	58,4	10,1	77,0	48,8	47,3	3,4	29,5	69,9	18,6	62,0	26,2	45,6	3,8	20056
Aracaju	10,0	25,3	4,3	16,5	4,1	14,9	7,0	6,6	32,9	2,1	11,9	1,0	15,4	5,8	571149
Araúá	34,8	54,5	39,4	98,9	64,0	51,5	3,4	27,5	73,8	34,6	86,7	35,0	51,3	3,9	10878
Areia Branca	33,6	58,6	39,2	99,5	42,1	50,6	3,5	24,6	68,2	29,6	90,7	18,5	46,8	4,2	16857
Barra dos Coqueiros	19,9	44,3	15,4	72,4	14,3	33,0	5,1	13,3	55,2	12,4	35,2	4,5	29,4	5,2	24976
Boquim	30,6	56,8	45,0	99,1	38,1	49,2	3,7	24,2	68,2	41,8	99,0	26,1	49,5	4,2	25533
Brejo Grande	37,0	67,5	31,7	98,8	59,3	55,6	3,0	31,5	82,4	31,1	98,6	37,2	56,8	3,6	7742
Campo do Brito	37,7	47,6	48,8	91,8	46,6	48,8	3,3	28,2	62,0	19,8	84,0	17,9	44,1	3,9	16749
Canhoba	36,6	63,9	18,8	94,6	90,2	55,2	3,2	32,2	73,6	13,2	95,3	54,1	53,3	3,5	3956
Canindé de São Francisco	42,3	60,8	26,5	59,9	36,3	48,4	2,6	30,0	76,3	21,2	50,6	20,3	46,6	3,7	24686
Capela	35,9	60,6	26,8	98,6	57,1	52,1	3,6	24,8	71,1	15,6	84,8	39,4	47,7	4,2	30761
Carira	44,1	51,8	42,7	95,5	53,7	52,9	2,6	34,8	66,1	31,3	82,0	32,4	50,1	3,3	20007
Carmópolis	22,5	50,7	6,5	50,2	16,6	33,1	4,5	14,5	61,9	1,3	16,9	2,1	28,8	5,1	13503
Cedro de São João	24,2	47,8	11,9	65,9	16,3	34,8	4,8	21,2	63,9	3,6	58,7	2,4	36,5	4,5	5633
Cristinápolis	41,8	65,8	51,8	97,7	66,6	59,3	3,0	30,5	76,3	38,2	97,9	41,4	55,4	3,7	16519
Cumbe	32,4	64,7	14,1	96,5	45,1	49,7	3,5	26,5	69,6	8,5	88,3	20,9	45,7	4,0	3813
Divina Pastora	26,0	66,0	44,8	34,1	31,6	43,3	3,6	23,2	67,6	18,4	87,3	8,1	43,6	4,3	4326
Estância	23,8	49,7	19,2	90,4	26,3	39,6	4,2	17,9	59,2	16,9	81,3	18,2	38,9	4,8	64409
Feira Nova	37,8	65,4	25,7	92,8	55,7	53,6	3,4	30,2	73,5	11,4	75,5	31,9	48,3	3,7	5324
Frei Paulo	35,0	53,4	23,8	98,3	33,3	46,8	3,4	26,6	55,0	15,6	90,5	13,5	40,9	4,0	13874
Gararu	40,9	67,1	50,2	88,3	76,4	59,2	2,8	30,8	78,7	27,5	65,4	61,3	53,6	3,7	11405
General Maynard	26,8	55,9	30,6	99,5	25,0	44,9	4,2	15,2	61,2	15,9	61,8	11,8	36,0	5,0	2929
Gracho Cardoso	34,5	55,4	20,7	85,6	60,1	48,0	3,7	30,0	72,4	8,9	74,6	46,8	48,8	3,7	5645
Ilha das Flores	32,5	67,6	34,4	98,0	28,5	51,5	3,7	25,7	81,8	15,0	87,5	9,5	49,2	4,1	8348

Tabela 8C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SERGIPE

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Indiaroba	38,3	66,9	57,8	99,2	53,6	58,1	2,9	26,7	78,1	43,3	97,2	44,3	55,4	4,0	15831
Itabaiana	29,9	39,5	26,3	37,4	26,7	33,4	3,8	21,8	55,0	14,1	39,3	10,2	33,4	4,4	86967
Itabaianinha	38,8	60,2	53,2	69,9	55,2	52,5	2,9	29,8	73,1	41,9	53,8	33,5	49,1	3,7	38910
Itabi	39,2	64,2	10,6	85,6	43,1	50,2	3,5	30,9	67,8	7,9	72,6	27,5	45,5	3,7	4972
Itaporanga d'Ajuda	34,9	57,5	58,1	74,7	61,7	51,8	3,4	24,6	73,6	35,8	75,5	34,3	49,1	4,2	30419
Japarutuba	28,3	50,6	31,4	98,8	47,5	45,6	4,1	20,6	66,1	21,4	91,4	19,5	43,9	4,5	16864
Japoatã	37,7	59,3	34,7	96,6	65,8	53,7	2,9	30,8	73,9	32,3	97,3	42,8	54,1	3,7	12938
Lagarto	32,5	49,7	44,3	92,1	42,8	46,9	3,6	25,3	61,9	26,5	70,6	23,0	42,8	4,1	94861
Laranjeiras	24,3	60,2	30,4	60,1	31,6	41,9	4,6	15,7	69,5	16,1	64,5	8,1	39,0	5,0	26902
Macambira	36,5	53,4	49,9	89,9	55,4	51,1	3,2	31,5	63,9	34,0	56,9	32,3	45,8	3,6	6401
Malhada dos Bois	32,2	68,3	9,2	99,8	39,9	50,2	4,0	23,7	73,0	4,6	89,1	14,4	45,0	4,3	3456
Malhador	31,6	53,8	35,3	99,5	46,2	48,2	3,7	24,7	67,5	18,0	95,7	18,7	45,9	4,2	12042
Maruim	23,7	53,1	26,0	54,4	29,6	38,0	4,2	17,7	62,1	18,5	38,5	10,7	34,9	4,8	16343
Moita Bonita	34,3	52,8	62,4	50,4	52,0	47,0	3,3	26,5	63,0	44,3	71,9	32,6	46,5	4,0	11001
Monte Alegre de Sergipe	41,7	66,2	34,6	55,4	49,2	51,6	2,7	33,8	78,8	24,9	49,4	39,9	50,8	3,4	13627
Muribeca	32,1	65,3	27,0	97,8	55,7	52,2	3,6	24,7	69,8	9,1	84,4	18,9	44,6	4,2	7344
Neópolis	31,6	59,6	24,8	94,2	46,3	48,6	4,1	22,7	67,1	25,8	75,9	25,2	44,4	4,4	18506
Nossa Senhora Aparecida	47,4	61,3	29,3	75,0	56,8	54,1	2,4	37,8	69,1	10,3	54,5	36,8	47,5	3,1	8508
Nossa Senhora da Glória	35,2	55,7	19,3	84,1	33,3	45,7	3,3	26,7	65,1	10,2	62,4	27,7	42,2	4,0	32497
Nossa Senhora das Dores	34,3	57,1	37,2	98,3	49,2	50,6	3,5	28,4	68,8	22,3	91,6	32,7	48,9	3,9	24580
Nossa Senhora de Lourdes	37,6	62,8	11,2	96,3	41,4	50,2	3,4	28,9	71,9	9,0	84,4	17,5	46,7	3,8	6238
Nossa Senhora do Socorro	14,6	42,7	7,8	30,9	19,9	25,9	5,1	10,7	55,8	3,2	38,0	5,8	28,1	5,4	160827
Pacatuba	37,4	70,0	41,4	94,2	81,9	59,2	2,9	29,4	80,2	55,6	89,1	76,5	60,4	3,8	13137
Pedra Mole	38,4	50,6	17,9	49,8	64,5	44,1	3,2	27,7	62,2	17,4	50,5	36,4	41,9	3,9	2974
Pedrinhas	34,4	68,5	60,7	99,1	36,9	56,1	3,6	26,7	75,3	69,1	84,9	20,6	53,7	4,0	8833

Tabela 8C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SERGIPE

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Pinhão	41,1	59,6	41,2	99,6	41,0	53,7	3,2	30,2	63,8	34,7	58,3	37,2	46,0	3,7	5973
Pirambu	26,6	55,4	16,4	97,1	36,4	43,9	3,9	20,2	73,5	15,0	83,7	30,2	45,9	4,6	8369
Poço Redondo	46,9	74,1	37,6	92,5	61,4	61,5	2,5	35,6	83,1	26,2	53,7	48,4	54,3	3,2	30880
Poço Verde	37,9	58,8	52,9	75,1	46,9	51,5	3,0	29,9	70,8	25,0	51,1	34,7	46,3	3,7	21983
Porto da Folha	37,3	69,8	36,0	70,6	52,5	53,4	3,0	31,3	77,8	20,7	58,8	31,7	49,4	3,6	27146
Propriá	24,8	44,6	9,3	30,5	17,1	30,0	5,0	18,7	59,6	6,6	24,7	4,7	31,1	4,7	28451
Riachão do Dantas	42,9	63,0	69,6	99,1	65,0	60,6	2,6	29,2	78,0	50,7	95,5	52,8	57,6	3,8	19386
Riachuelo	23,5	57,5	14,8	21,0	19,5	33,9	4,3	17,0	67,3	18,7	38,1	11,0	36,5	4,9	9355
Ribeirópolis	34,3	48,5	32,0	58,6	31,1	41,3	3,5	28,5	59,1	19,7	41,8	19,0	38,8	3,9	17173
Rosário do Catete	22,4	52,0	20,1	13,0	25,8	31,8	4,4	14,1	63,0	21,8	58,6	4,7	35,9	5,1	9221
Salgado	34,2	58,1	64,4	98,3	66,3	55,4	3,4	27,5	68,0	43,7	97,9	50,8	52,9	3,9	19365
Santa Luzia do Itanhy	45,2	69,9	77,6	99,4	76,3	65,7	2,3	33,0	82,1	50,1	85,2	51,4	59,1	3,5	12969
Santa Rosa de Lima	36,4	56,7	33,3	51,9	32,6	44,5	3,6	27,2	75,3	13,5	85,8	11,5	47,3	4,0	3749
Santana do São Francisco	33,1	62,8	23,7	98,8	23,9	48,6	4,0	21,0	76,3	17,2	42,1	6,3	40,9	4,5	7038
Santo Amaro das Brotas	26,6	57,9	37,3	99,1	28,2	46,4	4,2	18,9	60,2	30,3	91,8	25,1	42,8	4,7	11410
São Cristóvão	18,4	42,7	17,2	56,2	32,0	32,0	5,1	12,8	54,5	12,3	60,2	18,9	32,9	5,2	78864
São Domingos	39,4	52,5	32,5	99,3	55,4	51,0	2,6	33,4	64,5	3,2	98,6	24,0	47,1	3,4	10271
São Francisco	35,8	55,8	19,1	99,0	25,4	46,7	3,8	26,7	67,3	12,4	93,1	6,0	44,5	4,0	3393
São Miguel do Aleixo	41,6	63,9	65,7	82,7	63,9	58,3	2,5	33,8	68,2	36,3	57,9	49,5	50,1	3,4	3698
Simão Dias	35,2	56,3	53,7	66,6	56,3	49,7	3,4	26,8	66,0	42,7	48,1	32,7	44,9	4,0	38702
Siriri	29,8	54,3	45,6	99,3	61,2	50,2	4,0	20,7	69,3	25,0	69,7	44,2	45,4	4,5	8004
Telha	34,0	67,2	3,6	99,5	30,3	49,0	3,8	27,3	73,2	8,5	30,0	4,5	39,6	4,0	2957
Tobias Barreto	35,1	52,8	36,9	44,1	35,7	42,5	3,1	28,3	63,6	21,9	30,9	19,8	39,5	3,9	48040
Tomar do Geru	41,2	71,8	68,1	98,0	68,3	63,1	2,6	32,1	77,7	54,0	94,6	48,0	58,4	3,5	12855
Umbaúba	35,1	53,3	69,8	99,7	44,7	52,8	3,2	24,7	71,3	67,9	98,8	18,8	52,8	4,2	22434

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 9C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado da BAHIA

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Abaíra	23,9	50,5	11,8	97,6	72,2	44,0	3,6	19,5	60,2	8,4	86,5	45,1	41,9	4,6	8316
Abaré	33,1	59,5	50,7	80,4	77,7	53,2	3,3	26,9	78,5	22,6	40,7	45,7	47,6	4,0	17064
Acajutiba	30,4	59,3	44,0	92,3	70,6	52,0	3,5	22,3	75,2	23,3	91,2	42,5	50,0	4,4	14653
Adustina	45,5	56,4	73,1	85,2	72,5	58,8	2,2	35,5	74,5	47,2	67,9	55,0	55,5	3,2	15702
Água Fria	40,0	66,7	52,6	98,5	90,5	61,4	2,5	27,3	75,6	48,1	96,6	57,9	56,4	4,0	15731
Aiquara	32,6	55,8	46,6	53,3	48,5	45,8	3,3	23,8	68,3	41,6	30,6	29,9	42,5	4,3	4602
Alagoinhas	14,3	38,5	15,5	51,9	26,0	27,9	5,7	10,2	47,5	6,5	42,6	11,2	26,3	5,4	141949
Alcobaça	30,3	46,4	54,2	79,4	50,9	45,5	3,7	23,6	65,7	41,3	64,0	43,2	46,2	4,3	21271
Almadina	34,6	61,1	36,2	34,0	39,4	44,4	3,0	31,8	69,4	19,3	22,4	21,9	41,8	3,6	6357
Amargosa	28,0	43,1	29,9	83,3	37,8	40,2	4,1	20,9	63,9	17,6	76,0	26,9	41,9	4,5	34351
Amélia Rodrigues	17,0	43,5	43,7	39,8	61,0	35,4	5,0	13,2	59,0	22,8	89,0	19,5	38,8	5,2	25190
América Dourada	31,1	67,8	27,2	98,9	70,4	54,2	3,3	27,5	80,8	19,8	96,8	28,4	52,7	3,9	15961
Anagé	38,6	65,1	84,8	92,0	87,2	62,7	2,1	33,9	72,1	73,8	68,2	76,3	58,9	3,4	25516
Andaraí	35,8	63,5	58,8	88,5	69,4	56,5	3,0	26,6	80,4	33,9	81,7	40,2	53,2	4,0	13960
Andorinha	39,6	60,1	69,8	82,2	79,7	58,0	2,5	25,7	66,1	46,9	46,8	49,0	46,4	4,1	14414
Angical	31,8	58,7	71,9	99,5	81,1	57,0	3,2	24,6	68,3	62,3	77,9	55,4	52,2	4,2	14073
Anguera	26,2	63,6	55,7	92,6	62,6	52,6	3,6	23,1	68,9	38,7	71,0	47,2	48,0	4,3	10242
Antas	29,7	50,5	20,1	62,8	53,5	41,6	3,6	28,3	70,7	15,3	42,0	28,6	43,3	3,9	17072
Antônio Cardoso	34,3	60,7	68,8	99,1	86,6	58,7	2,9	29,1	70,1	39,8	81,2	69,6	53,7	3,8	11554
Antônio Gonçalves	28,5	62,0	36,3	77,4	53,5	48,4	3,3	19,7	70,5	18,2	85,8	45,5	46,6	4,6	11015
Aporá	38,2	61,5	49,0	99,7	80,0	57,7	2,7	27,8	75,8	18,6	98,8	55,4	53,6	3,9	17731
Apuarema	36,5	65,9	53,5	67,6	49,3	53,0	2,8	31,0	70,5	37,8	50,5	29,3	47,4	3,6	7459
Araçás	31,4	66,4	55,9	99,6	59,9	55,9	2,8	23,2	73,8	28,1	96,7	44,7	51,1	4,3	11561
Aracatu	41,3	61,2	82,1	91,7	82,9	61,6	2,4	29,4	62,0	69,9	98,2	70,8	56,0	3,8	13743
Araci	44,3	71,4	70,9	78,5	73,4	62,8	2,4	34,3	78,8	52,3	52,4	53,1	55,4	3,4	51651

Tabela 9C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado da BAHIA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Aramari	32,0	58,8	45,1	94,4	78,9	53,5	3,7	19,6	64,8	32,3	90,5	49,2	46,9	4,6	10036
Arataca	40,6	61,3	50,5	79,5	53,5	54,1	2,5	31,6	74,7	36,2	80,9	34,6	52,6	3,6	10392
Aratuípe	35,8	59,9	57,7	88,8	61,5	54,4	3,1	24,6	73,5	39,3	73,7	39,3	49,8	4,2	8599
Aurelino Leal	37,0	70,4	36,5	68,1	46,3	52,7	2,7	26,7	73,2	22,1	38,5	25,3	43,6	4,0	13595
Baianópolis	41,7	67,7	39,8	94,8	86,3	60,2	2,8	30,6	73,4	13,8	86,3	79,0	54,0	3,7	13850
Baixa Grande	29,7	61,1	68,5	74,1	72,8	53,3	3,0	25,6	74,7	49,9	55,9	46,5	50,4	4,1	20060
Banzaê	35,6	61,7	8,7	97,1	81,6	52,5	2,8	26,3	72,7	2,4	80,7	25,1	45,7	4,0	11814
Barra	35,1	70,0	50,0	91,8	67,8	57,8	2,9	23,6	81,7	34,8	72,2	46,1	52,2	4,3	49325
Barra da Estiva	30,9	52,6	45,9	69,3	66,3	47,3	3,0	18,0	72,3	22,5	41,7	44,8	42,4	4,8	21187
Barra do Choça	35,7	60,3	40,0	97,6	46,2	52,2	2,4	27,7	73,7	24,4	69,9	18,4	47,0	3,9	34788
Barra do Mendes	19,5	55,3	16,6	99,2	56,0	43,4	4,1	14,8	68,6	18,1	97,3	48,3	45,6	5,1	13987
Barra do Rocha	39,3	66,7	63,5	67,2	59,9	56,2	3,2	26,8	66,4	41,2	37,7	38,8	44,4	4,0	6313
Barreiras	15,6	33,5	11,8	61,1	24,0	27,0	5,5	10,3	44,9	9,5	63,7	9,2	27,9	5,4	137427
Barro Alto	22,2	58,2	25,7	99,1	74,9	48,0	3,6	18,2	71,3	6,1	91,9	47,8	45,9	4,8	13612
Barro Preto	30,0	63,0	42,2	36,9	50,5	45,4	3,7	26,3	68,2	24,7	23,9	24,6	40,4	4,0	6453
Barrocas	ND	65,4	43,9	94,8	90,9	ND	3,2	19,7	66,7	25,0	69,9	32,9	43,2	4,6	14191
Belmonte	30,7	51,0	40,6	98,2	38,6	46,6	3,6	24,8	70,5	22,3	37,4	19,3	41,4	4,2	21798
Belo Campo	33,4	50,5	96,4	99,8	65,3	55,8	2,8	26,1	68,0	91,0	97,1	43,7	56,6	4,1	16021
Biritinga	36,2	64,3	29,1	93,0	86,2	55,8	2,7	26,1	76,0	13,0	79,3	69,4	51,7	4,1	14836
Boa Nova	43,2	72,6	69,4	85,5	76,5	63,7	2,0	31,7	72,3	37,7	56,4	48,5	50,6	3,6	15411
Boa Vista do Tupim	34,9	70,1	56,0	66,4	58,3	54,9	2,8	30,3	78,7	40,6	93,1	40,7	55,9	3,7	17991
Bom Jesus da Lapa	25,4	50,2	24,7	93,1	55,3	43,8	4,3	19,2	67,4	21,8	59,1	37,7	42,2	4,7	63480
Bom Jesus da Serra	37,4	69,0	85,6	90,6	87,8	63,6	2,2	27,2	73,8	66,3	97,7	70,8	58,9	4,0	10113
Boninal	28,7	59,0	12,2	99,5	75,6	49,2	3,2	22,0	70,2	14,1	82,0	61,3	47,9	4,4	13695
Bonito	26,8	54,9	39,9	98,5	53,2	47,9	2,6	20,3	77,6	13,3	92,5	31,4	48,2	4,6	14834

Tabela 9C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado da BAHIA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Boquira	32,9	60,0	55,5	99,5	75,2	55,6	3,2	25,8	71,5	41,2	95,5	60,1	53,8	4,1	22037
Botuporã	32,1	66,2	62,7	83,0	75,6	56,5	3,0	26,3	73,8	49,3	62,2	58,1	52,0	4,1	11154
Brejões	31,0	47,2	69,9	75,2	49,8	47,1	3,3	24,2	70,6	27,4	65,2	30,1	45,6	4,2	14282
Brejolândia	29,5	70,0	24,3	97,2	85,9	55,3	3,2	26,3	76,0	65,1	98,7	69,5	59,3	4,0	11077
Brotas de Macaúbas	25,7	66,1	43,5	82,4	81,1	52,7	3,1	21,2	69,6	71,0	74,2	52,7	51,8	4,5	10717
Brumado	23,2	43,8	29,4	49,6	34,7	34,9	4,4	16,3	56,1	24,9	32,1	25,9	33,7	4,9	64602
Buerarema	30,4	58,6	28,4	42,1	30,3	41,3	3,4	23,1	65,2	21,3	32,2	21,3	38,4	4,3	18605
Buritirama	35,9	78,4	66,6	98,8	74,3	64,1	2,6	26,0	83,7	54,1	94,9	57,7	59,2	4,1	19600
Caatiba	32,4	72,6	64,4	71,4	68,3	57,2	2,8	30,0	64,3	36,8	38,1	37,0	44,2	3,7	11420
Cabaceiras do Paraguaçu	37,2	64,5	74,4	98,4	83,1	61,2	2,9	26,5	80,2	63,3	93,1	64,0	59,5	4,0	17327
Cachoeira	21,9	49,9	48,6	62,2	48,1	41,1	5,0	16,1	61,8	26,0	41,2	32,9	37,3	4,9	32026
Caculé	25,1	52,9	35,3	41,8	46,1	39,5	3,8	20,2	58,8	13,5	80,5	36,1	40,8	4,6	22236
Caém	32,8	62,7	62,3	91,4	64,8	55,4	3,5	25,2	76,1	40,3	88,9	45,4	53,1	4,1	10368
Caetanos	38,6	66,8	84,1	98,7	86,9	63,9	2,0	27,0	71,7	94,6	83,9	72,7	59,8	4,0	13639
Caetité	30,7	59,4	41,3	81,2	58,6	49,7	3,6	20,4	62,3	38,3	61,4	40,1	43,0	4,6	47515
Cafarnaum	29,5	58,4	44,6	98,5	58,1	51,0	3,3	21,8	76,4	20,5	94,6	36,1	49,7	4,4	17209
Cairu	28,6	58,1	28,3	66,9	28,2	42,9	3,5	15,6	63,7	9,8	52,2	4,1	34,6	5,0	15374
Caldeirão Grande	32,5	68,9	57,6	54,2	63,7	53,0	3,1	29,3	76,4	27,1	90,2	35,4	52,5	3,8	12491
Camacan	29,1	55,9	21,2	35,9	26,0	38,1	3,7	22,8	66,2	22,1	22,9	17,3	37,4	4,4	31472
Camaçari	12,4	39,5	11,1	36,0	15,2	24,5	5,4	7,8	45,6	6,6	33,6	6,2	23,5	5,7	242970
Camamu	37,7	61,4	59,2	76,3	65,1	54,8	2,7	26,7	75,4	35,6	58,5	36,4	48,9	4,0	35180
Campo Alegre de Lourdes	37,2	66,4	92,8	99,2	88,6	64,4	2,7	28,0	79,7	98,8	89,9	74,7	64,2	3,9	28090
Campo Formoso	33,3	61,8	43,3	93,7	60,4	53,1	3,2	24,6	74,1	35,0	83,4	44,7	51,0	4,2	66616
Canápolis	35,4	62,4	39,4	95,2	74,4	55,1	3,0	30,9	76,8	17,0	72,7	54,3	52,0	3,7	9410
Canarana	24,0	57,1	32,4	99,1	64,0	48,0	3,6	19,0	72,9	21,8	98,2	38,4	48,2	4,7	24067

Tabela 9C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado da BAHIA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Canavieiras	27,7	53,2	37,2	91,9	33,6	44,9	3,6	19,6	65,7	23,1	39,2	20,8	38,3	4,6	32336
Candeal	31,9	62,6	67,3	80,8	62,4	54,2	3,7	25,7	70,0	52,7	99,2	56,2	54,5	4,1	8895
Candeias	13,5	39,4	17,1	33,3	37,5	27,2	5,3	9,1	47,9	6,4	24,4	12,3	24,3	5,5	83158
Candiba	32,2	61,9	39,0	99,4	54,2	52,3	3,7	25,6	64,6	29,6	98,8	40,1	48,6	4,1	13210
Cândido Sales	33,1	49,5	39,6	92,7	46,0	46,9	3,2	26,1	70,3	40,3	91,9	31,0	50,4	4,1	27918
Cansanção	39,7	73,3	68,5	84,9	90,7	63,8	2,5	28,9	79,2	40,2	55,8	70,2	54,2	3,8	32908
Canudos	32,2	61,6	50,0	95,9	66,7	54,2	3,2	25,2	72,9	35,2	77,9	46,1	50,4	4,1	15732
Capela do Alto Alegre	37,1	50,6	56,3	74,5	48,5	48,8	3,1	28,0	64,5	28,9	62,3	26,0	44,3	3,9	11527
Capim Grosso	29,7	53,4	22,1	89,1	20,0	42,6	3,6	20,8	63,3	10,8	87,3	10,9	40,7	4,5	26577
Caraíbas	38,7	68,5	90,8	98,9	92,2	65,7	2,2	32,9	65,9	67,1	94,8	75,1	58,3	3,5	10222
Caravelas	31,6	53,2	45,2	79,7	46,6	47,0	3,6	25,0	64,9	28,9	73,5	24,5	44,4	4,2	21414
Cardeal da Silva	31,9	64,9	55,6	63,2	46,2	50,5	2,9	23,0	78,9	33,1	80,3	30,4	50,3	4,3	8899
Carinhanha	37,1	67,3	40,6	97,0	76,4	57,9	3,0	25,9	79,9	38,9	92,7	46,5	55,0	4,1	28380
Casa Nova	32,3	59,5	51,0	74,7	61,6	50,9	3,0	24,9	70,5	40,6	47,3	44,9	46,7	4,2	64940
Castro Alves	31,0	60,1	40,6	63,1	54,6	47,7	3,7	22,7	69,0	33,9	37,8	38,2	43,0	4,4	25408
Catolândia	32,5	54,4	36,2	96,5	76,2	51,2	3,5	25,7	68,9	36,0	87,8	66,5	52,1	4,1	2612
Catu	15,2	45,2	19,1	43,8	24,5	29,9	5,1	11,1	51,7	9,5	25,9	17,5	27,3	5,4	51077
Caturama	33,6	65,1	54,5	92,4	85,9	57,7	3,0	27,9	68,5	40,6	77,7	62,7	51,8	3,9	8843
Central	26,9	64,7	40,0	99,4	63,9	52,5	4,2	20,0	76,2	14,3	88,5	50,9	49,1	4,6	17013
Chorrochó	32,1	70,2	55,5	81,3	97,5	58,9	3,4	28,4	75,7	48,3	57,2	56,3	52,6	3,9	10734
Cícero Dantas	39,5	53,3	35,6	71,1	58,1	48,9	3,1	32,9	65,2	19,2	49,1	40,0	45,1	3,5	32300
Cipó	30,2	53,4	28,5	99,4	97,5	51,5	3,6	23,9	68,2	20,5	93,0	28,2	46,7	4,3	15755
Coaraci	30,1	57,5	25,7	30,4	30,2	39,3	3,6	23,6	66,7	13,8	13,8	9,8	35,4	4,3	20964
Cocos	33,9	60,6	53,0	99,4	74,3	55,8	3,1	24,9	67,7	40,8	95,8	51,8	51,4	4,2	18153
Conceição da Feira	21,0	54,2	24,5	92,5	50,8	43,2	4,7	16,1	66,3	18,2	94,0	28,3	43,2	4,9	20391

Tabela 9C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado da BAHIA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Conceição do Almeida	30,3	53,2	61,3	95,8	64,5	51,5	4,1	20,4	69,1	51,8	70,2	45,6	48,2	4,6	17889
Conceição do Coité	27,9	54,9	53,4	78,9	48,6	47,3	3,6	19,8	63,9	24,4	64,3	25,4	40,9	4,6	62040
Conceição do Jacuípe	19,0	43,8	60,8	98,1	25,8	41,0	4,9	12,4	53,6	46,3	93,0	13,8	39,0	5,3	30123
Conde	36,1	62,5	52,1	93,8	66,8	55,8	3,2	24,1	79,2	31,9	83,7	41,3	52,0	4,2	23620
Condeúba	35,9	55,5	63,5	98,9	68,9	55,2	2,8	27,2	67,6	37,5	90,5	53,5	51,5	4,0	16898
Contendas do Sincorá	30,5	53,8	39,0	90,1	69,7	49,3	3,4	26,7	67,3	36,4	86,3	49,2	50,2	4,0	4663
Coração de Maria	29,5	60,1	74,4	99,4	71,2	56,0	3,5	21,0	68,7	59,1	95,5	57,5	52,8	4,5	22401
Cordeiros	39,0	53,5	46,4	99,2	76,2	54,5	2,9	25,6	65,6	29,5	99,5	62,8	51,1	4,1	8168
Coribe	32,9	70,3	37,3	98,9	76,0	57,3	2,9	28,4	73,1	20,1	96,7	49,9	52,3	3,9	14307
Coronel João Sá	54,9	73,4	68,6	94,4	78,2	69,1	2,1	39,3	73,6	47,9	57,3	50,1	55,1	2,9	17066
Correntina	33,6	55,9	56,1	98,2	68,5	53,7	3,2	23,5	66,5	40,8	77,5	48,4	48,3	4,3	31249
Cotegipe	38,5	59,5	46,2	99,4	79,0	56,7	2,9	29,8	75,9	40,0	92,1	55,3	55,9	3,7	13636
Cravolândia	33,2	61,2	30,6	73,8	48,0	48,3	3,4	27,8	72,8	25,6	31,6	27,1	43,7	3,9	5041
Crisópolis	41,9	58,2	51,0	98,8	74,3	57,4	2,3	30,7	78,2	25,6	92,8	55,1	55,5	3,7	20046
Cristópolis	37,9	62,4	35,8	99,5	77,7	56,3	3,2	30,2	72,4	23,0	74,9	67,5	52,3	3,7	13280
Cruz das Almas	17,1	40,7	31,7	91,8	28,9	35,8	5,5	11,8	51,8	18,5	81,9	16,1	34,3	5,3	58606
Curaçá	31,8	54,8	50,1	72,1	68,8	49,3	3,3	24,7	76,1	35,5	48,4	56,0	49,1	4,2	32168
Dário Meira	44,3	75,3	60,2	78,3	69,9	62,7	2,5	34,1	78,8	37,4	42,2	42,3	51,7	3,4	12836
Dias d'Ávila	12,2	39,4	13,6	28,4	15,0	23,8	5,3	8,2	49,6	8,3	39,2	10,5	26,2	5,6	66440
Dom Basílio	28,8	51,6	51,7	99,8	85,6	51,8	3,1	23,8	70,0	40,9	99,5	77,6	54,6	4,3	11355
Dom Macedo Costa	28,4	55,1	69,6	95,4	72,2	53,0	3,6	20,8	61,3	51,2	92,9	47,0	48,1	4,5	3874
Elísio Medrado	29,6	46,4	36,9	99,3	74,1	47,6	3,5	25,4	61,3	20,3	99,0	59,3	48,2	4,1	7947
Encruzilhada	42,8	55,7	57,5	99,3	72,5	57,5	2,3	32,8	77,4	40,8	76,4	42,5	54,7	3,5	23766
Entre Rios	27,6	52,1	36,8	98,1	46,9	46,3	3,9	18,1	68,7	26,1	87,8	22,4	44,3	4,8	39872
Érico Cardoso	44,9	65,3	41,3	98,4	89,9	61,3	2,4	30,3	66,5	23,7	99,3	69,5	53,0	3,7	10859

Tabela 9C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado da BAHIA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Esplanada	30,2	61,8	40,6	99,4	53,9	51,8	3,7	21,6	73,0	19,0	84,7	34,5	47,1	4,5	32802
Euclides da Cunha	36,7	59,7	35,4	96,8	61,9	53,2	2,9	27,4	72,5	16,4	86,5	47,2	50,0	4,0	56289
Eunápolis	20,6	38,5	22,4	75,1	15,6	32,3	4,8	14,8	48,1	15,7	60,8	5,3	30,5	5,0	100196
Fátima	43,9	58,0	58,6	82,6	67,4	56,6	2,4	35,1	71,8	26,4	47,4	43,3	49,1	3,3	17652
Feira da Mata	29,6	70,4	49,5	98,5	85,8	58,3	3,4	22,4	75,2	41,9	97,1	51,6	53,4	4,4	6184
Feira de Santana	13,8	35,4	26,8	52,1	20,0	27,3	5,8	9,1	44,7	15,4	38,2	6,9	25,1	5,5	556642
Filadélfia	31,4	70,5	60,8	98,6	59,4	57,7	2,9	22,5	74,7	22,0	87,6	36,4	48,8	4,4	16740
Firmino Alves	34,5	53,5	19,4	43,6	29,8	40,1	3,4	23,4	57,7	31,8	24,3	11,2	35,3	4,3	5384
Floresta Azul	32,1	60,6	28,8	29,8	37,3	41,9	3,4	29,0	71,4	17,5	24,7	21,1	41,5	3,8	10660
Formosa do Rio Preto	32,3	65,5	45,6	51,4	65,1	50,3	3,2	22,3	70,1	38,8	95,9	42,7	50,3	4,4	22528
Gandu	28,9	51,3	43,2	55,8	40,7	42,1	3,7	22,8	61,2	29,7	40,4	22,4	38,8	4,3	30336
Gavião	28,3	58,0	58,5	57,7	59,3	47,7	3,0	26,3	67,2	35,3	79,7	40,7	48,4	4,1	4561
Gentio do Ouro	30,8	67,8	28,2	99,3	91,4	56,1	3,0	25,4	77,2	23,1	96,8	58,1	53,7	4,1	10622
Glória	35,5	60,7	42,9	83,0	83,0	54,4	2,8	28,1	65,7	40,9	76,6	72,7	51,7	3,9	15076
Gongogi	38,8	72,5	48,9	56,6	48,6	54,4	2,9	28,4	75,4	29,4	29,6	28,7	45,1	3,9	8357
Governador Mangabeira	25,3	51,4	65,2	99,2	68,8	50,3	4,6	17,5	68,9	49,0	91,8	56,6	50,1	4,8	19818
Guajeru	36,0	50,7	84,1	99,8	88,1	57,6	2,2	29,9	65,8	52,1	98,7	77,8	56,3	3,7	10412
Guanambi	23,1	47,7	24,0	61,4	31,4	36,6	4,8	15,4	52,8	16,2	43,9	20,8	32,1	5,0	78833
Guaratinga	40,2	62,0	54,5	70,1	64,3	54,7	2,5	34,5	72,4	40,2	48,0	39,3	50,2	3,3	22165
Heliópolis	41,3	56,6	42,2	99,7	65,8	55,1	2,5	32,0	72,0	15,0	90,5	44,3	51,5	3,6	13192
Iaçú	31,3	59,0	31,4	76,7	33,2	45,9	3,3	25,0	75,0	20,9	67,1	25,0	46,5	4,2	25736
Ibiassucê	29,3	50,6	46,0	99,1	72,6	49,7	3,4	21,1	59,9	11,9	97,4	46,6	44,0	4,5	10062
Ibicaraí	28,9	58,5	23,2	41,7	27,3	39,9	3,8	21,5	64,5	7,9	32,0	10,8	35,2	4,5	24272
Ibicoara	28,3	45,4	63,7	78,0	78,5	47,7	2,9	16,4	66,8	26,5	80,9	22,8	42,5	4,9	17282
Ibicauí	34,5	54,1	32,9	40,1	43,1	42,6	3,1	25,5	65,4	31,6	32,5	25,0	40,8	4,1	15785

Tabela 9C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado da BAHIA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Ibipeba	20,3	59,2	23,3	99,3	77,4	47,7	4,1	18,3	71,9	14,3	93,0	48,2	47,2	4,7	17008
Ibipitanga	38,5	52,3	68,9	99,0	75,6	56,2	2,6	28,1	68,0	47,0	97,7	59,6	54,2	3,9	14171
Ibiquera	34,5	65,1	63,0	97,7	70,6	58,1	2,7	30,2	78,0	48,4	90,7	49,3	56,9	3,7	4866
Ibirapitanga	41,2	65,1	53,1	70,9	52,3	54,9	2,5	31,9	72,9	39,9	43,0	35,3	48,6	3,6	22598
Ibirapuã	30,6	43,2	39,9	63,4	54,5	41,6	3,6	23,3	52,3	32,7	47,4	36,6	38,2	4,3	7956
Ibirataia	31,7	63,9	41,7	42,4	34,8	45,4	3,4	28,9	69,5	20,2	24,1	18,8	40,8	3,8	18943
Ibitiara	27,3	57,1	54,0	94,0	84,2	52,7	3,0	23,2	71,4	33,7	78,8	63,4	50,6	4,3	15508
Ibititá	26,0	58,7	25,8	99,8	72,9	49,4	3,8	22,7	72,7	7,5	98,3	35,5	47,7	4,4	17840
Ibotirama	25,1	52,5	20,5	95,8	37,1	42,7	4,0	18,0	65,3	19,0	66,6	25,0	40,4	4,8	25424
Ichu	20,4	51,1	43,8	35,9	58,8	38,7	4,6	14,2	61,9	31,3	98,8	36,8	43,6	5,1	5255
Igaporã	29,8	61,0	36,6	84,0	53,1	49,2	3,7	20,4	67,9	33,5	75,5	45,8	46,5	4,6	15205
Igrapiúna	38,8	66,0	73,6	79,8	80,1	60,0	2,2	24,5	74,1	64,0	66,2	49,7	52,7	4,2	13343
Iguaí	40,1	60,6	47,7	59,0	53,0	51,2	2,7	30,2	72,3	33,2	33,4	38,9	46,4	3,7	25705
Ilhéus	20,6	44,0	34,6	43,5	37,9	34,2	4,8	12,5	50,2	19,8	30,1	15,8	28,6	5,2	184236
Inhambupe	36,6	61,4	36,7	75,4	67,5	52,1	3,1	25,6	74,2	23,6	63,3	50,2	48,6	4,1	36306
Ipecaetá	32,9	61,8	75,1	99,7	91,2	59,7	2,6	26,2	77,1	45,6	92,9	79,5	57,9	4,1	15331
Ipiaú	25,9	49,9	19,2	31,5	20,5	33,7	4,3	19,9	60,2	10,5	30,7	9,2	33,2	4,6	44390
Ipirá	36,2	56,2	64,4	65,7	56,2	51,1	2,8	27,5	69,3	40,2	34,0	40,2	45,3	3,9	59343
Ipupiara	18,6	57,5	20,0	99,8	55,4	44,2	3,7	15,9	67,0	21,4	97,9	27,0	44,0	5,0	9285
Irajuba	38,8	58,6	53,1	99,8	73,5	56,8	2,7	27,8	71,1	41,1	96,4	38,5	52,5	3,9	7002
Iramaia	29,5	64,7	57,1	95,4	87,9	56,9	3,3	24,3	76,4	43,4	98,3	52,1	54,8	4,2	11990
Iraquara	26,8	62,4	24,6	95,4	76,4	50,7	3,7	17,7	76,7	23,6	87,7	64,0	50,5	4,8	22601
Irará	29,1	58,9	69,3	99,3	70,9	54,9	3,7	23,3	67,5	51,2	96,9	56,8	52,4	4,3	27466
Irecê	18,4	42,3	7,0	81,1	13,7	31,7	5,1	13,4	57,8	1,9	70,3	6,0	33,0	5,2	66181
Itabela	32,8	56,0	27,6	99,1	22,2	46,4	3,3	25,7	66,0	18,1	95,6	11,0	45,0	4,1	28390

Tabela 9C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado da BAHIA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Itaberaba	24,8	48,3	22,3	40,1	31,5	35,0	4,3	18,0	60,9	13,7	23,3	21,2	33,4	4,8	61631
Itabuna	15,1	37,7	9,1	21,7	13,4	22,9	5,6	10,4	44,4	5,7	16,9	7,2	22,2	5,4	204667
Itacaré	34,9	60,7	63,4	80,0	69,5	54,8	2,8	23,0	67,2	46,1	52,2	41,7	45,6	4,3	24318
Itaeté	37,9	68,0	48,9	64,6	82,0	56,4	2,9	26,3	75,9	22,7	89,5	48,2	51,9	4,0	14924
Itagi	36,5	64,7	42,1	52,7	41,7	49,1	3,1	30,8	74,5	25,3	37,7	23,5	45,6	3,7	13051
Itagibá	35,6	63,7	48,9	60,3	45,8	50,4	3,3	26,5	70,9	27,6	29,7	28,5	42,7	4,0	15193
Itagimirim	30,0	42,5	25,8	33,7	24,0	33,8	3,7	27,9	62,7	17,5	19,3	14,7	36,9	3,9	7110
Itaguaçu da Bahia	34,9	64,7	44,7	99,6	96,9	58,7	2,6	28,7	79,3	19,6	86,2	57,2	54,1	3,8	13209
Itaju do Colônia	33,5	59,0	38,2	50,2	42,1	45,4	3,4	25,7	69,6	24,0	24,6	23,3	40,5	4,1	7309
Itajuípe	26,9	58,2	27,5	39,5	29,3	39,5	3,8	21,8	61,8	17,9	36,6	14,0	36,2	4,4	21081
Itamaraju	28,8	44,4	25,8	60,0	31,2	37,4	3,8	22,1	58,8	16,7	41,2	20,5	36,2	4,4	63069
Itamari	35,6	56,3	63,2	75,5	91,1	54,9	2,9	28,2	64,6	26,8	55,0	26,6	43,5	3,9	7903
Itambé	35,7	58,8	29,5	37,1	44,7	44,1	3,0	24,8	60,9	18,3	13,2	16,4	34,8	4,2	23089
Itanagra	32,2	57,5	59,7	64,1	98,3	53,2	3,0	24,6	71,9	33,8	74,2	36,2	48,4	4,2	7598
Itanhém	31,5	50,0	31,9	45,5	49,5	41,1	3,8	24,8	61,5	26,8	31,0	27,0	38,7	4,2	20216
Itaparica	14,9	47,0	23,2	54,8	28,4	32,4	5,2	7,6	61,4	11,7	50,5	21,9	32,6	5,7	20725
Itapé	29,6	63,8	44,7	51,0	44,3	46,7	3,6	23,2	67,7	24,3	35,2	21,7	40,0	4,3	10995
Itapebi	37,0	57,2	29,7	92,8	45,0	49,9	2,9	29,6	67,5	19,9	94,2	23,5	48,1	3,8	10495
Itapetinga	21,8	40,3	5,6	12,6	11,4	24,7	4,7	14,9	46,4	4,3	6,9	3,6	23,0	5,0	68273
Itapicuru	47,2	70,6	63,8	96,7	84,7	65,7	2,0	38,5	81,0	27,9	85,6	62,4	59,4	3,0	32261
Itapitanga	37,1	64,1	29,7	37,8	33,7	45,5	3,5	25,7	75,5	19,8	18,6	20,6	41,3	4,1	10207
Itaquara	39,0	59,0	39,7	69,7	54,6	50,7	2,6	33,8	76,9	28,4	36,7	28,5	48,1	3,4	7678
Itarantim	27,2	56,7	25,9	35,8	31,3	38,7	3,4	23,0	64,7	15,3	21,2	19,9	36,3	4,3	18539
Itatim	31,0	56,7	33,2	97,7	49,5	48,9	3,3	23,3	70,4	14,6	97,1	27,0	47,0	4,3	14522
Itiruçu	31,7	58,0	36,3	90,4	26,5	47,1	3,5	24,5	67,7	20,7	46,6	16,3	40,8	4,2	12693

Tabela 9C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado da BAHIA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Itiúba	31,8	67,4	67,5	91,3	79,7	58,6	2,7	26,6	77,1	51,1	69,5	57,4	54,1	4,0	36113
Itororó	31,8	54,5	17,4	32,9	29,8	38,2	3,4	24,4	59,6	12,3	25,8	17,4	35,0	4,2	19914
Ituaçu	37,8	56,0	64,6	96,1	78,9	56,8	2,6	25,8	69,2	50,3	90,1	58,7	53,3	4,1	18127
Ituberá	31,9	58,3	53,5	68,4	51,7	49,0	3,4	20,4	67,0	38,7	57,5	23,5	42,8	4,6	26591
Iuiú	37,6	64,9	42,8	94,1	72,4	56,8	3,0	26,0	72,3	52,3	84,7	37,3	52,1	4,1	10900
Jaborandi	37,1	70,6	59,4	73,0	82,2	59,0	2,7	25,6	71,6	29,9	48,2	56,5	47,3	4,1	8973
Jacaraci	33,5	57,3	41,6	93,6	76,7	52,9	3,1	25,8	61,5	15,5	93,1	59,3	47,3	4,1	13651
Jacobina	23,4	47,6	27,0	48,8	28,9	35,4	4,3	17,6	59,3	15,4	40,9	13,8	34,1	4,8	79247
Jaguaquara	32,5	54,2	33,1	92,3	30,0	46,2	3,5	26,8	69,0	22,2	68,8	20,7	44,9	4,0	51011
Jaguarari	28,8	50,3	42,2	65,4	50,9	43,6	3,7	18,2	62,5	19,6	33,5	31,5	36,6	4,8	30343
Jaguaripe	37,0	64,9	60,0	92,6	76,0	58,5	3,1	28,4	78,7	53,6	89,3	57,4	57,6	3,9	16467
Jandaíra	40,3	69,2	65,1	97,5	72,2	61,9	2,7	27,3	81,4	33,0	95,7	36,1	54,8	4,0	10331
Jequié	22,3	46,5	17,2	32,9	21,3	31,3	4,7	15,9	54,7	9,4	18,3	9,2	28,5	5,0	151895
Jeremoabo	44,1	64,3	54,8	72,0	61,2	56,8	2,7	32,0	71,7	35,7	57,5	47,0	50,3	3,6	37680
Jiquiriçá	35,5	54,9	70,8	80,1	70,6	53,8	3,1	22,6	72,7	57,7	66,2	56,1	51,4	4,4	14118
Jitaúna	35,1	72,7	58,0	60,0	53,3	54,9	3,2	29,7	73,7	39,0	40,4	28,4	47,1	3,8	14115
João Dourado	28,7	52,9	17,2	97,9	37,7	44,0	3,6	20,7	75,3	11,2	95,1	22,9	46,8	4,5	22549
Juazeiro	20,5	43,1	18,7	37,8	36,4	31,5	5,1	13,4	55,3	9,2	31,0	16,3	29,7	5,2	197965
Jucuruçu	44,7	62,8	67,6	85,5	82,8	61,1	2,4	32,0	73,8	57,0	53,1	55,1	53,6	3,6	10290
Jussara	33,6	62,3	35,9	99,4	76,3	54,6	3,3	25,8	75,8	9,3	96,6	41,1	50,4	4,1	15052
Jussari	28,0	60,1	25,7	38,0	35,8	40,7	3,6	29,5	68,7	14,8	28,3	20,4	40,7	3,8	6474
Jussiapé	21,1	48,0	41,5	83,8	73,0	43,9	3,8	25,3	61,2	14,0	75,7	61,0	45,2	4,1	8031
Lafaiete Coutinho	34,9	62,1	52,7	73,9	58,5	52,5	2,9	26,8	68,7	29,3	55,3	29,5	45,0	4,0	3901
Lagoa Real	39,1	64,8	54,6	99,6	87,2	60,4	2,6	23,8	76,2	65,8	93,5	77,5	58,7	4,3	13934
Laje	35,1	52,5	67,9	83,2	80,2	53,7	3,2	27,4	72,5	49,5	67,7	59,4	52,6	4,0	22201

Tabela 9C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado da BAHIA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Lajedão	35,8	49,5	39,2	99,7	48,7	48,8	3,6	24,2	56,2	30,0	29,9	35,1	37,6	4,2	3733
Lajedinho	30,1	69,6	63,2	82,9	75,1	57,0	2,7	27,6	78,7	45,2	69,9	67,3	55,3	3,9	3936
Lajedo do Tabocal	34,6	59,2	41,9	99,2	48,3	52,0	3,1	29,3	73,3	25,1	99,3	35,5	52,2	3,8	8305
Lamarão	35,1	55,0	79,2	87,3	91,0	57,2	2,7	32,8	78,7	61,7	68,6	81,0	60,0	3,5	9560
Lapão	25,1	60,0	30,1	41,7	69,3	43,6	3,8	21,0	75,3	9,3	88,4	42,4	47,8	4,5	25646
Lauro de Freitas	9,4	30,4	12,5	28,9	10,9	19,3	6,5	4,9	36,0	3,0	18,7	1,3	16,7	5,9	163449
Lençóis	28,5	49,5	32,0	59,0	45,6	41,0	4,1	18,7	68,3	20,3	34,7	25,9	38,5	4,7	10368
Licínio de Almeida	28,6	58,8	32,1	99,1	77,0	51,3	3,6	22,9	64,3	36,4	95,2	45,8	48,5	4,3	12311
Livramento de Nossa Senhora	28,2	48,9	63,7	78,7	64,3	47,7	4,0	21,2	64,8	35,9	63,5	50,4	45,1	4,5	42693
Luís Eduardo Magalhães	ND	20,7	20,4	46,2	19,1	ND	4,8	7,3	34,0	10,1	81,7	3,5	24,4	5,7	60105
Macajuba	34,0	68,0	54,1	83,4	48,1	54,5	2,5	27,8	78,7	36,5	43,3	35,7	48,9	3,9	11229
Macarani	36,5	54,3	22,4	32,7	29,3	40,2	3,1	27,5	59,4	16,0	18,8	17,3	35,6	3,9	17093
Macaúbas	35,2	65,4	24,8	95,1	73,6	54,4	3,2	26,4	68,9	11,4	67,5	58,1	46,9	4,0	47051
Macururé	29,3	62,2	62,4	99,8	94,0	57,5	3,2	25,8	73,0	47,0	98,6	85,2	57,5	4,1	8073
Madre de Deus	8,7	37,9	1,5	12,2	2,1	17,9	5,7	5,3	46,0	,3	7,9	,7	18,9	5,9	17376
Maetinga	39,8	68,2	83,3	87,8	87,2	63,6	2,0	32,9	67,8	46,3	66,3	59,3	52,4	3,5	7038
Maiquinique	33,8	57,0	24,3	29,9	35,2	40,6	3,2	26,8	62,5	24,4	21,8	24,1	38,3	4,0	8782
Mairi	31,0	60,3	57,9	74,1	59,4	51,2	3,1	24,1	69,0	35,1	35,1	33,6	43,0	4,2	19326
Malhada	37,5	69,2	42,2	99,1	64,0	57,9	3,0	24,3	77,0	34,6	81,3	42,1	51,4	4,2	16014
Malhada de Pedras	32,3	61,9	73,4	95,6	75,4	57,5	2,9	26,1	68,2	54,7	88,4	61,1	53,5	4,1	8468
Manoel Vitorino	39,8	65,4	59,6	71,2	65,4	56,4	2,3	27,8	73,4	45,2	95,8	46,3	54,4	3,9	14387
Mansidão	22,7	73,2	46,8	72,4	89,6	54,1	3,3	17,6	78,1	45,5	95,7	64,3	54,1	4,8	12592
Maracás	28,8	64,8	66,4	99,2	43,7	54,1	3,2	24,6	71,5	39,4	89,6	24,4	49,4	4,2	24613
Maragogipe	30,7	53,4	50,1	71,1	68,0	48,3	3,6	22,8	71,6	40,0	52,6	38,3	46,2	4,4	42815
Maraú	45,8	65,4	80,8	90,1	90,3	65,0	2,4	25,4	69,2	73,1	75,0	53,4	53,5	4,1	19101

Tabela 9C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado da BAHIA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Marcionílio Souza	34,7	61,3	46,3	97,3	64,8	54,5	3,0	30,6	77,1	30,9	84,0	38,3	53,2	3,7	10500
Mascote	36,3	65,4	30,7	77,3	42,3	50,7	3,0	30,6	74,7	19,7	52,5	24,8	46,7	3,7	14640
Mata de São João	18,8	44,5	37,4	74,5	39,9	37,5	4,8	11,6	55,8	20,5	55,6	16,7	33,1	5,3	40183
Matina	40,8	75,6	73,7	73,4	76,9	63,1	2,7	31,9	74,4	39,4	95,0	66,5	57,3	3,6	11145
Medeiros Neto	31,2	49,7	24,6	47,8	36,9	39,3	3,9	24,1	59,0	20,0	63,8	22,7	39,9	4,2	21560
Miguel Calmon	25,9	58,1	43,5	72,4	53,8	46,4	3,5	20,4	70,9	17,1	50,8	40,6	42,7	4,6	26475
Milagres	27,5	52,6	30,5	98,8	51,2	46,2	3,6	22,3	67,6	14,9	94,4	22,8	45,0	4,4	10306
Mirangaba	30,0	61,7	45,9	90,4	81,7	53,8	2,8	25,3	78,4	36,2	75,8	50,4	52,6	4,1	16279
Mirante	35,5	72,5	90,0	97,7	91,4	65,7	1,7	30,2	75,0	75,3	64,3	77,2	58,4	3,7	10507
Monte Santo	44,2	72,7	86,0	98,0	95,2	68,8	1,8	35,6	77,6	74,4	78,5	69,3	61,9	3,2	52338
Morpará	33,1	60,4	30,4	99,1	58,3	51,6	3,3	27,6	73,6	33,5	94,8	38,7	52,4	3,9	8280
Morro do Chapéu	29,9	54,1	40,4	69,7	62,4	46,6	3,5	22,0	73,3	29,0	88,6	40,6	49,4	4,4	35164
Mortugaba	31,0	59,1	56,4	98,0	66,0	53,7	3,4	26,5	58,3	35,9	98,1	49,2	48,2	4,0	12477
Mucugê	33,9	55,8	38,0	88,3	68,5	50,8	2,7	19,9	63,6	23,6	57,5	50,2	42,2	4,6	10545
Mucuri	25,6	41,1	57,1	67,6	23,5	38,6	4,4	18,3	50,9	51,1	68,1	14,8	38,1	4,7	36026
Mulungu do Morro	27,9	76,3	65,9	99,1	85,5	61,5	3,1	20,4	79,4	77,3	99,4	52,3	58,2	4,6	12249
Mundo Novo	30,3	54,7	44,3	82,9	46,5	47,3	3,3	22,9	74,0	29,5	57,7	27,1	45,5	4,3	24395
Muniz Ferreira	30,3	57,9	64,7	99,6	70,3	54,5	3,8	22,5	66,2	52,8	72,0	31,9	47,0	4,4	7317
Muquém de São Francisco	36,2	61,2	49,1	99,7	89,0	57,7	2,6	25,2	80,4	31,7	79,7	69,2	54,9	4,1	10272
Muritiba	23,4	46,0	44,0	89,1	43,8	42,2	4,8	16,8	60,2	27,7	84,8	31,0	41,6	4,9	28899
Mutuípe	32,7	49,5	54,5	62,0	57,4	46,2	3,5	23,5	69,2	49,0	44,6	51,1	46,9	4,3	21449
Nazaré	22,9	52,7	33,7	59,2	34,8	39,3	4,8	18,4	63,0	21,9	42,8	17,4	36,9	4,7	27274
Nilo Peçanha	33,5	62,0	51,3	74,6	66,3	52,6	2,8	26,3	74,0	51,6	58,3	43,1	50,5	4,0	12530
Nordestina	38,3	67,4	78,5	99,6	84,2	63,3	2,4	29,5	80,0	53,2	93,3	62,3	59,3	3,8	12371
Nova Canaã	37,9	60,8	63,0	67,3	62,4	53,8	2,8	31,4	72,5	47,6	48,6	49,6	50,9	3,6	16713

Tabela 9C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado da BAHIA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Nova Fátima	28,8	50,9	44,6	46,5	55,7	42,5	3,5	23,6	63,2	18,2	27,1	20,2	37,0	4,3	7602
Nova Ibiá	33,2	62,9	60,1	67,6	65,0	52,9	2,9	29,0	64,9	59,4	56,8	58,0	50,3	3,8	6648
Nova Itarana	35,6	64,4	65,6	94,6	62,4	57,4	2,6	30,6	79,8	23,5	92,6	27,0	53,2	3,7	7435
Nova Redenção	37,0	61,2	38,8	99,2	64,4	54,7	2,7	27,2	71,5	23,4	87,6	33,8	49,2	4,0	8034
Nova Soure	38,0	63,9	36,5	97,9	65,6	55,7	2,9	31,4	77,0	22,0	98,4	46,1	54,7	3,6	24136
Nova Viçosa	28,4	50,6	55,1	82,6	33,1	45,1	3,8	19,0	57,7	38,1	80,0	18,5	40,9	4,7	38556
Novo Horizonte	28,2	50,8	31,0	99,7	86,4	49,1	3,0	21,9	70,9	23,6	88,5	66,1	50,2	4,4	10673
Novo Triunfo	34,8	66,4	47,7	64,3	68,8	53,4	3,4	23,3	79,7	28,8	37,2	39,8	46,6	4,3	15051
Olindina	34,1	60,8	35,2	66,8	61,9	49,5	3,2	29,1	77,3	17,6	44,8	41,5	47,5	3,8	24943
Oliveira dos Brejinhos	27,2	63,9	24,3	99,4	82,3	52,3	3,2	22,0	75,6	15,9	84,7	56,0	49,8	4,4	21831
Ouriçangas	35,5	54,5	48,8	97,3	74,9	53,6	3,0	26,9	68,1	8,2	82,5	59,3	48,1	4,0	8298
Ourolândia	41,1	70,1	52,5	98,3	73,6	61,4	2,4	27,9	76,8	34,3	78,0	33,3	51,4	3,9	16425
Palmas de Monte Alto	37,9	70,3	64,0	99,7	75,1	61,8	2,8	28,4	70,7	44,8	78,3	55,9	52,7	3,9	20775
Palmeiras	23,3	52,8	36,7	96,2	49,3	45,0	4,1	17,8	70,6	14,7	67,8	26,7	42,0	4,8	8410
Paramirim	26,6	49,7	37,3	83,9	58,7	44,7	3,8	20,0	60,8	19,7	59,2	45,9	40,7	4,6	21001
Paratinga	30,6	72,6	48,5	99,8	76,3	58,6	3,2	24,3	80,1	36,4	95,3	66,3	56,3	4,2	29504
Paripiranga	37,2	50,3	80,4	94,1	77,9	56,0	2,8	28,1	70,5	67,7	72,1	62,3	54,8	3,9	27778
Pau Brasil	36,2	55,7	36,3	46,6	46,8	45,1	3,1	28,2	72,3	29,8	22,5	29,2	43,3	3,9	10852
Paulo Afonso	22,7	41,5	14,9	25,4	19,8	28,5	5,0	16,7	50,5	11,4	14,7	13,4	27,5	4,9	108396
Pé de Serra	28,9	62,6	66,2	67,3	69,7	52,3	2,9	24,4	69,3	43,6	95,7	41,9	51,2	4,2	13752
Pedrao	29,1	65,4	81,3	96,9	84,3	59,4	3,3	21,9	73,1	63,9	96,8	74,7	56,8	4,4	6876
Pedro Alexandre	48,7	72,8	85,7	99,3	89,8	70,0	1,8	41,0	84,7	73,9	95,3	70,6	68,1	2,8	16995
Piatã	28,8	61,7	22,5	99,6	73,8	51,1	3,1	23,7	72,1	34,5	94,2	56,0	52,1	4,3	17982
Pilão Arcado	40,5	73,3	71,5	98,7	80,4	64,9	2,0	30,1	80,5	61,9	96,0	66,0	61,2	3,7	32860
Pindaí	32,0	56,5	51,2	92,4	90,6	54,2	3,2	23,8	68,0	47,7	96,3	71,0	53,7	4,3	15628

Tabela 9C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado da BAHIA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Pindobaçu	31,6	64,8	43,6	89,8	50,9	52,3	3,2	24,7	76,2	27,5	53,8	23,2	45,9	4,2	20121
Pintadas	32,1	54,8	68,8	60,4	57,4	49,1	3,2	24,1	62,2	40,6	34,4	32,1	41,0	4,2	10342
Piraí do Norte	36,4	68,5	82,8	90,3	79,4	62,0	2,4	26,2	71,9	58,7	67,6	53,6	52,4	4,1	9799
Piripá	36,4	63,7	64,2	98,6	69,7	58,4	3,0	25,4	70,4	36,7	94,6	49,1	51,7	4,1	12783
Piritiba	28,5	53,7	22,2	67,0	32,3	41,0	3,5	21,6	74,3	16,9	60,1	24,1	43,8	4,5	22399
Planaltino	46,0	58,8	71,7	99,6	91,8	62,9	2,4	32,3	67,9	65,0	99,2	50,7	56,9	3,5	8822
Planalto	39,3	55,6	45,2	96,6	42,6	51,9	2,9	29,5	69,2	37,8	96,9	35,8	51,9	3,8	24481
Poções	34,7	56,4	31,3	62,8	31,2	44,6	3,1	26,9	68,6	17,7	29,7	18,3	40,1	4,0	44701
Pojuca	16,7	41,8	24,4	32,6	23,3	28,6	4,9	9,3	52,0	13,0	11,6	9,5	24,9	5,5	33066
Ponto Novo	34,4	70,7	55,4	52,8	55,8	53,2	2,7	25,4	74,5	19,3	87,6	24,3	48,4	4,1	15742
Porto Seguro	18,6	37,1	46,9	56,7	21,4	32,3	4,5	12,0	52,3	33,3	28,9	9,5	29,9	5,3	126929
Potiraguá	35,5	65,9	35,3	45,4	37,0	47,3	3,4	22,4	65,2	11,7	20,5	10,4	35,0	4,4	9810
Prado	28,4	49,6	44,5	82,6	44,4	44,6	3,8	19,9	65,1	36,3	84,0	30,6	45,1	4,6	27627
Presidente Dutra	22,1	61,9	28,1	88,7	62,2	47,3	4,2	15,4	73,7	4,4	92,3	19,3	43,1	5,0	13750
Presidente Jânio Quadros	44,1	60,4	83,7	88,5	83,9	62,2	1,9	34,0	73,8	62,0	55,7	64,8	55,9	3,4	13652
Presidente Tancredo Neves	39,0	58,2	65,3	78,6	80,7	56,4	2,7	29,2	73,5	48,6	64,3	52,1	52,5	3,8	23846
Queimadas	30,2	63,8	54,4	77,9	65,0	52,6	3,2	23,6	72,7	38,5	52,5	38,3	46,7	4,3	24602
Quijingue	44,6	73,3	69,2	99,2	84,5	66,6	2,1	34,5	78,2	42,5	79,4	57,4	57,4	3,3	27228
Quixabeira	34,5	64,4	60,5	99,0	53,5	56,2	3,1	30,8	71,5	26,4	95,3	24,3	50,8	3,7	9554
Rafael Jambeiro	39,3	68,3	74,8	95,6	80,6	62,8	2,5	29,8	74,0	47,5	84,7	60,1	55,6	3,7	22874
Remanso	33,2	57,8	40,3	50,0	57,3	46,5	3,5	27,5	70,1	34,9	28,4	38,7	44,3	3,9	38957
Retirolândia	28,2	55,4	61,9	93,8	54,5	50,5	3,9	19,2	65,6	31,2	80,4	25,8	43,7	4,7	12055
Riachão das Neves	38,8	69,3	47,5	99,4	64,1	59,0	2,8	30,2	75,0	40,5	88,6	56,4	55,4	3,7	21937
Riachão do Jacuípe	24,0	53,8	38,6	54,6	47,5	41,3	4,2	18,0	64,5	22,0	29,2	26,9	36,7	4,8	33172
Riacho de Santana	33,8	69,5	37,2	99,3	65,4	56,4	3,4	27,6	73,1	32,8	92,2	52,4	53,1	3,9	30646

Tabela 9C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado da BAHIA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Ribeira do Amparo	46,0	64,8	55,9	97,0	87,2	62,7	2,1	35,6	80,0	26,6	98,6	61,1	59,1	3,2	14276
Ribeira do Pombal	33,6	55,3	26,9	91,7	48,1	47,9	3,4	26,4	64,3	12,0	69,9	29,5	43,0	4,0	47518
Ribeirão do Largo	43,3	62,6	68,8	85,1	73,2	59,8	2,2	31,0	69,1	42,3	65,3	45,3	50,4	3,6	8602
Rio de Contas	26,6	50,2	28,1	98,2	70,4	46,5	3,8	20,1	63,0	26,3	75,9	40,8	43,5	4,6	13007
Rio do Antônio	35,2	67,7	59,3	98,0	78,9	59,6	2,8	28,4	73,6	38,8	82,0	56,6	53,5	3,9	14815
Rio do Pires	33,0	54,0	46,8	92,1	72,1	51,5	3,1	27,3	65,1	29,7	96,7	48,4	50,0	4,0	11918
Rio Real	31,3	57,8	62,0	97,5	65,7	53,8	3,1	24,4	72,5	33,5	89,7	39,2	50,4	4,2	37164
Rodelas	25,4	42,6	7,0	25,4	37,0	30,5	4,6	22,2	71,5	5,3	8,7	13,7	35,5	4,4	7775
Ruy Barbosa	29,7	58,0	40,5	57,6	46,5	45,2	3,6	22,8	69,7	25,2	40,1	23,8	41,4	4,4	29887
Salinas da Margarida	15,6	61,4	14,0	98,1	18,8	40,4	4,7	12,0	71,0	5,7	88,1	3,7	39,2	5,3	13456
Salvador	6,3	25,6	3,4	16,6	6,6	13,9	7,2	4,0	36,3	1,1	6,5	3,4	15,2	6,0	2675656
Santa Bárbara	31,0	60,9	59,6	71,6	61,6	51,5	3,6	22,2	73,0	34,3	92,5	47,5	50,9	4,4	19064
Santa Brígida	48,9	73,0	72,6	85,2	75,2	66,0	2,3	34,1	76,1	48,5	55,2	50,0	53,9	3,4	15060
Santa Cruz Cabrália	24,1	43,7	51,9	63,8	36,3	39,1	4,2	15,8	65,7	27,5	47,5	19,1	38,1	5,0	26264
Santa Cruz da Vitória	36,0	60,5	35,8	55,4	60,2	48,8	3,5	24,6	70,5	18,9	21,3	24,3	39,7	4,2	6673
Santa Inês	34,2	52,0	15,4	58,3	21,1	39,8	3,6	28,3	69,2	13,6	28,6	11,0	39,5	3,9	10363
Santa Luzia	35,5	60,4	51,1	68,0	59,5	51,4	2,6	29,9	71,2	38,8	45,7	42,7	48,1	3,7	13344
Santa Maria da Vitória	29,3	57,0	26,4	98,2	51,6	47,9	3,7	24,1	67,7	19,6	84,7	38,6	46,5	4,2	40309
Santa Rita de Cássia	26,1	63,5	43,8	92,9	59,3	51,0	3,5	21,1	74,6	34,9	81,0	40,0	49,3	4,5	26250
Santa Teresinha	37,8	58,1	42,0	99,1	87,3	56,2	2,8	25,4	71,7	32,7	94,4	63,2	53,0	4,1	9648
Santaluz	32,2	56,3	48,1	62,5	56,1	47,6	3,5	23,4	73,9	32,2	33,2	31,0	43,7	4,3	33838
Santana	32,5	57,7	15,7	98,1	58,7	48,8	3,7	25,7	68,4	7,4	85,4	45,1	46,7	4,1	24750
Santanópolis	31,0	64,5	87,0	98,0	92,0	61,1	3,4	24,3	71,5	49,6	98,6	63,1	54,8	4,2	8776
Santo Amaro	17,6	44,6	27,6	51,1	25,1	32,3	5,1	12,7	61,4	20,7	37,2	18,5	33,7	5,2	57800
Santo Antônio de Jesus	16,9	40,5	27,8	41,9	22,0	29,4	5,1	12,4	48,1	15,9	30,4	15,7	27,4	5,3	90985

Tabela 9C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado da BAHIA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Santo Estêvão	30,1	55,8	58,9	98,7	65,5	52,5	3,4	21,5	64,8	25,0	85,9	43,9	45,8	4,5	47880
São Desidério	38,1	53,9	48,5	57,5	68,5	49,5	3,0	25,5	63,4	44,5	89,2	51,2	49,8	4,1	27659
São Domingos	25,3	52,1	39,6	66,7	35,5	41,4	3,9	22,1	60,2	15,4	27,0	19,1	35,0	4,4	9226
São Felipe	30,8	52,8	74,6	96,8	66,6	53,3	3,5	22,7	70,4	52,0	89,6	49,0	51,9	4,4	20305
São Félix	23,1	52,2	44,3	52,4	40,4	40,1	4,4	15,0	63,8	33,0	29,3	31,4	37,0	5,0	14098
São Félix do Coribe	23,5	54,0	23,9	98,1	31,9	42,8	3,9	16,8	62,7	7,0	98,3	23,6	41,0	4,9	13048
São Francisco do Conde	16,8	47,7	28,1	47,0	42,4	34,3	5,0	10,1	54,9	7,5	30,7	7,1	27,4	5,5	33183
São Gabriel	27,2	64,1	25,1	95,0	53,5	49,4	3,6	19,6	76,4	17,8	90,3	23,3	47,0	4,6	18427
São Gonçalo dos Campos	22,6	53,3	48,0	98,6	62,5	47,6	4,3	15,0	61,3	28,6	92,0	30,6	42,1	5,0	33283
São José da Vitória	32,1	61,5	26,5	58,1	51,1	46,2	2,8	28,1	73,0	14,1	19,3	16,4	40,4	3,9	5715
São José do Jacuípe	36,7	70,1	42,9	59,4	45,6	52,2	2,9	28,6	70,2	25,3	60,9	23,5	45,7	3,9	10180
São Miguel das Matas	29,4	45,6	80,9	92,5	74,5	51,2	3,1	24,6	68,4	55,2	80,9	66,1	52,8	4,2	10414
São Sebastião do Passé	19,7	48,3	43,2	51,5	36,2	37,0	4,7	13,8	55,9	28,1	29,8	17,5	32,0	5,1	42153
Sapeaçu	25,7	49,1	65,8	98,4	62,5	49,1	4,0	15,9	67,5	47,0	95,3	45,5	48,2	5,0	16585
Sátiro Dias	41,3	72,1	53,6	77,5	74,7	60,2	2,5	30,4	77,8	13,9	63,5	61,3	51,5	3,7	18964
Saubara	19,2	44,5	16,0	85,3	32,1	35,8	4,5	14,6	69,0	5,0	72,1	12,3	38,4	5,1	11201
Saúde	32,3	61,0	27,4	50,3	60,9	46,3	3,3	21,7	72,3	21,7	76,8	34,7	46,4	4,4	11845
Seabra	21,0	54,5	25,8	99,2	64,7	45,4	3,9	16,1	68,8	27,9	95,0	44,4	46,6	4,9	41798
Sebastião Laranjeiras	33,5	57,3	39,6	51,0	74,1	48,0	3,2	24,8	68,5	35,2	86,3	53,3	50,2	4,2	10371
Senhor do Bonfim	21,7	45,7	21,3	42,7	32,3	33,2	4,7	16,3	60,3	10,2	41,9	13,9	33,5	4,9	74419
Sento Sé	33,6	67,2	30,2	74,2	69,3	52,5	3,1	24,5	80,5	17,1	60,2	48,4	49,2	4,2	37425
Serra do Ramalho	32,2	70,0	16,1	99,7	95,5	56,5	3,3	24,8	77,4	17,5	97,5	81,0	55,1	4,2	31638
Serra Dourada	30,1	63,7	43,1	71,0	73,7	51,4	3,7	23,9	72,3	37,6	94,5	59,6	52,9	4,3	18112
Serra Preta	33,9	59,0	64,4	95,7	81,2	56,6	2,9	27,8	70,8	46,9	85,9	50,4	53,0	3,9	15401
Serrinha	24,4	53,3	30,9	61,4	55,3	41,9	4,2	17,0	61,7	14,0	43,7	37,7	37,0	4,9	76762

Tabela 9C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado da BAHIA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Serrolândia	33,2	61,1	41,1	96,9	41,8	51,3	3,4	22,6	68,5	12,0	95,1	17,2	44,7	4,4	12344
Simões Filho	11,6	41,5	16,1	51,1	32,7	28,6	5,5	7,9	52,5	7,4	33,4	15,9	26,9	5,6	118047
Sítio do Mato	29,8	69,5	49,0	99,8	66,8	56,4	3,0	21,0	86,6	31,8	85,4	45,1	54,0	4,5	12050
Sítio do Quinto	47,4	60,4	61,4	89,2	77,8	60,5	2,2	38,0	73,2	27,9	79,6	32,8	53,1	3,0	12592
Sobradinho	21,5	50,2	7,2	40,9	10,4	31,1	4,9	18,4	62,4	7,9	23,1	8,0	32,3	4,7	22000
Souto Soares	25,9	61,3	47,1	99,4	78,8	53,0	3,2	20,9	76,8	13,4	94,2	64,2	51,3	4,5	15899
Tabocas do Brejo Velho	39,3	63,8	20,7	99,2	82,2	56,1	2,9	29,4	75,6	13,0	93,1	69,7	54,2	3,8	11431
Tanhaçu	28,1	51,3	60,3	86,5	66,6	49,2	2,9	25,9	71,1	50,3	85,4	52,4	52,9	4,1	20013
Tanque Novo	36,7	59,8	52,7	99,4	69,4	56,0	2,6	27,8	70,7	35,3	97,5	54,1	53,3	3,9	16128
Tanquinho	24,5	54,2	32,5	58,4	35,3	40,3	4,4	19,6	66,6	24,4	50,0	22,1	40,0	4,6	8008
Taperoá	36,3	65,7	53,0	74,8	68,8	55,3	3,1	27,2	75,0	38,3	64,0	47,4	50,8	4,0	18748
Tapiramutá	35,0	63,2	26,5	99,4	48,7	52,0	2,9	23,6	77,6	12,4	97,4	22,7	49,0	4,3	16516
Teixeira de Freitas	21,3	38,6	39,3	49,0	8,1	31,0	4,8	14,7	46,1	20,6	23,2	5,4	26,4	5,1	138341
Teodoro Sampaio	29,4	57,7	33,0	73,3	50,3	46,2	3,9	23,0	72,1	22,8	74,3	24,1	45,6	4,3	7895
Teofilândia	33,9	64,1	75,5	82,1	75,8	57,7	2,9	24,9	69,9	29,8	70,5	53,5	48,5	4,2	21482
Teolândia	43,4	71,2	78,6	83,3	82,3	64,5	2,4	30,8	76,2	63,8	48,0	61,4	54,7	3,7	14836
Terra Nova	18,9	58,3	30,0	58,8	33,0	39,3	4,2	13,1	66,7	28,0	30,9	12,9	35,3	5,2	12803
Tremedal	42,8	64,2	78,4	99,5	86,0	63,9	2,2	30,6	68,8	65,4	89,6	73,9	57,7	3,7	17029
Tucano	39,0	61,1	49,6	68,5	70,3	53,8	2,9	29,4	74,7	23,1	41,6	42,0	47,0	3,8	52418
Uauá	30,0	61,6	61,0	99,0	62,8	54,5	3,5	23,5	72,3	49,0	96,3	49,6	53,3	4,3	24294
Ubaíra	34,8	56,1	54,1	67,9	60,9	50,1	3,2	29,9	71,0	44,9	60,0	46,1	50,5	3,7	19750
Ubaitaba	28,4	57,8	41,3	51,3	35,8	43,1	3,5	21,3	64,5	20,1	24,3	16,1	36,1	4,5	20691
Ubatã	31,9	58,2	37,4	46,1	42,6	44,1	3,7	26,8	71,4	30,9	37,6	25,5	43,9	4,0	25004
Uibaí	22,3	53,7	34,4	99,1	65,3	46,5	4,0	16,6	70,3	7,8	97,7	9,2	42,3	4,9	13625
Umburanas	41,2	69,8	85,5	97,5	77,5	65,0	2,3	25,4	87,1	44,3	91,2	49,8	58,1	4,1	17000

Tabela 9C - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado da BAHIA

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Una	36,7	60,5	63,2	78,0	64,7	54,7	2,6	25,4	68,7	44,5	68,9	36,6	48,1	4,1	24110
Urandi	28,3	52,4	26,8	88,7	71,6	46,8	3,5	23,3	63,3	21,0	90,9	50,3	46,6	4,3	16466
Uruçuca	31,2	55,7	39,5	38,8	34,6	41,7	3,6	21,9	63,0	24,8	29,1	25,4	37,7	4,4	19837
Utinga	29,9	61,2	27,9	95,6	38,5	48,3	3,1	21,0	76,1	14,2	97,3	23,3	47,8	4,5	18173
Valença	26,5	47,3	33,7	49,0	41,8	38,3	4,3	19,2	61,5	25,1	30,7	26,5	36,5	4,7	88673
Valente	25,6	52,8	37,4	71,8	35,6	42,1	4,1	16,2	54,2	17,9	48,8	18,6	33,3	4,9	24560
Várzea da Roça	34,5	63,0	59,2	97,3	52,8	55,3	2,6	29,0	74,6	29,0	77,7	30,1	50,2	3,8	13786
Várzea do Poço	27,1	53,8	39,7	81,9	39,8	44,7	3,4	23,7	67,4	16,6	78,4	15,3	43,2	4,3	8661
Várzea Nova	32,2	60,5	43,6	90,7	43,7	50,5	3,2	23,6	74,5	34,7	59,6	26,2	46,6	4,3	13073
Varzedo	29,9	56,9	56,8	91,8	78,8	53,1	3,0	26,2	66,3	37,9	68,6	63,4	49,3	4,1	9109
Vera Cruz	16,1	48,6	21,8	64,0	27,9	34,2	4,8	10,8	62,3	7,6	73,8	18,2	35,7	5,4	37567
Vereda	39,4	55,8	44,5	72,7	72,4	52,1	2,8	30,9	66,7	31,6	67,8	39,5	48,1	3,7	6800
Vitória da Conquista	19,8	36,8	21,2	56,1	18,4	29,6	4,9	13,3	48,4	12,7	38,7	10,9	28,0	5,2	306866
Wagner	29,1	53,9	34,7	97,9	64,5	48,8	3,7	21,6	71,4	16,1	98,8	25,8	46,9	4,5	8983
Wanderley	37,9	62,8	56,9	98,3	73,7	58,2	2,9	24,7	73,6	33,5	98,3	49,8	52,7	4,2	12485
Wenceslau Guimarães	47,4	67,8	66,6	84,4	72,5	62,7	2,3	30,5	73,5	55,9	63,9	52,6	53,7	3,7	22189
Xique-Xique	29,3	64,6	27,9	95,6	54,3	50,7	3,5	22,2	75,0	16,6	55,5	31,2	44,4	4,4	45536

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

ANEXO D - REGIÃO SUDESTE

Tabela 1D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do ESPÍRITO SANTO

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Afonso Cláudio	19,3	30,5	57,6	63,0	57,9	35,3	4,7	14,3	46,9	48,0	45,7	40,6	34,9	5,1	31091
Água Doce do Norte	26,2	49,2	48,2	74,2	76,3	46,1	4,3	20,0	55,9	65,7	57,2	40,3	43,1	4,6	11771
Águia Branca	19,5	34,6	74,8	79,6	76,4	42,0	4,7	14,8	46,7	44,5	66,6	60,7	38,7	5,0	9519
Alegre	17,9	28,7	34,0	47,8	36,2	28,2	5,5	13,6	38,9	24,7	38,7	21,7	27,0	5,2	30768
Alfredo Chaves	12,4	29,9	60,5	25,7	57,2	29,0	5,2	7,9	35,9	51,3	27,3	15,6	25,0	5,6	13955
Alto Rio Novo	22,5	37,5	45,8	58,2	62,9	37,6	4,6	17,0	51,8	40,0	41,6	39,3	36,2	4,9	7317
Anchieta	11,4	24,5	28,9	36,2	26,5	21,8	5,6	6,8	32,4	19,6	45,3	5,9	21,1	5,7	23902
Apiacá	18,7	35,5	35,8	40,8	36,8	30,3	4,9	15,3	49,1	27,4	30,2	25,8	30,9	5,0	7512
Aracruz	11,0	26,7	14,4	29,9	14,6	19,2	6,0	7,4	31,0	11,6	16,9	6,3	17,0	5,7	81832
Atilio Vivacqua	15,2	30,8	50,7	32,0	46,4	29,0	5,0	10,5	38,8	28,1	26,4	14,3	24,2	5,4	9850
Baixo Guandu	17,4	27,2	26,2	35,9	35,7	25,3	5,3	13,2	39,1	19,5	21,8	19,5	24,4	5,2	29081
Barra de São Francisco	21,3	33,7	39,9	54,8	50,2	33,7	4,9	15,7	42,7	33,5	41,7	30,0	31,0	5,0	40649
Boa Esperança	19,7	42,9	32,1	55,6	39,8	34,7	4,8	16,5	46,6	27,0	49,3	27,5	32,6	4,9	14199
Bom Jesus do Norte	12,5	20,5	11,2	23,7	10,4	16,1	5,7	9,2	39,2	8,3	19,7	6,9	20,5	5,5	9476
Brejetuba	23,0	35,1	93,1	79,9	84,3	46,1	3,6	18,9	56,1	70,5	52,7	42,7	43,0	4,7	11915
Cachoeiro de Itapemirim	9,3	17,8	9,4	16,5	9,4	13,0	6,1	5,8	27,5	6,2	10,3	3,2	13,7	5,8	189889
Cariacica	9,1	23,7	4,4	33,4	22,7	17,5	5,9	6,1	30,8	2,8	19,4	5,9	15,8	5,8	348738
Castelo	11,8	17,0	39,4	43,9	38,6	22,3	5,7	8,4	28,6	28,2	32,4	21,0	21,2	5,6	34747
Colatina	11,6	19,2	15,1	19,1	15,3	15,8	6,1	7,7	24,8	11,3	13,9	8,3	14,8	5,7	111788
Conceição da Barra	22,0	42,9	18,0	89,1	33,8	37,0	4,9	15,2	53,1	15,2	67,5	16,1	34,1	5,0	28449
Conceição do Castelo	17,3	27,0	61,0	74,1	54,0	34,6	4,7	12,1	40,9	47,5	50,1	28,3	31,4	5,3	11681
Divino de São Lourenço	20,0	45,4	63,1	69,3	67,0	42,8	4,0	15,2	58,6	54,9	65,4	46,0	42,6	5,0	4516
Domingos Martins	13,5	25,4	73,1	72,3	52,0	33,6	4,8	11,0	42,4	65,4	50,9	28,4	33,4	5,4	31847
Dores do Rio Preto	21,4	18,1	49,3	58,8	49,3	29,6	4,6	17,6	49,6	41,3	44,4	14,6	33,8	4,8	6397
Ecoporanga	25,0	47,9	38,4	64,6	58,4	41,6	4,5	20,2	52,4	30,9	53,8	39,4	37,8	4,6	23212
Fundão	13,3	23,4	21,4	61,9	21,8	23,6	5,4	9,5	32,9	18,7	60,4	13,9	24,4	5,5	17025

Tabela 1D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do ESPÍRITO SANTO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Governador Lindenberg	ND	27,9	68,0	78,7	71,8	ND	4,6	11,4	38,0	57,3	58,1	47,5	33,7	5,3	10869
Guaçuí	15,8	25,5	26,4	31,2	25,3	22,8	5,4	12,9	43,3	21,5	26,6	16,3	26,2	5,2	27851
Guarapari	9,2	22,4	15,7	45,2	14,8	18,8	6,0	6,6	31,7	10,2	33,8	4,9	18,5	5,8	105286
Ibatiba	21,8	18,4	49,1	51,0	45,9	28,7	4,1	17,9	46,7	45,4	44,2	31,7	34,9	4,8	22366
Ibiraçu	13,1	23,5	18,8	22,0	20,3	18,9	6,0	8,1	32,3	13,1	22,4	9,1	18,7	5,6	11178
Ibitirama	25,7	35,3	67,1	67,8	68,8	41,7	4,0	19,0	60,7	57,8	60,6	41,4	44,1	4,7	8957
Iconha	11,7	27,5	46,7	55,5	36,4	27,7	5,2	8,3	28,8	37,1	41,3	17,3	22,8	5,6	12523
Irupi	22,6	19,6	62,7	66,1	64,0	34,1	4,0	18,9	50,8	64,4	65,9	48,6	42,4	4,7	11723
Itaguaçu	15,5	25,9	48,9	78,2	54,5	32,7	5,2	13,4	35,2	39,2	49,9	26,1	28,7	5,2	14134
Itapemirim	16,0	33,3	36,1	34,2	43,0	28,5	4,7	11,6	48,3	27,5	77,5	9,9	32,9	5,3	30988
Itarana	13,9	25,6	65,8	48,1	54,5	30,7	5,1	10,1	39,2	52,0	38,3	25,6	29,0	5,5	10881
Iúna	20,1	21,8	46,2	51,3	46,6	29,1	4,4	15,3	46,4	42,4	35,3	32,9	32,7	5,0	27328
Jaguaré	18,6	34,5	39,1	67,6	39,2	33,3	4,8	13,7	50,1	32,5	37,8	23,5	31,8	5,1	24678
Jerônimo Monteiro	16,5	28,3	31,1	36,0	34,6	25,8	5,2	13,1	41,3	21,5	23,0	20,7	25,6	5,2	10879
João Neiva	11,5	20,7	15,0	18,5	16,7	16,3	5,8	7,7	26,2	9,9	18,7	8,5	15,6	5,7	15809
Laranja da Terra	17,3	33,7	67,7	81,3	71,1	39,9	4,4	13,2	50,8	61,7	47,6	54,3	38,8	5,2	10826
Linhares	13,9	25,8	19,0	45,8	22,0	22,7	5,6	9,6	32,6	14,2	31,4	11,2	20,6	5,5	141306
Mantenedópolis	23,0	37,8	41,0	48,6	53,8	35,5	4,4	18,6	53,7	33,1	38,0	35,3	36,0	4,7	13612
Marataízes	13,6	31,5	21,0	14,8	26,5	21,9	5,5	9,8	48,3	15,6	46,3	15,2	28,2	5,5	34140
Marechal Floriano	13,9	20,7	59,0	78,9	41,2	30,3	4,9	9,6	31,7	48,2	68,9	9,6	27,6	5,5	14262
Marilândia	14,3	27,1	53,9	57,5	54,2	31,1	5,1	12,1	30,5	40,7	41,0	29,3	26,1	5,3	11107
Mimoso do Sul	17,2	35,7	50,3	62,4	54,1	35,2	5,1	12,9	48,0	39,6	49,0	32,9	33,6	5,2	25902
Montanha	23,2	42,8	28,4	44,3	27,6	33,2	4,8	17,4	47,1	24,0	24,0	20,1	29,4	4,8	17849
Mucurici	26,2	53,2	43,2	64,1	54,3	44,0	4,2	19,9	56,9	41,6	35,4	33,9	38,0	4,6	5655
Muniz Freire	20,6	26,0	62,8	68,7	62,4	35,7	4,6	14,7	51,6	55,5	55,5	37,7	38,2	5,1	18397
Muqui	15,3	28,0	37,4	52,8	41,4	28,3	5,3	11,5	42,9	33,6	39,9	28,0	29,3	5,3	14396

Tabela 1D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do ESPÍRITO SANTO

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Nova Venécia	16,1	30,2	32,8	44,3	42,1	28,1	5,4	11,4	38,9	30,6	33,9	29,8	27,1	5,3	46031
Pancas	20,4	44,7	57,5	60,2	61,9	40,7	4,5	17,6	51,8	51,8	51,7	50,2	39,7	4,8	21548
Pedro Canário	23,2	42,3	10,3	76,9	13,8	33,3	4,7	18,1	49,5	8,6	46,8	9,8	30,3	4,8	23794
Pinheiros	22,0	42,3	25,0	35,7	30,0	31,6	4,7	17,2	46,0	19,9	23,2	20,3	28,5	4,8	23895
Piúma	10,8	24,4	7,7	24,3	8,6	16,5	5,8	7,6	36,7	5,2	32,4	3,2	19,7	5,7	18123
Ponto Belo	25,3	48,7	26,8	63,2	35,3	38,5	4,5	21,7	51,6	21,2	27,3	19,8	32,5	4,4	6979
Presidente Kennedy	25,5	47,2	62,4	61,5	78,8	45,5	4,2	17,1	51,0	41,5	61,0	28,2	37,1	4,8	10314
Rio Bananal	16,3	26,4	75,5	80,8	71,9	37,8	4,8	13,3	40,6	61,5	65,6	43,3	36,1	5,2	17530
Rio Novo do Sul	13,1	29,4	47,3	52,3	40,5	29,0	5,1	9,0	33,6	41,8	52,6	10,2	25,8	5,5	11325
Santa Leopoldina	19,4	41,4	78,3	92,5	76,0	46,1	4,0	13,3	52,3	73,2	74,8	46,7	42,7	5,2	12240
Santa Maria de Jetibá	17,1	32,4	76,9	85,5	65,3	40,3	4,3	10,9	38,8	71,7	53,8	39,8	34,2	5,4	34176
Santa Teresa	14,1	19,2	57,4	62,8	46,4	28,5	5,2	9,9	31,1	46,9	35,5	15,5	24,4	5,5	21823
São Domingos do Norte	17,2	33,8	63,0	71,7	66,5	38,0	4,8	12,1	37,4	53,5	52,9	48,3	32,8	5,3	8001
São Gabriel da Palha	14,8	22,1	32,0	37,4	35,7	23,4	5,6	10,6	30,2	30,1	29,6	21,9	22,5	5,4	31859
São José do Calçado	18,1	26,2	30,1	34,4	29,6	24,9	5,4	12,4	42,6	19,6	32,3	16,3	26,1	5,3	10408
São Mateus	14,7	31,2	24,2	39,0	24,4	24,9	5,6	9,8	38,6	20,2	36,9	16,8	24,4	5,5	109028
São Roque do Canaã	14,1	24,5	59,1	79,4	52,5	32,8	5,0	9,7	30,4	49,7	58,1	29,7	28,0	5,5	11273
Serra	8,6	23,0	2,9	26,5	6,1	14,7	6,3	5,6	28,1	3,5	14,2	1,8	13,8	5,8	409267
Sooretama	21,0	38,8	35,4	79,2	44,1	36,9	4,4	14,6	51,2	27,4	53,1	30,5	34,2	5,1	23843
Vargem Alta	15,3	26,1	72,1	90,3	40,0	35,1	4,6	11,3	40,7	64,1	72,3	20,1	34,3	5,3	19130
Venda Nova do Imigrante	10,9	19,3	50,3	14,7	28,9	20,0	5,9	8,5	28,7	42,5	11,7	7,0	19,3	5,6	20447
Viana	10,0	26,2	14,5	43,3	27,4	21,2	5,7	7,0	34,5	10,3	29,2	9,6	19,5	5,7	65001
Vila Pavão	20,2	34,8	73,4	81,8	75,3	42,3	4,2	14,2	44,5	57,8	69,3	54,5	38,8	5,1	8672
Vila Valério	18,2	33,4	73,8	78,9	74,7	40,8	4,2	14,1	43,8	66,5	64,4	59,6	39,4	5,1	13830
Vila Velha	5,4	12,1	2,0	11,2	3,8	7,9	7,6	3,6	18,7	1,4	13,4	,9	9,4	6,0	414586
Vitória	4,6	10,8	,7	2,3	,4	5,7	8,5	3,0	16,2	,7	1,6	,2	7,0	6,1	327801

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

ANEXO D - REGIÃO SUDESTE

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Abadia dos Dourados	13,4	28,3	43,0	51,2	47,6	28,8	4,7	9,1	33,5	35,4	38,4	35,7	25,9	5,5	6704
Abaeté	12,5	23,2	14,7	23,9	22,3	18,6	4,9	8,7	32,6	14,1	14,7	13,4	18,7	5,6	22690
Abre Campo	16,3	34,4	52,9	60,8	55,3	34,7	4,4	12,3	50,9	42,1	49,4	44,0	35,7	5,3	13311
Acaiaca	19,0	46,5	35,1	42,7	47,6	35,4	4,1	13,9	59,5	29,1	36,3	28,7	35,2	5,1	3920
Açucena	26,0	55,5	60,7	67,8	88,2	50,0	3,8	19,8	59,3	54,0	53,2	73,6	45,6	4,6	10276
Água Boa	37,4	50,8	68,0	75,7	83,1	53,4	3,2	27,4	67,6	53,0	40,9	58,9	48,4	4,0	15195
Água Comprida	9,8	16,7	40,2	36,4	40,4	21,0	5,3	7,9	26,5	26,9	16,7	18,5	18,3	5,6	2025
Aguanil	18,0	21,5	37,4	49,7	39,6	26,5	4,8	13,2	37,3	27,3	33,5	20,7	25,9	5,2	4054
Águas Formosas	31,9	58,8	25,3	36,6	32,4	41,2	4,2	24,4	62,2	22,0	22,2	23,9	37,1	4,2	18479
Águas Vermelhas	35,1	61,1	27,6	97,0	71,6	53,2	3,4	27,6	68,1	13,1	60,3	25,6	43,5	3,9	12722
Aimorés	19,7	36,0	25,4	36,7	40,1	29,6	5,0	14,5	43,2	19,9	19,0	23,7	26,4	5,1	24959
Aiuruoca	17,2	33,9	54,7	59,7	49,2	34,3	4,4	14,1	40,6	50,0	53,4	34,8	33,1	5,1	6162
Alagoa	17,2	35,8	45,4	50,7	59,1	34,0	4,1	14,4	48,8	38,1	50,1	27,9	33,9	5,1	2709
Albertina	16,1	10,0	40,5	37,3	37,5	20,7	4,3	11,9	21,8	31,6	29,1	14,7	19,5	5,3	2913
Além Paraíba	9,4	18,9	8,8	22,7	12,2	14,3	6,2	6,5	31,9	6,6	19,3	5,4	16,6	5,8	34349
Alfenas	8,5	11,8	6,9	7,0	6,7	9,2	6,3	5,8	25,9	6,0	5,1	3,1	12,5	5,8	73774
Alfredo Vasconcelos	15,9	38,1	41,7	53,0	48,5	33,2	4,9	9,9	49,0	33,7	37,9	17,0	29,7	5,5	6075
Almenara	30,7	51,7	21,4	33,3	44,7	38,6	4,1	21,8	57,5	21,1	16,2	21,9	33,6	4,4	38775
Alpercata	21,9	35,9	29,7	41,2	57,8	32,9	4,4	16,1	54,0	25,1	25,5	33,1	32,8	4,9	7172
Alpinópolis	10,6	13,3	20,7	21,8	20,1	14,6	5,3	7,7	29,4	19,1	18,2	11,4	17,9	5,7	18488
Alterosa	14,5	20,5	29,8	34,8	29,6	21,7	4,7	10,4	40,1	26,7	25,7	22,8	25,2	5,4	13717
Alto Caparaó	17,2	20,6	29,5	50,1	27,1	24,0	4,4	11,3	44,4	22,7	33,9	11,7	26,5	5,4	5297
Alto Jequitibá	13,8	26,5	51,3	60,7	49,1	30,3	5,1	10,6	50,0	40,9	51,8	34,1	34,0	5,4	8318
Alto Rio Doce	19,0	47,2	60,6	74,6	73,4	44,0	3,9	14,7	58,9	46,7	60,6	51,3	41,6	5,1	12159
Alvarenga	24,8	52,9	59,3	72,3	70,9	47,4	3,7	18,1	62,8	50,9	46,8	50,0	43,1	4,8	4444

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	
Alvinópolis	14,9	36,5	33,1	40,9	44,2	29,7	4,9	11,2	46,5	28,6	24,3	26,7	28,2	5,4	15261
Alvorada de Minas	28,1	67,8	69,1	91,5	92,2	58,7	3,3	20,6	70,8	56,5	58,8	60,0	49,5	4,5	3546
Amparo do Serra	22,5	50,8	48,8	58,4	60,2	42,3	3,7	16,8	56,8	45,2	50,9	51,2	40,5	4,9	5053
Andradas	12,1	9,9	27,4	22,6	25,1	15,2	5,2	8,5	19,8	24,0	19,9	7,3	15,2	5,6	37270
Andrelândia	14,3	35,5	24,7	29,3	29,9	25,8	5,0	10,9	45,8	19,7	19,1	18,9	25,6	5,4	12173
Angelândia	33,4	47,8	60,8	77,2	76,0	49,8	3,1	26,0	68,8	45,1	55,4	51,5	48,4	4,1	8003
Antônio Carlos	15,5	36,7	34,8	48,4	37,3	30,4	4,9	11,6	46,2	25,9	34,8	21,4	28,5	5,3	11114
Antônio Dias	22,5	47,8	57,9	71,1	67,6	44,2	4,0	15,7	58,2	55,1	47,3	50,9	41,2	5,0	9565
Antônio Prado de Minas	13,1	34,2	42,6	39,5	46,1	29,3	5,1	11,1	38,5	37,9	19,8	28,4	26,0	5,4	1671
Araçá	9,0	30,0	18,1	98,6	29,2	28,5	5,4	10,3	42,9	22,4	49,4	22,7	28,2	5,4	2243
Aracitaba	19,7	42,2	28,3	46,7	36,2	32,8	4,4	12,6	53,7	17,3	33,6	17,1	30,1	5,2	2058
Araçuaí	23,7	48,9	38,5	87,2	57,3	43,8	4,5	17,4	60,9	28,0	56,5	34,5	39,4	4,8	36013
Araguari	6,9	14,2	12,3	25,0	11,2	12,3	6,4	4,9	21,0	7,8	15,4	6,5	12,1	5,9	109801
Arantina	15,1	34,9	9,0	21,3	19,8	22,5	5,0	10,3	47,3	7,6	19,2	6,8	23,6	5,4	2823
Araponga	28,5	53,8	66,9	84,4	74,0	51,3	3,2	22,3	61,2	60,3	67,2	51,3	47,2	4,4	8152
Araporã	11,7	18,4	9,9	3,6	10,0	12,9	5,2	8,3	28,8	4,7	5,4	3,8	14,4	5,6	6144
Arapuá	13,0	18,2	38,5	39,3	38,6	22,6	5,5	8,0	26,0	25,8	25,9	25,5	19,6	5,6	2775
Araújos	13,0	15,6	11,1	28,9	27,9	16,7	5,2	8,1	19,1	13,0	15,4	7,9	13,2	5,6	7883
Araxá	7,1	14,5	3,3	5,1	3,7	8,8	6,7	4,3	17,5	3,3	3,2	1,7	8,5	6,0	93672
Arceburgo	13,6	14,0	19,2	15,7	19,1	15,0	5,0	10,8	25,1	13,6	11,4	9,9	16,1	5,4	9509
Arcos	7,7	16,5	10,3	15,3	11,1	12,1	6,2	4,9	20,9	8,2	4,4	5,0	10,8	5,9	36597
Areão	12,2	11,7	20,2	22,8	19,3	14,6	5,5	7,2	28,8	17,1	12,1	14,2	16,9	5,7	13731
Argirita	13,8	27,6	31,2	38,9	33,6	24,9	4,7	10,5	37,4	20,5	31,1	20,4	24,0	5,4	2901
Aricanduva	30,1	60,3	74,9	83,5	88,0	56,2	3,2	21,4	68,2	61,9	53,5	66,4	49,4	4,5	4770
Arinos	21,7	55,6	43,4	86,2	61,8	46,2	4,2	15,0	62,8	37,1	71,0	39,0	42,1	5,0	17674

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Astolfo Dutra	11,7	20,4	13,9	17,1	16,6	16,0	5,7	7,0	22,1	11,2	58,4	8,5	18,2	5,7	13049
Ataleia	32,7	60,1	54,9	72,2	62,2	51,4	3,6	25,5	62,2	41,4	44,2	48,3	44,0	4,1	14455
Augusto de Lima	18,7	38,6	56,0	92,3	63,2	41,3	4,4	14,5	51,0	42,4	80,6	35,5	39,0	5,1	4960
Baependi	14,9	26,3	33,6	36,4	34,2	24,8	4,8	10,1	44,9	25,4	19,4	22,6	26,0	5,5	18307
Baldim	13,7	31,3	28,1	51,8	53,5	29,0	5,0	9,3	45,8	21,6	44,2	25,4	28,5	5,5	7913
Bambuí	11,9	15,7	17,7	21,0	19,4	15,5	5,5	7,6	23,2	14,2	12,5	13,8	14,8	5,7	22734
Bandeira	38,0	64,5	51,0	61,6	69,0	53,9	3,2	30,6	63,0	42,1	44,7	47,5	46,2	3,7	4987
Bandeira do Sul	12,4	12,0	17,6	26,0	16,7	14,6	4,7	9,7	23,2	11,5	12,4	4,1	14,4	5,5	5338
Barão de Cocais	9,3	28,6	12,8	24,7	19,3	18,9	5,7	4,7	34,7	12,4	15,0	4,3	17,0	5,9	28442
Barão de Monte Alto	20,0	36,0	32,9	45,0	41,4	31,5	4,4	16,4	50,7	20,5	21,6	17,3	29,5	4,9	5720
Barbacena	8,5	21,6	14,1	14,3	12,3	14,6	6,5	5,5	31,5	11,7	11,6	6,6	16,0	5,9	126284
Barra Longa	16,7	46,9	45,0	54,1	72,5	39,2	4,2	15,9	55,3	50,0	37,0	50,6	38,6	5,0	6143
Barroso	8,6	33,8	8,0	12,0	10,4	17,9	5,9	6,5	39,7	3,2	11,4	2,1	17,9	5,8	19599
Bela Vista de Minas	10,1	35,2	16,3	16,7	24,1	21,5	5,4	6,9	40,9	11,2	13,0	5,1	19,7	5,7	10004
Belmiro Braga	15,5	33,3	38,3	44,4	38,0	29,2	4,9	12,8	43,3	45,8	52,3	19,0	31,6	5,2	3403
Belo Horizonte	4,6	11,4	0,7	6,7	1,4	6,5	7,8	2,9	17,3	,03	3,4	0,5	7,5	6,1	2375151
Belo Oriente	17,3	38,6	25,4	38,7	47,7	30,6	4,9	11,6	42,1	22,3	23,6	13,9	24,9	5,3	23397
Belo Vale	11,6	31,4	53,2	68,3	63,6	33,5	4,8	8,6	39,4	55,4	49,4	50,7	32,4	5,6	7536
Berilo	26,9	51,1	39,6	86,6	87,1	48,4	3,9	20,5	61,5	55,8	66,3	62,6	47,1	4,6	12300
Berizal	32,1	70,0	22,0	83,4	57,9	52,0	3,4	24,8	67,1	43,0	82,7	37,3	48,7	4,2	4370
Bertópolis	36,1	61,1	45,8	78,6	61,9	52,7	3,5	29,6	67,7	35,5	59,4	39,9	47,6	3,8	4498
Betim	8,6	25,1	3,7	29,9	4,4	15,7	5,9	5,3	29,7	2,1	13,6	1,5	14,0	5,9	378089
Bias Fortes	18,3	48,3	47,0	59,3	60,4	39,9	4,2	15,1	56,1	40,8	61,3	33,2	38,6	5,0	3793
Bicas	8,5	13,3	10,6	22,2	8,8	11,9	6,4	6,8	30,0	7,1	6,7	4,6	14,7	5,7	13653
Biquinhas	16,7	24,6	40,0	99,5	66,3	35,1	4,4	10,9	33,1	32,9	98,5	37,9	32,6	5,4	2630

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Boa Esperança	11,9	17,1	18,6	20,2	20,3	16,1	5,4	7,7	37,3	15,2	10,6	10,4	19,4	5,7	38516
Bocaina de Minas	22,8	27,3	58,2	63,2	41,8	34,0	4,0	17,7	39,6	50,1	55,0	24,0	33,2	4,8	5007
Bocaiúva	17,7	39,0	22,1	42,9	34,0	29,7	5,0	12,5	53,6	19,4	21,3	23,3	29,5	5,2	46654
Bom Despacho	9,4	15,7	7,4	14,3	10,8	12,0	6,0	5,8	21,4	7,3	7,7	6,5	11,7	5,8	45624
Bom Jardim de Minas	12,5	34,9	20,9	28,1	22,8	23,8	5,0	11,8	43,5	14,2	15,8	13,5	23,7	5,3	6501
Bom Jesus da Penha	13,2	18,7	34,9	40,1	36,1	22,3	4,8	11,1	29,7	26,0	19,6	16,9	20,6	5,4	3887
Bom Jesus do Amparo	17,5	36,9	47,4	54,2	58,2	34,9	4,5	10,0	45,1	41,3	41,4	29,1	30,6	5,5	5491
Bom Jesus do Galho	22,2	47,8	46,7	54,1	63,5	40,8	4,1	18,5	56,6	38,8	43,8	38,7	38,4	4,7	15364
Bom Repouso	16,5	32,4	45,2	49,7	42,9	30,9	4,2	10,9	45,5	43,0	43,0	12,3	29,9	5,4	10457
Bom Sucesso	16,6	29,4	18,9	26,0	24,1	23,0	5,2	12,3	40,6	12,6	11,9	14,8	22,4	5,3	17243
Bonfim	14,1	35,5	61,6	76,6	68,5	38,0	4,3	12,6	42,1	42,4	60,2	39,3	33,4	5,2	6818
Bonfinópolis de Minas	16,6	42,9	32,2	54,4	36,2	33,2	4,7	12,8	44,9	28,2	29,0	27,8	28,7	5,2	5865
Bonito de Minas	37,9	76,5	70,3	81,5	84,4	63,6	2,8	27,2	78,9	66,6	98,8	76,4	61,4	4,0	9673
Borda da Mata	10,5	15,1	23,0	24,2	19,5	15,7	5,3	8,2	27,4	19,9	14,6	10,6	17,0	5,6	17118
Botelhos	13,1	13,8	30,5	32,2	31,0	18,8	5,0	9,1	32,5	23,2	19,8	9,0	19,9	5,5	14920
Botumirim	22,9	63,3	54,3	99,6	79,6	53,5	4,3	16,9	72,9	44,9	78,3	55,9	49,4	4,9	6497
Brás Pires	14,3	54,3	56,5	70,1	66,9	43,3	4,1	13,5	58,3	42,2	47,9	42,2	38,4	5,2	4637
Brasilândia de Minas	15,9	38,0	18,4	79,5	26,7	31,5	4,7	10,5	44,5	16,4	77,4	15,7	30,5	5,4	14226
Brasília de Minas	22,9	53,0	27,8	56,7	54,6	40,3	4,5	15,3	63,8	28,4	39,3	43,1	38,7	5,0	31213
Brasópolis	13,7	31,3	39,9	36,8	34,3	26,9	5,2	10,0	40,4	33,6	34,4	12,9	25,9	5,5	14661
Braúnas	24,2	56,7	70,0	81,6	83,2	51,7	3,7	18,5	54,3	64,8	65,9	63,0	44,9	4,7	5030
Brumadinho	10,1	19,0	23,3	42,9	25,3	19,4	5,8	6,5	27,6	23,6	34,6	4,1	18,4	5,8	33973
Bueno Brandão	14,4	23,6	53,4	55,2	52,2	29,4	4,5	10,4	40,7	46,5	41,1	26,2	29,4	5,4	10892
Buenópolis	22,6	47,6	27,2	79,7	42,9	39,7	4,5	15,6	52,1	24,7	67,0	25,2	35,6	5,0	10292
Bugre	26,9	59,2	60,9	99,2	74,3	53,6	3,7	18,7	56,4	48,8	90,9	42,7	44,8	4,7	3992

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Buritis	20,6	35,5	29,0	94,0	33,5	35,6	4,8	15,1	56,2	29,5	73,2	28,5	38,3	5,0	22737
Buritizeiro	20,6	52,6	17,4	98,8	34,3	40,9	4,4	13,8	58,7	13,4	95,2	22,3	38,8	5,1	26922
Cabeceira Grande	20,9	39,2	26,3	99,5	33,0	37,2	4,2	14,6	49,4	19,4	89,7	17,8	35,5	5,1	6453
Cabo Verde	14,2	14,1	47,2	48,5	47,5	24,2	4,9	10,4	36,4	40,5	30,3	16,2	25,3	5,4	13823
Cachoeira da Prata	5,8	19,4	4,4	8,2	9,8	11,0	5,9	3,9	31,8	2,2	3,9	1,6	13,3	6,0	3654
Cachoeira de Minas	11,1	20,4	44,5	44,4	37,7	23,8	5,5	8,6	37,7	34,2	25,8	9,7	23,4	5,6	11034
Cachoeira de Pajeú	34,2	61,5	46,9	83,6	75,1	54,0	3,1	27,4	69,7	62,7	70,6	45,3	52,1	4,0	8959
Cachoeira Dourada	20,2	19,1	13,7	5,2	11,7	16,8	4,9	12,2	22,9	11,7	11,5	9,7	15,6	5,3	2505
Caetanópolis	8,3	21,0	15,9	35,9	28,6	18,3	5,5	5,2	32,9	18,4	28,6	22,9	20,3	5,9	10218
Caeté	8,5	22,8	11,9	18,1	19,3	15,8	6,1	5,2	32,9	11,0	16,8	11,8	17,3	5,9	40750
Caiana	20,3	17,5	59,9	61,5	57,7	31,2	4,2	13,4	48,5	34,9	42,8	37,8	33,2	5,2	4968
Cajuri	16,5	43,0	59,2	73,2	61,3	40,2	4,7	11,5	59,8	42,5	24,0	29,8	34,6	5,3	4047
Caldas	11,9	20,7	43,8	43,3	42,6	24,4	4,8	8,1	32,7	44,6	35,0	28,1	25,2	5,6	13633
Camacho	21,3	36,5	54,4	65,7	68,1	39,0	4,5	13,1	49,2	41,8	25,1	47,3	33,1	5,2	3154
Camanducaia	14,9	17,9	31,6	21,8	26,4	19,5	4,6	10,8	29,0	28,9	33,3	4,7	20,9	5,4	21080
Cambuí	11,4	16,1	22,0	24,3	16,5	16,0	5,7	7,3	21,3	16,2	14,4	2,4	13,4	5,7	26488
Cambuquira	13,7	20,0	20,4	30,5	23,0	19,2	5,1	9,2	36,3	16,2	20,9	13,5	21,0	5,5	12602
Campanário	23,4	43,3	31,0	52,4	53,6	36,9	4,6	17,7	58,4	23,8	33,7	26,7	35,1	4,8	3564
Campanha	12,1	14,8	21,8	17,5	19,8	15,3	5,6	8,0	32,9	20,2	18,5	12,1	19,4	5,6	15433
Campestre	12,0	20,1	49,2	42,0	48,0	25,1	5,0	8,6	38,2	42,4	40,4	28,0	27,6	5,6	20686
Campina Verde	12,0	23,8	30,2	33,9	32,4	22,2	5,0	8,2	27,4	25,5	21,7	22,6	19,4	5,6	19324
Campo Azul	25,8	59,5	48,0	99,3	79,8	52,5	3,9	21,5	70,1	35,4	80,1	54,8	49,1	4,5	3684
Campo Belo	11,8	18,1	8,2	10,5	7,8	13,1	5,6	8,7	30,0	6,1	5,3	3,9	15,1	5,6	51544
Campo do Meio	14,3	21,1	12,2	13,2	13,1	16,2	4,8	10,1	41,5	11,4	11,1	11,1	21,4	5,5	11476
Campo Florido	13,3	21,9	39,4	36,5	43,1	24,2	4,8	8,6	23,0	27,7	27,1	24,9	19,1	5,6	6870

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Campos Altos	13,0	15,8	10,7	11,6	10,8	13,4	5,0	9,9	27,5	10,7	7,3	9,3	15,8	5,5	14206
Campos Gerais	14,7	19,8	34,0	29,2	34,5	21,8	4,8	11,4	43,1	30,6	25,8	28,3	27,5	5,3	27600
Cana Verde	16,3	22,4	19,0	51,9	28,0	23,5	4,6	12,2	41,6	9,5	23,5	13,1	23,5	5,3	5589
Canaã	20,9	52,8	66,5	73,0	72,0	46,9	4,3	14,6	52,7	59,8	58,7	53,1	40,8	5,1	4628
Canápolis	14,8	26,7	16,9	18,1	16,5	19,7	4,6	14,6	28,7	12,3	10,4	10,1	18,5	5,1	11365
Candeias	19,3	20,5	34,8	44,2	38,0	25,6	4,2	14,0	33,5	27,4	25,6	27,2	24,6	5,1	14595
Cantagalo	22,2	53,7	82,5	81,1	75,7	50,6	4,1	15,4	59,6	59,1	47,4	48,5	41,8	5,0	4195
Caparaó	22,4	23,8	71,9	67,6	60,5	36,3	4,1	14,3	55,8	61,9	56,0	36,2	40,2	5,1	5209
Capela Nova	14,4	41,8	58,7	82,2	61,7	40,0	4,4	10,8	56,1	44,4	63,7	52,1	39,4	5,4	4755
Capelinha	26,7	44,9	29,9	55,2	46,2	38,2	4,0	18,9	55,9	24,2	38,3	28,1	35,3	4,7	34803
Capetinga	14,7	19,7	20,5	26,1	22,3	18,9	4,7	11,4	33,0	14,5	2,7	8,2	18,1	5,3	7089
Capim Branco	10,7	22,4	7,8	54,1	18,6	19,8	5,2	6,5	34,4	7,9	75,5	6,1	23,6	5,8	8881
Capinópolis	17,0	30,0	11,1	11,2	9,8	19,7	5,1	12,5	30,5	8,7	5,0	6,7	17,1	5,2	15290
Capitão Andrade	26,8	45,9	37,4	44,2	47,5	38,3	3,9	17,7	56,2	28,9	26,2	26,3	34,0	4,8	4925
Capitão Enéas	27,0	57,7	11,7	81,5	54,4	44,3	4,4	18,3	69,7	22,1	78,6	29,1	44,0	4,7	14206
Capitólio	10,8	11,4	27,4	28,8	23,8	15,8	5,3	7,1	21,7	22,0	13,7	10,7	14,8	5,7	8183
Caputira	16,8	35,3	55,8	54,3	56,5	34,9	4,2	13,2	65,8	47,4	47,9	40,7	41,3	5,2	9030
Carai	34,7	61,9	56,3	72,6	78,7	54,4	3,3	26,6	74,6	65,5	54,4	56,1	53,0	4,0	22343
Caranaíba	14,7	50,9	55,8	75,4	70,2	43,0	4,6	9,1	56,0	44,3	58,8	54,6	38,5	5,5	3288
Carandaí	9,9	42,5	23,9	29,9	39,1	27,5	5,1	7,3	46,2	18,4	28,9	10,6	24,6	5,7	23346
Carangola	13,5	18,7	21,9	34,3	21,4	19,1	5,7	10,2	36,4	16,1	28,5	14,1	22,3	5,4	32296
Caratinga	13,9	28,2	29,2	37,8	29,6	24,4	5,5	9,6	40,0	22,1	28,0	15,7	24,0	5,5	85239
Carbonita	26,2	49,7	24,3	46,1	47,4	38,2	3,8	18,9	54,6	16,9	32,9	19,9	32,8	4,7	9148
Careaçu	14,8	23,1	27,5	27,1	23,0	21,1	5,0	12,9	34,5	26,6	24,3	12,3	23,1	5,2	6298
Carlos Chagas	28,7	45,7	32,6	42,5	42,5	37,7	4,2	22,0	56,0	27,8	33,5	27,7	36,2	4,4	20069

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Carmésia	20,8	49,7	53,5	71,3	72,4	44,3	4,1	15,2	50,9	42,4	31,4	35,9	34,1	5,0	2446
Carmo da Cachoeira	16,1	25,2	30,5	30,4	34,9	24,0	4,8	10,0	39,1	22,9	17,3	20,8	23,3	5,5	11836
Carmo da Mata	12,1	18,6	27,2	32,2	32,6	19,9	5,0	8,4	32,6	13,3	20,0	17,3	19,4	5,6	10927
Carmo de Minas	14,8	31,0	25,7	22,2	31,7	23,9	4,7	10,7	43,5	22,4	23,1	14,5	25,0	5,4	13750
Carmo do Cajuru	9,7	20,9	15,8	31,0	17,0	17,2	5,5	6,4	29,3	12,5	13,0	7,5	15,8	5,8	20012
Carmo do Paranaíba	11,5	19,1	17,6	20,1	19,0	16,4	5,5	8,9	30,5	18,6	10,4	15,3	18,2	5,6	29735
Carmo do Rio Claro	12,0	14,6	31,0	31,2	30,9	18,6	5,8	8,8	34,6	25,5	24,1	10,8	21,4	5,6	20426
Carmópolis de Minas	12,0	28,5	30,8	39,7	34,4	24,7	4,9	5,3	30,2	21,9	26,8	12,8	18,7	5,9	17048
Carneirinho	18,6	22,6	39,7	76,7	45,1	30,7	4,8	11,8	24,1	30,3	36,5	23,1	21,6	5,3	9471
Carrancas	12,2	35,7	40,1	42,6	40,4	29,1	5,2	8,0	44,4	32,9	24,8	28,8	27,0	5,6	3948
Carvalhópolis	10,4	22,6	29,8	19,2	30,2	19,4	4,9	8,4	34,8	25,1	25,7	6,5	21,0	5,6	3341
Carvalhos	18,8	35,9	40,7	60,1	49,2	34,2	4,1	15,2	49,1	41,8	52,0	31,4	35,2	5,0	4556
Casa Grande	11,6	33,3	41,3	64,0	76,2	33,6	4,7	5,9	47,4	39,2	34,9	35,4	29,6	5,8	2244
Cascalho Rico	7,6	15,2	43,2	32,5	44,2	19,9	5,4	6,5	22,3	36,6	61,7	32,0	23,3	5,8	2857
Cássia	13,9	18,4	19,9	13,7	15,2	16,2	5,2	10,6	25,5	18,3	18,2	7,1	17,1	5,4	17412
Cataguases	8,0	20,5	6,4	13,1	7,3	12,7	6,2	5,7	28,9	5,3	13,8	4,0	14,5	5,8	69757
Catas Altas	14,1	29,8	16,4	29,1	18,3	21,8	5,1	6,2	32,7	14,8	11,2	11,8	17,4	5,8	4846
Catas Altas da Noruega	17,0	58,4	67,7	75,3	80,8	48,7	4,1	13,6	59,4	53,4	53,8	56,1	41,8	5,2	3462
Catuji	35,4	63,0	68,7	78,7	80,7	57,2	3,3	24,5	74,8	69,3	52,3	65,6	53,4	4,2	6708
Catuti	37,5	63,2	50,4	99,8	59,0	56,3	3,2	28,0	69,6	12,8	96,8	40,2	49,3	3,9	5102
Caxambu	7,9	19,2	3,5	5,2	7,5	11,1	6,5	6,0	36,9	3,0	1,7	1,5	15,6	5,8	21705
Cedro do Abaeté	18,2	33,0	10,9	78,6	39,0	30,8	4,5	14,2	39,8	14,6	72,1	18,7	29,7	5,1	1210
Central de Minas	25,7	44,3	25,6	40,4	40,7	35,1	4,3	20,0	52,8	17,3	27,6	21,8	32,2	4,6	6772
Centralina	16,4	30,6	11,3	16,4	11,6	20,4	4,9	11,9	34,6	10,6	60,9	10,0	24,7	5,3	10266
Chácara	15,9	25,1	30,8	24,8	29,4	22,8	4,5	11,6	41,9	29,6	18,7	16,2	25,2	5,3	2792

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Chalé	20,5	30,6	49,6	70,8	56,3	35,6	4,8	16,3	47,9	40,4	56,3	43,2	36,5	4,9	5645
Chapada do Norte	34,8	50,1	61,9	81,9	80,7	52,1	3,0	24,9	63,2	53,6	75,2	62,2	50,0	4,2	15189
Chapada Gaúcha	25,4	59,0	63,4	76,2	70,2	50,5	3,8	16,8	64,7	41,9	74,1	48,1	45,0	4,9	10805
Chiador	18,4	32,2	39,6	50,3	48,5	31,5	4,5	11,3	35,7	22,0	32,0	21,0	24,0	5,4	2785
Cipotânea	20,7	58,6	59,5	71,1	87,1	49,3	3,8	12,8	62,9	49,1	56,8	48,9	42,0	5,2	6547
Claraval	13,7	24,8	53,1	56,3	51,8	29,6	3,8	8,0	34,4	48,7	51,5	30,4	28,1	5,6	4542
Claro dos Poções	20,6	48,8	36,6	86,1	56,0	42,2	4,7	16,9	55,3	17,2	70,4	37,5	37,8	4,9	7775
Cláudio	8,1	17,8	22,3	31,1	23,2	16,8	5,5	4,9	24,7	18,5	9,6	12,4	14,4	5,9	25771
Coimbra	12,6	28,7	39,9	41,1	33,2	25,9	5,0	10,2	44,1	31,7	44,4	16,9	28,5	5,4	7054
Coluna	29,0	54,4	60,8	68,8	76,9	49,7	3,7	20,8	64,8	47,0	48,6	57,2	45,1	4,5	9024
Comendador Gomes	10,6	16,3	61,0	74,9	57,6	28,9	5,2	8,7	28,8	57,5	43,3	46,5	27,9	5,6	2972
Comercinho	30,5	71,6	63,9	70,1	75,3	56,6	3,3	23,7	67,9	54,7	64,5	60,5	50,0	4,3	8298
Conceição da Aparecida	11,5	14,8	39,9	41,7	41,6	21,5	4,8	8,9	36,3	33,9	34,4	28,1	25,5	5,6	9820
Conceição da Barra de Minas	11,0	41,0	33,7	99,5	42,0	36,0	4,6	8,3	45,0	29,0	60,6	27,5	30,5	5,6	3954
Conceição das Alagoas	13,5	17,4	20,1	21,9	18,3	16,9	5,1	8,7	26,7	9,6	11,7	8,7	15,4	5,6	23043
Conceição das Pedras	12,5	25,3	47,0	48,8	49,1	27,7	4,7	9,5	52,7	35,0	27,1	14,6	29,6	5,5	2749
Conceição de Ipanema	23,6	33,7	51,2	62,2	74,1	38,6	4,1	15,3	45,9	51,0	52,9	58,7	37,6	5,0	4456
Conceição do Mato Dentro	25,4	51,6	39,1	58,0	65,2	43,0	3,6	17,9	58,2	34,2	50,1	40,3	39,1	4,8	17908
Conceição do Pará	12,4	32,6	43,3	58,3	47,4	30,7	4,8	9,3	30,4	27,0	49,0	16,0	23,3	5,5	5158
Conceição do Rio Verde	17,5	24,8	16,1	18,4	15,1	19,8	5,0	13,1	45,1	13,8	10,0	9,4	23,7	5,2	12949
Conceição dos Ouros	11,9	19,5	24,5	27,0	23,1	18,5	5,1	6,9	28,9	16,9	23,5	6,7	17,4	5,7	10388
Cônego Marinho	29,6	72,7	37,7	99,2	93,3	58,6	3,8	19,2	70,3	37,9	99,4	61,5	51,3	4,7	7101
Confins	9,4	21,4	12,7	98,3	12,7	23,6	5,9	4,9	25,9	4,3	97,5	1,8	21,6	5,9	5936
Congonhal	14,1	25,3	31,7	31,1	29,8	23,1	5,1	10,0	28,0	28,0	20,2	23,7	20,5	5,5	10468
Congonhas	6,9	24,4	5,3	16,6	11,1	14,3	6,2	4,5	26,1	5,9	21,3	2,4	13,8	5,9	48519

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola- Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola- ridade	
Congonhas do Norte	29,9	57,9	44,4	89,4	88,1	52,7	3,5	26,4	65,1	28,3	66,4	48,8	46,4	4,0	4943
Conquista	12,3	20,4	23,7	25,5	26,0	18,9	5,3	10,3	25,1	15,2	14,5	10,5	16,5	5,4	6526
Conselheiro Lafaiete	5,5	20,2	5,7	14,5	9,6	12,0	6,6	3,5	24,6	3,2	9,5	2,7	11,4	6,0	116512
Conselheiro Pena	20,8	34,0	22,7	39,3	43,7	29,6	4,8	16,2	51,2	18,9	21,9	24,5	30,1	4,9	22242
Consolação	19,4	39,4	50,3	60,3	53,1	37,0	4,1	13,0	39,9	45,2	45,1	11,8	29,1	5,2	1727
Contagem	5,6	16,0	1,3	20,0	2,9	10,1	6,6	3,6	21,6	,7	7,4	,6	9,7	6,0	603442
Coqueiral	12,1	22,0	33,6	37,8	36,2	22,7	4,9	8,3	45,0	25,5	29,2	24,5	26,6	5,6	9289
Coração de Jesus	23,2	55,0	32,0	96,3	73,5	47,5	4,3	18,2	68,3	43,2	79,8	69,4	49,4	4,7	26033
Cordisburgo	13,7	33,9	32,9	99,3	53,2	35,3	4,9	10,8	45,9	31,4	68,0	36,4	33,6	5,4	8667
Cordislândia	15,9	23,6	20,2	24,0	21,3	20,4	5,1	14,1	46,0	17,8	19,5	14,6	26,3	5,1	3435
Corinto	13,3	32,1	14,6	45,2	23,7	24,3	5,4	10,1	50,4	14,1	14,1	17,0	25,7	5,5	23914
Coroaci	19,2	42,9	57,1	65,5	70,2	40,9	4,3	15,5	57,8	44,8	44,6	52,5	39,8	5,0	10270
Coromandel	11,2	20,4	24,6	33,5	32,5	20,1	5,7	8,1	28,5	25,2	24,0	23,7	20,1	5,6	27547
Coronel Fabriciano	8,8	21,9	19,1	17,3	6,6	15,2	6,2	6,1	28,4	12,0	11,8	1,6	14,7	5,8	103694
Coronel Murta	23,8	53,9	28,7	67,1	62,2	42,9	4,5	19,8	66,6	28,0	46,8	33,8	41,1	4,6	9117
Coronel Pacheco	16,0	22,5	29,1	32,9	32,6	22,9	5,1	11,5	33,1	28,2	35,1	11,9	23,3	5,3	2983
Coronel Xavier Chaves	9,1	37,9	46,3	52,8	50,7	31,4	4,8	6,0	41,6	46,7	32,7	9,8	25,9	5,8	3301
Córrego Danta	14,0	23,3	55,1	39,3	61,5	28,5	5,1	9,2	33,5	38,6	39,5	38,9	26,6	5,5	3391
Córrego do Bom Jesus	14,1	35,0	55,0	47,8	56,4	33,1	4,7	12,2	34,6	47,4	54,7	8,7	27,9	5,3	3730
Córrego Fundo	11,9	21,1	43,7	97,4	72,5	32,9	4,6	9,5	26,2	27,3	71,5	24,1	25,0	5,5	5790
Córrego Novo	25,1	41,6	41,2	61,7	62,9	39,8	3,9	21,4	60,1	36,5	33,5	33,6	38,9	4,5	3127
Couto de Magalhães de Minas	16,6	45,9	11,5	38,5	66,5	33,1	4,7	11,5	59,8	13,0	26,8	16,8	30,7	5,3	4204
Crisólita	42,1	58,9	51,7	81,0	68,8	55,5	2,9	35,0	66,4	41,2	47,8	45,2	48,9	3,3	6047
Cristais	14,2	15,5	30,9	34,8	33,5	20,3	4,5	9,8	31,1	22,1	20,3	19,2	20,5	5,5	11286
Cristália	29,9	59,8	43,6	99,3	86,1	54,1	3,5	19,6	76,9	29,7	47,4	55,4	46,8	4,6	5760

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Cristiano Ottoni	9,4	34,3	33,0	38,7	34,2	25,9	5,3	6,0	45,2	25,3	30,2	12,4	24,9	5,8	5007
Cristina	14,4	35,3	36,7	51,2	38,3	30,1	4,7	9,3	46,1	33,5	45,2	22,5	29,7	5,5	10210
Crucilândia	18,1	34,8	48,4	54,7	51,4	34,0	4,0	13,8	43,2	36,8	39,8	35,6	31,2	5,1	4757
Cruzeiro da Fortaleza	7,7	16,9	17,9	25,1	18,9	14,8	5,6	10,2	40,7	13,4	7,2	7,4	20,7	5,4	3934
Cruzília	12,0	28,2	13,0	12,8	13,4	18,0	4,9	10,3	42,6	10,3	10,2	8,3	21,4	5,4	14591
Cuparaque	25,9	39,6	23,1	35,6	49,8	33,6	4,2	21,5	55,0	18,3	14,9	21,8	32,2	4,5	4680
Curral de Dentro	32,3	66,7	71,4	97,5	56,9	57,5	3,4	24,4	69,5	41,0	57,4	26,8	45,6	4,2	6913
Curvelo	11,6	27,9	11,3	38,3	26,0	21,4	5,6	7,8	40,2	9,2	17,3	12,2	20,7	5,7	74219
Datas	13,3	59,0	20,5	36,8	53,0	36,1	4,6	10,6	61,5	23,8	28,0	28,9	33,3	5,4	5211
Delfim Moreira	12,9	39,7	64,3	67,6	42,5	36,1	4,5	9,2	46,6	53,9	43,8	22,6	31,8	5,5	7971
Delfinópolis	16,5	18,3	28,3	26,1	28,1	20,4	4,6	10,3	27,1	26,8	20,8	9,3	18,9	5,4	6830
Delta	16,2	17,1	12,6	35,6	15,1	18,1	4,8	13,1	29,7	7,7	3,3	2,5	16,4	5,2	8089
Descoberto	14,5	25,9	29,0	34,6	31,5	23,7	4,6	8,4	31,2	16,9	15,6	12,1	18,4	5,6	4768
Desterro de Entre Rios	17,5	50,2	54,6	47,8	74,3	41,1	3,9	14,3	52,0	46,7	50,6	46,6	37,6	5,1	7002
Desterro do Melo	23,5	50,2	68,3	76,0	71,6	47,4	3,6	17,6	52,4	52,2	60,8	44,4	40,4	4,8	3015
Diamantina	13,8	34,2	17,9	37,3	38,7	26,1	5,8	9,3	45,2	11,3	21,2	21,4	24,4	5,5	45880
Diogo de Vasconcelos	25,6	57,2	72,8	78,0	80,9	52,1	3,4	17,3	62,3	52,7	58,9	66,2	45,5	4,8	3848
Dionísio	15,5	47,2	26,4	30,0	32,8	30,8	5,0	11,6	45,5	20,7	27,4	17,8	26,6	5,3	8739
Divinésia	15,8	27,3	42,1	54,5	47,1	29,5	5,0	9,2	37,6	30,8	52,2	25,0	27,3	5,5	3293
Divino	20,4	31,9	53,3	50,3	54,1	34,1	4,4	14,0	58,6	42,7	45,7	35,7	37,9	5,1	19133
Divino das Laranjeiras	24,6	42,3	28,1	41,7	58,2	36,0	4,7	18,4	51,0	21,0	25,4	26,5	31,5	4,7	4937
Divinolândia de Minas	18,1	52,2	33,0	45,5	59,0	38,2	4,2	13,9	56,9	27,3	39,1	30,5	34,5	5,1	7024
Divinópolis	5,8	12,8	4,7	17,3	6,2	9,4	6,7	3,8	17,6	4,1	9,4	2,0	9,1	6,0	213016
Divisa Alegre	31,0	56,5	3,8	99,6	30,1	44,2	3,7	22,2	64,9	4,0	97,7	5,6	41,7	4,4	5884
Divisa Nova	16,9	19,1	20,1	49,7	29,1	22,6	4,4	13,9	38,6	19,4	23,8	10,7	23,9	5,1	5763

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Divisópolis	37,6	58,3	22,6	98,7	30,7	49,1	3,2	25,6	65,6	22,7	89,7	23,5	45,8	4,1	8974
Dom Bosco	14,8	44,1	41,6	64,7	61,4	37,3	4,3	15,7	52,0	39,7	56,1	31,0	36,5	5,0	3814
Dom Cavati	15,7	34,6	17,0	28,2	21,9	24,3	5,1	12,5	40,3	15,2	21,8	12,6	23,5	5,2	5209
Dom Joaquim	26,5	49,1	44,1	63,5	73,8	44,4	3,7	16,7	55,7	29,6	39,0	35,8	35,7	4,9	4535
Dom Silvério	11,2	33,0	35,9	49,8	25,9	26,8	5,1	9,9	36,5	26,5	53,0	17,8	26,2	5,5	5196
Dom Viçoso	15,5	36,7	38,9	53,4	66,7	34,0	4,5	10,2	50,9	31,1	36,6	26,2	30,8	5,4	2994
Dona Eusébia	12,2	29,1	16,8	25,1	19,8	20,6	5,0	8,6	29,8	17,4	43,2	12,3	20,9	5,6	6001
Dores de Campos	9,2	25,0	11,9	15,6	16,5	16,3	5,3	7,1	32,3	11,3	16,9	7,5	17,4	5,7	9299
Dores de Guanhães	26,5	43,0	62,5	96,7	81,7	48,4	3,9	19,2	56,6	55,2	65,2	62,5	44,8	4,7	5223
Dores do Indaiá	14,1	23,0	9,1	25,0	12,4	17,7	5,4	11,0	29,9	9,3	10,9	5,2	16,9	5,4	13778
Dores do Turvo	20,5	52,0	83,1	80,5	71,1	49,0	4,1	15,1	55,9	60,0	64,5	47,3	42,2	5,0	4462
Doresópolis	11,2	26,8	27,6	28,3	41,0	22,9	5,3	6,7	38,0	20,6	11,8	21,3	20,9	5,8	1440
Douradoquara	12,6	16,7	28,9	42,2	46,4	21,9	4,8	7,3	29,9	31,8	33,0	29,7	22,5	5,7	1841
Durandé	21,9	31,0	63,6	65,1	62,8	37,7	4,2	17,9	54,8	56,9	61,8	47,6	42,2	4,8	7423
Elói Mendes	14,4	15,4	22,5	22,1	22,5	17,1	5,4	11,4	37,8	18,0	12,2	14,7	21,7	5,3	25220
Engenheiro Caldas	24,4	42,0	38,5	32,9	39,2	34,3	4,3	18,1	54,1	29,5	22,6	20,3	32,6	4,8	10280
Engenheiro Navarro	26,6	47,1	33,8	98,4	48,9	44,1	4,2	17,5	58,9	25,6	77,4	39,3	41,1	4,8	7122
Entre Folhas	15,9	35,1	41,4	56,0	52,4	32,8	4,3	14,3	53,4	27,9	43,3	26,2	33,5	5,1	5175
Entre Rios de Minas	11,6	32,7	30,7	41,6	38,5	26,6	5,1	8,1	41,0	23,0	33,5	22,3	25,1	5,6	14242
Ervália	21,3	46,9	54,0	57,4	55,5	40,6	4,1	15,0	50,5	40,9	46,5	34,4	35,2	5,0	17946
Esmeraldas	11,9	32,6	45,2	85,4	70,0	35,6	4,8	8,6	44,9	26,1	74,8	15,4	30,7	5,6	60271
Espera Feliz	19,0	24,2	45,9	48,7	44,2	29,0	4,3	13,9	49,2	32,1	43,2	23,6	32,1	5,1	22856
Espinosa	29,8	54,9	28,4	99,6	65,1	48,9	4,0	23,3	62,9	21,5	97,5	48,7	47,1	4,3	31113
Espírito Santo do Dourado	16,2	18,3	54,8	52,7	46,1	27,5	4,6	11,2	28,2	47,1	48,4	33,7	26,9	5,4	4429
Estiva	15,8	18,6	46,3	52,4	44,0	26,4	4,3	9,2	28,2	46,6	45,9	17,1	24,3	5,5	10845

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Estrela Dalva	18,1	32,3	34,8	46,3	38,8	29,6	4,7	16,3	40,8	27,2	27,7	20,6	27,6	4,9	2470
Estrela do Indaiá	15,5	25,0	26,2	9,4	33,2	20,9	4,4	13,5	34,1	18,9	44,0	20,7	25,1	5,2	3516
Estrela do Sul	14,5	30,9	28,9	25,6	29,7	24,3	4,8	11,3	30,0	23,1	26,0	20,8	21,5	5,3	7446
Eugenópolis	16,7	30,1	41,4	43,1	46,2	29,4	4,9	12,1	39,6	28,4	26,0	24,7	26,0	5,3	10540
Ewbank da Câmara	12,7	28,1	10,5	58,3	13,5	22,7	5,1	10,4	43,1	4,8	7,7	4,8	20,5	5,4	3753
Extrema	10,3	13,4	33,1	26,3	16,8	16,0	5,5	6,2	19,3	26,2	23,3	2,0	14,3	5,8	28599
Fama	11,8	21,0	36,5	44,3	30,5	22,7	5,2	10,0	30,5	34,3	49,0	11,4	23,9	5,5	2350
Faria Lemos	18,4	27,4	36,2	44,1	35,2	27,6	4,8	14,4	46,3	23,4	34,1	22,1	29,3	5,1	3376
Felício dos Santos	23,6	60,1	55,4	98,7	78,3	52,5	3,9	17,4	63,3	23,3	99,4	57,8	46,3	4,8	5142
Felisburgo	36,2	57,6	18,2	48,0	47,5	44,1	3,5	27,4	66,5	25,7	31,1	31,8	41,7	4,0	6877
Felixlândia	15,4	39,9	25,8	81,3	45,7	34,7	4,9	10,2	47,6	23,1	86,2	19,3	33,4	5,4	14121
Fernandes Tourinho	25,5	52,2	39,4	48,7	39,0	40,0	3,9	21,7	53,5	44,7	33,6	36,4	37,8	4,4	3030
Ferros	25,6	47,7	64,4	79,5	78,2	47,8	3,5	21,6	55,0	64,2	73,2	68,6	47,4	4,5	10837
Fervedouro	22,2	40,4	66,3	65,6	64,7	41,6	3,5	15,6	62,1	56,7	58,9	49,0	43,7	5,0	10349
Florestal	9,1	22,4	32,9	27,4	23,3	19,5	5,7	6,5	23,9	21,9	21,8	13,7	16,5	5,8	6600
Formiga	9,2	18,1	11,4	16,7	13,9	13,8	6,0	6,2	22,9	8,4	10,4	8,0	12,9	5,8	65128
Formoso	27,8	49,5	40,8	99,0	65,1	47,6	3,8	19,3	59,3	34,1	87,0	41,8	44,0	4,7	8177
Fortaleza de Minas	14,8	23,7	30,5	21,7	30,1	21,7	4,7	9,1	30,1	25,7	25,3	3,5	19,4	5,5	4098
Fortuna de Minas	12,2	32,7	37,1	78,5	40,8	31,5	4,7	8,5	42,0	26,2	49,9	22,8	27,7	5,6	2705
Francisco Badaró	31,6	51,9	32,9	95,5	93,9	51,2	3,7	22,4	62,2	24,6	83,9	67,8	47,1	4,4	10248
Francisco Dumont	24,3	59,6	42,0	99,6	81,1	51,5	3,7	18,8	60,0	45,6	82,2	49,5	45,4	4,7	4863
Francisco Sá	28,3	53,2	43,2	58,3	59,6	44,5	4,1	20,9	65,0	35,5	46,7	44,8	42,7	4,5	24912
Franciscópolis	36,4	70,0	68,7	88,9	85,0	61,4	3,1	30,5	66,9	53,0	50,6	57,8	50,2	3,7	5800
Frei Gaspar	35,2	63,2	54,7	67,1	60,4	52,7	2,9	28,5	66,2	41,6	43,2	59,3	47,4	3,9	5879
Frei Inocêncio	22,0	41,2	23,4	25,7	39,6	30,8	4,7	17,6	55,3	22,6	30,7	23,9	33,3	4,8	8920

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Frei Lagonegro	28,9	69,8	90,8	96,4	97,1	62,9	3,1	22,4	71,1	73,4	79,2	80,3	56,0	4,4	3329
Fronteira	11,0	17,4	13,7	18,5	9,8	14,2	5,7	10,5	29,5	10,5	4,0	3,4	15,8	5,4	14041
Fronteira dos Vales	40,7	69,6	34,2	71,2	80,4	56,9	3,2	30,8	68,8	27,8	49,4	45,1	47,0	3,7	4687
Fruta de Leite	44,8	74,3	42,5	99,7	76,8	63,5	2,4	34,0	70,7	54,7	99,2	70,0	59,1	3,4	5940
Frutal	9,1	16,7	17,2	16,0	16,4	14,0	5,7	6,5	21,3	16,7	12,1	10,3	13,7	5,8	53468
Funilândia	15,6	39,1	29,2	88,9	41,6	35,3	4,5	13,0	49,3	28,4	61,9	15,3	32,7	5,2	3855
Galileia	22,7	41,0	21,0	23,1	44,3	30,9	4,3	19,3	52,0	19,7	24,7	32,0	32,5	4,7	6951
Gameleiras	35,3	67,4	32,6	99,9	95,0	58,4	3,6	25,4	70,4	18,0	99,0	75,0	52,6	4,1	5139
Glaucilândia	17,2	53,7	10,5	95,4	74,0	42,6	4,8	13,1	60,2	31,2	75,2	65,9	42,7	5,2	2962
Goiabeira	27,6	46,0	24,8	59,0	42,0	38,3	4,2	22,3	52,4	16,7	32,0	25,1	33,5	4,4	3053
Goianá	12,2	25,3	24,1	21,2	19,1	19,6	5,4	10,5	37,4	19,9	18,5	7,5	21,5	5,4	3659
Gonçalves	15,8	19,5	20,3	70,8	16,7	23,4	4,5	13,4	35,4	70,5	55,2	1,9	30,4	5,2	4220
Gonzaga	26,0	60,2	59,9	66,3	81,4	50,7	3,7	19,4	66,7	44,2	50,2	45,1	44,1	4,6	5921
Gouveia	12,9	42,1	27,8	43,2	37,6	30,1	4,7	8,5	51,1	13,2	24,9	21,8	26,8	5,6	11681
Governador Valadares	10,5	23,2	5,9	12,0	13,8	14,9	6,2	7,6	34,5	4,3	6,5	5,2	16,3	5,7	263689
Grão Mogol	29,0	54,9	44,8	73,4	69,7	48,0	3,5	18,8	64,0	51,6	55,0	51,6	44,8	4,7	15024
Grupiara	10,9	35,0	16,1	98,7	16,7	29,6	5,8	7,9	31,7	16,4	98,4	16,8	27,4	5,6	1373
Guanhães	16,6	37,8	29,5	53,0	40,6	31,4	4,9	11,9	47,1	19,4	24,6	19,2	27,0	5,3	31262
Guapé	11,9	26,8	35,4	51,9	42,4	26,5	4,9	8,6	39,7	31,3	29,3	29,5	25,9	5,6	13872
Guaraciaba	22,9	56,9	66,1	72,6	73,2	49,1	3,8	17,9	54,8	60,8	61,2	59,8	43,6	4,8	10223
Guaraciama	22,6	63,1	17,9	99,6	54,0	47,2	4,4	17,6	62,1	20,9	84,0	39,2	42,4	4,8	4718
Guaranésia	13,9	14,3	16,5	15,9	15,1	14,6	5,1	11,2	27,6	11,7	3,4	6,4	15,7	5,4	18714
Guarani	14,7	29,4	32,9	37,9	33,9	25,9	5,0	11,7	38,6	20,6	24,8	16,2	23,8	5,3	8678
Guarará	12,6	22,4	20,5	44,3	15,8	20,5	5,0	8,6	39,6	14,8	11,5	7,2	20,3	5,6	3929
Guarda-Mor	14,0	19,4	43,4	39,8	47,6	24,7	4,9	10,6	34,3	41,3	44,3	40,2	28,3	5,4	6565

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Guaxupé	10,1	12,9	10,2	8,6	7,3	10,7	6,0	6,1	24,5	6,9	5,5	3,0	12,3	5,8	49430
Guidoval	15,7	28,7	34,1	53,7	38,9	28,3	4,6	11,0	28,7	26,7	35,0	26,3	22,7	5,4	7206
Guimarânia	10,2	21,9	22,3	26,4	24,3	18,5	5,2	9,1	37,2	19,6	19,7	19,6	22,1	5,5	7265
Guiricema	17,2	37,7	53,9	71,5	63,0	38,0	4,3	12,9	40,2	46,9	53,0	36,1	32,3	5,2	8707
Gurinhata	14,0	31,4	60,5	56,7	63,0	33,9	4,8	14,9	34,1	52,7	53,3	53,2	33,1	5,0	6137
Heliodora	18,8	31,4	22,0	17,7	21,3	23,7	4,7	13,0	42,4	21,6	24,7	2,4	24,5	5,2	6121
Iapu	20,8	42,1	44,2	55,6	48,8	36,9	4,4	16,4	50,7	34,6	36,3	29,9	33,6	4,9	10315
Ibertioga	18,4	49,5	36,0	50,0	52,4	37,5	4,4	13,9	56,9	27,8	27,9	21,7	32,6	5,1	5036
Ibiá	10,0	17,0	18,6	18,8	19,9	15,2	5,6	6,5	30,3	15,6	15,0	14,7	17,4	5,8	23218
Ibiaí	24,6	59,5	29,9	98,9	70,4	49,3	4,0	18,7	67,1	26,8	98,0	39,4	46,7	4,7	7839
Ibiracatu	36,2	67,1	43,1	99,0	83,6	58,6	3,0	25,5	71,5	18,6	75,9	37,8	47,3	4,1	6155
Ibiraci	15,5	15,2	29,9	30,9	27,9	19,6	5,1	9,3	27,4	26,1	16,3	8,2	18,1	5,5	12176
Ibirité	9,3	28,5	1,7	46,8	8,9	19,1	5,3	6,0	34,1	1,3	15,8	1,9	16,0	5,8	158954
Ibitiúra de Minas	14,2	15,6	37,7	28,2	36,0	20,6	4,7	11,6	31,9	31,2	17,2	13,0	21,5	5,3	3382
Ibituruna	14,2	25,7	16,6	26,0	21,2	20,3	5,2	10,6	46,0	13,7	8,4	10,0	23,1	5,4	2866
Icaraí de Minas	26,9	67,8	43,8	99,1	91,7	56,4	3,9	15,3	70,2	26,6	28,5	62,0	41,3	5,0	10746
Igarapé	11,9	26,5	17,0	44,3	32,3	22,8	5,1	7,3	33,8	9,9	35,2	6,8	19,7	5,7	34851
Igaratinga	11,3	21,1	22,0	37,4	23,2	19,7	4,7	7,1	26,4	16,4	24,8	11,5	17,1	5,7	9264
Iguatama	9,3	20,4	16,0	23,0	22,3	16,5	5,6	5,6	26,4	14,9	11,4	14,7	15,3	5,8	8029
Ijaci	13,0	30,1	18,9	38,0	24,6	23,3	4,8	6,9	38,3	11,1	18,8	8,2	19,7	5,7	5859
Ilicínea	15,1	17,3	30,2	27,3	29,3	20,0	4,9	9,5	36,8	22,8	20,4	20,5	22,6	5,5	11488
Imbé de Minas	22,7	47,4	86,5	75,5	76,0	48,4	3,6	17,3	62,9	72,8	65,3	50,2	47,1	4,8	6424
Inconfidentes	12,9	16,7	50,6	51,0	37,5	24,4	4,7	8,6	34,1	44,9	34,6	3,6	23,6	5,6	6908
Indaiabira	39,9	62,3	50,2	86,5	79,9	57,3	2,8	32,1	64,4	47,5	79,6	59,8	52,5	3,5	7330
Indianópolis	12,9	22,1	40,7	59,8	45,2	26,9	4,7	11,0	36,3	35,3	35,8	25,2	26,3	5,4	6190

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Ingai	11,8	34,0	38,5	44,0	48,6	29,1	5,2	8,2	35,0	36,7	30,8	34,9	25,3	5,6	2629
Inhapim	20,8	42,8	55,8	72,5	66,3	41,7	4,6	15,3	52,6	51,1	51,4	47,9	38,8	5,0	24294
Inhaúma	11,7	25,6	33,7	98,0	32,5	29,8	5,0	8,7	39,7	16,0	69,7	10,5	26,9	5,6	5760
Inimutaba	17,1	36,2	23,5	49,4	45,2	30,4	4,5	12,3	48,9	22,6	52,4	29,7	32,0	5,3	6724
Ipaba	18,2	41,5	13,1	41,0	17,2	28,1	4,5	11,7	45,9	18,5	24,5	6,6	25,3	5,3	16708
Ipanema	19,1	31,2	24,3	36,5	33,5	27,0	4,7	14,2	46,3	24,0	28,2	19,4	28,4	5,1	18170
Ipatinga	7,1	18,4	14,7	7,6	1,7	11,4	6,7	5,0	24,3	10,2	2,1	0,3	11,6	5,9	239468
Ipiacu	18,0	21,5	11,3	5,5	13,5	16,8	4,9	16,0	33,7	9,6	7,9	9,2	20,1	4,9	4107
Ipiúna	13,9	18,6	30,4	38,8	20,4	20,5	4,6	11,9	30,1	28,6	38,4	15,5	23,1	5,3	9521
Iraí de Minas	12,7	19,2	19,6	22,7	21,1	17,5	4,9	8,6	30,7	25,3	13,5	16,1	19,3	5,6	6467
Itabira	9,7	22,6	10,5	14,5	12,6	15,1	6,1	6,3	31,3	8,3	8,2	7,0	15,5	5,8	109783
Itabirinha de Mantena	25,5	48,7	30,4	53,9	40,3	38,5	4,2	20,5	53,2	23,5	30,3	23,6	33,5	4,6	10692
Itabirito	6,0	14,9	12,7	16,7	6,6	11,0	6,1	4,0	22,2	9,5	12,6	2,8	11,7	6,0	45449
Itacambira	22,2	63,7	78,4	93,1	93,7	56,5	4,0	16,1	59,7	63,8	91,5	80,3	50,1	4,9	4988
Itacarambi	25,7	57,8	8,5	98,9	39,8	44,1	4,3	17,7	66,6	21,0	58,7	23,0	39,9	4,8	17720
Itaguara	11,6	24,5	30,5	39,6	32,8	22,9	4,9	8,2	25,7	23,2	20,4	17,9	18,0	5,6	12372
Itaipé	36,6	58,7	63,7	74,4	68,5	54,0	3,3	25,0	68,6	49,0	56,9	55,2	48,8	4,2	11798
Itajubá	5,8	15,4	9,6	11,7	3,6	10,0	7,0	3,9	23,7	6,4	8,9	0,7	11,3	6,0	90658
Itamarandiba	27,5	57,8	39,0	60,6	57,5	45,5	3,8	18,7	62,9	29,7	41,1	38,1	39,4	4,7	32175
Itamarati de Minas	13,2	16,2	25,8	22,6	26,5	17,8	4,6	7,5	26,1	21,9	23,9	18,7	18,3	5,7	4079
Itambacuri	28,7	48,3	36,2	56,8	51,4	41,3	4,2	21,3	60,4	28,5	36,4	37,8	38,8	4,5	22809
Itambé do Mato Dentro	23,6	44,5	67,5	72,5	74,9	45,3	3,7	19,0	53,4	51,2	46,1	50,8	40,1	4,7	2283
Itamogi	12,2	17,0	31,0	32,9	31,0	19,7	4,8	10,7	39,6	24,7	24,5	17,1	24,3	5,4	10349
Itamonte	9,9	23,5	40,2	33,5	20,8	21,3	5,2	6,0	32,1	35,4	25,5	5,3	20,2	5,8	14003
Itanhandu	7,4	16,7	18,2	21,3	10,3	13,5	6,2	4,7	25,1	10,5	14,5	1,3	13,2	5,9	14175

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Itanhomi	23,9	47,9	34,9	43,9	43,2	37,3	4,3	17,5	52,9	27,2	37,0	28,0	33,9	4,8	11856
Itaobim	26,7	56,4	17,7	97,8	55,7	46,2	4,6	21,0	62,1	19,9	74,5	22,4	41,0	4,5	21001
Itapagipe	10,3	18,9	38,0	41,6	40,9	22,3	5,4	6,5	24,1	31,0	25,5	28,9	19,3	5,8	13656
Itapecerica	14,3	23,8	21,6	33,5	26,4	21,5	5,4	11,0	30,9	19,7	26,1	17,2	21,0	5,4	21377
Itapeva	15,7	23,1	48,7	38,5	37,1	26,1	4,5	10,4	24,8	41,2	29,0	5,1	20,1	5,4	8664
Itatiaiuçu	14,7	31,4	38,1	50,0	42,8	29,2	4,4	9,6	36,1	34,1	26,5	16,9	23,9	5,5	9928
Itaú de Minas	7,0	14,3	3,1	2,3	3,1	8,3	6,3	5,0	19,4	2,6	3,4	1,1	9,3	5,9	14945
Itaúna	7,1	11,8	5,7	7,1	5,9	8,5	6,3	4,2	18,2	3,5	4,0	1,8	8,8	6,0	85463
Itaverava	17,7	54,7	68,4	83,7	94,1	49,8	3,7	15,6	56,5	57,8	67,5	55,6	43,4	5,0	5799
Itinga	31,0	68,2	45,5	79,0	68,8	54,0	3,9	22,2	72,4	34,4	44,4	44,8	45,4	4,4	14407
Itueta	20,5	36,5	56,9	60,8	62,4	37,9	4,4	15,3	49,7	47,3	44,7	45,9	36,6	5,0	5830
Ituiutaba	11,3	18,2	8,9	9,4	12,3	13,3	6,0	8,5	22,1	6,1	5,9	4,8	12,4	5,6	97171
Itumirim	11,8	30,7	18,0	52,6	31,1	25,1	5,5	5,9	42,7	13,9	41,9	10,6	23,8	5,8	6139
Iturama	12,3	16,0	11,0	17,0	11,2	13,8	5,8	8,7	21,5	14,1	10,9	4,3	13,6	5,6	34456
Itutinga	11,1	28,5	28,8	72,1	36,9	27,8	5,4	6,4	38,6	27,6	49,9	23,0	26,0	5,8	3913
Jaboticatubas	16,5	32,5	46,5	66,5	61,1	34,5	4,4	10,9	42,0	36,8	52,0	35,8	31,1	5,4	17134
Jacinto	32,7	60,5	22,6	68,3	56,5	47,2	3,5	27,5	63,8	18,1	50,5	35,9	42,4	3,9	12134
Jacuí	14,3	22,6	46,6	53,7	47,9	27,8	4,7	10,7	32,8	37,7	42,3	5,6	24,1	5,4	7502
Jacutinga	11,8	10,3	23,1	22,8	20,6	14,4	5,4	7,1	20,7	15,0	10,2	6,9	13,0	5,7	22772
Jaguaraçu	14,0	36,6	29,8	38,8	36,6	28,2	4,6	10,3	35,7	26,0	20,0	10,7	21,9	5,4	2990
Jaíba	26,4	50,8	20,8	98,7	50,1	44,1	4,0	18,3	62,3	18,0	78,9	35,5	41,6	4,7	33587
Jampruca	30,4	55,1	35,7	62,7	66,1	46,2	3,6	22,8	62,1	37,6	51,9	52,3	43,8	4,4	5067
Janaúba	19,8	42,5	13,5	97,2	35,5	36,6	5,1	14,2	53,4	6,2	83,4	15,1	34,4	5,1	66803
Januária	22,1	53,4	45,1	72,8	57,4	44,0	4,9	17,4	60,5	28,9	56,4	50,6	40,8	4,8	65463
Japaraíba	9,9	17,2	26,4	45,8	48,3	21,4	5,9	7,1	25,6	18,6	37,4	18,6	19,0	5,7	3939

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Japonvar	33,6	67,7	20,5	99,7	77,2	55,0	3,4	22,1	71,6	8,0	98,9	58,2	49,3	4,4	8298
Jeceaba	11,2	37,5	46,6	66,0	65,3	34,7	4,7	8,1	43,8	43,6	52,5	43,9	32,2	5,6	5395
Jenipapo de Minas	35,4	53,5	50,9	96,1	82,4	54,0	3,4	23,1	60,5	40,3	60,7	57,7	45,1	4,3	7116
Jequeri	23,9	51,8	59,5	60,4	67,2	45,1	3,9	16,2	58,8	44,0	40,9	43,9	39,1	4,9	12848
Jequitaiá	23,7	52,3	26,5	99,8	67,9	46,0	4,2	19,9	61,4	30,1	98,1	47,2	46,2	4,6	8005
Jequitibá	16,8	39,0	51,7	74,8	78,8	39,9	4,1	9,8	46,5	40,6	75,3	62,3	37,5	5,5	5156
Jequitinhonha	33,7	53,9	27,8	68,8	47,2	45,1	4,0	25,4	63,5	26,1	56,9	32,7	42,8	4,1	24131
Jesuânia	16,2	26,6	41,8	43,1	41,9	27,7	4,9	11,1	43,5	23,1	22,9	30,8	26,7	5,4	4768
Joaíma	35,5	60,8	36,5	56,5	38,6	46,9	3,5	28,6	70,8	31,0	32,1	31,5	44,2	3,8	14941
Joanésia	21,4	45,7	81,6	63,6	81,1	46,0	4,1	19,3	51,4	72,0	72,7	59,1	45,2	4,7	5425
João Monlevade	5,9	22,0	3,2	6,8	5,7	11,3	6,5	4,1	27,8	2,0	6,7	1,0	12,2	6,0	73610
João Pinheiro	15,7	33,3	20,1	38,8	25,6	25,6	5,0	10,8	39,6	18,0	19,3	15,9	23,0	5,4	45260
Joaquim Felício	23,3	43,2	44,0	89,7	53,8	42,2	4,2	15,5	54,3	39,8	70,2	44,8	40,0	5,0	4305
Jordânia	30,2	56,2	27,2	40,5	42,9	41,2	3,7	24,3	63,8	27,3	29,8	26,8	39,2	4,2	10324
José Gonçalves de Minas	29,7	33,3	44,5	78,5	86,3	42,7	3,4	19,3	58,1	49,7	63,9	56,9	44,2	4,7	4553
José Raydan	31,6	59,8	78,7	82,0	90,6	57,0	3,4	22,4	61,5	56,6	65,6	55,8	47,2	4,4	4376
Josenópolis	40,6	63,5	58,6	98,9	70,4	59,3	2,7	28,9	72,0	37,3	40,9	51,8	48,2	3,8	4566
Juatuba	11,6	31,1	24,1	57,7	24,7	25,8	5,6	8,6	39,1	8,4	47,1	8,9	23,3	5,6	22202
Juiz de Fora	4,7	11,9	4,6	5,8	1,7	7,1	7,2	3,3	21,2	4,3	5,5	0,9	9,7	6,0	516247
Juramento	20,3	47,1	33,4	89,3	48,7	40,9	4,8	16,2	58,9	43,0	59,6	37,9	40,5	4,9	4113
Juruaia	12,6	15,7	50,0	51,3	50,8	25,1	4,7	6,4	24,1	49,3	47,2	20,3	22,6	5,8	9238
Juvenília	28,8	67,0	35,5	38,8	76,8	48,2	4,0	23,1	74,6	21,5	91,3	48,0	50,4	4,3	5708
Ladainha	39,4	61,6	71,5	91,2	85,3	60,1	3,0	29,7	75,7	59,2	75,8	72,6	57,6	3,8	16994
Lagamar	12,4	27,9	31,1	39,1	43,0	25,4	5,3	11,1	34,2	26,3	26,4	27,9	23,9	5,4	7600
Lagoa da Prata	9,3	15,7	4,1	10,1	6,5	10,8	5,5	6,5	22,9	4,1	3,9	2,7	11,4	5,8	45984

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Lagoa dos Patos	21,9	51,6	33,4	99,8	54,2	44,6	4,2	16,0	62,2	29,2	98,9	31,8	43,7	4,9	4225
Lagoa Dourada	8,0	40,1	27,7	48,3	51,9	29,5	4,4	5,9	48,4	21,5	37,7	24,3	27,4	5,8	12256
Lagoa Formosa	13,4	20,1	35,2	37,4	38,0	22,8	5,0	11,0	26,8	24,8	26,2	23,8	20,7	5,4	17161
Lagoa Grande	14,6	26,1	27,9	80,3	32,1	28,5	4,8	11,2	44,3	22,0	62,1	21,8	30,2	5,4	8631
Lagoa Santa	7,9	17,2	10,9	74,9	15,3	19,2	6,4	4,7	24,1	5,4	45,1	2,6	15,6	5,9	52520
Lajinha	21,1	31,1	47,0	56,6	49,7	33,6	4,4	17,1	46,3	39,4	57,2	35,1	35,5	4,8	19609
Lambari	9,6	21,1	23,5	26,0	20,0	17,7	5,6	7,5	38,2	19,6	23,6	8,2	21,3	5,7	19554
Lamim	15,4	42,9	65,0	73,9	73,2	41,6	4,2	13,2	48,8	51,4	68,8	51,9	39,0	5,2	3452
Laranjal	14,1	28,0	29,1	29,5	31,3	23,7	5,1	10,8	33,8	24,3	17,2	18,4	21,6	5,4	6465
Lassance	21,0	51,0	43,0	99,5	75,1	46,9	4,2	15,1	58,3	25,2	96,0	30,4	41,1	5,0	6484
Lavras	6,0	13,9	6,6	7,1	10,4	9,3	6,7	4,1	21,8	5,0	5,1	4,5	10,5	6,0	92200
Leandro Ferreira	15,3	26,2	39,0	42,9	45,1	27,2	4,6	11,8	26,8	34,9	27,2	26,3	22,4	5,3	3205
Leme do Prado	21,9	43,0	11,4	56,2	65,7	35,7	4,2	17,4	56,2	20,5	38,1	32,7	34,9	4,8	4804
Leopoldina	10,4	21,4	12,1	15,6	15,5	15,4	5,7	7,1	35,7	12,2	12,8	8,9	18,4	5,7	51130
Liberdade	20,1	36,5	30,3	37,7	37,4	30,3	4,6	14,9	49,8	24,2	25,8	26,1	30,3	5,0	5346
Lima Duarte	14,5	30,5	23,5	35,0	28,8	24,5	5,1	11,0	42,5	21,5	26,7	11,0	24,8	5,4	16149
Limeira do Oeste	17,9	31,6	41,7	90,9	46,6	35,4	4,6	12,6	27,8	32,1	36,5	29,6	24,0	5,2	6890
Lontra	32,2	60,2	23,4	99,7	62,4	50,9	4,0	22,2	68,7	9,7	98,6	43,0	47,1	4,4	8397
Luisburgo	20,2	32,4	83,0	83,6	80,5	43,1	3,5	15,0	56,0	68,5	71,7	59,6	44,9	5,0	6234
Luislândia	30,3	56,6	44,3	99,1	73,8	52,1	3,5	19,4	73,9	25,0	99,3	56,4	50,8	4,6	6400
Luminárias	10,8	20,6	31,9	35,4	37,8	21,5	4,8	9,4	38,7	20,9	24,6	20,4	23,5	5,5	5422
Luz	10,3	17,4	14,5	20,3	18,3	15,0	5,7	8,1	27,5	13,5	12,2	10,0	16,0	5,6	17486
Machacalis	27,9	57,3	18,2	37,5	28,5	38,2	3,9	23,4	59,1	17,6	20,7	19,9	34,7	4,3	6976
Machado	11,0	13,7	23,1	24,3	21,5	15,6	5,8	8,1	32,3	16,9	17,6	8,5	18,5	5,6	38688
Madre de Deus de Minas	11,5	40,3	19,7	28,8	25,8	25,5	5,4	7,2	48,9	17,6	21,9	18,0	25,4	5,7	4904

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola- Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola- ridade	
Malacacheta	31,9	52,1	46,6	61,2	59,2	46,0	4,0	25,2	61,4	35,3	33,6	43,2	41,4	4,1	18776
Mamonas	35,8	52,6	17,2	99,7	78,6	50,3	3,1	28,5	62,8	14,1	94,8	58,9	48,7	3,9	6321
Manga	28,1	59,2	24,5	99,4	53,5	48,4	3,9	23,4	73,0	24,5	95,1	32,9	49,2	4,3	19813
Manhuaçu	13,1	22,1	25,7	33,0	25,0	20,7	5,3	8,6	39,2	20,2	25,8	12,9	22,7	5,6	79574
Manhumirim	16,5	25,6	28,5	33,7	26,4	23,6	5,1	12,7	44,2	20,1	29,6	16,5	26,6	5,2	21382
Mantena	21,1	39,4	26,4	37,3	35,6	31,1	4,7	15,4	45,0	18,8	20,7	21,4	27,2	5,0	27111
Mar de Espanha	12,9	24,3	16,1	23,5	20,0	19,0	5,4	8,0	25,7	10,6	13,6	8,4	15,1	5,6	11749
Maravilhas	11,7	30,3	17,0	50,6	53,6	26,6	5,0	8,4	40,5	11,6	35,5	19,7	23,8	5,6	7163
Maria da Fé	12,8	36,5	42,3	45,4	40,0	30,1	4,9	7,8	48,2	34,5	33,4	17,4	28,3	5,7	14216
Mariana	10,3	28,1	15,8	27,9	22,9	20,1	5,8	6,6	36,0	8,1	21,7	9,9	18,9	5,8	54219
Marilac	30,0	54,2	19,3	66,7	73,9	45,2	4,0	19,5	59,6	14,4	19,3	36,2	34,5	4,6	4219
Mário Campos	12,1	30,7	21,7	83,4	15,2	27,4	4,7	8,1	36,5	10,6	55,8	3,4	22,9	5,6	13192
Maripá de Minas	12,0	25,7	33,0	62,7	29,5	25,9	4,6	10,6	31,7	23,8	37,6	11,2	22,3	5,4	2788
Marliéria	14,1	34,3	37,3	42,5	42,1	29,1	4,8	11,6	45,2	44,8	20,2	12,9	27,9	5,3	4012
Marmelópolis	16,2	40,6	54,3	62,4	43,9	36,1	4,5	10,3	58,9	46,2	39,0	14,9	34,5	5,4	2968
Martinho Campos	12,6	21,8	20,5	87,1	35,9	26,6	5,0	8,9	29,9	15,5	58,4	16,2	22,8	5,6	12611
Martins Soares	20,6	24,4	58,3	61,0	56,1	33,3	4,2	15,6	50,8	52,5	48,3	35,9	37,0	5,0	7173
Mata Verde	38,2	50,9	20,4	36,7	24,4	39,4	3,1	30,1	66,3	19,5	24,0	19,8	40,1	3,7	7874
Materlândia	28,5	60,7	58,1	75,0	76,3	52,1	3,6	22,6	66,0	41,3	60,3	59,6	47,0	4,4	4595
Mateus Leme	11,7	23,7	29,9	50,8	39,9	24,5	5,6	7,8	36,3	16,5	38,4	11,4	22,2	5,7	27856
Mathias Lobato	27,3	52,4	11,6	28,2	58,7	37,4	4,3	20,4	65,8	10,1	17,9	37,3	36,5	4,6	3370
Matias Barbosa	9,1	19,5	27,6	26,3	11,3	16,7	5,6	6,6	33,7	18,2	28,0	4,0	19,3	5,8	13435
Matias Cardoso	32,5	70,7	38,3	97,7	82,2	57,8	3,3	22,5	71,9	35,8	74,9	59,7	50,0	4,4	9979
Matipó	19,4	33,9	32,2	38,7	37,3	29,5	4,2	14,9	57,5	23,3	28,4	24,4	33,0	5,0	17639
Mato Verde	27,1	55,6	19,5	96,2	43,3	45,0	4,1	21,3	60,6	8,8	98,4	29,4	42,6	4,5	12684

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Matozinhos	8,3	19,6	4,6	44,3	8,9	15,7	6,0	5,7	30,2	5,6	32,4	2,5	16,8	5,8	33955
Matutina	14,6	17,1	19,8	39,2	24,5	19,5	4,6	11,6	28,7	17,7	15,5	15,5	19,0	5,3	3761
Medeiros	10,7	14,5	47,2	68,3	53,3	25,7	5,0	5,9	24,6	43,3	30,5	41,3	22,2	5,8	3444
Medina	29,8	58,2	32,4	43,6	48,8	43,2	3,9	22,5	64,7	23,0	25,7	27,8	38,1	4,4	21026
Mendes Pimentel	31,5	49,3	55,1	57,9	61,3	45,7	3,6	24,3	57,3	46,3	49,3	43,0	42,4	4,2	6331
Mercês	19,8	40,4	38,2	50,1	45,9	34,5	4,5	14,1	48,0	28,4	32,3	25,2	30,4	5,1	10368
Mesquita	22,9	40,4	60,6	58,4	64,1	40,4	4,2	19,1	45,9	47,2	40,4	47,7	36,3	4,7	6069
Minas Novas	33,5	60,2	52,3	88,3	77,9	54,6	3,3	23,0	62,3	50,3	78,8	60,5	48,8	4,3	30794
Mínduri	13,9	33,7	11,8	17,1	22,7	21,7	5,2	8,1	52,8	8,7	11,4	10,5	24,4	5,6	3840
Mirabela	25,8	57,7	22,4	97,0	52,2	46,5	4,4	17,4	66,5	13,6	91,7	40,5	44,1	4,8	13042
Miradouro	21,3	39,3	39,3	40,8	44,6	33,6	4,3	13,7	49,6	35,4	35,4	31,3	32,4	5,1	10251
Miraí	15,5	26,3	22,0	28,0	22,9	21,9	4,5	11,3	40,5	14,5	13,7	12,9	22,3	5,3	13808
Miravânia	31,6	71,5	53,5	90,3	89,1	59,2	3,3	26,0	74,8	11,0	96,4	76,5	53,4	4,1	4549
Moeda	11,3	23,0	61,0	71,9	48,6	30,3	4,5	8,2	38,1	60,9	65,7	20,7	31,3	5,6	4689
Moema	10,3	11,7	11,9	42,9	21,8	15,4	5,4	6,5	21,4	8,3	29,1	8,7	14,5	5,8	7028
Monjolos	23,6	41,8	36,1	84,6	80,6	42,8	4,3	16,0	58,8	33,7	96,9	50,8	44,5	4,9	2360
Monsenhor Paulo	14,1	15,6	30,4	28,3	31,1	19,4	5,4	11,2	28,3	24,1	19,7	22,8	20,5	5,4	8161
Montalvânia	29,5	56,2	42,8	98,5	73,9	51,5	4,1	21,8	66,0	25,2	91,3	42,7	46,8	4,4	15862
Monte Alegre de Minas	12,6	25,4	29,7	30,9	30,0	22,4	5,0	11,3	31,4	25,6	26,1	23,4	22,5	5,3	19619
Monte Azul	28,0	56,6	48,2	94,2	52,9	49,3	4,1	22,6	60,7	14,1	90,1	41,8	43,9	4,4	21994
Monte Belo	16,2	15,4	37,4	40,9	36,1	22,5	4,7	10,7	35,8	28,2	29,7	20,2	24,2	5,4	13061
Monte Carmelo	10,3	14,2	16,3	16,2	13,8	13,2	5,5	7,6	31,3	12,1	10,5	8,5	16,7	5,7	45772
Monte Formoso	39,2	72,2	68,7	87,1	82,9	62,8	2,9	29,0	77,8	59,9	60,2	60,8	55,5	3,8	4656
Monte Santo de Minas	14,5	17,9	25,3	21,1	25,2	18,5	5,3	12,7	30,7	20,0	13,5	16,8	20,2	5,2	21234
Monte Sião	10,9	9,3	30,0	31,3	26,7	15,9	5,3	7,2	18,2	22,6	13,5	9,3	13,5	5,7	21203

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Montes Claros	9,9	30,0	7,2	13,3	8,5	16,9	6,5	6,3	39,2	8,7	6,3	5,8	18,0	5,8	361915
Montezuma	32,8	64,6	68,3	82,3	73,0	56,5	3,1	22,6	67,9	33,0	65,8	58,9	47,3	4,4	7464
Morada Nova de Minas	13,6	29,9	20,8	97,4	31,8	30,5	4,6	9,3	35,6	23,2	97,5	24,8	30,6	5,5	8255
Morro da Garça	17,6	42,1	54,2	76,9	88,6	42,6	4,1	10,6	57,6	39,4	57,8	45,7	38,2	5,4	2660
Morro do Pilar	27,6	35,5	30,8	52,5	77,8	37,8	4,1	24,5	53,6	25,7	49,2	38,3	38,6	4,2	3399
Munhoz	15,4	26,9	48,3	45,3	43,3	28,5	4,2	10,5	48,3	38,7	50,8	5,3	30,5	5,4	6257
Muriaé	11,5	23,1	9,4	14,2	11,4	15,6	5,7	7,6	27,4	7,6	10,9	5,9	14,7	5,7	100765
Mutum	22,9	33,9	56,5	60,2	67,7	38,2	4,3	18,2	50,4	51,0	51,8	50,7	39,4	4,8	26661
Muzambinho	8,9	11,9	30,1	27,4	29,7	16,0	5,9	6,2	28,4	22,5	16,4	12,1	17,3	5,8	20430
Nacip Raydan	28,7	58,9	33,3	53,8	89,1	47,8	3,4	22,4	59,6	32,2	37,0	41,0	39,6	4,4	3154
Nanuque	19,2	37,5	11,3	25,4	15,7	25,1	5,2	15,5	45,8	9,0	19,5	11,8	25,5	5,0	40834
Naque	17,7	50,0	7,8	47,0	36,1	32,7	4,8	15,3	50,8	7,7	19,6	13,4	27,2	5,0	6341
Natalândia	18,5	37,4	34,2	65,5	37,2	33,4	4,5	14,3	46,1	26,9	42,1	25,7	30,7	5,1	3280
Natércia	12,9	16,3	38,0	49,3	34,9	22,5	5,3	9,8	35,2	32,8	48,9	3,9	24,7	5,5	4658
Nazareno	11,7	30,7	21,9	52,0	27,0	25,0	5,2	8,9	48,0	17,0	31,5	15,4	26,4	5,6	7954
Nepomuceno	14,8	24,7	26,6	30,0	30,4	22,5	4,9	11,3	42,9	20,2	19,5	20,8	25,0	5,4	25733
Ninheira	45,6	55,4	71,0	94,6	87,2	60,6	2,5	34,3	75,4	46,5	83,0	68,2	58,1	3,4	9815
Nova Belém	28,1	55,3	81,7	82,2	83,2	53,9	3,5	24,3	66,9	65,3	51,7	64,4	50,0	4,2	3732
Nova Era	9,6	28,3	12,6	18,4	14,5	17,8	5,8	6,8	38,3	15,7	15,5	3,4	19,4	5,7	17528
Nova Lima	5,3	13,0	8,1	11,6	2,9	8,7	6,7	2,9	18,6	7,3	5,8	,5	8,9	6,1	80998
Nova Módica	31,2	48,3	51,7	58,9	55,6	44,4	4,1	24,0	58,2	35,4	44,8	36,2	40,5	4,2	3790
Nova Ponte	12,0	18,3	21,6	22,5	22,1	17,2	5,3	8,9	24,1	14,3	14,2	13,4	15,7	5,6	12812
Nova Porteirinha	22,3	57,7	34,8	99,7	57,7	47,3	4,1	18,5	62,4	12,8	74,5	39,7	41,1	4,7	7398
Nova Resende	14,2	17,7	50,2	75,8	50,6	29,0	4,5	8,1	34,4	44,4	51,6	34,7	28,0	5,6	15374
Nova Serrana	7,8	10,7	9,1	12,0	6,8	9,3	5,2	4,8	15,4	6,6	6,3	1,8	8,6	5,9	73699

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Nova União	17,5	38,9	34,7	50,2	45,9	32,8	4,4	12,4	46,9	27,6	30,7	25,2	29,1	5,3	5555
Novo Cruzeiro	39,0	61,6	73,6	83,0	84,4	59,3	3,1	27,7	71,8	60,8	53,8	68,3	53,0	3,9	30725
Novo Oriente de Minas	42,6	62,0	49,7	73,6	62,2	55,2	2,5	31,2	68,0	44,8	51,5	45,3	48,9	3,6	10339
Novorizonte	28,0	45,9	37,1	99,6	85,9	47,9	3,2	21,9	60,2	46,8	95,4	38,0	47,1	4,4	4963
Olaria	17,0	37,2	55,5	47,9	64,9	35,7	4,0	17,7	42,6	39,3	46,2	16,3	31,5	4,8	1976
Olhos-d'Água	28,4	58,8	52,4	96,9	57,2	51,3	3,3	18,1	60,5	40,4	81,8	45,6	44,4	4,8	5267
Olímpio Noronha	14,4	21,3	16,0	10,6	24,5	17,5	4,6	14,3	43,3	5,1	5,9	11,0	22,3	5,1	2533
Oliveira	9,6	22,0	14,6	19,3	15,7	16,0	5,4	6,1	31,5	11,5	9,7	9,1	16,2	5,8	39466
Oliveira Fortes	20,0	42,1	49,7	50,5	58,2	37,5	4,1	16,4	51,5	35,0	53,0	45,6	37,1	4,9	2123
Onça de Pitangui	15,9	23,9	54,3	72,7	71,2	33,7	4,5	11,1	45,4	65,6	29,5	35,0	32,9	5,4	3055
Oratórios	20,6	44,2	40,7	40,0	41,0	34,8	4,1	15,8	45,8	29,2	28,4	29,2	30,2	5,0	4493
Orizânia	21,7	48,5	64,7	74,8	74,1	45,9	3,7	16,0	67,4	56,5	66,5	60,1	47,5	4,9	7284
Ouro Branco	8,0	19,7	12,2	16,7	15,6	14,1	6,7	4,7	24,2	10,5	9,1	6,4	12,7	5,9	35268
Ouro Fino	11,7	13,9	28,6	29,2	21,8	17,0	5,7	8,7	27,4	21,8	24,6	7,0	18,1	5,6	31568
Ouro Preto	7,8	22,2	13,9	23,6	16,1	15,9	6,3	5,0	33,1	12,4	23,9	6,7	17,8	5,9	70281
Ouro Verde de Minas	33,2	53,3	46,8	66,2	63,6	47,9	3,4	27,6	68,4	35,1	29,7	42,2	44,2	3,9	6016
Padre Carvalho	36,7	75,7	29,3	98,6	95,0	61,3	2,9	26,4	69,1	32,3	98,3	54,4	52,0	4,0	5834
Padre Paraíso	30,1	58,8	42,8	54,2	49,1	45,7	3,7	22,7	71,5	36,3	33,3	38,8	43,8	4,4	18849
Pai Pedro	39,9	62,5	63,6	98,7	80,0	60,1	3,0	31,2	77,8	47,6	98,6	65,2	59,4	3,6	5934
Paineiras	14,0	29,3	25,5	99,2	53,7	33,1	4,3	11,0	31,6	19,4	99,2	27,8	29,9	5,4	4631
Pains	10,9	15,3	23,4	27,9	32,3	17,5	5,3	7,4	26,6	14,4	13,0	9,8	15,7	5,7	8014
Paiva	16,5	23,3	31,5	58,4	43,4	27,3	5,3	12,9	39,6	21,6	46,3	25,4	27,8	5,2	1558
Palma	15,3	35,2	34,7	38,2	31,5	28,2	5,3	11,1	45,1	24,8	22,6	21,6	26,6	5,4	6545
Palmópolis	31,0	68,0	45,0	88,9	70,7	55,1	3,8	29,6	65,7	27,9	57,5	32,4	45,2	3,8	6931
Papagaios	15,0	29,4	13,9	82,4	30,2	28,4	4,8	9,3	51,3	12,4	70,1	13,0	31,0	5,5	14175

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Pará de Minas	6,9	15,9	7,3	10,3	7,5	10,5	5,9	3,9	22,7	7,0	5,6	2,3	10,8	6,0	84215
Paracatu	12,2	29,3	18,9	34,4	18,7	21,8	5,5	7,6	35,7	15,9	20,0	11,0	19,9	5,7	84718
Paraguaçu	9,5	15,9	21,8	22,2	22,0	15,5	5,6	7,3	30,4	19,3	17,1	15,2	18,4	5,7	20245
Paraisópolis	11,5	20,3	23,2	24,2	20,6	18,0	5,7	8,4	31,4	18,3	16,2	9,3	18,4	5,6	19379
Paraopeba	9,4	27,1	15,0	44,4	26,0	21,4	5,5	6,1	38,5	14,2	21,1	14,6	20,6	5,8	22563
Passa-Vinte	17,6	30,7	41,3	41,3	54,9	30,5	4,6	13,3	40,0	37,2	38,6	27,2	29,1	5,2	2079
Passa-Quatro	8,3	23,5	19,7	26,3	15,5	17,4	5,7	5,8	36,0	15,2	23,1	3,5	18,9	5,8	15582
Passa Tempo	11,5	31,5	29,6	33,6	35,7	24,9	4,8	7,7	38,5	24,9	26,8	22,4	23,6	5,7	8197
Passabém	21,0	34,3	66,5	62,7	66,5	38,9	4,3	17,8	44,7	56,4	59,8	44,7	38,1	4,8	1766
Passos	9,0	14,3	7,8	6,3	7,0	10,3	6,2	5,5	21,2	5,1	3,2	3,0	10,5	5,9	106290
Patis	35,8	66,5	31,3	98,4	86,0	57,2	3,2	23,1	70,8	11,5	97,9	54,4	49,2	4,3	5579
Patos de Minas	7,8	14,9	9,9	11,0	12,3	11,2	6,3	5,5	21,2	9,1	8,7	7,7	11,9	5,9	138710
Patrocínio	9,2	20,2	18,7	14,9	17,4	15,4	5,8	6,5	29,2	15,1	12,6	10,7	16,4	5,8	82471
Patrocínio do Muriaé	13,7	24,8	27,3	32,9	30,9	22,6	5,1	9,8	34,2	19,7	20,6	15,8	21,1	5,5	5287
Paula Cândido	15,8	39,3	54,5	49,7	57,2	35,4	4,4	10,0	54,3	42,2	42,7	33,9	34,5	5,5	9271
Paulistas	25,0	59,3	60,5	73,5	75,1	50,3	4,2	20,1	63,6	41,5	49,3	53,9	43,7	4,6	4918
Pavão	33,0	56,9	38,3	44,1	49,7	44,6	3,7	23,5	62,5	31,4	33,1	39,3	40,4	4,3	8589
Peçanha	27,2	52,9	54,9	74,0	67,0	47,6	4,0	19,7	61,9	44,0	61,9	54,4	44,6	4,6	17260
Pedra Azul	27,9	56,7	21,6	32,2	35,5	38,4	4,3	20,1	65,6	14,7	24,5	16,7	35,6	4,6	23839
Pedra Bonita	21,9	53,5	82,2	82,0	89,0	51,6	3,6	14,8	70,4	67,0	67,8	71,6	50,4	5,1	6673
Pedra do Anta	21,8	55,6	48,3	52,2	53,0	42,4	4,1	19,4	55,6	38,5	30,6	35,3	36,7	4,6	3365
Pedra do Indaiá	16,8	20,5	41,0	39,7	45,4	25,6	4,5	10,9	29,9	33,5	39,1	32,1	24,8	5,4	3875
Pedra Dourada	17,7	35,6	37,2	32,5	39,7	29,5	4,3	13,1	53,8	35,3	24,9	32,0	32,6	5,2	2191
Pedralva	13,6	30,5	53,1	52,5	51,9	31,2	4,8	8,9	48,6	49,0	48,0	13,7	31,5	5,6	11467
Pedras de Maria da Cruz	30,6	65,6	28,3	97,9	59,2	52,2	3,7	23,0	72,5	28,8	94,5	47,6	50,6	4,3	10315

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Pedrinópolis	10,7	27,3	13,5	15,6	17,5	17,9	5,8	10,2	27,6	16,4	17,5	10,5	17,7	5,4	3490
Pedro Leopoldo	7,6	19,3	6,5	36,5	10,5	14,9	6,3	5,3	25,9	4,9	32,6	4,0	15,2	5,9	58740
Pedro Teixeira	17,6	48,0	47,5	80,9	70,4	42,8	4,4	11,5	57,1	39,1	66,0	30,4	37,8	5,3	1785
Pequeri	9,3	14,7	15,6	22,1	13,7	13,6	5,4	8,1	29,6	12,6	26,6	5,4	17,8	5,6	3165
Pequi	11,5	24,7	24,7	98,4	38,3	29,0	5,5	8,3	39,3	22,2	70,6	26,0	28,7	5,6	4076
Perdigão	9,7	11,9	21,1	22,0	23,1	14,2	5,5	6,9	16,1	18,2	9,8	13,2	12,2	5,7	8912
Perdizes	12,4	17,4	49,7	38,5	45,3	23,8	5,0	8,2	27,3	34,8	27,4	20,3	20,8	5,6	14404
Perdões	10,6	17,9	14,0	19,4	15,9	14,9	5,6	7,4	34,3	9,8	9,0	7,5	17,3	5,7	20087
Periquito	25,5	49,7	29,4	65,5	86,4	44,1	4,4	17,6	60,4	17,2	26,9	33,0	34,9	4,8	7036
Pescador	27,1	48,8	30,9	43,7	45,2	38,5	4,3	19,5	63,0	24,7	27,0	22,9	36,4	4,6	4128
Piau	13,6	38,5	47,3	52,7	49,4	33,2	4,4	13,8	40,7	41,4	42,3	18,1	29,5	5,1	2841
Piedade de Caratinga	24,7	42,3	96,0	33,7	46,0	41,2	3,7	17,7	56,5	47,6	14,2	17,3	34,0	4,8	7110
Piedade de Ponte Nova	21,3	50,5	36,4	37,1	34,3	35,9	4,1	15,9	50,4	20,1	16,2	16,7	28,5	5,0	4062
Piedade do Rio Grande	20,0	47,6	28,2	59,1	56,1	37,9	4,2	13,8	49,1	22,4	48,6	28,6	32,1	5,1	4709
Piedade dos Gerais	19,9	39,6	65,3	99,3	74,9	44,9	3,7	14,7	48,8	53,6	97,8	49,4	42,6	5,1	4640
Pimenta	12,0	14,0	22,6	30,1	26,3	17,0	4,8	8,6	32,3	15,2	10,9	13,0	18,2	5,6	8236
Pingo-d'Água	21,2	45,2	13,4	21,5	20,9	28,8	4,5	17,5	62,2	10,5	10,5	8,2	30,8	4,8	4420
Pintópolis	25,2	59,7	60,8	99,4	85,2	54,2	3,9	17,7	70,8	42,0	79,3	65,4	49,6	4,8	7211
Piracema	17,4	38,2	47,7	62,7	59,9	36,4	4,2	11,9	43,2	36,0	51,7	33,2	31,5	5,3	6406
Pirajuba	12,4	16,1	23,8	26,5	19,9	17,0	5,2	9,0	24,2	14,6	11,9	9,5	15,3	5,5	4656
Piranga	20,7	52,9	71,0	72,0	76,9	47,7	3,9	11,6	63,3	59,1	66,5	62,5	45,0	5,3	17232
Piranguçu	13,9	23,9	53,1	60,9	47,7	29,5	4,7	10,8	40,6	55,7	48,7	17,5	30,5	5,4	5217
Piranguinho	10,4	23,9	40,9	45,9	32,5	24,1	5,3	7,6	35,2	37,0	39,4	4,1	23,4	5,7	8016
Pirapetinga	12,4	20,9	17,7	21,0	17,6	17,3	5,1	8,6	36,4	12,5	12,9	11,3	19,4	5,6	10364
Pirapora	10,0	35,0	3,0	95,6	6,4	26,7	6,0	7,0	43,5	2,1	81,1	4,0	26,8	5,7	53368

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Piraúba	12,2	29,7	26,2	29,6	25,8	22,8	5,1	9,6	28,6	21,4	15,2	18,4	18,9	5,5	10862
Pitangui	10,5	19,3	16,3	11,8	20,8	15,2	5,7	6,1	31,0	13,8	7,5	11,7	16,3	5,8	25311
Piumhi	9,7	12,3	11,7	12,3	13,7	11,4	5,7	7,1	23,6	9,6	7,2	4,9	12,9	5,7	31883
Planura	11,0	23,0	8,3	4,6	7,4	13,9	5,3	8,4	22,6	5,9	4,6	3,7	12,3	5,6	10384
Poço Fundo	10,5	14,5	45,0	47,4	44,3	22,4	4,7	7,0	29,6	41,7	41,2	26,9	23,9	5,7	15959
Poços de Caldas	5,7	8,1	5,4	5,1	3,0	6,2	6,7	3,7	17,4	2,9	1,7	,9	7,9	6,0	152435
Pocrane	24,4	45,4	49,0	67,7	79,4	43,8	4,2	18,8	53,4	34,4	41,1	40,5	36,9	4,7	8986
Pompéu	14,6	27,6	20,1	39,2	25,6	23,3	4,5	9,6	39,5	15,4	25,4	12,6	22,6	5,5	29105
Ponte Nova	10,0	26,1	13,7	19,3	14,0	17,4	5,9	7,0	33,8	11,3	13,9	7,9	17,6	5,7	57390
Ponto Chique	22,5	59,4	44,5	98,7	81,3	51,0	4,0	16,1	68,1	32,5	73,2	47,3	44,8	4,9	3966
Ponto dos Volantes	38,0	70,3	64,5	96,7	81,1	62,1	3,2	27,8	71,2	53,2	87,0	56,5	54,5	3,9	11345
Porteirinha	27,5	55,1	34,7	82,1	66,4	47,1	3,9	21,2	64,8	26,7	79,2	51,3	45,8	4,5	37627
Porto Firme	20,8	44,4	55,2	64,6	63,1	41,1	4,2	13,5	51,8	44,8	52,6	41,3	36,8	5,2	10417
Poté	32,5	54,6	47,8	77,2	72,1	50,1	3,8	25,5	62,9	38,5	62,1	45,6	45,6	4,1	15667
Pouso Alegre	6,3	12,0	10,0	10,7	6,6	9,2	6,9	4,0	19,1	9,2	7,8	3,2	10,1	6,0	130615
Pouso Alto	11,7	30,1	49,5	49,6	43,3	28,9	5,0	8,5	36,8	36,3	49,6	17,2	26,4	5,6	6213
Prados	10,1	32,7	21,4	36,0	43,7	24,9	4,8	7,0	44,6	19,4	18,4	17,0	23,5	5,7	8391
Prata	12,8	17,1	30,1	34,3	36,1	20,5	5,0	9,7	23,6	22,9	22,5	22,2	18,4	5,5	25802
Pratápolis	11,2	13,1	15,0	13,5	15,7	12,9	5,3	8,8	25,1	11,4	10,9	7,1	14,8	5,6	8807
Pratinha	15,3	20,8	44,9	47,6	46,0	26,5	4,7	11,5	32,8	43,6	38,1	38,4	27,5	5,3	3265
Presidente Bernardes	17,7	51,2	68,3	69,7	74,1	45,3	4,0	13,6	57,9	56,9	53,1	59,5	41,9	5,2	5537
Presidente Juscelino	23,0	56,9	42,7	62,9	59,6	44,4	4,2	19,6	54,1	46,3	57,8	57,0	41,9	4,6	3908
Presidente Kubitschek	19,0	57,1	33,2	47,6	69,4	41,4	4,1	13,3	64,3	18,4	24,7	28,2	34,2	5,2	2959
Presidente Olegário	14,8	25,2	34,2	50,3	45,4	27,0	4,8	10,8	38,0	28,4	36,5	32,0	26,8	5,4	18577
Prudente de Moraes	8,3	29,1	4,9	98,9	14,0	25,3	5,6	6,5	39,2	6,2	47,9	4,0	22,0	5,8	9573

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Quartel Geral	21,0	34,7	23,2	98,2	41,5	36,0	4,1	12,0	38,8	18,4	58,1	22,2	27,8	5,3	3303
Queluzito	14,3	29,4	48,9	43,1	65,0	30,8	4,6	6,8	38,8	37,2	50,6	42,4	29,0	5,7	1861
Raposos	8,5	19,8	4,7	21,0	8,2	13,3	5,9	5,0	32,2	3,5	14,9	2,0	15,1	5,9	15342
Raul Soares	17,7	36,6	43,5	58,4	47,4	34,0	4,6	13,9	49,2	35,5	42,6	34,9	33,4	5,1	23818
Recreio	15,6	31,5	13,2	24,9	18,0	22,1	5,1	11,4	43,1	12,1	18,9	11,5	23,4	5,3	10299
Reduto	16,2	26,7	44,7	44,6	44,4	28,4	4,1	13,3	48,6	37,7	40,0	33,5	32,8	5,2	6569
Resende Costa	9,3	33,3	28,0	89,4	41,2	30,9	5,1	5,9	37,5	19,2	61,5	18,2	25,3	5,8	10913
Resplendor	19,6	30,8	20,3	33,7	34,4	26,4	4,8	14,8	47,0	23,1	27,0	23,9	29,0	5,0	17089
Ressaquinha	14,1	41,6	45,5	41,4	56,0	33,7	4,5	10,7	47,5	40,2	71,7	27,4	34,6	5,4	4711
Riachinho	21,3	57,1	64,0	99,7	74,6	51,3	4,5	14,0	65,0	42,1	94,8	50,4	46,6	5,1	8007
Riacho dos Machados	30,7	72,2	45,6	89,2	78,4	57,2	3,3	22,1	64,7	42,4	74,8	60,7	48,1	4,4	9360
Ribeirão das Neves	9,4	26,6	8,3	44,1	27,3	20,6	5,3	6,3	37,1	4,2	25,1	3,3	18,6	5,8	296317
Ribeirão Vermelho	7,5	19,3	9,3	14,9	10,7	12,9	6,0	5,1	26,2	8,1	5,4	5,8	12,9	5,9	3826
Rio Acima	11,1	24,7	9,5	23,1	10,7	16,9	4,9	7,2	32,5	6,4	16,6	3,5	16,6	5,7	9090
Rio Casca	16,1	37,5	25,6	40,0	37,6	29,0	4,7	11,2	47,0	18,1	22,5	17,6	26,2	5,4	14201
Rio do Prado	37,0	53,8	38,7	69,2	63,0	48,8	3,5	24,3	67,4	29,1	36,4	32,0	41,9	4,2	5217
Rio Doce	19,0	29,7	28,3	39,8	41,7	28,0	4,9	14,4	45,9	21,0	23,9	11,4	26,8	5,1	2465
Rio Espera	16,5	49,4	70,7	79,5	78,6	45,9	3,9	13,3	62,5	58,5	68,5	53,8	44,7	5,2	6070
Rio Manso	16,5	31,7	57,5	99,7	68,2	39,5	4,0	11,6	35,6	39,1	96,8	28,6	33,4	5,3	5276
Rio Novo	13,5	23,7	18,2	19,7	16,0	18,4	5,7	9,9	41,1	16,3	13,8	10,2	21,9	5,5	8712
Rio Paranaíba	10,5	18,7	41,4	51,2	46,5	24,1	4,7	8,7	27,6	33,6	30,2	31,9	22,3	5,6	11885
Rio Pardo de Minas	34,4	66,5	58,6	99,6	65,1	57,8	3,3	23,4	69,9	35,8	89,6	58,8	51,1	4,3	29099
Rio Piracicaba	11,7	40,9	22,3	34,2	37,6	27,7	4,9	8,5	39,4	15,4	26,9	13,5	22,4	5,6	14149
Rio Pomba	13,7	25,9	20,0	20,5	20,6	20,0	5,5	9,0	34,1	15,5	17,2	14,2	19,8	5,5	17110
Rio Preto	15,1	29,9	23,5	47,6	26,3	25,6	5,2	12,2	45,4	24,1	26,5	10,2	26,4	5,3	5292

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Rio Vermelho	31,5	52,1	67,4	84,1	78,9	52,3	3,4	26,9	71,5	57,8	60,2	63,8	52,6	4,0	13645
Ritópolis	12,6	38,8	26,2	96,8	45,7	35,0	4,5	9,6	44,9	30,5	67,8	32,1	32,3	5,5	4925
Rochedo de Minas	11,6	30,9	10,9	25,2	17,4	20,2	4,7	9,4	37,4	19,9	23,4	8,7	21,7	5,5	2116
Rodeiro	13,8	23,8	21,2	16,6	23,1	19,2	5,1	8,2	24,3	10,9	10,1	8,9	14,4	5,6	6867
Romaria	10,4	23,6	28,7	31,2	31,4	21,0	5,4	8,2	32,6	22,4	21,3	17,7	20,5	5,6	3596
Rosário da Limeira	19,0	44,4	64,6	54,0	56,1	39,7	4,0	13,7	47,9	47,0	45,8	36,0	34,5	5,1	4247
Rubelita	29,0	66,5	58,1	92,2	71,3	55,6	3,4	24,4	68,2	46,9	66,2	56,7	49,4	4,2	7772
Rubim	32,3	58,6	24,8	50,2	43,9	43,6	3,5	26,7	64,8	22,5	29,7	26,5	39,9	4,0	9919
Sabará	8,0	22,4	6,1	19,4	21,1	15,2	6,0	5,0	31,1	4,2	11,3	5,4	14,7	5,9	126269
Sabinópolis	25,1	49,4	42,0	64,8	54,5	42,2	4,4	17,7	57,6	36,0	45,7	38,9	38,4	4,8	15704
Sacramento	10,0	17,7	23,6	19,7	24,1	16,4	5,6	6,4	23,9	19,4	14,0	16,1	15,6	5,8	23896
Salinas	23,9	46,4	26,1	56,6	43,3	37,2	4,4	17,3	53,8	18,3	32,2	24,1	32,3	4,8	39178
Salto da Divisa	35,4	51,2	19,6	51,9	49,8	42,3	3,4	26,0	66,6	15,4	37,2	27,4	40,4	4,1	6859
Santa Bárbara	9,4	33,8	11,2	20,7	17,9	20,1	5,6	5,8	38,3	10,6	14,5	7,7	18,8	5,8	27876
Santa Bárbara do Leste	17,6	35,3	69,3	78,9	61,2	39,6	3,9	13,5	53,7	59,9	62,5	37,7	39,8	5,2	7682
Santa Bárbara do Monte Verde	19,9	39,1	44,7	50,4	51,7	35,3	4,6	15,1	53,1	35,0	39,0	24,4	33,8	5,0	2788
Santa Bárbara do Tugúrio	20,6	46,4	59,5	72,2	70,5	43,6	3,9	14,3	50,2	50,8	51,8	46,1	37,5	5,1	4570
Santa Cruz de Minas	8,5	26,0	4,4	3,7	2,0	13,1	5,5	5,2	33,4	1,2	1,5	,1	13,8	5,9	7865
Santa Cruz de Salinas	31,0	76,6	54,8	95,3	87,6	61,3	3,1	26,7	68,5	44,1	62,6	61,5	50,1	4,0	4397
Santa Cruz do Escalvado	21,4	53,6	62,3	65,3	71,6	46,1	3,6	15,5	57,1	46,2	55,6	30,9	38,9	5,0	4992
Santa Efigênia de Minas	27,8	54,4	52,2	68,7	79,6	48,6	3,5	19,8	60,8	47,8	46,4	43,7	42,0	4,6	4600
Santa Fé de Minas	26,6	56,4	45,5	99,9	85,6	52,0	4,1	18,5	65,4	42,3	98,5	74,7	50,9	4,7	3968
Santa Helena de Minas	38,1	60,6	46,0	84,3	57,4	53,4	3,8	31,7	73,8	37,5	50,0	34,2	49,2	3,6	6055
Santa Juliana	10,9	19,7	18,3	19,4	19,2	16,4	5,4	7,2	22,5	15,0	5,6	12,3	13,7	5,7	11337
Santa Luzia	7,8	24,2	4,4	27,6	11,7	15,6	5,8	4,8	32,5	2,4	14,9	3,2	15,2	5,9	202942

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Santa Margarida	14,8	34,4	54,1	58,1	55,8	34,0	4,2	12,1	60,1	47,7	47,3	29,2	37,9	5,3	15011
Santa Maria de Itabira	20,2	38,1	41,3	45,1	46,6	33,7	4,5	14,0	52,2	39,9	41,4	32,8	34,7	5,1	10552
Santa Maria do Salto	32,7	53,3	32,5	44,0	55,6	43,1	3,4	28,3	62,2	25,8	30,8	28,1	40,2	3,9	5284
Santa Maria do Suaçuí	29,4	50,6	36,9	61,9	63,7	44,1	3,9	24,1	58,1	29,8	39,6	40,1	39,6	4,2	14395
Santa Rita de Caldas	9,4	19,9	42,0	47,5	40,7	23,3	5,0	8,4	32,6	36,9	37,9	32,9	25,2	5,6	9027
Santa Rita de Ibitipoca	19,8	46,3	37,4	46,9	55,8	37,0	4,2	17,3	55,8	35,8	34,8	33,7	36,1	4,8	3583
Santa Rita de Jacutinga	15,4	26,9	31,6	38,1	35,0	25,3	5,0	12,3	38,4	23,7	17,4	24,1	24,2	5,3	4993
Santa Rita de Minas	20,8	34,9	36,0	40,9	33,4	30,6	4,1	16,2	51,5	28,5	30,8	17,5	31,5	4,9	6547
Santa Rita do Itueto	23,4	43,5	62,5	76,1	73,3	44,6	3,7	18,7	57,5	55,3	64,6	52,9	44,0	4,7	5697
Santa Rita do Sapucaí	11,8	16,1	19,7	16,4	20,3	15,4	6,1	8,6	25,8	14,4	12,9	10,8	15,9	5,6	37754
Santa Rosa da Serra	17,9	13,9	16,9	51,7	32,8	21,3	5,0	12,5	35,2	14,4	45,7	17,7	24,6	5,2	3224
Santa Vitória	17,2	28,2	24,0	26,0	27,7	23,6	4,9	12,2	24,2	20,5	14,6	17,5	18,0	5,3	18138
Santana da Vargem	14,3	14,3	37,7	37,5	37,9	21,3	5,4	9,0	29,8	26,4	26,1	22,6	21,1	5,5	7231
Santana de Cataguases	15,1	33,1	21,9	21,1	22,1	23,4	4,9	11,3	42,5	19,8	15,3	19,4	24,3	5,3	3622
Santana de Pirapama	21,4	45,0	66,1	76,3	70,3	44,5	4,1	17,8	52,0	59,8	60,3	60,2	42,4	4,8	8009
Santana do Deserto	14,2	27,9	24,6	30,3	22,0	22,5	4,6	9,5	40,9	18,4	33,2	8,7	23,8	5,5	3860
Santana do Garambéu	19,9	50,9	32,4	37,5	45,5	36,2	4,4	16,7	50,9	24,3	29,2	28,4	31,8	4,9	2234
Santana do Jacaré	24,4	21,6	4,2	9,0	5,8	18,0	4,4	15,3	41,0	3,7	7,5	3,3	21,2	5,0	4607
Santana do Manhuaçu	22,0	31,2	46,7	58,4	50,6	34,2	4,1	17,6	57,9	52,0	48,5	45,4	41,0	4,8	8582
Santana do Paraíso	15,5	37,9	38,7	40,9	43,1	30,9	4,9	9,3	37,8	30,8	22,3	4,9	22,5	5,5	27265
Santana do Riacho	21,4	38,2	46,9	93,9	61,0	41,1	4,0	15,4	49,2	32,5	61,6	28,4	35,0	5,0	4023
Santana dos Montes	12,7	52,8	47,8	57,1	62,9	39,6	4,0	11,0	52,2	36,9	51,0	43,5	35,3	5,4	3822
Santo Antônio do Amparo	16,7	26,6	11,5	15,7	14,7	19,3	5,0	12,6	49,5	15,6	14,2	8,2	25,6	5,2	17345
Santo Antônio do Aventureiro	18,6	33,3	37,3	58,4	44,4	32,2	4,3	13,6	34,8	26,0	84,6	26,2	30,9	5,2	3538
Santo Antônio do Grama	19,5	38,9	27,6	34,1	31,3	29,7	3,9	15,1	50,0	17,7	19,3	17,9	28,3	5,0	4085

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Santo Antônio do Itambé	31,8	61,9	70,3	86,0	80,3	56,4	3,1	23,1	74,0	59,2	60,1	67,5	52,6	4,3	4135
Santo Antônio do Jacinto	38,3	65,7	49,6	67,0	65,2	54,5	3,2	29,4	67,0	42,4	48,7	48,4	47,7	3,8	11775
Santo Antônio do Monte	10,4	8,4	15,6	18,9	20,6	12,1	5,5	6,4	22,8	13,5	12,6	11,1	14,0	5,8	25975
Santo Antônio do Retiro	36,7	70,0	53,8	83,1	79,9	58,9	2,7	31,4	76,2	48,7	65,4	68,1	55,8	3,6	6955
Santo Antônio do Rio Abaixo	20,3	37,9	61,7	78,6	68,7	41,3	4,4	18,6	55,5	50,6	66,3	43,6	42,1	4,7	1777
Santo Hipólito	23,7	50,8	38,1	99,2	79,7	47,7	4,3	16,8	57,5	25,4	87,3	45,6	41,9	4,9	3238
Santos Dumont	10,2	25,6	14,0	24,8	17,7	18,2	5,9	7,3	39,5	12,2	29,7	5,6	21,3	5,7	46284
São Bento Abade	17,5	29,4	7,6	17,2	8,5	19,8	4,5	12,9	39,9	7,5	8,8	7,2	20,8	5,2	4577
São Brás do Suaçuí	8,2	40,0	16,6	83,4	44,1	31,3	5,0	4,8	35,4	9,7	51,2	11,8	21,5	5,9	3513
São Domingos das Dores	16,1	27,7	84,5	68,9	60,1	36,8	4,0	12,8	63,5	69,4	34,8	6,5	38,2	5,2	5408
São Domingos do Prata	12,7	41,2	46,1	52,7	53,3	34,0	4,7	8,9	42,5	36,3	45,7	36,6	29,9	5,6	17357
São Félix de Minas	31,9	55,8	62,4	82,4	76,7	52,8	3,5	22,4	63,6	45,4	45,5	36,8	42,9	4,4	3382
São Francisco	22,8	58,7	37,1	99,0	59,2	48,1	4,3	17,4	70,0	28,5	80,0	39,8	45,6	4,8	53828
São Francisco de Paula	17,8	28,2	37,4	37,3	42,1	27,7	4,3	13,3	38,2	19,6	15,5	29,4	24,4	5,2	6483
São Francisco de Sales	15,2	30,2	43,5	52,7	42,6	29,8	4,9	10,6	28,8	25,9	27,3	22,3	21,4	5,4	5776
São Francisco do Glória	20,7	33,6	50,3	55,5	44,2	34,1	4,3	15,3	48,1	36,5	35,4	31,0	32,5	5,0	5178
São Geraldo	17,7	31,7	31,9	32,1	36,7	27,3	4,4	10,4	39,2	26,9	27,7	24,9	25,3	5,4	10263
São Geraldo da Piedade	27,6	54,1	45,6	48,9	83,9	46,1	3,6	21,4	61,6	33,9	49,2	52,7	42,5	4,5	4389
São Geraldo do Baixio	23,6	50,8	41,4	66,8	82,2	44,8	3,9	21,0	54,6	28,8	37,5	33,5	36,4	4,5	3486
São Gonçalo do Abaeté	14,7	32,3	26,4	46,4	35,7	27,3	4,7	11,8	44,9	21,0	40,2	19,9	28,1	5,3	6264
São Gonçalo do Pará	10,7	23,1	16,1	42,5	19,1	19,7	4,9	6,6	27,4	13,7	27,3	5,6	16,7	5,8	10398
São Gonçalo do Rio Abaixo	15,1	46,3	48,1	56,7	56,3	37,6	4,5	11,8	44,9	19,7	33,1	9,7	26,3	5,3	9777
São Gonçalo do Rio Preto	25,7	52,7	33,9	97,2	61,4	46,7	4,4	18,4	57,5	33,9	94,4	38,1	43,5	4,7	3056
São Gonçalo do Sapucaí	10,6	21,6	21,6	19,6	18,2	17,2	5,5	8,0	38,9	19,3	13,4	9,3	20,7	5,6	23906
São Gotardo	11,8	9,9	20,8	25,2	14,6	13,7	5,4	8,0	23,7	10,5	19,2	7,4	14,9	5,6	31819

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
São João Batista do Glória	13,7	19,9	23,2	25,8	21,4	18,8	4,8	9,8	24,5	17,8	18,1	3,2	16,1	5,5	6887
São João da Lagoa	26,9	50,6	55,1	99,4	73,2	49,9	3,8	15,5	68,1	38,0	99,5	53,4	48,5	5,0	4656
São João da Mata	13,3	19,4	35,7	39,7	35,8	22,6	4,7	10,8	33,0	36,0	24,4	30,8	24,4	5,4	2731
São João da Ponte	37,4	60,5	26,6	99,6	83,9	55,1	3,0	28,9	74,1	12,7	98,0	79,2	54,8	3,8	25358
São João das Missões	43,8	71,6	47,0	80,3	87,7	61,7	2,7	30,4	82,2	43,4	96,7	77,3	61,1	3,7	11715
São João del Rei	6,0	18,4	15,8	17,6	11,9	13,1	6,4	4,0	26,9	8,1	13,5	4,3	13,5	6,0	84469
São João do Manhuaçu	18,3	34,0	53,5	57,2	56,5	35,0	4,2	14,3	55,5	53,2	47,3	42,5	38,8	5,1	10245
São João do Manteninha	26,1	40,3	26,5	37,9	43,0	33,9	4,2	21,3	48,9	21,2	10,2	19,3	29,6	4,5	5188
São João do Oriente	20,8	43,5	23,0	31,9	29,3	30,9	4,4	16,5	53,2	19,9	23,1	17,1	30,4	4,9	7874
São João do Pacuí	38,5	67,9	33,6	100,0	72,5	57,8	3,0	22,3	69,8	27,3	96,4	66,5	51,2	4,4	4060
São João do Paraíso	38,7	60,5	49,0	99,0	61,1	55,8	3,0	27,6	63,4	26,3	78,1	45,1	46,9	3,9	22319
São João Evangelista	20,8	49,8	40,1	53,0	58,6	39,8	4,5	16,4	59,8	32,0	33,6	34,9	36,7	4,9	15553
São João Nepomuceno	8,8	17,3	7,6	11,5	8,0	11,9	5,6	5,3	28,1	8,3	10,5	4,3	14,1	5,9	25057
São Joaquim de Bicas	14,0	34,8	24,2	58,4	38,4	29,2	4,8	8,7	41,1	12,0	29,5	13,6	23,0	5,6	25537
São José da Barra	9,6	20,0	28,2	33,5	28,7	19,4	5,8	6,6	29,9	32,4	11,5	8,3	18,1	5,8	6778
São José da Lapa	8,5	19,2	7,7	65,0	3,5	17,6	5,8	5,5	32,4	4,3	18,0	1,9	15,8	5,9	19799
São José da Safira	26,5	56,4	28,3	61,6	79,6	45,6	3,6	23,7	66,8	27,8	30,8	36,4	41,1	4,3	4075
São José da Varginha	12,5	33,1	40,9	97,3	60,7	35,9	5,1	7,2	38,8	34,4	47,3	22,6	26,7	5,7	4198
São José do Alegre	11,3	27,5	33,1	32,3	30,9	23,2	5,3	9,5	39,2	25,6	28,3	19,5	24,4	5,5	3996
São José do Divino	27,7	54,8	34,6	32,7	49,1	40,4	4,2	20,9	63,4	29,2	14,8	31,0	36,9	4,5	3834
São José do Goiabal	17,8	41,5	34,8	43,2	40,1	32,6	4,6	12,3	50,7	26,2	24,9	24,7	29,6	5,3	5636
São José do Jacuri	24,4	45,5	76,7	82,9	81,1	48,5	4,1	20,0	63,1	67,3	59,9	65,8	48,4	4,6	6553
São José do Mantimento	25,0	46,2	37,3	39,3	46,3	37,1	4,4	16,4	53,0	37,8	14,0	38,8	33,2	4,9	2592
São Lourenço	6,4	14,1	2,5	5,9	1,8	8,2	6,6	4,3	26,9	1,5	3,7	,7	11,5	6,0	41657
São Miguel do Anta	19,3	37,3	50,4	51,6	54,2	35,4	4,3	16,9	53,7	43,7	50,2	33,0	37,6	4,9	6760

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
São Pedro da União	16,9	16,8	40,5	48,3	49,9	25,6	4,4	12,7	37,9	34,8	39,5	28,3	28,0	5,2	5040
São Pedro do Suaçuí	26,2	53,5	58,0	71,7	76,0	48,3	3,7	19,2	59,7	49,6	50,6	54,5	43,0	4,7	5570
São Pedro dos Ferros	18,1	35,7	24,8	22,1	29,4	26,4	4,7	15,4	48,8	19,0	17,0	17,0	27,8	5,0	8356
São Romão	22,5	57,5	30,5	97,8	50,0	46,0	4,5	14,6	70,0	33,6	78,7	42,9	45,3	5,1	10276
São Roque de Minas	11,9	19,5	40,3	54,3	44,4	24,9	4,7	9,9	29,4	35,5	34,4	29,3	23,7	5,5	6686
São Sebastião da Bela Vista	18,6	16,5	40,3	22,5	37,8	22,3	4,7	14,4	33,7	38,3	39,6	6,7	25,6	5,1	4948
São Sebastião da Vargem Alegre	16,9	43,9	57,0	65,4	57,3	39,3	4,1	12,3	45,1	44,0	50,8	41,2	33,8	5,3	2798
São Sebastião do Anta	24,9	41,0	72,6	62,7	60,0	42,7	3,6	18,1	61,1	52,7	35,2	24,2	39,1	4,8	5739
São Sebastião do Maranhão	32,5	59,3	70,2	86,4	95,7	57,2	3,5	25,0	69,1	61,9	67,5	74,8	53,3	4,2	10647
São Sebastião do Oeste	15,4	29,4	57,4	64,1	65,1	34,3	4,4	9,7	24,7	39,9	32,8	32,0	22,5	5,5	5805
São Sebastião do Paraíso	8,9	11,2	11,1	7,0	11,4	10,0	6,0	6,4	22,7	7,4	2,5	5,9	11,8	5,8	64980
São Sebastião do Rio Preto	14,3	32,8	59,7	84,3	84,3	39,2	4,6	14,0	45,8	46,6	84,1	45,6	38,8	5,1	1613
São Sebastião do Rio Verde	8,9	26,1	48,3	49,7	48,8	26,9	5,5	10,0	38,9	37,4	22,5	35,9	26,6	5,5	2110
São Thomé das Letras	19,7	27,4	43,3	34,5	37,4	28,0	4,6	13,0	43,0	35,3	19,8	26,4	27,7	5,2	6655
São Tiago	11,2	33,9	22,5	71,6	29,0	28,3	5,0	8,2	38,1	19,9	28,0	16,8	22,7	5,6	10561
São Tomás de Aquino	15,4	15,7	27,1	27,6	27,4	19,1	4,9	11,9	31,7	21,1	21,4	18,3	21,4	5,3	7093
São Vicente de Minas	12,2	33,4	12,1	15,6	13,8	20,1	5,3	7,1	46,6	10,5	12,9	10,8	22,2	5,7	7008
Sapucaí-Mirim	16,5	23,0	50,8	50,8	27,9	27,0	4,7	10,4	41,1	39,4	30,6	3,6	25,7	5,4	6241
Sardoá	23,2	53,3	63,9	61,2	65,6	45,8	4,5	17,9	62,6	41,9	71,4	64,3	45,8	4,8	5594
Sarzedo	8,9	24,6	7,2	39,7	8,4	17,4	5,4	5,9	28,6	4,3	14,3	1,6	14,2	5,8	25814
Sem-Peixe	22,3	46,8	56,1	99,4	63,3	46,2	4,2	15,6	51,8	46,3	54,0	51,2	38,7	5,0	2847
Senador Amaral	16,8	35,4	36,1	44,4	42,1	30,5	4,1	12,8	50,7	37,2	35,5	13,4	31,1	5,2	5219
Senador Cortes	16,5	33,4	36,7	40,2	39,8	29,1	4,3	11,9	39,0	23,1	30,0	20,8	25,3	5,3	1988
Senador Firmino	16,4	35,0	46,5	61,5	41,4	33,1	4,9	10,0	45,0	29,9	48,4	21,6	29,4	5,5	7230
Senador José Bento	13,4	15,7	66,2	71,9	64,8	30,5	4,8	12,0	36,0	62,3	63,0	26,1	32,3	5,3	1868

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Senador Modestino Gonçalves	28,6	62,3	73,0	76,2	81,3	54,8	3,9	24,2	64,8	55,4	41,3	58,9	46,6	4,2	4574
Senhora de Oliveira	19,2	53,1	45,8	57,9	60,2	41,6	4,1	12,8	61,3	27,9	33,8	39,8	36,0	5,2	5683
Senhora do Porto	26,1	50,0	65,9	78,7	85,2	49,5	3,3	18,8	62,4	56,0	54,7	61,8	45,6	4,7	3497
Senhora dos Remédios	18,9	55,3	39,5	60,7	74,2	43,2	4,0	13,8	61,0	31,3	44,4	45,9	38,2	5,1	10196
Sericita	24,7	41,4	53,0	59,0	67,1	40,9	3,6	17,8	58,5	48,8	52,9	45,3	41,5	4,8	7128
Seritinga	13,9	31,5	29,1	41,7	32,7	26,3	4,5	9,1	36,7	16,3	18,8	16,7	21,2	5,5	1789
Serra Azul de Minas	34,7	37,9	56,8	76,0	90,0	47,5	3,3	26,6	73,8	52,0	56,5	65,5	52,4	4,0	4220
Serra da Saudade	18,7	24,8	38,9	53,4	39,7	28,5	4,7	13,5	35,1	32,5	46,7	18,7	27,0	5,2	815
Serra do Salitre	13,7	23,4	30,2	33,9	36,9	23,0	4,9	9,0	28,9	27,3	29,4	23,4	21,3	5,5	10549
Serra dos Aimorés	26,0	47,2	14,8	97,9	38,1	40,9	4,4	19,7	56,0	13,1	79,2	21,9	38,2	4,6	8412
Serrania	14,9	20,8	17,3	18,0	17,9	17,8	4,9	13,6	41,1	12,8	5,7	11,2	22,1	5,2	7542
Serranópolis de Minas	28,3	44,8	49,4	76,2	64,5	44,6	3,1	23,2	63,5	49,8	99,5	58,3	51,3	4,3	4425
Serranos	19,4	44,5	19,8	49,5	36,3	32,9	4,1	16,8	51,7	20,5	31,0	20,2	31,2	4,9	1995
Serro	26,9	58,6	38,6	73,3	70,5	48,0	3,8	18,7	66,2	35,4	57,4	47,0	43,7	4,7	20835
Sete Lagoas	6,3	19,8	3,0	9,1	7,9	11,1	6,4	4,0	27,1	2,4	5,9	2,6	12,0	6,0	214152
Setubinha	46,1	60,9	81,2	95,4	94,2	64,5	2,8	32,3	77,2	73,6	77,3	78,9	61,3	3,5	10885
Silveirânia	16,2	46,6	38,4	26,7	56,1	33,9	4,7	11,3	39,5	29,9	32,4	33,4	27,3	5,3	2192
Silvianópolis	15,3	14,6	47,7	53,0	47,4	25,3	4,8	11,8	28,1	39,3	10,0	36,1	22,4	5,3	6027
Simão Pereira	12,3	23,8	26,7	27,8	29,8	21,0	4,7	10,9	42,9	17,0	19,2	10,6	23,6	5,4	2537
Simonésia	20,7	38,1	61,7	66,8	69,1	40,3	4,3	17,0	54,3	55,5	60,7	51,3	41,8	4,9	18298
Sobrália	23,3	53,4	40,8	48,5	45,3	40,3	4,2	19,8	57,5	32,2	41,4	31,5	37,6	4,6	5830
Soledade de Minas	11,2	28,5	37,8	39,0	32,8	24,9	5,3	8,9	38,5	33,7	38,1	13,6	25,4	5,6	5676
Tabuleiro	18,3	38,0	45,7	28,8	38,0	30,9	4,5	12,8	43,8	32,4	22,5	21,5	27,5	5,2	4079
Taiobeiras	26,8	51,5	23,8	99,5	29,2	43,0	4,1	17,7	56,1	20,1	83,7	13,7	38,0	4,8	30917
Taparuba	22,6	38,8	47,1	48,8	60,5	37,0	4,5	18,5	54,6	37,1	39,5	32,9	36,6	4,7	3137
Tapira	11,8	19,9	41,8	50,7	41,2	24,5	4,7	6,7	25,7	40,5	34,5	37,1	22,5	5,8	4112

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Tapiraí	16,1	24,1	40,8	53,8	62,3	29,6	4,4	12,8	39,0	40,4	35,0	35,8	29,3	5,2	1873
Taquaraçu de Minas	14,2	33,6	69,9	78,9	79,1	39,5	4,3	14,2	46,1	46,4	56,5	43,5	35,8	5,1	3794
Tarumirim	22,3	49,2	62,0	68,6	57,6	43,9	4,4	18,0	57,3	45,9	47,5	39,0	39,7	4,8	14293
Teixeiras	14,6	41,0	45,8	53,2	36,3	33,1	4,6	10,2	49,5	36,2	29,7	24,5	30,0	5,4	11355
Teófilo Otoni	18,4	34,2	19,5	29,0	27,7	26,0	5,5	13,0	44,7	16,3	20,3	16,0	25,5	5,2	134745
Timóteo	6,6	18,2	9,0	8,5	5,1	11,0	6,8	4,5	25,2	6,6	6,3	,9	11,8	5,9	81243
Tiradentes	10,5	18,6	32,5	37,0	22,9	19,5	5,5	5,9	30,2	16,8	18,1	7,3	16,9	5,8	6961
Tiros	14,1	21,4	34,1	34,8	42,6	23,5	4,6	10,7	35,6	31,7	24,9	30,5	24,9	5,4	6906
Tocantins	13,9	27,9	27,3	32,3	30,7	23,6	5,1	8,7	32,1	21,2	18,7	16,3	19,9	5,6	15823
Tocos do Moji	12,8	34,7	65,2	71,2	59,1	36,3	4,6	10,2	39,4	55,8	65,4	8,7	30,9	5,4	3950
Toledo	21,8	28,3	56,2	61,2	54,0	34,7	3,8	16,5	38,8	50,2	53,0	6,3	30,7	4,9	5764
Tombo	13,9	25,4	29,5	33,9	34,1	23,5	5,5	12,2	38,7	21,3	28,8	12,2	24,2	5,3	9537
Três Corações	10,1	18,0	11,6	10,2	10,9	13,1	6,1	7,0	33,7	9,3	7,8	7,1	16,7	5,7	72765
Três Marias	10,8	25,1	7,3	22,5	17,1	17,2	5,9	7,5	37,6	7,1	15,5	7,4	18,8	5,7	28318
Três Pontas	11,9	16,5	19,6	19,2	20,8	15,9	5,6	8,7	32,0	12,7	12,2	11,9	17,9	5,6	53860
Tumiritinga	23,7	42,6	24,5	94,0	56,5	40,7	3,7	17,5	55,6	20,5	64,1	30,4	37,2	4,8	6293
Tupaciguara	13,4	26,5	12,2	18,5	15,4	18,6	5,3	9,5	33,7	9,8	8,7	7,6	17,7	5,5	24188
Turmalina	22,5	43,4	36,0	61,9	50,7	37,9	4,2	14,9	50,1	24,5	37,9	27,0	31,8	5,0	18055
Turvolândia	15,5	17,3	49,2	56,3	50,7	27,1	4,4	10,9	34,1	39,5	37,9	23,0	26,0	5,4	4658
Ubá	9,7	19,9	11,5	13,3	9,3	13,8	5,8	5,8	25,6	9,0	11,9	4,2	13,6	5,8	101519
Ubáí	26,2	66,1	56,2	99,7	87,3	56,5	3,8	20,1	72,2	14,8	98,8	58,4	49,5	4,6	11681
Ubaporanga	19,8	42,4	56,0	55,7	59,7	38,9	4,2	14,7	54,3	51,5	47,5	41,2	38,2	5,1	12040
Uberaba	6,3	10,2	4,9	4,7	3,7	7,1	6,9	4,2	17,2	4,0	2,9	1,9	8,4	6,0	295988
Uberlândia	5,5	11,3	2,4	3,0	2,5	6,7	7,1	3,7	16,1	2,0	1,8	1,4	7,5	6,0	604013
Umburatiba	28,4	56,4	24,2	43,6	46,0	40,9	3,5	26,8	62,1	19,6	28,7	22,0	38,2	4,0	2705
Unai	12,8	24,5	21,0	38,1	24,2	21,4	5,4	8,8	34,1	18,7	20,1	18,7	20,8	5,6	77565

Tabela 2D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do MINAS GERAIS

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
União de Minas	17,5	29,4	50,6	55,0	55,0	32,5	4,4	14,1	34,9	41,2	27,3	38,1	27,8	5,1	4418
Uruana de Minas	19,2	55,5	36,9	99,0	52,0	45,1	4,0	17,9	56,8	32,8	89,3	31,6	41,8	4,8	3235
Urucânia	19,2	37,5	32,1	45,5	43,3	31,9	4,6	15,1	47,7	28,9	14,0	24,0	28,6	5,0	10291
Uruçuia	22,4	63,5	50,6	99,1	68,3	51,9	3,9	13,5	69,0	41,7	85,3	50,5	46,8	5,2	13604
Vargem Alegre	19,6	45,8	27,6	38,9	35,8	33,1	4,4	18,3	52,5	18,0	26,2	20,1	31,2	4,7	6461
Vargem Bonita	11,3	21,1	46,6	28,7	48,6	23,6	5,0	8,1	32,4	30,3	18,0	24,7	21,5	5,6	2163
Vargem Grande do Rio Pardo	34,5	63,0	36,7	99,6	69,6	54,7	3,1	25,3	66,8	46,1	98,6	49,2	51,8	4,1	4733
Varginha	7,1	10,0	5,5	5,7	5,2	7,6	6,9	4,7	19,3	3,5	2,2	2,4	9,2	5,9	123081
Varjão de Minas	14,6	22,4	19,2	75,4	20,2	24,7	4,8	9,0	28,4	16,6	23,7	12,1	18,4	5,6	6054
Várzea da Palma	16,1	43,5	9,6	96,1	24,7	34,2	5,1	12,0	52,4	9,3	87,9	13,2	33,9	5,3	35809
Varzelândia	35,2	60,8	39,6	90,3	74,3	53,9	3,4	24,5	71,6	16,9	84,6	61,3	49,8	4,2	19116
Vazante	10,6	23,4	17,2	19,8	23,3	17,9	5,7	7,4	29,6	15,3	15,8	12,6	17,3	5,7	19723
Verdelândia	39,1	71,1	40,8	99,1	74,4	60,0	2,6	26,9	73,6	35,8	75,7	44,5	50,9	4,0	8346
Veredinha	28,1	49,7	31,7	54,7	62,5	41,9	3,7	22,0	59,4	29,6	39,9	33,1	38,8	4,4	5549
Veríssimo	14,3	16,7	45,0	49,8	49,3	25,2	4,4	12,3	33,5	39,9	36,0	32,2	26,9	5,3	3483
Vermelho Novo	16,8	37,1	71,1	76,8	72,3	40,9	4,3	13,4	60,0	61,1	63,8	54,9	43,7	5,2	4689
Vespasiano	9,6	26,7	5,7	43,2	21,4	19,8	5,7	5,9	34,7	1,1	8,8	4,2	15,6	5,8	104527
Viçosa	8,4	19,2	14,3	18,6	10,1	14,0	6,9	5,6	29,6	9,3	10,9	5,0	14,9	5,8	72220
Vieiras	17,9	34,0	54,2	63,2	56,8	35,6	4,6	14,6	50,4	47,0	47,4	30,8	35,4	5,1	3731
Virgem da Lapa	27,8	53,6	36,1	64,1	64,8	44,8	4,2	22,2	62,7	34,3	50,4	48,9	43,0	4,4	13619
Virgínia	17,7	43,4	48,2	54,5	61,9	37,7	4,4	12,4	52,3	37,6	45,5	49,5	35,8	5,3	8623
Virginópolis	15,3	40,4	46,8	56,1	51,2	34,9	5,0	12,9	52,2	39,5	45,0	34,1	34,7	5,2	10572
Virgolândia	22,9	58,3	49,6	59,2	70,5	46,2	4,2	21,3	62,2	35,3	25,9	49,7	40,1	4,5	5658
Visconde do Rio Branco	13,9	22,5	18,2	19,1	19,7	18,4	5,4	8,7	31,2	13,8	14,3	9,3	17,8	5,6	37942
Volta Grande	14,4	32,3	22,3	33,3	30,9	25,0	4,9	12,3	46,2	19,3	28,4	14,0	26,8	5,3	5070
Wenceslau Braz	13,4	32,3	13,3	44,3	27,7	24,5	5,0	5,5	44,7	71,9	81,9	2,6	34,0	5,9	2553

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 3D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO DE JANEIRO

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Angra dos Reis	8,9	20,5	13,2	22,1	3,6	14,3	5,8	5,1	26,2	11,1	14,4	1,1	13,8	5,9	169511
Aperibé	13,3	23,9	10,9	18,3	18,4	17,7	5,4	10,6	33,8	13,4	21,3	12,3	20,3	5,4	10213
Araruama	12,3	22,7	20,9	24,2	22,3	19,0	5,4	7,4	36,1	10,9	35,0	6,4	20,6	5,7	112008
Areal	9,5	20,4	39,0	54,7	5,0	20,8	5,7	7,3	35,2	33,6	54,1	4,0	24,4	5,7	11423
Armação dos Búzios	7,3	14,3	62,5	40,1	7,6	19,0	6,0	4,6	22,5	19,7	9,8	1,5	12,7	5,9	27560
Arraial do Cabo	7,2	13,3	31,6	10,9	2,1	11,8	6,3	4,6	28,8	31,0	8,3	,5	15,8	5,9	27715
Barra do Pirai	6,9	17,6	34,3	26,6	8,8	15,8	6,4	4,5	29,6	22,8	21,8	2,6	16,8	5,9	94778
Barra Mansa	6,4	17,6	18,1	22,6	4,2	13,0	6,3	4,0	27,0	9,4	17,7	1,1	13,8	6,0	177813
Belford Roxo	8,0	25,6	27,8	21,1	11,6	17,9	5,7	5,0	39,9	25,5	17,8	11,3	21,3	5,9	469332
Bom Jardim	17,0	22,3	49,3	47,8	32,5	26,9	4,9	10,7	31,5	41,9	45,7	6,8	24,6	5,4	25333
Bom Jesus do Itabapoana	13,6	23,0	16,5	21,8	17,4	18,4	5,8	9,9	37,4	13,3	18,4	9,4	20,7	5,5	35411
Cabo Frio	8,3	21,3	46,8	20,9	6,2	18,0	6,0	5,0	31,0	30,6	16,9	2,6	17,8	5,9	186227
Cachoeiras de Macacu	14,0	22,3	31,1	36,1	29,1	22,4	5,2	9,3	37,1	25,4	33,6	10,5	23,4	5,5	54273
Cambuci	17,5	28,0	31,9	45,5	37,4	27,4	5,1	12,7	42,6	29,2	40,3	23,6	28,8	5,2	14827
Campos dos Goytacazes	10,1	26,3	32,4	38,4	12,9	21,3	6,1	6,9	39,5	26,0	41,6	4,2	23,7	5,7	463731
Cantagalo	12,6	21,8	27,5	33,6	25,1	20,7	5,6	9,5	37,3	23,1	27,2	12,2	22,7	5,5	19830
Carapebus	12,7	16,5	64,7	45,1	21,7	23,7	5,1	8,5	30,7	58,5	21,4	12,8	23,3	5,6	13359
Cardoso Moreira	19,7	33,5	37,0	56,4	39,2	32,0	4,1	15,2	46,7	31,6	39,6	22,2	31,1	5,0	12600
Carmo	13,5	20,6	13,7	59,3	14,3	20,9	5,5	9,9	37,1	10,3	27,9	5,4	20,9	5,5	17434
Casimiro de Abreu	12,4	14,7	25,8	11,0	9,0	14,2	5,8	7,0	27,7	9,5	24,4	1,6	15,9	5,7	35347
Comendador Levy Gasparian	9,9	24,3	15,8	29,0	13,5	17,9	5,4	7,4	33,7	7,0	19,9	4,1	17,6	5,7	8180
Conceição de Macabu	13,1	21,9	67,0	35,2	12,0	24,1	5,8	9,7	36,5	65,5	34,8	6,8	27,3	5,5	21211
Cordeiro	9,0	16,3	9,2	9,9	5,5	11,3	6,3	5,8	26,6	7,5	16,0	2,7	14,1	5,8	20430
Duas Barras	17,6	24,2	52,4	55,7	27,0	28,4	4,5	11,7	36,3	45,9	51,1	7,7	27,7	5,3	10930
Duque de Caxias	8,0	23,0	30,7	23,0	11,1	17,5	6,0	5,0	35,1	37,4	13,8	4,1	19,8	5,9	855048

Tabela 3D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO DE JANEIRO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Engenheiro Paulo de Frontin	9,1	19,9	69,5	43,4	12,7	23,1	5,7	5,8	34,9	57,8	37,4	1,4	24,4	5,8	13237
Guapimirim	11,8	23,5	54,5	32,3	21,8	23,4	5,4	7,5	38,0	44,3	30,4	6,8	24,4	5,7	51483
Iguaba Grande	8,8	14,6	32,0	16,2	5,0	13,7	6,3	4,3	29,3	17,7	12,7	1,3	15,1	6,0	22851
Itaboraí	10,8	25,2	75,9	31,1	40,0	27,4	5,3	6,6	37,8	73,0	34,0	7,1	27,4	5,8	218008
Itaguaí	9,4	22,2	24,6	29,7	11,4	17,8	5,8	5,4	32,3	18,8	21,8	2,8	17,7	5,9	109091
Italva	16,3	25,8	32,0	32,3	30,0	24,2	4,8	11,1	36,3	16,7	26,9	15,9	22,6	5,4	14063
Itaocara	13,3	26,1	26,0	34,1	34,0	23,2	5,6	11,1	35,8	20,9	27,6	18,8	23,2	5,4	22899
Itaperuna	12,2	21,2	13,6	16,7	14,1	16,1	5,8	7,6	28,0	10,6	11,6	6,8	15,4	5,7	95841
Itatiaia	8,0	16,6	10,3	11,2	2,9	11,1	6,4	5,8	28,7	7,8	11,1	2,3	14,3	5,8	28783
Japeri	12,4	34,4	36,8	39,9	42,4	28,2	5,0	7,1	47,0	18,2	30,8	14,7	25,4	5,7	95492
Laje do Muriaé	18,7	32,0	30,1	40,5	31,3	28,0	4,9	13,8	47,8	24,6	30,3	20,7	29,2	5,1	7487
Macaé	7,9	12,8	10,6	18,0	6,3	10,8	6,6	4,3	21,8	21,1	17,1	2,0	13,3	6,0	206728
Macuco	10,2	22,9	9,8	17,0	7,8	15,1	6,0	7,9	38,8	7,2	2,5	4,2	17,8	5,6	5269
Magé	9,9	24,3	53,3	38,1	15,9	23,0	5,6	5,9	38,8	59,9	35,9	4,2	26,1	5,8	227322
Mangaratiba	8,3	16,6	35,8	23,6	11,6	16,0	6,3	4,1	26,3	42,8	21,5	2,2	17,6	6,0	36456
Maricá	8,7	17,7	78,6	38,8	28,3	24,1	6,4	4,5	22,5	81,1	35,7	6,8	22,3	5,9	127461
Mendes	7,6	14,6	39,4	32,8	9,5	16,2	6,5	5,5	30,7	36,7	37,9	3,0	20,8	5,9	17935
Mesquita	999,0	18,6	5,0	13,3	4,0	358,4	6,7	3,5	31,1	8,8	6,1	1,2	13,8	6,0	168376
Miguel Pereira	9,2	16,4	75,8	22,4	11,2	20,3	6,2	6,8	29,4	44,0	29,9	3,1	20,7	5,7	24642
Miracema	14,4	28,9	13,9	17,4	11,7	19,5	6,0	10,8	40,6	11,2	11,9	4,0	20,8	5,4	26843
Natividade	15,2	28,1	24,3	42,8	21,2	24,1	5,8	11,2	36,0	16,9	23,1	11,0	21,7	5,4	15082
Nilópolis	3,8	14,3	3,8	3,3	1,0	7,2	7,2	2,2	23,8	8,8	1,2	,3	10,2	6,1	157425
Niterói	3,6	8,5	21,7	13,0	3,1	8,2	9,1	2,3	14,0	2,6	7,8	1,0	6,9	6,1	487562
Nova Friburgo	7,4	10,5	21,0	16,2	5,4	10,7	6,2	5,0	19,0	24,5	16,5	1,2	12,8	5,9	182082
Nova Iguaçu	7,2	22,4	22,2	21,1	13,5	16,1	6,1	4,6	37,8	23,7	16,0	5,3	19,5	5,9	796257

Tabela 3D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO DE JANEIRO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Paracambi	10,6	17,0	32,3	28,9	10,2	17,0	5,8	5,5	32,2	32,0	16,9	5,6	18,8	5,9	47124
Paraíba do Sul	10,7	21,2	19,9	22,3	15,3	17,0	5,9	6,1	35,6	13,9	17,4	5,7	18,4	5,8	41084
Parati	12,8	17,7	30,9	39,1	18,1	19,7	5,4	8,3	29,7	29,8	42,7	7,3	21,6	5,6	37533
Paty do Alferes	17,4	25,8	55,5	41,3	30,9	28,1	4,6	12,3	45,2	42,3	42,1	11,1	30,0	5,3	26359
Petrópolis	6,4	11,5	49,1	17,5	3,7	13,6	6,4	4,0	24,2	41,3	17,0	,9	16,1	6,0	295917
Pinheiral	7,6	24,8	23,0	14,4	6,6	15,9	6,1	5,3	33,0	11,8	8,1	2,0	15,7	5,9	22719
Piraí	10,8	23,7	29,2	16,4	14,5	18,2	5,8	7,2	31,7	17,7	19,6	6,0	18,1	5,7	26314
Porciúncula	16,6	31,4	26,1	29,2	25,3	24,9	5,0	11,5	41,0	24,4	24,3	17,2	25,0	5,3	17760
Porto Real	10,5	24,4	28,9	13,3	5,0	17,1	5,1	6,3	30,3	4,6	6,7	1,2	14,1	5,8	16592
Quatis	10,6	20,2	29,8	24,5	11,5	17,5	5,5	6,7	33,7	17,8	16,8	5,7	18,3	5,7	12793
Queimados	9,3	25,8	33,6	18,7	13,3	19,0	5,6	5,7	40,6	17,5	15,7	5,9	20,2	5,8	137962
Quissamã	15,7	32,7	36,4	77,6	22,6	30,9	4,8	8,8	39,7	28,1	14,5	5,1	21,9	5,6	20242
Resende	6,9	13,7	5,1	5,8	3,5	8,7	6,8	4,2	23,6	3,7	4,8	1,3	10,7	6,0	119769
Rio Bonito	12,8	21,1	50,7	24,6	22,1	21,8	5,4	7,9	34,0	44,3	23,4	7,5	22,4	5,6	55551
Rio Claro	16,4	24,0	43,1	48,2	25,8	26,0	5,0	10,2	33,1	34,9	34,7	11,3	23,5	5,4	17425
Rio das Flores	13,6	31,9	24,9	42,4	24,2	25,2	5,6	8,7	41,7	19,0	30,1	8,5	23,5	5,6	8561
Rio das Ostras	10,6	15,4	96,1	24,3	7,2	22,4	5,9	3,7	21,7	39,2	14,0	,6	14,5	6,0	105676
Rio de Janeiro	4,4	10,8	2,2	6,4	1,1	6,3	8,0	2,9	20,7	1,5	5,0	,7	9,0	6,1	6320446
Santa Maria Madalena	17,9	23,6	48,2	51,4	36,3	28,3	4,7	13,4	39,2	51,1	45,2	15,6	29,9	5,2	10321
Santo Antônio de Pádua	14,2	22,2	25,1	29,4	22,9	20,5	5,4	9,3	37,0	18,9	17,6	11,4	21,0	5,5	40589
São Fidélis	16,0	26,7	27,5	32,0	29,2	23,8	5,2	10,2	37,8	21,4	24,5	18,1	23,3	5,4	37543
São Francisco de Itabapoana	25,0	43,1	76,3	98,3	64,7	48,0	3,7	18,8	57,0	74,7	86,8	23,9	45,6	4,7	41354
São Gonçalo	5,8	16,8	19,6	19,1	8,8	12,8	6,6	3,6	27,1	20,3	17,9	6,2	15,3	6,0	999728
São João da Barra	13,8	30,2	37,4	38,5	23,8	25,5	4,8	9,8	42,1	29,0	63,2	6,4	28,4	5,5	32747
São João de Meriti	5,7	18,5	4,6	8,2	2,3	10,0	6,3	3,4	31,1	7,0	5,4	1,8	13,5	6,0	458673

Tabela 3D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO DE JANEIRO

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
São José de Ubá	20,0	33,7	64,6	65,4	60,1	37,9	4,2	14,7	51,3	52,6	34,2	17,3	33,8	5,1	7003
São José do Vale do Rio Preto	14,7	24,3	66,1	62,6	15,5	28,6	4,5	10,1	40,9	51,7	59,8	3,2	29,9	5,5	20251
São Pedro da Aldeia	9,9	20,2	16,6	16,4	10,7	15,0	5,7	6,2	32,4	12,4	18,3	3,9	17,1	5,8	87875
São Sebastião do Alto	18,4	30,1	60,7	64,5	58,4	35,4	4,7	14,5	50,7	48,9	50,4	35,4	36,4	5,1	8895
Sapucaia	16,8	26,1	35,5	35,4	31,5	25,3	5,1	10,2	36,1	29,3	31,7	16,5	24,1	5,4	17525
Saquarema	12,0	20,0	78,1	31,2	27,6	25,2	5,6	6,3	35,1	59,2	44,5	6,3	25,9	5,8	74234
Seropédica	9,8	25,3	14,5	41,2	19,9	19,9	5,8	5,9	35,4	6,2	34,7	7,3	19,4	5,8	78186
Silva Jardim	19,7	31,0	63,4	34,9	33,4	31,1	4,5	13,3	45,9	56,8	38,4	10,6	31,7	5,2	21349
Sumidouro	21,7	26,7	75,5	95,8	44,0	38,9	3,8	16,0	45,3	71,0	70,2	16,1	37,7	4,9	14900
Tanguá	14,1	26,1	75,4	33,7	22,9	27,6	4,6	8,9	43,7	69,4	40,6	6,4	30,5	5,6	30732
Teresópolis	10,4	13,5	36,9	39,3	9,4	17,2	5,9	6,5	29,0	29,7	30,7	3,0	19,0	5,8	163746
Trajano de Morais	20,4	30,3	49,3	68,7	55,0	35,1	4,3	14,5	43,6	62,8	67,7	31,0	36,8	5,1	10289
Três Rios	8,0	20,2	8,1	20,5	12,6	14,0	6,2	5,5	30,6	5,6	16,9	2,7	15,2	5,9	77432
Valença	8,8	19,5	22,9	22,6	11,8	15,7	6,3	6,0	34,4	19,4	26,5	5,3	19,4	5,8	71843
Varre-Sai	18,8	35,2	60,9	87,6	44,4	38,5	4,4	11,6	49,3	54,0	34,0	24,7	32,8	5,3	9475
Vassouras	11,0	20,4	30,9	23,5	20,7	18,6	5,9	7,7	34,7	21,2	25,3	4,4	20,1	5,7	34410
Volta Redonda	5,1	13,9	2,3	5,4	1,1	7,6	7,2	3,3	21,0	1,1	3,6	,2	9,0	6,0	257803

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Adamantina	9,5	11,0	7,9	7,0	7,9	9,4	6,7	6,4	15,2	4,8	4,0	4,0	8,8	5,8	33797
Adolfo	13,1	10,9	18,2	10,1	14,8	12,7	5,5	8,1	17,2	12,8	5,6	4,0	11,2	5,6	3557
Aguai	10,1	13,8	12,7	12,4	13,0	12,2	5,6	7,7	29,3	10,0	9,4	8,9	15,8	5,7	32148
Águas da Prata	8,6	12,3	18,1	12,3	13,9	11,8	6,3	6,1	22,3	13,6	14,3	3,4	13,2	5,8	7584
Águas de Lindoia	8,7	8,7	10,8	10,9	5,4	8,8	5,9	6,0	17,2	7,3	6,6	2,0	9,8	5,8	17266
Águas de Santa Bárbara	8,1	12,5	25,0	26,6	24,4	14,8	6,0	5,1	21,3	23,8	24,2	12,5	15,4	5,9	5601
Águas de São Pedro	2,9	3,9	,0	1,0	,2	2,5	8,3	1,5	7,9	,1	2,0	,1	3,5	6,2	2707
Agudos	8,6	17,9	6,2	8,8	7,3	11,5	6,3	5,2	24,8	4,7	4,6	2,9	11,7	5,9	34524
Alambari	11,1	19,5	34,5	38,3	21,2	20,3	5,0	6,6	29,0	28,0	41,4	7,7	20,4	5,8	4884
Alfredo Marcondes	11,2	24,8	19,4	25,4	23,0	19,4	5,6	10,1	23,5	15,1	15,5	13,4	16,2	5,5	3891
Altair	14,7	18,6	25,0	11,2	18,9	17,2	5,3	10,2	23,8	21,1	,3	13,9	15,4	5,4	3815
Altinópolis	9,0	11,8	22,2	22,6	20,6	13,8	5,7	6,2	21,5	11,7	11,3	8,8	12,9	5,8	15607
Alto Alegre	13,3	20,5	28,1	32,8	28,6	20,8	5,3	8,6	22,4	19,9	16,7	20,0	16,5	5,6	4102
Alumínio	7,1	13,7	12,1	13,5	4,0	10,3	6,7	4,6	18,6	16,2	14,8	1,3	11,5	5,9	16839
Álvares Florence	14,2	20,3	38,4	35,5	39,5	23,4	5,6	9,2	24,8	31,6	17,4	28,4	19,6	5,5	3897
Álvares Machado	11,4	18,5	16,2	41,7	14,5	17,9	6,0	7,0	27,5	11,9	11,4	8,5	15,3	5,7	23513
Álvaro de Carvalho	15,1	27,0	32,9	32,5	25,5	23,9	4,9	8,8	32,2	9,8	5,9	8,1	16,7	5,6	4650
Alvinlândia	15,1	23,6	14,0	19,1	13,4	18,2	5,2	10,5	32,6	9,2	9,9	4,0	17,5	5,4	3000
Americana	4,4	4,9	2,4	4,7	,4	4,0	7,1	2,8	8,2	2,1	1,1	,1	4,2	6,1	210638
Américo Brasiliense	10,2	15,2	2,5	2,3	1,3	9,5	5,7	6,9	20,1	1,1	,7	,5	9,7	5,7	34478
Américo de Campos	12,7	16,0	19,9	8,2	20,1	14,8	5,4	7,8	21,9	14,3	12,8	12,8	14,4	5,7	5706
Amparo	7,1	6,4	18,4	12,6	10,7	8,9	6,6	4,7	12,6	14,0	10,3	2,6	8,8	5,9	65829
Analândia	8,0	8,3	26,1	21,6	22,4	12,7	6,2	6,6	22,8	20,1	22,4	13,6	16,0	5,8	4293
Andradina	9,5	16,2	7,5	22,7	8,0	12,9	6,7	5,9	18,8	6,2	8,7	5,8	10,7	5,8	55334
Angatuba	9,6	21,9	25,1	24,4	20,8	18,1	5,4	6,7	29,2	19,5	15,3	9,8	17,1	5,8	22210

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Anhembi	10,5	21,7	28,0	13,1	23,3	17,7	5,7	6,5	32,3	25,2	10,0	7,9	18,0	5,8	5653
Anhumas	15,0	26,6	25,9	26,0	25,8	22,3	5,1	7,9	30,0	17,4	13,0	16,5	17,9	5,6	3738
Aparecida	5,5	13,6	2,7	3,9	3,0	7,6	6,8	3,4	23,7	1,8	3,1	1,9	10,2	6,0	35007
Aparecida d'Oeste	18,1	17,5	25,2	32,1	25,6	20,8	5,0	12,1	29,7	16,0	17,8	14,8	19,5	5,3	4450
Apiáí	11,2	41,4	24,6	33,6	27,5	27,0	5,6	7,6	48,6	19,2	44,0	11,1	27,3	5,7	25191
Araçariguama	10,0	17,2	37,3	43,4	14,8	19,3	5,3	6,7	24,2	31,9	33,3	8,8	18,5	5,7	17080
Araçatuba	6,3	10,0	3,3	2,4	3,5	6,6	7,3	3,9	16,0	2,7	1,9	1,0	7,5	6,0	181579
Araçoiaba da Serra	7,9	11,1	46,4	34,7	7,4	15,8	6,0	4,9	22,5	35,8	46,2	2,4	18,4	5,9	27299
Aramina	10,5	16,4	9,5	12,8	11,1	12,8	5,5	6,2	19,9	6,6	6,4	6,4	11,1	5,8	5152
Arandu	12,9	18,8	35,6	15,7	20,1	18,3	5,1	8,8	27,8	27,9	11,8	9,8	17,9	5,6	6123
Arapeí	14,5	27,2	30,4	50,8	28,7	25,7	5,1	7,7	37,7	26,1	39,0	9,0	23,5	5,7	2493
Araraquara	5,2	8,9	3,5	1,2	2,6	5,7	7,4	3,6	14,4	1,9	1,4	,7	6,7	6,0	208662
Araras	7,0	7,9	4,9	3,0	2,5	6,3	6,6	4,7	15,0	2,8	1,2	1,0	7,4	5,9	118843
Arco-Íris	17,9	32,5	49,9	51,2	49,6	32,7	4,8	15,3	32,7	40,6	32,0	27,4	26,9	5,0	1925
Arealva	9,6	15,0	29,2	26,7	26,1	16,8	5,6	7,4	23,9	23,3	9,6	13,8	15,6	5,7	7841
Areias	15,0	36,4	37,3	43,6	28,6	29,1	5,4	8,4	52,6	26,0	34,2	18,2	29,3	5,6	3696
Areiópolis	14,4	17,9	11,8	2,7	7,3	13,5	4,7	10,3	23,4	3,2	1,0	1,2	12,4	5,4	10579
Ariranha	11,4	11,1	7,3	7,6	7,6	10,1	5,3	7,9	12,9	9,0	4,3	3,2	8,9	5,6	8547
Artur Nogueira	9,1	12,5	10,2	8,4	8,0	10,2	5,9	5,6	18,0	11,1	9,0	1,7	10,5	5,8	44177
Arujá	7,9	17,3	14,0	46,4	5,8	15,7	6,4	4,9	26,3	7,0	13,7	,7	13,2	5,9	74905
Aspásia	17,8	33,6	36,8	37,1	35,2	28,9	5,0	12,5	28,4	29,4	25,7	21,0	22,0	5,2	1809
Assis	6,5	10,3	4,7	2,3	3,7	7,0	7,3	4,1	17,4	3,3	2,0	1,4	8,2	6,0	95144
Atibaia	8,0	9,8	34,5	37,4	12,7	14,9	6,4	4,9	17,3	24,6	18,4	1,8	12,5	5,9	126603
Auriflama	11,0	15,6	13,4	11,0	13,4	13,1	5,9	7,4	15,9	10,3	7,6	9,0	10,8	5,7	14202
Avaiá	12,2	17,6	36,3	35,7	34,9	21,1	5,3	7,9	38,1	32,3	23,6	13,3	23,2	5,6	4959

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Avanhandava	12,0	22,1	8,9	12,5	9,2	15,0	5,3	7,7	28,5	5,9	5,7	4,8	14,3	5,7	11310
Avaré	7,1	13,2	7,0	6,0	5,2	8,9	6,4	4,8	20,6	6,0	4,4	2,8	10,2	5,9	82934
Bady Bassitt	6,3	8,6	11,6	11,0	10,0	8,5	6,4	3,9	11,9	7,5	6,5	2,8	7,2	6,0	14603
Balbinos	10,9	14,6	18,6	20,5	19,8	14,8	5,2	6,0	25,1	13,8	8,5	10,2	14,2	5,8	3702
Bálsamo	10,9	10,0	14,0	5,2	13,5	10,5	5,7	7,6	13,4	8,9	7,9	7,4	9,8	5,7	8160
Bananal	11,0	24,2	28,0	33,1	24,1	20,9	5,6	8,1	40,0	21,5	14,2	9,1	21,4	5,6	10223
Barão de Antonina	14,8	32,5	27,9	47,5	33,5	27,5	4,7	9,4	41,9	25,5	43,8	7,6	25,9	5,5	3116
Barbosa	12,0	23,5	16,3	13,1	16,9	17,0	5,3	10,0	28,3	13,4	9,9	9,8	16,7	5,5	6593
Bariri	10,0	8,0	7,5	3,9	7,2	8,1	6,0	5,9	16,3	5,2	2,1	4,3	8,9	5,8	31593
Barra Bonita	8,1	7,5	2,4	2,1	2,2	6,1	6,4	5,6	13,9	1,2	1,0	1,2	7,2	5,8	35246
Barra do Chapéu	18,3	54,0	55,0	83,3	68,3	46,0	4,2	12,3	62,3	52,5	73,1	22,5	41,3	5,3	5244
Barra do Turvo	21,8	52,2	61,2	66,9	61,8	44,9	4,0	17,1	54,4	56,4	53,6	19,6	38,3	4,8	7729
Barretos	6,4	10,2	6,0	5,9	5,6	7,6	6,9	4,2	16,3	4,0	3,3	3,1	8,2	6,0	112101
Barrinha	12,2	18,2	2,1	2,1	2,2	11,3	5,0	8,4	24,4	1,6	1,4	1,2	11,9	5,6	28496
Barueri	6,6	14,7	2,4	9,2	,7	8,7	6,6	4,0	24,0	,7	4,4	,1	10,4	6,0	240749
Bastos	9,8	16,6	17,5	16,4	17,5	14,4	5,9	6,9	22,8	12,9	10,6	12,3	14,0	5,7	20445
Batatais	7,5	8,8	5,7	2,6	5,2	7,0	6,4	5,0	17,4	4,0	2,7	3,2	8,8	5,9	56476
Bauru	5,2	8,4	2,6	3,3	2,7	5,6	7,4	3,1	16,6	1,6	1,5	,6	7,3	6,1	343937
Bebedouro	7,6	13,3	6,3	2,1	6,3	8,8	6,5	4,9	20,3	4,1	3,3	3,6	9,9	5,9	75035
Bento de Abreu	10,0	12,8	14,7	14,3	14,9	12,4	5,5	7,9	18,7	8,1	2,1	7,3	11,0	5,6	2674
Bernardino de Campos	10,5	15,9	12,8	10,2	11,5	12,7	5,7	6,2	24,8	9,5	6,8	6,8	13,2	5,8	10775
Bertioga	8,3	11,0	8,0	17,1	2,5	9,6	6,1	5,5	26,7	10,0	21,3	,3	14,6	5,9	47645
Bilac	11,6	8,3	12,1	12,6	12,0	10,6	6,3	7,8	13,4	7,9	8,5	8,0	9,9	5,7	7048
Birigui	7,2	7,6	4,3	3,4	4,4	6,4	6,6	4,5	12,8	3,7	2,3	2,1	6,9	5,9	108728
Biritiba-Mirim	13,3	19,9	39,5	51,0	20,2	22,9	5,5	8,8	36,5	34,4	19,3	5,5	22,0	5,6	28575

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Boa Esperança do Sul	14,4	21,8	14,2	13,5	14,7	16,9	5,1	10,6	28,1	8,2	4,0	6,0	15,4	5,4	13645
Bocaina	11,7	8,2	9,2	6,8	7,7	9,3	5,8	6,4	14,0	6,7	4,6	4,0	8,7	5,8	10859
Bofete	12,3	18,0	36,4	16,5	30,7	18,9	5,1	8,1	32,1	35,4	27,4	7,9	21,4	5,6	9618
Boituva	8,1	9,6	14,0	7,1	6,6	9,0	6,2	4,9	19,2	12,3	10,9	1,5	11,0	5,9	48314
Bom Jesus dos Perdões	10,5	12,1	19,1	13,1	6,1	11,8	5,5	6,3	21,8	12,3	3,5	,6	11,6	5,8	19708
Bom Sucesso de Itararé	14,2	45,8	37,0	45,8	36,9	33,0	4,4	11,3	56,9	32,9	32,8	5,0	31,2	5,3	3571
Borá	11,1	25,7	20,7	21,6	21,2	19,2	5,2	9,6	20,5	21,3	15,1	18,0	16,0	5,5	805
Boracéia	11,6	10,4	13,9	1,3	13,5	10,5	5,3	7,6	18,1	10,7	6,5	9,7	11,7	5,7	4268
Borborema	12,0	12,8	15,5	13,3	15,3	13,1	5,2	8,2	21,9	10,8	7,4	8,0	13,2	5,6	14529
Borebi	15,4	14,3	19,5	20,9	19,6	16,4	4,5	9,2	24,2	12,3	11,5	9,0	15,0	5,5	2293
Botucatu	5,6	10,4	5,0	5,3	4,7	7,1	7,3	4,1	17,8	4,1	3,9	2,3	8,7	6,0	127328
Bragança Paulista	7,8	10,3	15,3	14,7	5,4	10,0	6,6	4,4	17,5	12,0	12,1	,7	10,3	5,9	146744
Braúna	11,9	9,8	19,3	21,9	22,6	14,0	6,1	9,0	16,7	12,2	11,1	9,8	12,3	5,6	5021
Brejo Alegre	16,0	26,4	23,6	26,4	21,8	22,0	4,8	11,3	22,1	16,0	16,3	4,7	15,5	5,4	2573
Brodowski	7,6	8,0	6,3	2,9	5,7	6,9	6,0	4,1	18,5	3,4	1,6	2,2	8,6	6,0	21107
Brotas	9,3	11,2	14,9	2,9	13,0	10,2	5,9	6,6	19,5	8,8	7,7	3,0	11,1	5,8	21580
Buri	13,0	30,4	23,7	24,2	21,5	22,2	5,0	9,3	50,6	18,2	20,2	15,4	26,4	5,5	18563
Buritama	12,3	15,4	10,0	8,7	8,3	12,4	5,8	8,7	19,7	8,0	8,9	4,5	12,1	5,6	15418
Buritizal	8,9	14,9	23,3	23,1	22,2	15,2	5,1	5,8	21,2	18,9	10,7	13,7	13,8	5,8	4053
Cabrália Paulista	11,4	21,4	14,5	1,0	14,8	14,4	4,9	9,6	33,1	13,2	13,4	10,7	18,7	5,5	4365
Cabreúva	10,0	11,5	26,2	25,0	11,9	14,0	5,5	6,2	20,0	15,1	9,9	1,6	11,9	5,8	41604
Caçapava	6,1	12,6	13,7	7,5	3,9	9,1	6,9	4,2	21,5	7,0	12,6	1,1	11,1	6,0	84752
Cachoeira Paulista	6,5	19,6	8,8	13,0	8,1	12,2	6,7	4,2	29,7	6,9	9,4	3,9	13,9	6,0	30091
Caconde	11,6	25,3	36,7	35,2	33,1	23,4	5,4	7,8	39,5	31,5	31,4	16,3	24,6	5,7	18538
Cafelândia	10,9	14,5	16,1	17,4	16,5	13,9	6,0	7,1	25,5	13,7	9,9	9,9	14,8	5,7	16607

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Caiaabu	16,4	18,3	20,6	43,9	26,6	21,3	5,2	12,5	22,0	17,5	25,0	15,9	18,0	5,2	4072
Caieiras	6,1	13,1	5,3	13,6	1,3	8,8	6,5	3,9	20,5	3,6	7,6	,2	9,7	6,0	86529
Caiuá	16,7	32,5	40,3	78,1	43,1	33,5	5,2	11,7	39,3	43,3	52,7	40,8	31,6	5,3	5039
Cajamar	8,8	17,6	14,3	26,1	8,7	14,3	5,9	5,2	24,5	9,2	22,6	1,0	13,8	5,9	64114
Cajati	13,9	35,1	24,3	34,3	19,0	25,0	5,3	9,9	45,2	20,5	29,8	4,0	24,9	5,5	28372
Cajobi	10,6	21,4	10,1	7,8	8,7	13,9	5,3	7,8	18,5	7,9	1,5	5,9	10,7	5,7	9768
Cajuru	9,5	13,8	13,1	11,3	9,8	11,6	5,8	6,0	27,3	11,9	11,1	3,8	14,4	5,8	23371
Campina do Monte Alegre	12,7	22,7	21,8	33,6	13,3	19,4	4,8	8,3	39,8	15,9	7,4	4,1	19,6	5,6	5567
Campinas	5,0	8,8	3,8	9,6	1,9	6,4	7,7	3,3	14,3	1,9	8,1	,5	7,2	6,0	1080113
Campo Limpo Paulista	6,8	15,8	10,3	26,8	1,4	11,9	6,4	4,2	19,1	7,9	22,9	,4	11,4	6,0	74074
Campos do Jordão	7,7	9,2	13,9	18,1	2,0	9,4	5,9	4,4	27,1	10,6	14,8	,9	13,8	5,9	47789
Campos Novos Paulista	13,1	28,2	29,5	9,1	30,5	21,2	5,0	10,0	35,4	22,1	20,9	20,1	22,2	5,5	4539
Cananeia	10,9	27,2	16,8	17,3	13,1	18,1	5,8	7,6	43,9	13,8	20,9	9,2	22,5	5,7	12226
Canas	9,9	21,8	22,5	34,7	16,9	18,6	5,4	6,2	45,0	7,1	13,5	3,7	20,4	5,8	4385
Cândido Mota	11,2	18,0	8,8	13,5	8,4	13,3	5,6	6,9	25,6	6,3	6,1	4,4	13,1	5,7	29884
Cândido Rodrigues	10,7	11,9	23,2	24,0	22,0	14,8	5,4	8,6	11,7	14,9	13,6	9,4	11,0	5,6	2668
Canitar	16,1	23,1	,0	99,7	23,1	26,3	4,6	10,4	33,7	5,6	11,7	1,7	17,4	5,4	4369
Capão Bonito	11,6	37,3	19,4	16,9	18,5	22,6	5,1	9,1	42,2	15,0	13,1	9,4	21,7	5,5	46178
Capela do Alto	10,6	22,7	19,6	32,1	7,4	17,7	4,9	7,0	33,2	18,7	36,4	2,1	20,0	5,7	17532
Capivari	7,6	9,2	6,7	6,7	4,5	7,7	6,2	5,0	18,1	7,1	10,3	2,0	10,1	5,9	48576
Caraguatatuba	8,0	15,3	5,8	18,8	2,6	11,0	6,4	4,7	27,0	3,6	11,3	,7	12,7	5,9	100840
Carapicuíba	6,3	15,5	1,0	13,1	1,3	9,2	6,3	4,4	24,5	1,9	11,9	,5	11,6	6,0	369584
Cardoso	14,3	22,8	12,3	8,0	14,3	16,4	5,6	9,1	28,2	11,2	12,1	5,6	16,0	5,5	11805
Casa Branca	8,9	12,7	20,4	12,7	19,5	12,8	6,6	6,6	24,5	11,3	8,1	8,8	13,7	5,8	28307
Cássia dos Coqueiros	11,1	20,4	44,2	19,3	38,9	21,2	5,7	10,1	30,7	32,1	32,8	18,4	22,8	5,5	2634

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Castilho	14,9	33,3	23,3	23,0	22,4	23,7	5,7	8,7	33,5	24,4	17,5	19,8	20,9	5,6	18003
Catanduva	7,6	9,1	4,7	2,7	1,8	6,8	6,7	4,7	12,3	2,7	,9	,7	6,4	5,9	112820
Catiguá	13,1	9,6	12,5	12,4	10,5	11,5	5,0	9,1	12,3	7,9	9,2	5,7	9,8	5,5	7127
Cedral	9,6	15,6	25,2	25,5	23,9	16,3	5,8	6,3	14,2	19,8	4,6	8,3	10,5	5,8	7972
Cerqueira César	8,8	14,0	12,9	14,5	14,3	12,1	5,7	6,7	24,1	9,6	8,6	6,0	13,2	5,8	17532
Cerquilha	4,9	6,5	5,8	4,1	3,8	5,4	6,5	3,6	10,0	5,2	4,4	1,1	5,8	6,0	39617
Cesário Lange	8,5	14,1	29,3	37,7	15,1	16,3	5,6	5,5	23,7	22,6	26,7	3,8	15,7	5,9	15540
Charqueada	9,4	9,8	6,7	15,7	6,2	9,6	5,5	7,0	19,2	4,7	12,2	2,9	11,2	5,7	15085
Chavantes	11,1	16,8	14,2	14,8	7,5	13,5	5,6	8,8	26,1	6,7	7,8	2,6	14,0	5,6	12114
Clementina	11,6	17,3	8,3	7,3	9,8	12,6	5,5	9,1	17,2	4,4	3,7	3,8	10,4	5,5	7065
Colina	9,8	18,0	10,9	10,5	10,4	12,9	5,9	6,2	22,8	7,2	5,2	5,7	12,0	5,8	17371
Colômbia	12,4	20,6	21,9	18,3	25,3	18,0	4,9	10,0	25,5	19,9	16,7	18,6	17,9	5,5	5994
Conchal	12,2	16,7	11,0	11,1	9,9	13,3	5,0	9,6	26,0	8,0	,9	2,7	13,6	5,5	25229
Conchas	7,7	10,1	25,1	15,0	16,3	11,9	6,1	5,6	23,6	20,8	20,1	4,7	14,9	5,8	16288
Cordeirópolis	6,7	8,5	6,9	5,7	5,4	7,1	6,2	4,8	14,9	9,0	7,6	1,7	8,8	5,9	21080
Coroados	10,0	20,0	26,0	31,6	25,8	18,9	5,7	6,8	21,1	18,2	17,4	15,5	14,9	5,7	5238
Coronel Macedo	16,3	31,5	24,4	32,1	24,2	24,8	4,7	12,7	45,1	18,7	22,8	16,2	26,0	5,2	5001
Corumbataí	8,0	11,8	46,8	49,5	47,7	21,3	5,6	7,0	23,2	35,7	33,0	19,7	19,6	5,7	3874
Cosmópolis	7,1	15,9	4,0	8,6	2,6	9,6	6,1	4,8	16,5	4,0	5,0	,5	8,5	5,9	58827
Cosmorama	13,9	20,9	37,9	41,2	37,6	23,9	5,1	9,1	20,7	25,6	25,8	20,4	17,6	5,5	7214
Cotia	7,1	13,8	15,2	27,0	2,0	11,9	6,6	4,5	21,7	9,0	18,0	,7	12,1	5,9	201150
Cravinhos	9,1	8,7	4,8	3,5	4,5	7,5	6,2	6,4	18,6	2,8	2,2	1,8	9,4	5,8	31691
Cristais Paulista	11,6	14,6	40,5	35,2	33,4	20,1	5,4	8,0	24,6	28,5	22,1	14,0	18,0	5,6	7588
Cruzália	10,0	23,3	25,2	42,3	25,1	21,0	6,3	7,6	23,8	18,5	31,9	14,5	17,6	5,7	2274
Cruzeiro	4,8	15,1	3,0	4,6	2,9	8,0	7,1	2,9	27,6	2,4	3,5	1,3	11,4	6,1	77039

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Cubatão	9,1	16,0	15,4	35,9	1,7	14,3	6,2	5,3	26,1	12,2	36,5	1,0	16,2	5,9	118720
Cunha	14,2	40,2	51,6	51,2	50,8	34,4	4,7	10,5	50,8	44,3	45,7	33,9	34,0	5,4	21866
Descalvado	8,2	11,6	15,0	12,9	14,0	11,1	6,3	5,5	18,8	9,5	6,6	7,4	10,9	5,9	31056
Diadema	6,8	14,1	,9	4,9	,4	8,0	6,4	4,4	24,0	,6	2,4	,4	10,3	6,0	386089
Dirce Reis	19,4	21,0	30,1	44,1	31,8	24,8	4,9	13,9	20,1	19,2	20,2	15,8	17,5	5,1	1689
Divinolândia	9,9	18,0	38,6	41,8	38,8	21,7	5,1	7,6	24,1	30,6	30,0	22,6	19,5	5,7	11208
Dobrada	17,6	18,8	7,9	9,0	7,2	15,2	5,3	15,1	22,4	2,0	1,1	1,7	13,6	5,0	7939
Dois Córregos	11,0	8,7	10,8	5,3	8,1	9,3	5,6	8,3	21,3	4,9	4,3	4,0	11,7	5,6	24761
Dolcinópolis	18,1	23,4	15,4	18,3	14,3	19,3	5,1	12,1	18,4	5,9	5,9	5,3	12,4	5,3	2096
Dourado	11,9	10,5	8,8	8,8	8,3	10,4	5,6	7,8	16,8	6,8	2,6	3,0	9,9	5,7	8609
Dracena	9,0	13,6	7,3	12,9	7,9	10,7	6,6	5,8	14,6	4,4	5,7	4,0	8,6	5,8	43258
Duartina	10,8	17,3	13,4	6,1	12,1	13,0	5,5	6,9	22,9	10,3	5,2	7,6	12,7	5,7	12251
Dumont	9,6	9,2	7,1	5,7	6,6	8,5	5,9	7,4	18,8	3,7	2,9	2,2	10,0	5,7	8143
Echaporã	12,9	21,8	21,7	24,2	20,3	18,8	5,7	9,8	29,4	19,2	14,8	13,4	18,5	5,5	6318
Eldorado	14,4	40,2	47,5	35,9	46,9	32,1	5,2	11,2	54,8	45,8	35,3	21,5	33,6	5,4	14641
Elias Fausto	10,9	19,5	28,5	23,7	21,4	18,1	5,1	7,4	23,8	20,2	11,5	6,0	14,8	5,7	15775
Elisiário	12,5	10,4	13,5	1,1	13,1	10,7	5,1	9,8	10,5	9,1	,0	2,8	8,3	5,5	3120
Embaúba	11,5	29,7	21,6	21,4	21,6	20,9	5,2	8,2	14,0	15,5	14,3	13,4	12,1	5,6	2423
Embu	7,7	18,2	4,8	26,7	1,5	19,5	5,9	6,1	32,5	22,7	43,0	2,1	14,6	5,8	62769
Embu-Guaçu	9,3	18,0	37,4	47,6	11,1	12,5	6,2	5,0	30,0	2,0	20,3	,7	20,6	5,9	240230
Emilianópolis	18,2	31,3	23,7	21,9	24,8	24,3	5,3	11,6	23,5	16,4	15,9	12,0	16,7	5,3	3020
Engenheiro Coelho	12,1	12,5	31,4	23,7	16,6	15,9	5,8	8,8	25,6	25,4	12,9	4,6	16,5	5,6	15721
Espírito Santo do Pinhal	9,4	6,8	14,5	9,2	12,9	9,3	6,4	5,7	17,3	10,8	6,5	4,8	10,3	5,8	41907
Espírito Santo do Turvo	12,3	16,1	12,5	6,5	12,7	13,1	4,8	8,9	27,2	14,9	15,7	7,4	16,5	5,6	4244
Estiva Gerbi	9,8	11,9	13,4	12,8	8,7	11,1	5,6	5,4	19,4	11,4	11,1	4,2	11,4	5,9	10044

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Estrela do Norte	12,7	10,7	32,3	36,9	33,1	22,9	5,5	8,2	16,8	16,2	18,1	13,9	18,3	5,6	8208
Estrela d'Oeste	15,7	30,6	21,3	24,3	20,8	18,4	5,8	9,3	25,9	23,4	14,2	22,8	13,6	5,5	2658
Euclides da Cunha Paulista	17,7	35,4	28,0	50,8	35,9	30,1	5,2	13,8	42,8	30,0	36,8	32,6	29,7	5,1	9585
Fartura	10,0	21,0	23,8	22,0	20,0	17,5	5,6	6,5	25,8	18,2	8,6	8,9	14,9	5,8	15320
Fernando Prestes	11,2	14,7	24,4	24,8	24,0	16,4	5,1	7,8	12,1	13,6	14,7	12,3	11,0	5,7	5534
Fernandópolis	9,2	11,2	5,7	5,4	4,6	8,7	6,6	6,0	14,8	4,3	1,7	2,7	8,2	5,8	64696
Fernão	13,3	19,9	57,8	48,5	50,3	27,3	4,9	8,6	36,5	44,0	33,1	8,8	24,7	5,6	1563
Ferraz de Vasconcelos	7,9	19,6	3,0	18,7	2,7	12,1	6,1	4,9	31,5	1,6	14,3	,9	14,5	5,9	168306
Flora Rica	17,2	22,7	27,4	38,7	26,8	23,3	5,5	14,4	30,8	18,3	,5	15,4	19,2	5,1	1752
Floreal	11,3	17,5	22,4	23,1	22,5	16,9	5,7	8,8	17,5	17,1	8,7	15,2	13,3	5,6	3003
Flórida Paulista	15,7	20,4	16,9	11,3	18,6	17,3	5,2	9,2	22,2	10,1	8,8	9,4	13,8	5,5	12848
Florínia	15,9	27,4	16,8	19,0	15,7	20,3	5,8	9,3	32,9	11,7	8,1	7,4	17,5	5,5	2829
Franca	5,6	7,4	2,3	1,9	1,7	5,1	6,7	3,4	16,2	1,8	1,5	,5	7,3	6,0	318640
Francisco Morato	10,8	26,1	7,7	67,6	16,6	22,3	5,3	6,9	36,8	4,2	40,8	2,1	20,2	5,7	154472
Franco da Rocha	9,6	18,5	9,5	32,7	7,8	15,0	5,9	5,9	28,6	5,1	25,1	1,8	15,4	5,8	131604
Gabriel Monteiro	12,3	14,0	27,8	28,3	27,7	17,6	5,5	8,9	12,2	15,3	14,8	11,3	11,6	5,6	2708
Gália	14,5	20,9	28,3	31,4	29,6	21,3	5,4	10,6	29,8	22,2	11,2	15,3	19,0	5,4	7011
Garça	11,7	12,5	12,6	7,0	13,7	11,8	6,3	7,3	23,4	7,5	4,5	6,7	12,6	5,7	43115
Gastão Vidigal	12,7	17,7	21,1	22,6	18,3	16,9	5,6	9,5	18,7	12,4	5,6	9,0	12,6	5,5	4193
Gavião Peixoto	12,2	19,3	25,5	9,7	21,6	16,7	4,8	8,8	19,1	11,2	12,1	6,6	12,8	5,6	4419
General Salgado	13,8	21,1	12,9	19,2	12,7	16,7	5,8	8,0	18,7	9,9	10,3	9,3	12,3	5,6	10669
Getulina	12,9	24,0	25,8	19,9	26,9	20,1	5,6	8,2	29,3	12,8	14,4	11,6	17,0	5,6	10765
Glicério	11,7	26,3	29,3	3,5	26,4	19,1	5,5	8,9	20,3	26,9	25,1	12,6	16,8	5,6	4565
Guaíçara	9,2	16,6	16,1	26,4	14,2	14,8	5,7	6,8	21,2	9,6	10,9	5,3	12,4	5,7	10670
Guaimbê	13,8	26,7	17,8	15,3	18,0	19,3	5,4	11,3	32,0	12,6	3,1	9,8	17,7	5,3	5425

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Guairá	8,9	14,2	7,0	4,7	5,8	9,8	5,9	5,6	19,4	3,8	1,6	3,3	9,6	5,8	37404
Guapiaçu	9,7	9,9	14,2	15,7	14,7	11,3	5,6	7,0	17,7	15,7	11,0	6,9	12,1	5,7	17869
Guapiara	16,9	46,0	51,2	68,9	62,3	40,2	4,4	12,7	59,0	44,3	57,0	20,7	37,6	5,2	17998
Guará	13,3	20,1	7,6	,8	5,2	13,0	5,6	9,5	29,8	9,4	3,1	2,6	15,3	5,5	19858
Guaraçaí	12,2	17,4	23,6	23,5	24,7	17,5	5,9	8,9	25,3	17,4	16,4	16,6	17,0	5,6	8435
Guaraci	11,3	17,8	15,5	14,7	15,0	14,7	5,8	8,3	26,6	13,6	6,0	7,4	14,9	5,6	9976
Guarani d'Oeste	15,9	27,4	13,4	14,8	12,8	19,3	5,2	11,0	28,2	10,6	12,6	8,2	16,9	5,4	1970
Guarantã	14,2	29,0	23,8	19,6	23,4	21,8	5,0	10,0	32,1	9,6	12,2	13,6	18,2	5,5	6404
Guararapes	9,4	15,6	9,7	8,6	8,0	11,4	6,4	6,8	19,9	7,0	5,2	5,4	11,1	5,7	30597
Guararema	12,0	17,4	42,9	55,2	16,3	22,1	6,0	7,2	27,6	31,4	28,4	2,3	18,7	5,7	25844
Guaratinguetá	4,7	12,3	6,1	11,2	3,7	8,1	7,3	2,9	23,6	4,9	8,5	1,1	10,8	6,1	112072
Guareí	12,4	20,7	28,2	45,8	28,7	21,9	4,8	7,3	28,4	18,6	40,8	11,4	19,7	5,7	14565
Guariba	14,3	17,3	13,0	3,0	1,5	12,9	5,2	9,9	23,7	9,3	,9	,6	12,9	5,5	35486
Guarujá	8,5	14,7	7,1	20,9	1,5	11,2	6,1	5,1	28,3	6,8	16,4	,8	14,2	5,9	290752
Guarulhos	6,3	14,8	5,5	17,0	1,8	9,9	6,7	4,1	26,8	2,4	10,6	,4	12,2	6,0	1221979
Guatapar	12,5	20,6	14,7	19,1	27,8	17,6	5,4	9,9	27,7	12,8	19,1	12,9	17,7	5,5	6966
Guzolndia	17,8	28,7	17,7	62,6	17,4	26,3	4,9	13,6	30,3	14,5	14,6	13,9	19,7	5,2	4754
Herculândia	13,2	27,3	12,0	23,1	13,7	19,1	5,4	9,0	36,4	8,3	12,2	7,8	18,7	5,5	8696
Holambra	8,1	3,7	50,6	38,4	23,4	15,6	6,3	5,4	8,6	31,9	24,6	3,6	11,2	5,9	11299
Hortolândia	7,6	15,0	2,5	21,3	,6	10,5	6,0	4,6	21,3	1,9	47,6	,4	14,3	5,9	192692
Iacanga	10,0	11,3	15,0	,8	14,2	10,4	5,7	6,9	19,0	11,5	6,8	8,4	11,7	5,7	10013
Iacri	14,5	23,4	27,9	27,5	28,9	21,7	5,1	9,9	28,9	19,3	17,3	18,4	19,1	5,5	6419
Iaras	11,6	19,7	38,3	44,4	30,6	22,4	4,9	5,9	39,8	42,7	41,2	34,4	27,9	5,8	6376
Ibaté	9,6	13,9	5,0	2,2	3,4	9,3	5,4	7,3	23,6	3,1	1,3	1,4	11,4	5,7	30734
Ibirá	10,9	15,3	16,5	13,1	11,5	13,3	5,6	8,6	17,1	10,7	11,0	5,7	11,8	5,6	10896

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Ibirarema	10,6	14,9	11,0	12,5	11,5	12,4	6,0	6,8	26,0	7,9	11,2	7,0	14,1	5,7	6725
Ibitinga	8,4	10,2	6,2	5,8	6,3	8,3	6,0	5,5	16,3	4,7	2,1	3,4	8,7	5,9	53158
Ibiúna	13,8	21,1	65,6	64,2	42,9	29,7	4,9	8,7	34,5	57,5	50,7	16,0	27,9	5,6	71217
Icem	10,3	20,7	8,8	7,5	6,1	13,1	5,7	7,1	23,1	8,1	,6	3,4	11,8	5,7	7462
Iepê	13,7	26,3	16,0	21,8	16,6	19,5	5,8	8,3	27,8	10,5	13,8	9,4	16,0	5,6	7628
Igarauçu do Tietê	12,6	11,7	1,9	1,0	1,9	9,0	5,1	9,5	24,0	,7	,6	,6	11,9	5,5	23362
Igarapava	9,0	12,6	5,8	4,5	5,2	9,1	6,1	8,1	20,4	7,0	4,4	3,0	11,4	5,6	27952
Igaratá	14,2	20,0	45,5	59,3	27,3	25,4	5,2	10,0	30,6	39,2	14,8	6,9	20,5	5,5	8831
Iguape	9,8	29,7	25,0	26,7	22,5	21,3	6,0	8,0	44,9	23,9	22,7	16,7	24,9	5,6	28841
Ilha Comprida	6,1	20,4	25,5	2,9	6,9	12,9	6,7	5,1	36,8	11,3	5,6	2,1	16,6	5,9	9025
Ilha Solteira	5,2	7,4	2,6	2,0	4,6	5,3	7,6	4,3	13,6	5,5	5,7	6,4	8,0	6,0	25064
Ilhabela	9,3	13,6	25,2	37,0	5,1	15,0	6,0	5,3	22,4	19,1	63,6	,7	18,5	5,9	28196
Indaiatuba	6,3	7,7	7,1	5,4	2,3	6,4	6,7	3,4	10,6	5,8	2,6	,7	5,8	6,0	201619
Indiana	10,8	19,9	14,6	99,0	16,7	24,2	6,0	6,6	20,7	10,5	28,1	8,4	14,4	5,8	4825
Indiaporã	14,0	24,8	17,9	30,3	18,3	20,3	5,7	11,4	24,4	14,8	12,0	7,3	16,0	5,3	3903
Inúbia Paulista	15,0	20,2	17,7	13,6	18,1	17,2	5,6	9,7	19,3	12,1	4,6	8,1	12,6	5,5	3630
Ipaussu	9,4	14,0	7,6	10,2	7,0	10,7	5,4	7,0	27,7	4,9	1,8	2,1	13,0	5,7	13663
Iperó	8,2	18,2	20,7	23,5	15,1	15,2	5,7	5,0	30,1	23,8	20,6	3,4	17,3	5,9	28300
Ipeúna	9,7	8,7	20,4	19,9	18,7	12,4	5,6	5,8	18,7	11,6	15,1	7,7	12,1	5,8	6016
Ipiguá	10,8	16,1	42,8	43,2	26,0	20,8	5,3	6,9	19,2	34,2	22,0	12,0	16,1	5,7	4463
Iporanga	19,1	45,7	48,1	52,0	45,1	37,2	5,2	12,5	58,2	41,7	28,0	27,3	34,5	5,2	4299
Ipuã	12,4	14,6	6,4	6,1	6,2	11,3	5,4	9,1	24,3	4,6	4,1	3,5	12,9	5,5	14148
Iracemópolis	6,3	5,5	5,1	2,1	2,7	5,1	6,2	3,4	12,2	2,1	2,0	,5	5,9	6,0	20029
Irapuã	13,1	19,3	19,2	19,7	18,8	17,1	5,0	10,1	20,6	11,3	9,7	10,9	13,9	5,5	7275
Irapuru	14,9	24,6	22,1	35,8	27,8	22,4	5,6	8,5	28,2	13,0	17,9	13,3	17,3	5,6	7789

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Itaberá	11,0	41,9	35,1	40,8	34,4	29,6	4,9	8,7	46,5	30,7	27,3	20,2	27,2	5,6	17858
Itaí	12,5	27,8	22,5	17,7	19,3	20,1	5,0	8,3	32,8	18,3	15,1	10,3	18,8	5,6	24008
Itajobi	10,5	14,9	23,6	24,4	23,9	16,1	5,5	7,6	13,6	16,5	10,3	14,3	11,5	5,7	14556
Itaju	7,8	9,1	36,1	36,9	34,6	16,7	5,5	7,6	23,3	27,1	,6	20,8	15,6	5,7	3246
Itanhaém	8,2	19,9	15,4	19,3	7,0	14,1	6,2	5,9	33,2	8,3	18,2	3,2	16,7	5,8	87057
Itaóca	20,3	58,5	42,4	72,1	44,9	43,6	4,7	15,7	57,6	23,4	62,6	11,7	35,8	5,0	3228
Itapeçerica da Serra	8,9	18,6	15,0	55,2	4,0	17,4	5,9	5,6	30,5	10,3	47,2	1,1	18,8	5,8	152614
Itapetininga	6,9	15,9	10,3	12,7	9,5	11,2	6,6	4,5	27,0	7,1	7,0	3,6	12,8	5,9	144377
Itapeva	9,5	28,6	16,4	18,2	18,2	18,6	5,8	6,2	38,9	11,8	14,5	8,9	19,4	5,8	87753
Itapeví	8,8	24,0	9,3	35,3	4,5	16,6	5,8	5,4	32,5	5,0	16,4	,8	15,6	5,9	200769
Itapira	9,8	8,9	9,4	6,6	5,8	8,7	6,1	5,8	15,6	7,6	2,8	1,5	8,7	5,8	68537
Itapirapuã Paulista	21,5	55,4	47,8	66,0	50,0	43,4	4,1	13,0	65,7	37,7	47,3	19,1	38,2	5,2	3880
Itápolis	9,7	14,4	15,2	14,4	14,6	12,9	5,6	7,0	17,6	9,1	8,0	8,0	11,1	5,7	40051
Itaporanga	15,0	37,5	22,4	32,4	25,9	26,5	4,9	10,7	44,7	18,7	18,8	15,8	24,8	5,4	14549
Itapuí	11,0	9,9	8,4	8,3	7,8	9,8	5,5	6,0	18,0	10,5	1,5	3,5	10,0	5,8	12173
Itapura	17,0	36,1	8,1	69,6	8,8	27,5	5,3	11,4	33,2	17,2	66,1	15,3	25,7	5,3	4357
Itaquaquecetuba	9,2	24,0	5,7	24,5	4,1	15,2	5,7	5,7	37,9	3,3	19,1	1,2	17,7	5,8	321770
Itararé	9,2	32,1	7,9	20,7	9,0	18,3	5,4	6,5	41,1	,9	13,1	5,1	18,6	5,8	47934
Itariri	10,9	26,3	32,0	36,8	26,7	22,6	5,4	9,3	51,3	22,1	42,0	10,8	28,9	5,5	15471
Itatiba	6,6	6,2	14,7	13,6	3,2	7,7	6,5	3,9	11,6	11,8	5,9	,5	7,3	6,0	101471
Itatinga	11,4	18,1	12,3	10,7	11,8	13,8	5,2	8,1	28,6	10,6	8,6	5,7	15,4	5,6	18052
Itirapina	8,3	13,8	12,6	10,6	9,1	11,0	6,0	8,4	21,4	13,7	13,8	4,7	13,7	5,6	15524
Itirapuã	12,1	17,3	20,2	20,9	19,6	16,4	5,1	8,5	38,4	16,7	10,5	13,3	20,5	5,6	5914
Itobi	10,6	19,3	19,1	19,5	17,5	16,1	5,2	8,2	25,5	11,4	7,7	7,4	14,5	5,6	7546
Itu	7,5	10,5	10,7	5,8	7,4	8,7	6,5	4,4	15,8	6,9	2,7	2,5	8,3	5,9	154147

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Itupeva	8,7	9,0	35,8	21,3	13,6	13,4	6,1	4,7	15,4	18,2	9,8	2,3	10,2	5,9	44859
Ituverava	9,1	13,6	3,5	2,5	3,2	8,9	6,4	6,6	20,4	2,9	2,0	2,5	10,2	5,8	38695
Jaborandi	10,4	25,3	14,9	9,2	8,9	15,8	5,1	7,8	27,5	12,2	,3	6,2	14,2	5,7	6592
Jaboticabal	7,4	8,5	5,3	2,6	4,4	6,8	6,7	4,9	17,0	3,2	1,5	1,8	8,3	5,9	71662
Jacareí	6,0	12,3	8,5	8,8	3,9	8,6	7,0	3,8	21,9	3,9	4,7	1,1	10,0	6,0	211214
Jaci	12,6	14,2	30,5	21,9	30,7	17,7	5,1	9,1	16,5	11,9	11,7	9,5	12,3	5,5	5657
Jacupiranga	12,7	26,0	37,7	28,2	36,1	23,7	5,8	9,4	41,2	31,4	18,4	19,0	24,6	5,5	17208
Jaguariúna	7,5	8,0	10,6	7,4	6,2	7,9	6,6	4,3	13,1	6,2	4,7	,7	7,3	6,0	44311
Jales	9,1	10,6	9,2	8,7	8,4	9,5	6,6	5,7	16,4	6,5	5,8	5,3	9,5	5,8	47012
Jambeiro	12,7	18,5	49,8	48,8	19,4	23,0	5,5	7,1	23,4	37,4	35,3	4,9	18,8	5,7	5349
Jandira	6,6	14,9	3,7	15,3	,5	9,6	6,3	4,4	21,6	,6	9,4	,1	10,2	5,9	108344
Jardinópolis	7,6	10,0	6,9	4,5	7,5	8,0	6,0	5,4	24,2	5,4	1,7	3,0	11,4	5,9	37661
Jarinu	11,8	16,7	78,8	59,9	25,9	26,9	5,4	7,1	23,5	55,4	46,2	3,6	21,7	5,7	23847
Jaú	7,4	5,7	4,2	2,5	3,4	5,6	6,6	4,7	12,2	2,3	1,5	1,3	6,4	5,9	131040
Jeriquara	14,2	15,7	20,4	3,8	17,0	14,5	4,5	9,9	32,2	13,9	,7	7,9	17,0	5,5	3160
Joanópolis	13,4	13,5	34,3	27,2	14,3	17,2	4,9	7,8	23,6	30,4	18,3	,8	16,2	5,7	11768
João Ramalho	15,1	20,9	20,0	21,1	17,1	18,5	5,3	11,3	25,1	14,9	14,8	10,9	16,8	5,4	4150
José Bonifácio	9,8	11,7	13,6	13,8	12,0	11,5	6,0	5,9	14,3	9,7	10,1	7,0	9,8	5,8	32763
Júlio Mesquita	16,1	25,4	7,4	14,3	8,5	17,6	5,2	11,9	36,9	4,9	7,6	5,2	18,8	5,3	4430
Jumirim	8,1	8,9	30,0	48,0	13,7	15,4	5,8	6,6	16,3	23,8	33,9	3,9	14,4	5,8	2798
Jundiaí	5,0	6,5	8,3	5,7	,8	5,6	7,2	3,1	10,7	5,4	3,1	,2	5,7	6,1	370126
Junqueirópolis	13,6	22,4	19,5	27,6	22,5	19,6	5,7	8,0	19,9	10,6	7,6	10,5	12,6	5,6	18726
Juquiá	14,9	30,8	36,0	39,0	32,3	26,8	5,6	11,1	47,9	34,5	37,5	18,4	29,9	5,4	19246
Juquitiba	13,7	25,8	52,9	64,3	30,1	28,8	5,1	10,8	43,9	41,4	52,9	13,3	30,3	5,4	28737
Lagoinha	14,4	33,0	42,5	47,3	40,0	29,6	4,9	10,5	38,6	36,9	32,6	12,2	25,6	5,4	4841

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Laranjal Paulista	7,2	9,7	12,8	19,0	9,6	10,1	6,0	4,8	15,7	11,6	7,2	3,4	9,4	5,9	25251
Lavínia	12,1	17,6	17,0	30,6	21,4	17,3	5,8	14,7	25,0	13,3	13,5	13,3	17,9	5,1	8779
Lavrinhas	10,2	26,1	10,1	21,9	12,1	17,2	5,4	6,3	44,9	7,1	19,7	5,1	21,2	5,8	6590
Leme	9,9	11,9	4,1	2,7	3,2	8,6	5,7	7,2	23,1	2,3	1,5	1,4	11,1	5,7	91756
Lençóis Paulista	8,1	8,8	5,2	3,0	3,4	7,1	6,2	5,1	17,4	2,6	1,7	1,4	8,5	5,9	61428
Limeira	6,3	10,2	4,2	2,9	2,9	6,8	6,7	4,0	16,7	4,0	2,9	1,0	8,1	6,0	276022
Lindóia	8,9	5,3	20,3	33,1	11,1	11,6	6,1	5,9	18,2	12,1	15,5	1,8	11,5	5,8	6712
Lins	7,5	9,9	4,6	4,5	3,4	7,4	7,2	5,0	16,0	2,1	1,4	1,2	7,8	5,9	71432
Lorena	5,9	15,6	5,4	5,3	3,4	8,9	7,2	3,7	28,2	3,8	2,6	1,9	12,0	6,0	82537
Lourdes	15,6	22,2	24,6	24,8	21,5	20,4	5,2	11,1	19,3	18,7	18,5	6,7	15,1	5,4	2128
Louveira	8,2	8,3	21,7	22,9	3,9	10,8	5,7	4,3	11,7	12,1	5,3	,9	7,5	6,0	37125
Lucélia	11,4	20,5	13,6	9,9	12,5	14,8	5,9	6,0	22,7	6,6	4,8	4,6	11,7	5,8	19882
Lucianópolis	13,5	17,3	22,2	4,8	20,4	15,5	5,1	7,7	20,4	23,2	16,2	9,6	14,8	5,7	2249
Luís Antônio	8,6	12,8	8,6	8,4	6,0	9,8	6,0	6,1	25,7	3,4	1,8	2,4	11,9	5,8	11286
Luiziânia	17,2	22,7	13,5	14,6	12,5	18,0	4,9	12,2	23,2	8,3	7,5	7,6	14,7	5,3	5030
Lupércio	16,6	21,8	20,5	5,4	20,1	18,0	5,0	11,0	30,9	9,0	2,6	6,4	16,5	5,4	4353
Lutécia	13,2	21,4	25,2	26,2	26,3	19,9	5,9	9,2	34,7	19,8	14,5	18,6	20,6	5,5	2714
Macatuba	11,0	13,8	5,6	4,0	5,2	10,2	5,6	8,4	17,5	3,8	2,3	1,8	9,9	5,6	16259
Macaubal	11,3	15,0	15,7	18,5	15,8	14,2	5,8	7,9	19,6	11,1	8,8	10,1	12,6	5,6	7663
Macedônia	14,2	20,0	31,4	19,6	30,3	20,1	5,3	10,1	22,0	24,1	24,8	19,2	18,1	5,5	3664
Magda	15,4	19,2	20,6	2,0	18,7	16,2	5,9	10,1	20,5	15,4	14,1	11,8	14,9	5,5	3200
Mairinque	7,2	15,0	16,1	32,2	8,8	13,6	6,2	5,4	23,4	18,6	18,6	4,9	14,4	5,9	43223
Mairiporã	9,3	15,7	44,9	48,2	11,5	19,6	6,3	5,0	26,6	29,3	31,4	4,4	17,8	5,9	80956
Manduri	9,1	12,8	14,9	15,3	15,0	12,2	5,6	5,8	23,9	11,3	6,7	8,0	13,0	5,8	8992
Marabá Paulista	16,5	40,2	45,2	85,7	47,4	37,9	4,8	10,4	36,5	33,4	42,8	39,3	27,9	5,4	4812

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Maracáí	10,6	14,8	13,0	14,4	12,5	12,9	6,1	8,2	20,7	12,5	14,1	7,0	13,5	5,6	13332
Marapoama	12,2	16,6	32,2	15,1	32,2	17,9	4,6	6,9	10,6	15,4	14,3	11,0	10,2	5,7	2633
Mariápolis	16,2	21,8	24,6	13,5	32,0	20,2	5,3	8,5	23,7	17,1	20,4	13,7	16,4	5,6	3916
Marília	6,7	10,0	4,0	4,4	4,2	7,1	7,1	4,1	18,5	2,7	2,9	1,7	8,6	6,0	216745
Marinópolis	17,9	17,0	23,9	29,0	24,7	20,0	5,1	10,3	29,0	19,3	14,3	18,1	18,9	5,4	2113
Martinópolis	12,6	22,9	18,5	29,0	18,9	19,1	5,8	7,5	28,5	10,5	10,1	9,1	15,6	5,7	24219
Matão	8,5	12,8	4,2	1,9	3,8	8,4	6,2	5,7	17,5	2,4	1,4	,9	8,6	5,8	76786
Mauá	6,6	15,7	1,8	16,1	,4	9,7	6,4	3,9	23,0	,7	8,7	,2	10,4	6,0	417064
Mendonça	12,8	18,6	26,6	22,9	26,1	18,5	5,3	7,0	14,9	17,6	16,4	7,1	11,9	5,7	4640
Meridiano	13,3	17,3	24,1	30,6	25,6	18,8	5,4	9,0	16,3	22,1	13,2	18,2	14,2	5,5	3855
Mesópolis	18,8	31,3	39,2	44,7	38,2	29,8	5,0	13,6	25,0	22,5	19,6	17,9	19,6	5,1	1886
Miguelópolis	13,8	21,6	14,1	5,7	8,9	15,3	5,8	9,8	28,0	15,8	5,9	4,5	15,9	5,5	20451
Mineiros do Tietê	12,7	8,1	4,3	1,5	5,3	8,4	5,2	7,4	19,7	4,1	4,2	4,0	10,7	5,7	12038
Mira Estrela	13,1	25,3	25,3	26,4	19,6	20,6	5,2	10,4	26,1	21,8	20,8	10,2	18,2	5,4	2820
Miracatu	14,0	32,1	45,2	54,7	44,5	30,6	5,1	10,3	52,1	42,6	39,5	24,9	32,7	5,4	20592
Mirandópolis	11,1	15,2	13,5	22,0	14,0	14,2	6,2	7,2	20,0	12,7	14,1	9,3	13,2	5,7	27483
Mirante do Paranapanema	16,7	35,8	33,1	98,2	45,3	36,2	5,5	12,5	39,6	31,1	53,6	37,9	30,5	5,2	17059
Mirassol	7,7	8,8	6,1	4,9	4,2	7,3	6,6	4,5	14,8	5,2	2,2	1,9	7,7	5,9	53792
Mirassolândia	13,7	28,7	15,5	36,0	16,0	21,7	5,4	8,9	23,4	14,2	,2	10,0	13,7	5,6	4295
Mococa	8,6	13,1	12,6	10,1	11,0	11,0	6,2	5,8	22,7	9,0	6,6	5,2	12,1	5,8	66290
Mogi Guaçu	6,5	9,6	13,0	13,9	5,8	9,0	6,4	4,0	24,7	10,3	13,1	1,7	12,6	6,0	387779
Moji das Cruzes	7,1	7,4	7,8	7,0	6,2	10,1	7,1	4,3	16,8	3,6	3,7	1,5	8,6	6,0	137245
Moji-Mirim	6,7	14,9	9,3	7,8	8,2	7,2	6,9	4,4	16,0	5,9	4,7	3,3	8,3	5,9	86505
Mombuca	15,2	24,4	28,0	32,9	26,8	22,7	4,6	9,3	29,1	16,5	17,7	6,6	17,6	5,5	3266
Monções	15,9	20,7	15,4	17,1	15,5	17,6	5,2	8,7	14,9	14,2	15,9	12,2	12,5	5,6	2132

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Mongaguá	7,4	20,7	6,5	20,9	5,5	13,2	6,2	4,9	33,1	3,0	13,3	1,0	15,1	5,9	46293
Monte Alegre do Sul	9,1	7,7	41,1	30,8	26,8	15,8	5,9	5,8	16,3	33,7	37,6	3,0	15,5	5,8	7152
Monte Alto	8,3	8,2	7,4	5,3	6,9	7,7	6,3	5,2	13,3	5,7	4,5	4,1	7,9	5,9	46642
Monte Aprazível	9,9	10,9	14,4	19,3	13,6	12,0	6,5	5,7	13,2	9,5	10,7	7,7	9,4	5,8	21746
Monte Azul Paulista	10,3	14,2	11,5	3,5	11,1	11,2	5,7	8,1	18,5	8,1	7,1	6,8	11,5	5,6	18931
Monte Castelo	16,3	22,2	27,0	32,2	29,5	22,3	5,3	11,9	22,4	19,4	20,0	18,6	17,8	5,3	4063
Monte Mor	10,4	18,0	11,0	39,1	6,3	15,8	5,6	7,1	26,0	9,4	31,5	2,1	16,1	5,7	48949
Monteiro Lobato	14,5	27,3	47,3	39,9	17,8	25,4	5,4	10,5	35,1	51,9	50,0	3,3	27,0	5,4	4120
Morro Agudo	13,6	15,2	7,6	7,7	9,1	12,5	5,4	8,4	25,7	5,1	4,6	4,9	13,4	5,6	29116
Morungaba	9,2	8,9	24,7	11,0	12,3	11,2	5,6	5,6	15,1	19,4	11,0	3,2	10,7	5,8	11769
Motuca	12,8	17,2	30,6	5,0	31,5	17,1	5,5	7,5	26,0	27,9	27,2	10,2	18,4	5,7	4290
Murutinga do Sul	11,6	17,0	28,1	34,5	30,1	19,3	5,7	8,5	25,1	29,8	24,9	30,1	20,2	5,6	4186
Nantes	18,9	25,7	25,7	28,3	26,1	23,6	5,4	13,4	30,1	10,9	4,6	7,1	17,5	5,2	2707
Narandiba	15,6	37,1	35,7	41,7	30,4	29,3	5,0	11,1	32,1	25,6	27,8	21,0	22,6	5,4	4288
Natividade da Serra	20,7	30,8	49,9	48,9	44,2	32,4	3,9	16,6	45,1	54,5	31,4	24,2	32,8	4,9	6678
Nazaré Paulista	16,2	26,7	67,0	54,1	41,2	31,4	4,5	11,2	32,6	54,5	37,0	15,5	26,3	5,4	16414
Neves Paulista	11,1	10,3	12,5	17,0	13,1	11,8	6,1	7,1	12,5	8,9	9,0	5,8	9,3	5,7	8772
Nhandeara	11,4	15,2	22,5	22,3	21,2	15,9	6,4	7,3	16,3	17,8	14,1	11,0	12,6	5,7	10725
Nipoã	14,8	17,0	17,9	17,7	15,1	16,2	4,9	8,4	17,4	12,8	7,3	6,6	11,7	5,6	4274
Nova Aliança	9,4	12,7	23,9	25,3	20,3	14,7	5,8	5,7	16,3	15,8	8,5	6,0	10,8	5,8	5891
Nova Campina	13,4	46,7	49,5	53,7	20,8	33,7	4,5	9,6	61,1	45,4	44,6	11,5	35,2	5,5	8515
Nova Canaã Paulista	19,3	28,4	55,7	99,6	59,1	38,3	4,7	11,4	26,8	43,6	57,0	34,4	27,0	5,3	2114
Nova Castilho	13,0	32,4	52,7	50,8	52,0	31,4	5,3	8,7	22,1	31,1	30,0	26,1	19,5	5,6	1125
Nova Europa	10,2	10,0	6,9	10,7	10,2	9,8	5,7	7,2	18,5	5,0	4,2	3,5	10,3	5,7	9300
Nova Granada	10,8	13,9	10,2	11,9	8,8	11,8	5,8	6,9	19,7	8,5	7,6	5,0	11,4	5,7	19180

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Nova Guataporanga	19,1	22,2	15,7	26,4	17,2	20,4	5,4	12,7	24,4	13,3	13,3	11,6	16,8	5,2	2177
Nova Independência	18,0	31,4	25,3	99,0	27,0	32,8	5,6	7,7	24,2	17,8	22,5	17,5	17,0	5,7	3068
Nova Luzitânia	15,5	15,9	18,2	19,1	17,7	16,5	5,8	11,8	17,2	9,7	10,5	4,5	12,7	5,3	3441
Nova Odessa	5,6	7,6	3,3	2,2	1,4	5,3	6,6	3,6	10,6	2,3	3,7	,4	5,6	6,0	51242
Novais	13,8	30,7	19,2	15,4	18,1	20,8	4,8	11,0	22,6	9,9	4,4	9,4	14,1	5,4	4592
Novo Horizonte	11,4	10,8	11,2	11,7	10,7	11,1	5,9	7,6	16,6	7,6	5,3	6,1	10,4	5,7	36593
Nuporanga	7,8	10,1	13,4	13,4	13,5	10,3	5,5	5,7	16,8	9,3	5,8	5,1	9,9	5,8	6817
Ocaçu	13,7	18,2	25,5	12,4	27,7	17,6	5,2	9,0	29,5	18,0	10,9	15,4	17,9	5,5	4163
Óleo	9,0	27,0	28,6	46,2	26,6	22,9	5,2	6,0	28,2	22,7	35,2	13,7	19,3	5,8	2673
Olímpia	8,6	14,1	9,3	8,3	7,5	10,5	6,3	5,6	16,8	10,6	3,2	5,0	9,7	5,8	50024
Onda Verde	11,4	15,8	21,6	22,1	12,6	15,2	5,4	8,3	18,9	21,1	16,3	8,4	14,2	5,6	3884
Oriente	11,0	17,7	12,9	13,3	10,9	13,8	6,0	6,4	22,6	8,3	5,4	2,9	11,9	5,8	6097
Orindiúva	10,2	9,1	11,9	11,2	10,4	10,1	5,7	6,8	14,0	8,7	7,9	7,6	9,7	5,7	5675
Orlândia	7,1	8,9	2,4	,5	2,3	6,1	6,5	5,2	16,2	2,4	1,3	1,6	8,0	5,9	39781
Osasco	5,8	11,3	1,4	14,6	1,2	7,8	7,0	3,5	21,1	,9	9,8	,7	9,8	6,0	666740
Oscar Bressane	15,9	13,0	26,2	19,9	26,2	17,3	6,1	9,8	25,3	17,4	15,4	15,1	17,1	5,5	2537
Osvaldo Cruz	9,8	12,1	11,3	8,0	11,3	10,7	6,6	6,5	18,9	6,2	4,6	5,8	10,6	5,8	30917
Ourinhos	7,6	12,4	3,4	4,7	3,4	8,2	6,6	5,0	20,8	2,6	3,1	1,0	9,7	5,9	103035
Ouro Verde	19,1	33,1	10,8	61,0	12,3	26,9	4,7	13,3	34,8	7,3	34,3	7,5	21,9	5,2	7800
Ouroeste	12,8	18,7	19,1	26,1	16,3	17,2	5,8	9,2	20,4	9,6	11,1	7,2	13,2	5,5	8405
Pacaembu	13,7	25,3	22,5	7,6	24,4	19,0	5,8	8,7	24,0	9,2	16,6	9,1	15,0	5,6	13226
Palestina	13,6	19,0	18,3	27,7	20,8	18,1	5,5	8,3	17,4	14,4	26,6	13,4	14,5	5,6	11051
Palmares Paulista	14,4	14,6	5,5	,3	3,0	11,0	4,7	11,0	18,0	4,3	2,1	1,4	11,0	5,4	10934
Palmeira d'Oeste	12,9	17,5	30,1	39,3	29,8	20,6	5,5	8,8	21,0	21,4	21,8	19,8	16,7	5,6	9584
Palmital	9,2	15,5	14,3	16,3	15,0	13,2	5,9	5,6	23,2	7,7	7,3	7,4	12,3	5,8	21186

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Panorama	11,8	19,7	7,8	19,9	12,7	15,1	5,6	8,6	26,2	4,7	7,6	3,1	13,7	5,6	14583
Paraguaçu Paulista	9,9	20,9	7,4	8,4	8,4	13,2	6,2	6,7	26,3	6,9	6,6	5,9	13,5	5,7	42278
Paraibuna	13,3	20,1	45,7	46,1	30,6	24,1	5,3	9,2	33,4	40,5	35,5	10,9	23,9	5,5	17388
Paraíso	12,7	15,3	18,2	18,3	17,7	15,2	4,9	9,1	14,5	12,1	13,3	7,9	11,6	5,5	5898
Paranapanema	12,2	22,9	26,8	17,4	21,3	18,8	5,3	8,9	30,8	19,6	19,0	10,8	18,9	5,6	17808
Paranapuã	16,5	19,4	17,4	33,4	16,7	19,4	5,2	10,8	23,9	11,2	11,4	10,1	15,4	5,4	3815
Parapuã	13,7	20,3	22,9	28,0	24,2	19,4	5,3	8,8	27,4	15,2	5,5	13,8	16,1	5,6	10844
Pardinho	11,5	11,8	41,5	41,6	30,8	19,7	5,3	7,8	22,3	27,0	14,4	10,5	15,8	5,7	5582
Pariquera-Açu	8,9	26,2	34,5	29,4	31,6	21,8	5,7	6,8	37,8	25,8	25,2	19,4	22,7	5,7	18446
Parisi	13,4	14,4	21,6	24,8	22,9	16,7	5,3	10,2	13,0	16,5	17,3	14,2	12,9	5,4	2032
Patrocínio Paulista	9,7	14,0	23,9	22,2	23,0	15,2	5,9	6,7	27,2	18,2	11,8	7,8	15,7	5,7	13000
Paulicéia	14,5	20,6	21,7	97,3	29,1	27,4	5,1	9,6	26,9	4,8	55,0	10,2	19,9	5,5	6339
Paulínia	6,1	8,0	3,5	5,5	2,1	6,1	6,7	3,5	12,6	2,6	5,8	,7	6,6	6,0	82146
Paulistânia	14,9	8,8	36,5	46,6	33,2	20,0	5,0	10,2	29,9	34,8	36,6	22,2	23,5	5,4	1779
Paulo de Faria	12,4	23,8	13,0	13,5	13,0	16,6	5,7	10,2	26,9	10,5	9,2	9,1	15,9	5,4	8589
Pederneiras	10,1	14,8	7,5	2,8	6,3	10,4	6,0	6,6	22,2	7,7	6,8	5,3	12,1	5,8	41497
Pedra Bela	16,5	20,2	78,5	79,1	42,5	33,2	4,3	11,6	31,1	77,3	53,9	3,9	29,1	5,3	5780
Pedranópolis	13,9	24,1	32,4	40,3	32,6	23,9	5,1	9,7	20,6	30,9	37,1	23,9	19,9	5,5	2558
Pedregulho	11,0	20,3	20,9	17,9	18,5	16,7	5,6	7,4	25,8	18,8	17,5	7,5	16,1	5,7	15700
Pedreira	7,0	5,3	4,3	5,6	2,5	5,6	6,0	4,7	11,8	3,1	2,3	,6	6,4	5,9	41558
Pedrinhas Paulista	9,1	13,9	25,0	15,5	18,2	13,9	6,6	7,1	23,6	17,0	16,6	12,1	15,4	5,7	2940
Pedro de Toledo	14,9	29,4	36,3	25,9	28,3	24,6	5,3	10,3	46,6	32,4	18,2	16,9	26,7	5,4	10204
Penápolis	7,5	9,7	7,8	7,8	7,3	8,3	6,4	5,5	18,8	4,8	3,1	3,4	9,6	5,9	58510
Pereira Barreto	11,6	21,9	7,7	7,8	8,2	14,1	6,0	8,4	24,2	5,9	5,0	6,7	13,1	5,6	24962
Pereiras	11,4	12,3	26,5	15,5	15,2	14,1	5,7	6,6	24,2	21,3	23,1	5,6	15,9	5,8	7454

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Peruíbe	8,6	20,4	12,8	21,9	4,8	14,2	6,4	6,1	34,4	9,3	17,6	1,5	17,1	5,8	59773
Piacaçu	17,3	15,9	16,0	7,4	16,3	15,5	5,6	11,0	23,3	9,0	8,1	6,1	14,3	5,4	5287
Piedade	11,9	21,3	49,0	60,2	35,8	26,3	5,2	8,6	32,8	46,7	53,3	13,6	26,2	5,6	52143
Pilar do Sul	12,3	22,4	27,3	33,8	17,7	20,1	5,4	7,3	36,5	20,6	18,1	3,3	19,7	5,7	26406
Pindamonhangaba	5,6	17,3	6,2	10,7	5,2	10,3	7,0	3,9	25,7	4,0	4,1	1,4	11,3	6,0	146995
Pindorama	11,1	10,8	8,7	7,3	7,1	10,0	5,5	8,2	14,5	7,0	5,4	4,9	9,7	5,6	15039
Pinhalzinho	12,0	14,4	52,4	48,2	13,4	21,0	5,0	7,5	24,3	47,8	32,7	3,8	19,9	5,7	13105
Piquerobi	15,5	26,8	29,5	45,1	30,8	25,4	5,3	11,4	33,4	23,3	31,8	23,3	23,5	5,3	3537
Piquete	7,0	15,2	7,3	24,0	8,1	11,8	6,8	4,8	32,2	8,8	22,8	2,2	16,5	5,9	14107
Piracaia	11,9	13,0	32,1	26,0	18,5	16,5	5,5	7,9	24,2	24,0	21,7	4,5	16,4	5,6	25116
Piracicaba	5,1	8,2	3,3	4,2	2,1	5,6	7,0	3,1	14,8	1,7	2,0	,6	6,7	6,1	364571
Piraju	9,2	12,3	14,1	14,2	13,3	11,7	6,2	5,9	22,9	9,2	9,2	5,7	12,5	5,8	28475
Pirajuí	9,8	16,3	17,6	17,2	18,0	14,4	6,2	7,6	24,2	7,8	8,6	7,6	13,5	5,7	22704
Pirangi	10,8	10,2	14,2	13,9	13,7	11,5	5,4	8,0	12,3	10,5	2,2	9,1	9,3	5,6	10623
Pirapora do Bom Jesus	10,4	21,5	17,7	24,6	10,0	16,5	5,5	5,9	37,3	7,8	26,6	2,9	19,0	5,8	15733
Pirapozinho	10,9	17,8	7,3	15,0	7,2	13,0	6,3	7,5	24,6	5,1	6,2	4,4	12,8	5,7	24694
Pirassununga	6,1	7,8	7,9	6,6	7,5	7,1	7,0	4,0	15,8	5,4	4,9	4,9	8,5	6,0	70081
Piratininga	9,7	10,4	22,9	20,4	20,2	13,4	6,3	5,7	16,4	20,4	14,5	8,9	12,2	5,8	12072
Pitangueiras	12,1	17,3	5,6	2,1	4,0	11,5	5,5	8,0	24,8	3,9	2,3	2,6	12,4	5,6	35307
Planalto	15,1	26,6	23,5	26,5	23,6	22,0	5,0	10,0	24,2	15,9	,4	12,4	14,8	5,5	4463
Platina	14,7	22,1	30,3	36,0	28,2	22,4	4,9	10,0	32,3	22,1	19,9	11,8	20,3	5,5	3192
Poá	5,7	16,1	1,2	7,1	,6	8,6	6,9	3,3	25,0	1,1	3,9	,4	10,5	6,0	106013
Poloni	12,4	14,2	11,2	10,9	11,1	12,6	5,9	9,4	14,3	11,7	10,2	10,0	11,5	5,5	5395
Pompéia	8,5	9,4	7,0	6,2	7,6	8,3	6,8	5,1	19,9	5,6	4,8	5,0	10,3	5,9	19964
Pongai	11,0	14,5	22,5	23,5	21,6	15,7	5,7	8,8	22,9	15,9	4,9	7,3	13,9	5,6	3481

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Pontal	12,3	14,1	1,5	3,2	2,4	10,0	4,9	9,6	22,7	1,8	,5	1,0	11,7	5,5	40244
Pontalinda	18,0	28,4	23,3	31,3	23,4	24,1	5,0	13,4	25,9	16,1	16,2	13,8	18,4	5,2	4074
Pontes Gestal	14,3	31,7	22,7	22,5	22,6	22,9	5,1	10,6	18,9	14,0	,1	12,8	13,0	5,4	2518
Populina	19,2	20,6	20,1	27,6	19,0	20,6	4,9	13,1	23,7	15,5	10,9	12,9	16,8	5,2	4223
Porangaba	10,7	13,3	26,0	39,3	18,3	16,9	5,4	7,1	33,6	27,3	35,1	11,1	21,8	5,7	8326
Porto Feliz	7,4	10,9	21,7	12,1	13,4	11,2	5,8	5,2	20,2	16,7	7,6	3,9	11,8	5,9	48893
Porto Ferreira	7,7	9,0	4,7	7,6	3,6	7,5	6,5	5,3	20,0	2,4	1,0	1,6	9,3	5,9	51400
Potim	8,3	22,0	16,4	17,6	2,7	14,4	5,8	4,6	37,1	4,2	2,2	1,0	15,4	5,9	19397
Potirendaba	10,4	10,4	14,6	7,0	14,0	10,8	5,8	6,9	15,0	10,3	10,3	3,6	10,2	5,7	15449
Pracinha	20,3	30,1	16,4	15,8	18,1	22,6	4,3	6,3	36,0	9,6	12,8	4,1	17,5	5,8	2858
Pradópolis	11,5	11,4	7,5	8,2	5,3	10,1	5,8	8,8	17,8	7,0	4,8	6,0	11,1	5,6	17377
Praia Grande	6,5	14,0	1,8	17,3	,9	9,3	6,6	4,2	24,5	1,2	6,2	,3	10,8	6,0	262051
Pratânia	12,8	16,4	27,3	21,8	21,8	17,3	5,1	7,4	24,2	18,7	17,0	9,4	15,7	5,7	4599
Presidente Alves	11,7	13,5	25,0	21,3	23,1	15,8	5,6	9,9	29,9	15,1	10,4	11,9	17,7	5,5	4123
Presidente Bernardes	11,1	21,6	32,6	36,4	33,2	21,7	6,1	7,6	23,7	22,2	24,1	18,7	17,5	5,7	13570
Presidente Epitácio	10,0	17,6	6,6	20,6	9,6	13,4	6,2	6,8	29,4	9,0	15,2	6,3	15,8	5,7	41318
Presidente Prudente	6,2	10,5	3,6	4,3	2,9	6,9	7,5	3,9	16,5	2,2	1,9	1,3	7,7	6,0	207610
Presidente Venceslau	9,7	15,4	7,8	8,5	8,4	11,2	6,5	6,6	21,4	5,1	4,1	4,6	11,2	5,8	37910
Promissão	8,9	15,5	17,2	11,9	17,7	13,2	6,0	5,6	22,8	14,6	10,9	13,2	13,8	5,8	35674
Quadra	9,2	26,1	72,3	49,5	50,6	29,7	4,5	9,3	29,8	65,1	70,6	5,0	28,4	5,5	3236
Quatá	10,6	16,0	8,7	6,3	9,0	11,7	5,7	8,0	22,9	6,6	5,7	5,1	12,6	5,6	12799
Queiroz	19,1	33,0	22,9	28,5	22,4	25,6	4,8	13,2	30,3	11,8	12,3	6,4	18,3	5,2	2808
Queluz	9,2	30,6	14,6	29,9	13,8	19,8	5,6	6,5	38,0	17,4	26,8	9,2	21,0	5,8	11309
Quintana	14,6	21,5	9,0	24,0	10,9	17,1	5,6	9,5	28,3	6,4	8,1	6,0	15,3	5,5	6004
Rafard	7,7	6,9	12,8	13,9	8,2	8,7	5,9	4,7	17,6	5,6	7,8	1,7	9,4	5,9	8612

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Rancharia	10,3	18,6	14,9	18,7	15,5	15,0	6,4	7,2	26,0	9,1	7,3	7,6	14,0	5,7	28804
Redenção da Serra	14,9	25,8	65,2	52,7	62,4	32,2	4,6	10,4	45,6	51,3	55,8	24,1	33,0	5,4	3873
Regente Feijó	11,0	16,0	12,3	4,9	10,3	12,2	6,2	7,3	19,7	8,2	8,2	5,0	11,6	5,7	18494
Reginópolis	12,1	16,5	22,6	26,4	22,9	17,2	5,5	6,0	22,1	14,7	18,3	13,7	14,5	5,8	7323
Registro	8,6	26,9	20,5	22,2	20,5	18,8	6,2	5,6	35,2	13,8	11,8	8,1	17,7	5,8	54261
Restinga	13,6	20,9	25,9	23,0	25,2	19,5	5,5	9,0	31,2	13,5	12,6	9,8	17,7	5,6	6587
Ribeira	19,5	42,5	52,4	64,9	53,2	38,8	4,9	12,5	53,9	43,5	64,2	13,3	35,7	5,2	3358
Ribeirão Bonito	12,3	15,1	12,2	5,4	11,8	12,5	5,7	9,5	24,6	8,7	8,0	5,6	14,2	5,5	12135
Ribeirão Branco	17,0	50,5	47,8	72,5	57,3	41,4	4,0	12,2	62,2	32,8	47,4	26,3	36,8	5,3	18269
Ribeirão Corrente	13,3	19,5	25,4	24,5	23,6	18,8	4,7	9,5	28,6	22,5	22,4	10,2	19,0	5,5	4273
Ribeirão do Sul	12,5	20,5	35,2	30,8	29,9	21,2	5,2	7,3	27,2	30,5	31,7	13,2	19,8	5,7	4446
Ribeirão dos Índios	15,7	27,1	19,9	32,4	21,1	22,4	5,2	13,9	29,2	15,5	15,5	13,9	19,6	5,1	2187
Ribeirão Grande	16,7	44,9	39,2	59,7	41,0	35,6	4,3	13,1	43,1	29,8	53,2	12,3	29,5	5,2	7422
Ribeirão Pires	5,5	12,5	8,3	11,8	1,5	8,5	7,1	3,5	17,8	4,8	13,4	,5	9,4	6,0	113068
Ribeirão Preto	4,4	7,3	2,4	2,2	,9	4,7	7,7	2,9	12,9	1,3	1,4	,3	5,8	6,1	604682
Rifaina	9,6	16,7	14,0	14,7	9,5	13,1	5,9	6,8	25,1	14,5	1,7	3,3	13,2	5,7	3436
Rincão	11,1	17,1	14,7	15,8	16,1	14,5	5,8	7,8	27,8	17,5	1,1	5,1	14,9	5,7	10414
Rinópolis	14,5	21,4	21,8	46,4	23,1	21,8	5,5	10,2	25,6	11,6	11,2	12,1	16,0	5,4	9935
Rio Claro	5,1	6,6	2,5	1,5	2,2	4,7	7,1	3,5	14,1	1,6	1,3	1,1	6,5	6,0	186253
Rio das Pedras	8,5	10,4	7,5	3,9	4,7	8,2	6,0	6,1	16,8	5,6	,9	1,8	8,9	5,8	29501
Rio Grande da Serra	8,4	21,8	9,5	24,3	6,2	14,7	6,0	5,4	29,1	4,8	21,8	1,3	15,0	5,9	43974
Riolândia	16,6	24,9	20,4	11,3	22,9	19,9	5,1	11,6	30,8	10,5	9,8	9,5	17,8	5,3	10575
Riversul	17,0	46,4	26,7	40,6	31,5	32,1	4,7	13,3	50,9	23,1	27,8	17,3	29,4	5,2	6163
Rosana	8,2	22,1	18,3	16,5	15,1	15,6	6,5	7,4	32,6	19,1	16,8	15,3	19,1	5,7	19691
Roseira	8,4	19,5	10,3	7,4	7,2	12,3	6,3	5,3	29,1	7,4	8,3	3,2	14,0	5,9	9599

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Rubiácea	14,4	24,5	21,2	50,7	22,3	23,2	5,1	10,9	18,9	15,7	22,3	6,0	14,9	5,4	2729
Rubineia	11,9	11,3	29,4	40,2	21,8	17,4	6,0	7,1	22,7	21,6	28,0	8,8	16,4	5,7	2862
Sabino	11,9	12,7	17,3	50,0	16,7	17,2	5,6	8,5	21,7	10,5	12,6	9,1	13,8	5,6	5217
Sagres	18,7	31,1	32,6	39,6	32,1	27,9	5,0	13,5	28,4	20,0	1,4	17,2	18,5	5,2	2395
Sales	13,3	17,9	21,9	22,1	20,4	17,4	5,5	10,5	21,6	14,0	5,7	8,7	14,1	5,4	5451
Sales Oliveira	7,6	9,1	15,2	8,1	15,4	9,7	5,9	5,1	15,4	8,2	6,0	6,4	9,2	5,9	10568
Salesópolis	13,9	19,1	41,9	49,0	22,0	23,1	5,4	9,2	32,7	37,1	16,9	3,4	20,6	5,5	15635
Salmourão	18,5	18,6	19,9	15,3	20,7	18,5	5,0	13,9	27,8	11,2	10,8	8,8	17,7	5,1	4818
Saltinho	4,2	6,9	19,1	17,3	15,4	9,1	6,6	2,7	9,0	16,0	10,4	,8	6,9	6,1	7059
Salto	6,4	10,1	3,1	3,8	2,1	6,7	6,5	4,0	14,1	2,3	1,9	,9	6,8	6,0	105516
Salto de Pirapora	10,9	17,2	9,1	20,6	6,8	13,6	5,4	7,9	26,3	5,8	19,0	1,1	14,7	5,6	40132
Salto Grande	13,6	21,2	17,1	10,9	14,4	16,4	5,7	9,7	34,8	12,1	63,2	8,3	24,2	5,5	8787
Sandovalina	13,8	25,7	18,3	96,3	32,9	28,8	6,0	11,5	34,7	30,1	32,9	29,6	25,4	5,3	3699
Santa Adélia	10,3	8,4	10,6	11,0	9,9	9,7	5,4	7,6	15,2	6,6	5,3	4,5	9,6	5,7	14333
Santa Albertina	15,2	22,3	20,9	26,9	20,7	20,0	5,1	10,0	20,2	14,7	15,5	10,1	14,6	5,5	5723
Santa Bárbara d'Oeste	6,3	7,8	1,9	1,9	1,6	5,5	6,3	3,7	11,4	1,0	1,3	,3	5,5	6,0	180009
Santa Branca	9,7	17,8	24,1	19,3	11,6	15,2	6,1	6,9	27,8	23,7	23,9	2,9	17,4	5,7	13763
Santa Clara d'Oeste	18,5	22,7	30,7	33,3	28,5	23,7	4,8	10,7	18,2	23,4	24,2	18,1	16,8	5,4	2084
Santa Cruz da Conceição	7,7	8,2	42,4	41,9	28,0	16,9	5,7	5,4	15,6	26,9	5,1	10,2	11,6	5,9	4002
Santa Cruz da Esperança	9,9	22,4	32,8	34,2	30,5	21,1	5,4	5,9	28,5	31,8	30,4	12,2	19,7	5,8	1953
Santa Cruz das Palmeiras	10,5	11,4	6,2	2,4	4,4	9,0	5,6	8,1	22,7	3,0	1,8	2,1	11,5	5,6	29932
Santa Cruz do Rio Pardo	8,4	11,1	12,6	12,3	12,3	10,5	6,1	5,5	19,3	9,1	10,3	7,3	11,4	5,9	43921
Santa Ernestina	9,6	15,5	16,9	17,0	21,6	14,3	5,7	7,1	18,6	7,2	6,5	3,9	10,8	5,7	5568
Santa Fé do Sul	10,4	14,0	6,4	7,7	5,5	10,5	6,5	6,4	15,1	5,2	3,2	2,6	8,7	5,8	29239
Santa Gertrudes	7,9	7,9	2,4	0,1	3,1	6,1	5,5	4,7	15,0	1,6	1,0	1,2	7,3	5,9	21634

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Santa Isabel	10,8	16,6	33,7	27,2	17,2	17,5	5,7	7,5	29,6	28,0	22,0	3,9	18,6	5,7	50453
Santa Lúcia	13,4	16,6	10,2	6,0	4,8	12,6	5,3	8,0	22,1	3,9	4,0	2,4	11,6	5,6	8248
Santa Maria da Serra	11,6	12,9	11,5	14,7	10,7	12,3	5,2	8,6	31,6	9,2	0,7	4,8	15,5	5,6	5413
Santa Mercedes	18,6	32,4	18,0	47,6	23,7	26,9	5,4	11,8	29,6	11,4	28,4	9,7	19,5	5,3	2831
Santa Rita do Passa-Quatro	16,6	31,3	13,7	8,3	12,6	18,1	6,6	11,4	19,1	27,9	33,0	28,5	9,7	5,3	2543
Santa Rita d'Oeste	8,4	6,8	40,4	46,1	41,0	20,2	4,9	5,5	16,0	8,9	6,1	6,1	19,6	5,9	26478
Santa Rosa de Viterbo	7,3	14,6	4,3	3,6	3,1	8,8	6,2	4,9	23,3	3,7	0,7	1,0	10,4	5,9	23862
Santa Salete	13,5	25,9	56,1	66,2	57,9	31,8	5,3	6,4	12,0	39,6	40,7	23,6	17,0	5,8	1447
Santana da Ponte Pensa	20,1	11,9	39,2	41,4	39,5	23,2	5,1	9,0	14,5	26,9	26,4	24,2	16,0	5,5	1641
Santana de Parnaíba	7,9	17,5	22,6	28,1	3,7	14,5	6,9	4,5	21,7	9,1	27,2	0,5	13,0	5,9	108813
Santo Anastácio	10,4	23,2	9,0	12,1	9,8	14,9	6,3	7,0	26,7	7,4	6,4	6,8	13,9	5,7	20475
Santo André	4,5	8,7	3,0	4,4	0,2	5,4	7,6	2,8	14,5	2,4	3,6	0,1	6,7	6,1	676407
Santo Antônio da Alegria	9,3	16,4	27,3	27,4	26,8	17,2	5,3	5,6	31,0	24,9	16,5	7,9	17,9	5,8	6304
Santo Antônio de Posse	11,4	14,0	17,0	40,3	13,7	16,1	5,3	7,8	22,5	9,9	14,7	3,1	13,5	5,7	20650
Santo Antônio do Aracanguá	14,0	15,9	33,6	17,1	33,9	18,8	5,6	9,5	19,9	24,8	11,8	14,9	15,5	5,5	7626
Santo Antônio do Jardim	11,8	12,7	47,8	37,1	45,4	21,6	5,2	8,5	19,4	39,6	35,5	19,6	19,4	5,6	5943
Santo Antônio do Pinhal	12,2	19,4	55,8	48,0	15,9	23,4	5,3	8,0	32,5	49,1	33,2	2,1	23,0	5,6	6486
Santo Expedito	15,5	27,1	10,7	52,1	14,0	22,8	5,8	11,4	29,1	8,7	22,3	6,4	18,0	5,3	2803
Santópolis do Aguapeí	14,4	22,5	6,4	7,1	6,2	14,9	5,3	8,5	25,6	3,9	2,1	2,6	12,8	5,6	4277
Santos	3,6	5,1	0,5	5,2	0,5	3,7	8,5	2,2	9,9	0,5	3,9	0,2	4,7	6,1	419400
São Bento do Sapucaí	11,0	22,2	41,8	50,9	27,5	23,8	5,2	8,5	36,1	33,6	34,6	7,9	23,5	5,6	10468
São Bernardo do Campo	5,0	10,4	3,1	9,2	0,6	6,7	7,6	3,0	16,9	1,9	7,4	0,2	8,0	6,1	765463
São Caetano do Sul	3,0	2,7	0,0	0,2	0,0	2,0	8,6	1,6	5,6	0,0	0,0	0,0	2,5	6,2	149263
São Carlos	5,6	6,8	4,3	3,2	3,3	5,4	7,4	3,7	13,8	3,0	1,5	0,9	6,7	6,0	221950
São Francisco	16,8	29,4	24,0	26,3	25,0	23,7	5,2	11,0	28,8	17,5	9,5	17,0	18,3	5,4	2793

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
São João da Boa Vista	6,4	8,3	8,5	8,2	7,4	7,6	6,9	3,8	15,1	5,2	3,2	3,3	7,8	6,0	83639
São João das Duas Pontes	16,9	22,8	22,2	24,5	18,7	20,5	5,4	9,9	25,0	16,2	15,3	12,3	16,6	5,5	2566
São João de Itacema	15,7	25,3	31,7	34,5	31,5	24,1	5,7	11,1	21,8	19,0	19,6	3,7	15,9	5,4	1780
São João do Pau d'Alho	14,3	27,2	21,9	35,3	24,8	22,8	5,5	11,2	13,7	16,5	17,2	15,4	13,6	5,4	2103
São Joaquim da Barra	7,6	11,8	2,4	1,7	2,4	7,4	6,3	5,0	15,4	2,1	1,3	1,8	7,7	5,9	46512
São José da Bela Vista	13,6	21,4	13,8	4,3	12,3	15,3	5,1	11,4	35,9	13,3	8,8	7,5	19,5	5,3	8406
São José do Barreiro	16,1	31,0	39,2	43,5	33,7	28,2	5,1	11,0	48,6	27,6	24,2	15,2	27,7	5,4	4077
São José do Rio Pardo	7,2	11,5	16,0	10,4	14,9	10,7	6,6	4,8	21,4	10,4	8,6	6,5	11,8	5,9	51900
São José do Rio Preto	5,4	7,2	7,0	3,2	1,6	5,6	7,4	3,2	11,5	11,1	3,8	0,3	6,7	6,1	408258
São José dos Campos	4,6	11,3	5,0	5,7	1,0	6,8	7,6	3,0	16,8	2,9	5,4	0,3	7,8	6,1	629921
São Lourenço da Serra	14,0	27,6	52,0	67,2	15,0	28,4	5,4	8,2	32,0	42,4	24,6	5,4	21,6	5,6	13973
São Luís do Paraitinga	15,6	22,0	44,3	48,1	38,4	26,3	4,8	10,0	39,2	41,5	33,8	14,7	26,5	5,5	10397
São Manuel	10,7	11,7	8,2	5,2	6,6	9,8	5,8	7,1	20,7	3,9	1,9	2,7	10,6	5,7	38342
São Miguel Arcanjo	10,0	24,4	36,6	34,3	35,5	22,7	5,3	8,0	42,2	28,4	36,9	11,9	25,5	5,6	31450
São Paulo	4,9	10,1	1,5	9,3	0,8	6,5	7,6	3,2	18,9	0,9	6,4	0,2	8,5	6,1	11253503
São Pedro	8,0	10,5	14,6	11,9	9,6	10,1	6,3	5,2	19,6	12,4	13,4	2,7	11,6	5,9	31662
São Pedro do Turvo	12,4	26,8	34,5	24,1	30,6	22,6	5,0	8,3	34,2	27,1	26,7	25,4	22,8	5,6	7198
São Roque	7,1	14,0	27,4	23,1	9,3	13,5	6,3	4,5	18,9	27,4	17,6	4,2	13,3	5,9	78821
São Sebastião	8,8	12,4	29,1	20,2	1,8	12,8	6,2	5,9	23,3	30,0	16,8	0,3	15,1	5,8	73942
São Sebastião da Gramma	10,3	16,9	38,6	29,3	34,7	19,8	5,5	8,2	28,5	31,0	24,8	9,0	19,5	5,6	12099
São Simão	6,4	12,3	12,6	3,7	11,0	9,2	6,4	4,9	21,9	9,0	4,7	6,7	11,4	5,9	14346
São Vicente	6,3	13,8	0,6	15,7	0,5	8,8	6,8	4,2	23,4	0,8	8,1	0,3	10,6	6,0	332445
Sarapuí	11,6	22,8	27,7	50,3	25,3	22,5	5,4	8,8	35,4	18,6	35,6	10,2	22,1	5,6	9027
Sarutaiá	15,5	33,4	25,1	15,2	22,0	23,3	4,6	11,7	35,2	12,4	6,2	4,1	18,7	5,3	3622
Sebastianópolis do Sul	13,2	16,2	35,8	2,0	35,7	17,5	5,8	8,3	10,2	22,3	9,6	14,6	11,1	5,6	3031

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Serra Azul	12,9	18,3	10,9	10,9	9,7	14,1	5,3	9,1	29,9	15,7	10,3	4,1	16,7	5,5	11256
Serra Negra	8,9	7,2	31,7	20,7	13,8	12,4	6,2	6,3	16,1	21,0	25,6	3,3	13,0	5,8	26387
Serrana	9,2	14,7	1,5	1,0	1,2	8,7	5,6	6,4	21,4	1,0	1,0	,3	10,0	5,8	38878
Sertãozinho	8,4	8,8	3,9	4,1	3,6	7,2	6,3	5,4	15,9	1,6	,7	,5	7,7	5,9	110074
Sete Barras	14,4	42,0	42,5	27,1	47,7	31,3	4,9	10,5	52,4	37,5	23,1	9,7	29,2	5,4	13005
Severínia	14,7	24,0	8,1	10,3	7,8	16,2	5,0	10,8	21,9	4,4	3,4	3,4	12,6	5,4	15501
Silveiras	14,8	30,2	46,4	53,1	42,0	30,0	4,9	10,9	43,8	39,9	29,5	21,5	28,4	5,4	5792
Socorro	10,1	12,2	43,9	39,3	25,2	18,8	5,4	6,9	18,4	39,4	34,8	7,0	17,3	5,7	36686
Sorocaba	4,7	8,7	1,6	3,0	0,9	5,3	7,1	3,1	16,4	1,0	1,8	0,2	7,1	6,1	586625
Sud Mennucci	14,1	15,0	14,5	2,7	13,0	13,2	5,6	9,5	19,8	13,7	4,5	6,7	12,8	5,5	7435
Sumaré	7,9	12,3	3,3	13,6	1,6	9,0	6,1	4,9	18,5	2,5	4,5	0,5	9,0	5,9	241311
Suzanápolis	17,5	24,5	24,1	64,7	26,1	26,4	4,8	12,4	33,1	26,7	29,8	26,3	24,2	5,3	3383
Suzano	7,8	18,9	14,9	21,9	4,4	13,6	6,4	4,9	31,1	7,7	9,8	1,2	14,5	5,9	262480
Tabapuã	12,5	13,7	14,0	12,8	14,3	13,3	5,3	7,8	13,5	7,4	1,1	6,2	8,9	5,7	11363
Tabatinga	12,7	15,6	17,0	25,5	16,6	15,9	5,0	9,5	20,4	10,2	10,6	8,1	13,4	5,5	14686
Taboão da Serra	6,0	13,2	1,6	9,2	0,6	7,9	6,6	4,0	22,0	0,4	6,0	0,1	9,8	6,0	244528
Taciba	15,9	23,3	20,8	20,8	19,2	19,8	5,3	11,2	26,0	16,9	12,7	15,3	17,5	5,4	5714
Taguaí	11,7	18,0	12,6	9,2	11,6	13,7	5,1	7,4	21,5	9,3	11,1	4,6	12,7	5,7	10828
Taiaçú	13,8	15,2	12,3	12,6	12,6	13,9	4,9	10,9	24,1	8,9	8,9	8,3	14,9	5,4	5894
Taiúva	12,8	9,0	14,1	14,4	13,7	11,9	5,9	8,3	15,2	8,8	3,2	8,3	10,2	5,6	5447
Tambaú	7,9	11,9	12,1	15,0	12,4	10,9	5,8	5,3	21,6	8,9	6,9	8,4	11,8	5,9	22406
Tanabi	10,7	15,1	17,0	25,8	17,3	15,1	5,9	7,0	17,3	13,6	17,1	9,5	12,6	5,7	24055
Tapiraí	14,7	28,2	36,2	39,6	29,9	25,7	4,9	11,0	45,3	33,5	25,2	15,0	27,2	5,4	8012
Tapiratiba	10,1	10,2	26,1	24,2	14,4	13,7	5,6	6,3	23,8	13,4	12,3	6,7	13,8	5,8	12737
Taquaral	14,3	14,7	5,6	8,8	5,2	12,1	4,6	11,2	20,6	5,1	4,4	4,1	12,5	5,4	2726

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Taquaritinga	9,9	17,0	9,5	7,3	8,8	12,0	6,1	7,2	22,3	5,9	5,2	4,0	11,9	5,7	53988
Taquarituba	12,1	25,7	18,5	11,8	16,5	17,9	4,9	8,5	33,8	12,4	9,8	8,6	17,9	5,6	22291
Taquarivaí	13,1	39,2	49,2	65,4	36,9	33,7	4,2	9,6	54,0	24,4	37,9	12,6	29,9	5,5	5151
Tarabai	13,1	28,3	10,8	13,9	9,2	17,9	5,3	10,9	33,1	7,7	5,0	6,8	17,4	5,4	6607
Tarumã	12,4	16,2	10,4	10,6	7,4	12,9	5,6	8,6	22,4	5,9	6,1	3,5	12,4	5,6	12885
Tatuí	6,8	11,1	8,4	9,5	5,6	8,6	6,3	4,3	20,8	6,1	5,3	1,4	10,1	6,0	107326
Taubaté	4,8	11,1	4,7	5,4	2,4	6,8	7,4	3,1	18,5	3,3	3,4	0,6	8,3	6,1	278686
Tejupá	17,7	35,9	53,7	38,4	46,8	32,6	4,2	15,1	43,4	38,3	36,4	30,4	31,0	5,0	4809
Teodoro Sampaio	13,3	34,8	20,1	32,4	23,0	24,4	5,7	9,2	32,4	18,5	20,0	17,6	20,2	5,5	21386
Terra Roxa	10,3	16,1	13,3	8,4	7,2	12,2	5,3	7,3	18,3	14,7	4,9	2,9	11,3	5,7	8505
Tietê	4,9	6,4	11,0	9,9	9,6	7,0	6,5	3,7	14,5	8,1	8,7	3,5	8,4	6,0	36835
Timburi	14,2	17,1	33,6	31,4	33,0	20,8	4,9	10,2	34,2	26,0	21,3	9,2	21,3	5,4	2646
Torre de Pedra	12,0	27,6	28,2	53,3	16,7	23,9	5,0	4,9	30,3	21,1	33,3	1,1	18,1	5,9	2254
Torrinha	9,2	10,7	18,2	16,3	17,8	12,2	5,6	6,4	17,1	14,9	8,5	7,3	11,3	5,8	9330
Trabiju	14,8	20,0	10,4	10,6	10,2	15,3	4,8	10,4	30,0	7,8	7,8	7,8	16,5	5,4	1544
Tremembé	5,6	13,7	15,9	16,8	11,4	11,2	7,1	3,9	24,2	7,2	12,2	4,3	12,2	6,0	40984
Três Fronteiras	15,4	19,1	19,5	24,0	20,7	18,5	5,3	9,3	20,3	13,6	16,0	12,8	14,6	5,5	5427
Tuiuti	12,9	13,0	53,5	66,9	16,2	23,2	4,9	8,8	21,8	44,6	61,0	4,0	22,1	5,6	5930
Tupã	9,4	12,9	5,9	6,2	5,4	9,6	6,6	7,1	21,3	5,2	2,5	3,9	11,1	5,7	63476
Tupi Paulista	10,3	14,7	15,6	17,9	16,9	13,8	6,4	6,2	15,2	12,9	12,8	12,6	11,3	5,8	14269
Turiúba	11,1	10,3	21,4	15,5	20,6	13,2	5,7	11,4	17,5	17,4	16,6	11,2	14,7	5,3	1930
Turmalina	17,9	18,9	32,9	34,8	33,6	23,0	5,1	11,3	15,1	26,6	24,8	24,6	16,9	5,3	1978
Ubarana	14,3	20,6	11,0	3,6	8,8	14,5	5,1	9,5	25,3	6,6	10,8	5,2	14,5	5,5	5289
Ubatuba	8,8	16,8	25,6	25,6	2,5	14,6	6,2	5,8	30,9	26,7	37,1	,4	19,6	5,8	78801
Ubirajara	13,3	22,0	28,3	32,9	22,0	20,8	5,2	9,3	27,7	20,2	27,5	18,5	19,6	5,5	4427

Tabela 4D - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SÃO PAULO

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Uchoa	12,1	16,0	13,8	1,7	13,7	12,7	5,6	7,3	21,6	7,4	1,2	6,6	11,6	5,7	9471
União Paulista	14,0	22,9	31,1	31,7	30,6	22,3	4,8	12,1	17,6	20,6	20,0	18,5	16,3	5,3	1599
Urânia	13,8	18,5	21,0	22,1	20,7	17,7	5,7	9,1	22,4	15,4	10,0	13,8	14,9	5,5	8836
Uru	12,4	20,5	29,8	33,1	29,8	20,8	5,6	7,2	30,3	13,2	8,7	6,8	16,0	5,7	1251
Urupês	10,4	14,3	17,3	15,9	17,2	13,7	5,7	6,7	13,4	10,5	8,6	7,3	9,7	5,7	12714
Valentim Gentil	10,3	7,3	12,7	9,6	10,3	9,4	5,6	7,0	16,3	9,2	7,3	6,1	10,4	5,7	11036
Valinhos	5,6	5,3	14,9	10,2	2,6	6,7	7,1	3,1	7,6	9,3	4,9	0,5	5,3	6,1	106793
Valparaíso	11,8	16,3	13,3	13,6	11,4	13,7	6,1	7,3	23,8	5,7	5,8	4,6	12,5	5,7	22576
Vargem	14,8	14,4	65,7	45,8	22,3	23,9	4,8	9,8	22,9	52,6	57,3	1,2	23,1	5,5	8801
Vargem Grande do Sul	9,1	9,4	7,8	6,6	6,9	8,6	5,6	5,9	22,4	6,2	4,9	3,6	11,4	5,8	39266
Vargem Grande Paulista	7,7	14,9	18,1	18,2	1,7	11,9	6,1	4,1	20,3	12,6	15,5	0,5	11,5	6,0	42997
Várzea Paulista	6,9	13,4	12,0	10,2	1,1	9,5	5,9	5,0	19,4	7,0	6,8	0,1	10,0	5,9	107089
Vera Cruz	11,3	13,5	18,3	17,3	18,8	14,1	6,1	8,0	23,2	13,6	11,6	11,5	14,6	5,6	10769
Vinhedo	5,9	6,4	6,6	5,0	2,3	5,7	7,2	3,4	7,9	4,0	4,7	0,5	4,9	6,0	63611
Viradouro	8,7	14,1	5,9	1,5	5,4	9,2	5,7	6,7	18,0	3,8	2,0	2,4	9,5	5,8	17297
Vista Alegre do Alto	9,8	5,0	12,9	12,8	12,3	9,0	5,3	8,1	10,8	7,8	6,8	5,9	8,7	5,6	6886
Vitória Brasil	18,3	23,2	31,6	35,8	29,6	24,3	4,9	13,2	19,0	18,1	18,5	16,3	16,6	5,2	1737
Votorantim	5,5	10,7	2,7	5,4	1,9	6,7	6,4	3,5	19,3	2,7	3,6	0,5	8,7	6,0	108809
Votuporanga	8,2	9,4	4,4	3,9	3,9	7,4	6,8	5,2	13,4	3,0	2,9	2,2	7,3	5,9	84692
Zacarias	13,1	19,9	31,6	32,3	28,6	20,8	5,4	8,9	19,7	20,5	16,9	16,5	15,4	5,6	2335

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

ANEXO E - REGIÃO SUL

Tabela 1E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARANÁ

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola- Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola- ridade	
Abatia	21,0	26,8	35,9	83,5	40,9	32,9	4,7	16,8	37,7	24,4	68,7	24,6	31,0	4,9	7764
Adrianópolis	25,9	41,7	52,9	66,2	57,6	41,3	4,4	16,8	51,9	52,5	60,7	36,3	39,2	4,9	6376
Agudos do Sul	12,9	38,4	53,0	54,1	65,6	35,1	4,6	8,8	44,4	36,2	84,6	38,7	34,8	5,6	8270
Almirante Tamandaré	10,1	21,5	6,9	59,7	5,1	18,5	5,4	6,1	25,6	4,8	33,9	1,5	15,3	5,8	103204
Altamira do Paraná	23,3	52,6	62,4	98,5	66,7	49,5	4,0	17,6	52,7	42,4	97,8	47,7	43,6	4,8	4306
Alto Paraíso	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	14,7	36,8	37,3	91,8	27,7	34,1	5,1	3206
Alto Paraná	15,2	24,1	18,6	61,1	22,5	24,1	5,2	10,4	30,4	15,6	40,0	15,2	21,5	5,4	13663
Alto Piquiri	19,3	36,2	17,1	93,0	23,5	33,1	4,8	13,9	36,1	10,9	70,2	14,0	27,3	5,1	10179
Altônia	16,8	31,8	28,7	82,2	41,0	32,3	5,1	10,2	22,1	15,5	81,6	22,0	23,5	5,4	20516
Alvorada do Sul	14,6	23,1	22,8	82,6	19,6	26,0	5,5	10,2	29,8	22,6	94,9	19,4	28,1	5,4	10283
Amaporã	18,6	31,7	19,6	85,2	22,5	30,6	5,1	13,1	37,1	24,7	79,7	16,4	30,0	5,2	5443
Ampére	10,6	24,5	32,1	75,9	37,3	27,0	5,3	7,5	28,2	18,7	41,2	17,9	20,4	5,7	17308
Anahy	15,4	40,3	41,5	99,4	45,0	38,3	5,3	11,8	35,4	24,6	71,5	24,1	28,8	5,3	2874
Andirá	14,3	19,6	8,1	51,1	8,2	18,8	5,7	10,1	28,3	5,5	41,8	4,2	18,8	5,5	20610
Ângulo	16,8	18,8	13,7	99,2	14,4	25,6	5,2	11,3	23,6	14,8	98,2	11,0	25,1	5,4	2859
Antonina	11,4	32,7	10,7	27,8	15,7	20,9	5,3	8,7	43,8	11,4	24,5	6,8	22,8	5,6	18891
Antônio Olinto	11,2	48,0	76,9	86,6	81,6	45,2	4,2	6,8	51,4	66,3	83,8	67,2	42,2	5,7	7351
Apucarana	9,6	13,8	6,8	73,4	8,1	17,3	6,3	5,9	16,9	5,2	57,1	3,9	14,9	5,8	120919
Arapongas	8,4	10,7	7,1	59,0	6,0	14,2	6,3	5,0	14,4	4,7	41,2	2,6	11,8	5,9	104150
Arapoti	11,0	28,4	23,9	94,3	22,5	28,2	5,6	7,7	38,0	16,0	60,7	15,0	25,4	5,7	25855
Arapuã	21,0	45,1	55,2	97,0	70,4	45,5	4,3	16,6	50,5	43,8	91,3	45,4	41,8	4,9	3561
Araruna	13,8	27,3	29,9	28,2	33,8	23,5	5,1	9,8	26,4	19,8	81,1	19,7	25,1	5,5	13419
Araucária	5,8	17,1	10,3	24,3	4,2	12,0	5,9	3,6	17,8	6,8	16,2	1,7	10,0	6,0	119123
Ariranha do Ivaí	21,9	48,7	65,9	98,0	77,9	48,9	4,5	15,1	43,5	49,3	96,3	57,4	41,0	5,0	2453
Assai	14,8	29,1	25,9	62,2	27,4	27,1	5,8	10,0	32,0	16,7	46,8	15,5	22,8	5,5	16354

Tabela 1E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARANÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Assis Chateaubriand	12,9	23,5	20,9	71,9	28,6	25,1	5,7	8,1	27,9	14,1	54,0	12,9	20,9	5,6	33025
Astorga	12,0	17,9	10,7	70,0	13,5	20,2	5,8	8,1	19,5	8,2	38,8	7,8	15,3	5,6	24698
Atalaia	13,3	17,6	17,8	98,5	20,3	24,9	5,6	9,3	17,8	15,3	98,9	7,2	22,1	5,5	3913
Balsa Nova	7,3	21,8	24,5	75,3	18,3	22,3	5,3	4,6	24,7	13,8	19,8	6,8	14,4	5,9	11300
Bandeirantes	12,9	21,9	18,7	42,8	17,9	20,2	6,0	9,1	31,8	12,2	12,7	10,2	17,8	5,5	32184
Barbosa Ferraz	22,9	41,4	26,5	67,3	52,2	37,1	4,8	15,8	41,4	17,4	62,5	21,8	30,4	5,0	12656
Barra do Jacaré	15,2	23,1	32,2	78,9	37,5	28,4	6,0	11,8	29,3	32,5	75,2	27,0	28,1	5,3	2727
Barracão	12,5	28,1	40,0	46,2	42,9	27,1	5,6	8,3	34,8	22,9	46,1	26,9	24,8	5,6	9735
Bela Vista da Caroba	14,1	36,6	72,5	99,7	83,3	43,3	4,5	14,2	43,1	48,0	97,8	68,0	41,5	5,1	3945
Bela Vista do Paraíso	16,9	20,5	8,1	63,6	10,2	21,5	5,2	11,9	25,8	4,9	56,7	4,6	20,1	5,3	15079
Bituruna	11,2	29,9	51,5	57,3	45,1	29,9	5,0	8,1	50,2	38,9	36,8	32,5	31,3	5,6	15880
Boa Esperança	14,9	34,7	25,9	79,1	36,6	31,7	5,4	13,3	33,9	18,2	99,3	20,5	30,7	5,2	4568
Boa Esperança do Iguaçu	14,2	28,1	71,8	93,3	75,7	39,0	4,8	8,4	34,7	63,9	98,8	32,2	35,1	5,6	2764
Boa Ventura de São Roque	16,4	48,4	82,5	97,7	81,5	48,9	4,4	11,8	54,9	68,3	98,6	65,4	46,8	5,3	6554
Boa Vista da Aparecida	18,3	38,7	43,9	91,9	52,2	38,9	4,5	15,5	40,1	34,2	86,2	32,7	35,1	5,0	7911
Bocaiúva do Sul	13,4	29,1	47,1	34,4	40,8	27,1	4,6	9,1	37,9	33,9	38,9	22,9	26,1	5,5	10987
Bom Jesus do Sul	17,8	47,5	80,3	87,4	89,1	48,5	4,8	10,1	46,2	33,7	92,9	31,5	35,8	5,5	3796
Bom Sucesso	19,4	26,9	24,5	81,1	22,2	29,3	4,7	13,7	26,2	14,4	77,8	9,2	24,5	5,1	6561
Bom Sucesso do Sul	13,3	31,3	62,8	67,9	62,1	34,9	5,5	1,9	30,1	52,6	41,3	49,1	25,5	6,2	3293
Borrazópolis	15,7	31,5	34,5	98,2	41,7	34,2	5,0	11,7	33,7	20,8	86,9	22,4	29,2	5,3	7878
Braganey	17,1	47,7	40,6	93,9	47,6	41,1	4,7	13,3	36,4	28,4	95,4	27,9	32,9	5,2	5735
Brasilândia do Sul	23,2	40,5	23,2	98,8	25,9	37,4	4,7	15,4	35,4	14,9	98,9	13,4	30,9	5,0	3209
Cafeara	22,1	26,7	19,5	93,1	24,9	31,1	4,7	15,6	24,3	15,6	97,6	12,8	27,0	5,0	2695
Cafelândia	8,0	15,6	19,8	53,1	20,8	17,8	6,3	4,4	19,5	12,9	35,2	12,2	14,5	5,9	14662
Cafezal do Sul	20,0	37,1	30,3	96,7	45,0	37,4	4,2	15,3	29,4	20,1	98,6	20,5	30,0	5,0	4290

Tabela 1E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARANÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Califórnia	13,8	25,3	23,1	85,1	27,4	27,5	5,3	8,7	26,9	18,2	98,4	17,0	26,2	5,6	8069
Cambará	11,8	17,9	13,5	19,5	12,3	15,0	5,9	8,6	29,3	8,1	4,9	6,7	15,2	5,6	23886
Cambé	9,5	14,6	5,2	53,4	4,8	15,0	6,1	6,4	18,5	4,4	21,6	2,8	11,7	5,8	96733
Cambira	16,1	22,6	32,6	86,0	34,4	29,1	5,4	8,9	23,8	18,2	87,3	18,9	24,2	5,6	7236
Campina da Lagoa	18,3	36,6	28,1	98,1	43,7	36,4	5,0	13,0	38,5	18,7	97,0	32,0	33,1	5,2	15394
Campina do Simão	14,0	46,5	71,7	97,7	74,7	45,7	4,4	11,9	60,7	61,1	97,8	59,0	47,4	5,3	4076
Campina Grande do Sul	7,8	20,9	21,9	29,4	17,2	17,0	5,5	6,0	23,6	17,1	13,4	4,5	14,0	5,8	38769
Campo Bonito	20,8	48,4	49,7	82,5	58,1	43,3	4,4	13,1	43,9	31,1	69,8	42,3	34,3	5,2	4407
Campo do Tenente	13,9	38,6	24,2	40,0	32,6	28,1	4,9	9,1	44,8	15,3	39,2	16,5	26,1	5,5	7125
Campo Largo	6,8	15,7	17,9	44,8	11,7	15,5	5,9	4,5	20,5	13,9	34,9	6,5	14,5	5,9	112377
Campo Magro	9,7	21,0	20,5	50,6	11,7	19,3	5,2	6,2	28,4	16,1	39,2	6,0	18,5	5,8	24843
Campo Mourão	10,7	19,8	8,6	53,3	7,4	17,8	6,5	7,3	21,4	5,3	24,0	3,3	13,4	5,7	87194
Cândido de Abreu	22,5	50,9	67,0	83,8	79,3	48,7	3,8	16,2	57,0	50,9	79,1	63,5	45,0	4,9	16655
Candói	14,2	40,0	65,3	96,9	65,2	41,9	4,4	9,3	52,0	46,8	77,7	46,1	38,7	5,5	14983
Cantagalo	14,8	46,3	38,4	90,9	46,8	39,2	4,3	8,8	53,0	28,1	67,5	28,5	34,2	5,6	12952
Capanema	10,0	17,9	39,4	90,5	51,9	28,1	5,5	7,3	25,9	15,4	69,3	27,2	23,0	5,7	18526
Capitão Leônidas Marques	11,5	32,0	30,3	90,6	30,1	30,6	5,5	9,6	29,0	22,1	94,6	8,6	26,5	5,5	14970
Carambeí	7,6	18,6	30,0	43,5	20,6	18,7	5,8	5,0	28,6	22,1	32,6	8,8	18,3	5,9	19163
Carlópolis	14,7	28,0	38,7	48,2	36,7	27,4	5,2	8,1	35,4	31,4	32,7	22,5	24,0	5,6	13706
Cascavel	7,0	15,6	12,6	54,5	8,0	15,7	6,7	4,5	17,6	10,3	38,3	4,0	13,2	5,9	286205
Castro	12,5	31,2	33,1	49,4	29,7	26,6	5,5	7,6	39,1	26,1	35,3	21,4	24,7	5,7	67084
Catanduvás	19,1	40,5	45,7	78,4	58,0	39,1	4,9	13,6	44,9	37,1	93,8	37,8	37,6	5,2	10202
Centenário do Sul	17,9	29,5	15,5	97,3	20,4	30,3	5,0	13,6	28,5	10,7	92,8	10,7	26,5	5,2	11190
Cerro Azul	24,5	49,0	61,3	67,8	72,2	45,8	3,7	17,7	61,8	50,3	46,8	53,5	42,8	4,8	16938
Céu Azul	9,9	20,2	26,3	76,9	29,4	24,0	5,6	6,2	22,9	19,0	50,5	18,2	19,1	5,8	11032

Tabela 1E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARANÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Chopinzinho	11,3	27,0	48,7	71,1	50,5	30,5	5,4	8,0	29,2	33,7	60,9	33,3	26,0	5,6	19679
Cianorte	10,4	13,0	14,2	82,4	13,8	19,6	5,8	5,6	12,1	9,3	46,8	6,8	12,7	5,8	69958
Cidade Gaúcha	15,1	18,0	12,6	68,8	15,3	21,5	5,4	11,3	21,2	7,5	33,2	8,1	16,4	5,3	11062
Clevelândia	13,0	30,4	20,5	58,8	23,1	25,6	5,1	11,4	39,3	13,7	33,4	14,4	24,0	5,3	17240
Colombo	7,2	16,8	7,0	21,7	2,4	11,6	5,8	4,7	20,9	2,9	18,1	,6	11,2	5,9	212967
Colorado	11,9	15,4	7,1	28,3	12,2	14,4	5,7	8,8	13,8	4,1	36,3	6,3	12,7	5,6	22345
Congonhinhas	23,0	36,8	32,2	99,3	39,1	38,3	4,3	16,9	50,1	37,8	92,6	33,4	40,1	4,9	8279
Conselheiro Mairinck	19,7	32,9	27,2	13,9	26,5	25,1	4,9	10,1	41,9	25,6	30,2	18,8	25,8	5,5	3636
Contenda	7,5	27,4	51,1	79,0	42,0	29,7	5,1	5,1	32,7	34,6	68,0	24,6	26,2	5,9	15891
Corbélia	10,6	23,1	22,1	73,6	23,3	23,9	5,7	7,7	24,4	14,8	52,4	12,6	19,4	5,7	16312
Cornélio Procópio	10,6	14,3	8,8	22,3	9,6	12,9	6,8	6,7	20,6	4,8	9,8	4,8	11,5	5,7	46928
Coronel Domingos Soares	14,1	56,0	87,5	84,9	82,5	50,1	3,9	10,2	58,2	63,0	72,6	60,8	43,7	5,4	7238
Coronel Vivida	11,9	26,9	38,9	84,7	41,1	30,3	5,4	8,2	29,4	28,1	59,8	24,0	24,5	5,6	21749
Corumbataí do Sul	23,3	47,9	54,8	75,5	58,7	43,9	4,2	19,2	45,9	41,5	58,2	38,5	36,7	4,7	4002
Cruz Machado	8,3	41,4	78,2	86,4	75,7	41,5	4,5	5,9	54,7	66,7	58,1	59,0	39,6	5,8	18040
Cruzeiro do Iguaçu	13,8	37,9	48,1	99,9	48,9	38,0	4,7	12,7	29,2	35,7	97,0	32,8	31,6	5,2	4278
Cruzeiro do Oeste	15,9	25,9	22,2	88,9	25,5	28,6	5,4	12,6	29,1	13,2	49,7	12,9	22,3	5,2	20416
Cruzeiro do Sul	15,9	17,6	34,2	97,9	33,7	28,6	5,0	12,1	30,2	25,2	99,0	22,5	29,9	5,3	4563
Cruzmaltina	24,3	45,5	53,2	99,8	64,1	46,3	4,1	17,1	42,3	48,6	59,7	38,9	35,7	4,8	3162
Curitiba	3,4	7,6	1,4	7,1	,5	4,8	8,2	2,1	10,5	,9	3,1	,1	4,8	6,1	1751907
Curiúva	21,0	42,5	38,9	99,1	45,7	40,8	3,9	13,6	46,6	26,7	95,8	23,8	36,1	5,2	13923
Diamante do Norte	20,6	38,4	24,6	98,4	24,2	35,7	5,5	16,8	46,8	27,6	91,9	34,2	37,9	4,9	5027
Diamante do Sul	15,1	25,5	74,2	92,5	76,8	38,6	3,7	11,2	28,4	16,0	85,0	14,0	25,7	5,4	5516
Diamante D'Oeste	24,0	49,5	30,5	99,5	51,1	44,0	4,6	19,1	58,5	61,8	97,0	60,9	49,3	4,7	3510
Dois Vizinhos	9,8	16,4	29,0	73,9	30,4	22,7	6,0	6,5	18,9	22,0	52,9	15,6	18,2	5,8	36179

Tabela 1E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARANÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Douradina	18,1	23,6	23,8	98,4	24,8	29,7	5,1	9,5	19,3	16,1	46,9	13,2	17,9	5,5	7445
Doutor Camargo	15,1	21,6	18,5	71,1	18,9	23,9	5,5	8,8	17,9	12,8	43,5	10,6	16,2	5,6	5828
Doutor Ulysses	24,2	56,8	65,3	89,7	82,8	52,1	3,1	17,3	65,8	64,2	38,8	72,6	46,4	4,8	5727
Enéas Marques	12,0	23,2	73,8	83,8	74,4	35,6	5,0	8,8	27,7	47,3	96,6	27,2	30,3	5,6	6103
Engenheiro Beltrão	14,0	23,1	16,1	70,1	18,7	23,7	5,9	9,7	24,5	14,7	79,8	9,4	22,7	5,5	13906
Entre Rios do Oeste	3,7	9,2	5,0	74,7	37,8	16,3	6,4	3,2	13,2	2,8	84,9	21,2	16,8	6,1	3926
Esperança Nova	16,1	30,2	45,1	99,4	54,0	36,2	4,9	11,5	24,5	19,7	89,8	29,2	26,7	5,3	1970
Espigão Alto do Iguaçu	18,1	47,4	73,0	99,7	66,6	47,1	4,4	14,1	50,3	58,5	89,3	53,3	42,8	5,1	4677
Farol	21,8	44,5	37,4	99,3	47,5	41,8	4,6	14,9	39,0	30,9	98,4	27,2	34,9	5,0	3472
Faxinal	18,8	29,4	22,2	81,6	26,8	30,2	5,1	13,4	37,2	14,6	82,0	12,1	28,9	5,2	16314
Fazenda Rio Grande	7,2	19,2	14,4	40,1	5,0	15,4	5,6	4,5	25,3	5,1	21,9	,7	13,3	5,9	81675
Fênix	19,1	31,0	20,7	80,9	22,6	30,2	5,2	13,3	37,9	12,3	94,8	13,6	30,4	5,2	4802
Fernandes Pinheiro	13,1	45,4	53,3	78,7	65,3	40,2	4,3	9,9	53,9	34,2	76,0	49,3	38,3	5,5	5932
Figueira	18,3	33,2	12,2	82,1	20,5	29,8	4,4	14,1	38,0	9,7	72,5	8,9	27,7	5,1	8293
Flor da Serra do Sul	16,4	36,3	80,8	86,6	81,0	43,3	4,8	11,1	39,5	54,7	80,5	54,4	36,8	5,4	4726
Floraí	13,2	15,7	12,9	81,2	15,8	21,4	5,3	8,2	11,8	10,2	80,8	8,4	17,3	5,6	5050
Floresta	11,7	14,8	14,8	99,4	12,8	22,4	5,7	7,1	17,1	8,4	80,2	5,7	18,3	5,7	5931
Florestópolis	17,5	23,6	15,6	96,8	15,5	27,6	4,9	12,9	21,8	5,6	25,2	4,1	15,8	5,2	11222
Flórida	12,9	13,6	6,8	92,3	9,7	20,6	5,5	9,1	21,0	9,2	97,8	6,1	22,3	5,5	2543
Formosa do Oeste	13,8	27,2	41,4	93,9	44,2	32,5	5,2	10,3	28,4	34,4	94,7	30,2	29,8	5,4	7541
Foz do Iguaçu	7,5	18,0	5,1	45,8	2,9	14,5	6,5	5,6	27,3	4,3	23,6	,9	14,5	5,8	256088
Foz do Jordão	15,3	45,2	30,3	97,5	38,4	38,0	4,3	10,8	49,4	15,7	98,4	19,3	34,8	5,4	5420
Francisco Alves	20,0	29,5	34,4	98,5	42,6	35,1	4,6	15,8	32,4	21,7	98,8	23,5	31,6	5,0	6418
Francisco Beltrão	8,4	17,8	19,8	53,3	21,0	18,7	6,4	5,7	18,3	12,6	32,9	6,9	13,8	5,8	78943
General Carneiro	13,1	31,9	32,2	71,3	30,0	29,3	4,8	9,9	52,3	25,4	45,6	14,3	30,5	5,5	13669

Tabela 1E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARANÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Godoy Moreira	29,0	48,9	54,3	90,7	66,8	48,5	3,9	15,4	44,3	27,7	96,0	48,6	38,3	5,0	3337
Goioerê	13,8	27,5	14,0	75,3	16,5	25,3	5,4	10,6	27,8	8,9	56,1	8,0	21,0	5,4	29018
Goioxim	14,8	54,6	84,4	92,8	92,0	51,2	3,7	12,8	64,6	68,7	91,5	69,8	50,2	5,2	7503
Grandes Rios	24,5	36,7	45,0	99,1	44,8	40,6	4,4	17,9	48,4	36,9	70,5	32,4	37,4	4,8	6625
Guaíra	12,6	28,4	15,2	52,6	20,8	23,3	5,9	9,5	32,2	10,0	47,2	8,8	21,4	5,5	30704
Guairaçá	19,0	33,1	29,4	99,0	30,9	34,5	4,8	14,1	26,7	16,4	96,2	15,2	27,5	5,1	6197
Guamiranga	9,5	48,5	71,8	86,9	77,1	43,9	4,4	7,4	47,5	63,8	99,0	30,6	39,0	5,7	7900
Guapirama	14,8	27,1	27,6	89,2	28,4	29,5	4,8	12,5	39,8	19,5	84,2	15,9	30,6	5,2	3891
Guaporema	17,0	29,9	39,1	99,8	41,3	34,7	5,0	12,2	22,2	28,2	98,0	20,6	27,1	5,3	2219
Guaraci	17,8	24,6	22,1	98,3	20,5	29,3	5,1	11,2	20,0	17,3	96,2	13,0	24,0	5,4	5227
Guaranaçu	15,6	34,2	54,4	67,6	59,1	35,6	4,9	10,7	40,9	44,1	65,6	44,4	33,6	5,4	14582
Guarapuava	8,7	24,0	10,4	53,5	9,9	19,0	5,8	6,0	32,5	8,0	34,4	6,8	18,5	5,8	167328
Guaraqueçaba	19,8	48,3	33,2	67,0	45,7	38,5	3,9	14,7	63,7	42,0	41,1	61,7	41,7	5,1	7871
Guaratuba	7,9	20,6	14,2	17,8	8,6	14,1	5,7	5,4	30,0	7,2	12,7	1,9	14,6	5,9	32095
Honório Serpa	15,3	47,7	72,0	95,3	74,6	46,3	5,0	9,4	47,2	59,3	95,2	50,7	40,6	5,5	5955
Ibaiti	18,2	32,0	23,1	77,4	31,0	30,9	4,7	11,6	36,1	17,1	59,0	15,0	26,0	5,3	28751
Ibema	15,5	39,3	20,7	98,4	23,8	33,8	4,5	11,9	39,3	14,0	98,5	17,0	31,3	5,3	6066
Ibiporã	11,2	16,1	7,4	12,2	8,2	12,4	6,0	7,4	23,0	4,3	2,6	3,9	11,7	5,7	48198
Icaraíma	17,9	30,0	19,8	98,7	41,1	32,9	5,1	12,0	32,5	22,5	97,2	24,1	30,3	5,3	8839
Iguaraçu	15,1	19,1	14,1	70,5	15,6	22,3	6,1	9,6	20,6	14,9	89,4	9,3	22,3	5,5	3982
Iguatu	19,4	39,9	33,0	98,9	47,7	38,9	4,5	12,0	37,4	13,9	98,9	32,5	32,1	5,3	2234
Imbaú	23,3	43,2	32,5	98,4	40,4	40,7	3,9	16,4	44,9	31,4	86,3	21,4	35,7	4,9	11274
Imbituva	7,2	34,2	29,7	75,8	42,5	29,4	4,9	5,8	44,5	18,2	39,4	24,4	25,9	5,8	28455
Inácio Martins	13,3	46,3	45,9	84,6	56,5	39,6	4,4	10,9	59,3	36,1	71,7	39,7	39,5	5,4	10943
Inajá	21,1	28,1	9,8	83,4	12,9	28,2	4,7	14,3	32,7	7,4	99,1	8,5	28,4	5,1	2988

Tabela 1E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARANÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Indianópolis	16,6	22,6	36,4	89,6	40,0	30,6	5,2	10,2	16,3	13,1	59,5	24,4	19,1	5,4	4299
Ipiranga	10,5	34,6	68,5	67,4	71,0	36,5	4,6	7,6	43,9	59,2	63,5	58,4	36,2	5,7	14150
Iporã	16,7	32,3	27,0	84,3	34,7	32,0	5,1	12,1	28,4	16,2	76,7	17,0	25,5	5,3	14981
Iracema do Oeste	23,1	39,2	29,0	96,1	34,6	38,1	4,6	15,7	34,2	19,7	98,9	22,4	31,9	5,0	2578
Irati	6,9	26,7	24,6	40,2	29,4	21,2	5,7	4,6	29,1	18,2	25,0	19,4	18,1	5,9	56207
Iretama	22,2	43,5	39,1	84,1	49,8	40,4	4,3	16,8	49,1	33,9	79,7	30,1	37,7	4,9	10622
Itaguajé	21,3	34,3	23,1	94,4	26,5	34,2	5,0	11,4	34,6	20,3	98,5	18,3	30,2	5,3	4568
Itaipulândia	9,6	23,9	5,9	99,0	26,4	25,1	5,5	7,7	28,5	5,9	54,1	,5	19,0	5,7	9026
Itambaracá	17,9	31,8	21,6	84,7	25,2	30,8	5,3	15,5	35,4	15,5	73,4	13,3	28,3	5,0	6759
Itambé	13,0	18,0	9,9	46,8	9,7	17,7	5,7	11,7	19,2	14,0	18,6	5,1	14,7	5,3	5979
Itapejara d'Oeste	10,9	25,6	44,6	75,6	45,7	29,5	5,3	7,3	26,6	31,5	79,7	21,0	25,4	5,7	10531
Itaperuçu	15,8	36,4	21,4	48,5	18,9	27,3	4,4	10,8	40,2	18,4	80,6	15,9	29,7	5,4	23887
Itaúna do Sul	20,5	36,5	23,8	99,9	25,9	35,3	4,7	19,3	36,6	13,3	26,6	10,7	24,7	4,7	3583
Ivaí	12,3	38,0	55,1	80,7	63,5	37,6	4,6	8,3	48,5	41,4	71,4	53,3	36,5	5,6	12815
Ivaíporã	16,8	29,6	21,4	94,3	26,5	30,8	5,3	11,6	33,3	12,4	77,7	13,0	26,3	5,3	31816
Ivaté	17,1	27,4	29,8	97,3	42,1	32,7	5,1	10,2	23,4	20,4	96,4	17,3	25,6	5,4	7514
Ivatuba	15,3	20,2	22,2	90,7	17,6	25,9	6,5	7,0	18,9	17,2	57,3	5,8	17,4	5,7	3010
Jaboti	19,0	30,0	32,4	95,8	34,2	33,7	4,6	11,5	38,1	26,3	90,9	17,8	31,3	5,3	4902
Jacarezinho	12,3	18,8	14,0	18,1	13,5	15,5	6,2	9,0	29,7	7,7	9,1	6,0	15,9	5,5	39121
Jaguapitã	15,7	17,7	19,3	27,8	20,3	18,5	5,4	10,8	18,6	13,3	16,2	12,0	14,5	5,4	12225
Jaguariaíva	10,6	26,4	15,2	26,9	19,2	19,1	5,6	6,9	37,0	11,0	45,3	13,3	22,5	5,7	32606
Jandaia do Sul	11,5	17,9	14,3	68,2	15,1	20,3	6,2	7,3	17,6	10,0	48,7	8,9	15,7	5,7	20269
Janiópolis	21,1	37,9	31,2	99,7	34,5	37,5	4,7	17,7	36,0	23,4	98,5	22,5	33,6	4,8	6532
Japira	17,2	37,4	45,3	97,7	52,2	38,8	4,7	11,0	40,6	37,8	77,0	15,9	31,5	5,4	4903
Japurá	12,8	12,1	16,8	93,7	19,8	22,1	5,4	8,8	15,2	7,6	94,3	7,1	19,8	5,6	8549

Tabela 1E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARANÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Jardim Alegre	20,4	33,3	37,5	94,2	45,8	36,7	4,7	15,1	47,3	36,5	57,6	32,4	34,6	5,0	12324
Jardim Olinda	21,0	42,1	36,2	98,9	38,3	39,7	5,0	12,4	36,7	23,8	93,2	24,5	31,7	5,3	1409
Jataizinho	15,8	24,0	11,0	22,6	12,4	18,6	5,3	10,2	37,5	8,1	12,0	7,9	19,5	5,4	11875
Jesuítas	17,1	30,4	40,4	87,6	41,5	33,8	4,9	10,2	34,6	28,3	80,5	27,3	29,6	5,4	9001
Joaquim Távora	14,1	23,2	16,6	26,8	23,8	19,7	5,3	8,2	27,6	12,4	26,7	13,1	17,8	5,6	10736
Jundiaí do Sul	20,1	33,6	29,0	96,6	38,8	35,5	4,9	14,5	46,3	29,0	99,1	31,3	37,6	5,1	3433
Juranda	14,7	35,0	24,1	99,2	26,1	32,7	5,1	12,2	33,9	19,0	95,2	18,3	29,8	5,3	7641
Jussara	12,6	18,1	12,5	85,1	11,4	22,0	5,3	7,1	20,2	6,3	35,8	5,3	14,4	5,7	6610
Kaloré	19,6	24,9	29,3	98,7	34,4	32,1	5,0	11,5	31,6	16,5	94,7	16,5	28,2	5,3	4506
Lapa	8,6	30,3	37,5	44,6	41,6	26,0	5,5	5,7	34,4	31,8	33,9	25,7	23,2	5,8	44932
Laranjal	25,1	57,8	73,6	95,7	79,7	54,0	3,3	17,6	67,8	58,8	97,6	60,8	51,8	4,8	6360
Laranjeiras do Sul	12,0	33,1	25,7	81,4	25,6	29,3	5,4	8,5	37,2	17,4	63,4	16,3	25,9	5,6	30777
Leópolis	16,4	28,9	27,9	65,0	32,4	28,5	5,6	11,5	32,3	27,3	70,5	19,2	27,3	5,3	4145
Lidianópolis	19,9	33,3	56,9	82,6	53,0	38,0	4,6	17,8	40,4	31,0	90,7	30,7	35,9	4,8	3973
Lindoeste	18,1	43,1	56,7	97,3	61,1	43,1	4,8	13,7	44,8	50,7	97,2	48,6	40,4	5,1	5361
Loanda	12,4	18,0	10,5	81,6	13,3	21,5	5,6	8,3	22,2	8,4	51,1	7,1	17,5	5,6	21201
Lobato	12,9	15,8	12,9	18,8	12,3	14,5	6,0	11,0	17,6	7,0	8,0	6,0	12,1	5,4	4401
Londrina	7,1	10,8	5,1	23,6	4,6	9,7	7,2	4,5	16,1	4,0	13,6	1,9	9,2	5,9	506701
Luiziana	19,3	39,5	40,2	97,0	45,4	39,1	4,3	14,6	44,9	28,5	96,4	25,6	36,3	5,1	7315
Lunardelli	22,1	33,6	38,8	99,3	46,3	38,2	4,4	16,2	43,4	31,1	97,6	26,9	36,8	4,9	5160
Lupionópolis	18,7	25,9	13,8	80,9	15,4	26,9	5,0	11,0	25,8	6,8	62,1	6,8	20,7	5,4	4592
Mallet	5,6	29,7	45,8	69,6	46,0	28,6	5,1	3,3	37,5	37,7	77,6	33,1	29,4	6,0	12973
Mamborê	13,8	36,6	27,7	79,8	32,1	31,8	5,3	11,0	35,8	22,4	56,2	18,7	26,3	5,4	13961
Mandaguçu	12,1	21,1	13,5	66,5	13,3	21,2	5,6	8,8	18,9	9,3	30,1	6,6	14,4	5,6	19781
Mandaguari	11,8	20,0	10,1	71,8	11,6	20,8	6,1	7,3	20,2	6,1	49,5	5,6	16,0	5,7	32658

Tabela 1E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARANÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Mandirituba	10,3	25,7	45,2	80,6	36,4	29,1	4,9	6,6	35,2	32,5	59,4	23,6	26,4	5,8	22220
Manfrinópolis	18,5	47,7	84,8	99,0	91,7	50,7	4,2	14,6	44,6	62,4	97,9	72,7	44,1	5,1	3127
Mangueirinha	13,9	41,0	54,7	78,6	56,3	38,3	5,0	9,5	44,3	35,0	60,3	37,5	32,2	5,5	17048
Manoel Ribas	16,5	39,6	41,9	97,8	52,0	39,0	5,0	13,7	42,4	35,5	91,4	36,9	36,3	5,1	13169
Marechal Cândido Rondon	4,4	11,4	16,3	77,5	24,3	17,6	6,6	3,8	14,8	3,2	67,1	12,6	15,0	6,0	46819
Maria Helena	21,0	36,7	36,5	99,2	51,0	39,0	4,8	14,3	30,5	28,5	84,1	30,0	30,2	5,1	5956
Marialva	9,8	17,8	19,4	48,7	21,7	18,8	5,9	6,8	19,7	17,6	54,6	16,2	18,3	5,7	31959
Marilândia do Sul	16,9	36,9	34,9	99,7	42,9	36,8	5,0	10,5	37,3	26,4	98,1	25,1	32,0	5,4	8863
Marilena	17,2	28,0	34,1	99,1	39,3	33,3	4,5	12,8	31,3	24,5	88,3	18,9	29,0	5,2	6858
Mariluz	23,4	38,6	20,6	95,6	31,4	36,7	4,3	17,5	45,8	17,0	51,3	17,1	30,9	4,8	10224
Maringá	5,4	7,6	7,2	30,3	1,8	8,6	7,6	3,3	8,7	6,7	15,9	,8	6,6	6,0	357077
Mariópolis	9,3	28,0	37,8	68,2	40,2	27,8	5,7	7,6	27,8	18,4	80,8	22,8	24,9	5,7	6268
Maripá	4,8	11,7	44,0	83,6	42,9	23,0	6,0	3,4	16,2	13,1	72,5	27,9	18,3	6,0	5684
Marmeleiro	12,0	25,6	49,6	75,4	48,8	30,7	5,4	8,4	31,6	35,9	72,1	14,3	26,6	5,6	13900
Marquinho	15,9	52,8	80,7	93,1	87,0	50,1	3,6	14,0	57,3	65,5	95,6	53,3	46,7	5,1	4981
Marumbi	15,9	31,1	22,8	94,0	23,9	30,9	5,2	13,0	26,3	17,8	99,1	9,4	26,9	5,2	4603
Matelândia	10,5	22,0	25,7	83,9	29,3	25,5	5,8	6,7	26,2	15,5	42,5	10,2	18,5	5,7	16078
Matinhos	5,8	17,1	8,5	20,2	3,0	11,3	6,1	4,2	26,2	6,5	9,3	0,7	12,4	6,0	29428
Mato Rico	22,7	55,9	82,9	96,2	87,7	54,2	3,7	18,1	60,2	67,8	95,6	71,8	51,0	4,8	3818
Mauá da Serra	19,6	36,5	20,9	75,4	18,4	31,4	4,3	13,0	42,6	16,1	96,8	7,8	32,0	5,2	8555
Medianeira	7,2	15,2	12,5	72,4	12,8	17,9	6,1	5,4	17,9	10,1	75,2	5,4	17,6	5,9	41817
Mercedes	6,6	13,2	40,9	96,8	65,4	27,3	5,1	4,3	20,7	18,7	83,6	39,2	23,0	6,0	5046
Mirador	22,9	27,3	21,5	99,4	36,2	33,5	5,0	14,3	31,9	17,8	90,0	19,2	29,2	5,1	2327
Miraselva	17,8	15,9	30,1	99,7	27,0	27,9	5,5	9,9	20,0	14,1	87,4	14,0	22,4	5,5	1862
Missal	7,8	21,1	19,6	98,6	43,0	26,4	5,7	5,6	22,5	35,0	80,1	16,3	23,4	5,8	10474

Tabela 1E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARANÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Moreira Sales	19,7	31,6	27,2	95,5	40,2	34,5	4,6	15,8	35,2	17,9	96,5	15,4	31,3	5,0	12606
Morretes	8,8	23,5	46,1	29,9	46,2	23,4	5,5	6,8	38,1	39,6	33,7	8,3	24,2	5,7	15718
Munhoz de Melo	15,8	25,7	18,9	98,4	28,3	29,4	5,2	10,7	21,7	17,3	91,9	17,3	24,4	5,4	3672
Nossa Senhora das Graças	18,0	18,8	12,9	91,2	22,3	25,8	5,0	12,6	19,7	9,3	95,8	10,1	23,3	5,2	3836
Nova Aliança do Ivaí	13,6	25,3	24,6	90,6	25,7	28,0	6,1	11,4	24,0	18,1	97,7	18,4	26,2	5,3	1431
Nova América da Colina	17,9	27,1	28,1	99,7	33,3	32,2	4,9	13,8	33,0	17,3	74,7	18,4	27,7	5,1	3478
Nova Aurora	12,8	22,0	32,0	86,4	33,8	27,7	5,6	5,0	28,9	21,4	94,6	20,6	25,9	5,9	11866
Nova Cantu	19,2	42,9	54,6	99,1	66,5	43,9	4,4	17,2	50,3	42,3	86,1	43,8	41,0	4,8	7425
Nova Esperança	11,5	16,2	15,8	61,5	18,2	19,4	5,6	8,8	21,2	11,9	47,4	9,5	17,6	5,6	26615
Nova Esperança do Sudoeste	14,1	28,5	75,7	89,4	78,1	39,3	4,8	9,2	29,1	49,5	95,8	40,3	32,3	5,5	5098
Nova Fátima	18,4	22,4	17,0	96,8	21,6	28,2	5,0	13,6	37,0	11,9	97,9	10,3	30,2	5,1	8147
Nova Laranjeiras	17,1	47,0	81,9	73,3	87,7	46,6	4,3	12,7	61,6	70,4	63,6	74,0	46,7	5,2	11241
Nova Londrina	11,6	21,9	12,7	69,8	13,9	21,6	5,9	8,5	24,0	8,5	24,4	7,7	15,5	5,6	13067
Nova Olímpia	20,3	27,7	14,4	95,3	21,9	30,3	5,0	13,1	22,5	6,3	95,9	10,6	24,2	5,2	5503
Nova Prata do Iguaçu	15,2	28,2	48,9	93,1	50,9	34,7	4,9	10,2	30,9	32,0	68,4	37,3	28,3	5,4	10377
Nova Santa Bárbara	20,3	40,6	22,0	82,3	21,4	34,2	5,0	16,4	43,9	16,7	63,7	11,3	30,6	4,9	3908
Nova Santa Rosa	4,9	14,3	41,7	97,9	45,5	25,5	5,9	3,1	17,3	6,9	96,1	25,9	20,3	6,1	7626
Nova Tebas	24,1	47,1	50,8	92,9	73,8	46,6	4,3	18,2	54,9	47,5	93,5	45,7	44,5	4,8	7398
Novo Itacolomi	21,1	36,0	57,5	91,4	60,4	41,1	4,9	10,4	30,4	45,6	97,8	44,2	33,3	5,4	2827
Ortigueira	27,8	51,4	60,1	89,4	67,2	49,5	3,6	18,3	55,5	48,7	66,0	46,1	42,0	4,7	23380
Ourizona	16,5	25,0	18,7	31,7	20,1	21,6	5,1	9,0	19,6	8,9	98,5	8,7	22,1	5,5	3380
Ouro Verde do Oeste	13,0	31,7	35,4	99,0	41,3	33,5	5,2	10,0	28,3	15,0	75,1	28,7	25,5	5,5	5692
Paiçandu	11,9	20,8	3,0	80,0	4,8	20,6	5,3	7,6	19,3	2,1	35,6	2,1	13,6	5,7	35936
Palmas	12,9	28,4	14,7	66,3	18,1	24,6	5,4	9,3	42,7	7,1	33,2	6,3	23,0	5,5	42888
Palmeira	7,0	26,2	29,4	37,6	40,5	22,3	5,7	4,2	32,3	23,5	25,5	30,8	20,7	6,0	32123

Tabela 1E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARANÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Palmital	19,7	46,6	53,2	91,6	59,2	43,7	4,3	14,4	55,6	38,5	84,6	42,0	41,2	5,1	14865
Palotina	7,8	13,6	19,1	83,0	20,9	20,1	6,4	5,8	16,3	7,2	58,3	12,4	15,7	5,8	28683
Paraíso do Norte	15,3	15,2	11,3	88,9	12,1	22,3	5,5	9,2	14,6	8,5	85,2	4,5	18,6	5,5	11772
Paranacity	14,4	20,6	12,3	61,7	13,4	21,2	5,5	10,9	26,3	8,2	57,9	5,8	20,5	5,4	10250
Paranaguá	5,9	17,7	12,2	16,4	4,4	11,7	6,5	3,9	29,4	10,2	17,8	1,6	14,7	6,0	140469
Paranapoema	21,0	30,3	9,9	98,6	11,8	30,4	5,1	13,2	32,2	9,1	95,3	4,9	27,3	5,2	2791
Paranavaí	9,8	16,5	7,3	43,9	7,5	15,3	6,5	7,0	18,8	4,8	21,8	3,8	12,2	5,7	81590
Pato Bragado	5,3	16,7	13,1	80,9	38,4	21,0	5,8	3,8	14,4	1,2	94,5	19,6	18,2	6,0	4822
Pato Branco	6,8	13,7	11,3	21,7	10,8	11,6	6,9	4,2	15,5	7,0	7,9	5,3	9,0	6,0	72370
Paula Freitas	8,8	33,8	56,7	84,5	70,3	36,0	5,2	5,3	39,8	44,8	66,2	37,1	30,8	5,9	5434
Paulo Frontin	6,5	29,1	59,8	71,3	78,8	33,3	5,1	3,7	35,7	38,1	74,4	55,1	30,6	6,0	6913
Peabiru	15,3	31,0	20,6	93,8	24,1	30,4	5,4	10,4	33,0	17,0	74,4	16,5	26,3	5,4	13624
Perobal	16,0	31,9	38,4	98,7	43,6	35,1	5,1	12,3	25,8	29,3	91,2	26,0	28,3	5,3	5653
Pérola	14,8	25,4	16,3	97,7	27,1	28,5	5,0	8,7	17,2	14,5	84,0	13,0	20,6	5,6	10208
Pérola d'Oeste	11,4	33,0	48,6	82,0	60,3	34,7	5,1	9,7	35,4	26,1	61,2	40,2	28,6	5,5	6761
Piên	6,5	28,0	49,1	48,1	61,0	27,8	5,2	4,2	31,9	20,6	36,8	19,3	20,4	6,0	11236
Pinhais	5,8	12,8	2,3	8,9	0,4	7,7	6,5	3,4	16,0	0,8	5,7	0,1	7,5	6,0	117008
Pinhal de São Bento	20,4	60,9	68,6	99,7	82,2	53,5	4,5	8,9	39,5	62,9	82,4	16,3	33,6	5,6	2625
Pinhalão	17,0	28,6	41,6	86,7	44,5	33,4	4,9	11,6	41,2	33,7	92,6	26,6	34,1	5,3	6215
Pinhão	16,1	43,3	46,8	76,9	47,3	38,0	4,7	12,4	55,8	38,2	75,4	33,9	38,8	5,3	30208
Piraí do Sul	10,3	28,9	33,7	50,9	34,1	25,7	5,3	6,7	43,0	27,0	47,1	24,4	27,4	5,7	23424
Piraquara	8,6	21,9	27,0	34,2	4,9	17,5	5,5	5,0	28,1	6,4	15,1	0,7	13,9	5,9	93207
Pitanga	14,7	40,4	48,9	83,1	52,3	37,8	4,9	10,5	44,1	37,8	63,0	36,4	33,0	5,4	32638
Pitangueiras	15,0	17,6	31,7	99,0	25,7	27,5	4,7	12,2	24,4	26,8	88,7	13,7	26,2	5,3	2814
Planaltina do Paraná	18,0	26,4	18,3	99,0	39,4	31,4	5,1	13,1	31,6	26,4	91,6	26,4	30,4	5,2	4095

Tabela 1E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARANÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Planalto	10,8	30,9	56,4	92,1	67,8	36,3	5,0	9,4	32,7	13,6	72,8	42,4	27,6	5,5	13654
Ponta Grossa	5,7	17,4	4,3	30,6	4,7	12,2	6,7	3,7	24,5	2,7	17,5	1,8	12,1	6,0	311611
Pontal do Paraná	7,1	19,4	20,7	6,7	3,7	12,5	6,1	4,8	27,2	5,1	29,3	1,2	14,9	5,9	20920
Porecatu	12,1	13,9	6,3	19,2	10,5	12,7	5,8	9,4	19,2	7,5	4,7	4,4	11,7	5,5	14189
Porto Amazonas	7,9	19,4	15,6	20,8	15,9	14,8	5,5	6,5	31,6	11,9	20,2	3,6	17,0	5,8	4514
Porto Barreiro	12,9	42,1	81,4	99,8	86,0	46,0	4,2	10,2	48,5	68,3	89,8	68,4	43,3	5,4	3663
Porto Rico	12,9	25,0	24,4	98,9	34,7	29,3	5,5	12,5	30,2	20,8	95,2	20,4	29,0	5,2	2530
Porto Vitória	8,3	28,7	48,0	79,7	45,2	30,4	4,8	6,0	38,3	43,7	58,5	33,9	29,3	5,8	4020
Prado Ferreira	17,7	21,1	24,5	99,7	22,7	28,7	5,2	12,5	29,7	15,7	69,1	10,3	24,6	5,2	3434
Pranchita	11,4	24,8	44,9	76,1	53,4	30,2	5,3	9,5	28,8	26,3	16,0	18,9	19,5	5,5	5628
Presidente Castelo Branco	15,6	22,2	21,9	96,9	26,9	28,1	5,3	12,4	19,6	10,0	91,4	9,3	22,7	5,3	4784
Primeiro de Maio	16,5	27,1	15,6	97,7	16,7	28,7	5,4	10,5	29,0	15,7	85,4	8,0	25,1	5,4	10832
Prudentópolis	10,0	42,3	53,6	70,7	58,9	36,7	4,9	7,9	43,5	40,0	56,8	36,6	31,4	5,6	48792
Quarto Centenário	20,0	42,4	37,3	91,4	35,4	38,5	4,6	12,8	33,7	28,5	97,4	21,6	31,4	5,2	4856
Quatiguá	12,4	18,2	12,3	19,4	11,5	15,1	5,3	8,5	25,0	9,7	17,3	5,9	15,1	5,6	7045
Quatro Barras	7,2	16,5	9,9	31,5	4,6	13,1	6,3	4,7	19,4	7,0	15,9	2,3	11,1	5,9	19851
Quatro Pontes	2,4	6,6	36,3	88,6	50,4	20,8	6,5	1,2	8,9	10,1	76,3	33,0	15,6	6,2	3803
Quedas do Iguaçu	13,9	32,8	27,4	64,9	27,7	28,5	5,2	11,1	44,9	29,5	55,4	28,7	31,1	5,4	30605
Querência do Norte	21,3	39,3	31,8	98,7	54,4	39,8	4,8	15,4	46,4	30,6	89,2	31,3	37,0	5,0	11729
Quinta do Sol	21,6	29,0	34,3	97,3	36,0	34,8	4,8	16,5	30,5	14,4	97,0	20,7	30,0	4,9	5088
Quitandinha	11,5	41,7	61,2	72,7	74,4	39,4	4,6	7,1	47,4	34,7	74,1	29,3	33,1	5,7	17089
Ramilândia	22,8	43,8	46,8	88,4	54,8	42,4	4,1	15,4	50,2	36,4	60,1	45,9	37,2	5,0	4134
Rancho Alegre	15,2	22,4	15,8	94,1	17,0	26,2	5,2	11,1	32,1	10,8	83,5	8,0	25,7	5,4	3955
Rancho Alegre D'Oeste	17,7	33,6	34,7	98,5	36,4	35,2	4,5	13,8	35,4	19,7	91,1	16,7	30,4	5,1	2847
Realeza	11,0	23,7	33,6	86,2	40,4	28,4	5,7	7,9	24,5	25,5	75,7	17,7	23,5	5,6	16338

Tabela 1E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARANÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Rebouças	9,7	40,7	36,2	71,2	54,3	33,8	5,0	6,9	48,7	26,7	43,9	31,6	29,7	5,7	14176
Renascença	12,3	34,0	56,7	52,7	61,2	33,2	5,2	9,7	35,4	44,1	52,4	36,5	29,2	5,5	6812
Reserva	21,7	46,7	47,7	81,4	60,3	42,9	4,1	14,8	53,7	31,1	62,1	32,7	36,7	5,0	25172
Reserva do Iguaçu	15,5	36,4	53,5	73,8	50,8	36,1	4,8	12,0	54,8	40,4	58,7	34,0	36,8	5,3	7307
Ribeirão Claro	13,1	22,3	35,1	40,6	33,6	23,4	5,3	7,5	32,7	25,8	17,2	11,9	19,6	5,7	10678
Ribeirão do Pinhal	20,4	29,4	23,2	50,6	26,4	27,6	4,8	15,4	40,3	13,1	44,1	8,2	26,2	5,0	13524
Rio Azul	6,6	32,0	61,0	55,3	68,4	31,9	4,8	4,2	41,3	49,6	50,1	32,9	29,3	6,0	14093
Rio Bom	21,3	32,8	38,7	99,0	41,9	37,2	4,6	8,5	35,3	29,1	98,7	26,4	31,1	5,6	3334
Rio Bonito do Iguaçu	17,1	52,5	84,1	89,6	84,1	50,2	3,9	10,9	58,5	68,6	91,7	68,8	47,3	5,4	13661
Rio Branco do Ivaí	25,4	51,4	57,1	87,0	57,2	47,2	4,0	15,0	55,3	39,8	86,7	34,7	41,0	5,0	3898
Rio Branco do Sul	16,7	31,4	28,1	64,7	30,4	29,3	4,9	10,5	37,1	29,9	44,2	17,6	26,0	5,4	30650
Rio Negro	5,1	19,3	20,0	20,5	25,9	15,1	6,6	3,5	25,6	16,0	17,8	9,4	14,6	6,0	31274
Rolândia	9,5	13,3	11,5	76,1	11,2	18,2	6,3	6,2	17,5	6,2	49,2	4,8	14,5	5,8	57862
Roncador	18,6	46,4	47,5	88,4	55,0	42,0	4,6	15,6	48,1	30,8	86,6	34,5	37,7	5,0	11537
Rondon	15,4	22,1	28,4	78,5	29,9	27,0	5,2	10,7	16,8	13,2	45,7	15,7	17,2	5,4	8996
Rosário do Ivaí	23,3	47,8	51,9	74,0	66,7	44,1	4,2	19,5	51,1	43,3	52,6	40,6	38,4	4,6	5588
Sabáudia	13,2	16,7	28,7	97,3	29,4	26,3	5,4	9,7	18,8	21,9	96,0	20,1	24,2	5,5	6096
Salgado Filho	13,4	42,5	57,6	90,3	61,9	40,7	4,7	10,8	37,6	38,8	99,0	26,4	33,8	5,4	4403
Salto do Itararé	21,4	41,0	38,7	83,2	41,2	38,3	4,6	14,9	39,6	28,2	78,2	23,3	32,4	5,0	5178
Salto do Lontra	16,0	35,6	55,5	87,3	56,4	38,1	5,0	9,7	29,3	39,4	65,2	33,5	27,7	5,5	13689
Santa Amélia	18,3	29,9	25,7	80,0	29,8	30,7	4,8	11,2	40,0	21,3	93,5	18,4	31,6	5,4	3803
Santa Cecília do Pavão	23,1	36,9	26,1	90,9	26,1	35,6	4,8	17,8	38,3	14,6	96,9	15,0	32,7	4,8	3646
Santa Cruz de Monte Castelo	16,4	26,9	24,6	93,5	31,1	30,4	5,3	12,9	29,5	28,5	95,9	19,0	29,6	5,2	8092
Santa Fé	12,9	14,0	17,9	85,0	18,6	21,9	5,6	8,7	15,3	13,7	78,1	11,6	19,1	5,6	10432
Santa Helena	8,8	24,3	7,3	64,8	33,7	22,2	6,0	7,7	26,7	6,0	58,6	13,3	20,0	5,7	23413

Tabela 1E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARANÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Santa Inês	17,8	26,6	21,7	96,6	27,1	30,4	5,5	13,0	25,5	10,9	97,1	11,8	25,9	5,2	1818
Santa Isabel do Ivaí	15,0	24,9	22,7	71,7	25,8	26,2	5,6	12,1	24,5	14,5	55,0	15,1	21,5	5,3	8760
Santa Izabel do Oeste	14,8	29,1	49,9	78,7	55,9	33,9	4,8	9,8	35,9	32,4	71,3	11,7	27,9	5,5	13132
Santa Lúcia	16,7	35,7	46,1	95,5	55,0	38,2	4,6	12,9	35,2	35,1	98,1	29,7	33,5	5,2	3925
Santa Maria do Oeste	19,5	52,9	76,0	97,7	83,9	51,1	4,1	14,4	59,3	61,5	88,4	63,4	47,3	5,1	11500
Santa Mariana	18,5	24,2	14,7	60,1	16,8	24,3	5,1	13,7	34,7	9,2	55,8	8,6	24,5	5,1	12435
Santa Mônica	22,3	34,0	16,8	92,0	41,0	34,8	4,5	12,9	35,2	22,5	97,8	20,4	31,3	5,2	3571
Santa Tereza do Oeste	13,8	23,7	30,9	98,1	29,0	29,3	5,5	7,4	28,7	15,2	86,3	14,5	24,6	5,7	10332
Santa Terezinha de Itaipu	9,7	20,4	13,3	95,4	10,6	22,9	6,0	7,3	27,7	8,6	65,6	6,0	20,6	5,7	20841
Santana do Itararé	21,2	41,0	35,8	99,1	39,8	39,5	4,5	16,1	48,2	33,1	98,1	30,9	39,1	4,9	5249
Santo Antônio da Platina	14,5	19,5	21,3	31,2	16,8	18,9	5,5	9,8	28,2	15,8	18,6	11,1	17,9	5,5	42707
Santo Antônio do Caiuá	19,4	26,4	20,5	97,0	21,1	30,3	5,3	13,0	32,3	16,1	79,0	13,3	27,0	5,2	2727
Santo Antônio do Paraíso	18,7	28,4	37,4	81,0	40,5	32,6	5,2	13,1	33,8	17,0	97,2	18,1	30,0	5,2	2408
Santo Antônio do Sudoeste	15,1	34,8	36,3	54,6	45,3	31,1	5,1	11,7	39,9	17,8	24,6	16,9	24,0	5,3	18893
Santo Inácio	13,1	19,7	22,9	69,9	22,5	23,2	5,3	9,4	20,3	17,5	63,6	11,8	20,0	5,5	5269
São Carlos do Ivaí	16,2	14,7	8,9	98,4	10,3	23,0	4,8	10,8	19,2	8,2	89,4	4,4	21,1	5,4	6354
São Jerônimo da Serra	26,4	39,9	47,2	95,2	61,6	43,7	4,1	17,2	56,6	36,4	86,3	39,5	42,3	4,8	11337
São João	12,5	27,5	52,6	77,1	59,0	32,9	5,4	7,6	28,5	37,6	59,8	33,4	25,9	5,7	10599
São João do Caiuá	20,3	28,4	13,6	67,5	16,5	27,0	4,9	13,2	35,2	10,2	56,3	9,3	24,8	5,2	5911
São João do Ivaí	22,3	30,3	26,6	18,5	33,5	26,1	4,7	16,2	33,9	17,7	91,4	19,3	30,7	4,9	11525
São João do Triunfo	11,2	46,6	67,6	59,0	74,8	40,3	4,4	7,8	51,1	45,9	89,6	60,2	40,3	5,7	13704
São Jorge do Ivaí	12,2	27,5	18,2	72,1	21,6	25,3	5,8	7,3	32,7	32,7	61,7	29,6	26,6	5,7	9085
São Jorge do Patrocínio	12,8	16,8	18,7	95,6	47,9	26,7	4,6	9,1	16,4	11,6	17,0	10,3	12,9	5,5	5517
São Jorge d'Oeste	18,3	36,9	50,6	73,2	55,5	37,3	5,3	14,5	21,9	3,2	98,4	22,5	25,4	5,1	6041
São José da Boa Vista	19,4	42,3	47,6	66,3	49,6	38,0	4,3	11,4	41,0	39,5	52,2	31,0	30,8	5,3	6511

Tabela 1E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARANÁ

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
São José das Palmeiras	22,5	36,2	38,1	83,1	44,3	37,3	4,8	14,1	37,0	24,4	97,9	32,3	33,7	5,1	3830
São José dos Pinhais	5,7	13,3	16,4	17,2	5,1	10,6	6,3	3,4	16,7	10,9	9,4	1,9	9,3	6,0	264210
São Manoel do Paraná	13,8	24,8	46,3	87,1	52,2	32,2	5,1	13,5	14,6	7,2	96,6	20,1	22,5	5,2	2098
São Mateus do Sul	6,3	30,4	45,2	56,2	45,0	27,5	5,6	3,8	33,2	37,0	39,4	32,9	24,0	6,0	41257
São Miguel do Iguaçu	10,5	26,6	24,6	53,9	33,5	24,2	5,5	8,0	32,2	16,9	62,6	17,2	24,0	5,6	25769
São Pedro do Iguaçu	18,3	32,7	42,7	99,6	52,7	37,5	4,6	11,6	34,8	22,9	98,8	29,3	31,7	5,3	6491
São Pedro do Ivaí	15,8	23,1	14,7	67,7	16,8	23,8	5,6	10,7	21,1	11,5	53,0	9,5	18,8	5,4	10167
São Pedro do Paraná	17,3	21,9	33,7	99,0	43,6	31,6	5,3	11,8	27,9	32,3	99,4	31,3	30,5	5,3	2491
São Sebastião da Amoreira	20,5	28,9	19,8	85,8	21,0	30,3	5,1	14,5	33,3	10,1	97,4	11,0	29,0	5,1	8626
São Tomé	14,6	28,0	25,7	91,8	25,6	29,6	5,0	9,1	16,8	13,5	98,1	11,5	21,8	5,5	5349
Sapopema	23,7	40,4	43,9	71,3	55,0	39,5	4,2	17,0	44,6	35,7	47,6	36,2	33,6	4,9	6736
Sarandi	10,3	18,8	2,1	88,9	2,3	19,9	5,3	7,1	23,0	4,1	91,1	1,0	20,6	5,7	82847
Saudade do Iguaçu	13,6	30,2	48,4	88,2	59,1	35,0	4,7	8,3	34,4	31,1	98,1	38,3	31,9	5,6	5028
Sengés	14,4	32,1	28,6	69,2	43,5	30,5	4,5	8,4	44,7	19,8	54,7	14,6	27,7	5,6	18414
Serranópolis do Iguaçu	6,1	23,2	52,5	99,4	30,5	29,0	5,7	4,1	19,2	21,3	90,3	6,0	20,4	6,0	4568
Sertaneja	13,6	23,7	17,2	99,8	16,8	26,9	5,7	9,5	29,0	11,1	81,3	8,0	23,9	5,5	5817
Sertanópolis	11,9	15,7	16,6	61,8	17,0	19,4	5,8	6,8	20,3	10,9	54,4	11,0	17,3	5,7	15638
Siqueira Campos	13,3	23,1	24,7	45,3	24,0	22,2	5,2	8,8	28,5	18,6	31,8	10,0	19,2	5,6	18454
Sulina	11,0	35,5	62,2	93,8	70,8	39,0	5,0	8,4	30,3	48,6	97,6	36,8	32,2	5,6	3394
Tamarana	22,7	36,2	48,3	92,1	49,1	39,8	4,2	15,3	51,8	48,2	63,7	41,6	38,9	5,0	12262
Tamboara	15,3	20,0	18,1	98,1	27,2	27,0	5,4	10,9	19,9	13,2	99,0	13,0	23,8	5,4	4664
Tapejara	15,1	20,0	19,5	79,7	22,9	24,8	5,0	11,8	22,2	9,4	12,3	7,4	14,8	5,3	14598
Tapira	19,0	30,4	37,9	87,9	62,5	36,1	4,8	13,9	28,3	16,7	90,8	34,1	29,1	5,1	5836
Teixeira Soares	9,4	33,7	43,7	58,0	54,9	30,7	5,3	5,5	46,0	37,4	78,0	31,0	32,9	5,9	10283
Telêmaco Borba	10,5	20,9	2,9	39,0	2,8	15,6	5,9	7,4	27,5	1,9	25,5	,5	15,1	5,7	69872

Tabela 1E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do PARANÁ

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Terra Boa	15,3	18,1	14,7	92,4	17,0	24,5	5,3	8,7	16,4	8,5	68,3	7,9	17,5	5,6	15776
Terra Rica	16,0	22,4	14,6	88,6	21,8	26,2	5,1	10,7	23,4	15,6	67,0	12,2	21,7	5,4	15221
Terra Roxa	14,4	23,6	29,3	98,4	29,7	29,4	5,2	10,1	23,7	14,9	57,5	16,7	20,9	5,5	16759
Tibagi	17,4	33,5	44,6	65,2	43,2	33,2	4,3	12,1	46,3	28,1	48,2	20,0	30,3	5,3	19344
Tijucas do Sul	13,3	32,2	52,4	76,9	66,8	35,5	4,3	8,6	39,2	45,8	52,1	17,3	28,6	5,6	14537
Toledo	7,6	13,0	12,9	63,1	15,8	16,6	6,5	4,6	15,1	6,5	41,0	7,6	12,6	5,9	119313
Tomazina	17,3	32,8	56,5	82,4	55,4	37,1	4,6	13,2	40,2	49,7	57,6	41,2	33,7	5,2	8791
Três Barras do Paraná	16,7	39,1	54,5	95,6	59,6	40,7	4,7	12,4	46,9	43,3	81,2	42,0	37,6	5,3	11824
Tunas do Paraná	28,1	35,9	52,5	92,1	54,0	42,4	3,2	18,3	50,8	42,8	94,8	8,1	39,3	4,7	6256
Tuneiras do Oeste	17,7	29,5	33,0	99,4	46,2	34,6	4,8	9,5	33,2	21,5	93,7	22,6	29,1	5,5	8695
Tupãssi	12,4	26,6	24,7	99,7	31,4	29,5	5,6	6,8	29,0	16,2	80,7	17,3	24,3	5,7	7997
Turvo	15,4	46,2	60,8	88,9	66,1	43,2	4,4	12,3	49,1	47,7	83,6	46,1	39,4	5,3	13811
Ubiratã	15,1	32,5	21,6	98,1	24,9	31,5	5,4	9,6	29,9	13,7	75,2	13,3	24,4	5,5	21558
Umuarama	9,8	13,8	9,3	55,8	10,0	16,0	6,4	6,2	16,6	6,8	20,4	5,3	11,3	5,8	100676
União da Vitória	6,0	17,6	12,4	17,2	10,0	12,3	6,6	4,0	29,2	9,4	17,0	6,1	15,0	6,0	52735
Uniflor	19,1	28,3	28,0	95,4	31,2	32,4	4,9	10,3	18,8	23,5	98,3	16,9	24,5	5,4	2466
Uraí	16,2	26,5	19,5	53,8	24,7	24,9	5,6	11,1	32,8	16,3	43,2	13,1	22,8	5,4	11472
Ventania	20,6	33,2	31,8	98,5	32,7	35,5	4,3	15,0	48,4	23,1	82,7	22,9	35,3	5,0	9957
Vera Cruz do Oeste	16,5	34,0	29,8	80,0	31,5	32,0	4,9	11,1	35,8	25,7	57,7	19,6	26,9	5,4	8973
Verê	13,9	24,5	59,0	84,0	61,8	34,0	5,2	10,8	30,6	40,4	72,5	42,4	30,1	5,4	7878
Vila Alta	999,0	33,6	30,6	98,1	39,6	378,5	4,4	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	3950
Virmond	9,0	26,4	68,6	90,6	67,1	35,1	4,8	7,2	39,6	48,8	96,4	38,1	35,0	5,7	6513
Vitorino	12,5	24,6	42,8	95,8	41,0	31,2	5,0	5,7	26,3	34,9	49,9	25,0	22,4	5,8	19298
Wenceslau Braz	15,6	32,7	24,0	72,7	26,4	29,4	5,3	11,0	40,3	19,0	75,9	16,6	29,4	5,4	6012
Xambê	19,0	32,7	35,2	91,6	42,9	35,3	4,8	12,9	28,8	31,6	86,9	26,2	29,4	5,2	,

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 2E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SANTA CATARINA

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Abdon Batista	10,9	44,5	63,4	80,0	65,6	40,4	5,3	9,7	40,4	41,5	54,4	57,1	32,8	5,5	2653
Abelardo Luz	13,6	41,4	57,9	79,1	59,4	39,0	5,0	11,0	40,7	42,6	86,9	41,1	35,4	5,4	17100
Agrolândia	7,2	19,8	52,0	18,7	25,2	19,1	5,1	5,1	14,1	34,9	19,9	4,9	12,9	5,9	9323
Agronômica	6,9	9,4	81,0	69,3	69,4	27,7	4,9	5,5	17,0	61,9	46,6	30,3	22,0	5,9	4904
Água Doce	9,3	21,8	54,5	36,5	40,6	24,1	5,5	7,2	33,4	46,7	27,8	27,6	24,5	5,7	6961
Águas de Chapecó	14,3	26,6	65,5	98,7	65,8	37,5	4,7	6,4	27,1	43,5	89,2	46,0	29,8	5,8	6110
Águas Frias	9,4	25,3	73,1	49,9	81,2	32,4	4,8	9,1	18,8	41,6	62,6	51,1	25,3	5,5	2424
Águas Mornas	9,0	12,6	82,9	80,5	24,9	27,0	4,7	5,8	14,7	73,6	30,8	6,3	18,7	5,8	5548
Alfredo Wagner	13,0	18,8	76,7	73,3	70,5	33,2	4,3	9,4	24,2	72,8	44,5	44,8	28,1	5,5	9410
Alto Bela Vista	5,0	16,1	74,6	63,3	65,1	27,7	5,1	4,0	20,0	43,4	59,8	41,3	23,0	6,0	2005
Anchieta	11,3	29,6	59,7	86,7	62,9	35,3	4,8	7,2	25,5	46,9	84,1	37,8	28,6	5,7	6380
Angelina	13,2	26,3	87,8	73,4	80,0	38,0	4,3	10,5	26,8	86,0	36,5	14,5	27,2	5,4	5250
Anita Garibaldi	15,3	37,8	61,0	80,5	64,9	39,3	4,7	13,3	47,4	41,5	41,1	20,9	31,8	5,2	8623
Anitápolis	13,9	22,6	70,4	76,1	49,0	32,6	4,3	10,7	30,2	67,6	41,5	9,4	26,6	5,4	3214
Antônio Carlos	6,6	6,4	71,3	49,5	19,1	19,0	5,3	4,1	9,5	54,1	38,4	5,6	15,0	6,0	7458
Apiúna	11,3	16,0	47,7	28,0	29,7	20,2	5,0	5,9	12,8	36,9	20,5	6,8	13,2	5,8	9600
Arabutã	5,4	12,6	72,0	80,9	73,5	29,0	5,2	4,0	14,3	58,3	27,0	33,2	18,4	6,0	4193
Araquari	7,6	23,6	52,7	16,7	11,0	19,2	5,1	5,7	24,6	46,6	35,4	3,0	19,5	5,8	24810
Araranguá	7,0	15,0	47,1	13,9	14,7	15,4	6,1	4,5	16,8	41,9	22,1	5,4	14,6	5,9	61310
Armazém	11,9	12,9	56,3	40,4	48,0	23,1	5,5	5,8	13,3	51,2	19,0	18,9	15,8	5,8	7753
Arroio Trinta	10,6	11,7	42,2	64,3	41,0	22,7	5,7	5,6	12,2	28,2	32,7	10,0	13,5	5,8	3502
Arvoredo	17,3	36,0	70,6	94,0	82,4	43,3	4,5	10,1	17,0	73,4	54,2	64,4	28,7	5,5	2260
Ascurra	4,7	6,7	28,2	12,5	3,9	8,6	5,4	4,1	8,6	14,3	13,1	,6	7,4	6,0	7412
Atalanta	5,0	11,9	69,1	63,5	63,5	25,6	5,1	4,1	19,0	62,4	18,6	21,6	18,5	6,0	3300
Aurora	4,5	10,8	84,6	50,0	69,8	25,8	4,7	4,6	14,2	78,5	37,6	37,9	22,2	5,9	5549

Tabela 2E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SANTA CATARINA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Balneário Arroio do Silva	7,3	18,7	11,3	5,1	5,6	11,3	5,9	4,9	23,2	9,3	1,9	,7	11,1	5,9	9586
Balneário Barra do Sul	6,8	21,0	26,7	14,1	4,5	14,4	5,6	3,7	22,8	14,5	16,2	,6	12,6	6,0	8430
Balneário Camboriú	3,0	6,2	5,9	4,3	,5	4,3	8,2	1,5	6,0	3,7	1,0	,0	3,1	6,2	108089
Balneário Gaivotas	9,6	25,9	72,8	13,4	6,3	22,0	6,0	6,3	21,8	59,3	4,5	2,1	16,7	5,8	8234
Balneário Piçarras	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	4,5	18,1	18,0	8,6	1,8	10,9	ND	17078
Bandeirante	12,6	38,6	82,0	98,8	100,0	45,9	4,5	8,9	33,2	57,4	82,7	64,8	35,3	5,6	2906
Barra Bonita	12,6	28,0	82,6	63,4	87,9	37,4	4,4	13,6	30,4	37,4	87,1	62,4	34,1	5,2	1878
Barra Velha	9,0	18,3	20,4	29,9	9,7	15,7	5,5	4,6	17,6	13,3	11,4	3,3	10,7	5,9	22386
Bela Vista do Toldo	8,5	44,7	92,5	74,7	86,6	44,0	4,5	5,5	43,6	89,3	72,1	76,6	41,0	5,9	6004
Belmonte	11,0	34,7	60,4	99,9	63,2	38,5	4,8	9,4	30,5	37,5	86,2	43,5	30,9	5,5	2635
Benedito Novo	5,2	7,8	75,3	37,4	20,7	18,3	5,2	4,1	10,7	62,6	21,6	8,8	14,8	6,0	10336
Biguaçu	7,5	12,5	23,1	32,3	8,6	13,6	6,0	4,7	14,6	18,3	14,4	,9	10,3	5,9	58206
Blumenau	2,8	4,9	12,4	10,6	,9	5,2	7,2	1,8	5,8	6,9	7,7	,2	4,2	6,2	309011
Bocaina do Sul	16,0	37,5	76,1	73,5	63,5	40,2	4,2	11,3	44,4	71,9	67,8	60,0	39,5	5,4	3290
Bom Jardim da Serra	10,4	39,7	56,6	46,3	43,9	32,3	4,8	8,4	37,7	54,8	58,4	33,0	31,0	5,6	4395
Bom Jesus	16,0	35,7	50,2	83,5	53,8	37,0	4,8	10,6	30,2	30,4	42,3	33,6	24,9	5,4	2526
Bom Jesus do Oeste	7,5	39,6	76,7	87,6	80,2	41,0	4,7	7,2	13,7	28,9	80,3	41,1	22,5	5,7	2132
Bom Retiro	13,3	22,6	34,2	45,8	38,8	24,5	4,9	10,2	31,8	28,1	20,1	14,4	21,1	5,4	8942
Bombinhas	6,1	12,6	39,6	33,0	,6	14,2	6,1	3,5	14,0	24,3	5,4	,1	9,2	6,0	14293
Botuverá	7,4	9,2	70,4	68,8	45,2	24,5	5,2	5,8	4,8	30,7	57,7	7,1	13,6	5,8	4468
Braço do Norte	5,4	9,9	37,0	23,8	18,8	13,4	6,0	3,5	13,3	32,1	27,6	7,9	12,9	6,0	29018
Braço do Trombudo	8,8	13,5	56,9	17,1	38,8	19,1	5,3	3,4	9,1	39,2	28,6	4,8	11,9	6,0	3457
Brunópolis	16,1	37,0	69,9	77,3	67,3	40,1	4,0	13,6	51,5	57,0	59,0	44,7	39,0	5,1	2850
Brusque	3,9	4,1	16,0	20,6	1,5	6,8	6,7	2,7	5,0	13,8	10,6	,6	5,3	6,1	105503
Caçador	8,2	16,7	19,8	32,7	13,7	15,5	5,6	5,9	24,4	14,0	26,9	6,4	15,5	5,8	70762

Tabela 2E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SANTA CATARINA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Caíbi	10,0	19,4	51,0	80,3	54,9	29,0	5,3	8,4	19,2	39,4	77,5	38,4	25,4	5,6	6219
Calmon	18,2	50,7	64,1	86,8	64,2	45,7	4,0	11,9	54,4	37,2	35,1	32,1	33,7	5,3	3387
Camboriú	8,5	15,1	24,3	22,9	6,0	13,8	5,3	4,0	14,4	11,3	10,1	,3	8,7	6,0	62361
Campo Alegre	7,0	19,1	52,0	34,4	32,4	21,1	5,1	4,4	31,4	39,6	9,3	14,3	19,0	5,9	11748
Campo Belo do Sul	19,8	35,7	44,4	49,2	47,7	33,5	4,1	14,4	47,6	38,7	33,4	35,5	32,5	5,1	7483
Campo Erê	16,6	38,0	49,8	92,1	54,6	38,9	4,8	13,1	38,6	35,4	75,4	28,8	32,3	5,2	9370
Campos Novos	10,4	24,7	23,0	61,1	26,2	23,5	5,7	6,7	24,9	16,1	27,7	14,7	17,0	5,7	32824
Canelinha	11,8	10,2	18,4	39,4	24,2	15,9	5,2	7,9	13,8	18,3	51,4	4,0	15,3	5,6	10603
Canoinhas	5,8	25,1	29,1	33,8	27,9	19,9	6,2	4,3	29,8	23,8	37,1	14,0	19,6	6,0	52765
Capão Alto	13,2	29,8	79,2	60,1	79,0	36,8	4,4	9,9	37,2	67,2	62,2	46,9	34,3	5,5	2753
Capinzal	7,0	12,4	16,5	7,6	17,2	10,9	5,5	5,6	15,1	10,8	37,4	4,6	12,7	5,8	20769
Capivari de Baixo	6,0	15,8	6,0	5,0	2,6	9,0	6,4	4,2	15,8	7,1	5,3	,3	8,3	6,0	21674
Catanduvas	10,1	21,4	22,8	29,5	20,0	18,3	5,5	6,2	24,8	16,8	30,7	11,2	16,8	5,8	9555
Caxambu do Sul	14,9	29,5	59,4	55,6	67,1	33,7	4,9	10,8	28,2	49,5	84,9	44,5	31,8	5,4	4411
Celso Ramos	10,9	29,2	75,2	91,8	81,6	38,9	4,8	8,7	39,9	33,7	64,7	28,5	29,9	5,6	2771
Cerro Negro	22,9	44,3	83,6	88,1	88,5	49,5	3,8	17,0	59,8	58,2	71,5	73,1	47,1	4,9	3581
Chapadão do Lajeado	9,5	27,9	100,0	96,8	91,9	42,0	4,1	7,5	40,3	90,4	45,6	51,2	35,6	5,7	2762
Chapecó	7,1	15,1	18,3	43,5	10,0	15,2	6,6	4,5	13,4	19,4	36,1	4,9	12,5	5,9	183530
Cocal do Sul	4,5	6,2	19,4	4,9	10,5	7,2	6,4	2,8	8,4	10,3	29,9	1,9	8,3	6,1	15159
Concórdia	5,9	8,9	26,6	32,7	25,7	13,7	6,4	4,2	10,8	13,7	19,6	8,9	9,5	6,0	68621
Cordilheira Alta	10,7	18,7	52,7	84,4	75,9	31,5	5,5	4,9	13,1	62,7	59,8	35,1	22,3	5,9	3767
Coronel Freitas	10,9	20,2	46,8	50,9	54,8	26,1	5,1	8,3	17,4	24,1	43,1	37,7	19,4	5,6	10213
Coronel Martins	13,8	36,0	74,3	97,0	80,6	42,7	4,9	11,4	36,1	61,7	76,8	48,0	35,5	5,3	2458
Correia Pinto	10,5	26,1	27,2	36,4	27,7	22,0	5,3	9,4	32,6	15,5	29,7	14,5	20,8	5,5	14785
Corupá	4,3	9,4	36,9	8,2	17,7	11,1	5,8	3,1	9,2	32,9	24,3	5,7	10,8	6,1	13852

Tabela 2E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SANTA CATARINA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Guabiruba	4,7	6,3	49,7	37,3	4,0	13,3	5,7	2,8	6,1	38,0	7,0	1,0	7,9	6,1	18430
Guaraciaba	7,1	19,0	53,7	49,3	62,8	25,6	5,4	6,6	19,1	28,0	53,2	31,6	20,4	5,8	10498
Guaramirim	5,3	8,9	51,1	12,6	14,5	13,0	6,3	2,8	9,5	27,6	21,6	1,3	9,6	6,1	35172
Guarujá do Sul	11,4	22,8	43,4	89,9	47,4	30,2	5,2	6,3	18,9	19,3	64,0	25,5	19,9	5,8	4908
Guatambu	17,4	32,8	75,4	93,5	74,0	42,0	5,0	10,2	24,1	53,7	85,5	55,5	31,6	5,4	4679
Herval d'Oeste	7,5	16,8	14,0	33,9	15,8	15,0	6,0	4,8	15,0	9,1	10,1	8,7	9,7	5,9	21239
Ibiam	9,6	18,3	75,5	78,9	76,6	32,9	4,7	6,2	19,9	29,6	53,4	57,9	23,0	5,8	1945
Ibicaré	7,1	19,0	49,5	56,0	43,2	24,1	5,3	6,7	17,4	38,4	28,8	29,9	18,2	5,7	3373
Ibirama	5,7	7,3	32,6	70,2	14,6	16,7	5,6	3,7	7,8	22,0	7,3	5,6	7,6	6,0	17330
Içara	6,5	13,2	29,4	27,8	18,7	14,6	5,6	4,2	16,6	20,3	25,8	7,0	12,8	6,0	58833
Ilhota	7,1	10,4	43,6	54,8	13,4	17,7	5,5	5,3	9,1	44,3	46,0	3,0	14,8	5,9	12355
Imaruí	17,0	28,8	57,5	54,6	65,7	33,7	4,6	12,1	34,3	40,8	29,2	44,2	27,6	5,3	11672
Imbituba	8,6	16,7	25,5	13,2	10,0	13,8	6,2	5,9	21,4	12,8	38,2	1,8	15,1	5,8	40170
Imbuia	9,1	12,2	74,1	69,6	62,3	28,2	4,6	6,5	30,0	65,2	41,6	21,0	25,9	5,8	5707
Indaial	3,5	5,6	13,8	11,1	4,2	6,2	6,1	3,0	7,0	9,1	11,5	1,5	5,8	6,1	54854
Iomerê	5,5	11,7	72,9	62,9	56,0	25,3	6,1	3,2	7,2	24,8	58,4	2,5	12,6	6,1	2739
Ipira	6,9	15,9	60,1	44,0	55,3	23,9	5,9	5,0	21,1	34,0	37,3	18,0	18,2	5,9	4752
Iporã do Oeste	4,4	24,7	65,9	81,9	67,0	31,7	5,5	3,3	20,8	38,6	66,6	28,2	22,0	6,0	8409
Ipuaçú	17,6	36,8	65,7	97,7	82,4	43,6	4,7	11,0	49,9	64,9	89,1	64,3	43,3	5,4	6798
Ipumirim	8,6	19,4	59,1	59,7	59,4	27,6	5,2	5,1	15,4	38,3	34,9	6,0	15,4	5,9	7220
Iraceminha	10,6	19,4	59,9	98,8	82,2	34,6	5,0	7,1	25,8	32,3	83,7	62,9	29,4	5,7	4253
Irani	9,7	25,9	40,6	82,0	40,8	29,0	4,9	7,4	24,2	26,3	53,0	21,9	21,3	5,7	9531
Irati	15,8	27,0	59,7	100,0	81,1	39,0	4,8	11,6	31,9	20,4	98,6	37,2	31,1	5,3	2096
Irineópolis	8,5	29,1	75,4	60,4	72,7	34,0	4,7	7,1	37,0	64,5	52,8	28,0	30,3	5,7	10448
Itá	7,7	17,6	43,0	45,5	47,9	22,5	5,7	6,1	16,1	31,0	33,0	15,8	15,9	5,8	6426

Tabela 2E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SANTA CATARINA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Itaiópolis	7,2	29,1	64,7	42,5	61,6	29,5	5,1	4,7	33,7	49,1	49,4	33,1	26,8	5,9	20301
Itajaí	5,0	10,3	6,5	9,5	1,6	7,2	6,8	3,0	12,4	5,0	10,7	,2	7,0	6,1	183373
Itapema	4,9	11,7	11,5	8,6	1,6	8,1	6,6	2,8	12,6	8,1	12,1	,2	7,5	6,1	45797
Itapiranga	4,3	21,8	41,0	54,3	51,3	23,8	6,0	3,3	14,1	21,9	39,0	26,4	14,8	6,0	15409
Itapoá	6,1	20,2	34,8	11,0	9,6	14,9	6,0	3,9	21,9	12,3	9,4	1,8	11,5	6,0	14763
Ituporanga	6,5	11,3	48,7	33,1	43,4	18,7	5,5	4,6	18,7	39,2	18,2	27,7	16,7	5,9	22250
Jaborá	10,2	15,9	65,2	78,5	60,3	29,6	5,1	7,3	20,2	53,9	55,2	43,7	25,0	5,7	4041
Jacinto Machado	10,5	25,3	52,1	25,9	47,5	25,0	4,8	7,6	28,2	42,8	15,8	28,5	21,3	5,7	10609
Jaguaruna	9,5	15,5	73,5	16,7	33,1	21,2	5,1	6,5	15,7	46,6	22,1	6,1	15,5	5,8	17290
Jaraguá do Sul	2,7	4,6	18,9	10,8	2,8	5,9	7,1	1,8	5,8	11,3	11,7	,6	5,1	6,2	143123
Jardinópolis	9,7	37,6	62,8	55,6	65,5	34,9	5,2	9,0	23,0	40,9	75,4	44,0	27,4	5,6	1766
Joaçaba	4,9	10,8	11,5	9,7	11,6	8,8	7,2	3,2	10,7	8,8	14,4	5,4	7,8	6,1	27020
Joinville	3,4	9,5	5,7	4,2	,7	5,6	7,1	2,3	10,2	4,5	24,2	,2	7,4	6,1	515288
José Boiteux	11,2	27,1	76,0	44,0	67,7	32,1	4,7	6,3	30,4	50,1	20,0	21,5	22,1	5,8	4721
Jupirá	15,4	38,8	99,3	98,1	78,7	46,8	4,7	10,2	30,4	54,8	98,2	52,9	35,0	5,4	2148
Lacerdópolis	6,7	11,1	50,9	38,4	52,7	20,4	5,9	5,4	10,0	43,8	12,7	9,7	12,2	5,9	2199
Lajes	7,2	19,3	6,1	22,5	5,7	12,8	6,6	5,0	25,4	3,8	13,5	1,9	12,6	5,9	156727
Laguna	8,5	21,0	30,3	14,9	29,6	17,7	6,0	5,6	24,1	24,5	31,3	3,5	16,6	5,8	51562
Lajeado Grande	9,4	16,8	73,6	69,9	68,6	30,4	5,3	7,4	16,1	56,8	77,6	46,6	26,5	5,7	1490
Laurentino	5,9	6,9	56,4	43,9	26,1	17,4	5,9	3,9	10,9	42,1	21,8	10,4	12,8	6,0	6004
Lauro Muller	7,6	15,5	26,0	23,2	30,1	16,0	5,7	4,8	17,7	18,1	26,8	7,7	13,3	5,9	14367
Lebon Régis	15,5	39,6	39,8	61,0	48,6	34,2	4,3	12,0	51,8	35,7	51,0	31,6	34,3	5,3	11838
Leoberto Leal	13,2	26,5	86,1	84,7	79,5	39,0	4,4	10,4	21,7	78,5	57,3	63,9	31,2	5,4	3365
Lindóia do Sul	8,3	18,3	66,2	53,3	68,7	28,0	5,3	5,4	14,7	44,5	25,3	13,7	15,6	5,9	4642
Lontras	7,4	13,7	46,2	23,4	23,8	16,8	5,1	5,1	12,5	35,9	24,5	5,7	13,0	5,9	10244

Tabela 2E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SANTA CATARINA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Luiz Alves	5,5	5,0	82,8	50,9	44,6	21,7	5,4	4,4	9,6	74,3	58,0	11,7	19,8	5,9	10438
Luzerna	4,0	9,1	25,1	16,7	27,8	11,5	6,3	2,2	6,5	20,8	17,6	9,4	7,9	6,1	5600
Macieira	11,0	40,5	83,2	84,1	82,0	43,0	4,3	9,6	38,1	71,0	68,4	27,0	33,8	5,5	1826
Mafra	4,7	17,2	27,9	29,2	25,1	15,9	6,2	3,5	23,5	21,5	24,2	17,6	15,8	6,0	52912
Major Gercino	10,4	13,5	79,1	91,6	62,6	31,9	4,9	7,5	24,6	64,8	46,8	14,9	24,3	5,7	3279
Major Vieira	9,9	35,4	76,4	87,9	69,5	39,4	4,9	6,1	45,6	68,0	63,0	41,6	35,6	5,8	7479
Maracajá	7,5	12,3	63,1	11,3	28,2	17,3	5,2	5,5	16,4	48,6	13,1	2,4	14,4	5,9	6404
Maravilha	7,0	14,4	20,4	75,0	25,0	19,8	6,2	4,9	13,1	11,7	57,8	8,8	14,4	5,9	22101
Marema	13,0	12,2	58,5	87,9	66,8	30,2	4,8	8,4	13,0	58,8	83,2	44,2	26,4	5,6	2203
Massaranduba	6,0	6,7	71,3	27,7	41,2	18,5	5,8	3,4	6,8	64,3	13,9	14,1	13,1	6,0	14674
Matos Costa	13,9	36,9	62,6	53,4	58,8	35,2	4,5	10,8	48,7	47,5	70,2	35,7	36,4	5,4	2839
Meleiro	8,9	13,8	70,8	12,1	58,2	21,9	5,1	5,2	16,6	58,0	11,3	31,7	17,7	5,9	7000
Mirim Doce	10,9	17,0	69,7	34,5	60,2	26,1	5,3	7,9	25,2	61,2	20,3	45,3	24,2	5,6	2513
Modelo	8,3	21,8	41,9	86,9	48,9	28,5	5,2	6,6	13,9	16,4	74,5	19,7	18,5	5,8	4045
Mondaí	6,3	23,0	43,8	70,9	55,7	27,3	5,4	4,4	19,7	24,0	72,7	26,7	21,0	6,0	10231
Monte Carlo	13,7	36,0	16,3	76,0	13,9	28,3	4,5	12,5	43,4	11,9	54,2	10,6	27,5	5,2	9312
Monte Castelo	12,1	35,8	52,1	52,0	51,1	32,3	4,9	7,4	47,6	47,0	57,2	21,9	32,2	5,7	8346
Morro da Fumaça	7,4	8,4	31,8	21,7	16,0	12,6	5,2	5,3	11,7	26,2	45,9	3,7	13,9	5,9	16126
Morro Grande	10,6	21,7	69,6	15,1	76,7	27,1	4,6	6,1	26,0	48,4	1,8	29,2	19,1	5,8	2890
Navegantes	7,6	17,8	11,3	29,5	4,0	13,5	5,6	4,2	17,9	7,4	12,3	,4	9,8	6,0	60556
Nova Erechim	8,2	14,9	28,2	36,9	37,5	18,3	5,7	5,7	12,6	14,4	11,5	17,1	10,7	5,8	4275
Nova Itaberaba	14,7	29,0	95,9	33,2	85,0	36,5	4,8	9,1	27,5	50,2	89,6	50,7	32,0	5,5	4267
Nova Trento	6,4	8,9	57,0	34,8	37,8	18,4	5,5	3,7	7,9	39,8	29,3	15,9	12,7	6,0	12190
Nova Veneza	5,0	5,0	34,1	24,6	30,8	12,4	5,9	3,2	10,3	19,1	27,9	8,1	10,4	6,1	13309
Novo Horizonte	12,7	24,1	81,6	96,7	84,3	39,2	4,6	13,0	28,1	68,3	81,0	60,8	35,5	5,2	2750

Tabela 2E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SANTA CATARINA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Orleans	6,4	9,8	38,2	37,0	40,0	17,2	5,7	4,4	14,9	26,3	26,8	20,8	14,2	5,9	21393
Otacílio Costa	9,3	14,9	8,9	39,2	7,6	14,2	5,7	6,6	20,1	9,2	14,1	3,4	12,1	5,8	16337
Ouro	5,8	11,0	40,1	47,0	45,4	19,1	5,6	4,3	13,2	20,0	11,5	11,8	10,5	6,0	7372
Ouro Verde	11,2	31,6	71,9	98,9	72,2	39,4	5,4	11,7	36,9	57,9	81,4	39,8	35,2	5,3	2271
Paial	11,0	28,8	85,3	98,8	89,8	41,3	4,5	9,2	27,6	36,3	79,0	52,6	29,7	5,5	1763
Painel	13,5	22,4	67,4	81,6	65,9	34,1	4,6	10,1	46,1	65,1	49,2	49,5	36,1	5,5	2353
Palhoça	6,5	10,2	10,7	11,9	5,0	8,7	6,1	3,9	12,2	9,1	15,7	,8	8,3	6,0	137334
Palma Sola	12,8	34,0	47,7	97,1	50,5	36,1	4,7	9,0	32,3	33,5	83,8	20,6	28,6	5,6	7765
Palmeira	15,2	24,8	68,1	51,8	65,5	32,5	4,7	11,3	35,3	63,3	50,4	41,3	32,0	5,4	2373
Palmitos	8,7	14,7	47,8	82,6	55,6	26,9	5,4	6,9	19,4	26,9	84,5	28,5	23,5	5,7	16020
Papanduva	10,6	31,7	57,2	45,0	49,3	30,0	4,9	6,8	39,2	46,8	31,4	35,4	27,5	5,7	17928
Paraíso	12,5	27,0	81,7	82,8	75,6	37,9	4,5	11,1	29,6	56,7	88,1	54,1	34,3	5,4	4080
Passo de Torres	8,3	23,9	95,4	5,5	14,7	23,2	5,6	6,9	29,3	66,5	82,6	2,1	28,5	5,7	6627
Passos Maia	16,9	39,7	73,4	71,5	69,7	41,3	4,4	9,6	43,4	60,1	50,1	50,8	34,7	5,5	4425
Paulo Lopes	17,0	13,7	35,5	57,0	30,0	23,2	4,9	11,1	18,6	37,1	65,0	2,8	21,4	5,4	6692
Pedras Grandes	6,9	14,1	71,0	60,0	68,7	27,3	4,8	5,0	13,6	62,4	42,9	22,0	19,6	5,9	4107
Penha	7,7	14,0	25,0	23,4	5,4	13,2	5,4	3,5	15,8	19,3	8,6	,6	9,8	6,0	25141
Peritiba	4,7	11,2	57,1	13,4	53,1	17,7	5,6	2,1	14,1	37,6	28,1	13,4	13,8	6,1	2988
Petrolândia	8,3	21,1	76,0	60,2	58,7	29,9	4,8	7,5	21,7	66,5	54,1	17,5	24,5	5,7	6131
Piçarras	ND	16,3	25,0	13,2	10,4	360,3	6,0	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Pinhalzinho	7,8	15,2	32,7	92,4	27,4	23,7	5,9	5,0	12,1	20,5	4,7	9,5	9,5	5,9	16332
Pinheiro Preto	5,3	15,7	47,0	36,4	28,4	18,7	5,9	4,6	13,2	39,2	38,4	6,5	15,0	5,9	3147
Piratuba	5,0	19,0	54,3	59,0	51,4	24,9	5,4	5,4	17,4	31,6	49,2	26,8	18,9	5,9	4786
Planalto Alegre	13,9	15,5	66,9	97,7	69,7	33,9	4,9	12,0	23,5	38,7	83,7	49,8	29,7	5,3	2654
Pomerode	1,9	4,0	44,6	13,6	6,0	8,7	6,3	1,7	4,1	23,6	7,2	1,8	5,4	6,2	27759

Tabela 2E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SANTA CATARINA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Ponte Alta	14,0	38,0	31,2	48,3	30,3	29,3	4,5	11,3	40,0	22,4	58,4	11,9	27,5	5,4	4894
Ponte Alta do Norte	14,2	29,0	20,5	21,3	10,2	20,4	4,4	9,6	43,1	11,0	14,9	6,0	21,7	5,5	3303
Ponte Serrada	12,7	34,2	28,5	64,6	23,2	28,3	5,0	9,7	31,8	26,8	56,5	10,9	24,2	5,5	11031
Porto Belo	8,0	11,0	21,3	16,0	3,4	10,9	5,8	4,6	13,5	17,1	22,1	1,5	10,6	5,9	16083
Porto União	5,1	16,5	18,8	22,5	17,6	13,5	6,5	3,4	25,0	16,8	23,4	7,6	14,9	6,0	33493
Pouso Redondo	8,4	17,2	62,3	57,8	47,7	25,9	4,9	5,7	20,2	54,7	14,8	23,8	18,5	5,8	14810
Praia Grande	12,3	25,6	46,0	26,9	36,3	24,2	5,1	9,6	28,6	36,8	21,8	12,8	20,7	5,5	7267
Presidente Castelo Branco	6,5	18,5	73,6	67,9	70,5	29,9	4,9	4,7	13,5	55,3	62,5	1,9	18,9	5,9	1725
Presidente Getúlio	4,2	5,3	41,7	20,6	29,9	12,6	5,8	3,1	9,2	27,8	12,5	8,6	9,3	6,1	14887
Presidente Nereu	13,4	20,8	73,9	66,7	63,8	32,5	4,3	11,4	18,2	64,8	40,5	12,4	22,5	5,3	2284
Princesa	11,6	31,9	69,6	93,9	85,3	40,1	4,4	10,4	26,7	29,2	76,6	33,5	27,1	5,4	2758
Quilombo	10,9	28,2	56,7	67,0	63,9	32,4	5,3	8,3	23,3	43,9	64,5	38,1	25,9	5,6	10248
Rancho Queimado	13,7	19,1	75,2	55,6	31,3	28,0	4,6	7,0	16,8	65,6	46,3	8,1	20,8	5,7	2748
Rio das Antas	8,1	17,0	59,9	70,4	55,7	27,5	5,1	6,0	24,2	50,8	55,7	22,3	23,8	5,8	6143
Rio do Campo	7,8	21,5	64,5	37,8	59,0	26,3	4,9	5,8	23,8	49,8	24,9	17,7	19,8	5,8	6192
Rio do Oeste	6,3	7,5	63,6	19,7	55,5	18,6	5,3	4,8	12,5	51,9	30,9	10,7	15,7	5,9	7090
Rio do Sul	5,0	6,1	12,7	16,9	5,3	7,5	6,6	2,8	8,1	10,5	15,9	1,6	6,7	6,1	61198
Rio dos Cedros	3,9	11,9	65,6	18,4	19,8	16,1	5,4	3,0	10,5	54,3	17,8	3,0	12,6	6,1	10284
Rio Fortuna	4,4	9,4	70,4	94,9	54,2	27,1	5,6	2,9	7,9	68,6	68,9	18,8	19,9	6,1	4446
Rio Negrinho	4,8	15,3	10,8	15,8	9,7	10,7	5,8	3,8	24,8	6,7	20,4	3,3	13,2	6,0	39846
Rio Rufino	12,3	46,7	75,3	66,9	76,5	42,5	4,5	9,5	45,9	54,2	45,9	14,7	31,2	5,5	2436
Riqueza	11,2	16,8	68,1	97,8	75,7	34,0	4,9	8,4	30,3	29,8	74,1	41,3	28,2	5,6	4838
Rodeio	4,7	5,8	48,0	10,2	17,2	11,3	6,0	3,9	6,1	45,2	12,5	7,4	10,2	6,0	10922
Romelândia	11,2	30,5	66,9	82,4	73,2	36,9	4,5	11,4	32,9	47,4	91,9	51,6	34,8	5,3	5551
Salete	6,3	19,0	44,8	43,1	38,9	21,6	5,5	4,6	16,6	37,6	40,0	21,2	17,5	5,9	7370

Tabela 2E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SANTA CATARINA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Saltinho	17,5	34,5	82,0	97,3	87,9	44,9	4,4	14,0	43,4	52,0	66,5	55,7	37,5	5,1	3961
Salto Veloso	8,9	11,3	25,1	26,9	26,2	14,9	5,6	7,3	18,0	19,3	16,8	7,9	13,4	5,7	4301
Sangão	10,0	10,2	72,1	40,4	52,3	23,6	4,5	7,3	16,2	62,5	81,9	11,3	24,4	5,7	10400
Santa Cecília	12,4	30,9	27,3	43,8	28,9	25,2	4,9	9,7	37,9	16,9	22,7	8,7	21,6	5,5	15757
Santa Helena	9,9	28,6	68,4	99,5	72,4	37,6	4,9	9,8	20,9	34,3	89,3	41,7	27,5	5,5	2382
Santa Rosa de Lima	6,3	18,8	85,1	64,7	77,6	31,5	5,0	4,8	13,0	73,4	44,8	25,3	20,9	5,9	2065
Santa Rosa do Sul	9,6	19,0	83,9	9,2	27,4	22,3	5,5	6,6	26,9	50,0	17,7	7,4	19,5	5,8	8054
Santa Terezinha	9,1	44,9	92,7	71,4	83,1	43,6	4,7	5,7	49,4	84,3	58,8	54,9	39,2	5,8	8767
Santa Terezinha do Progresso	15,9	30,9	84,1	98,6	100,0	44,6	4,4	13,2	42,2	68,9	79,0	76,5	41,8	5,2	2896
Santiago do Sul	13,1	45,4	50,5	95,1	81,6	43,1	4,7	11,4	28,6	19,3	83,1	30,2	27,5	5,3	1465
Santo Amaro da Imperatriz	7,2	9,7	22,5	15,5	8,7	10,7	6,0	5,1	9,7	22,2	15,8	1,7	9,3	5,9	19823
São Bento do Sul	3,4	8,6	12,3	6,8	4,0	6,6	6,5	2,4	14,1	6,4	5,0	1,7	7,1	6,1	74801
São Bernardino	13,4	40,7	98,7	84,0	91,9	46,4	4,4	11,5	39,2	81,6	96,6	65,7	42,4	5,3	2677
São Bonifácio	6,2	18,1	76,1	98,9	62,4	32,5	5,0	3,7	20,2	72,8	37,9	10,8	21,0	6,0	3008
São Carlos	7,4	12,9	47,3	87,0	49,6	25,7	5,7	4,8	14,6	28,2	78,1	23,1	20,0	5,9	10291
São Cristovão do Sul	11,6	30,1	22,1	48,4	20,2	23,8	4,5	12,6	41,3	14,3	38,4	11,8	25,5	5,2	5012
São Domingos	11,4	24,8	43,7	80,6	48,0	30,0	5,5	9,3	26,5	33,9	83,4	32,2	27,7	5,5	9491
São Francisco do Sul	5,4	16,8	37,1	16,1	6,4	13,9	6,4	3,7	21,6	15,6	23,1	1,0	13,0	6,0	42520
São João Batista	5,4	8,2	19,2	33,7	24,9	12,6	5,8	3,4	8,4	15,6	19,0	1,5	7,9	6,0	26260
São João do Itaperiú	9,3	18,1	92,2	40,9	41,9	27,3	4,8	6,6	12,7	73,0	43,5	4,0	19,3	5,8	3435
São João do Oeste	,9	20,5	76,0	84,1	76,0	31,1	5,8	1,0	12,1	54,1	78,4	47,4	22,8	6,2	6036
São João do Sul	12,2	19,9	89,2	37,0	58,5	29,8	4,9	7,7	35,0	78,2	42,1	10,1	28,5	5,7	7002
São Joaquim	9,8	24,9	30,8	38,4	32,6	22,3	5,6	5,8	31,5	31,2	25,7	23,2	21,1	5,8	24812
São José	4,5	6,7	3,7	8,0	2,2	5,3	7,3	2,7	8,8	2,4	5,5	0,2	4,9	6,1	209804
São José do Cedro	9,1	20,6	44,1	92,1	54,4	29,6	5,4	6,0	21,9	16,7	68,2	29,2	21,3	5,8	13684

Tabela 2E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SANTA CATARINA

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
São José do Cerrito	16,7	41,3	84,8	81,1	81,7	45,1	4,2	12,9	49,3	74,2	63,6	71,1	42,6	5,2	9273
São Lourenço do Oeste	10,0	19,4	38,8	73,8	38,0	25,5	5,6	6,7	19,3	25,3	61,6	24,6	20,4	5,7	21792
São Ludgero	5,2	7,7	29,0	22,8	25,5	12,2	5,9	3,6	10,4	20,3	13,8	12,2	9,6	6,0	10993
São Martinho	6,5	19,8	72,9	51,9	61,1	27,8	5,3	4,2	15,2	65,4	31,5	15,0	18,3	6,0	3209
São Miguel da Boa Vista	13,0	41,3	64,3	98,2	85,6	43,8	4,6	11,1	29,7	30,6	92,5	67,2	33,2	5,4	1904
São Miguel do Oeste	7,2	12,9	41,7	41,1	19,2	17,5	6,5	4,6	13,7	18,7	28,8	6,4	12,0	5,9	36306
São Pedro de Alcântara	9,6	11,5	54,5	66,2	27,8	22,6	5,4	5,9	9,7	41,3	21,7	7,4	12,7	5,8	4704
Saudades	5,2	17,4	59,9	89,0	66,1	29,5	5,5	4,4	11,9	40,0	71,9	5,9	18,0	6,0	9016
Schroeder	3,6	6,6	46,4	12,2	5,1	10,2	6,2	2,1	6,2	31,1	37,5	0,8	10,2	6,2	15316
Seara	7,4	11,4	40,4	44,2	39,7	19,0	5,8	5,2	10,7	31,0	31,8	6,8	12,8	5,9	16936
Serra Alta	9,9	12,1	65,3	83,0	64,7	29,1	5,1	6,1	12,3	25,5	76,0	43,3	21,0	5,8	3285
Siderópolis	5,5	6,6	33,4	25,1	24,2	12,6	6,2	4,3	12,9	22,6	14,6	3,9	10,3	6,0	12998
Sombrio	8,0	15,3	90,6	23,9	17,2	21,7	5,5	5,4	17,9	72,6	20,6	3,9	18,3	5,9	26613
Sul Brasil	12,7	40,7	77,9	98,1	85,9	44,9	4,7	13,5	25,6	40,4	80,4	61,2	31,9	5,2	2766
Taió	6,0	16,5	62,5	15,9	40,6	19,8	5,5	4,5	15,3	50,1	21,3	24,6	16,6	5,9	17260
Tangará	7,1	15,2	51,6	69,0	53,3	25,3	5,2	6,6	18,2	38,7	49,0	40,1	21,5	5,8	8674
Tigrinhos	13,9	37,2	61,6	99,2	99,8	43,8	4,5	10,3	31,5	18,5	94,1	40,5	30,1	5,4	1757
Tijucas	8,0	12,9	16,6	20,1	9,4	12,0	6,0	5,9	13,9	5,7	12,1	1,1	8,9	5,8	30960
Timbé do Sul	11,5	15,6	35,5	41,7	57,4	22,8	4,7	8,5	26,1	34,3	32,8	25,3	21,4	5,6	5308
Timbó	2,6	4,3	25,6	2,4	2,2	5,6	6,5	1,8	4,7	15,0	39,7	0,4	8,1	6,2	36774
Timbó Grande	15,9	45,7	55,9	71,4	58,3	40,2	4,2	9,6	50,4	37,5	61,1	28,9	34,0	5,5	7167
Três Barras	8,7	33,0	20,1	36,3	12,5	21,6	5,6	6,5	40,1	16,2	30,8	6,9	21,9	5,8	18129
Treviso	5,1	5,6	47,1	60,1	49,0	19,4	5,1	2,3	10,3	7,8	4,7	0,9	5,8	6,1	3527
Treze de Maio	9,2	11,9	73,1	54,0	59,2	26,1	4,8	5,8	10,7	63,0	33,5	28,5	18,5	5,8	6876
Treze Tilias	6,8	14,7	43,5	39,6	38,2	19,7	5,7	4,5	14,7	29,4	5,8	10,3	11,3	5,9	6341

Tabela 2E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de SANTA CATARINA

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Trombudo Central	6,6	11,6	42,2	47,5	16,9	17,3	5,6	4,3	11,0	35,6	49,6	4,3	14,7	6,0	6553
Tubarão	5,4	7,9	12,9	9,3	5,7	7,5	7,0	3,3	10,1	12,2	8,3	1,0	6,9	6,0	97235
Tunápolis	3,0	23,2	70,4	97,2	71,0	33,2	5,8	3,9	18,0	37,7	90,7	39,3	24,7	6,0	4633
Turvo	6,8	10,3	52,3	11,0	43,2	16,5	5,7	4,7	15,2	48,4	8,9	16,6	14,5	5,9	11854
União do Oeste	12,6	27,5	61,1	99,0	67,5	36,9	4,9	9,8	24,8	51,2	96,3	55,4	32,6	5,5	2910
Urubici	10,5	27,9	39,1	39,2	33,3	24,7	5,3	6,6	33,0	35,9	19,7	8,0	20,4	5,8	10699
Urupema	9,4	32,5	60,0	61,1	51,4	32,0	5,0	7,0	38,3	53,0	61,0	8,1	28,5	5,7	2482
Urussanga	5,1	7,3	25,9	21,1	21,3	11,2	6,3	3,3	9,0	19,7	15,1	5,9	8,5	6,0	20223
Vargeão	10,8	17,5	56,0	76,1	36,9	27,1	5,3	8,5	26,9	46,6	49,4	23,7	24,6	5,6	3532
Vargem	11,6	28,1	76,5	63,3	78,0	35,6	4,7	13,9	43,6	64,5	86,7	53,9	40,8	5,1	2808
Vargem Bonita	9,2	21,6	28,6	40,2	23,5	20,1	5,3	7,0	28,4	30,4	47,1	22,2	22,5	5,7	4793
Vidal Ramos	11,0	19,9	78,4	75,3	73,1	33,5	4,8	8,5	26,1	69,4	74,4	41,0	30,9	5,6	6290
Videira	5,7	9,9	15,9	31,5	12,7	11,6	6,4	3,6	12,5	10,3	13,0	5,7	8,6	6,0	47188
Vitor Meireles	9,8	24,4	76,3	53,5	79,2	32,7	4,4	7,9	35,9	60,6	23,3	38,5	27,6	5,6	5207
Witmarsum	5,5	24,6	84,3	28,7	73,7	29,0	4,9	4,9	17,0	75,6	23,9	14,0	19,3	5,9	3600
Xanxerê	8,2	18,2	25,7	51,1	14,6	18,6	6,3	5,6	17,4	43,9	40,6	8,9	17,7	5,8	44128
Xavantina	9,3	21,3	76,1	79,8	61,2	32,6	5,0	6,5	15,4	51,9	39,2	16,4	18,7	5,8	4142
Xaxim	9,6	16,6	32,3	60,9	28,2	21,5	5,8	5,7	18,2	22,4	49,4	13,7	17,1	5,8	25713
Zortéa	7,7	18,5	24,1	57,4	22,3	19,7	5,2	7,2	17,5	19,9	64,7	9,6	18,4	5,7	2991

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Aceguá	ND	27,5	73,7	53,2	75,9	ND	5,6	6,4	40,1	72,4	17,7	57,3	30,9	5,8	4394
Água Santa	8,3	21,4	70,1	65,5	73,2	31,2	5,2	5,4	21,6	52,3	36,6	20,1	20,6	5,9	3722
Agudo	8,5	15,7	61,0	34,3	55,8	23,5	5,1	6,8	20,8	52,1	28,4	31,3	20,9	5,7	16722
Ajuricaba	6,2	15,8	34,1	96,6	51,8	26,1	5,6	5,1	18,2	15,5	82,2	32,5	21,4	5,9	7255
Alecrim	8,8	33,9	57,6	97,3	72,0	37,7	4,9	7,8	36,7	22,5	86,7	4,3	27,4	5,7	7045
Alegrete	8,3	24,5	16,6	23,0	13,8	16,9	6,4	5,9	31,9	14,5	21,3	11,0	18,0	5,8	77653
Alegria	12,3	39,8	57,4	99,8	70,8	41,1	4,9	10,1	33,1	22,7	88,4	49,0	31,2	5,5	4301
Alpestre	14,3	42,5	77,6	90,3	80,3	44,7	4,5	4,3	20,6	47,5	77,5	29,5	24,5	6,0	2067
Almirante Tamandaré do Sul	ND	22,5	73,9	76,7	73,4	ND	5,4	12,7	39,6	60,2	81,9	67,2	39,3	5,2	8027
Alto Alegre	8,1	17,9	71,3	95,8	74,8	33,4	5,7	7,3	21,6	5,6	80,4	51,8	23,8	5,7	1848
Alto Feliz	4,4	5,1	60,2	18,9	53,9	16,5	5,4	2,7	6,4	41,4	25,7	7,1	10,9	6,1	2917
Alvorada	6,0	18,1	2,7	10,6	2,8	10,1	5,9	3,9	28,5	3,0	11,5	,6	12,9	6,0	195673
Amaral Ferrador	16,0	25,1	58,7	83,7	74,8	36,1	3,8	12,1	44,3	34,3	80,1	59,1	37,1	5,3	6353
Ametista do Sul	14,4	32,6	61,7	99,1	63,9	39,1	4,8	11,4	41,7	36,5	70,3	40,8	33,5	5,3	7323
André da Rocha	7,7	16,7	35,9	27,1	54,7	20,1	5,3	6,7	20,8	27,3	46,7	28,5	19,9	5,8	1216
Anta Gorda	7,6	5,3	22,5	71,6	66,3	20,4	5,4	5,6	11,1	13,5	48,8	25,7	14,7	5,8	6073
Antônio Prado	6,3	5,4	33,9	34,3	20,0	13,1	6,0	4,8	10,2	17,0	14,0	5,1	9,0	5,9	12833
Arambaré	14,0	23,0	33,8	27,0	30,5	22,1	4,9	7,4	36,6	22,8	31,4	8,3	21,8	5,7	3693
Araricá	6,5	16,8	96,9	21,4	2,8	20,8	5,4	4,9	20,6	98,9	23,9	,9	21,9	5,9	4864
Aratiba	6,8	22,7	68,6	53,0	44,7	27,1	5,4	4,4	15,1	36,1	24,9	13,5	14,4	6,0	6565
Arroio do Meio	2,9	6,3	39,8	60,8	13,1	15,0	6,3	1,9	8,3	6,6	49,6	1,4	9,6	6,2	18783
Arroio do Padre	ND	13,5	99,7	56,6	99,7	ND	4,6	4,8	30,7	90,8	37,8	54,8	30,8	5,9	2730
Arroio do Sal	6,7	12,1	70,6	76,1	4,7	22,4	6,0	3,9	23,5	55,0	44,4	,8	20,1	6,0	7740
Arroio do Tigre	10,9	21,2	62,6	69,7	61,0	30,6	5,0	7,1	31,9	26,5	48,8	45,7	25,7	5,7	12648
Arroio dos Ratos	10,8	22,5	9,7	33,6	11,1	17,2	5,5	7,1	31,4	5,9	31,2	4,5	17,8	5,7	13606

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Arroio Grande	12,0	30,2	19,1	18,2	21,2	20,6	5,3	8,2	41,2	14,1	26,8	12,9	22,7	5,6	18470
Arvorezinha	12,9	12,6	45,5	66,1	51,1	25,2	5,2	8,3	25,7	30,8	50,6	24,8	22,7	5,6	10225
Augusto Pestana	5,5	17,0	55,2	93,2	54,2	28,3	5,7	4,2	15,4	6,3	70,2	38,2	18,3	6,0	7096
Áurea	8,4	26,7	78,2	85,7	69,8	35,8	5,1	5,4	22,6	64,1	49,2	23,4	23,8	5,9	3665
Bagé	7,7	20,2	5,7	17,7	5,6	12,7	6,8	4,9	31,8	3,7	13,4	3,2	14,9	5,9	116794
Balneário Pinhal	7,2	18,0	55,6	34,3	2,2	18,5	5,9	5,2	33,7	48,3	30,2	,3	21,9	5,9	10856
Barão	4,1	8,8	55,0	55,5	59,9	21,5	5,5	3,1	7,6	22,0	64,4	5,5	13,3	6,1	5741
Barão de Cotegipe	6,9	16,2	52,4	60,3	51,4	24,5	5,7	3,8	20,0	29,8	37,1	34,9	18,5	6,0	6529
Barão do Triunfo	15,9	28,0	93,4	96,6	90,9	43,5	4,2	9,8	48,5	89,9	67,7	66,4	42,9	5,5	7018
Barra do Guarita	14,7	40,2	51,4	98,4	57,0	40,1	4,8	9,9	30,5	22,9	94,7	42,8	30,4	5,5	3089
Barra do Quaraí	9,2	23,6	28,5	28,5	28,4	20,0	5,5	7,4	53,6	32,3	35,2	24,9	30,7	5,7	4012
Barra do Ribeiro	9,5	20,1	25,2	18,3	20,6	16,8	5,5	7,0	32,7	25,9	25,0	7,9	20,0	5,7	12572
Barra do Rio Azul	8,9	23,3	83,8	75,6	83,9	35,6	4,8	8,0	19,0	71,9	37,4	35,8	24,1	5,6	2003
Barra Funda	6,9	18,0	99,5	96,5	43,2	33,2	6,5	5,1	13,2	9,1	62,1	8,5	14,6	5,9	2367
Barracão	12,9	40,0	49,7	92,9	61,4	39,0	4,8	8,8	35,7	35,3	42,8	35,9	27,0	5,6	5357
Barros Cassal	19,0	35,5	72,4	85,8	73,4	42,3	4,3	15,1	42,5	66,6	67,6	58,5	39,5	5,0	11133
Benjamin Constant do Sul	19,6	43,9	99,4	98,9	90,7	51,2	4,0	13,8	57,3	44,8	36,4	55,6	38,4	5,1	2307
Bento Gonçalves	3,9	5,4	9,5	8,5	8,0	5,9	6,9	2,2	6,7	6,2	12,2	1,4	5,2	6,1	107278
Boa Vista das Missões	9,9	20,9	100,0	87,5	55,6	35,5	5,2	9,0	34,6	10,4	89,3	38,3	29,2	5,5	2114
Boa Vista do Buricá	2,9	16,2	19,2	88,9	31,6	20,9	6,1	1,9	11,0	2,5	91,5	16,1	15,8	6,2	6574
Boa Vista do Sul	999,0	25,9	66,0	16,1	79,0	374,4	4,9	5,0	26,5	23,2	97,0	62,8	29,3	5,9	2441
Boa Vista do Cadeado	999,0	21,6	87,5	91,6	100,0	385,0	5,0	5,3	25,9	35,3	77,5	76,8	29,7	5,9	2425
Bom Jesus	9,6	26,3	30,0	38,9	28,0	22,3	5,1	7,4	9,4	25,9	97,5	14,4	20,1	5,7	2776
Boa Vista do Incra	7,3	6,2	75,0	99,8	100,0	32,1	5,7	7,9	39,8	27,4	22,4	19,5	23,7	5,6	11519
Bom Princípio	1,9	6,2	32,9	15,5	8,4	8,7	6,3	1,7	7,5	21,2	35,2	1,5	9,3	6,2	11789

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Bom Progresso	12,4	38,3	58,1	99,4	61,4	39,8	5,1	10,2	36,7	43,9	76,0	13,4	30,2	5,4	2328
Bom Retiro do Sul	6,3	7,0	26,0	31,8	12,7	11,9	5,7	3,5	12,9	9,7	21,4	2,7	9,2	6,0	11472
Boqueirão do Leão	14,0	25,8	77,3	93,4	75,8	38,7	4,6	10,8	33,1	55,6	75,7	53,6	34,0	5,4	7673
Bossoroca	10,9	44,3	42,5	96,6	55,3	38,9	5,2	8,0	45,4	23,3	74,5	40,2	32,6	5,6	6884
Bozano	999,0	19,3	98,6	99,7	99,2	386,2	5,5	5,2	15,6	24,4	52,7	61,1	20,9	5,9	2200
Braga	18,3	44,5	43,1	99,5	54,5	41,9	4,7	13,8	43,5	31,2	92,3	35,8	36,2	5,1	3702
Brochier	5,1	11,6	42,6	99,3	57,9	26,0	4,8	3,3	16,5	13,8	68,6	7,2	16,2	6,0	4675
Butiá	12,6	19,9	5,8	30,5	8,7	16,0	5,3	8,5	34,8	4,0	31,1	2,0	19,0	5,6	20406
Caçapava do Sul	12,1	24,3	30,1	53,2	30,5	24,2	5,6	8,3	34,5	23,7	47,2	18,7	24,1	5,6	33690
Cacequi	11,0	31,8	16,7	91,8	29,5	29,0	5,6	7,5	42,0	16,2	41,2	23,0	25,4	5,7	13676
Cachoeira do Sul	10,3	19,4	19,0	59,8	18,0	20,3	6,2	7,5	29,5	14,8	61,9	8,4	21,8	5,7	83827
Cachoeirinha	4,5	11,1	12,9	4,9	1,2	7,4	6,7	2,9	17,3	14,4	4,1	,6	9,1	6,1	118278
Cacique Doble	13,3	27,0	55,3	72,2	68,9	33,7	5,2	10,1	41,4	32,6	50,6	34,0	29,8	5,5	4868
Caibaté	8,1	23,9	15,6	94,4	45,7	26,9	5,5	7,0	30,4	2,7	77,6	33,6	24,5	5,7	4954
Caiçara	8,0	25,7	77,8	84,9	77,8	35,9	5,3	7,6	28,9	46,3	68,8	41,5	28,6	5,7	5071
Camaquã	10,3	20,1	24,7	21,3	22,5	17,5	5,5	7,2	31,0	21,4	16,3	12,7	18,5	5,7	62764
Camargo	10,4	9,7	99,7	83,7	30,1	29,0	5,4	8,6	13,0	5,0	53,6	3,5	14,0	5,6	2592
Cambará do Sul	9,3	23,5	36,2	35,2	17,0	20,5	5,3	6,9	26,6	36,5	26,2	4,0	18,7	5,7	6542
Campestre da Serra	9,8	15,4	72,9	74,9	60,8	29,8	5,0	6,4	16,8	59,6	52,5	12,7	21,0	5,8	3247
Campina das Missões	3,8	27,8	9,1	79,9	65,3	26,3	5,8	4,1	24,3	3,8	60,5	21,7	18,6	6,0	6117
Campinas do Sul	7,9	14,6	28,4	32,7	30,0	17,0	5,7	4,7	20,0	11,0	12,0	4,3	11,5	5,9	5506
Campo Bom	4,9	5,6	11,8	3,3	,9	5,3	6,2	3,2	12,2	26,1	5,1	,1	8,7	6,1	60074
Campo Novo	13,9	36,8	32,3	98,9	26,0	33,9	5,2	13,0	38,1	12,6	89,7	12,4	29,7	5,2	5459
Campos Borges	12,7	25,2	45,7	84,8	45,5	31,1	5,1	9,6	31,1	39,9	86,2	26,3	29,8	5,5	3494
Candelária	12,6	28,6	56,4	39,9	51,2	29,1	4,8	9,5	32,6	41,1	31,2	16,6	23,8	5,5	30171

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Cândido Godói	4,6	28,9	16,4	94,8	73,6	30,0	5,8	3,4	21,3	5,5	83,3	49,1	22,4	6,0	6535
Candiota	7,7	28,2	26,2	30,2	27,2	20,9	6,0	5,5	34,9	26,0	18,0	25,8	21,1	5,9	8771
Canela	6,7	11,7	6,9	18,4	3,6	9,4	6,0	4,2	21,0	5,0	11,6	,8	10,6	6,0	39229
Canguçu	13,0	29,1	67,3	68,3	65,7	34,9	4,5	9,2	39,1	61,4	52,0	55,9	33,8	5,5	53259
Canoas	4,4	12,9	3,6	8,0	1,0	7,4	6,9	2,6	19,9	3,2	6,1	,6	8,9	6,1	323827
Canudos do Vale	999,0	18,8	94,4	89,3	78,5	382,6	4,6	10,7	17,7	47,3	63,9	21,5	23,5	5,4	1807
Capão Bonito do Sul	999,0	27,0	75,1	94,7	96,7	385,6	4,8	9,7	44,4	66,1	86,7	56,8	40,1	5,5	1754
Capão da Canoa	6,3	19,1	8,4	11,6	3,5	11,3	6,2	3,7	21,8	10,5	34,8	,3	13,7	6,0	42040
Capão do Cipó	999,0	32,6	82,2	99,5	100,0	389,1	5,1	6,4	42,7	43,6	63,6	72,2	35,0	5,8	3104
Capão do Leão	10,2	26,7	18,0	14,8	19,4	18,1	5,2	7,4	37,8	13,4	24,2	3,4	20,1	5,7	24298
Capela de Santana	8,7	19,3	72,9	13,1	8,1	19,6	4,9	5,8	28,0	69,9	8,0	4,5	20,4	5,8	11612
Capitão	5,9	5,4	29,5	86,0	53,7	20,9	5,2	5,3	10,5	13,6	87,6	18,2	17,8	5,9	2636
Capivari do Sul	9,0	11,9	53,9	19,9	14,2	16,3	5,7	7,9	25,5	36,5	21,8	2,7	18,1	5,6	3890
Caraá	18,1	30,7	99,2	20,6	35,6	32,9	4,1	12,0	32,7	43,1	22,9	8,7	23,4	5,3	7312
Carazinho	6,1	16,9	7,4	69,0	6,7	16,7	6,7	4,1	22,0	7,9	48,4	2,6	15,3	6,0	59317
Carlos Barbosa	3,6	3,2	25,3	23,2	18,8	9,2	6,7	2,5	3,9	9,9	23,1	3,1	6,0	6,1	25192
Carlos Gomes	6,5	26,6	99,6	72,8	80,1	36,9	5,0	4,7	21,1	39,2	51,4	67,9	24,7	5,9	1607
Casca	6,6	7,2	51,8	39,6	51,1	19,0	6,0	3,9	9,1	10,4	68,3	5,3	13,3	6,0	8651
Caseiros	12,1	38,9	56,8	70,5	59,7	36,6	5,2	10,1	32,3	29,1	63,1	20,3	26,3	5,5	3007
Catuípe	8,4	25,5	36,4	91,6	46,6	29,5	5,7	6,0	26,8	6,5	80,6	32,0	23,5	5,8	9323
Caxias do Sul	3,7	6,2	7,6	10,1	4,8	5,8	7,2	2,4	9,3	5,1	7,4	1,3	5,5	6,1	435564
Centenário	5,9	37,7	99,1	88,6	99,0	43,9	4,7	4,1	28,0	33,1	43,0	38,7	22,7	6,0	2965
Cerrito	16,4	24,4	46,5	94,6	49,4	33,5	4,9	12,1	45,9	40,0	46,8	46,3	33,6	5,3	6402
Cerro Branco	16,5	24,1	60,5	64,7	71,1	33,8	4,4	13,1	35,7	31,4	27,9	18,3	24,9	5,2	4454
Cerro Grande	17,1	37,2	100,0	81,1	76,3	44,9	4,9	14,0	44,3	6,5	73,1	58,6	34,0	5,1	2417

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Cerro Grande do Sul	14,8	32,0	77,5	60,7	72,2	37,4	4,3	9,9	46,1	75,2	69,3	39,5	38,3	5,5	10268
Cerro Largo	5,5	20,3	5,0	67,4	19,7	18,4	6,3	4,4	17,3	3,0	57,7	4,9	14,4	5,9	13289
Chapada	6,0	19,8	58,9	98,2	54,2	30,4	5,6	4,3	15,4	10,1	78,3	31,0	19,0	6,0	9377
Charqueadas	7,3	14,3	4,6	11,9	4,3	9,7	6,2	4,8	21,7	3,2	7,7	2,0	10,6	5,9	35320
Charrua	14,6	30,7	61,0	86,1	86,5	39,1	4,0	13,1	42,0	54,0	44,4	46,4	33,8	5,2	3471
Chiapetta	8,8	33,9	42,9	99,4	43,2	33,8	5,4	6,3	29,5	6,9	86,7	26,3	24,7	5,8	4044
Chuí	3,2	14,2	6,2	17,8	5,2	9,1	6,6	1,9	39,0	6,9	15,4	4,6	17,1	6,2	5917
Chувисca	13,6	16,7	99,8	80,2	98,3	38,4	3,9	9,7	42,3	94,3	78,8	78,9	43,5	5,5	4944
Cidreira	4,9	21,2	9,6	21,9	3,7	12,8	6,1	3,7	27,3	9,1	51,8	1,8	17,4	6,0	12668
Ciríaco	11,5	22,9	42,2	59,2	51,4	27,3	5,0	7,1	29,5	37,6	56,8	17,3	24,3	5,7	4922
Colinas	2,8	3,3	58,7	26,4	60,4	16,5	5,1	2,9	7,4	13,2	36,4	5,9	9,4	6,1	2420
Colorado	5,1	17,2	49,2	91,4	55,8	27,6	5,6	4,5	18,5	17,7	96,2	20,5	21,8	5,9	3550
Condor	7,2	21,5	37,5	75,2	46,9	26,1	5,4	5,4	26,3	18,8	73,3	20,1	22,6	5,9	6552
Constantina	10,2	20,1	15,2	96,8	48,5	26,7	5,5	8,3	27,3	12,1	58,8	16,6	21,4	5,6	9752
Coqueiro Baixo	999,0	16,4	79,6	85,3	88,8	380,7	4,4	7,1	17,1	54,7	93,2	53,0	28,8	5,7	1528
Coqueiros do Sul	6,8	31,4	66,2	98,4	78,7	37,7	5,2	5,2	19,9	19,1	77,1	42,5	22,7	5,9	2457
Coronel Barros	5,2	17,7	54,9	93,9	68,4	29,8	5,2	3,2	14,2	14,7	32,8	49,3	15,5	6,1	2459
Coronel Bicaco	15,0	32,6	32,4	99,5	48,7	34,9	5,1	11,3	44,5	29,7	96,3	29,7	35,4	5,4	7748
Coronel Pilar	999,0	7,2	62,6	99,6	99,8	378,2	4,9	4,0	12,3	34,0	94,6	42,4	23,0	6,0	1725
Cotiporã	6,9	6,1	51,9	72,2	52,3	22,3	5,4	4,5	11,3	39,2	13,7	12,1	12,2	5,9	3917
Coxilha	9,5	27,1	42,1	91,5	46,5	31,0	5,0	6,9	30,0	19,4	72,2	26,6	24,9	5,7	2826
Crissiumal	6,6	26,4	53,8	93,7	58,5	32,3	5,6	4,8	25,4	18,9	84,4	36,9	24,7	5,9	14084
Cristal	14,5	27,0	39,4	38,1	38,5	26,1	4,4	9,5	35,1	34,3	15,0	14,9	22,1	5,5	7280
Cristal do Sul	12,3	55,1	99,4	100,0	85,8	52,2	4,4	12,2	46,6	16,4	81,7	64,8	36,7	5,3	2826
Cruz Alta	6,5	17,9	7,3	72,8	11,8	18,0	6,8	4,5	26,3	6,1	61,5	4,5	18,3	5,9	62821

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Cruzaltense	ND	25,5	79,3	80,9	85,0	ND	4,7	6,8	23,3	36,9	50,9	49,9	24,2	5,7	2141
Cruzeiro do Sul	5,5	9,3	49,4	33,2	31,1	16,7	5,7	3,8	13,1	26,3	58,4	6,3	15,4	6,0	12320
David Canabarro	9,1	11,2	69,4	80,8	65,4	28,8	5,4	7,4	19,6	22,0	39,5	13,2	17,1	5,7	4683
Derrubadas	12,1	32,0	99,5	87,4	85,0	42,7	4,9	9,8	44,0	24,9	37,9	65,9	31,3	5,5	3190
Dezesseis de Novembro	15,0	39,0	15,2	99,8	84,7	38,6	4,4	12,3	48,1	2,9	82,0	29,3	32,7	5,3	2866
Dilermando de Aguiar	16,4	35,5	70,4	76,6	72,8	40,2	4,4	13,7	46,7	65,0	18,7	58,8	35,2	5,1	3064
Dois Irmãos	2,6	3,7	5,7	1,6	1,2	3,1	6,6	2,0	6,1	3,6	5,0	,1	3,8	6,2	27572
Dois Irmãos das Missões	13,6	43,4	98,2	99,8	60,7	46,2	5,4	12,3	43,9	19,9	91,0	41,7	35,1	5,3	2157
Dois Lajeados	7,7	6,0	31,2	59,9	61,4	19,9	5,5	5,1	9,0	30,7	32,0	15,1	12,9	5,9	3278
Dom Feliciano	15,5	23,8	81,4	85,1	82,8	38,7	4,0	12,2	48,5	74,9	64,8	62,8	41,6	5,3	14380
Dom Pedrito	8,8	23,2	12,2	15,2	13,6	15,3	6,0	6,0	35,7	9,8	13,1	9,4	17,8	5,8	38898
Dom Pedro de Alcântara	10,6	24,2	71,7	60,8	22,0	28,1	4,9	5,7	28,4	37,7	62,1	2,1	22,6	5,8	2550
Dona Francisca	11,2	22,4	39,6	41,2	24,8	22,5	5,3	7,2	33,0	38,9	42,9	10,9	23,6	5,7	3401
Doutor Maurício Cardoso	7,4	23,6	56,6	99,3	60,5	32,7	5,8	6,3	29,2	19,0	95,3	34,1	27,5	5,8	5313
Doutor Ricardo	9,8	17,0	77,4	86,4	79,3	33,7	4,8	7,2	14,1	21,0	69,2	40,3	20,6	5,7	2030
Eldorado do Sul	7,4	17,9	23,3	22,1	9,0	14,4	6,0	4,2	29,9	16,9	9,6	2,9	15,0	6,0	34343
Encantado	4,9	9,0	18,3	10,6	10,1	8,8	6,3	3,3	10,6	7,0	12,1	3,2	7,1	6,0	20510
Encruzilhada do Sul	14,7	28,7	40,0	52,3	41,6	28,6	4,8	10,8	42,8	31,9	34,6	28,8	28,3	5,4	24534
Engenho Velho	14,6	31,7	5,3	85,8	78,9	32,9	4,6	10,6	35,9	1,8	74,9	36,3	27,6	5,4	1527
Entre Rios do Sul	8,5	31,6	46,7	60,2	43,9	29,2	4,8	6,1	32,0	22,4	86,0	41,7	28,5	5,8	8938
Entre-Ijuís	11,4	32,2	31,0	95,7	55,4	33,5	5,4	9,1	29,1	15,7	24,2	14,8	18,9	5,5	3080
Erebango	8,7	24,1	35,1	96,0	39,8	28,8	5,3	6,9	29,3	30,8	67,5	27,0	25,4	5,7	2970
Erechim	5,2	10,2	8,3	13,5	7,7	8,4	6,9	3,3	11,7	4,1	9,1	2,9	6,9	6,0	96087
Ernestina	7,4	19,8	99,7	99,9	57,4	35,7	5,6	6,2	20,9	16,4	81,4	25,2	22,0	5,8	3088
Erval Grande	15,4	35,8	65,1	64,8	66,8	37,6	4,4	11,8	33,7	42,6	55,7	19,7	28,0	5,3	5163

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Erval Seco	14,4	40,7	74,0	96,1	65,3	43,0	4,8	11,6	45,2	26,9	81,0	31,6	34,1	5,3	7878
Esmeralda	11,9	23,5	27,6	79,5	30,6	26,4	5,0	8,2	37,1	27,0	40,7	16,7	24,5	5,6	3168
Esperança do Sul	10,5	36,6	99,8	98,9	86,8	45,2	4,6	9,8	37,5	29,7	96,9	57,0	35,0	5,5	3272
Espumoso	11,3	22,4	37,0	85,5	37,9	28,1	6,0	7,4	25,1	15,0	43,8	22,0	19,5	5,7	15240
Estação	4,7	16,1	17,7	55,7	19,6	16,8	6,0	3,5	15,1	15,5	35,2	13,4	13,0	6,0	6011
Estância Velha	4,0	6,3	36,7	7,2	1,9	8,4	6,2	2,6	13,1	35,6	7,3	,5	10,1	6,1	42574
Esteio	3,9	10,9	4,8	6,0	,8	6,4	7,1	2,7	17,2	7,2	8,2	,4	8,6	6,1	80755
Estrela	3,6	8,6	20,9	9,7	8,7	8,3	6,5	2,5	9,6	4,4	16,0	1,2	6,5	6,1	30619
Estrela Velha	14,1	37,8	98,9	96,7	80,1	45,9	4,6	8,9	37,5	18,5	87,4	48,2	31,7	5,6	3628
Eugênio de Castro	7,3	31,8	32,8	97,7	59,9	32,8	5,2	6,5	33,5	13,6	89,0	42,7	28,6	5,8	2798
Fagundes Varela	7,3	4,0	53,2	46,2	54,6	19,3	5,3	4,0	6,6	39,4	51,1	5,6	13,7	6,0	2579
Farroupilha	4,4	5,6	17,3	18,0	9,4	8,1	6,5	2,7	8,5	15,2	8,1	4,4	6,8	6,1	63635
Faxinal do Soturno	7,2	18,5	44,5	30,6	33,4	19,9	6,0	5,2	24,8	32,2	27,1	12,6	17,9	5,9	6672
Faxinalzinho	12,6	30,7	56,1	95,6	58,6	36,4	4,8	9,5	38,5	39,5	40,9	24,7	27,5	5,5	2567
Fazenda Vilanova	10,3	20,5	99,9	81,3	51,4	34,4	4,6	5,9	21,9	12,2	63,4	5,6	18,2	5,8	3697
Feliz	1,9	4,0	23,6	51,5	9,9	10,8	6,3	1,0	6,5	19,9	33,3	1,6	8,3	6,2	12359
Flores da Cunha	4,7	3,2	28,2	30,2	25,5	11,2	6,0	3,2	8,7	17,0	24,8	4,7	9,0	6,1	27126
Florianópolis	7,2	39,2	99,6	98,1	90,9	45,2	5,3	4,4	26,8	25,1	77,1	74,9	28,4	5,9	2018
Fontoura Xavier	20,8	36,1	70,0	97,4	69,8	43,8	4,2	17,0	44,1	46,9	97,5	55,8	41,6	4,9	10719
Formigueiro	13,4	35,2	61,0	67,7	54,2	35,4	5,1	11,2	38,7	53,6	83,0	19,9	33,6	5,4	7014
Forquetinha	999,0	12,7	65,6	61,2	63,6	373,1	4,6	6,6	12,1	23,4	60,5	35,2	18,5	5,8	2479
Fortaleza dos Valos	7,6	16,9	36,9	94,7	40,2	26,0	5,8	6,3	25,7	17,2	90,5	24,2	24,7	5,8	4575
Frederico Westphalen	7,6	18,1	28,0	44,8	25,8	19,0	6,7	4,6	20,2	11,3	30,2	13,8	14,3	5,9	28843
Garibaldi	4,1	4,4	13,9	21,6	14,2	8,0	6,6	2,7	5,6	13,9	15,3	1,5	6,1	6,1	30689
Garruchos	14,8	40,5	67,4	96,9	70,8	43,0	4,7	12,2	49,3	12,6	94,5	55,7	37,8	5,3	3234

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Gaurama	6,6	17,3	51,0	56,8	52,5	24,4	5,7	4,1	17,8	39,5	46,3	24,0	18,8	6,0	5862
General Câmara	12,0	21,5	40,9	32,1	39,2	22,9	5,5	9,6	36,2	30,3	34,4	38,3	26,3	5,5	8447
Gentil	10,3	19,2	100,0	96,5	74,5	37,7	5,1	7,6	22,2	12,7	71,1	44,8	23,3	5,7	1677
Getúlio Vargas	5,8	19,2	19,7	51,3	17,5	17,8	6,2	4,1	18,1	14,8	38,9	12,2	14,5	6,0	16154
Giruá	8,4	31,0	23,1	98,6	31,2	29,4	5,9	6,7	34,3	17,2	85,8	24,9	27,4	5,7	17075
Glorinha	12,4	17,9	75,9	33,6	31,7	25,0	5,0	8,1	23,0	52,3	34,5	6,1	20,5	5,6	6891
Gramado	4,8	4,7	18,3	16,5	5,7	7,5	6,4	2,8	11,6	14,4	7,8	,8	7,5	6,1	32273
Gramado dos Loureiros	17,8	32,0	88,4	99,5	84,0	44,7	4,7	12,8	40,2	11,2	32,0	25,3	25,4	5,2	2269
Gramado Xavier	14,3	26,1	84,8	84,4	84,9	39,5	4,2	9,9	43,9	67,5	84,0	67,1	40,8	5,5	3970
Gravataí	5,1	13,7	26,0	21,4	2,6	11,8	6,5	3,2	22,0	24,1	15,7	,7	13,1	6,1	255660
Guabiju	5,2	9,3	61,9	80,4	67,1	26,1	5,9	4,6	11,2	32,8	27,9	3,6	12,2	5,9	1598
Guaíba	5,8	15,0	5,1	11,1	3,2	9,3	6,4	3,8	23,9	6,7	12,7	1,1	11,8	6,0	95204
Guaporé	6,5	6,0	11,2	19,6	14,0	8,9	6,3	3,8	8,5	9,7	6,4	6,5	6,6	6,0	22814
Guarani das Missões	5,9	28,6	12,3	93,8	47,3	27,5	5,6	5,0	27,4	2,5	96,0	34,1	24,7	5,9	8115
Harmonia	1,8	2,3	99,7	34,4	9,9	16,4	6,1	2,1	6,7	24,2	57,5	1,7	11,8	6,1	4254
Herval	12,1	32,7	39,7	53,0	39,8	29,0	4,8	7,9	45,7	33,4	33,6	31,9	28,7	5,6	6753
Herveiras	13,2	29,7	76,7	61,5	85,8	37,2	3,7	10,2	39,1	48,1	92,4	68,9	38,2	5,4	2954
Horizontina	5,0	14,9	20,0	83,1	21,0	19,7	6,7	2,9	13,8	6,0	51,3	12,5	13,0	6,1	18348
Hulha Negra	12,3	34,6	57,9	40,0	59,1	32,0	4,9	8,7	45,6	47,6	35,9	48,5	32,1	5,6	6043
Humaitá	6,6	17,4	52,0	99,5	48,3	28,7	5,8	3,6	17,6	16,5	74,5	18,0	18,6	6,0	4919
Ibarama	12,1	22,0	95,7	90,2	79,2	38,6	4,6	6,9	35,0	47,8	78,5	28,6	30,5	5,7	4371
Ibiaçá	10,5	14,8	48,7	86,2	50,4	27,6	5,4	6,7	16,2	24,0	49,4	30,7	18,5	5,7	4710
Ibiraiaras	6,6	22,2	53,3	61,6	55,7	27,2	5,7	6,0	22,2	35,1	49,5	11,5	19,8	5,8	7171
Ibirapuitã	16,4	35,5	99,8	99,7	56,7	44,2	4,6	10,0	36,8	14,9	88,1	35,6	30,4	5,5	4061
Ibirubá	5,3	13,0	29,9	98,6	28,9	22,5	6,2	3,4	11,4	15,9	79,1	18,4	16,8	6,0	19310

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Igrejinha	5,5	8,6	27,1	7,3	2,3	8,8	5,6	3,5	13,3	29,3	11,4	,6	10,2	6,0	31660
Ijuí	5,7	17,0	13,3	53,6	14,5	16,3	6,8	4,2	20,0	7,1	40,2	7,7	14,1	6,0	78915
Ilópolis	9,7	22,1	46,7	66,2	52,6	27,7	5,3	6,8	18,1	29,1	48,8	16,1	18,3	5,7	4102
Imbé	4,5	11,5	4,8	11,4	1,6	7,5	6,6	3,2	22,7	4,1	17,1	,3	11,3	6,1	17670
Imigrante	3,1	5,3	31,8	68,0	53,5	18,2	5,7	1,3	6,4	19,7	70,2	3,8	12,5	6,2	3023
Independência	8,7	28,8	39,7	99,4	54,6	32,6	5,3	8,0	29,7	28,1	88,2	31,2	28,2	5,6	6618
Inhacorá	17,3	40,1	21,9	95,8	54,9	37,4	4,6	10,6	42,8	7,0	64,0	22,8	28,2	5,4	2267
Ipê	10,4	12,4	51,6	55,1	44,6	23,2	5,2	6,3	16,7	30,6	29,1	14,7	15,6	5,8	6016
Ipiranga do Sul	5,2	18,8	68,5	79,6	69,3	30,2	5,3	3,4	10,3	38,7	28,9	57,1	17,0	6,0	1944
Iraí	11,8	35,8	44,7	82,8	48,2	34,4	5,2	9,4	43,1	36,5	75,4	35,7	33,4	5,5	8078
Itaara	9,8	22,3	54,0	61,1	19,0	25,0	5,5	5,7	30,6	29,8	43,9	4,2	20,8	5,8	5010
Itacurubi	12,1	31,3	66,6	99,3	66,8	38,6	5,0	8,4	48,4	21,0	73,1	62,9	35,4	5,6	3441
Itapuca	15,7	18,2	74,6	97,5	86,8	37,7	4,3	9,1	34,2	53,5	93,9	66,5	36,6	5,5	2344
Itaqui	8,6	31,1	15,8	31,5	16,0	20,3	6,1	6,3	39,1	16,1	31,5	13,8	22,1	5,8	38159
Itati	999,0	18,9	62,0	96,5	52,8	377,7	4,5	12,9	38,5	37,8	96,3	9,0	32,9	5,2	2584
Itatiba do Sul	11,4	31,2	62,4	90,6	72,4	37,5	4,7	11,2	39,1	40,0	61,2	34,0	31,3	5,4	4171
Ivorá	6,3	24,8	56,4	45,7	24,2	23,8	5,8	4,8	24,6	39,1	26,2	7,2	17,8	5,9	2156
Ivoti	2,3	4,6	7,1	3,0	,9	3,5	6,6	1,9	6,9	9,7	27,3	,3	7,0	6,2	19874
Jaboticaba	14,7	40,0	75,0	99,6	71,8	43,9	4,5	12,2	47,9	24,8	72,3	57,3	36,4	5,3	4098
Jacuizinho	999,0	46,4	60,8	94,3	99,6	391,1	3,5	11,7	48,4	31,6	96,4	77,0	41,4	5,3	2507
Jacutinga	6,7	23,9	36,2	44,1	42,4	23,0	5,7	6,2	21,2	30,5	30,2	21,6	17,9	5,8	3633
Jaguarão	8,3	20,8	9,6	12,9	9,9	13,4	6,0	6,6	35,2	6,7	36,3	6,9	19,8	5,8	27931
Jaguari	8,1	22,4	48,8	82,0	49,2	28,8	5,7	5,8	27,5	43,5	65,8	39,7	26,7	5,8	11473
Jaquirana	11,9	29,3	42,0	46,2	41,8	27,4	4,4	10,7	48,5	41,0	62,1	16,9	33,1	5,4	4177
Jari	8,8	43,5	85,7	99,0	87,9	45,6	4,6	7,7	49,3	49,1	89,2	75,1	41,2	5,7	3575

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Joia	7,7	38,1	60,0	96,9	75,0	39,3	5,3	6,3	39,4	35,0	58,0	61,4	31,3	5,8	8331
Júlio de Castilhos	8,4	26,7	21,3	63,5	23,1	23,3	5,9	5,7	36,7	14,6	51,1	13,0	22,9	5,8	19579
Lagoa Bonita do Sul	999,0	23,6	99,7	97,8	97,9	387,5	4,6	10,7	35,7	50,9	69,8	64,3	34,7	5,4	2662
Lagoa dos Três Cantos	2,0	12,3	57,7	83,3	60,6	25,3	5,9	2,2	11,4	12,9	79,5	2,3	14,7	6,1	1598
Lagoa Vermelha	9,7	20,9	17,8	29,0	21,3	17,5	6,2	7,4	28,0	14,1	18,1	7,8	16,5	5,7	27525
Lagoão	23,3	45,0	75,3	93,0	79,4	48,7	3,8	20,1	47,9	65,4	87,5	72,8	46,4	4,6	6185
Lajeado	4,1	7,2	13,1	10,9	2,6	6,7	7,2	2,7	8,4	11,2	14,9	,2	6,6	6,1	71445
Lajeado do Bugre	21,2	34,2	100,0	98,6	83,3	47,7	4,5	18,3	55,8	11,1	96,9	71,1	43,7	4,7	2487
Lavras do Sul	12,2	27,2	22,1	35,9	26,0	22,2	5,8	9,2	39,7	17,7	35,3	18,2	24,3	5,5	7679
Liberato Salzano	15,9	37,1	80,5	99,4	82,7	44,9	4,8	12,7	35,4	12,3	93,5	62,9	33,6	5,2	5780
Lindolfo Collor	4,4	7,1	20,4	9,2	5,0	7,6	5,1	3,8	12,3	12,0	34,2	1,2	10,6	6,0	5227
Linha Nova	2,8	9,4	57,8	96,7	39,2	24,0	5,3	2,9	14,3	23,6	52,6	10,2	14,9	6,1	1624
Maçambará	12,3	34,0	50,2	65,9	69,7	34,7	5,1	9,4	45,3	40,5	64,1	56,3	35,2	5,5	4738
Machadinho	13,4	30,3	48,5	84,2	57,0	34,3	5,1	10,6	33,1	37,4	14,6	30,0	23,4	5,4	5510
Mampituba	16,7	34,1	94,7	66,8	67,8	40,8	4,1	10,2	50,2	57,7	55,8	7,5	33,7	5,4	3003
Manoel Viana	11,4	35,5	28,8	90,1	28,9	31,5	5,1	9,8	41,3	20,4	84,1	22,8	30,9	5,5	7072
Maquiné	11,9	20,9	99,0	66,4	56,5	33,9	5,0	7,6	30,6	56,2	29,1	6,9	23,0	5,7	6905
Maratá	5,4	6,5	100,0	76,0	51,8	27,3	5,1	3,1	12,7	16,7	22,7	9,5	10,5	6,1	2527
Marau	5,9	7,7	30,3	33,3	19,4	13,2	6,5	3,0	10,9	16,8	12,3	1,9	8,1	6,1	36364
Marcelino Ramos	7,5	21,4	42,4	52,6	47,5	24,4	5,6	6,4	22,4	34,1	35,4	24,8	19,6	5,8	5134
Mariana Pimentel	10,5	25,7	83,0	51,6	82,6	34,2	5,1	7,6	34,7	71,9	42,3	20,2	28,6	5,7	3768
Mariano Moro	8,9	13,7	51,2	55,8	54,6	24,1	5,3	7,3	17,7	34,8	15,2	13,1	15,2	5,7	2210
Marques de Souza	7,6	13,7	63,9	90,9	57,2	28,9	5,0	6,9	13,3	25,5	50,3	22,2	17,0	5,7	4068
Mata	9,5	27,8	55,2	98,8	52,5	34,0	5,0	7,5	41,5	49,9	52,8	43,0	31,8	5,7	5111
Mato Castelhano	11,4	18,9	99,7	98,1	82,7	38,8	5,9	9,4	25,4	57,5	12,8	43,9	23,5	5,5	2470

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Mato Leitão	5,4	14,7	99,2	31,8	52,0	25,5	6,0	3,8	13,8	2,9	18,9	6,3	9,0	6,0	3865
Mato Queimado	999,0	34,8	20,2	98,0	84,1	381,8	5,4	7,6	29,5	3,1	68,9	55,8	25,6	5,7	1799
Maximiliano de Almeida	10,8	28,7	54,5	44,3	53,5	29,0	5,0	8,8	32,5	40,2	55,0	38,5	27,9	5,6	4911
Minas do Leão	14,8	24,5	4,6	28,8	8,2	18,0	4,8	10,3	35,2	3,9	27,9	3,8	19,6	5,4	7631
Miraguaí	14,8	36,4	59,3	89,8	63,5	39,3	5,2	9,7	38,6	29,6	64,4	47,4	31,0	5,5	4855
Montauri	8,2	3,0	33,8	99,5	69,9	24,2	5,0	6,6	4,4	9,8	67,3	9,8	12,8	5,8	1542
Monte Alegre dos Campos	15,1	35,9	88,0	99,8	95,0	46,1	4,0	10,7	46,5	79,9	76,3	57,5	41,6	5,4	3102
Monte Belo do Sul	4,4	4,6	27,6	94,7	81,0	23,3	5,3	2,4	12,1	10,9	92,0	3,6	16,2	6,1	2670
Montenegro	6,2	13,3	23,2	12,2	7,0	11,2	6,5	3,7	18,9	19,9	10,4	,8	11,2	6,0	59415
Mormaço	13,9	24,9	100,0	99,9	89,2	42,6	5,2	10,2	31,3	6,9	58,5	32,8	24,4	5,4	2749
Morrinhos do Sul	11,7	31,9	69,5	93,7	38,5	35,9	4,9	8,7	25,9	25,5	84,7	4,2	24,1	5,6	3182
Morro Redondo	12,2	19,1	76,2	38,4	62,8	28,6	4,9	9,0	33,4	65,8	30,5	28,5	27,5	5,6	6227
Morro Reuter	1,6	2,4	47,4	4,7	7,5	7,5	5,9	1,0	6,9	31,4	6,5	1,0	6,9	6,2	5676
Mostardas	15,2	29,2	68,4	16,9	38,7	28,0	4,5	11,3	40,7	75,5	14,1	16,4	29,1	5,3	12124
Muçum	6,6	8,1	7,7	28,2	22,3	10,9	5,6	4,5	9,5	4,3	44,3	4,1	10,4	5,9	4791
Muitos Capões	11,4	24,9	69,8	99,6	86,6	38,3	4,7	6,7	33,2	57,9	74,0	36,6	31,1	5,8	2988
Muliterno	12,0	28,5	93,9	88,9	77,6	40,3	5,1	6,8	24,5	25,7	52,8	36,0	22,5	5,7	1813
Não-me-Toque	5,6	13,5	11,1	75,5	18,5	17,4	6,4	3,8	12,0	5,8	53,7	4,9	12,2	6,0	15936
Nicolau Vergueiro	7,8	12,4	99,8	99,7	75,4	34,8	5,6	5,7	19,2	6,8	88,0	47,9	23,0	5,8	1721
Nonoai	16,8	33,9	33,5	97,0	35,1	34,6	5,2	11,0	34,9	13,5	73,9	23,0	27,3	5,4	12074
Nova Alvorada	9,7	16,3	47,4	99,2	68,6	30,7	5,0	7,8	21,3	15,1	93,8	7,2	22,3	5,7	3182
Nova Araçá	5,4	8,9	14,0	45,7	34,0	14,3	6,3	2,5	6,6	13,7	33,6	4,6	8,6	6,1	4001
Nova Bassano	3,8	2,9	25,6	50,0	43,3	14,2	6,1	3,3	5,0	10,4	40,8	26,2	10,6	6,0	8840
Nova Boa Vista	3,2	9,2	8,2	84,1	86,2	21,8	5,6	2,5	8,9	3,4	57,0	48,4	14,7	6,1	1960
Nova Brésia	7,2	8,1	50,5	54,9	56,3	21,5	5,9	3,8	11,4	22,2	81,1	10,0	17,1	6,0	3184

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Nova Candelária	4,2	16,6	49,2	99,6	88,3	30,8	5,2	2,2	14,7	1,8	18,5	30,1	10,7	6,1	2751
Nova Esperança do Sul	8,6	20,3	30,6	90,4	31,5	25,7	5,3	5,2	20,4	8,0	84,3	20,2	20,5	5,9	4671
Nova Hartz	5,7	8,0	95,5	15,8	1,6	16,6	5,3	3,4	14,5	95,5	3,2	,2	16,6	6,0	18346
Nova Pádua	4,2	4,3	66,7	60,8	74,3	23,0	5,5	3,6	5,8	34,9	21,3	12,2	10,3	6,0	2450
Nova Palma	5,9	15,9	48,8	49,4	53,8	22,8	6,1	3,6	26,7	34,5	39,7	18,2	20,0	6,0	6342
Nova Petrópolis	2,8	5,4	39,1	19,3	19,8	10,8	6,4	2,0	7,2	25,3	12,8	2,4	7,4	6,2	19045
Nova Prata	4,5	7,5	19,5	16,4	15,2	9,3	6,8	2,9	8,8	17,3	20,3	2,8	8,3	6,1	22830
Nova Ramada	9,4	30,2	95,4	99,5	78,0	41,3	4,9	6,4	24,3	22,6	95,6	56,7	28,3	5,8	2437
Nova Roma do Sul	4,2	4,9	53,1	9,6	59,2	15,1	5,7	4,6	7,0	23,5	60,3	18,6	14,5	5,9	3343
Nova Santa Rita	8,1	13,4	84,5	25,0	12,6	20,1	5,7	4,6	24,8	63,4	34,2	2,3	20,7	5,9	22716
Novo Barreiro	12,7	34,0	99,6	98,0	78,7	44,2	4,8	10,8	35,1	7,8	83,4	55,3	30,6	5,4	3978
Novo Cabrais	12,9	32,7	100,0	68,5	99,8	42,6	4,5	8,7	32,3	32,5	45,5	17,7	24,1	5,6	3855
Novo Hamburgo	5,0	9,7	20,9	10,9	1,0	8,6	6,5	3,4	18,7	23,6	7,1	,4	11,0	6,0	238940
Novo Machado	7,0	30,5	27,3	99,6	73,0	33,0	5,0	7,2	35,8	11,9	90,7	29,2	28,5	5,7	3925
Novo Tiradentes	16,3	40,8	76,2	95,2	74,8	44,7	4,9	15,3	34,5	3,9	81,5	69,6	32,7	5,0	2277
Novo Xingu	999,0	10,0	37,1	98,6	99,8	376,4	4,7	5,5	17,4	3,3	70,4	33,0	18,7	5,9	1757
Osório	6,5	15,5	19,8	23,5	3,7	12,6	6,5	4,2	19,8	31,3	26,9	1,0	14,6	6,0	40906
Paim Filho	11,3	18,3	47,2	89,8	61,0	30,2	5,0	7,7	29,6	15,7	61,5	29,6	23,8	5,7	4243
Palmares do Sul	11,5	25,6	61,4	18,9	15,3	22,8	5,4	8,2	30,7	52,6	9,8	4,1	20,5	5,6	10969
Palmeira das Missões	12,1	28,3	20,3	81,5	20,9	26,7	5,8	8,7	33,7	11,2	68,2	13,2	24,4	5,6	34328
Palmitinho	11,6	25,1	59,1	83,1	66,1	33,7	5,5	9,0	31,0	33,5	54,2	39,0	26,7	5,6	6920
Panambi	4,4	14,7	16,4	82,2	14,3	18,3	6,6	3,0	15,6	11,1	39,7	5,2	12,3	6,1	38058
Pantano Grande	13,8	25,3	10,9	27,5	16,0	19,2	5,1	10,6	39,7	8,0	15,2	7,8	20,7	5,4	9895
Paráí	4,1	3,1	28,6	55,6	48,4	15,7	6,2	2,8	7,1	15,8	45,7	3,8	10,2	6,1	6812
Paraíso do Sul	9,4	22,6	66,2	55,0	83,3	31,4	4,8	7,6	26,3	37,5	60,0	18,3	23,7	5,7	7336

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Pareci Novo	3,1	6,0	97,6	11,7	39,5	18,2	5,8	1,7	11,9	46,0	5,5	2,1	10,3	6,2	3511
Parobé	6,4	10,3	56,9	13,8	3,3	13,6	5,6	4,6	19,4	56,0	10,2	1,0	15,4	5,9	51502
Passa Sete	16,6	37,7	91,2	85,7	94,3	46,1	4,2	12,8	46,1	68,3	76,6	79,6	43,0	5,2	5154
Passo do Sobrado	8,7	21,2	72,5	70,9	61,4	31,1	4,9	5,9	24,0	45,5	47,1	20,5	22,0	5,8	6011
Passo Fundo	5,6	13,4	5,6	56,1	3,3	13,4	7,3	3,6	16,7	5,1	42,6	1,1	12,2	6,0	184826
Paulo Bento	ND	21,4	82,0	80,1	99,8	ND	5,2	4,1	12,4	28,8	69,0	59,5	21,4	6,0	2196
Paverama	7,6	13,7	64,4	91,7	45,2	27,9	4,7	6,4	16,0	17,0	65,3	12,9	17,6	5,8	8044
Pedras Altas	ND	40,7	69,7	74,8	75,6	ND	4,2	10,0	48,0	46,2	31,4	62,0	34,0	5,5	2212
Pedro Osório	12,4	27,8	9,6	25,0	11,2	18,7	5,2	8,7	42,1	9,1	60,4	5,2	25,5	5,6	7811
Pejuçara	6,3	15,0	35,3	99,3	37,0	24,9	5,9	4,3	19,5	29,9	92,4	20,3	23,0	6,0	3973
Pelotas	6,3	17,3	9,1	13,0	7,5	11,3	6,7	4,1	26,0	5,9	14,9	2,9	13,0	6,0	328275
Picada Café	2,9	2,7	45,3	3,8	5,1	7,6	5,7	2,3	6,4	23,9	12,8	1,3	7,0	6,1	5182
Pinhal	10,7	37,2	27,5	94,1	65,2	35,4	5,6	9,3	27,4	6,4	29,2	21,4	18,5	5,5	2513
Pinhal da Serra	ND	37,6	79,5	97,8	80,0	ND	4,3	8,3	46,0	27,0	96,7	27,1	34,4	5,6	2130
Pinhal Grande	9,4	26,8	60,9	77,4	70,3	33,5	5,3	8,0	37,4	30,3	31,1	52,5	27,1	5,6	4471
Pinheirinho do Vale	14,0	35,1	73,7	99,3	84,5	43,0	4,7	10,4	35,5	51,1	82,5	50,7	34,6	5,4	4497
Pinheiro Machado	13,8	27,9	28,3	25,1	28,4	22,7	5,2	9,8	36,1	21,9	22,5	20,8	22,6	5,5	12780
Pirapó	15,6	49,3	8,9	58,9	78,1	36,9	4,6	13,7	43,5	3,4	63,4	43,1	30,9	5,1	2757
Piratini	15,6	31,0	48,7	55,8	50,3	31,8	4,6	10,4	43,6	41,1	36,7	39,2	30,6	5,4	19841
Planalto	13,8	34,2	49,1	78,7	59,5	35,6	5,2	11,3	38,6	32,6	66,7	33,3	30,9	5,4	10524
Poço das Antas	4,4	7,2	16,0	50,4	54,6	15,9	5,7	2,7	10,4	4,8	,7	2,3	5,4	6,1	2017
Pontão	8,1	29,7	99,4	91,1	71,9	39,7	5,1	4,8	34,2	22,8	86,7	50,9	29,7	5,9	3857
Ponte Preta	7,9	22,8	84,1	76,7	100,0	36,6	4,9	6,4	12,7	15,0	57,5	68,7	20,5	5,8	1750
Portão	6,5	10,6	77,9	17,0	2,6	16,2	5,6	4,6	21,0	71,2	8,4	,7	17,4	5,9	30920
Porto Alegre	3,5	8,3	1,9	7,8	,7	5,2	8,5	2,3	15,7	,7	5,4	,3	7,0	6,1	1409351

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Porto Lucena	10,9	34,0	29,4	81,1	63,0	33,0	5,2	8,6	29,8	7,4	87,1	38,4	26,8	5,6	5413
Porto Mauá	8,1	23,7	47,8	81,2	42,5	28,5	5,2	6,6	32,4	3,1	45,9	23,2	20,9	5,8	2542
Porto Vera Cruz	10,8	39,1	38,5	97,9	78,1	38,8	4,7	7,9	36,1	9,5	72,6	14,9	25,4	5,6	1852
Porto Xavier	13,7	32,3	22,2	76,5	48,2	30,8	5,3	11,1	34,6	7,7	50,1	30,1	24,8	5,4	10558
Pouso Novo	17,5	26,8	99,5	48,5	66,5	37,0	4,8	9,0	25,7	52,5	77,9	46,1	30,0	5,6	1875
Presidente Lucena	2,9	5,7	14,2	4,6	14,7	6,3	5,4	2,2	7,0	13,9	19,8	3,0	7,0	6,1	2484
Progresso	15,3	15,7	64,8	71,4	72,7	31,7	4,5	8,8	24,6	49,6	73,5	52,0	29,3	5,6	6163
Protásio Alves	7,1	15,7	61,7	78,4	83,1	30,2	5,4	7,0	15,7	22,2	32,7	11,2	14,7	5,7	2000
Putinga	10,7	9,5	62,9	60,7	63,9	25,8	5,0	8,8	18,0	37,0	46,2	27,5	20,6	5,6	4141
Quaraí	7,9	24,9	9,4	22,3	9,7	15,7	6,4	5,6	41,3	8,5	15,0	8,5	19,7	5,8	23021
Quatro Irmãos	999,0	38,4	67,6	94,9	99,8	389,1	4,5	9,7	32,5	42,2	29,5	47,6	26,6	5,5	1775
Quevedos	10,2	47,3	66,0	89,4	77,0	43,4	4,5	8,5	43,3	43,4	88,2	64,8	37,8	5,6	2710
Quinze de Novembro	3,2	10,3	10,4	95,3	44,3	19,8	5,6	3,3	10,6	5,1	85,0	9,4	15,2	6,0	3653
Redentora	19,5	57,3	54,5	99,0	75,4	49,8	4,2	16,3	65,2	24,4	87,5	65,6	46,2	4,9	10222
Relvado	9,6	11,1	44,5	91,8	67,7	27,7	4,8	4,7	15,1	30,1	48,8	42,7	19,1	5,9	2155
Restinga Seca	10,4	25,7	37,4	23,2	31,2	21,8	5,5	7,1	34,1	23,1	57,7	10,3	23,8	5,7	15849
Rio dos Índios	17,0	48,7	84,0	98,1	92,4	50,4	4,2	14,9	46,5	61,4	96,1	76,8	44,9	5,0	3616
Rio Grande	7,0	17,8	7,2	12,6	5,1	11,2	6,4	4,7	26,5	6,4	10,7	1,6	12,8	5,9	197228
Rio Pardo	11,2	22,6	32,1	38,6	31,1	22,1	5,6	8,3	34,9	27,9	22,0	11,1	21,4	5,6	37591
Riozinho	13,1	17,7	55,2	36,0	20,6	22,2	4,5	8,4	18,6	44,6	51,2	5,4	20,0	5,6	4330
Roca Sales	5,1	8,2	17,4	42,3	39,0	14,4	5,6	3,2	11,3	17,5	8,3	11,4	8,8	6,1	10284
Rodeio Bonito	9,3	21,6	38,7	81,0	44,8	27,4	5,7	7,9	22,2	9,4	74,9	23,0	21,5	5,6	5743
Rolador	999,0	35,2	56,6	98,8	98,6	387,2	4,9	7,8	38,3	8,6	39,3	71,6	27,6	5,7	2546
Rolante	8,8	10,8	47,6	19,2	15,9	15,3	5,3	6,6	16,6	43,5	33,6	5,8	16,7	5,8	19485
Ronda Alta	9,4	23,3	48,2	86,4	47,7	29,9	5,4	7,2	30,0	8,9	60,5	13,7	21,5	5,7	10221

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Rondinha	7,5	12,0	11,7	82,9	67,0	22,8	5,8	4,3	14,0	5,6	62,6	30,4	16,3	6,0	5518
Roque Gonzales	10,2	38,5	15,9	91,0	62,6	33,9	5,1	7,1	35,5	4,1	73,8	37,4	26,5	5,7	7203
Rosário do Sul	9,9	23,1	17,9	77,0	17,4	23,1	5,9	7,7	35,8	19,3	32,5	13,9	21,9	5,7	39707
Sagrada Família	15,7	41,4	99,8	94,2	80,9	47,6	4,6	13,1	45,6	9,4	77,5	58,4	34,9	5,2	2595
Saldanha Marinho	6,4	16,6	36,5	99,0	41,7	26,0	5,8	5,2	16,0	16,5	92,5	9,9	19,8	5,9	2869
Salto do Jacuí	12,3	26,9	14,7	86,1	24,2	26,5	5,3	8,6	35,4	11,0	62,6	14,4	24,4	5,6	11880
Salvador das Missões	2,2	13,4	2,7	84,5	62,9	20,3	6,1	1,9	17,9	2,0	55,4	17,9	14,6	6,2	2669
Salvador do Sul	4,2	6,8	32,8	36,3	37,4	14,5	5,9	2,3	8,9	14,5	10,9	5,8	7,1	6,1	6747
Sananduva	8,5	17,1	38,8	47,0	39,3	21,5	5,7	5,5	14,5	14,3	30,8	27,3	14,2	5,9	15373
Santa Bárbara do Sul	6,0	21,3	27,2	86,9	28,4	24,1	6,0	4,2	36,3	9,8	19,1	9,4	18,1	6,0	82464
Santa Cecília do Sul	7,9	21,1	99,4	89,4	100,0	39,0	4,4	6,7	27,3	18,7	72,5	13,0	22,7	5,7	8829
Santa Clara do Sul	999,0	9,8	33,9	60,0	30,8	365,7	5,7	5,1	18,7	56,2	57,2	21,1	22,1	5,9	1655
Santa Cruz do Sul	3,8	10,4	16,3	13,2	7,0	8,7	6,9	3,9	7,5	10,9	45,1	11,5	10,9	6,0	5697
Santa Margarida do Sul	4,7	46,5	98,8	98,0	76,5	45,5	4,1	3,4	14,8	8,6	8,7	1,7	8,3	6,0	118374
Santa Maria	999,0	12,7	11,2	20,0	5,1	357,8	7,6	12,1	38,2	62,4	61,8	35,5	33,8	5,3	2352
Santa Maria do Herval	5,0	5,0	72,3	12,3	54,6	17,3	5,4	3,2	20,1	8,6	15,3	2,1	10,8	6,1	261031
Santa Rosa	3,2	16,1	13,7	66,3	15,4	16,5	6,7	1,9	6,8	51,5	35,6	9,3	13,0	6,2	6053
Santa Tereza	5,7	6,4	98,0	9,6	61,0	21,0	4,9	3,8	17,7	6,9	60,9	4,4	15,0	6,0	68587
Santa Vitória do Palmar	3,4	23,3	22,1	27,2	16,2	16,0	5,9	3,5	9,0	17,8	7,4	4,8	7,5	6,0	1720
Santana da Boa Vista	8,9	45,3	55,0	63,5	55,0	36,3	4,5	6,5	37,2	15,6	19,5	8,1	19,7	5,8	30990
Santana do Livramento	17,5	21,4	10,4	29,3	11,4	18,8	6,8	14,0	51,6	48,6	62,2	46,5	38,8	5,1	8242
Santiago	6,9	18,7	11,3	54,6	11,8	16,9	6,6	4,6	23,9	7,0	27,0	7,3	14,2	5,9	49071
Santo Ângelo	6,2	18,6	11,9	69,9	12,9	18,4	6,9	4,2	23,7	4,5	69,1	5,1	18,0	6,0	76275
Santo Antônio da Patrulha	13,0	17,8	53,5	24,0	26,9	21,3	5,4	9,1	23,3	46,5	28,5	10,0	20,1	5,5	39685
Santo Antônio das Missões	12,7	40,2	38,5	93,5	52,5	37,1	5,2	9,3	42,4	23,0	88,6	41,5	33,5	5,5	11210

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Santo Antônio do Palma	10,0	16,5	98,4	95,2	75,4	36,4	5,4	5,2	11,7	20,0	80,6	4,3	16,9	5,9	2139
Santo Antônio do Planalto	6,0	19,7	48,7	99,5	57,8	29,8	5,8	5,6	25,7	13,3	86,0	16,7	22,9	5,8	1987
Santo Augusto	11,1	33,4	16,8	86,9	23,5	28,6	5,7	9,1	30,6	9,1	91,4	10,8	25,4	5,5	13968
Santo Cristo	3,5	18,5	24,3	84,3	53,7	23,9	6,1	2,6	17,3	11,7	63,3	23,8	17,0	6,1	14378
Santo Expedito do Sul	12,7	35,4	29,3	62,9	75,1	33,3	5,6	7,6	29,8	19,7	33,2	35,2	21,8	5,7	2461
São Borja	9,0	27,0	16,8	41,0	12,8	19,8	6,1	6,5	37,0	14,5	37,1	10,6	21,6	5,8	61671
São Domingos do Sul	7,7	6,7	95,6	68,8	47,7	26,6	6,1	4,4	6,3	12,0	42,6	5,2	10,0	5,9	2926
São Francisco de Assis	11,3	36,3	35,1	95,7	37,5	33,8	5,0	8,7	39,5	30,3	74,8	28,7	30,5	5,6	19254
São Francisco de Paula	9,5	23,7	37,7	39,7	30,7	22,5	5,5	7,5	33,2	29,6	40,0	11,7	22,6	5,7	20537
São Gabriel	11,5	29,4	13,0	53,9	12,7	22,5	6,0	8,0	35,4	11,8	35,5	10,9	21,1	5,6	60425
São Jerônimo	10,8	22,4	23,7	32,6	23,6	19,7	5,8	8,6	31,1	23,5	27,7	20,3	21,1	5,6	22134
São João da Urtiga	10,3	29,7	67,1	75,5	66,8	35,0	4,9	9,1	24,1	29,9	56,2	35,4	23,8	5,5	4726
São João do Polêsine	7,2	18,8	54,6	74,2	27,6	25,1	6,2	4,7	19,9	56,3	93,3	4,9	24,7	5,9	2635
São Jorge	8,3	13,6	46,8	46,3	33,8	20,5	5,7	3,8	11,3	14,1	44,7	3,3	11,8	6,0	2774
São José das Missões	13,6	41,7	90,2	99,3	81,0	46,5	4,8	9,4	41,8	13,4	84,9	62,1	33,8	5,5	2720
São José do Herval	24,3	33,5	72,5	77,2	66,0	41,9	4,5	16,3	38,7	46,8	95,1	22,6	36,2	4,9	2204
São José do Hortêncio	2,7	2,9	20,8	3,7	14,1	5,8	5,6	1,4	6,6	10,4	5,9	2,2	4,7	6,2	4094
São José do Inhacorá	2,9	18,7	18,3	99,8	64,0	25,7	5,4	2,7	13,7	2,3	29,4	4,1	9,4	6,1	2200
São José do Norte	22,3	35,5	48,8	49,4	32,1	33,4	4,0	17,3	42,0	44,7	25,0	21,9	30,1	4,8	25503
São José do Ouro	8,2	25,7	39,1	44,1	43,7	24,5	6,1	6,0	23,4	43,5	23,1	15,0	18,6	5,8	6904
São José do Sul	ND	7,7	76,9	17,7	90,1	ND	5,1	2,4	8,6	31,5	19,7	6,4	9,8	6,1	2082
São José dos Ausentes	11,8	31,9	54,2	73,4	43,8	32,6	4,7	7,1	42,6	57,2	48,0	28,6	31,0	5,7	3290
São Leopoldo	4,8	12,2	4,0	8,6	1,6	7,4	6,8	3,2	20,9	2,6	6,1	0,5	9,4	6,1	214087
São Lourenço do Sul	7,1	21,4	47,6	69,2	46,9	26,5	5,4	5,0	27,1	38,5	37,5	34,3	22,3	5,9	43111
São Luiz Gonzaga	9,8	22,4	14,0	67,2	21,7	21,8	5,9	6,7	30,7	7,0	41,1	9,3	19,0	5,7	34556

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
São Marcos	5,9	6,9	21,8	19,4	14,0	10,1	6,0	3,9	10,0	17,8	7,9	5,6	8,1	6,0	20103
São Martinho	7,6	20,9	43,0	96,4	48,7	29,0	5,8	6,2	21,3	15,7	81,9	32,0	22,7	5,8	5773
São Martinho da Serra	13,8	34,8	97,3	99,0	82,2	45,0	4,4	9,6	40,5	53,2	96,4	54,8	38,2	5,5	3201
São Miguel das Missões	11,7	37,7	34,4	94,6	65,3	36,7	4,9	9,1	40,9	34,6	71,6	43,1	32,5	5,5	7421
São Nicolau	19,9	41,5	8,7	92,4	50,5	36,7	4,4	12,9	46,9	6,3	76,1	32,6	32,5	5,2	5727
São Paulo das Missões	6,0	32,0	29,1	95,7	70,3	32,7	5,2	6,2	29,7	4,9	85,1	47,3	26,3	5,8	6364
São Pedro da Serra	3,9	7,8	29,7	39,7	37,5	14,8	5,8	2,0	11,5	14,1	47,3	4,6	11,6	6,2	3315
São Pedro das Missões	ND	57,8	99,6	99,7	100,0	ND	4,7	14,1	43,6	25,2	88,0	49,4	36,5	5,1	1886
São Pedro do Butiá	3,8	15,0	3,9	96,4	66,4	23,1	6,1	2,3	16,6	5,0	68,7	11,3	15,4	6,1	2873
São Pedro do Sul	7,9	25,4	34,2	62,4	30,7	24,6	5,7	5,8	33,8	29,4	52,5	22,0	24,4	5,8	16368
São Sebastião do Caí	5,6	10,7	32,6	18,6	8,0	11,8	6,2	3,5	17,9	32,0	8,2	3,3	12,0	6,0	21932
São Sepé	10,1	27,0	26,9	35,8	27,6	22,1	5,7	7,5	34,6	24,3	22,1	16,4	21,1	5,7	23798
São Valentim	10,5	29,3	63,4	75,5	63,2	34,2	4,8	9,4	25,5	47,3	68,0	26,8	26,7	5,5	3632
São Valentim do Sul	8,5	7,1	45,4	83,3	78,3	26,0	5,4	4,2	10,7	25,0	80,4	20,8	18,2	6,0	2168
São Valério do Sul	16,7	38,4	32,5	99,2	71,3	39,5	4,5	13,7	54,0	4,2	85,3	55,8	38,1	5,1	2647
São Vendelino	1,9	6,4	32,1	15,5	39,4	11,5	6,0	1,2	4,3	17,0	3,9	3,6	4,4	6,2	1944
São Vicente do Sul	9,7	31,6	28,6	55,9	39,6	26,9	5,6	7,5	38,0	28,3	34,2	23,0	24,6	5,7	8440
Sapiranga	5,9	8,3	34,3	9,9	1,8	9,8	5,7	3,9	17,2	40,7	8,1	0,6	12,6	6,0	74985
Sapucaia do Sul	5,5	13,7	8,3	9,8	1,1	8,7	6,3	3,3	21,4	10,1	8,8	0,4	10,7	6,0	130957
Sarandi	6,8	20,5	13,2	25,1	20,7	15,4	6,4	5,0	16,6	8,4	24,3	9,4	11,8	5,9	21285
Seberi	10,7	31,7	60,7	97,5	57,2	36,6	5,2	8,0	37,4	20,5	83,9	20,8	28,7	5,6	10897
Sede Nova	11,1	30,0	46,6	96,3	53,2	34,2	5,1	8,7	33,9	11,7	87,0	36,4	28,6	5,6	3011
Segredo	14,9	35,0	78,7	78,3	82,1	41,3	4,6	9,8	40,8	41,3	91,3	67,5	37,7	5,5	7158
Selbach	4,7	7,4	51,4	79,4	36,9	21,3	6,5	3,7	12,1	18,1	68,6	12,6	15,8	6,0	4929
Senador Salgado Filho	8,4	33,2	64,5	94,8	85,5	39,0	5,5	6,0	33,5	11,9	56,7	67,8	27,1	5,8	2814

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Sentinela do Sul	11,0	27,2	67,3	64,7	74,3	33,9	4,8	7,6	44,4	54,0	73,2	38,3	35,0	5,7	5198
Serafina Corrêa	5,6	4,8	18,2	90,1	22,2	17,0	6,2	3,2	6,9	10,9	39,2	4,3	9,2	6,1	14253
Sério	15,4	26,6	80,9	99,2	80,0	40,8	4,1	12,0	26,6	46,1	88,8	28,1	30,2	5,3	2281
Sertão	7,7	15,8	47,8	94,8	50,3	27,7	6,0	6,1	20,7	35,9	75,0	40,3	24,7	5,8	6294
Sertão Santana	8,6	20,4	90,1	84,0	52,1	33,1	4,8	7,2	31,0	82,7	68,9	11,9	30,3	5,7	5850
Sete de Setembro	6,0	42,8	30,7	98,7	85,1	38,3	5,0	5,0	37,1	4,7	77,9	40,2	27,0	5,9	2124
Severiano de Almeida	6,2	14,7	65,1	62,1	68,1	26,8	5,5	6,2	22,0	52,9	39,0	25,9	21,8	5,8	3842
Silveira Martins	8,1	15,8	51,1	71,4	38,6	24,7	5,8	5,4	22,2	47,1	56,3	8,9	21,3	5,9	2449
Sinimbu	10,3	20,4	79,6	70,3	61,0	32,0	4,4	8,0	28,8	66,3	70,1	34,5	30,3	5,6	10068
Sobradinho	11,5	25,5	21,2	50,7	22,2	22,5	6,0	6,6	28,1	8,9	25,3	13,3	16,9	5,8	14283
Soledade	11,7	22,6	22,6	39,6	22,5	20,6	6,0	8,9	31,8	13,7	26,9	16,6	20,0	5,6	30044
Tabaí	12,8	14,4	99,9	59,7	58,1	31,5	4,9	8,0	23,0	78,0	53,2	12,4	25,8	5,6	4131
Tapejara	6,7	14,2	22,7	55,8	24,7	17,8	6,0	3,7	11,3	8,5	31,1	3,0	9,7	6,0	19250
Tapera	7,1	16,7	24,2	49,7	17,4	17,7	6,3	5,2	20,1	8,9	51,8	8,1	15,9	5,9	10448
Tapes	10,4	21,9	15,7	19,4	13,2	16,2	5,7	7,0	37,0	13,8	16,2	6,7	19,1	5,7	16629
Taquara	6,8	11,4	37,5	12,5	12,9	12,8	6,1	4,3	20,4	41,2	15,9	2,8	14,9	6,0	54643
Taquari	9,4	13,4	20,5	33,7	16,0	15,1	6,0	6,5	24,2	14,1	25,7	2,4	15,1	5,8	26092
Taquaruçu do Sul	9,8	33,9	68,2	97,6	68,7	38,9	5,4	8,6	25,7	19,5	69,2	13,8	22,6	5,6	2966
Tavares	16,9	26,8	77,1	25,8	51,0	30,7	4,1	14,4	29,4	79,4	40,3	25,7	30,2	5,1	5351
Tenente Portela	12,0	35,6	41,9	96,0	49,2	35,6	5,7	8,6	39,6	22,3	80,2	30,2	30,3	5,6	13719
Terra de Areia	11,8	23,6	58,6	93,9	20,3	30,2	5,2	7,3	28,4	58,6	78,5	2,5	27,1	5,7	9878
Teutônia	2,7	6,5	17,5	78,8	6,3	13,9	6,1	2,0	7,6	4,4	17,7	0,8	5,8	6,2	27272
Tio Hugo	999,0	18,0	99,8	100,0	70,3	383,3	5,3	6,3	19,9	18,1	86,8	28,2	22,7	5,8	2724
Tiradentes do Sul	13,3	33,9	86,7	99,2	81,4	43,4	4,6	10,8	36,1	58,6	89,0	50,1	36,4	5,4	6461
Toropi	9,5	32,0	85,9	94,9	86,4	41,3	4,7	6,0	33,5	29,2	99,6	22,0	29,3	5,8	2952

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Torres	6,3	15,5	20,4	54,7	4,9	16,0	6,4	4,6	20,6	17,2	35,6	0,4	14,4	5,9	34656
Tramandaí	6,3	19,4	11,1	34,3	1,5	13,9	6,2	4,1	28,7	11,9	39,2	0,8	16,9	6,0	41585
Travesseiro	5,0	9,7	98,3	84,5	48,5	28,7	4,9	4,0	10,7	14,2	92,2	7,8	17,0	6,0	2314
Três Arroios	5,4	11,7	70,0	55,4	74,9	25,9	5,2	3,9	12,4	33,9	28,5	15,2	13,6	6,0	2855
Três Cachoeiras	9,0	14,8	71,6	67,8	24,3	25,2	5,5	5,9	17,8	61,2	49,1	3,5	20,2	5,8	10217
Três Coroas	6,4	7,6	32,7	10,5	4,4	9,8	5,6	4,0	11,8	34,6	10,7	1,7	10,4	6,0	23848
Três de Maio	6,3	16,2	25,2	95,9	29,1	23,2	6,1	4,4	19,4	11,6	82,4	13,0	19,4	5,9	23726
Três Forquilhas	17,3	26,0	77,2	94,4	98,2	42,0	4,4	12,7	39,1	45,3	86,8	4,5	32,4	5,2	2914
Três Palmeiras	14,7	30,4	99,3	92,3	64,3	41,7	5,0	11,0	34,4	11,1	71,1	46,2	28,7	5,4	4381
Três Passos	6,6	17,2	23,1	96,8	27,7	23,4	6,4	5,3	20,1	15,1	56,5	5,2	16,9	5,9	23965
Trindade do Sul	16,1	40,6	57,0	96,4	66,8	42,0	4,9	11,6	40,4	21,5	72,9	26,6	30,5	5,3	5787
Triunfo	9,9	18,9	51,1	50,6	22,2	22,8	5,6	6,5	26,9	48,7	41,6	3,0	21,4	5,8	25793
Tucunduva	6,6	16,5	26,0	95,8	23,4	23,0	6,2	5,2	20,7	8,1	92,8	6,5	20,3	5,9	5898
Tunas	20,2	46,8	56,0	99,8	77,7	46,8	4,7	12,4	44,7	41,8	89,6	70,0	40,1	5,3	4395
Tupanci do Sul	12,8	29,1	61,3	83,6	76,1	36,7	5,1	10,2	34,5	37,6	44,2	28,6	26,8	5,4	1573
Tupanciretã	8,0	33,2	24,2	75,2	23,5	27,0	5,8	5,4	37,4	15,9	55,6	19,6	24,3	5,9	22281
Tupandi	4,1	6,1	91,4	36,2	27,0	19,4	5,9	1,8	5,1	16,7	7,9	1,7	5,2	6,2	3924
Tuparendi	6,7	19,7	30,8	99,1	43,7	26,8	5,8	5,2	19,9	11,0	85,5	27,0	21,3	5,9	8557
Turuçu	8,5	23,3	90,8	81,8	56,6	34,3	4,6	6,2	37,8	49,9	48,2	31,7	28,6	5,8	3522
Ubiretama	6,3	34,2	49,6	99,2	86,4	37,6	5,0	4,1	26,0	6,9	86,8	77,7	27,4	6,0	2296
União da Serra	7,6	8,8	41,8	99,8	84,2	28,2	5,2	5,0	6,8	29,5	23,6	64,4	15,5	5,9	1487
Unistalda	13,4	45,3	58,4	95,5	70,0	43,0	4,5	9,4	46,3	43,5	98,2	56,9	39,5	5,5	2450
Uruguaiana	6,1	23,7	10,0	13,9	8,1	13,7	6,7	4,1	37,0	7,8	17,0	4,9	17,4	6,0	125435
Vacaria	7,3	16,1	9,9	14,2	7,3	11,4	6,3	5,2	25,0	8,1	11,2	3,2	12,9	5,9	61342
Vale do Sol	7,6	22,7	66,0	53,0	75,6	29,9	4,4	6,2	37,8	45,0	51,5	21,1	27,4	5,8	11077

Tabela 3E - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado do RIO GRANDE DO SUL

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Vale Real	2,5	3,9	24,4	7,8	14,2	6,9	5,5	3,0	5,7	15,8	74,1	2,1	12,7	6,1	5118
Vale Verde	16,4	24,6	98,9	32,3	76,8	35,0	4,3	10,4	35,7	54,2	48,9	31,6	29,8	5,4	3253
Vanini	8,9	9,9	98,7	62,3	49,4	27,9	5,9	6,4	13,2	1,6	25,2	24,9	11,9	5,8	1984
Venâncio Aires	6,4	13,2	40,7	24,6	31,3	16,5	5,8	4,6	18,7	27,2	13,6	12,3	13,5	5,9	65946
Vera Cruz	6,5	21,3	17,2	26,3	24,3	16,5	5,5	4,7	21,7	9,7	25,1	7,5	13,6	5,9	23983
Veranópolis	4,6	5,3	17,0	23,4	16,8	9,2	6,5	2,8	8,2	9,4	6,8	3,7	5,9	6,1	22810
Vespasiano Correa	7,8	9,9	47,0	84,2	84,4	27,6	5,0	7,2	7,6	13,0	65,9	8,5	14,2	5,7	1974
Viadutos	7,4	20,3	62,2	90,6	62,1	31,3	5,1	5,4	24,8	41,5	50,6	18,3	21,9	5,9	5311
Viamão	6,4	17,4	11,2	25,2	5,0	12,6	6,2	4,2	27,0	10,3	23,4	1,7	14,6	6,0	239384
Vicente Dutra	14,6	43,5	71,0	91,1	74,3	44,0	4,2	11,0	50,3	29,0	52,1	52,6	34,7	5,4	5285
Victor Graeff	3,5	11,8	65,0	93,4	63,3	27,7	6,1	2,9	14,0	9,9	74,9	26,4	17,2	6,1	3036
Vila Flores	5,2	2,6	42,3	66,3	62,0	19,7	5,7	2,1	9,5	21,0	37,5	28,7	12,8	6,1	3207
Vila Lângaro	6,9	17,3	86,8	78,4	88,1	33,8	4,9	5,8	19,4	16,5	50,8	15,8	17,3	5,8	2152
Vila Maria	9,1	8,2	99,9	44,3	32,4	24,1	5,2	4,3	6,0	9,5	42,2	1,1	9,1	6,0	4221
Vila Nova do Sul	13,5	37,2	45,3	69,5	52,4	34,5	5,1	9,1	41,0	36,7	52,5	36,5	30,2	5,5	4221
Vista Alegre	10,2	25,2	62,9	94,4	67,0	34,9	5,9	7,2	28,4	40,4	79,7	45,9	29,2	5,7	2832
Vista Alegre do Prata	4,5	9,7	29,6	78,8	72,9	22,9	5,6	2,7	7,4	16,7	64,1	58,5	17,3	6,1	1569
Vista Gaúcha	9,2	24,9	79,4	85,9	81,2	36,6	5,5	6,1	21,8	25,1	72,9	57,2	25,2	5,8	2759
Vitória das Missões	11,6	45,9	16,5	97,9	86,7	39,9	4,8	11,5	43,2	3,8	74,1	77,6	34,3	5,3	3485
Westfalia	ND	0,8	87,2	94,0	37,1	ND	5,6	2,0	3,1	24,5	2,7	3,2	4,9	6,2	2793
Xangri-lá	5,1	14,9	11,0	52,1	1,4	13,8	5,9	3,3	17,3	12,1	85,7	0,6	17,5	6,0	12434

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

ANEXO F - REGIÃO CENTRO-OESTE

Tabela 1F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de GOIÁS

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Abadia de Goiás	12,0	28,6	43,6	98,9	29,0	31,8	5,1	7,8	29,8	25,5	64,5	10,6	23,6	5,7	6876
Abadiânia	17,6	36,6	37,6	98,3	39,5	36,8	4,5	10,8	36,5	27,3	20,9	24,7	23,9	5,4	15757
Acreúna	18,6	22,7	36,6	90,9	11,9	28,9	4,7	14,6	34,2	40,1	82,4	9,0	30,7	5,1	20279
Adelândia	20,8	37,9	25,5	98,9	26,8	36,0	4,3	14,7	37,2	14,8	76,9	11,8	28,8	5,1	2477
Água Fria de Goiás	22,1	50,7	49,8	98,7	55,7	46,1	3,7	14,9	53,0	48,3	98,8	47,8	43,5	5,0	5090
Água Limpa	14,7	26,0	35,4	97,8	33,3	31,2	4,9	10,1	32,8	30,9	93,0	27,4	30,5	5,5	2013
Águas Lindas de Goiás	12,8	29,1	98,2	97,3	67,3	41,2	4,8	7,0	42,8	13,1	81,1	6,2	27,9	5,7	159378
Alexânia	17,7	34,8	38,4	96,3	29,1	35,1	4,6	11,7	44,7	29,1	81,8	15,1	32,8	5,3	23814
Aloândia	18,9	18,8	24,3	89,9	24,7	27,4	4,6	14,9	29,5	16,5	77,6	13,5	26,6	5,0	2051
Alto Horizonte	15,5	40,0	38,6	99,4	33,5	36,9	5,2	12,4	32,4	14,6	98,0	14,6	28,8	5,3	4505
Alto Paraíso de Goiás	15,2	30,5	23,4	81,9	23,5	29,2	5,4	11,2	44,0	21,8	52,2	19,0	28,8	5,4	6885
Alvorada do Norte	22,4	42,8	14,8	97,4	40,6	38,3	4,5	17,4	53,1	16,3	76,3	17,6	36,0	4,8	8084
Amaralina	23,0	67,7	60,9	83,1	65,6	52,8	3,6	15,9	64,3	65,7	64,3	61,4	47,2	5,0	3434
Americano do Brasil	18,7	35,2	27,9	96,1	38,5	35,3	4,7	15,7	34,3	20,3	98,4	12,7	31,1	5,0	5508
Amorinópolis	18,6	34,9	32,9	98,5	31,1	35,3	4,7	18,1	32,9	27,3	90,3	32,0	33,1	4,8	3609
Anápolis	8,8	18,6	19,2	48,4	6,1	17,2	6,3	5,8	25,9	16,3	40,5	1,8	17,2	5,8	334613
Anhanguera	9,8	15,3	15,6	89,1	10,5	20,7	5,2	3,7	19,8	6,9	89,4	8,6	19,1	6,0	1020
Anicuns	15,9	27,9	27,4	32,7	25,2	23,9	5,0	10,4	28,7	18,2	40,7	15,7	21,3	5,4	20239
Aparecida de Goiânia	8,7	20,0	60,3	80,8	7,6	25,5	5,7	5,3	27,1	42,5	63,2	,6	22,5	5,9	455657
Aparecida do Rio Doce	17,6	18,0	32,7	94,6	23,5	27,9	4,8	12,9	31,0	23,6	32,4	11,9	22,3	5,2	2427
Aporé	16,3	24,4	42,0	99,4	47,5	33,4	4,5	12,8	29,1	33,3	72,2	33,9	28,8	5,2	3803
Araçu	20,9	35,1	18,1	94,0	17,2	32,9	4,6	16,2	37,7	13,6	93,2	9,6	31,0	4,9	3802
Aragarças	13,1	28,1	10,3	98,5	16,5	27,3	5,6	9,1	32,1	4,5	96,0	4,5	25,4	5,5	18305
Aragoiânia	16,2	24,7	50,3	94,6	35,0	32,7	4,8	10,1	33,0	44,0	97,9	12,2	31,1	5,5	8365
Araguapaz	23,8	38,0	40,1	99,0	43,6	40,2	4,4	17,9	39,1	38,9	46,3	28,8	31,5	4,8	7510

Tabela 1F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de GOIÁS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Arenópolis	20,4	26,2	37,6	90,7	43,2	33,7	4,4	15,6	38,8	35,0	69,8	28,5	32,6	5,0	3277
Aruanã	18,1	31,0	48,3	92,9	38,0	35,4	4,4	12,7	35,8	37,9	69,6	18,9	30,0	5,2	7496
Aurilândia	17,5	34,3	22,4	99,4	27,7	33,4	4,9	15,3	38,8	17,0	97,6	18,4	32,6	5,0	3650
Avelinópolis	19,3	41,3	34,2	47,8	34,8	33,0	5,1	13,5	37,7	22,3	69,6	19,9	29,4	5,2	2450
Baliza	22,9	38,0	60,7	99,9	61,9	43,7	3,8	17,4	57,0	71,6	81,6	70,7	48,5	4,8	3714
Barro Alto	23,5	39,7	33,5	99,7	28,6	38,7	4,2	12,7	28,3	20,9	93,1	17,4	27,9	5,2	8716
Bela Vista de Goiás	13,6	19,4	55,7	85,7	37,9	29,8	4,8	9,4	27,7	43,1	61,3	13,5	25,2	5,5	24554
Bom Jardim de Goiás	16,9	38,2	36,6	98,1	40,7	37,1	4,7	16,4	40,9	31,1	98,3	25,1	35,9	4,9	8423
Bom Jesus de Goiás	17,5	25,9	40,8	89,0	12,1	29,9	4,7	11,0	27,3	30,4	67,5	6,9	24,3	5,4	20727
Bonfinópolis	16,0	27,2	21,0	95,7	16,7	28,9	4,7	10,7	35,7	13,0	92,4	7,2	28,0	5,4	7536
Bonópolis	20,5	44,6	55,6	97,9	66,6	44,9	3,7	18,8	48,3	43,2	55,4	36,6	37,1	4,7	3503
Brazabrantes	15,8	30,0	33,6	85,1	21,8	30,5	4,8	11,1	29,9	22,0	96,1	15,8	28,2	5,4	3232
Britânia	18,8	30,2	31,3	67,3	29,0	30,1	4,7	15,5	37,4	28,7	72,6	15,6	30,6	5,0	5509
Buriti Alegre	16,1	24,9	19,7	75,2	16,1	25,8	5,0	10,0	27,3	10,1	70,8	5,0	22,0	5,5	9054
Buriti de Goiás	14,9	32,4	23,9	84,5	25,9	30,3	4,5	13,8	30,6	16,4	98,0	17,4	29,1	5,1	2560
Buritinópolis	32,7	73,2	29,7	99,9	60,8	56,1	3,3	18,7	60,3	33,5	85,2	40,5	43,8	4,7	3321
Cabeceiras	17,9	42,4	27,3	99,0	43,9	38,3	4,8	13,0	53,4	25,5	78,3	21,8	36,1	5,2	7354
Cachoeira Alta	17,4	20,6	33,5	43,5	31,1	24,2	4,8	11,0	21,9	26,1	24,9	22,7	18,9	5,4	10553
Cachoeira de Goiás	20,0	29,4	18,5	67,7	20,8	28,2	4,6	14,3	40,5	17,2	84,8	16,8	31,4	5,1	1417
Cachoeira Dourada	19,5	30,2	28,7	65,1	14,9	28,6	4,7	14,9	29,5	23,3	56,2	11,7	24,9	5,0	8254
Caçu	14,8	19,0	29,5	48,4	27,9	22,5	4,9	8,9	19,0	23,6	39,6	19,8	18,2	5,6	13283
Caiapônia	19,6	31,8	25,2	54,6	31,0	29,2	4,5	14,8	34,2	24,4	48,6	23,5	26,9	5,0	16757
Caldas Novas	8,3	16,9	33,4	59,0	7,2	19,2	6,0	5,6	23,7	15,9	36,6	4,1	16,1	5,8	70473
Caldazinha	13,3	22,0	63,4	94,5	59,3	34,3	4,7	10,5	32,4	41,8	53,8	27,5	27,5	5,4	3325
Campestre de Goiás	21,0	31,9	41,7	96,2	38,1	36,4	4,3	12,7	40,5	31,9	98,2	29,8	35,0	5,2	3387

Tabela 1F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de GOIÁS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Campinaçu	21,8	41,8	55,0	95,3	63,4	43,7	3,9	13,3	44,4	41,6	92,0	40,8	37,9	5,2	3656
Campinorte	18,0	36,2	37,7	99,5	35,6	36,6	4,6	11,9	38,5	26,3	68,0	15,4	28,9	5,3	11111
Campo Alegre de Goiás	11,7	17,7	40,2	99,3	37,7	28,3	5,3	10,7	29,3	29,8	76,0	23,9	27,3	5,4	6060
Campo Limpo de Goiás	ND	37,8	43,6	98,7	40,9	ND	4,3	13,7	38,8	35,9	80,3	15,5	32,0	5,1	6241
Campos Belos	20,4	44,1	17,2	97,1	32,1	37,5	4,4	15,2	51,8	15,6	46,1	9,2	30,8	5,0	18410
Campos Verdes	20,8	52,5	47,2	99,1	59,8	46,4	4,3	19,3	56,4	40,2	91,3	22,8	42,4	4,7	5020
Carmo do Rio Verde	17,5	36,2	33,1	98,2	38,0	36,0	4,9	10,9	37,9	21,0	74,8	18,9	28,8	5,4	8928
Castelândia	22,5	30,2	30,5	23,6	29,1	26,7	4,3	25,3	37,2	24,1	67,9	8,4	32,3	4,1	3638
Catalão	8,8	15,0	12,4	52,4	13,0	16,3	6,3	5,5	17,9	7,1	45,6	5,3	14,2	5,9	86647
Caturai	18,8	30,8	37,8	99,3	32,1	34,6	4,2	12,6	38,2	28,6	62,5	19,6	29,1	5,2	4686
Cavalcante	41,7	56,3	53,6	93,8	63,9	55,5	2,7	26,9	66,7	47,4	77,9	49,0	50,3	4,0	9392
Ceres	11,9	21,6	10,1	85,5	13,6	23,0	6,2	7,6	23,1	7,8	62,0	6,6	18,7	5,7	20722
Cezarina	14,3	26,4	26,0	40,4	31,9	24,1	4,9	11,0	35,8	20,3	94,8	20,6	30,3	5,4	7545
Chapadão do Céu	5,4	12,5	26,2	67,5	22,3	18,1	5,8	4,5	11,3	15,8	29,0	12,8	11,4	5,9	7001
Cidade Ocidental	6,8	18,0	18,3	42,1	19,3	16,8	6,4	5,4	34,1	11,6	44,2	6,6	20,3	5,9	55915
Cocalzinho de Goiás	20,1	37,5	54,3	97,0	47,6	40,3	4,3	12,6	45,9	45,7	80,9	24,1	35,9	5,2	17407
Colinas do Sul	19,8	49,9	30,7	97,9	38,2	41,3	3,6	15,9	51,7	34,3	93,2	31,0	39,8	4,9	3523
Córrego do Ouro	16,3	34,9	40,3	97,4	47,8	36,7	4,9	11,2	33,2	37,9	84,4	37,7	31,8	5,4	2632
Corumbá de Goiás	20,6	33,2	52,1	88,6	56,2	38,7	4,1	15,5	50,5	41,0	73,4	39,8	38,7	5,0	10361
Corumbaba	10,2	24,5	34,4	95,1	24,0	27,9	4,7	10,1	27,3	24,7	65,3	15,8	23,9	5,5	8181
Cristalina	13,8	29,1	30,1	94,1	31,1	30,9	5,1	9,1	38,9	31,1	58,0	17,4	27,7	5,5	46580
Cristianópolis	9,7	18,2	22,3	95,5	19,5	23,9	5,3	7,3	32,2	15,6	96,1	13,0	26,7	5,7	2932
Crixás	17,9	38,4	43,3	95,3	30,9	37,0	4,8	12,0	34,2	36,6	85,4	25,8	31,3	5,3	15760
Cromínia	15,8	21,2	23,1	88,7	27,3	27,2	5,2	11,0	29,6	21,8	49,8	21,7	23,7	5,4	3555
Cumari	13,7	30,4	27,5	44,4	27,7	25,5	5,6	8,8	30,7	19,5	47,1	16,6	22,3	5,6	2964

Tabela 1F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de GOIÁS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Damianópolis	28,2	51,3	32,2	100,0	73,3	48,3	4,1	19,5	59,2	27,5	87,6	35,2	42,8	4,6	3292
Damolândia	16,9	32,7	30,4	95,4	26,4	32,9	4,7	13,0	36,7	24,0	77,9	13,2	29,3	5,2	2747
Davinópolis	19,0	29,4	42,0	100,0	45,1	35,9	4,7	14,8	22,8	33,3	97,6	33,2	29,9	5,0	2056
Diorama	18,6	36,3	43,1	99,8	43,1	38,1	4,4	12,8	35,1	37,5	69,0	33,6	31,0	5,2	2479
Divinópolis de Goiás	29,2	55,8	26,8	97,8	35,1	46,0	4,0	21,1	57,4	30,1	95,4	19,1	42,4	4,5	4962
Doverlândia	20,2	37,8	39,4	98,5	46,7	39,0	4,0	15,0	38,0	33,8	94,7	35,5	35,3	5,0	7892
Edealina	18,2	24,5	45,8	98,5	38,7	33,6	4,9	11,7	29,5	36,5	93,6	31,4	30,9	5,3	3733
Edeia	15,0	20,7	32,7	95,7	23,2	28,1	5,0	12,5	24,6	22,0	81,7	11,8	24,9	5,2	11266
Estrela do Norte	21,4	39,1	37,1	99,6	45,6	39,6	4,6	15,6	33,6	28,1	74,0	10,3	28,9	5,0	3320
Faina	23,0	36,3	51,7	99,7	56,6	41,7	4,1	18,4	44,1	49,9	89,5	46,7	40,7	4,7	6983
Fazenda Nova	17,9	34,0	37,9	97,0	55,6	37,3	4,8	15,0	36,3	40,6	64,9	36,7	32,3	5,0	6322
Firminópolis	15,7	33,0	21,2	99,0	33,4	32,7	5,5	10,8	28,8	20,8	80,3	21,6	26,4	5,4	11580
Flores de Goiás	24,4	51,6	65,5	97,3	84,7	51,3	3,6	17,3	65,4	62,8	78,2	67,4	49,8	4,8	12066
Formosa	13,5	34,1	22,4	96,1	18,6	30,8	5,5	8,6	37,9	12,1	56,1	9,8	24,3	5,6	100085
Formoso	17,0	43,0	33,7	96,7	40,5	38,3	5,1	13,1	45,8	27,6	74,0	27,0	33,7	5,2	4883
Gameleira de Goiás	999,0	37,9	72,5	92,4	80,2	387,4	3,5	12,4	37,7	57,4	98,1	53,4	38,7	5,3	3275
Goianápolis	17,7	34,3	28,6	99,3	11,4	32,7	4,5	16,4	45,0	25,6	85,4	4,8	33,6	4,9	10695
Goiandira	11,5	23,4	14,1	95,5	16,4	25,2	5,9	8,3	26,5	14,5	81,0	11,9	23,3	5,6	5265
Goianésia	15,3	26,4	32,9	66,4	9,3	25,9	5,0	10,0	25,5	27,2	44,2	5,9	20,4	5,5	59549
Goiânia	5,2	10,9	12,7	20,0	1,3	9,2	7,6	3,3	16,3	7,0	22,2	,2	9,9	6,0	1302001
Goianira	13,1	24,0	43,4	90,8	12,7	28,2	5,1	8,3	33,3	35,0	60,7	3,0	24,9	5,6	34060
Goiás	16,2	28,0	29,4	78,4	33,3	29,8	5,1	13,5	33,8	25,1	50,2	24,0	26,6	5,2	24727
Goiatuba	12,4	20,2	32,1	83,9	12,9	24,7	5,5	9,4	25,8	22,9	70,9	8,0	22,9	5,5	32492
Gouvelândia	17,7	29,6	41,0	93,1	47,1	34,9	4,3	18,0	32,5	41,1	99,1	21,0	34,3	4,8	4949
Guapó	14,8	27,5	31,7	96,9	38,7	31,8	4,8	10,9	37,6	24,1	26,7	15,8	23,7	5,4	13976

Tabela 1F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de GOIÁS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Guaraíta	19,3	45,0	52,7	95,8	53,1	42,9	4,3	10,7	42,6	44,2	97,7	40,0	37,2	5,4	2376
Guarani de Goiás	30,8	54,2	49,3	99,5	65,4	51,3	3,7	22,8	62,9	39,0	98,8	57,3	49,6	4,4	4258
Guarinos	19,2	43,1	43,3	97,5	58,4	41,9	4,1	14,0	53,8	41,9	99,1	42,9	42,4	5,1	2299
Heitorai	15,9	29,1	34,9	92,5	45,3	33,2	5,0	13,2	43,0	25,2	59,7	24,7	30,8	5,2	3571
Hidrolândia	14,4	22,8	48,3	92,2	42,7	31,6	5,2	7,1	31,4	45,1	85,4	24,7	29,4	5,7	17398
Hidrolina	15,4	38,1	39,7	99,2	51,7	38,0	4,8	11,2	42,6	28,4	98,0	24,8	34,3	5,4	4029
Iaciara	23,3	53,8	32,2	99,5	43,1	44,7	4,0	19,5	63,0	23,9	87,8	26,5	43,0	4,6	12427
Inaciolândia	24,5	36,0	29,9	99,7	27,0	37,2	4,3	19,5	32,7	44,8	96,3	16,2	34,5	4,6	5699
Indiara	16,5	29,4	22,3	97,4	20,3	30,5	4,4	12,3	33,0	12,8	92,1	11,1	27,9	5,3	13687
Inhumas	13,5	20,4	25,9	66,4	8,7	22,3	5,3	10,1	25,9	15,8	64,5	5,6	21,5	5,5	48246
Ipameri	11,6	20,2	20,0	42,6	18,7	19,4	5,3	9,8	31,7	15,4	38,2	13,0	21,3	5,5	24735
Ipiranga de Goiás	ND	33,4	67,4	99,7	64,0	ND	4,7	12,7	38,2	49,1	99,6	37,5	36,8	5,2	2844
Iporá	14,0	25,6	15,0	98,6	14,4	27,1	5,4	11,9	28,4	10,9	75,1	11,2	24,2	5,3	31274
Israelândia	17,2	30,5	27,9	99,5	43,2	34,0	4,5	13,1	37,9	30,5	94,8	28,2	33,5	5,2	2887
Itaberaí	17,5	26,7	33,3	95,2	28,5	31,5	5,0	10,4	28,7	28,0	73,0	13,9	25,5	5,4	35371
Itaguari	19,9	36,4	38,2	78,2	27,1	34,4	4,7	15,0	30,0	21,2	65,5	14,0	26,1	5,0	4513
Itaguaru	15,6	33,3	22,9	84,7	26,8	30,8	5,0	14,1	34,8	18,2	82,5	16,9	29,2	5,1	5437
Itajá	17,4	22,1	36,9	49,5	34,9	26,0	4,7	10,9	30,2	23,7	14,2	21,7	20,3	5,4	5062
Itapaci	16,4	32,0	35,6	85,5	33,1	32,6	4,9	12,9	35,0	30,6	84,9	11,8	30,0	5,2	18458
Itapirapuã	19,6	37,0	39,8	94,8	47,0	38,2	4,6	16,6	38,4	29,7	77,3	29,6	33,1	4,9	7835
Itapuranga	19,2	32,2	28,8	99,0	36,7	34,7	4,9	14,3	35,9	26,1	27,3	20,1	25,0	5,1	26125
Itarumã	16,4	19,0	52,2	66,6	51,3	29,5	5,0	12,4	26,3	41,1	33,7	26,7	23,8	5,3	6300
Itauçu	16,7	32,6	22,6	96,8	23,0	31,9	5,1	12,1	30,5	19,9	34,4	16,4	22,1	5,3	8575
Itumbiara	12,2	17,6	27,0	36,5	9,6	18,0	5,9	7,9	21,2	18,8	21,5	4,1	14,8	5,6	92883
Ivolândia	20,4	30,9	47,8	99,4	57,6	38,6	4,7	14,0	38,3	46,4	94,9	47,9	37,5	5,1	2663

Tabela 1F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de GOIÁS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Jandaia	13,8	34,1	36,5	92,1	28,0	32,8	5,0	13,3	30,4	32,5	83,4	19,8	29,2	5,2	6164
Jaraguá	14,9	25,5	32,0	94,0	31,7	30,2	4,9	9,7	32,1	19,4	83,9	16,6	27,0	5,5	41870
Jataí	11,3	18,2	23,0	38,0	22,3	18,7	5,7	7,1	21,6	16,9	29,0	7,2	15,5	5,7	88006
Jaupaci	17,7	39,4	25,2	99,4	28,8	35,7	4,6	16,4	38,7	22,4	78,2	26,1	32,2	4,9	3000
Jesúpolis	19,5	34,9	41,1	97,9	32,3	36,5	4,5	15,7	45,5	26,4	95,3	20,4	36,0	5,0	2300
Joviânia	14,2	23,1	24,4	97,5	16,4	27,3	5,2	11,3	26,5	21,8	34,1	10,4	20,1	5,3	7118
Jussara	16,7	29,4	25,4	90,3	32,2	31,2	5,1	12,5	31,5	23,2	35,8	17,7	23,2	5,2	19153
Lagoa Santa	999,0	31,1	48,7	87,8	48,3	379,2	4,9	6,7	24,3	39,6	74,1	33,6	25,8	5,7	1254
Leopoldo de Bulhões	15,9	27,8	36,4	93,1	41,8	32,7	4,4	13,6	38,1	34,2	75,1	25,4	31,9	5,2	7882
Luziânia	12,0	27,5	60,8	81,0	28,3	31,3	5,2	8,0	39,9	41,3	72,5	8,9	29,5	5,6	174531
Mairipotaba	16,2	19,8	36,1	86,5	36,7	28,8	5,2	11,6	31,9	33,3	96,6	25,0	31,1	5,3	2374
Mambá	28,9	55,2	8,8	84,8	58,6	44,5	3,8	20,2	63,1	23,2	83,8	29,6	43,1	4,6	6871
Mara Rosa	19,8	43,2	33,1	95,4	43,3	39,4	4,6	15,7	39,2	24,6	55,9	24,0	29,8	5,0	10649
Marzagão	15,7	21,3	13,7	99,0	14,2	26,1	5,1	10,7	30,0	13,5	98,3	11,6	27,0	5,4	2072
Matrinchã	20,2	36,0	32,0	93,8	34,0	35,9	4,3	17,5	37,9	29,5	86,6	26,7	34,0	4,8	4414
Maurilândia	20,9	22,7	15,8	98,6	10,6	28,2	4,3	15,0	29,6	6,9	91,0	7,0	26,5	5,0	11521
Mimoso de Goiás	27,5	57,5	58,6	99,1	63,7	52,0	3,6	18,8	54,4	54,6	80,2	54,2	44,6	4,7	2685
Minaçu	14,7	30,3	16,7	91,5	18,8	28,8	5,1	13,6	37,1	15,5	43,7	15,1	25,3	5,2	31154
Mineiros	13,4	20,8	11,4	29,5	12,5	17,4	5,2	7,6	23,7	9,2	13,1	8,5	14,0	5,7	52935
Moiporá	15,6	28,9	36,2	98,9	56,5	34,8	4,9	15,6	41,4	33,2	90,7	33,5	36,0	5,0	1763
Monte Alegre de Goiás	27,9	61,9	48,3	98,9	68,5	53,1	3,6	25,0	66,4	45,6	89,8	47,8	50,5	4,2	7730
Montes Claros de Goiás	17,5	27,8	47,1	99,6	52,9	36,0	4,7	11,7	32,0	38,8	89,9	37,0	32,1	5,3	7987
Montividiu	14,4	18,9	33,6	96,2	29,9	28,0	4,9	9,5	25,1	23,4	90,3	16,5	25,5	5,5	10572
Montividiu do Norte	21,4	69,4	57,3	85,1	73,2	53,3	3,8	17,1	61,1	56,3	53,9	56,3	44,0	4,8	4122
Morrinhos	12,3	19,6	17,5	70,3	13,7	21,6	5,5	8,1	23,2	14,9	36,6	7,3	17,0	5,6	41460

Tabela 1F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de GOIÁS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Morro Agudo de Goiás	16,0	42,2	40,2	99,8	46,8	39,3	4,9	13,5	41,0	30,1	99,0	29,4	35,3	5,2	2356
Mossâmedes	17,3	42,0	37,4	97,2	50,5	39,4	4,8	14,7	35,0	27,8	90,1	30,7	32,5	5,1	5007
Mozarlândia	17,5	22,5	32,9	99,5	35,2	31,1	4,8	13,2	31,2	31,3	93,8	10,3	29,6	5,2	13404
Mundo Novo	21,2	38,5	56,8	98,1	66,2	43,1	3,6	21,0	48,1	46,4	59,2	46,7	39,5	4,5	6438
Mutunópolis	21,8	36,4	37,9	99,9	37,3	38,2	4,5	17,8	47,3	37,5	81,2	38,1	38,7	4,8	3849
Nazário	14,5	31,1	17,8	97,3	16,9	29,6	5,0	12,7	30,6	9,2	94,8	7,4	26,7	5,2	7874
Nerópolis	13,8	20,6	22,2	93,2	9,7	25,0	5,4	8,5	33,8	18,2	29,4	3,2	20,1	5,6	24210
Niquelândia	17,7	35,5	30,7	78,3	36,0	33,3	4,8	12,4	37,7	24,0	76,7	21,4	30,0	5,3	42361
Nova América	19,4	29,9	33,5	82,2	36,6	32,7	4,5	16,4	36,0	27,1	98,8	22,6	33,6	4,9	2259
Nova Aurora	15,4	15,6	15,4	77,8	21,7	22,6	5,9	10,2	24,4	10,8	97,8	5,9	24,0	5,4	2062
Nova Crixás	23,2	31,4	58,9	47,2	45,1	34,3	3,7	19,1	38,4	45,0	89,5	34,2	37,3	4,7	11927
Nova Glória	18,8	41,1	35,9	99,8	52,3	39,9	4,6	15,2	44,7	28,5	87,5	23,9	35,3	5,0	8508
Nova Iguaçu de Goiás	17,5	39,3	45,1	81,9	39,1	36,7	3,8	10,6	44,1	32,4	35,2	28,1	28,8	5,4	2826
Nova Roma	20,7	56,7	30,6	89,1	67,0	45,7	4,1	20,1	55,4	16,6	88,6	58,3	42,7	4,6	3471
Nova Veneza	15,1	27,5	23,1	99,4	18,0	29,4	5,0	8,7	34,5	18,1	93,1	9,0	27,6	5,6	8129
Novo Brasil	18,1	28,9	39,2	94,1	73,1	37,0	4,3	13,1	30,1	27,4	94,6	28,2	30,5	5,2	3519
Novo Gama	11,9	28,9	31,8	70,2	15,7	26,4	5,3	6,8	41,6	12,1	60,9	4,8	25,0	5,7	95018
Novo Planalto	19,8	41,6	30,7	99,6	60,0	40,6	4,6	18,6	50,0	36,0	88,6	37,5	40,5	4,7	3956
Orizona	11,7	22,2	47,5	97,9	49,8	31,6	5,0	8,2	28,8	47,3	90,5	23,5	29,5	5,6	14300
Ouro Verde de Goiás	15,7	36,2	47,4	99,8	47,7	37,9	4,5	11,8	39,3	34,7	98,6	32,0	34,8	5,3	4034
Ouvidor	10,8	26,0	28,6	98,5	28,4	28,8	5,6	6,7	23,6	16,4	94,7	9,8	23,2	5,7	5467
Padre Bernardo	19,6	42,4	43,4	96,8	48,3	40,8	4,1	14,2	52,9	42,7	75,8	31,4	38,8	5,1	27671
Palestina de Goiás	18,8	30,5	49,1	97,7	53,5	37,5	4,1	9,2	31,3	39,9	94,6	35,1	31,5	5,5	3371
Palmeiras de Goiás	13,7	29,7	57,8	92,1	29,2	33,6	5,2	9,7	30,3	36,9	36,7	17,5	23,3	5,5	23338
Palmelo	16,1	15,4	10,5	86,8	8,4	22,0	5,5	10,9	26,6	8,7	41,1	4,7	18,8	5,4	2335

Tabela 1F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de GOIÁS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Palminópolis	13,3	24,0	36,9	72,8	36,1	27,8	4,9	13,0	29,8	25,4	70,9	23,3	27,2	5,2	3557
Panamá	19,8	31,6	30,1	88,3	29,8	33,1	4,6	15,6	29,5	26,4	99,3	24,9	31,2	5,0	2682
Paranaiguara	17,7	34,0	11,9	13,1	15,9	22,1	4,5	13,8	26,0	8,5	9,5	8,2	16,6	5,1	9100
Paraúna	16,6	27,8	30,6	73,4	31,5	29,3	4,6	11,7	33,3	25,6	36,3	24,7	24,5	5,3	10863
Perolândia	16,5	27,9	49,9	93,6	39,4	34,1	4,3	13,4	38,4	42,1	78,6	36,3	34,1	5,2	2950
Petrolina de Goiás	19,9	31,8	39,9	99,3	39,0	36,2	4,7	10,0	34,9	37,2	92,5	30,8	32,1	5,5	10283
Pilar de Goiás	15,0	43,8	60,3	97,9	67,3	43,3	3,9	12,2	44,2	54,4	98,0	57,4	40,9	5,3	2773
Piracanjuba	13,5	20,9	49,4	92,5	34,4	30,0	5,1	10,1	27,3	33,8	68,2	17,1	25,3	5,5	24026
Piranhas	17,1	33,0	24,6	97,2	21,5	32,3	4,8	14,6	35,7	20,8	98,4	18,8	31,8	5,1	11266
Pirenópolis	17,4	32,8	34,8	88,2	40,4	34,1	4,9	10,9	37,7	28,0	66,4	16,4	28,4	5,4	23006
Pires do Rio	10,0	17,2	9,0	85,9	18,5	21,2	5,9	7,6	25,5	7,2	57,3	5,9	18,9	5,7	28762
Planaltina	15,7	33,4	26,1	97,2	27,3	32,6	4,6	10,1	43,6	14,8	74,9	11,5	29,2	5,5	81649
Pontalina	15,3	20,5	31,1	97,4	22,3	28,0	5,0	14,1	29,1	26,5	58,1	16,9	25,5	5,1	17121
Porangatu	14,7	32,7	35,0	98,5	19,9	32,4	5,3	10,6	38,2	21,0	89,9	14,9	30,1	5,4	42355
Porteirão	22,2	29,5	35,8	69,4	18,0	30,8	4,3	12,8	21,1	18,8	95,0	12,4	24,9	5,2	3347
Portelândia	15,6	21,8	38,4	99,8	25,4	29,9	4,2	13,8	30,0	31,8	98,1	18,4	30,6	5,1	3839
Posse	23,5	42,0	26,3	99,0	49,1	40,5	4,3	15,3	52,0	22,5	46,6	27,0	33,2	5,0	31419
Professor Jamil	18,3	29,3	35,9	86,2	34,9	32,6	4,9	15,5	34,1	30,2	92,7	27,2	32,7	5,0	3239
Quirinópolis	14,4	22,3	33,6	23,8	19,6	20,6	5,3	9,9	22,4	27,3	18,7	10,9	17,1	5,5	43220
Rialma	11,7	23,2	13,1	91,1	13,4	24,4	5,5	8,3	30,1	8,8	49,0	8,0	20,2	5,6	10523
Rianápolis	18,0	37,4	17,8	91,5	19,2	32,6	4,8	15,6	35,4	14,3	84,3	12,2	29,3	5,0	4566
Rio Quente	8,5	13,8	34,2	74,8	20,7	21,1	5,9	4,9	25,5	20,8	13,7	10,6	15,2	5,9	3312
Rio Verde	11,6	17,9	26,4	38,5	13,8	18,4	5,8	6,5	22,7	17,4	38,6	7,1	16,7	5,8	176424
Rubiataba	14,9	24,4	19,7	98,5	20,4	28,0	5,3	10,0	33,6	17,2	95,0	15,0	28,4	5,5	18915
Sanclerlândia	16,5	35,1	17,5	89,9	37,4	32,7	5,1	12,7	28,5	14,1	91,6	15,0	26,9	5,2	7550

Tabela 1F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de GOIÁS

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Santa Bárbara de Goiás	16,5	30,7	18,2	93,6	12,5	29,4	4,6	12,8	33,0	11,1	7,8	6,4	18,6	5,2	5751
Santa Cruz de Goiás	13,7	21,0	59,6	99,0	59,9	34,2	4,7	14,4	33,9	57,9	97,0	55,1	38,1	5,1	3142
Santa Fé de Goiás	18,2	30,3	40,3	92,1	30,0	33,6	4,5	12,9	29,2	27,3	95,4	21,1	29,5	5,2	4762
Santa Helena de Goiás	17,8	22,5	26,3	77,3	12,9	26,1	5,0	12,4	29,0	15,2	32,6	4,6	19,9	5,3	36469
Santa Isabel	19,2	28,5	36,2	92,9	47,4	34,5	4,9	14,0	39,4	32,1	97,8	30,2	35,1	5,1	3686
Santa Rita do Araguaia	15,9	30,0	13,4	96,0	10,9	28,5	5,0	10,0	28,7	12,6	98,1	11,7	26,2	5,5	6924
Santa Rita do Novo Destino	23,7	39,9	63,1	98,6	66,4	45,2	3,7	23,2	40,7	49,1	43,3	46,9	36,3	4,3	3173
Santa Rosa de Goiás	19,5	44,5	48,9	99,6	37,3	41,3	4,3	15,1	42,6	30,2	98,7	20,8	35,6	5,0	2909
Santa Tereza de Goiás	16,9	39,9	20,1	85,0	47,8	35,2	5,2	14,2	49,2	18,9	47,8	16,4	30,7	5,1	3995
Santa Terezinha de Goiás	19,1	43,0	51,0	99,1	28,2	40,0	4,7	14,4	51,1	46,8	84,8	24,9	39,0	5,1	10302
Santo Antônio da Barra	25,7	30,5	33,3	92,1	24,6	35,1	4,1	18,6	31,5	29,0	87,5	16,2	31,2	4,7	4423
Santo Antônio de Goiás	14,5	22,7	21,8	98,9	16,2	27,2	5,6	8,6	30,4	14,5	90,1	7,1	25,3	5,6	4703
Santo Antônio do Descoberto	15,7	34,6	35,9	98,6	46,4	35,9	4,8	9,1	45,8	29,3	55,4	17,6	29,7	5,5	63248
São Domingos	29,4	54,5	43,8	98,8	65,7	50,2	3,2	23,4	59,4	39,2	92,2	43,9	46,7	4,3	11272
São Francisco de Goiás	19,7	34,9	40,6	99,4	38,4	37,3	4,9	14,9	40,0	29,7	98,3	27,1	35,1	5,0	6120
São João d'Aliança	18,3	47,9	34,3	96,9	41,7	40,7	4,3	14,2	56,7	37,1	93,8	36,8	41,9	5,1	10257
São João da Paraúna	14,5	26,9	38,2	24,2	38,5	24,5	5,4	12,2	34,7	26,2	15,1	22,6	22,8	5,3	1689
São Luís de Montes Belos	13,4	27,0	17,1	63,8	19,2	24,4	5,7	9,7	27,8	15,8	43,5	10,5	20,3	5,5	30034
São Luís do Norte	21,7	40,0	66,2	97,1	40,7	42,4	4,2	16,8	41,5	57,9	84,8	18,1	37,0	4,9	4617
São Miguel do Araguaia	19,0	30,7	52,6	98,2	22,5	35,2	4,6	12,4	42,3	45,7	55,8	17,1	31,3	5,3	22283
São Miguel do Passa-Quatro	11,2	27,2	59,0	97,4	57,4	35,0	4,7	12,4	29,6	46,0	60,7	33,4	28,9	5,3	3757
São Patrício	18,0	44,1	58,7	75,1	57,3	40,9	4,5	11,9	38,5	41,4	79,7	36,9	33,7	5,3	1991
São Simão	16,5	29,6	2,6	19,6	4,8	18,9	5,0	11,7	23,5	3,0	13,2	3,1	14,3	5,3	17088
Senador Canedo	11,1	27,1	46,1	96,2	11,9	29,4	5,0	6,5	35,1	18,9	74,7	1,5	24,5	5,8	84443
Serranópolis	17,3	25,6	45,3	89,1	45,3	33,2	4,7	12,6	25,8	26,8	97,1	23,0	28,5	5,2	7481

Tabela 1F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de GOIÁS

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Silvânia	13,4	27,7	42,0	88,7	41,4	31,8	5,2	8,5	30,1	35,9	60,8	33,3	26,7	5,6	19089
Simolândia	28,1	61,7	13,4	99,3	42,0	47,0	3,7	17,8	63,1	16,6	98,5	19,0	42,1	4,8	6514
Sítio d'Abadia	29,8	50,9	46,0	87,6	91,2	50,5	3,7	23,8	67,7	40,7	99,2	62,3	52,3	4,3	2825
Taquaral de Goiás	17,1	40,2	38,0	99,1	36,8	37,8	4,6	11,4	25,6	21,4	94,4	18,8	26,8	5,3	3541
Teresina de Goiás	30,6	45,6	32,9	98,4	32,9	43,4	4,0	16,2	58,5	28,6	96,2	28,2	41,8	4,9	3016
Terezópolis de Goiás	19,2	30,4	39,1	98,7	21,7	33,8	4,5	12,8	41,2	25,4	92,6	5,6	31,8	5,2	6561
Três Ranchos	10,9	27,5	32,3	99,7	21,0	29,2	5,3	6,4	29,9	26,5	60,2	9,0	22,6	5,8	2819
Trindade	12,0	25,6	30,2	63,5	6,9	23,6	5,3	8,2	31,7	15,3	50,7	3,6	21,2	5,6	104488
Trombas	18,7	37,4	29,0	97,7	46,4	37,1	4,8	17,8	54,8	35,9	98,9	38,3	43,0	4,8	3452
Turvânia	15,9	27,2	28,3	92,0	31,6	30,6	5,2	12,3	34,8	18,9	79,8	17,6	28,4	5,3	4839
Turvelândia	23,4	31,7	37,9	84,5	38,6	35,6	3,9	17,3	36,4	31,5	84,6	26,3	33,3	4,8	4399
Uirapuru	23,2	52,2	43,5	58,3	44,3	41,1	4,3	18,0	47,8	40,8	75,7	34,9	38,4	4,8	2933
Uruaçu	16,1	38,0	35,9	86,3	24,7	34,0	5,2	11,1	34,6	24,1	56,3	10,5	25,4	5,4	36929
Uruana	14,9	30,2	25,3	92,8	28,6	30,8	5,3	12,8	42,6	22,0	88,1	19,4	32,7	5,2	13826
Urutaí	12,8	22,7	30,1	94,1	28,4	28,0	5,8	8,6	29,4	27,6	97,2	26,5	28,8	5,6	3074
Valparaíso de Goiás	7,4	20,3	57,0	74,1	7,2	24,1	6,4	3,6	27,5	24,6	31,0	2,2	16,9	6,0	132982
Varjão	18,8	20,4	43,5	99,9	40,2	32,4	4,5	15,4	30,3	38,8	98,3	20,9	32,3	5,0	3659
Vianópolis	13,8	23,0	37,2	96,2	31,1	29,7	5,0	8,0	28,1	31,8	82,2	19,7	26,4	5,6	12548
Vicentinópolis	17,6	23,3	16,4	80,9	17,9	26,1	4,6	12,7	25,6	12,2	96,9	12,9	26,0	5,2	7371
Vila Boa	26,2	42,5	13,2	92,7	32,0	38,0	3,8	15,9	53,7	27,4	73,8	22,2	37,0	5,0	4735
Vila Propício	28,1	45,8	65,5	99,8	73,7	49,9	3,3	19,3	54,8	59,2	92,9	48,3	46,2	4,7	5145

Fonte: IBGE, 2010, 2010a.

Tabela 2F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de MATO GROSSO

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Acorizal	26,0	50,8	42,6	39,5	62,8	41,2	3,8	23,6	55,9	30,0	91,6	45,7	44,7	4,3	5516
Água Boa	12,4	24,7	27,6	91,2	29,4	28,1	5,5	7,8	26,1	24,0	85,7	18,5	25,0	5,7	20856
Alta Floresta	11,9	21,7	71,3	94,7	27,5	31,7	5,3	8,9	29,6	39,2	81,9	15,7	27,6	5,6	49164
Alto Araguaia	13,9	28,8	22,4	66,0	29,8	26,9	5,1	8,6	28,4	14,6	92,3	13,9	25,4	5,6	15644
Alto Boa Vista	16,4	39,1	78,3	93,7	85,9	45,2	4,2	11,5	49,9	59,7	71,6	35,7	38,5	5,3	5247
Alto Garças	12,5	23,9	23,0	97,6	20,1	27,2	5,4	9,3	29,0	15,2	96,3	10,8	26,1	5,5	10350
Alto Paraguai	16,4	40,4	27,3	98,5	61,1	38,6	4,7	14,6	50,2	37,3	74,1	44,3	38,4	5,1	10066
Alto Taquari	11,3	19,7	21,6	90,3	20,1	24,4	5,5	6,6	21,5	10,2	98,2	9,0	22,0	5,8	8072
Apiacás	21,4	28,1	99,5	98,1	44,5	42,1	4,0	13,4	35,8	61,4	94,3	30,4	36,3	5,2	8567
Araguaiana	15,9	27,5	53,0	96,6	41,7	34,6	4,9	12,4	37,7	40,3	96,9	33,4	35,0	5,3	3197
Araguainha	18,7	31,6	16,9	100,0	71,7	36,3	4,9	14,6	33,5	14,7	90,4	17,3	29,4	5,1	1096
Araputanga	15,4	22,6	26,5	90,2	24,8	27,8	5,3	11,1	31,9	19,2	88,8	17,2	28,0	5,4	15342
Arenápolis	16,3	38,3	33,6	91,8	34,6	35,4	5,2	12,1	38,1	24,6	82,1	14,3	30,0	5,3	10316
Aripuanã	16,8	12,7	44,4	59,2	35,2	24,4	4,7	10,0	34,8	39,8	96,0	37,2	33,3	5,5	18656
Barão de Melgaço	22,5	43,8	55,7	78,4	67,8	43,4	3,6	17,4	55,8	53,3	74,9	64,5	44,9	4,8	7591
Barra do Bugres	18,1	28,2	47,0	84,6	36,4	33,3	4,8	13,2	39,6	23,4	72,3	18,3	30,2	5,2	31793
Barra do Garças	8,9	22,0	14,9	53,8	19,0	19,7	6,4	7,2	30,8	9,8	43,1	8,9	19,7	5,7	56560
Bom Jesus do Araguaia	999,0	32,5	99,8	74,3	100,0	388,3	3,8	10,5	42,5	98,6	97,6	38,3	42,6	5,4	5314
Brasnorte	15,6	19,4	53,0	99,1	49,5	32,7	4,4	9,2	35,9	38,6	91,4	31,6	32,3	5,5	15357
Cáceres	15,9	30,1	40,8	54,9	33,1	29,1	5,5	10,2	42,1	26,9	38,9	19,9	27,0	5,4	87942
Campinápolis	21,0	44,4	68,0	94,6	76,9	46,9	3,5	25,1	56,0	55,9	83,1	47,8	47,3	4,2	14305
Campo Novo do Parecis	8,7	11,2	19,2	92,5	16,5	20,2	5,4	5,5	17,3	7,6	77,3	6,6	17,5	5,9	27577
Campo Verde	9,3	19,7	25,0	95,8	27,2	25,3	5,8	6,3	23,1	21,8	89,4	17,2	23,5	5,8	31589
Campos de Júlio	5,0	10,6	27,7	99,3	26,0	21,1	5,9	5,7	20,5	20,8	96,4	15,3	22,8	5,8	5154
Canabrava do Norte	16,7	47,6	96,2	81,1	96,6	49,8	4,1	11,5	53,9	80,8	99,0	39,9	45,4	5,3	4786

Tabela 2F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de MATO GROSSO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Canarana	15,3	19,0	71,5	99,1	34,9	33,1	5,1	10,3	27,7	30,7	95,3	19,1	28,2	5,4	18754
Carlinda	19,2	37,2	84,3	99,5	74,7	45,8	3,8	15,6	46,7	61,0	95,0	53,8	43,0	5,0	10990
Castanheira	12,2	30,9	57,4	99,4	67,0	37,6	4,2	13,3	51,4	52,2	92,0	52,4	42,5	5,2	8231
Chapada dos Guimarães	20,0	36,2	49,4	87,4	52,3	38,7	4,6	12,7	42,7	36,8	64,5	38,1	33,5	5,2	17821
Cláudia	11,0	10,0	26,6	96,2	23,0	22,3	4,7	9,4	32,6	23,5	81,7	22,2	27,7	5,5	11028
Cocalinho	19,8	27,9	68,7	99,6	47,2	38,6	4,1	16,0	38,5	60,8	98,1	37,0	39,1	4,9	5490
Colíder	14,7	24,9	47,6	98,3	34,9	32,3	4,8	10,0	28,5	29,5	81,9	20,9	27,1	5,5	30766
Colniza	ND	51,6	97,6	99,9	97,2	ND	3,3	10,8	52,6	77,7	96,7	50,5	45,1	5,4	26381
Comodoro	18,8	30,3	44,8	82,3	47,1	34,8	4,5	12,7	40,6	30,9	79,2	30,7	33,0	5,2	18178
Confresa	19,0	39,6	98,9	99,7	78,3	48,4	3,9	11,5	53,8	69,2	75,8	36,0	41,3	5,3	25124
Conquista d'Oeste	ND	42,8	99,1	99,8	83,3	ND	4,3	11,8	29,7	32,6	93,0	35,3	30,9	5,3	3385
Cotriguaçu	16,0	28,7	97,5	98,6	66,5	42,2	4,1	9,3	58,9	92,8	95,3	62,6	49,2	5,5	14983
Cuiabá	6,1	16,9	8,7	26,4	8,0	12,5	7,5	4,3	21,8	6,4	18,9	3,3	12,1	6,0	551098
Curvelândia	ND	36,1	93,2	67,0	94,9	ND	4,5	15,1	43,4	68,4	98,9	36,9	41,4	5,0	4866
Denise	16,1	28,0	48,8	86,6	19,5	31,4	4,8	14,2	33,0	18,7	93,7	13,4	29,5	5,1	8523
Diamantino	11,2	27,2	33,2	97,7	31,6	30,0	5,7	7,0	27,3	25,0	76,8	19,8	24,5	5,7	20341
Dom Aquino	18,0	31,8	24,0	99,1	40,6	34,0	4,9	14,0	37,5	18,7	93,9	21,9	31,8	5,1	8171
Feliz Natal	15,6	13,5	64,2	96,9	55,0	32,1	4,2	8,8	39,0	33,1	93,6	23,4	32,1	5,6	10933
Figueirópolis d'Oeste	18,8	31,2	63,2	99,7	59,6	40,0	4,7	12,9	36,6	45,9	98,2	43,4	36,4	5,2	3796
Gaúcha do Norte	24,6	18,2	61,0	86,8	65,4	36,4	3,9	23,4	27,1	47,5	87,8	46,0	36,0	4,3	6293
General Carneiro	20,2	49,6	44,0	99,8	57,6	44,7	4,5	12,1	54,8	40,6	79,4	41,7	39,7	5,3	5027
Glória d'Oeste	17,5	33,6	74,9	99,7	49,4	40,7	4,3	13,2	37,4	46,7	93,6	34,4	35,5	5,2	3135
Guarantã do Norte	11,3	26,4	86,2	97,7	39,4	36,1	4,7	7,5	35,5	33,8	97,5	24,2	31,0	5,7	32216
Guiratinga	16,4	32,3	10,6	51,2	24,7	25,7	5,1	12,7	38,8	23,4	34,4	17,2	25,6	5,2	13934
Indiavaí	18,2	26,2	46,5	97,0	51,4	35,2	4,4	14,4	47,2	20,5	95,8	20,3	35,6	5,1	2397

Tabela 2F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de MATO GROSSO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Ipiranga do Norte	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	5,2	19,8	33,5	97,9	27,7	25,0	5,9	5123
Itanhangá	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	8,0	31,2	29,9	97,8	25,2	29,4	5,6	5276
Itaúba	16,1	17,1	33,7	99,7	30,7	28,4	4,3	12,9	37,3	18,9	90,8	18,6	30,8	5,2	4575
Itiquira	11,1	23,0	34,3	86,5	33,7	27,6	4,9	7,3	31,7	26,1	96,8	25,8	28,9	5,7	11478
Jaciara	12,7	21,1	13,9	68,0	18,2	22,1	5,6	10,0	29,1	9,1	64,5	8,6	22,2	5,5	25647
Jangada	27,1	40,1	48,1	89,0	64,6	43,7	3,9	20,4	56,9	55,3	91,5	57,6	47,6	4,6	7696
Jauru	20,7	41,7	70,5	98,9	60,8	45,1	4,2	17,2	43,8	42,3	88,4	35,0	38,2	4,8	10455
Juara	14,2	21,0	48,3	90,3	36,4	30,2	4,9	9,9	30,6	28,4	83,9	20,8	27,8	5,5	32791
Juína	13,9	19,3	78,0	96,9	42,9	33,9	4,8	9,9	36,6	66,0	92,0	19,5	34,6	5,5	39255
Juruena	11,7	19,1	61,9	98,7	34,7	30,8	4,7	10,0	48,1	53,8	68,8	41,3	36,9	5,5	11201
Juscimeira	21,9	34,8	32,7	95,5	34,6	36,4	4,6	14,8	35,9	23,9	92,5	25,9	32,3	5,0	11430
Lambari d'Oeste	20,9	37,6	53,0	90,7	59,8	40,9	3,9	15,5	40,4	42,9	93,6	37,2	37,2	5,0	5431
Lucas do Rio Verde	6,6	6,5	20,5	94,4	18,4	18,3	6,2	3,3	13,8	8,7	52,6	6,2	13,0	6,0	45556
Luciara	16,9	42,2	33,9	99,8	46,5	38,9	5,0	13,5	51,4	17,5	99,2	14,2	36,2	5,2	2224
Marcelândia	12,0	10,3	51,1	98,3	46,0	27,6	4,8	11,8	38,8	37,3	97,8	23,4	34,0	5,3	12006
Matupá	14,2	28,0	58,3	99,5	32,0	34,2	4,8	9,2	37,5	34,3	90,5	30,1	32,1	5,5	14174
Mirassol d'Oeste	15,8	32,1	64,7	76,1	25,0	33,8	5,1	11,5	33,5	40,8	68,7	16,9	28,8	5,3	25299
Nobres	17,6	30,0	27,1	83,8	42,4	32,1	4,9	12,0	39,4	22,2	79,6	20,3	30,5	5,3	15002
Nortelândia	15,1	36,1	19,2	84,3	20,0	30,6	5,3	12,6	41,2	23,2	85,6	19,5	32,0	5,2	6436
Nossa Senhora do Livramento	34,1	46,4	74,0	98,5	84,3	53,9	3,7	22,9	56,1	67,7	69,4	64,0	47,8	4,3	11609
Nova Bandeirantes	15,2	47,8	76,0	99,5	74,2	47,1	3,8	7,9	42,8	68,3	75,8	49,5	37,3	5,6	11643
Nova Brasilândia	26,0	40,2	37,0	92,5	47,9	41,1	4,2	20,2	47,4	29,2	78,5	30,6	37,7	4,6	4587
Nova Canaã do Norte	16,8	26,9	73,0	99,4	60,9	38,9	4,0	12,5	41,1	53,9	84,3	42,7	37,1	5,2	12127
Nova Guarita	13,1	35,3	65,7	98,7	77,0	41,1	4,6	11,2	41,7	61,0	99,0	50,6	39,9	5,4	4932
Nova Lacerda	21,1	27,8	59,0	89,9	68,8	38,9	3,7	12,0	40,9	45,8	58,6	44,5	33,5	5,3	5436

Tabela 2F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de MATO GROSSO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Nova Marilândia	16,9	29,1	48,6	99,3	50,0	36,1	4,5	11,4	35,7	41,2	99,2	39,9	34,8	5,3	2951
Nova Maringá	17,8	22,3	47,7	99,6	55,2	34,5	3,9	9,8	32,9	26,4	79,3	22,5	28,1	5,5	6590
Nova Monte Verde	15,4	31,2	99,8	98,9	72,1	43,7	4,2	8,6	37,8	98,3	95,8	38,7	40,1	5,6	8093
Nova Mutum	6,0	9,4	25,9	98,9	24,9	20,7	6,2	3,9	15,9	16,9	68,2	15,0	17,2	6,0	31649
Nova Nazaré	ND	35,6	100,0	99,0	94,2	ND	3,6	24,2	55,7	52,2	89,6	51,1	47,5	4,2	3029
Nova Olímpia	17,8	22,8	23,1	96,7	12,4	27,9	4,5	12,9	38,9	11,0	93,6	10,0	30,0	5,2	17515
Nova Santa Helena	999,0	31,4	48,7	97,6	50,4	380,5	4,0	11,9	37,4	40,5	89,2	36,9	34,2	5,3	3468
Nova Ubiratã	12,1	16,3	46,3	92,0	69,5	30,7	4,3	8,5	34,5	41,0	94,8	49,9	33,8	5,6	9218
Nova Xavantina	15,4	25,9	21,8	96,5	24,1	29,0	5,3	10,7	34,9	23,7	75,4	22,0	28,3	5,4	19643
Novo Horizonte do Norte	20,9	29,0	58,4	99,7	58,0	39,3	4,1	14,8	37,3	45,8	92,5	47,9	37,1	5,0	3749
Novo Mundo	12,6	36,2	80,5	93,8	66,1	41,3	4,2	11,2	49,6	75,8	99,1	57,4	44,8	5,4	7332
Novo Santo Antônio	ND	51,7	100,0	94,4	100,0	ND	3,8	12,5	51,1	94,5	85,0	38,5	44,6	5,2	2005
Novo São Joaquim	16,2	29,6	50,4	96,6	55,3	36,4	4,1	15,2	41,5	41,8	73,5	33,1	34,9	5,0	6042
Paranaíta	16,4	29,4	75,5	94,6	52,3	38,6	4,4	11,3	41,8	55,0	99,2	44,8	38,8	5,3	10684
Paranatinga	16,2	27,2	43,5	98,8	35,5	33,3	4,5	11,4	39,8	23,7	81,4	23,2	31,1	5,3	19290
Pedra Preta	17,8	19,4	22,0	91,3	26,1	27,3	4,7	13,2	36,8	23,9	87,9	24,5	31,4	5,2	15755
Peixoto de Azevedo	22,4	39,9	52,5	92,2	35,3	40,2	3,9	15,5	55,3	44,0	92,9	34,4	42,2	5,0	30812
Planalto da Serra	17,8	42,0	39,2	79,7	58,1	38,7	4,6	13,9	49,3	22,5	93,5	27,2	36,7	5,1	2726
Poconé	22,0	47,1	37,6	85,4	46,9	41,3	4,9	17,9	52,7	31,6	95,9	31,1	40,9	4,8	31779
Pontal do Araguaia	11,2	24,7	21,2	98,3	22,6	27,1	5,8	8,9	32,7	20,8	82,9	18,9	27,1	5,6	5395
Ponte Branca	19,1	28,2	16,7	33,0	42,4	25,6	4,6	13,1	35,6	13,1	98,9	14,2	30,1	5,2	1768
Pontes e Lacerda	15,4	26,4	60,2	87,0	30,5	32,8	4,8	9,9	32,4	37,4	64,1	16,8	27,0	5,5	41408
Porto Alegre do Norte	17,5	39,6	66,6	95,2	80,0	44,2	4,5	10,6	50,2	48,7	94,7	30,3	39,1	5,4	10748
Porto dos Gaúchos	13,4	10,8	45,8	95,6	43,1	27,2	5,0	11,7	29,9	31,7	92,9	24,4	29,8	5,3	5449
Porto Esperidião	18,3	37,4	64,4	95,8	63,4	42,0	4,1	14,4	52,5	50,5	95,2	47,9	43,0	5,1	11031

Tabela 2F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de MATO GROSSO

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Porto Estrela	28,8	36,6	57,7	99,7	77,3	46,4	3,4	25,4	60,0	37,4	63,9	48,5	44,9	4,1	3649
Poxoréu	19,5	33,1	28,2	88,9	44,2	34,7	4,7	16,7	44,7	28,6	58,6	30,5	33,4	4,9	17599
Primavera do Leste	6,5	10,0	55,0	80,9	8,7	20,8	6,3	4,7	18,3	28,5	52,3	4,8	17,0	5,9	52066
Querência	15,9	28,4	93,3	99,4	51,0	40,3	4,6	8,2	30,0	45,3	93,5	31,6	30,8	5,6	13033
Reserva do Cabaçal	21,1	39,1	38,8	98,6	42,3	39,3	4,9	17,9	41,6	29,7	85,0	31,8	35,7	4,8	2572
Ribeirão Cascalheira	16,0	40,0	54,3	100,0	58,0	41,0	4,4	11,8	42,3	43,2	61,3	31,5	32,8	5,3	8881
Ribeirãozinho	17,1	31,5	25,6	99,2	36,4	33,4	5,1	11,6	31,6	15,7	66,2	16,7	25,2	5,3	2199
Rio Branco	21,9	36,5	25,0	99,5	32,7	36,5	4,6	14,3	34,7	15,2	98,6	15,5	30,5	5,1	5070
Rondolândia	ND	38,7	99,8	99,7	99,7	ND	3,6	15,4	60,7	98,1	96,4	71,9	53,5	5,0	3604
Rondonópolis	10,6	21,1	8,7	63,2	10,6	19,6	6,2	7,2	24,3	6,0	51,4	3,8	17,4	5,7	195476
Rosário Oeste	22,1	42,8	43,1	95,0	57,9	42,4	4,5	16,9	48,2	42,3	83,4	46,2	40,2	4,9	17679
Salto do Céu	22,0	35,5	53,2	61,1	60,4	37,6	4,2	15,2	43,5	44,1	95,2	44,4	39,2	5,0	3908
Santa Carmem	11,9	9,8	38,5	96,7	40,0	25,4	4,8	8,1	30,4	25,6	90,1	19,5	27,4	5,6	4085
Santa Cruz do Xingu	ND	43,7	63,4	99,7	100,0	ND	4,1	8,9	33,6	37,5	67,9	38,3	29,4	5,6	1900
Santa Rita do Trivelato	ND	26,3	57,9	69,4	57,9	ND	5,6	5,2	23,6	41,3	97,1	32,8	27,5	5,9	2491
Santa Terezinha	21,9	49,4	64,5	72,9	81,1	46,7	4,0	15,3	64,6	57,0	46,0	51,2	43,4	5,0	7397
Santo Afonso	13,9	42,1	75,4	98,0	66,0	43,7	4,9	17,0	36,7	53,0	89,2	43,3	37,6	4,9	2991
Santo Antônio do Leste	999,0	13,5	100,0	90,4	98,8	ND	4,8	10,4	35,9	41,7	96,8	31,1	33,5	5,4	3754
Santo Antônio do Leverger	19,8	41,4	62,9	80,9	77,6	43,5	4,7	16,6	45,2	53,9	89,6	64,1	42,5	4,9	18463
São Félix do Araguaia	16,4	33,6	59,0	99,5	44,1	38,1	5,3	12,5	46,5	44,8	81,2	48,8	38,3	5,2	10625
São José do Povo	24,4	31,9	45,9	89,8	67,2	40,0	4,4	15,0	44,0	27,0	93,1	56,3	38,3	5,0	3592
São José do Rio Claro	17,1	21,4	20,6	98,6	19,8	27,8	4,6	11,9	34,0	22,3	96,5	20,1	30,3	5,3	17124
São José do Xingu	20,1	30,5	70,4	99,1	57,3	40,7	4,1	14,8	41,8	29,6	95,8	30,4	35,7	5,0	5240
São José dos Quatro Marcos	15,4	30,6	37,6	24,2	35,2	25,8	4,8	12,1	32,8	27,7	80,2	23,9	29,2	5,3	18998
São Pedro da Cipa	21,8	28,0	24,6	94,5	25,4	32,2	4,5	16,8	33,1	11,0	95,8	13,0	29,9	4,9	4158

Tabela 2F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de MATO GROSSO

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Sapezal	9,5	6,2	32,4	94,9	30,1	21,6	5,3	5,7	14,0	16,6	58,8	14,0	16,1	5,8	18094
Serra Nova Dourada	ND	37,5	57,5	99,2	100,0	ND	4,2	12,3	42,2	47,6	90,6	46,5	37,8	5,3	1365
Sinop	8,5	10,1	79,8	93,7	16,1	26,2	5,7	5,1	20,1	30,3	88,8	5,3	21,8	5,9	113099
Sorriso	7,5	10,1	24,5	75,8	13,2	17,9	5,9	5,0	20,0	12,6	87,7	7,7	20,0	5,9	66521
Tabaporã	14,0	37,1	97,0	99,6	64,1	44,3	4,4	8,1	33,9	49,7	90,5	33,0	32,4	5,6	9932
Tangará da Serra	12,4	18,3	31,4	62,4	15,8	22,0	5,8	8,2	25,4	12,3	59,8	8,1	20,1	5,6	83431
Tapurah	9,0	22,2	40,6	93,3	67,3	31,0	5,3	5,2	20,4	25,4	79,9	20,4	21,8	5,9	10392
Terra Nova do Norte	13,6	35,5	86,2	92,5	65,8	41,9	4,5	11,0	38,7	54,0	87,6	50,7	36,8	5,4	11291
Tesouro	15,8	27,0	28,2	95,0	48,4	32,3	4,8	11,7	47,8	31,7	90,4	37,8	37,0	5,3	3418
Torixoréu	13,8	28,8	22,4	71,0	36,4	28,0	5,1	12,7	44,1	23,5	77,1	24,8	32,7	5,2	4071
União do Sul	11,6	4,9	29,8	99,9	33,8	22,4	4,4	11,8	38,5	27,6	98,8	23,0	32,9	5,3	3760
Vale de São Domingos	ND	37,1	86,7	99,4	99,9	ND	4,2	14,0	42,2	58,9	99,7	57,9	41,5	5,1	3052
Várzea Grande	9,0	21,7	21,5	59,3	15,5	20,6	6,2	5,9	29,1	16,7	51,5	6,5	20,0	5,8	252596
Vera	11,7	10,7	68,2	36,0	18,0	20,4	4,8	8,7	38,5	38,5	97,2	29,1	33,4	5,6	10235
Vila Bela da Santíssima Trindade	17,5	39,3	80,4	92,5	73,9	44,7	4,2	10,6	51,6	79,7	86,7	61,9	44,8	5,4	14493
Vila Rica	14,8	34,8	83,4	91,3	40,8	39,4	4,4	9,1	42,7	86,1	59,8	29,8	36,1	5,5	21382

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Tabela 3F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de MATO GROSSO DO SUL

(continua)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Água Clara	13,3	17,7	43,0	89,9	40,0	28,4	4,5	9,0	30,9	35,9	96,5	25,9	30,2	5,6	14424
Alcinópolis	14,4	28,6	39,0	99,7	44,9	33,7	3,9	11,0	28,3	34,6	99,6	32,5	30,8	5,4	4569
Amambaí	16,9	29,6	35,2	87,3	35,5	32,3	4,9	11,1	44,1	20,4	74,4	28,4	31,8	5,4	34730
Anastácio	15,0	36,4	27,4	88,2	32,5	33,1	4,7	11,5	46,9	17,4	54,3	22,0	30,0	5,3	23835
Anaurilândia	18,4	27,1	29,8	96,1	36,6	32,4	4,1	12,0	40,7	38,5	98,3	37,8	36,2	5,3	8493
Angélica	17,2	33,9	36,6	99,3	37,9	35,6	4,6	12,1	27,0	18,8	97,5	23,2	28,0	5,3	9185
Antônio João	19,3	42,3	20,8	99,8	25,2	36,5	4,3	13,5	57,0	21,2	97,6	23,6	39,3	5,2	8208
Aparecida do Taboado	15,0	25,4	30,5	87,7	17,1	28,1	5,0	10,0	25,6	26,3	84,0	9,3	24,9	5,5	22320
Aquidauana	13,2	31,7	22,1	77,8	36,8	29,5	5,3	8,5	45,6	17,8	70,1	20,9	30,1	5,6	45614
Aral Moreira	20,4	38,1	44,3	98,6	47,1	39,7	4,3	14,3	60,2	35,7	97,0	34,7	43,1	5,1	10251
Bandeirantes	16,1	24,8	30,3	99,4	37,2	31,3	4,6	12,0	33,7	33,3	95,5	36,0	32,8	5,3	6609
Bataguassu	15,5	22,1	21,6	99,5	23,3	28,0	5,2	10,3	31,3	15,1	50,4	14,7	22,8	5,4	19839
Batayporã	18,4	31,3	34,1	99,4	33,7	34,5	4,4	12,5	38,0	26,1	98,6	24,8	33,0	5,2	10936
Bela Vista	12,8	36,7	23,4	84,9	27,9	31,2	5,6	9,2	52,3	17,1	75,6	23,8	33,4	5,5	23181
Bodoquena	17,3	35,4	35,4	96,2	43,4	36,2	4,4	10,8	47,0	24,8	33,4	27,0	28,8	5,4	7985
Bonito	12,5	26,8	25,5	66,8	24,8	25,7	4,8	9,3	36,9	17,9	18,0	17,7	21,5	5,5	19587
Brasilândia	15,0	19,1	33,2	69,7	42,0	26,5	4,8	10,5	29,7	22,9	45,8	26,4	23,7	5,4	11826
Caarapó	18,7	39,6	32,0	97,9	30,9	36,8	4,7	12,2	38,9	26,1	77,1	25,4	31,0	5,3	25767
Camapuã	12,4	25,7	30,4	72,9	35,7	27,4	4,8	10,6	31,5	21,5	51,0	21,7	24,3	5,4	13625
Campo Grande	6,0	16,3	12,3	70,3	2,8	16,7	7,1	3,9	22,2	9,5	39,7	1,2	14,4	6,0	786797
Caracol	13,8	40,6	35,5	98,7	59,4	38,5	4,3	8,5	49,4	31,3	97,9	35,1	37,0	5,6	5398
Cassilândia	14,0	20,1	12,5	90,2	11,7	23,8	5,4	11,5	25,5	9,6	74,3	8,6	22,6	5,3	20966
Chapadão do Sul	6,7	8,2	24,4	98,7	24,6	20,4	6,0	4,6	17,3	16,9	53,1	13,0	16,2	5,9	19648
Corguinho	14,7	28,5	46,3	97,4	61,7	35,8	4,2	11,6	41,7	41,4	36,1	42,8	30,6	5,3	4862
Coronel Sapucaia	23,0	33,5	56,8	93,4	35,9	38,8	3,8	17,9	64,4	33,5	64,8	25,2	41,4	4,8	14064
Corumbá	9,0	30,8	11,3	70,3	18,9	24,2	6,0	6,4	42,2	11,1	80,0	12,6	27,7	5,8	103703

Tabela 3F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de MATO GROSSO DO SUL

(continuação)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Costa Rica	13,4	18,1	25,9	91,2	24,1	25,5	5,0	9,3	25,0	14,9	54,2	10,5	20,2	5,5	19695
Coxim	15,0	26,3	13,9	97,6	20,5	28,0	5,2	10,5	34,0	11,4	86,7	11,5	26,9	5,4	32159
Deodápolis	18,7	35,5	28,3	99,5	37,5	35,8	4,8	13,1	31,5	18,5	99,1	21,9	29,9	5,2	12139
Dois Irmãos do Buriti	18,8	49,4	58,6	99,7	68,7	46,7	3,9	12,1	59,6	22,1	98,3	45,0	41,8	5,3	10363
Douradina	16,3	36,7	44,8	99,6	48,6	38,1	4,6	10,5	41,7	29,0	98,2	32,9	34,6	5,4	5364
Dourados	9,0	21,6	26,6	72,3	14,1	22,4	6,2	5,6	24,1	20,2	47,9	7,4	18,2	5,8	196035
Eldorado	19,1	33,4	24,6	99,0	34,2	34,4	4,5	14,3	41,1	19,6	89,7	17,8	32,5	5,1	11694
Fátima do Sul	15,7	31,3	28,3	92,9	21,5	31,1	5,7	11,7	30,8	22,1	88,0	11,0	27,4	5,3	19035
Figueirão	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	10,7	30,1	44,9	95,5	40,3	32,6	5,4	2928
Glória de Dourados	16,8	29,3	29,0	99,8	38,9	33,2	5,2	11,2	30,2	22,3	98,4	22,4	29,2	5,4	9927
Guia Lopes da Laguna	17,6	37,1	33,1	94,7	32,8	35,5	4,6	13,5	48,2	20,0	92,0	19,7	35,1	5,2	10366
Iguatemi	15,7	26,0	32,7	99,3	34,6	31,6	4,6	12,7	40,8	24,8	86,2	25,4	32,7	5,2	14875
Inocência	16,5	20,4	48,3	94,1	48,3	32,2	4,6	13,5	30,9	39,5	89,4	36,5	32,4	5,2	7669
Itaporã	15,8	32,7	34,9	88,5	33,2	32,9	5,0	11,9	47,1	20,4	77,0	30,2	33,6	5,3	20865
Itaquiraí	20,1	40,7	57,9	97,9	60,5	43,1	4,1	16,6	45,0	41,7	98,1	49,2	40,7	4,9	18614
Ivinhema	14,6	27,4	25,3	98,7	33,9	30,8	5,0	9,9	30,1	23,1	90,6	23,6	28,1	5,5	22341
Japorã	31,6	49,1	48,0	100,0	81,7	51,1	3,1	23,0	70,1	23,9	96,1	75,6	52,0	4,3	7731
Jaraguari	13,2	26,7	67,2	99,6	75,1	38,2	4,3	9,3	41,4	58,7	97,2	65,2	40,0	5,5	6341
Jardim	11,3	29,6	13,4	95,9	15,0	27,1	5,6	7,9	40,0	10,1	67,3	8,1	25,6	5,6	24346
Jateí	17,3	31,9	57,6	91,0	62,5	38,5	4,8	12,6	39,6	44,4	74,6	42,7	34,6	5,2	4011
Juti	23,7	42,3	42,8	95,7	37,3	41,0	3,8	18,7	43,2	37,8	88,2	35,5	38,1	4,7	5900
Ladário	8,4	33,7	8,3	82,0	20,5	26,1	5,9	6,7	46,5	6,4	88,0	12,2	29,6	5,7	19617
Laguna Carapã	17,5	34,5	61,5	99,5	64,6	40,9	4,2	12,2	41,5	41,7	91,3	53,5	37,6	5,3	6491
Maracaju	11,4	26,1	22,9	95,9	19,1	27,3	5,4	7,2	27,6	18,5	64,0	12,2	22,0	5,7	37405
Miranda	16,6	42,6	30,9	85,6	43,7	36,9	4,4	12,5	55,3	25,5	62,7	30,6	35,8	5,2	25595
Mundo Novo	15,7	23,4	13,6	99,2	22,3	27,5	5,0	11,8	32,1	12,5	98,8	10,3	28,0	5,3	17043

Tabela 3F - Privações, IES, Escolaridade e População em 2000 e 2010 no Estado de MATO GROSSO DO SUL

(conclusão)

MUNICÍPIO	ANO DE 2000							ANO DE 2010							População
	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-Ridade	priveduc	privrend	privagua	privsane	privlixo	IES	Escola-ridade	
Naviraí	15,0	22,2	11,9	91,7	14,4	25,2	5,0	10,1	27,5	7,5	74,1	6,2	22,3	5,5	46424
Nioaque	17,6	43,4	54,1	89,2	74,2	43,1	4,4	12,2	51,6	34,3	73,4	51,8	38,3	5,3	14391
Nova Alvorada do Sul	13,6	26,4	35,3	98,2	34,1	31,1	4,7	9,6	29,5	16,5	95,4	26,1	27,8	5,5	16432
Nova Andradina	12,0	20,3	13,8	98,6	17,3	24,7	5,5	8,5	29,7	13,9	87,2	14,7	25,3	5,6	45585
Novo Horizonte do Sul	18,9	41,2	55,7	99,9	74,3	44,1	4,0	13,0	38,9	43,9	94,3	45,1	36,7	5,2	4940
Paranaíba	15,3	22,3	41,4	76,2	21,1	27,4	5,1	10,8	26,5	37,9	57,5	13,4	24,3	5,4	40192
Paranhos	25,1	46,2	41,8	99,2	49,6	44,2	3,4	17,9	71,1	44,2	98,3	42,6	49,9	4,8	12350
Pedro Gomes	21,8	36,2	24,2	94,5	36,8	36,1	4,2	17,0	43,1	24,4	93,2	25,2	35,6	4,9	7967
Ponta Porã	10,7	26,7	23,3	88,7	29,8	27,5	5,7	9,2	45,8	26,8	76,2	21,9	32,0	5,5	77872
Porto Murtinho	18,0	36,2	31,4	60,5	39,7	32,2	4,5	10,7	53,5	26,9	14,4	33,7	29,9	5,4	15372
Ribas do Rio Pardo	15,1	20,0	47,6	96,7	43,6	31,4	4,5	10,4	38,1	34,4	71,5	30,9	30,9	5,4	20946
Rio Brillhante	13,4	27,5	32,3	93,1	29,6	30,1	5,0	8,1	31,0	17,9	77,9	17,9	25,4	5,6	30663
Rio Negro	19,4	31,2	25,6	99,5	47,8	35,1	5,0	13,0	36,7	23,0	95,8	29,9	32,5	5,2	5036
Rio Verde de Mato Grosso	14,1	27,2	16,5	98,2	24,3	28,7	4,7	12,0	35,5	15,9	95,7	15,8	29,8	5,3	18890
Rochedo	13,8	31,8	44,1	97,8	45,7	35,0	4,5	7,5	39,7	41,4	77,4	45,7	33,1	5,7	4928
Santa Rita do Pardo	19,2	25,8	45,7	98,1	56,6	35,9	4,2	12,6	39,1	41,6	92,2	51,4	36,8	5,2	7259
São Gabriel do Oeste	8,6	17,9	19,1	92,2	21,0	22,9	5,9	5,7	24,2	14,4	53,2	13,2	18,8	5,8	22203
Selvíria	17,2	29,2	28,1	99,2	41,2	33,3	4,7	11,7	32,9	25,4	91,4	24,7	30,1	5,3	6287
Sete Quedas	21,2	30,4	21,4	99,2	25,6	33,0	4,1	18,4	48,5	16,4	98,3	24,7	37,7	4,7	10780
Sidrolândia	11,4	31,4	34,6	99,2	33,2	32,0	4,9	8,8	42,9	27,5	81,1	36,0	32,8	5,6	42132
Sonora	16,3	26,2	13,3	99,3	16,8	28,2	4,6	12,4	33,7	10,2	96,5	9,1	28,2	5,3	14833
Tacuru	26,1	43,3	50,8	99,3	55,0	45,0	3,7	19,5	65,2	36,3	91,8	57,5	48,3	4,6	10215
Taquarussu	22,5	40,2	39,0	99,5	41,6	40,2	3,9	16,0	37,9	23,8	98,8	27,1	34,2	4,9	3518
Terenos	13,5	31,4	43,0	97,7	50,5	35,0	4,7	8,2	45,3	32,8	89,4	54,2	36,4	5,6	17146
Três Lagoas	10,6	17,9	11,1	76,5	10,2	20,1	6,1	6,4	22,3	8,3	47,2	5,0	16,3	5,8	101791
Vicentina	20,5	27,5	42,9	99,1	52,5	36,4	5,0	14,6	33,8	29,0	98,2	27,5	32,8	5,1	5901

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

